

JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

MENSAGEM
AO
CONGRESSO NACIONAL

REMETIDA PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA
NA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1957



RIO DE JANEIRO
BRASIL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

PARTE PRIMEIRA SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO I POLÍTICA INTERNA

CAPÍTULO II SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

CAPÍTULO III RELAÇÕES EXTERIORES

PARTE SEGUNDA SEGURANÇA NACIONAL, FORÇAS ARMADAS E ORDEM PÚBLICA

CAPÍTULO I SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

CAPÍTULO II ORDEM PÚBLICA

PARTE TERCEIRA DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPÍTULO I A CONJUNTURA E A POLÍTICA ECONÓMICA

CAPITULO II
ENERGIA

CAPITULO III
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

CAPITULO IV
AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

CAPITULO V
INDÚSTRIA

CAPITULO VI
FINANÇAS PÚBLICAS

CAPITULO VII
MOEDA E CRÉDITO

CAPITULO VIII
RELAÇÕES ECONÓMICAS COM O EXTERIOR

CAPITULO IX
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

PARTE QUARTA
TRABALHO E BEM-ESTAR

CAPITULO I
POPULAÇÃO E MÃO-DE-OBRA

CAPITULO II
TRABALHO

CAPITULO III
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CAPITULO IV
ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DE PREVIDÊNCIA
E ASSISTÊNCIA SOCIAL

PARTE QUINTA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

CAPITULO II
SAÚDE PÚBLICA

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Decorrido um ano de intenso trabalho, no qual a ação política não exigiu do meu Governo menor diligência que os esforços para superar entraves ao desenvolvimento econômico, penhor de paz e de bem-estar, — devo, antes de tudo, congratular-me convosco por haver a Nação dominado as inquietações e perplexidades de um período atribulado e encontrar-se apta a empreendimentos de vasto alcance que, enriquecendo o País, com o melhor aproveitamento de suas potencialidades, façam medrar e expandir-se a cultura que nêle desponta e já oferece, à civilização, contribuições fecundas e originais.

A grave crise que abalou o regime pôde ser vencida, com o apoio do povo brasileiro. A cordura e tolerância, alentadas pela certeza de que a verdade afinal se sobrepõe às incompreensões e injustiças; o zêlo da liberdade e o respeito à oposição, quando no exercício de suas legítimas prerrogativas; mas também a decisão e firmeza, quando impostas pela salvaguarda das instituições, permitiram ao Governo restaurar a ordem democrática em sua plenitude.

A preservação desta exige, por certo, vigilância constante. É difícil dar a medida dessa peleja diuturna em que se absorve a ação governamental, mas o que importa é o seu resultado último — a paz política, que não interessa apenas a grupos ou facções, e sim à Nação, em seu conjunto. Como candidato, bati-me por que o País colhesse

os frutos de uma eleição livre e democrática, valor mais alto, mais duradouro que a vitória dêsse ou daquele partido. Fiel a êsse ideal, continuarei a empenhar-me para que a Nação, acima de antagonismos e controvérsias, continue a trilhar a rota conquistada!

Devo ressaltar que concorreram, relevantemente, para a atmosfera de paz e de labor, que ora fruimos, o apoio e a cooperação que o Govêrno tem recebido das duas Casas do Congresso. Por um lado, o acolhimento a medidas e iniciativas que o Poder Executivo reputava essenciais; por outro, o livre debate acêrca dos atos e propósitos da administração, o valioso subsídio das luzes e da experiênciã dos dignos representantes do Povo permitiram que as atividades governamentais se desdobrassem em ritmo adequado e em forma conveniente aos anseios e interêsses de nossa coletividade.

Estou certo de que, nesta sessão legislativa, não faltará ao Govêrno a mesma ajuda e colaboração, a mesma análise lúcida e construtiva. Dêsse modo, os problemas que ainda nos afligem hão de receber soluções adequadas, dentro de um conjunto de medidas — umas, de eficácia imediata; outras, de efeito ulterior — que consolidem a segurança nas relações sociais e impulsionem o desenvolvimento nacional.

A despeito das dificuldades que se nos deparavam, apenas começava o atual Govêrno, nunca perdi a fé em que dias melhores em breve adviriam, tão veemente era o anseio de ordem, tão arraigada a convicção de que sem tranqüilidade a Nação não encontraria o seu caminho.

Tal aspiração coletiva encontrava, no seio das forças armadas, profunda ressonância, e os responsáveis pela

segurança nacional, com alto senso patriótico, prestaram ao Govêrno colaboração pronta e eficaz, na pacificação dos espíritos. Por outro lado, a serena clarividência do Poder Judiciário, sua fidelidade às instituições constituíram poderoso elemento de equilíbrio e nobre exemplo de imparcialidade na apreciação de fatos e circunstâncias.

Emergia o País de longo periodo de turbação política e, nas raízes dessa turbação, atuavam fatores de ordem econômica, associados a profundas transformações da estrutura social. Meu Govêrno veio, assim, encontrar a Nação em difícil conjuntura, tolhida em suas atividades vitais por estrangulamentos que cerceavam a expansão da economia pública e particular, e perturbada por fermentações sociais que mais ainda dificultavam o inadiável trabalho de saneamento e recuperação.

Nas trocas com o exterior, eram sombrias as perspectivas do balanço de pagamentos e, portanto, da nossa capacidade de importar. Ao passo que, no último decênio, a meus antecessores foi possível despende, além da receita cambial ordinária, cêrca de 2,5 bilhões de dólares — mediante utilização de divisas acumuladas durante a segunda guerra mundial e levantamento de empréstimos e constituição de dívidas comerciais no exterior — arros-tou, de início, o meu Govêrno a responsabilidade de regularizar e amortizar compromissos da ordem de um bilhão de dólares. Antes mesmo de empossar-me, foi mister enfrentar o gravíssimo problema. É um dos resultados positivos, no início de minha gestão, foi a obtenção dos créditos externos necessários ao nosso desenvolvimento. Pôde assegurar o Govêrno indispensáveis recursos em dólares, sem comprometer, além do razoável, a capacidade

de pagamentos do País, mediante ajuste, com o "Exim-bank", de um regime de amortização suscetível de modificar-se, caso a receita cambial e as reservas não atinjam os níveis previstos.

No domínio das finanças internas, não era menor a apreensão. A um Governo que se propunha, como objetivo precípua, executar amplos empreendimentos, oferecia-se um deficit financeiro potencial superior a 50 bilhões de cruzeiros. Assim, nem sequer se lhe proporcionavam recursos para atender aos dispêndios normais da administração. Ao mesmo tempo que devia estancar o processo inflacionário, reduzir o deficit financeiro e melhorar o balanço de pagamentos, cumpria-lhe urgentemente dar comêço a realizações que considerava essenciais, não apenas para mitigar transitórias tribulações de um país em crescimento, mas sobretudo para assegurar-lhe prosperidade duradoura, e conferir-lhe a pujança e prestígio a que pode aspirar, pela vastidão e riqueza do seu território e pela capacidade de seu povo.

Como vereis, foi comedida e firme a política do Governo no combate à inflação. Não seria sensato interromper-lhe abruptamente a marcha por meios deflacionários bruscos, sabido que, provocando desemprego em massa e deprimindo as forças produtoras, a deflação acarreta conseqüências danosas.

As medidas antiinflacionárias tomadas pelo Governo revestem dois aspectos fundamentais: evitar o exacerbamento da procura generalizada de bens econômicos, estimulada pela excessiva expansão do volume da moeda e do crédito, tanto no que se refere às transações privadas, como no que concerne aos gastos públicos; e promover o aumento da oferta de bens essenciais, incrementando a

produção básica, ampliando o potencial de energia, melhorando as condições de transporte e de armazenamento.

É verdade que, a despeito dos esforços do Governo, não foi possível sustar, de pronto, a elevação dos preços, e isto principalmente em virtude do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares e da decretação dos novos níveis de salário-mínimo, tornada inevitável. Ademais, é notório que as medidas de combate à inflação têm efeito relativamente demorado, por visarem, como visam, a um complexo de situações criadas e de causas essenciais. É inegável, porém, que os resultados da política antiinflacionária do Governo começaram a manifestar-se no final do exercício. Tivéssemos permitido livre curso à inflação, e as pressões anunciadas para 1956 haveriam elevado o custo da vida a níveis quase intoleráveis. Sem as corajosas medidas adotadas pelo Poder Público, é igualmente certo que a execução orçamentária do exercício teria comprometido o programa de desenvolvimento econômico e de bem-estar social que me propus realizar.

As autorizações de despesa contidas na lei de orçamento e em outras leis especiais elevaram-se, no decorrer do exercício, a 114,5 bilhões de cruzeiros, e para sua cobertura dispunha o Tesouro de uma receita total estimada em apenas 71 bilhões de cruzeiros. Havia, contudo, que considerar, ainda, as despesas extraordinárias que o Governo se veria obrigado a realizar em 1956, bem como o desequilíbrio financeiro das autarquias federais. Assim, o Governo teve de enfrentar, no ano findo, um desequilíbrio financeiro potencial da magnitude de 50 bilhões de cruzeiros.

O saneamento financeiro, — mediante um programa de contenção ou de adiamento de gastos, escalonamento

e prioridade de despesas, melhoria dos processos de arrecadação, reajustamento das tarifas e preços dos serviços industriais, além de outras medidas — permitiu reduzir para 23,9 bilhões de cruzeiros o déficit global inicialmente previsto. A despesa orçamentária e extraorçamentária foi contida no limite de 94,8 bilhões de cruzeiros e a receita produziu 70,9 bilhões de cruzeiros.

Só no que respeita às verbas de pessoal, consideráveis reduções se fizeram, deixando vagos 95 mil cargos e funções, com uma poupança estimada em 7 bilhões de cruzeiros. Destas últimas, em recente ato executivo foram extintas mais de 15 mil, cortando despesas no montante de 903 milhões de cruzeiros. Tais medidas, além de realizar economias, abriram caminho para a reorganização dos quadros funcionais e melhor aproveitamento do pessoal.

Para demonstrar quão vigoroso foi o esforço do Governo, a fim de atingir esse resultado, basta salientar que o reajustamento da remuneração dos servidores civis e militares, autorizado sem a respectiva cobertura de receita, custou mais de 30 bilhões de cruzeiros.

Em relação ao exercício em curso, ainda são grandes as dificuldades que vimos enfrentando, na execução orçamentária. A Lei de Meios apresenta vultoso déficit que se agravará com encargos, nela não previstos, à conta do Tesouro. Medidas enérgicas têm sido tomadas para, não obstante essa circunstância, atingir-se o almejado equilíbrio financeiro, ou, pelo menos, reduzir o déficit a limites toleráveis, e isto sem recurso a meios inflacionários.

Arrostando a incompreensão de alguns, o Governo pleiteou e obteve do Congresso indispensáveis alterações

no sistema tributário em vigor. Com isso, conseguiu recursos para o financiamento de despesas públicas em 1957 e mais justa distribuição social da carga tributária, além de sua melhor aplicação, com vistas ao desenvolvimento econômico. Preferiu o Governo exigir, do contribuinte, um pouco mais, através do reajustamento de alguns impostos, a impor-lhe indiretamente sacrifício maior, por meio da tributação dissimulada, que é o aumento dos meios de pagamento.

É firme propósito do Governo manter sua política de subordinação dos gastos administrativos às possibilidades da arrecadação e das fontes de financiamento não inflacionário, selecionando e hierarquizando as despesas públicas. Rigorosas recomendações foram expedidas aos órgãos de administração financeira e a todos os departamentos públicos, em geral, para que as despesas se adstrinjam às disponibilidades do Tesouro e se eliminem gastos supérfluos ou se adiem os menos urgentes.

A par dessas providências, vem a Administração ativamente o sistema fiscal, sobretudo no setor da arrecadação, e imprimindo maior eficiência aos órgãos da Fazenda. No campo tributário, cumpre destacar o projeto de revisão de nossa tarifa aduaneira, que, sobre carrear maiores recursos para o Tesouro, virá constituir poderoso incentivo à indústria nacional. Entendimentos já celebrados com o GATT permitirão que as novas tarifas brasileiras entrem em vigor, tão logo sejam aprovadas pelo Congresso.

À ação interna, no combate às dificuldades que se deparavam ao Governo, no seu início, deveria corresponder uma ação externa, tendente a atrair capitais para investimentos de interesse nacional e a obter recursos.

em moeda estrangeira, para os empreendimentos essenciais à nossa economia. Urgia, ainda, ampliar a área do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, bem como valorizar o cruzeiro em face das demais moedas.

Para atingir tais objetivos, facilitou-se a entrada de capitais; estimularam-se as exportações e selecionaram-se as importações; aumentou-se a bonificação concedida a vários produtos de exportação, sobretudo do Norte e Nordeste. Graças ao aumento da receita cambial, resultante dessa política, pôde o Govêrno ampliar substancialmente a oferta de divisas nos leilões cambiais e recompor as nossas reservas no exterior.

Passamos do regime de crescentes atrasados comerciais para o de liquidação sistemática dos nossos compromissos externos, convenientemente regularizados e cumpridos com pontualidade. Melhorou consideravelmente a posição internacional do cruzeiro. O preço do dólar no mercado livre caiu de Cr\$ 87,00 para Cr\$ 68,00, no espaço de poucos meses, e vem-se mantendo nesse nível até o presente. Os âgios, nas categorias mais importantes, desceram a menos da metade das médias registradas no primeiro semestre de 1956.

Não pretende o Govêrno apresentar como resultado exclusivo de sua ação tudo quanto produziu o desafôgo do País e contribuiu para o advento dos dias mais tranquilos e confiantes em que vivemos. Para isso atuaram relevantemente as forças vivas da Nação.

Entretanto, não se poderia, sem injustiça, menosprezar a constante, vigorosa e salutar intervenção do Govêrno, no conjunto de causas que determinaram tão auspiciosos efeitos. As visitas que fiz, como Presidente eleito, a Na-

ções da América e da Europa, os entendimentos que então tive com Chefes de Estado e com personalidades da finança, da indústria e do comércio, a par de minha inflexível determinação de assegurar ao Brasil um ambiente de paz e de trabalho, geraram confiança e nos trouxeram valiosa cooperação econômica. Afluíram capitais, indústrias se transferiram para o País, incentivaram-se as trocas do comércio externo, com os mais benéficos efeitos sobre a atividade econômica em geral.

Já nos primeiros meses de minha administração, eram consideráveis os investimentos privados nacionais e estrangeiros. O afluxo de capitais ao Brasil, em 1956, ascendeu a nível jamais alcançado anteriormente, no mesmo espaço de tempo.

É com júbilo que assinalo, aqui, outro fato sem precedentes em nossa vida econômica: o saldo da balança comercial, em 1956, elevou-se a 495 milhões de dólares, com imediato reflexo no balanço de pagamentos, que também acusou, no mesmo ano, um dos maiores saldos verificados em seu movimento global. Isto se deve, preponderantemente, às receitas produzidas pelas vendas de café, que foram excepcionais, graças, em parte, à firme política governamental, em defesa do mercado do produto, contra pressões suscetíveis de ocasionar queda nas cotações externas.

No que concerne à execução do plano de desenvolvimento econômico, objetivo primacial do meu Governo, impunha-se, como providência básica, o aparelhamento da máquina administrativa, a fim de lhe dar flexibilidade e capacitá-la para ação mais rápida e enérgica.

Assim fui investido nas responsabilidades da Presidência, criei o Conselho do Desenvolvimento, para coordenar, — imprimindo-lhes uniformidade de vistas —, as atividades dos diferentes órgãos governamentais a que caberia transformar em realidade os projetos em pauta. Em sua ação, êsse órgão não tem perdido de vista a necessidade de conciliar o esforço pelo desenvolvimento com a política antiinflacionária do Govêrno.

É condição de estabilidade que a Nação não procure despender em consumo e investimentos mais do que lhe permite a produção nacional de bens e serviços, adicionada à contribuição líquida que, a êsse título, nos venha do exterior. É condição de desenvolvimento que se elevem o nível de poupança interna e a absorção da poupança externa, — representada por capitais estrangeiros —, para que se intensifique o ritmo de investimentos produtivos.

Não procede a objeção de que o programa de metas implica necessariamente em sacrificar-se estabilidade, em benefício do desenvolvimento. Num grande número de casos, as metas coordenam e racionalizam o esforço de investimento, que o nosso povo normalmente faria, no seu processo de crescimento espontâneo.

Através do estabelecimento de prioridades; da concentração de recursos governamentais em projetos de base; do abandono de investimentos de interesse meramente político; da divisão adequada de tarefas entre a iniciativa privada e a pública — que devem colaborar e não competir uma com a outra — é possível multiplicar a produtividade de um dado nível de investimentos, sem qualquer dispêndio adicional de recursos e, portanto, sem maior pressão inflacionária.

Todavia, situações ocorrem em que o imperativo da aceleração do desenvolvimento econômico exigirá a consecução de metas que pressupõem elevação do nível de investimentos, além do limite da poupança espontânea da comunidade. Nesse caso, para se conciliar desenvolvimento com estabilidade, será necessário condicionar a execução das metas ao levantamento de recursos financeiros não inflacionários, através de tributação e outras formas de capitalização compulsória, de empréstimos internos e externos, e de estímulo à poupança privada.

Não tem sido outra, aliás, a orientação do Governo. Não se tem arrimado a concepções ingênuas do problema do desenvolvimento econômico, nem desconhece que a inflação não só cessou há muito de exercer efeito estimulante, como representa sério óbice ao nosso crescimento, pelo desperdício econômico e pelas tensões sociais que provoca.

Este primeiro ano de governo foi dedicado precisamente a coordenar e apurar a elaboração técnica de projetos, a fim de evitar erros e desperdícios; a promover novas fontes de poupança interna, para dispensar o recurso a financiamentos inflacionários, de efeito contraprodcente, porque não relacionados com a existência real de fatores de produção; a estimular o ingresso de capitais estrangeiros, quer sob a forma de empréstimos, quer de investimentos diretos.

Apreciável êxito foi obtido nesta primeira etapa da programação governamental. O Congresso aprovou a nova legislação sobre combustíveis, que deslocará, para investimentos em transporte rodoviário e ferroviário, uma parcela do poder aquisitivo disponível para consumo. Foi,

também, prorrogada a cobrança dos adicionais do Imposto de Renda, que proporcionam recursos para as metas a cargo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Estão, no momento, entregues à judiciosa apreciação do Legislativo os projetos que criam o Fundo Portuário e o da Marinha Mercante, destinados a financiar, de forma estável e regular, a expansão desses serviços, sem ônus para o orçamento público. Esses investimentos permitirão aumentar em breve prazo a produtividade da economia, tornando-a mais resistente à pressão inflacionária. Assim se eliminarão estrangulamentos em pontos vitais.

Considerável avanço registrou-se, também, na produção e refino do petróleo. Graças a medidas determinadas pelo Governo, com a ajuda do Congresso, consubstanciada na revisão da lei sobre combustíveis líquidos, a Petrobrás pôde programar investimentos da ordem de 6,5 bilhões de cruzeiros, para este ano. E não há dúvida que novos êxitos virão somar-se aos obtidos no ano de 1956, que assim se exprimem: aumento da produção de petróleo de 7 000 para 25 000 barris diários, refino de quase o dobro do volume processado em 1955, intensificação dos trabalhos de pesquisa em todas as áreas potencialmente petrolíferas. Os últimos resultados das pesquisas na Amazônia permitem crer que, em prazo menor do que se poderia imaginar, se concretizarão as esperanças do País, naquela região.

No vital setor de energia elétrica, — onde se concentra um esforço de magnitude sem precedentes, para aumentar de dois terços, num só quinquênio, a capacidade geradora instalada —, em mensagem ao Congresso,

propus medidas destinadas a restaurar o interesse da iniciativa particular nessa atividade, mediante aumento da capacidade de capitalização própria, das empresas de serviço público. Assim ficarão elas habilitadas a cooperar com o Governo, numa vigorosa expansão de nossas fontes de energia.

Graças a negociações com o "Eximbank", asseguraram-se financiamentos, em condições favoráveis, num montante de 214 milhões de dólares, para reequipamento de portos e ferrovias, produção de energia elétrica e expansão siderúrgica. Declarou-se, ainda, aquela entidade disposta a cooperar, em maior escala, para a consecução das metas do Governo, através do financiamento de equipamentos destinados à construção e pavimentação de rodovias, mecanização da agricultura, expansão de energia elétrica e execução de projetos industriais, técnica e economicamente idôneos.

Está em pleno andamento o programa federal de pavimentação e construção de rodovias, havendo o DNER construído, diretamente ou por convênio, 1 875 km e pavimentado 654 km de estradas. O Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico aprovou, só no decorrer de 1956, financiamentos superiores a 3,5 bilhões de cruzeiros, para ferrovias; de quase 1 bilhão de cruzeiros, para indústrias básicas; e de mais de 900 milhões de cruzeiros, para energia elétrica.

Dentro em breve, vai o Governo dar início a duas obras de transcendente importância: as represas de "Três Marias" e de "Furnas", que fornecerão ao parque industrial do Centro-Sul do País o potencial de energia de que carece.

Nunca é demais acentuar que o combate à inflação e a busca da estabilidade não impõem o sacrifício de metas de desenvolvimento. Exigem, apenas, que estas sejam prudentes e realistas, apoiadas num esforço austero e tenaz para conter as despesas de custeio do Governo, moderar o consumo privado e suplementar a poupança interna com a absorção de poupança estrangeira.

Dentro dessa conceituação, o abandono das metas é que seria inflacionário, pois implicaria em aceitarmos a continuação de pontos de estrangulamento, que baixam a produtividade do País, impedem a eficiente distribuição da produção já alcançada, e, finalmente, perpetuam a nossa vulnerabilidade à inflação, por impossibilitarem o incremento da produção em ritmo compatível com as exigências de uma população em rápido crescimento. Acha-se o Governo tranqüilo e seguro, quanto ao seu programa de desenvolvimento. Reitero, perante o Congresso, a afirmativa tantas vezes feita ao povo brasileiro: as metas serão atingidas e, até mesmo, ultrapassadas em certos setores, como o da indústria automobilística e o da produção de petróleo.

Por tudo quanto dissemos, acêrca dos problemas do nosso desenvolvimento econômico, vereis que êste, exigindo grande esforço técnico, em diferentes níveis, impõe, forçosamente, ampla reforma no sistema educacional do País.

Torna-se imperioso que a escola ministre, aos futuros trabalhadores, conhecimentos que lhes permitam o desempenho das atividades que são chamados a exercer, e

que lhes assegurem nível de vida condigno. Cursos complementares ao primário deverão ser criados, para orientação profissional dos escolares. Nesse campo, a ação do Governo Federal é supletiva, mas intenso trabalho se tem desenvolvido, junto aos poderes estaduais, em favor da nova política educativa. Através de órgãos especializados, vem a União celebrando convênios com os Estados, para lhes assegurar a ajuda técnica e financeira que essa reforma exige.

A propósito do ensino médio, observo que as estatísticas evidenciam, entre os jovens, assinalada procura da educação de tipo acadêmico. Estou certo de que isso não exprime uma preferência, porque a opção não lhes é facultada.

A verdade é que, em sua organização atual, o ensino secundário, reservando largo espaço às disciplinas humanísticas, se mostra parcimonioso no que toca às de caráter técnico ou científico. Não ajuda eficazmente ao jovem, na vida prática, o curso secundário concluído. A situação se agrava, quando o estudante o deixa em meio. Urge, pois, se converta em realidade a ligação horizontal, entre os vários cursos de grau médio, facultando aos alunos, que os interrompam, pronta adaptação ao ramo profissional de sua escolha.

O ensino superior também está a exigir reformas. O ciclo industrial, em que o País vai ingressando decisivamente, cria aspectos novos à vida brasileira. E o desenvolvimento de nossa produção reclama número maior de agrônomos, de veterinários, de químicos, de engenheiros de tôdas as especialidades.

É necessário incrementar a preparação de técnicos. Devemos evoluir do sistema de faculdades divididas em cátedras isoladas, para o regime de institutos, com organização apta a permitir que os especialistas dêse nível possam retomar sempre o contacto com a escola.

Ver-se-á, porém, que a nova orientação no campo do ensino não exclui, antes envolve o aprêço do Govêrno a valôres de outra ordem, a estudos e atividades desinteressadas, àqueles conteúdos da cultura que constituem remate das civilizações. As obras dos homens de pensamento, as criações da arte conformam o etos nacional e nos dão consciência mais alta de nossa existência como povo.

Não menos que os problemas da educação, os da saúde se prendem, em conexão íntima, ao processo do desenvolvimento nacional. O estado sanitário das populações afeta, notôriamente, o rendimento do trabalho. E saúde não se conceitua como simples ausência de doença, mas também como fruição de bem-estar físico, espiritual e social.

A diferença, tão assinalada, nos graus de densidade demográfica das regiões do País e a variedade de suas condições econômico-sociais, conferindo ao problema sanitário brasileiro características peculiares, reclamam extrema cautela na interpretação de dados, na indicação de soluções e na previsão de efeitos.

Mas, por outro lado, situações outrora irremediáveis, em virtude de fatores de vária ordem, entre os quais a falta de recursos, podem, agora, ser satisfatôriamente resolvidas, graças à descoberta de poderosos medicamentos

e de inseticidas de efeito residual, que permitem, com dispendio reduzido, o combate eficaz a várias doenças que dizimavam notadamente as populações do interior.

Dêsse modo, pode o Governo pretender, com grande probabilidade de êxito, remover, nalguns casos parcialmente, noutros totalmente, graves obstáculos que, no setor da saúde, se opunham ao esforço nacional pela conquista de melhor nível de vida.

Em face da complexidade e vulto dos problemas sanitários que temos de enfrentar simultaneamente, com meios ainda exíguos, cumpre, antes de tudo, estabelecer um sistema de prioridade, mediante o qual possamos ir resolvendo aquêles problemas, segundo a sua gravidade e urgência.

Se influi no potencial produtivo do País o padrão sanitário de suas populações, a questão alimentar surge, necessariamente, em primeiro plano, sabido quanto a saúde coletiva depende, entre outros fatores, da existência de alimentos suficientes e adequados.

A maior fonte de alimentos está nas atividades agropecuárias, e o incremento destas vincula-se a um conjunto de medidas que estão sendo tomadas, entre as quais a difusão de conhecimentos técnicos de trato do solo, o suprimento de máquinas e instrumentos agrícolas, bem como de fertilizantes e de outros compostos químicos capazes de beneficiar o crescimento de plantas e animais. Além dessas providências, o transporte, a armazenagem e o beneficiamento dos alimentos, etapas necessárias para ligar a produção ao consumo, vêm sendo objeto de especial cuidado. Acho-me pessoalmente empenhado na so-

lução dêsse magno problema. E prioridade lhe foi concedida, no trato das múltiplas questões que preocupam a Administração.

Procurei, neste preâmbulo, enunciar, em linhas concisas, os principais temas que vão desenvolvidos em cada parte da Mensagem. Vereis, através de sua leitura, que o Governo se vem esforçando incessantemente, a fim de encontrar, seja pela ação política, seja pela ação administrativa no campo da economia, da educação, da saúde e da cultura, os caminhos que nos conduzirão a dias de paz, de prosperidade e de grandeza.

Nas últimas décadas, tem o País experimentado mutações por vêzes dramáticas, no esforço para se libertar da economia letárgica, própria das grandes áreas subdesenvolvidas e semicoloniais — apenas fustigada aqui e ali, por centros vivazes, mas esparsos — e ingressar num ciclo de perfeita integração de forças, no qual nossa capacidade de produzir e acumular não só acompanhe o vigoroso crescimento da população, mas também satisfaça aos novos hábitos de consumo que a indústria e a tecnologia moderna vieram suscitar.

O povo brasileiro decidiu tomar em suas mãos a grande empresa de sua libertação econômica e da plena afirmação de sua capacidade civilizadora. Homens empreendedores e intrépidos se votam a iniciativas de largo alcance. E o trabalhador nacional, atendido em suas justas reivindicações, cômico de seus deveres e convicto de que a prosperidade do País significa vida melhor para todos, acha-se admiravelmente integrado no esforço pelo desenvolvimento.

Com a ajuda de Deus e o apoio do povo brasileiro, o meu Govêrno está cumprindo o compromisso assumido com a Nação. E na Divina Providência confio encontrar alento para que possa fazer mais do que o prometido, e o Brasil realize, efetivamente, em cinco anos, a obra de muitos decênios.

Rio de Janeiro, D.F., em 15 de março de 1957

JUSCELINO KUBITSCHER DE OLIVEIRA

PARTE PRIMEIRA
SITUAÇÃO POLITICA E ADMINISTRATIVA

O funcionamento dos Poderes da República, na plenitude de suas atribuições, não exclui divergências e controvérsias, da natureza mesma da vida política, numa democracia representativa. O que importa é praticar e manter o sentimento e as regras da convivência constitucional, através de cujos métodos o bem-comum pode receber contribuições de fontes várias, sem que se suscitem antagonismos irreduzíveis, desintegradores das instituições, senão do próprio regime.

Pela sua própria estrutura, impõe o sistema representativo, como um dos preceitos básicos da atuação política, que a conduta do homem público se amolde às exigências e métodos daquela convivência, fundamento da legalidade democrática, legalidade que não omite nem discrimina, mas antes concilia e soma.

Dentro desse espírito, tem-se exercido a ação política do Governo. No desempenho dos encargos e deveres que a Constituição me prescreve, tenho a convicção de não haver faltado nem à letra nem ao espírito de nossas instituições, tudo havendo feito para mantê-las e prestigiá-las.

Nosso sistema constitucional vai sendo praticado em atmosfera propícia ao seu perfeito amadurecimento. O panorama político nacional apresenta-se, hoje, tranqüilo e promissor. Para esse resultado, têm concorrido o sentimento de legalidade democrática de nosso povo; a convicção geral de que a segurança e a estabilidade institucional vencem tropeços e resolvem problemas fundamentais; bem como o reconhecimento de que o Governo, inspirado em altos propósitos, não visa a outro objetivo senão o de assegurar ao País condições de progresso e de paz política e social. Assim, os Poderes Constitucionais puderam funcionar normalmente, dentro do espírito de independência e harmonia prescrito pela Constituição, cada qual no pleno gozo e exercício de suas prerrogativas.

No que toca ao Legislativo, devo assinalar a atenção e estudo que devotadamente dispensastes às Mensagens que vos enviei.

durante o ano que findou, muitas das quais já se converteram em lei. Outras tramitam pelas duas Casas do Congresso, e é para estas que vos peço a mesma acolhida, a fim de que se veja o Governo provido de meios legais para execução de seu programa. Da iniciativa do Congresso Nacional, tive também a grata oportunidade de sancionar projetos de lei do maior interêsse para o País.

Expressivo, igualmente, da íntima e construtiva colaboração entre os Poderes da República, foi o acatamento dispensado pelo Executivo às decisões do Poder Judiciário, no qual reverencio, não só a aprimorada cultura jurídica, mas ainda o zêlo pela preservação das instituições e o alto patriotismo de seus ilustres membros.

Graças a essa convergência de esforços do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, pôde o País desfrutar das liberdades e garantias que hoje reinam entre nós e honram a democracia brasileira. Liberdades fundamentais como as de pensamento, de palavra, de consciência e de crença; garantias, como as concretizadas nos direitos concernentes à vida, à segurança individual, à propriedade, praticam-se e exercem-se no País, sob a égide impessoal da Lei, a demonstrar que o Brasil efetivamente se alinha entre as Nações que asseguram ao cidadão a mais ampla proteção política e judiciária.

A liberdade possui inimigos, e dêles os mais perniciosos serão as ideologias extremistas, cuja vocação para o arbítrio político destrói os princípios da ordem jurídica, nascidos da civilização cristã e ocidental. Contra os abusos praticados em nome das liberdades públicas, o único meio de evitá-los, coibindo prejuizos à própria convivência democrática, é recorrer às leis e à justiça.

Tôda a dinâmica do nosso sistema representativo baseia-se na ação dos partidos nacionais, cujo papel na condução do pensamento político e na promoção do bem-público não preciso encarecer. Vida representativa e vida partidária tornam-se, desta forma, praticamente sinônimas, e, no aperfeiçoamento dessas duas modalidades básicas da atividade pública nacional, há de aferir-se a nossa cultura política. Nesse caminho, já o País conquistou instrumentos de alta valia, como a Justiça e a Legislação Eleitoral, cujo aprimoramento deve constituir preocupação constante dos Poderes Constitucionais.

A sabedoria política da Nação, através de seus órgãos competentes e autorizados, encontrará fórmulas e soluções que façam do mecanismo eleitoral instrumento capaz de aprofundar a democratização do Poder, consolidar-lhe a estrutura, escoimá-lo de resquícios oligárquicos, num processo que nos conduza à plena maturidade política.

Dessa tarefa hão de participar não só os Poderes Públicos e os partidos, como as entidades culturais, os órgãos de classe, os homens de pensamento, quantos, enfim, possam oferecer parcela de contribuição, para que, em função da realidade que desejamos organizar e dos ideais por atingir, possa a democracia brasileira funcionar sem as crises periódicas, os abalos e comoções que tantas vezes a põem em perigo.

Foi o procedimento observado no que se refere à reforma da Constituição. O Governo, atendendo às aspirações e propósitos que se vinham manifestando no País, organizou, sob a orientação pessoal do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, uma Comissão Especial de Juristas para, à luz da experiência já vivida sob a Carta de 1946, examinar o funcionamento do sistema constitucional e apresentar sugestões que o tornem mais adequado à missão que está chamado a preencher.

A vida federativa transcorreu com normalidade, nas relações de Governo e de Administração, entre a União, os Estados e os Municípios.

Num país da extensão do Brasil, onde a riqueza, o progresso e a cultura se expandem em forma tão desigual, é dever da União tratar dos problemas regionais com espírito nacional, de sorte que o nosso desenvolvimento, como um todo, se processe de modo orgânico. A ausência de sentido nacional, no trato daqueles problemas, faria frustrar a composição e o equilíbrio de forças, pressuposto do regime federativo. Por isso mesmo é que a União, em virtude de sua própria formação histórica, tem de chamar a si encargos e responsabilidades — e, por conseqüência, meios de ação — no que toca às exigências do desenvolvimento brasileiro, ainda que, aparentemente, reflitam interesses regionais ou locais.

Nas Federações, a primeira coisa que se põe em jôgo é a sua própria economia, donde a necessidade de aprofundar a colabo-

ração nesse terreno, o que o meu Governo tem feito e se esforçará por fazer ainda mais, possibilitando aos Estados e Municípios o encaminhamento e solução de empreendimentos e serviços relacionados com interesses vitais da Nação.

CAPÍTULO I POLÍTICA INTERNA

O Poder Executivo e o Congresso Nacional

A cooperação entre o Poder Executivo e o Congresso Nacional efetuou-se em ambiente de perfeito entendimento e compreensão mútua de deveres, segundo prescreve a Carta Magna e é imperativo do regime.

O Poder Executivo remeteu ao Congresso Nacional 137 mensagens, acompanhadas de projetos de leis, dos quais 31 foram aprovados e sancionados. Trata-se de um acervo de providências do mais alto interesse para o País. O simples enunciado das proposições que ainda se encontram em trâmite no Congresso permite aquilatar da importância que assumem, no programa de desenvolvimento econômico em que se empenha o Governo ou na melhor ordenação da vida nacional em seus diferentes aspectos.

Destacarei, com especial relevo, as que se referem: ao financiamento, pelo Poder Executivo, mediante empréstimo às Municipalidades, do estudo e construção de sistemas públicos de abastecimento de água potável; à criação do Serviço Nacional de Engenharia Sanitária; ao Fundo da Marinha Mercante e à Taxa de Renovação da Marinha Mercante; ao Fundo Portuário Nacional; à constituição de uma sociedade por ações, que se denominará Sociedade Termelétrica de Capivari; à instituição do Serviço Agropecuário do Exército; à classificação de cargos do serviço civil do Poder Executivo; ao regime econômico e financeiro das empresas de energia elétrica; à organização, pela Comissão do Vale do São Francisco, de Colônias Agropecuárias; à constituição da Usina Termelétrica de Figueira S.A. em Curiúva, Estado do Paraná; à constituição de uma Fundação de Beneficência e Cari-

dade, de assistência médico-social, de pesquisa e de prestação de ensino especializado; à estrutura administrativa da Previdência Social; ao Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil e ao exercício da profissão de advogado.

Foi de 35 o número de projetos de lei total ou parcialmente vetados. Dêsse conjunto, o Congresso Nacional manteve 17, rejeitou 3 vetos totais e 4 parciais. Encontram-se, no momento, 11 vetos pendentes de apreciação.

Três projetos foram devolvidos ao Congresso, após o transcurso do decêndio constitucional.

Reforma da Constituição

Nestes últimos dez anos de vigência da Carta Magna, ocorreram transformações políticas, econômicas e sociais que aconselham a revisão de alguns de seus dispositivos, conforme assinalamos na introdução a este capítulo.

Tais circunstâncias levaram o Poder Executivo a promover, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, um rigoroso exame dos problemas cuja solução teria de ser encontrada através de uma reforma prudente e realista, fiel à sensibilidade política e à vocação democrática do nosso Povo. Com êsse objetivo, aquêle Ministério incumbiu a uma Comissão Especial de Juristas proceder à elaboração de sugestões que devessem ser submetidas à análise dos Partidos e dos representantes da Nação.

As sugestões da Comissão de Juristas se consubstanciaram em onze proposições de oportunidade incontestável, cuidadosamente justificadas, cujo simples enunciado revela o conteúdo, a amplitude e as repercussões da revisão preconizada: a) discriminação de rendas; b) competência da polícia federal; c) elaboração legislativa; d) acumulação de mandatos eletivos; e) elaboração orçamentária; f) maioria absoluta; g) coincidência e duração de mandatos; h) competência do Supremo Tribunal Federal; i) estágio de juizes de carreira; j) desapropriação por interesse social; l) reversão de militares ao serviço ativo.

Relações entre a União, os Estados e os Municípios

As relações entre a União, os Estados e os Municípios adquirem, de ano para ano, importância crescente e suscitam problemas novos, variados e complexos no âmbito nacional, regional e local. Via de regra, esses problemas se apresentam intimamente vinculados em todas as órbitas, exigindo soluções adequadas e rápidas, em função do desenvolvimento demográfico, econômico e social do País, e das repercussões desse desenvolvimento na vida política da Federação.

Avultam, assim, os compromissos do Governo Federal para com o governo e a administração dos Estados e Municípios, principalmente no campo da assistência financeira, econômica, técnica e cultural.

Se, por um lado, a Constituição Federal define e sistematiza as prerrogativas e deveres da União nesse setor, por outro, as exigências da realidade nacional ampliam as responsabilidades governamentais, sobretudo em períodos de grandes dificuldades.

Durante o primeiro ano do meu mandato, deu o Governo reiteradas demonstrações do seu zelo na solução dos problemas regionais. Procurou prestigiar, por todos os meios, a ação dos Governadores, proporcionando-lhes cooperação constante, nos diversos setores onde se fez necessária. Intensificando as atividades dos órgãos federais no interior, pôde o Governo facilitar a solução de muitos problemas de interesse local e regional.

Realizando, em diversas regiões do País, vasto programa de obras, empreendimentos e serviços, vem o Governo esforçando-se pela interiorização do progresso e conseqüente integração, na comunidade nacional, de grandes áreas, cujo desenvolvimento tem sido retardado.

MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO DOS MUNICIPIOS

Já a Mensagem dirigida ao Congresso no ano passado ressaltou que os grandes problemas municipais, como os de abastecimento de água e esgotos, entre outros, só poderão ser resolvidos através de financiamento a longo prazo, e que, por

falta de plano diretor e de equilibrada gestão financeira, quase sempre os Municípios encontram as maiores dificuldades em obter empréstimos que lhes permitam realizar empreendimentos do interesse da coletividade municipal. Cumpre aos Governos estaduais e federal, conseqüentemente, criar condições favoráveis ao pagamento dos empréstimos para execução de obras essenciais aos Municípios. É nesse sentido que se vem desenvolvendo a política municipalista do Governo.

O exame dos últimos orçamentos da União revela crescente tendência de participação desta nas realizações de âmbito municipal. Esta participação ora se consigna diretamente, quando a Lei de Meios, mencionando as entidades beneficiárias, individualiza a destinação dos recursos; ora, indiretamente, quando provida através de dotações globais, segundo programas de trabalho a cargo de órgãos da administração federal.

A canalização de recursos financeiros e técnicos do Poder Central para os Municípios equivale, na prática, a uma redistribuição de receitas que neutraliza as carências locais e estimula a potencialidade econômica dos municípios beneficiados. A cooperação financeira federal nesse sentido se exerce, não só pela execução direta de obras e serviços pelos órgãos da União, mas também pelo cumprimento de programas em acôrdo intergovernamental e pela concessão de auxílios e subvenções a organizações locais.

Muitos problemas peculiares aos Municípios podem ser solucionados com vantagem por entidades locais, públicas ou privadas, quando subvencionadas pelo Governo Federal. A diversificação dos auxílios e subvenções concedidos abrange ampla escala de carências e problemas, interessando vários Ministérios.

Se não ocorresse a ajuda financeira e técnica do Governo Federal, em muitos Municípios, de insuficiente capacidade tributária, as populações teriam de aguardar ainda por muito tempo a realização de obras que criam condições básicas de conforto, higiene e desenvolvimento.

Cumpre, entretanto, observar que a aplicação satisfatória dos dinheiros públicos exige certos padrões de eficiência que grande parte das municipalidades brasileiras ainda não pode apresentar.

Torna-se desejável, portanto, generalizar e sistematizar a prática da cooperação condicionada, dentro de planos de conjunto. Com isto, evitar-se-á a concessão arbitrária de recursos e, de acôrdo com critérios preestabelecidos, se assegurará o máximo de rendimento dos recursos destinados aos Municípios.

Merece ressaltar que as Caixas Econômicas Federais vêm concedendo empréstimos às municipalidades para solução de problemas locais de vulto.

PARTICIPAÇÃO DOS MUNICIPIOS NO IMPOSTO DE RENDA

A distribuição de dez por cento da arrecadação do Imposto de Renda, em partes iguais, aos Municípios do interior, excluídos os das Capitais, nos termos do art. 15, § 4º, da Constituição, constitui um dos aspectos de maior relevância da cooperação financeira da União no desenvolvimento das atividades municipais.

O crescimento da arrecadação desse imposto tem permitido a constante majoração das cotas atribuídas, anualmente, a cada Município. Não obstante o aumento contínuo do número de Municípios, o valor daquelas cotas elevou-se de cerca de trezentos mil cruzeiros, em 1951, para mais de seiscentos mil cruzeiros, em 1956.

No ano de 1956, as cotas devidas aos Municípios, calculadas sobre o valor do imposto arrecadado ainda no exercício financeiro de 1954, de acôrdo com as disposições da Lei nº 2 572, de 13 de agosto de 1955, alcançaram perto de seiscentos e cinquenta mil cruzeiros, atingindo no total a importância de um bilhão e quinhentos milhões de cruzeiros, aproximadamente.

No presente exercício financeiro, a participação dos Municípios na arrecadação do Imposto de Renda será da ordem de dois bilhões de cruzeiros, com base no valor da arrecadação no ano de 1955, devendo caber a cada Município cota superior a oitocentos mil cruzeiros.

Sem prejuízo da autonomia e do prestígio dos Municípios, deverá ser regulada a aplicação desse auxílio financeiro no sentido de tornar-se efetivo o cumprimento da determinação constitucional

que estabelece a utilização de, pelo menos, metade da importância recebida em benefícios de ordem rural.

Urge, contudo, que as administrações municipais de todo o País elaborem planos de obras e empreendimentos para execução em prazo prefixado, a exemplo do que já fizeram algumas comunidades pioneiras no campo da gestão local planificada. A obtenção de resultados positivos nesse setor dependerá, em grande escala, da soma e da conjugação dos esforços dos poderes Executivo e Legislativo municipais. Tais resultados só poderão ser obtidos mediante uma convergência de opiniões, recursos e medidas bem coordenadas e a indicação das fontes de receita necessárias à execução das obras e empreendimentos programados. Na maioria dos casos, tal planejamento independe da criação de novos impostos, pois a simples adoção de providências de ordem técnica permitirá às Municipalidades superar deficiências estruturais e suprir carências econômicas e financeiras.

Transferência da Capital

Consagrada em textos constitucionais desde 1891, como imperativo de integração e segurança do Estado, a transferência da Capital da República para o Planalto Central não poderia deixar de figurar em posição de relêvo entre os objetivos do Governo.

Alentado pelo que representa essa relevante medida, como fator de transfiguração política, demográfica, social e econômica do País — através da integração efetiva do Brasil interior na comunidade nacional —, não hesitei em arrostar as dificuldades de uma decisão pronta e inflexível a tal respeito.

Assim, desde os primeiros dias do meu mandato, submeti ao Congresso projeto de lei dispondo sobre a área da nova Capital e a constituição da Companhia Urbanizadora, a que competiria realizar contratos e executar obras e serviços àquele fim destinados.

O apoio por vós dispensado à iniciativa permitiu fôsem elaborados com presteza acôrdos e convênios com o Estado de Goiás, para desapropriação de imóveis na área escolhida e posterior incorporação desta ao domínio da União; possibilitou, igualmente,

a imediata execução dos trabalhos de campo afetos à Companhia Urbanizadora, que vão bastante adiantados; facilitou, enfim, já estejam quase assentadas as normas e condições de aprovação dos projetos de obras urbanas na referida área, bem como se promovesse a instalação, no futuro Distrito Federal ou nas cidades satélites, de serviços e representações de órgãos civis e militares da Administração Federal.

Está o Governo diligenciando os meios para estabelecer e construir o sistema de transportes e comunicações da nova Capital, em articulação com o Plano Nacional de Viação. E, valendo-se da autorização legislativa, deu providências para garantir, por intermédio do Tesouro Nacional, as operações de crédito negociadas pela Companhia Urbanizadora, no País e no Exterior, destinadas ao financiamento dos serviços e obras.

Dispõe já a cidade de um aeroporto de pista adequada para aeronaves de grande porte, com a extensão de 3 300 metros, achando-se em conclusão o piso de concreto armado. As rodovias de intercomunicação com as cidades vizinhas, como resultado dos estudos de campo previamente realizados, estão tendo início de execução. Uma estrada asfaltada, com 120 quilômetros, ligará Brasília a Anápolis; encontra-se em plena construção, devendo ser ultimada no prazo de um ano. Igualmente, nesse prazo de urgência, espera o Governo Federal entregar ao tráfego a rodovia que liga Brasília a Cristalina e Paracatu, num percurso de 280 quilômetros, em direção a Belo Horizonte. O Palácio Residencial do Presidente, por sua vez, já está sendo edificado. A título provisório, construiu-se um imóvel de emergência com tal finalidade.

No setor ferroviário, projeta-se a construção da Estrada de Ferro Goiás-Brasília, enquanto no setor hidrelétrico deverá iniciar-se em breve a construção da barragem do rio Paranã, destinada à usina elétrica, assim como o serviço de captação e tratamento da água.

No que concerne às construções urbanas, desenvolvem-se em ritmo acelerado projetos do edifício para sede da Companhia Urbanizadora e de casas provisórias para engenheiros, funcionários e operários. O início das construções particulares em grande es-

cala, depende, ainda, da aprovação do plano-pilôto do traçado urbano. Foi iniciada a construção de dois hotéis, um definitivo e outro provisório, nas imediações do Aeroporto.

Vem a Comissão Urbanizadora entrando em entendimento com os Institutos de Previdência Social, a fim de que ali se estabeleçam núcleos residenciais para seus associados; ultimadas, nessas autarquias, as providências complementares, será dado início às obras. Obedecendo ao preceito de que a salubridade e o bem-estar de núcleos urbanos não devem ser comprometidos com a instalação de indústrias em seu perímetro, cogita-se de fundar três cidades satélites, onde se reservarão disponibilidades de espaço para instalações industriais.

No setor da assistência social, as primeiras iniciativas foram do S.A.P.S., inaugurando o seu restaurante provisório para fornecimento de 1 100 refeições diárias aos operários da administração central da Companhia; e do I.A.P.I., com a instalação de uma agência, etapa experimental de uma rede de proteção à mão-de-obra empenhada no empreendimento.

Várias outras providências serão postas em prática nos próximos meses, com o fim de assegurar o abastecimento de Brasília, através de um cinturão verde, e de estabelecer um sistema de triagem e distribuição da mão-de-obra, necessário à aceleração dos serviços. Determinou o Governo, com esse objetivo, uma articulação de esforços, entre o Instituto Nacional de Imigração e Colonização e os Ministérios do Trabalho e da Agricultura.

Testemunho eloqüente do interesse que vem despertando, no seio das classes produtoras do País, a transferência da sede do Governo Federal é o fato de se contarem doze cartas-patentes para instalar agências bancárias em Brasília, que, já a esta altura, é uma pequena e laboriosa colmeia, em que mais de 2 000 operários e técnicos labutam ativamente.

Na área metropolitana do novo núcleo urbano, numerosas obras já se encontram em plena realização, estando algumas prestes a iniciar-se e outras em planificação.

Criadas, assim, as condições econômicas e materiais propícias à instalação da nova metrópole, a transferência do Governo Central

se processará dentro dos esquemas traçados e, paulatinamente, entrará em funcionamento a nova sede da Administração Federal, vinculada a tôdas as regiões do País por uma rêde ferroviária, aérea e rodoviária, que se ramificará em tôdas as direções.

Contando com o apoio até agora recebido do Congresso, espero vencer tôdas as dificuldades e tropeços, na realização dêsse grande empreendimento. Empenhar-me-ei a fundo para cumprir o compromisso, assumido com a Nação, de transmitir o Governo ao meu sucessor, já na nova metrópole, que ora se ergue e que espero fazer crescer e prosperar nos anos restantes dêste quinquênio.

CAPITULO II

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA

O Governo Federal e a Administração Pública

ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS

O ano de 1956 assinala fase decisiva na política do Governo quanto à administração de pessoal. Foram baixadas determinações para que o preenchimento de empregos, nas entidades autárquicas, fôsse precedido de autorização presidencial. Por outro lado, realizou-se completo levantamento dos empregos existentes na administração federal, como base preliminar de mais amplo e complexo empreendimento: o Plano de Classificação de Cargos.

Quanto aos trabalhos realizados na esfera da administração autárquica, constituiu ponto de partida a norma fixada na Lei n.º 488, de 15 de novembro de 1948, segundo a qual compete ao Presidente da República fixar novos níveis de vencimentos e salários dos servidores das autarquias. Anteriormente, tal atribuição cabia aos dirigentes das autarquias, mas a experiência demonstrou a necessidade de um contrôle mais efetivo, evitando-se gastos excessivos e injustificáveis.

REDUÇÃO DE CARGOS E FUNÇÕES

O levantamento realizado revelou que há, na administração pública direta, 289 964 cargos e funções, dos quais 217 135 ocupados e 72 829 vagos, sendo que, destes últimos, 33 243 são iniciais.

O custo anual de todos esses cargos e funções vagos, só na administração direta, é da ordem de Cr\$ 4 800 000 000,00, cabendo aos cargos e funções iniciais a importância de Cr\$ 2 487 662 400,00. Este último algarismo corresponde à percentagem de 10,6 % em relação ao total da despesa com o pagamento de vencimentos e salários do pessoal civil da União, em 1956.

Na administração indireta, o número de empregos vagos é superior a 23 000. Desde que não sejam preenchidos, haverá uma economia anual de Cr\$ 2 124 920 400,00, incluindo-se nesse montante Cr\$ 839 064 000,00 de funções e cargos vagos iniciais. Enfim, chegou o Governo, em 1956, a este proveitoso resultado: mais de 95 mil cargos e funções vagas nas duas áreas da administração direta e indireta, com uma economia global, realizável, de Cr\$ 7 000 000 000,00, em números redondos.

Além disso, verificou-se, em confronto com as exigências reais do serviço, que muitos desses cargos eram desnecessários.

Como primeira etapa desse trabalho de racionalização dos quadros funcionais, assinei ato que extingue mais de 15 000 funções de extranumerário-mensalista das tabelas do serviço público centralizado, no custo total superior a 900 milhões de cruzeiros anuais.

Para que tal economia se torne efetiva, estabeleci que fôsse deduzida a importância correspondente às funções vagas extintas da despesa da proposta orçamentária de 1958.

O conjunto das providências indispensáveis à consecução desse objetivo não deve, entretanto, descurar da proteção aos direitos subjetivos dos servidores. Impõe-se não prejudicar a situação do pessoal existente a fim de que se evitem problemas de relação de emprego entre a União e seu funcionalismo.

De outro lado, o intuito de contenção nos gastos com pessoal não impedirá o Governo de promover gradativa renovação dos

quadros funcionais, dotando-os de elemento humano qualificado e recrutado através do sistema do mérito.

A admissão e utilização do pessoal pago por conta de verbas globais ou fundos especiais tem sido outro grave problema até aqui deficientemente equacionado e fonte de abusos prejudiciais ao interesse público. A este respeito, as medidas adotadas visaram a estender, a esse pessoal, os benefícios da lei do aumento e restrições aplicáveis às admissões em geral, ao mesmo tempo procurando ampará-lo de modo consentâneo com sua condição de emprego público temporário.

A recomendação no sentido de restringir as despesas com o pessoal do serviço público foi executada independentemente do Plano de Classificação, com tal rigor, que, em 1956, nos diversos quadros do funcionalismo civil, foram efetivadas 1 579 nomeações para cargos iniciais de carreira, o que dá a significativa média de cerca de 144 nomeações por Ministério. Adicionem-se a esse total 202 nomeações para cargos em comissão, de provimento necessário e 85, em casos de substituição. Ao todo, houve, durante 1956, apenas 1 866 nomeações na administração direta.

DESEQUILIBRIO DO MERCADO DO TRABALHO

ESCALA MÚLTIPLA DE SALARIOS

O aumento de vencimentos, concedido nos termos da Lei nº 2 745, veio demonstrar a existência de graves desequilíbrios no mercado de trabalho, resultantes da adoção, há muito consagrada, de uma única escala de salários para pagamento de servidores em todo o território nacional. Como esta escala se baseia no mercado de trabalho mais elevado do País (Distrito Federal e São Paulo), ocorrem, de forma mais sensível e grave, as seguintes situações anômalas e paradoxais em vários Estados da Federação: servidores federais de atribuições modestas como serventes, contínuos, carteiros, passaram a receber salários mais altos que os das autoridades estaduais e municipais de mais larga atuação e preeminência, tais como: juizes de direito, promotores, prefeitos, diretores de serviço na administração estadual e municipal.

É expressivo, a respeito, o exemplo de Santa Catarina, unidade federativa de economia estável: ali os salários de carteiro, contínuo e mesmo de trabalhador, pertencentes à administração federal, vinham superando os das seguintes categorias profissionais de alto nível da administração estadual: engenheiros, agrônomos, médicos, veterinários, farmacêuticos. Para aproximar os níveis desses altos funcionários estaduais aos dos modestos servidores da União, foi aquele Estado obrigado a promover reajustamento de vencimentos da ordem de 150 milhões de cruzeiros, naturalmente com reflexo sério nas finanças do Estado. Pode-se assegurar que não difere a situação de desequilíbrio no mercado de trabalho da maioria dos Estados da Federação.

Esse grave desajustamento entre os salários da administração federal e os da administração estadual e local torna oportuna a adoção da escala múltipla de salários para remuneração dos servidores federais em todo o território nacional, a fim de que se evitem disparidades gritantes como as acima apontadas. Há, ademais, uma razão de ordem técnica para corroborar tal medida: o País acha-se dividido, para efeito do salário-mínimo, em vinte e duas regiões salariais. Aplica-se uma escala múltipla de salários para a atividade privada, em antagonismo visível com a escala única de salários dos servidores da União. Eis um complexo problema, para cuja solução determinei fossem realizados os necessários estudos por parte dos órgãos técnicos da administração.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Ainda no setor da administração de pessoal, realizou o Governo, em 1956, os seguintes trabalhos, dentre outros: regulamentação da criação de funções gratificadas; criação do Quadro XII, do Ministério da Viação e Obras Públicas, relativo ao pessoal da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, por força de lei anterior, elaborando-se mensagem e projeto de lei; conceituação do *status* jurídico do pessoal das seguintes entidades autárquicas ou paraestatais: Superintendência do Plano da Valorização Econômica da Amazônia (S.P.V.E.A.), Comissão do Imposto Sindical

(C.I.S.), Conselho Nacional de Pesquisas (C.N.Pq.) e Institutos que lhe são subordinados, Comissão Federal de Abastecimento e Preços (C.O.F.A.P.), Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (S.A.M.D.U.) e Administração do Porto de Recife (A.P.R.); organização dos Quadros Extraordinários das Universidades de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Recife, do Paraná, da Bahia e do Ceará; alteração do Quadro Extraordinário da Universidade do Brasil, transformação dos contratados em mensalistas da mesma Universidade; criação do Quadro da Rede Ferroviária do Nordeste; retificação de relações nominais e decretos que dispõem sobre as Tabelas Numéricas Especiais de Extranumerários-Mensalistas; estudo de todos os processos de admissão de extranumerário-contratado, a fim de se caracterizar a transitoriedade e a natureza da função a ser exercida, e de admissão de tarefeiros; complementação do Estatuto dos Funcionários com os anteprojetos de Regulamentos do Regime Disciplinar, de Gratificação por Serviços Extraordinários e de Assistência Médico-Hospitalar; estudos para atualização das normas complementares do Estatuto dos Funcionários e das gratificações pagas a participantes de órgão de deliberação coletiva; solução dos problemas suscitados pela Lei n.º 2 193, de 9 de março de 1954, sobre as empresas do grupo Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional; estudos sobre o regime jurídico do pessoal da Empresa «Armazéns Frigoríficos» (Decreto n.º 30 625, de 19 de julho de 1956) e da Empresa «À Noite»; estudos da aplicação da Lei n.º 2 004, de 30 de outubro de 1953, sobre o pessoal do Conselho Nacional do Petróleo e da Petrobrás; em decorrência, elaboração dos Decretos n.ºs 39 064, de 19 de abril de 1956, e 40 155, de 16 de outubro de 1956, que dispõem sobre o aproveitamento do pessoal do Conselho Nacional do Petróleo em outros órgãos da administração federal.

A elaboração de 63 quadros de pessoal para as autarquias federais possibilitou ao Governo estabelecer um sistema de controle administrativo efetivo sobre a administração indireta, sem prejuízo dos caracteres jurídicos inerentes a essas entidades de direito público.

SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

O Governo ateve-se, com rigor, ao cumprimento dos dois dispositivos constitucionais que obrigam a adoção do sistema do mérito, no provimento dos cargos públicos. Assim sendo, no ano de 1956, promoveu-se a homologação de 28 concursos, em que se habilitaram 350 candidatos; foram abertas inscrições para 24 concursos, que recrutaram perto de 20 000 candidatos. Realizaram-se centenas de provas; foram publicadas instruções e programas para 70 concursos e planejados 27 outros. Cada candidato selecionado tem custado à Administração, em média, menos de Cr\$ 2 500,00. Todavia, a política de contenção de despesas adotada pelo Governo determinou restrições no provimento de cargos públicos, mesmo os alcançados por concursos. Para resguardar qualquer expectativa de direito à nomeação e, ao mesmo tempo, manter o primado do sistema do mérito, concedeu-se prorrogação à validade dos concursos e provas de habilitação, prescritas em 1956.

ELABORAÇÃO ORÇAMENTARIA

Com a adoção de novos métodos de trabalho, introduziram-se inovações na técnica orçamentária da proposta de 1956. Por isso, o orçamento para 1957 traduz, em quadros discriminativos da despesa, o custo dos programas de trabalho de cada repartição. As propostas parciais foram organizadas para simplificação da proposta geral, mediante quadros e tabelas adequadas. Na elaboração das estimativas da receita pública federal, promoveu-se o levantamento de dados econômicos e financeiros, expressos em índices e séries estatísticas. Aperfeiçoou-se o método de previsão da receita, com o que se obteve a redução ao mínimo dos erros de estimativa. Investigações foram realizadas para indicação de novas fontes de renda, a fim de atender a financiamentos extraordinários ou especiais, e também, para cobrir o aumento da despesa geral.

Outro aspecto a ressaltar, no tocante à elaboração orçamentária, é o estudo da padronização dos critérios gerais de orçamentos, balanços e demonstrações de contas das autarquias federais, com o propósito de aperfeiçoar os processos de controle dessas

entidades e de determinar-lhes o custo unitário, em cada caso. Várias autarquias já foram enquadradas nos novos esquemas.

A par dessas medidas, outras foram tomadas com o objetivo de sistematizar a administração orçamentária, tais como: 1) organização de planos de prioridade de pagamentos e de contenção de despesa; 2) acompanhamento da execução dos Decretos números 39 282 a 39 301, de 1.º de junho de 1956, originados do «Encontro dos Bispos do Nordeste».

Torna-se oportuno ressaltar alguns aspectos da maior atualidade, com respeito à administração orçamentária. A experiência do primeiro ano de governo permite reafirmar o princípio de que a elaboração do orçamento deve processar-se sob a autoridade direta do Chefe do Poder Executivo, através do órgão próprio ao mesmo subordinado. Mantendo-se equidistante das diversas unidades administrativas, poderá tal órgão melhor planejar e acompanhar a política administrativa do Governo, consubstanciada no programa orçamentário.

Constituindo instrumento básico de planejamento administrativo, econômico e social, exerce o orçamento influência decisiva na criação da riqueza, com o que impulsiona os fatores de formação e expansão da renda nacional. De acordo com essa concepção, inerente ao dinamismo do Estado hodierno, o orçamento não pode subsistir apenas como peça contábil. Ao contrário, transcende dos limites de mero controle escritural, para se tornar meio sensível de aferição da conjuntura econômica e financeira do País.

ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

No setor de Organização e Métodos, empreenderam-se trabalhos fundamentais atinentes à estrutura de diversos órgãos da administração, através de regimentos, assim como estudo e levantamento de diversas rotinas de trabalho, indispensáveis à execução daqueles regimentos.

Neste particular, houve estreita articulação dos órgãos técnicos com a Comissão de Simplificação Burocrática (C.O.S.B.), a qual elaborou três Manuais de Simplificação: o de «Distribuição de Trabalho», o de «Processamento» e o de «Contagem de Volu-

mes», que são os primeiros trabalhos do gênero escritos em português, e cujo principal objetivo é a preparação de chefes para a implantação de um programa de simplificação de trabalho.

Levantamentos estão sendo realizados pela C.O.S.B. e suas subcomissões das atuais rotinas de serviços em órgãos de administração geral e específica, os quais servirão de base para o estudo das simplificações a serem postas em prática. Vêm tendo preferência os setores de maior contacto com o público que, na verdade, não pode perder tanto tempo nas repartições criadas para servi-lo.

Já pode ser apontado, como uma das simplificações que virá beneficiar grande número de contribuintes, o formulário de declaração de rendimentos, privativo dos assalariados, o qual, de três fôlhas, foi reduzido a uma, com economia de tempo e material. Há, ainda, que salientar a descentralização dos pagamentos a cargo do Tesouro Nacional. Os inativos e pensionistas do serviço público federal, sujeitos hoje ao preenchimento de inúmeras e demoradas formalidades, nos processos de aposentadoria e pensão, altamente se beneficiarão com as medidas de simplificação por adotar dentro em breve.

EDIFÍCIOS PÚBLICOS

No setor de edifícios públicos, a atividade do Governo compreendeu, em 1956, a elaboração de projetos, estudos e pareceres sobre obras públicas no valor global de Cr\$ 389 143 435,00.

O Escritório Técnico da Universidade do Brasil, órgão transitório de planejamento e execução da Cidade Universitária do Brasil, prosseguiu em 1956 no desenvolvimento de suas atividades normais, embora com recursos limitados.

Não obstante, foi mantido ritmo alentador de trabalho dentro dos esquemas, previamente traçados, estando o Hospital de Clínicas com a estrutura em concreto armado quase concluída e as alvenarias do Bloco «A» terminadas. A Faculdade de Arquitetura, por sua vez, encontra-se em fase avançada de execução, bem como a Escola Nacional de Engenharia. Diversas obras complementares e de urbanização já se acham em franco progresso, destacando-se a Ponte «Oswaldo Cruz», com 26 metros de largura e 200 de extensão.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Em minha Mensagem anterior, assinalei a necessidade de mudanças estruturais na Administração Pública, além da racionalização dos seus métodos, a fim de que os órgãos administrativos se capacitassem melhor para, no exercício de suas atribuições, cumprir fielmente as diretrizes governamentais.

Para colaborar no exame dos problemas suscitados por uma reforma do vulto e complexidade da que se faz mister, foi criada a Comissão de Estudos e Projetos Administrativos (C.E.P.A.), constituída de administradores, com rica e expressiva experiência em funções públicas relevantes. A referida Comissão empenha-se em coletar dados e informações e realizar análises e estudos, devendo concluir, brevemente, a primeira etapa de seus trabalhos com algumas sugestões concretas, já em fase de discussão final.

Devo assinalar o interesse com que acompanho o projeto sobre a Reforma Administrativa ora em tramitação no Congresso Nacional, e a certeza de que mais uma vez concorrerá êle para assegurar ao Poder Executivo os meios de promover o rápido e produtivo funcionamento da Máquina Administrativa.

Sistema Geográfico e Estatístico

Assentada nos melhores princípios da cooperação interadministrativa, a ação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística se desenvolveu eficazmente, através do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística, cujas atividades, ampliadas e sensivelmente aperfeiçoadas, possibilitaram informações básicas sobre a vida brasileira.

REUNIÕES INTERNACIONAIS

Na linha de atividades que se atribuem ao I.B.G.E., merece especial referência a sua participação em reuniões internacionais, em que se destaca por uma colaboração de alto valor, sobretudo no tocante aos problemas interamericanos.

No ano de 1956, dois conclave exigiram estudos e trabalhos de grande responsabilidade: a) o XVIII Congresso Internacional

de Geografia, reunido nesta capital, primeiro do gênero no Hemisfério Sul, acontecimento de alta repercussão mundial que congregou representantes de 38 Nações dos cinco continentes e examinou 328 teses da maior significação em todos os ramos da ciência geográfica. Ao Conselho Nacional de Geografia coube organizar o Congresso, cujas conclusões ofereceram resultados fecundos para a divulgação de conhecimentos sobre o Brasil. Além de editar livros-guia para as excursões dos congressistas, promoveu a montagem da Exposição Cartográfica, que logrou merecido êxito; b) a IV Reunião da Comissão de Melhoramentos das Estatísticas Nacionais (COINS), realizada em Washington, Estados Unidos da América, durante a qual foi o Brasil distinguido com a eleição, para Vice-Presidente da Junta Coordenadora, do Secretário-Geral do Conselho Nacional de Estatística, e com a recondução do Diretor do Núcleo de Planejamento Censitário ao cargo de membro da Subcomissão de Censos.

Em 1957, deverá o I.B.G.E. participar da XXX Sessão do Instituto Internacional de Estatística, que se reunirá em Estocolmo, Suécia, cabendo-lhe coordenar a representação brasileira e apresentar estudos sobre as questões constantes do respectivo temário.

ATIVIDADES GEOGRAFICAS

O Conselho Nacional de Geografia desenvolveu satisfatoriamente suas atividades técnicas e administrativas, tendo reunido, em agosto, a Assembléia-Geral, integrada de representantes do Governo Federal e dos Governos Regionais. No ano em início, prosseguirá no programa de nivelamento, triangulação, levantamentos mistos e elaboração de cartas, através das quais divulga os trabalhos executados no campo. O setor apresenta progressivo aperfeiçoamento, graças à cooperação de outros órgãos especializados, notadamente o «Inter-American Geodetic Survey», o qual vem, desde alguns anos, fornecendo valioso material técnico, inclusive equipamento, e possibilitando o aprimoramento de técnicos nacionais, mediante cursos especializados no estrangeiro. Quanto à execução de mapas, o Conselho programou para 1957 a impressão de 11 fôlhas da Carta Geral do Brasil e a elaboração de nova edição correta e atualizada do Mapa do Brasil. Serão concluídos

os Mapas Corográficos do Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco, elaborados em cooperação com os Governos dessas Unidades da Federação.

Com o objetivo de fornecer os elementos de precisão necessários à elaboração de nova Carta do Estado do Rio de Janeiro, a ser confeccionada em cooperação com o Departamento Geográfico do Estado, o Conselho cuidará, em 1957, da restituição aerofotogramétrica do recobrimento fotográfico do Estado, que vem sendo executado pela Força Aérea Brasileira, segundo os planos traçados e aprovados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Acôrdo Cartográfico.

ATIVIDADES ESTATÍSTICAS

Orientadas tècnicamente pelo Conselho Nacional de Estatística, as atividades estatísticas se processaram com regularidade e apresentaram apreciável desenvolvimento.

O problema de instalação das Inspetorias Regionais de Estatística Municipal, nos Estados e Territórios Federais, mereceu especial atenção, havendo sido adquiridas sedes próprias em algumas capitais estaduais. Registraram-se, outrossim, doações de terrenos e, mesmo, de prédios para as Agências Municipais de Estatística, em expressiva demonstração da perfeita articulação do sistema estatístico brasileiro, ampliando as linhas básicas dos compromissos assumidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal. Já foi instalada em Brasília, para fins estatísticos, uma Delegacia Especial de investigação geográfica e incentivo cultural.

A execução dèsses acôrdos representa valioso processo de integração da ordem administrativa municipal na vida nacional. As raras exceções estão sendo objeto de apreciação e providências.

Dentro do espírito que o tem norteador, no sentido do pleno aproveitamento das virtualidades da cooperação interadministrativa, o Conselho dará o apoio da rède de Agências Municipais a campanhas de interêsse geral, como a de fundação de bibliotecas em todos os Municípios, ora em fase adiantada de estudos.

As atividades da Escola Nacional de Ciências Estatísticas continuam contribuindo para a formação e aperfeiçoamento dos técnicos destinados à constituição do corpo de especialistas, indispensável à expansão dos trabalhos estatísticos.

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS DO SISTEMA

Planos e instruções expedidos em tempo hábil, rápida expedição de material, coleta e demais fases de elaboração em ritmo intenso permitiram resultados auspiciosos, no que respeita à grande atualidade das operações de inquéritos efetuados pelos órgãos integrantes do sistema. Esforços coordenados empregaram-se na apuração, a cargo dos Serviços de Estatística dos Ministérios do Trabalho e da Agricultura, dos dados do Registro Industrial, referentes aos exercícios de 1955, 1956 e 1957. O plano de trabalho elaborado prevê a apuração integral dos elementos constantes dos questionários, inclusive os que se referem às matérias-primas consumidas e aos produtos elaborados, cuja discriminação, por produto, ainda não fôra realizada com êxito. Essas apurações visam não só ao perfeito conhecimento da produção industrial do País, como ao levantamento do quadro de inter-relações do campo industrial brasileiro.

Outras apurações, como a do comércio interestadual por vias internas, a dos inquéritos econômicos — que registram aspectos de maior interesse nas atividades do comércio atacadista e da indústria, — e a das estatísticas de interesse militar, tiveram acentuado desenvolvimento, ao lado da coleta de elementos para atualização das *Tábuas Itinerárias Brasileiras*.

ANÁLISES ESTATÍSTICAS

No setor de análise estatística, tiveram seguimento as séries de estudos sobre a mortalidade, e foram concluídas as relativas à alfabetização das crianças e à distribuição territorial dos estrangeiros.

Novos aspectos da demografia do Brasil, da maior importância, notadamente pela demonstração da aplicabilidade de métodos originais de análise, tornaram-se possíveis com as últimas

discriminações dos resultados censitários de 1950. Igualmente, certas tendências da população puderam ser definidas, sendo lícito afirmar que o sistema estatístico brasileiro detém elevada reputação nesse campo de estudos.

No setor econômico, prosseguiu a compilação dos números-índices das quantidades, dos preços e do valor total do comércio internacional e de cabotagem.

Ao lado dos números-índices das exportações e das importações, baseados nos valores em cruzeiros, calcularam-se outros com base nos valores em dólares. Estes se revelaram mais apropriados à representação correta da posição do Brasil no comércio internacional, dadas as constantes alterações dos valores em cruzeiros, decorrentes da multiplicidade das taxas de câmbio.

Tiveram andamento as séries dos números-índices da produção agrícola, de origem animal, extrativa vegetal e extrativa mineral, e ampliaram-se os cálculos de números-índices da produção industrial.

Novas pesquisas sobre a composição das famílias e de outros aspectos demográficos apurados pelo Censo de 1950; cálculos de diversos números-índices com mudança da respectiva base, para fins de comparabilidade internacional; e outros trabalhos de laboratório, serão empreendidos e divulgados.

DIVULGAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Os principais dados da estatística brasileira, não só os elaborados diretamente pelos órgãos do próprio Conselho ou a êle filiados — nos Ministérios, nas administrações estaduais e municipais —, mas também por entidades especializadas, são apresentados no *Anuário Estatístico do Brasil*, cuja edição de 1956 foi entregue à circulação a 12 de dezembro, com um índice de atualização não alcançado antes.

Outras publicações amplamente informativas — *Boletim Estatístico*, *Revista Brasileira de Estatística* e *Revista Brasileira dos Municípios* — foram lançadas, inclusive uma em francês, «Brésil d'Aujourd'hui». Prosseguiu a divulgação das monografias municipais e da série de *Flagrantes Brasileiros*. Além disso, foram lançados os primeiros volumes da «Coleção Teixeira de Freitas».

constituída de ensaios sobre temas brasileiros, com base em dados estatísticos.

Com a publicação da *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*, não somente será atendido um dos itens de compromissos da entidade com as administrações comunais, como também oferecida ao público em geral apreciável conjunto de conhecimentos históricos, geográficos, econômicos, político-administrativos e sociais.

Em cooperação com o Conselho Nacional de Estatística, o Conselho Nacional de Geografia contribuirá para a organização dessa Enciclopédia mediante o fornecimento de documentação fotográfica com legendas explicativas, mapas municipais, além de texto geral introdutório relativo a cada região do País. A primeira parte desse trabalho, a ser editada em 1957, compreenderá a Região Norte, abrangendo os Estados do Amazonas e Pará e os Territórios Federais de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá.

Desincumbiu-se o Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em regime industrial, do lançamento das publicações técnicas, da produção de grande cópia de material de expediente e de instrumentos de coleta. A colaboração do Instituto manifestou-se, por intermédio do Serviço Gráfico, em campanhas culturais e cívicas, valendo registrar a grande tiragem da edição, em miniatura, da Constituição Federal, em comemoração ao 10.º aniversário da Lei Básica do País.

No setor das atividades geográficas específicas, pôde ainda o Conselho ultimar a elaboração do *Atlas Escolar do Brasil*, em regime de colaboração com o Departamento Nacional de Educação. A edição prevista, de 100 000 exemplares, possibilitará à juventude estudiosa do País correto conhecimento geográfico do território nacional.

Está prevista a conclusão do *Atlas de População-Brasil*, que incluirá mapas de crescimento e distribuição da população, acompanhados de textos explicativos. Projeta-se também a elaboração da *Geografia do Brasil*, parte sistemática regional.

No setor cultural, registrou-se a publicação periódica do *Boletim Geográfico* e da *Revista Brasileira de Geografia*. A coleção «Biblioteca Geográfica Brasileira» foi enriquecida com o volume *Estudos Rurais da Baixada Fluminense*, dedicado a temas de atualidade para a economia regional.

O Conselho, visando a documentar a construção de Brasília, filmará os trabalhos que ora se desenvolvem para a interiorização da Capital do País.

A divulgação sistemática dos resultados definitivos do Recenseamento de 1950, que se fará em 50 tomos, prosseguiu, em 1956, com a publicação de mais 16, o que elevou para 40 o número de tomos já entregues ao público.

ATIVIDADES CENSITÁRIAS

Desde 1940, os Recenseamentos Gerais do País vêm sendo executados por um órgão de natureza transitória, criado nos anos de milésimo oito e extinto logo após a publicação dos respectivos resultados.

A experiência com os dois últimos recenseamentos vem positivar sérios inconvenientes do atual sistema censitário brasileiro. Na maioria dos países, com longa tradição em pesquisas dessa natureza, a execução dos recenseamentos fica sob a responsabilidade de repartições permanentes. Dentre outras razões, a estabilidade do órgão censitário se justifica pelo fato de que o planejamento dos censos deve ter início alguns anos antes da data marcada para sua realização. Além disso, o aperfeiçoamento das pesquisas censitárias depende da manutenção, em caráter efetivo, de uma equipe de servidores especializados, o que não será viável se persistir a transitoriedade da repartição responsável pela execução dos recenseamentos.

Por todos estes motivos, pelas determinações da legislação vigente e pelos compromissos assumidos em reuniões de organismos internacionais, aos quais está filiado o sistema estatístico brasileiro, a Junta Executiva Central decidiu criar, subordinado à Secretaria-Geral do Conselho, o Núcleo de Planejamento Censitário que, ainda de existência transitória, será substituído por um órgão de caráter permanente. Este Núcleo deu início aos trabalhos preparatórios do próximo Recenseamento Geral, que se integrará no Programa do Censo da América de 1960, do Instituto Interamericano de Estatística, como parte do plano do Censo Mundial de População, Habitação e Agricultura, preconizado pelas Nações

Unidas. Determina a legislação vigente que os recenseamentos gerais brasileiros sejam realizados nos anos de milésimo zero, abrangendo ainda os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços. Tendo em vista a inconveniência da execução simultânea desses inquéritos, o Conselho Nacional de Estatística já propôs as medidas necessárias à modificação da lei em vigor, prevendo-se dois ciclos de levantamentos censitários, nos anos de milésimo zero, para os Censos de População, Habitação e Agricultura e, nos de milésimo três e oito, para os Censos Industrial, Comercial e dos Serviços.

Além disso, o Núcleo executará, no primeiro semestre de 1957, o censo experimental de população, na Cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais. Ultimou o plano de utilização de equipamento mecânico na apuração dos próximos censos, estando em estudo a conveniência do emprêgo de aparelhos eletrônicos, para mais rápida e eficiente conclusão dos trabalhos censitários.

CAPITULO III

RELAÇÕES EXTERIORES

Meu primeiro ano de governo coincidiu com um período particularmente grave da situação internacional, pois se viam dissipar, por sombrias ameaças, as esperanças de paz longamente acarinhadas pelos povos, ainda malferidos, sob a impressão dos horrores da Segunda Grande Guerra.

Acontecimentos recentes deixaram entrever quão frágil era a contextura da paz e da segurança entre as Nações. Mas o paciente trabalho de reaproximação, a que se entregaram estadistas e homens de boa vontade, veio revelar que não é uma quimera a convivência pacífica dos povos livres e sempre se pode fazer algo para poupar à humanidade os horrores de nova conflagração.

A certo momento, tornara-se generalizado o temor da guerra. E o mundo parecia haver-se resignado à perspectiva de torvos dias. Mas o anelo de paz sobrepujou as ameaças que pesavam sobre a civilização, e a crise foi debelada, ensejando novas oportunidades de entendimentos e negociações.

Ao iniciar-se o ano de 1957, sente-se que renasceram as esperanças e a confiança se vai firmando progressivamente. A coexistência, palavra não raro empregada para mascarar subterrâneas manobras de desagregação e divisão, encerra, contudo, nos propósitos das Nações democráticas, seguras possibilidades de pacificação, que jamais poderiam ser abandonadas.

O Brasil desempenhou ativo papel na tarefa de preservação dessa paz, que cumpre fortalecer e aperfeiçoar. Nossa diplomacia acompanhou tôdas as fases da crise, atuando onde quer que se procurassem meios e maneiras de resolvê-la. Os conselhos de nossa Chancelaria e o exemplo de nosso atuante pacifismo — sempre fiel ao princípio de solução jurídica das controvérsias internacionais — são contribuições objetivas de nosso País à manutenção da paz e do equilíbrio internacional. Deve ser acentuada a colaboração de nossos jovens, chamados a participar de uma ação coletiva, destinada a restabelecer o império da lei internacional e a amortecer o choque, já declarado, entre países com os quais mantemos relações amistosas. É tradição da diplomacia brasileira, no quadro de seus compromissos e responsabilidades, trabalhar sem desfalecimentos pela paz e pela coexistência. Já ninguém duvida que uma nova conflagração mundial, com suas catastróficas consequências para a humanidade, significará o fim da civilização. Será sempre preferível uma paz precária e indecisa à ruptura definitiva do convívio que ainda se consegue manter, apesar da desconfiança reinante, que desejamos transitória.

Nenhum esforço deve ser poupado para eliminar ou atenuar, entre nós, o desassossêgo, que lavra pelo mundo, perturbando o ritmo do nosso trabalho e do nosso desenvolvimento. Cumpre repelir a inevitabilidade da guerra, estimular os meios de evitá-la e criar condições favoráveis à plena e permanente convivência pacífica das Nações.

Fatos e circunstâncias recentes vieram dar realce à posição do Brasil no cenário internacional. Somos, agora, chamados a assumir posição de primeiro plano, ao lado das Grandes Potências. E devemos aceitar, com espírito resoluto e generosidade de atitudes, os riscos, deveres e responsabilidades que decorrem de inelutável processo de desenvolvimento histórico. As transformações políticas

e econômicas do mundo contemporâneo, as súbitas mutações, no escalonamento do poder e da influência dos impérios e das potências, impõem que reaparelhemos a nossa diplomacia, mediante a adoção de métodos e critérios mais dinâmicos, a fim de apurá-la como organismo plenamente capacitado para a defesa dos nossos interesses no Exterior. Fôrça é que as relações financeiras e comerciais do País com o Exterior sejam reexaminadas e ajustadas à política do desenvolvimento econômico que o Govêrno vem pondo em prática.

A visita que fiz, como Presidente eleito, aos Estados Unidos da América, Países Baixos, Reino Unido, Bélgica, Luxemburgo, França, Alemanha, Itália, Espanha e Portugal, deu ensejo a um primeiro contacto com os complexos problemas de nossa política externa. Foram-nos proporcionados encontros proveitosíssimos com Chefes de Estado, estadistas, dirigentes, homens de negócios e industriais. Em tôda parte, fomos recebidos com interêsse e carinho, sobretudo com atenção e respeito. Aos Estados Unidos da América, cuja amizade é uma constante de nossa política exterior, levamos a promessa de uma colaboração política, econômica, financeira e militar, em bases realistas, longe da linguagem fria da diplomacia antiga. À Europa levamos a esperança de laços mais sólidos e de uma cooperação mais objetiva. A todos, de um e de outro lado do Atlântico, demos a garantia de que o Brasil é um país aberto ao trabalho e ao capital estrangeiro, desde que honesta e sinceramente desejem empenhar-se conosco no esforço pelo nosso desenvolvimento econômico. Os acôrdos concluídos em matéria de financiamentos, cooperação econômica e cultural, transferência e extensão de indústrias, demonstram inequivocamente que tal ajuda é não apenas possível, mas efetiva, não apenas necessária, mas essencial.

Essa viagem proporcionou-me ainda a gratíssima oportunidade de ser recebido, em audiência solene e especial, por Sua Santidade, o Papa Pio XII, que com paternal benevolência me fêz portador de uma bênção especial para o povo brasileiro. Dela conservo a mais carinhosa recordação.

A reunião dos Chefes de Estado Americanos no Panamá proporcionou base mais sólida ao sistema pan-americano, com resul-

tados concretos e consolidou uma política continental de colaboração mais estreita. E a instituição do Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais veio assegurar continuidade ao tratamento de assuntos de interesse comum e contribuir para harmonizar e conjugar a ação diplomática dos países do Hemisfério. Os contactos que estabelecemos no Panamá, em ambiente de cordialidade, foram fecunda experiência, capaz de produzir os melhores resultados para a causa da paz na América.

No âmbito continental, o Governo procurou reforçar os laços que sempre nos uniram às Repúblicas irmãs do Hemisfério. A visita, ao Brasil, do Presidente da Bolívia, o Senhor Hernán Siles Zuazo, ofereceu-nos excelente ensejo para o estudo de medidas adequadas à melhor cooperação econômica entre os dois países. Examinaram-se problemas relativos à conclusão da ponte sobre o Rio Grande, na Estrada de Ferro Corumbá — Santa Cruz-de-la-Sierra, de tanta significação econômica para o Brasil e para a Bolívia. As negociações e entendimentos, desde então celebrados, permitem acreditar que, em breve, poderemos assentar medidas para a execução do Tratado de 25 de fevereiro de 1938, sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano.

Nesse mesmo quadro de aproximação amistosa e de proveitos recíprocos, figuram os entendimentos que mantivemos com o Paraguai, quando me foi dado encontrar com o Presidente desse País amigo na Foz do Iguaçu, bem como as conversações havidas em Montevideu, por ocasião da visita, ao Uruguai, de nosso Ministro das Relações Exteriores. O Governo pode, pois, afirmar que a diplomacia do Brasil teve as vistas voltadas para o Continente, num espírito de amizade e de compreensão mútuas.

Fiel às suas origens históricas e à sua vocação democrática, o Brasil acompanha com simpatia o movimento de libertação dos povos que aspiram à independência e à autonomia. Dentro dos limites das leis vigentes, fizemos o melhor possível para assegurar a entrada, no País, dos refugiados húngaros que nos procuravam, animados do desejo de viver num clima de liberdade e de justiça.

Em suma, nosso trabalho tem sido e será um trabalho de paz. Não atribuímos à paz um conceito estático ou negativo, de mera

ausência de guerras ou de conflitos armados. Aceitamo-la como idéia essencialmente dinâmica, impulsionada por um instinto profundo que exige se assegurem, a cada um, os frutos de seu trabalho e o livre gozo de seus direitos inalienáveis. Não será estável nem permanente a paz calcada sobre a miséria de uns, em contraste com a opulência ou o desinteresse de outros.

O Governo tem diligenciado proporcionar à nossa diplomacia condições e meios que aumentem a sua eficiência e ampliem a projeção do Brasil no campo internacional. Diplomacia alguma será forte, se forte não for o país cujos interesses ela defende; nenhuma ação diplomática será persuasiva, se persuasiva não for a causa nacional que ela traduz. Devemos ter consciência de nossos direitos e coragem de proclamá-los, sem imposições nem arrogância, mas também sem tibieza nem desfalecimentos. Na verdade, nada exigimos de mais, quando apenas pleiteamos aquilo que nos é devido.

Política Internacional

A QUESTÃO DE SUEZ

O Conselho de Segurança das Nações Unidas, reunido para tratar da questão de Suez, se viu impossibilitado de tomar qualquer decisão, em virtude do uso do chamado direito de veto, por parte do Reino Unido e da França. Em consequência, foi convocada uma Sessão Especial de Emergência, e esta prolongou os seus trabalhos até à abertura da XI Sessão da Assembléia-Geral. Entre as decisões adotadas, com o voto do Brasil, duas se destacam por sua excepcional importância. A primeira, estabelecendo a cessação imediata das hostilidades, foi cumprida na noite de 7 para 8 de novembro, quando cessou o fogo em toda a frente. A segunda determinou ao Secretário-Geral da O.N.U. que elaborasse um plano para constituição de uma força de Emergência das Nações Unidas, destinada a operar na região conflagrada e a impedir o reinício das hostilidades. O plano do Secretário-Geral foi logo aprovado, e decidiu-se constituir uma Comissão Consultiva de sete países, entre os quais o Brasil, para

assessorá-lo nas questões relativas à Força de Emergência. Um oficial brasileiro foi escolhido para integrar o grupo de três assessores militares do Secretário-Geral da O.N.U. Nessa oportunidade, ficou patenteado, mais uma vez, o alto conceito de que goza o Brasil nas Nações Unidas.

Não podíamos fugir à responsabilidade que nos foi atribuída pela O.N.U., e o Governo se dirigiu ao Congresso Nacional, em mensagem de 8 de novembro, submetendo-lhe o assunto. Por decreto legislativo, foi o Poder Executivo autorizado a determinar as providências necessárias a que o Brasil contribuísse com um batalhão para integrar a Força de Emergência. Como é de conhecimento público, essa tropa já se encontra na área que lhe foi designada, na região do Suez.

OS ACONTECIMENTOS NA HUNGRIA

Desde que se tornou conhecida a insurreição do povo húngaro, o Governo Brasileiro não hesitou em fazer sentir seu firme repúdio à ostensiva intervenção de potência estrangeira em assuntos internos daquele país, com flagrante violação dos princípios do Direito Internacional e da Carta das Nações Unidas.

No decorrer da 1.^a Sessão Especial de Emergência e da Sessão Regular da Assembléia-Geral da O.N.U., o Brasil deu voto favorável a diversas resoluções, afinal adotadas, que condenaram a ação militar da U.R.S.S., exigiram a retirada de forças estrangeiras do território magiar, pediram a realização de eleições livres na Hungria e solicitaram o auxílio dos Estados-Membros para o fornecimento de víveres à população e ajuda efetiva aos refugiados. Como auxílio direto, o Brasil concedeu ao Alto Comissariado das Nações Unidas a importância de US\$ 30 000,00, em favor de refugiados húngaros, e decidiu receber três mil imigrantes magiares, aos quais estão sendo concedidos documentos especiais de viagem, além de vistos gratuitos. Ato recente do Governo permitiu a entrada de mais sete mil desses imigrantes e concedeu mais US\$ 10 000,00, em favor deles. Muitos já foram acolhidos em lares brasileiros, em condições de recomeçar vida de trabalho e tranqüilidade.

Nesse programa humanitário, vêm colaborando o Itamarati, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, o Departamento do Interior e Justiça e o Departamento Federal de Segurança Pública.

OUTROS ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS

O Brasil reconheceu a independência do Marrocos, da Tunísia e do Sudão. Concordou com a Suécia na elevação, à categoria de Embaixada, das respectivas missões diplomáticas em Estocolmo e no Rio de Janeiro. Aderiu ao tratado que estabelece a independência da Áustria. Além desses atos, foram mantidas em ritmo normal nossas relações com os países amigos.

Cabe salientar os esforços que temos envidado para proteger os interesses de Portugal na União Indiana, procurando, quando necessário, ajudar cidadãos daquele país que têm interesses no Estado português da Índia. Vimo-nos mantendo fiéis à neutralidade a que nos obriga o mandato recebido, alentados sempre pela esperança de que a divergência entre Portugal e a União Indiana venha a resolver-se de maneira pacífica.

Política do Continente Americano

DEFESA CONTINENTAL

Preocupações comuns, ligadas à necessidade de defesa do Hemisfério, levaram os Governos do Brasil e dos Estados Unidos da América a entabular negociações para a conclusão de um Ajuste, nos termos e no âmbito do Tratado de Assistência Recíproca, firmado no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1947, e do Acórdão de Assistência Militar, celebrado em 15 de março de 1952. Ambos esses atos foram objeto de aprovação do Congresso Nacional.

Visou tal Ajuste à construção, na Ilha de Fernando de Noronha, de instalações de natureza eletrônica, relacionadas com o acompanhamento de projéteis teleguiados, com o que se buscou o fortalecimento da defesa conjunta do território brasileiro e do continente americano.

O Governo, através do Ministério das Relações Exteriores, ouviu, em tôdas as fases das negociações, a opinião dos titulares das Pastas Militares e do Chefe do Estado-Maior das Fôrças Armadas. O Conselho de Segurança Nacional também examinou detidamente o assunto, aprovando-o em sessão especial.

O Ajuste, finalmente concluído por notas reversais de 19 de janeiro último, estipula que o Governo dos Estados Unidos da América, tendo em vista que o Governo do Brasil considera acrescidas suas responsabilidades com o estabelecimento das referidas instalações em Fernando de Noronha, concorda em fazer imediatamente, com o Governo Brasileiro, um exame da extensão das novas responsabilidades assumidas.

REUNIÃO DOS CHEFES DE ESTADO AMERICANOS

Em comemoração ao 130.º aniversário do Congresso do Panamá — a primeira das conferências de nações americanas — realizou-se, na capital da República do Panamá, e a convite do Presidente daquele País, uma reunião a que compareceram quase todos os Chefes de Estado Americanos, inclusive o do Brasil.

A reunião obteve inigualável êxito como reafirmação dos princípios do pan-americanismo e atingiu plenamente seu objetivo de estreitar, ainda mais, os vínculos que ligam os povos dêste hemisfério, mostrando ao mundo um continente coeso na defesa de seus interêsses comuns e tradicional solidariedade. Na declaração oficial então subscrita, os Chefes de Estado reafirmaram sua confiança naqueles princípios, no êxito da Organização dos Estados Americanos e no papel da América como baluarte das liberdades do homem e da independência das Nações.

COMITÊ INTERAMERICANO DE REPRESENTANTES PRESIDENCIAIS

No decorrer dos trabalhos, o Presidente dos Estados Unidos da América sugeriu a criação de um Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais, com o objetivo de estudar os meios de imprimir maior eficácia à Organização dos Estados Americanos e debater os problemas fundamentais da cooperação regional, em todos os setores.

Em sua sessão inaugural, ocorrida na cidade de Washington, o Comitê tomou conhecimento das propostas apresentadas, entre as quais figuram três do Brasil, buscando definir as metas e prioridades da cooperação interamericana, aperfeiçoar o programa de cooperação técnica da O.E.A., a organização e o funcionamento do Conselho Interamericano Econômico e Social.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Também na Organização dos Estados Americanos se fêz sentir a presença do Brasil, seja no Conselho e respectivas Comissões, na União Pan-Americana, seja nos diversos Organismos Especializados. O Brasil participou de nove das quinze Comissões do Conselho, a saber: Comissão de Conferências Interamericanas; Comissão de Publicações e Informação Pública; Comissão de Finanças; Comissão de Regulamento do Conselho e da U.P.A.; Comissão dos Órgãos do Conselho; Comissão de Assuntos Jurídico-políticos; Comissão Preparatória da XI Conferência Interamericana; Comissão Geral; Comissão de Homenagem à Memória de Cordell Hull.

O Delegado do Brasil foi eleito, por unanimidade, Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos e reeleito Presidente da Comissão de Conferências Internacionais.

Realizou-se, na cidade do México, a III Reunião do Conselho Interamericano de Jurisconsultos. Foi então aprovada uma proposta, de autoria da Delegação Brasileira, relativa à apresentação de reservas em tratados multilaterais. O Governo Brasileiro não se opôs à idéia da criação de uma Côrte Interamericana de Justiça, mas seu assentimento definitivo foi condicionado à forma de que venha a Côrte revestir-se e à sua relação com o sistema pan-americano de soluções pacíficas.

Reuniu-se, em Ciudad Trujillo, a Conferência Especializada sobre Mar Territorial e Plataforma Submarina, na qual se fêz o Brasil representar.

Mostrou-se o Brasil favorável à revisão do Tratado Americano de Soluções Pacíficas, ou à elaboração de novo Tratado sobre a matéria, segundo os termos do art. 23 da Carta de Organização dos Estados Americanos.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA

A Resolução 101 do VI Período de Sessões da CEPAL criou um Comitê de Comércio, cujo Primeiro Período de Sessões se realizou em Santiago do Chile, com a participação do Brasil.

Foi discutida, nessa reunião, a possibilidade de multilateralização do comércio dos países latinos do Hemisfério, matéria que constituiu a essência do campo de estudo do Comitê, havendo sido salientada, graças à intervenção da Delegação Brasileira, a necessidade de que tal transformação no sistema de comércio da região seja feita cautelosa e metódicamente. Examinou-se, também, a criação de um mercado regional para produtos dos países latino-americanos, havendo-se, igualmente, apontado as dificuldades que perturbariam a realização imediata de tal projeto.

BRASIL-ARGENTINA

A adoção, pela República Argentina, de uma política econômica livre e a extinção do Instituto Argentino de Promoção do Intercâmbio acarretaram modificações no intercâmbio argentino-brasileiro, sobretudo durante o primeiro semestre de 1956. Com o fim de encontrar solução para os problemas surgidos, reuniu-se em Buenos Aires a Comissão Mista Brasil-Argentina. Em consequência, foram assinados ajustes que, atendendo aos sistemas de câmbio e comércio exterior, permitam a normalização do comércio entre os dois países.

Em vista das modificações advindas às condições que serviram de base ao regime de comércio e pagamento entre os dois países e da impossibilidade de ser negociado novo acôrdo, já que a lei brasileira de comércio exterior tinha vigência somente até 31 de dezembro, os Governos do Brasil e da Argentina estabeleceram, por troca de notas, as condições em que seriam aplicadas, até a assinatura dos novos acôrdos, as estipulações do Ajuste Provisório de Pagamentos, de 25 de junho de 1954.

De conformidade com o vigente Ajuste sobre compra de trigo, foram adquiridas, em 1956, 766 mil toneladas de trigo em grão, ao preço, FOB, de US\$/CAB 62.50, e 16 800 toneladas de farinha de trigo, ao preço, FOB, de US\$/CAB 88.74, cujos

embarques estão sendo efetuados à base de, aproximadamente, 100 mil toneladas mensais.

BRASIL-BOLÍVIA

O Brasil recebeu, como hóspede oficial, o Presidente eleito da Bolívia, Senhor Hernán Siles Zuazo. Essa visita, além de reforçar os laços de amizade que nos unem ao povo boliviano, propiciou um estudo minucioso de medidas tendentes a solucionar os problemas relativos à complementação econômica e intensificação do intercâmbio entre os dois países.

A única obra de vulto que falta realizar na ferrovia Corumbá-Santa Cruz-de-la-Sierra é a ponte sobre o rio Grande, que deverá ter 1,4 km de extensão. Tanto os trabalhos de concretagem, quanto a montagem da estrutura metálica encontram-se bastante adiantados. Foi concedido à Comissão Mista Ferroviária Brasileiro-Boliviana um crédito de Cr\$ 90 000 000,00, para a construção dessa ponte, e outro de Cr\$ 12 000 000,00, para aumentar a capacidade de transporte de combustíveis da Comissão, destinando-se à compra de 12 vagões-tanque, ao pagamento de outros doze anteriormente adquiridos e às despesas complementares indispensáveis.

As negociações referentes à exploração de petróleo na área delimitada nas Notas Reversais de 17 de janeiro de 1952 estão sendo favoravelmente encaminhadas pelos Governos do Brasil e da Bolívia, esperando-se, em breve, sejam assentadas medidas definitivas para a execução do Tratado Sobre Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano, de 25 de fevereiro de 1938.

BRASIL-CHILE

As relações econômicas e comerciais entre o Brasil e o Chile continuam a desenvolver-se segundo as disposições fixadas pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1943, já que, por denúncia do Governo Brasileiro, cessou, em agosto de 1955, a vigência do Convênio de Cooperação Econômica que encerrava disposições complementares ao referido Tratado.

As modificações a serem introduzidas na política econômica e nos regimes de comércio exterior de ambos os países não aconselharam, durante o ano de 1956, a conclusão de acordos que, substituindo as disposições do Convênio de Cooperação Econômica, viessem também ampliar as normas do Tratado vigente.

A Delegação do Brasil à reunião do Comitê de Comércio da CEPAL, aproveitando sua permanência em Santiago, manteve conversações informais com as autoridades chilenas, a fim de inteirar-se das peculiaridades do novo regime de comércio exterior daquele país. O conhecimento direto de tais peculiaridades orientará as autoridades brasileiras no estudo dos novos instrumentos que passarão a reger as relações comerciais e econômicas entre o Brasil e o Chile.

BRASIL-PARAGUAI

Realizou-se em Foz do Iguaçu a cerimônia que marcou o início dos trabalhos de construção da ponte internacional sobre o rio Paraná, com a presença dos Presidentes do Paraguai e do Brasil.

Nessa ocasião, foi emitido um comunicado conjunto, no qual os dois Presidentes, expressando sua profunda satisfação pelas negociações relativas ao intercâmbio comercial brasileiro-paraguaio, concordaram em regulamentar, sem demora, a utilização dos entrepostos de depósitos francos em Paranaguá e Concepción, e em concluir, no mais curto prazo possível, a construção daquela ponte internacional. Convieram, igualmente, na necessidade de ativar o intercâmbio cultural entre o Brasil e o Paraguai, complementando dessa forma os trabalhos dos Institutos de Cultura mantidos no Rio de Janeiro e em Assunção. Resolveram, ainda, constituir uma Comissão Mista, destinada a estudar os meios mais indicados para intensificar os trabalhos da rodovia Concepción — Ponta Porã.

Em dois Convênios já assinados, o Brasil e o Paraguai se concederam, reciprocamente, em Paranaguá e Concepción, entrepostos de depósito franco para as mercadorias exportadas ou importadas pelos dois países. Esses atos derivaram de uma recomendação da Conferência Regional dos Países do Rio da

Prata, realizada em 1941, que determinou o estabelecimento de zonas francas em seus portos fluviais ou marítimos, a fim de satisfazer ao intercâmbio comercial dos países mediterrâneos. Os portos francos de Paranaguá e Concepción adquirirão importância em futuro próximo, quando estiverem concluídas as obras de construção das rodovias que ligarão Assunção a Paranaguá, Concepción a Ponta Porã.

Celebrou-se o Acôrdo, por troca de notas, relativo à construção de uma ponte sôbre o rio Paraná, que permitirá a ligação da rodovia Coronel Oviedo — Pôrto Presidente Franco, em território paraguaio, a Paranaguá — Foz do Iguaçu, em território brasileiro, e concretizará a união rodoviária entre os dois países. Já foi sancionada a lei que abre o crédito especial de Cr\$ 30 000 000,00 para a construção da ponte em aprêço.

Os Governos do Brasil e do Paraguai celebraram, ainda, um Acôrdo, por troca de notas, relativo à construção, em território paraguaio, de uma rodovia ligando Coronel Oviedo a Pôrto Presidente Franco. Essa estrada permitirá, através da ponte sôbre o rio Paraná, ora em construção, ligação rodoviária direta entre Assunção e Paranaguá. Nos têrmos dêsse Acôrdo, os Governos Brasileiro e Paraguaio concordaram em aplicar, na construção da referida rodovia, a quantia de Cr\$ 112 254 777,00, que constituiu um empréstimo do Brasil ao Paraguai, decidindo encarregar da construção da estrada uma Comissão Mista Brasileiro-Paraguaia.

O Ministro das Relações Exteriores visitou Assunção, onde assinou um Tratado Geral de Comércio e Investimentos e um Convênio de Comércio Fronteiriço, prèviamente negociados naquela Capital por uma Missão Comercial Brasileira. Aproveitando a ocasião, Sua Excelência fêz entrega ao Presidente Alfredo Stroessner, em cerimônia especial realizada no Palácio do Governo do Paraguai, do original da «Ata de Reconhecimento da Independência do Paraguai», assinado por Pimenta Bueno e pelo Presidente Carlos Antônio Lopez.

Os Governos do Brasil e da República do Paraguai celebraram um Convênio de Cooperação para o Estudo do Aproveitamento da Energia Hidrelétrica dos Rios Acaraí e Mondai, que,

sendo afluentes do rio Paraná, correm por território paraguaio, cabendo-nos realizar os estudos hidrológicos, topográficos, geológicos e elaborar os anteprojetos e especificações necessários.

BRASIL-URUGUAI

A viagem do Ministro das Relações Exteriores a Montevideu significou não só um gesto de cordialidade e aprêço para com o Uruguai, mas também a inauguração de nova era na obra da aproximação brasileiro-uruguaia. Foram assinados naquela capital dois acôrdos internacionais, um sôbre intercâmbio cultural e outro sôbre transportes aéreos, quatro declarações conjuntas sôbre comércio de fronteiras e repressão ao tráfico ilícito e a ratificação do Tratado de Comércio e Navegação de 1949. As Comissões brasileira e uruguaia, encarregadas da elaboração dos projetos referentes à construção da Ponte Internacional Quaraí-Artigas, foram convocadas para uma reunião destinada à escolha do projeto definitivo dessa obra, antiga aspiração dos habitantes da extensa região fronteiriça. Na oportunidade, o Ministro do Exterior entregou ao Governo Uruguaio o documento original, de redação do próprio punho de Lavalleja, onde figuram os nomes dos trinta e três patriotas orientais que iniciaram a campanha de libertação do Uruguai. Esse ato teve a mais simpática repercussão naquele país.

Realizaram-se, também, no Ministério das Relações Exteriores, conversações entre representantes dos Governos do Brasil e do Uruguai com o fim de estabelecer as condições de fornecimento de trigo uruguaio ao Brasil e de examinar problemas relativos ao intercâmbio comercial entre os dois países. O Brasil efetuou a compra de 265 mil toneladas de trigo em grão, ao preço, FOB, de US\$ 59.30, e 40 mil toneladas de farinha de trigo, ao preço, FOB, de US\$/CBU 124.03. A par de outros ajustes complementares, ficou assentada a realização anual de duas reuniões de representantes brasileiros e uruguaiois: uma em agosto, para análise do comportamento do intercâmbio, e outra em dezembro, com o objetivo especial de determinar as condições para o fornecimento de trigo no ano subsequente.

BRASIL-VENEZUELA

O Brasil e a Venezuela mantêm desde 1940 um *modus vivendi* que estabeleceu o tratamento de nação mais favorecida em suas trocas comerciais. Em fevereiro último, o Governo venezuelano enviou ao Brasil Missão Econômica com a finalidade de examinar, com as autoridades brasileiras, as possibilidades do desenvolvimento do intercâmbio comercial entre os dois países.

Relações Culturais

O Governo está empenhado na realização de atividades de intercâmbio cultural, tais como: organização de bibliotecas de livros brasileiros em nossas Missões Diplomáticas, suscetíveis de servirem aos centros culturais estrangeiros; maior e melhor divulgação de fotografias brasileiras, que revelem o progresso do País e suas manifestações artísticas; organização de boa filmoteca brasileira e uma coleção de discos L.P. com programas de nossa música, de orquestra e de câmara, especialmente gravados para êsse fim, e outra de discos adquiridos no comércio, com música erudita e popular.

Para disciplinar a questão de brasileiros que solicitam bôlsas no estrangeiro, o Ministério, em colaboração com a CAPES, estuda a organização de uma comissão que os selecione, de acôrdo com os interesses nacionais. Atualmente, concedemos 43 bôlsas a estrangeiros, na maioria latino-americanos, que realizam ou aperfeiçoam seus estudos no Brasil, número assaz reduzido e que, em virtude de convênios culturais e de reciprocidade, deve ser grandemente aumentado.

Mantemos missões culturais, compostas de professôres, no Uruguai, no Paraguai e na Argentina, e estudamos o envio de outras que deverão incentivar o conhecimento da língua e da cultura brasileiras nos países amigos, sobretudo dêste Hemisfério. Continuamos a apoiar as atividades de centros como o Instituto de Estudos Luso-Brasileiros, na Sorbonne, o Centro de Estudos Brasileiros de Buenos Aires, o Instituto de Cultura Argentino-Brasileiro de Rosário.

Prosseguem, em Assunção, as obras do Colégio Experimental Paraguai-Brasil, que é a obra de maior vulto, no Exterior, já empreendida pelo Governo Brasileiro. Para acelerar sua conclusão, foi solicitado um crédito de Cr\$ 20 000 000,00 ao Congresso Nacional.

Em recente viagem ao Uruguai, teve o Ministro das Relações Exteriores ocasião de firmar o novo Convênio Cultural, que consolidou os três acôrdos ora vigentes, e introduz, nas relações entre os dois países, novas e mais eficazes modalidades de intercâmbio.

Vários projetos de convênios dessa natureza estão em exame e negociações para desenvolvimento da nossa cooperação intelectual com os países amigos.

Não nos foi possível atender a todos os convites para Exposições e Festivais Internacionais, mas, apesar disso, comparecemos às reuniões que maior interesse ofereciam ao Brasil. Obtivemos, outrossim, a participação estrangeira em certames nacionais e prestigiamos a apresentação de artistas brasileiros nas principais cidades do mundo.

O Itamarati entregou, pela Embaixada do Brasil em Londres, o *Prêmio Robert Southey* ao Senhor Charles R. Boxer, no valor de £ 350-0-0, pelo seu livro *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola*, em conformidade com o Acôrdo Cultural com a Grã-Bretanha. Concedeu esse país o *Prêmio Ruy Barbosa* ao Senhor Gustavo de Sá Lessa, que o destinou ao Fundo Nacional da Criança, a fim de custear um curso por professor britânico, especialista na educação de crianças atrasadas.

Cooperação Internacional

UNESCO

Prosseguindo em sua estreita colaboração com a UNESCO, fêz-se o Brasil representar na Conferência Geral reunida em Nova Delhi, em fins de 1956.

Procurando atender a diversos novos projetos de interesses para a América Latina, a Delegação Brasileira promoveu, em moção conjunta com a Espanha, a França e a Índia, o acréscimo

de um milhão de dólares à proposta de orçamento apresentada pelo Diretor-Geral da UNESCO. O reajustamento orçamentário beneficiará todos os países subdesenvolvidos em geral, permitindo financiar a criação de um Centro Regional de Pesquisas Sociais para a América Latina, proposta pelo Brasil, bem como programas de pesquisas em terras áridas, e de ensino primário. Ainda por proposta brasileira, foi criado um fundo internacional para a educação, ciência e cultura, pelo qual se vinha batendo, desde 1954, o Delegado do nosso País.

COMISSÃO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Comissão Nacional de Assistência Técnica teve como tarefas principais: a) estabelecer critérios para classificação dos pedidos brasileiros de assistência técnica, atribuindo prioridade aos projetos mais diretamente ligados aos planos de desenvolvimento econômico e planejamento regional, sobretudo na região do Nordeste e da Amazônia e no setor da saúde pública; b) apurar as condições mínimas de pessoal, material e recursos financeiros de que dispõem as entidades que solicitam assistência técnica, a fim de assegurar-lhes o máximo aproveitamento de ajuda estrangeira oferecida ao País; c) elaborar normas objetivas para qualificação das entidades brasileiras que desejam assistência técnica; d) racionalizar a ação do Governo Brasileiro no setor da assistência técnica, tendo em vista melhor coordenação dos vários órgãos interessados.

A C.N.A.T. recebeu numerosas inscrições de candidatos a bolsas de estudos, tendo sido, até a presente data, concedidas 15 bolsas para estágio em países da América e da Europa. Dessas bolsas, seis se destinaram a estudos no campo do Desenvolvimento Econômico, cinco no campo do Serviço Social e três em Administração Pública.

PONTO IV

Intensificaram-se, durante 1956, as atividades de cooperação técnica bilateral entre o Governo brasileiro e o dos Estados Unidos, com fundamento no Acôrdo Geral de Cooperação Técnica, firmado, entre os dois países, a 19 de dezembro de 1950. Assim é que, no ano passado, cerca de 400 brasileiros foram enviados aos

Estados Unidos para cumprir programa de treinamento em centros técnicos norte-americanos. Outrossim, estiveram no Brasil, nesse ano, quase 100 técnicos norte-americanos que cooperaram com técnicos brasileiros em diversos projetos.

Por outro lado, prosseguiram, dentro do País, os trabalhos dos escritórios mistos de cooperação bilateral vinculados ao Ponto IV, abrangendo os seguintes setores: Agricultura (Escritório Técnico de Agricultura — E.T.A.); Educação (Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial — C.B.A.I.); Saúde (Serviço Especial de Saúde Pública — S.E.S.P.). É oportuno registrar que, dentre as obras públicas inauguradas pelo Governo ao término de seu primeiro ano de atividades, a do abastecimento de água na cidade de Feira de Santana constituiu um dos índices expressivos do sistema de cooperação em aprêço. Tal sistema também se estendeu, em 1956, com benéficos resultados, aos setores de Transportes e Comunicações, Desenvolvimento Econômico e à Administração Pública. Neste último setor, está sendo estudado plano de trabalho em conjunto, incumbindo ao D.A.S.P., na parte relativa ao Brasil, coordenar os programas de assistência técnica em matéria de administração pública.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Registrou-se considerável aumento na contribuição do Brasil ao Programa Ampliado de Assistência Técnica da O.N.U., contribuição essa que atingiu um total de Cr\$ 13 900 000,00, no qual se acha computada a contribuição especial de Cr\$ 5 700 000,00 com o fim de atender às necessidades em assistência técnica do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Por outro lado, após exame de solicitação feita pelo Brasil, a Administração de Assistência Técnica daquela Organização elevou, de US\$ 463 200,00 para US\$ 618 600,00, a verba destinada ao Brasil, em 1957, devendo esse aumento de US\$ 155 400,00 ser incorporado, a partir de 1958, à dotação básica regular prevista para o nosso País.

O valor dessas contribuições, a que cumpre adicionar Cr\$ 800 000,00 do Fundo de Auxílio a Bolsistas da própria

C.N.A.T., eleva-se a Cr\$ 5 422 481,00. Tais ofertas foram devidamente aprovadas e transmitidas às Nações Unidas.

Com vistas ao melhor entrosamento das atividades de assistência técnica da UNESCO, foram fixados os pontos a serem discutidos pela Delegação Brasileira à IX Conferência daquele organismo em Nova Delhi, de modo que possa o Brasil apresentar-se com unidade de critério.

A pedido da Organização das Nações Unidas, o Governo examinou a conveniência de transformar os Acôrdos Básicos existentes em um instrumento único, pronunciando-se favoravelmente a essa consolidação. Breve, o acôrdo único deverá ser submetido à aprovação do Congresso Nacional.

A pedido do Brasil, realizou-se no Rio de Janeiro o Curso Intensivo para Treinamento de Economistas, promovido pela CEPAL e pela Administração de Assistência Técnica das Nações Unidas, com o auxílio do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e outras entidades brasileiras. Foi tal o êxito da iniciativa, que o Governo, por sugestão do Conselho do Desenvolvimento e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, está pleiteando junto à CEPAL e à Junta de Assistência Técnica, a organização dêsse curso no Brasil, em caráter permanente, a exemplo do que funciona em Santiago do Chile.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

Tendo em vista as dificuldades financeiras com que luta o Programa de Cooperação Técnica da O.E.A., o Ministério das Relações Exteriores autorizou nossa Embaixada junto àquele órgão a anunciar ao Conselho Interamericano Econômico e Social que o Brasil majoraria também sua contribuição para aquele programa, de Cr\$ 2 800 000,00 para Cr\$ 3 000 000,00, a partir de 1957. Nessas condições, é o Brasil, depois dos Estados Unidos da América, o maior contribuinte para o Programa de Cooperação Técnica da O.E.A., ou seja, o primeiro dentre os países latino-americanos.

Continuam prestando relevantes serviços à Cooperação Técnica Interamericana o Centro Pan-Americano de Febre Aftosa e o Centro Pan-Americano de Aperfeiçoamento para Pesquisas de

Recursos Naturais, com sede no Brasil. O primeiro, além de contribuir com vacinas e soros para o combate à febre aftosa no Continente, é o principal centro americano de pesquisas e de difusão de conhecimentos na luta contra aquele mal. O segundo, cujo financiamento em 1957 continuará a cargo da Cooperação Técnica da O.E.A., dependerá, no futuro, dos entendimentos em curso entre o Instituto Pan-Americano de Geografia e História e o Governo Brasileiro.

Foi instalado, nesta cidade, o Comitê Pan-Americano de Normas Técnicas, com a presença do Secretário-Geral de sua Organização Internacional, de representantes dos diversos países da América e de entidades nacionais interessadas.

FAO

O Brasil teve participação destacada nas atividades da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). O Governo Brasileiro se fez representar na Conferência Especial, em Roma, convocada para a eleição do novo Diretor-Geral da entidade.

A XXV Sessão do Conselho da Organização elegeu um Delegado brasileiro para Presidente do Comitê de Controle Financeiro, órgão permanente da FAO.

Deve ainda ser salientada a realização, em Santiago do Chile, da IV Conferência Regional da FAO para a América Latina, com o fim de proporcionar aos países do Continente uma oportunidade de debaterem, em conjunto, os problemas comuns da agricultura e da alimentação e de traçarem as linhas gerais que deverão nortear a ação futura da FAO, na região. A Delegação Brasileira, chefiada pelo Ministro da Agricultura, apresentou diversas proposições concretas, tendentes a possibilitar crescente aproveitamento, pelo Brasil, da assistência técnica prestada por aquele Organismo.

AVIAÇÃO CIVIL

No tocante à política aérea, foram concluídos satisfatoriamente os entendimentos mantidos com os Governos do Japão e do Uruguai, tendo sido assinados, em dezembro último, os Acórdos

sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e aquêles países. Foi negociado, e acha-se ainda pendente de assinatura, um Acôrdo semelhante com a Alemanha. Prosseguem os entendimentos com a Colômbia, República Dominicana e Venezuela, visando ao estabelecimento definitivo de rotas aéreas para aquêles países.

Foi também firmado, entre o Brasil e a Confederação Suíça, um Acôrdo, por troca de notas, visando a solucionar, definitivamente, o problema da bitributação das respectivas companhias de aviação comercial. Pelo referido ato, as emprêsas de transporte aéreo de um dos dois países signatários ficam isentas do pagamento, no território do outro, de impostos sôbre a renda.

O Brasil participou, igualmente, da X Assembléia-Geral da Organização de Aviação Civil Internacional (O.A.C.I.), realizada em Caracas.

PARTE SEGUNDA
SEGURANÇA NACIONAL, FORÇAS ARMADAS
E ORDEM PÚBLICA

CAPITULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Nenhuma Nação organizada e que aspire ao aprimoramento constante de sua vida política, não só nos quadros internos, mas também na projeção de sua influência e prestígio na comunhão dos povos civilizados, poderá prescindir de adequada formulação de objetivos que consultem os anseios e interesses vitais da nacionalidade.

Para atingir êsses objetivos de transcendente categoria, o esforço nacional há de, por certo, escalonar-se no tempo, através de metas específicas, em cuja fixação têm de ser obedecidas as contingências da realidade interior e da conjuntura internacional, no momento presente e em futuro próximo.

No que, em particular, respeita às nações potencialmente fortes e que lutam, ainda, por acelerar os índices de evolução, como é o nosso caso, avulta de importância a questão do fortalecimento do Poder Nacional que, muita vez, encontra sua fonte, menos no âmbito interno, que na ação de uma política exterior orientada com realismo e prudência.

A continuidade no tempo e a integridade no espaço, aspiração mínima do Estado, repousam preponderantemente na sua Política de Segurança Nacional. A solução de problemas aparentemente simples pode, não raro, repercutir, com graves implicações, no setor da Segurança Nacional, e daí a necessidade de estudos meticolosos, para que o futuro da Nação não se comprometa com atender a interesses momentâneos e, ao primeiro aspecto, razoáveis.

Ao tratar, pois, de questões de tal relevância, tem o Governo, invariavelmente, considerado os superiores interesses do País e procurado o caminho dos altos destinos a que a Nação legitima-

mente aspira, pela riqueza do seu território, pelo espírito progressista do seu povo e pela vocação civilizadora que a conduz a uma obra de paz, de trabalho e de cultura.

No quadro amplo da Segurança Nacional, situa-se a Defesa Militar, entendida como componente decisiva, que se distribui primacialmente pelas Forças Armadas: o Exército, a Marinha e a Aeronáutica, cuja ação é superiormente coordenada pelo Estado-Maior das Forças Armadas.

Conselho de Segurança Nacional

No atual estágio do mundo, quando crescentes riscos externos e internos minam a estrutura das nações, uma política cautelosa e previdente deve caracterizar a conduta dos Estados, no zelo pela sua própria conservação.

Atentando para esse aspecto e no interesse de prover ao futuro da Nação Brasileira, tem o Governo auscultado, em suas decisões mais relevantes, a opinião dos setores incumbidos da segurança nacional. Nesse âmbito, destaca-se, como órgão de cúpula, o Conselho de Segurança Nacional que, sob a direção do Presidente da República, acolhe, em suas reuniões, pela palavra de seus membros, Ministros de Estado e Chefes dos Estados-Maiores, o parecer dos órgãos de primeiro plano da Administração Nacional.

A Secretaria-Geral desse órgão cabe coordenar estudos, estabelecer planejamentos, colher e formular pareceres, distribuir documentos básicos e assessorar o Chefe do Executivo em suas decisões, inclusive a de convocar, quando necessário, o referido Conselho. Desincumbiu-se a Secretaria-Geral, no ano de 1956, dos seus deveres, com zelo e eficiência, excedendo a todos os índices anteriormente registrados o volume do trabalho que realizou nesse exercício.

Ao conceituar e fixar uma política nacional de energia nuclear que, entre outras providências, possibilitou a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear, assentou o Governo o marco inicial de uma fase construtiva nesse importante setor.

Assuntos de caráter internacional, como a Defesa do Hemisfério, foram apreciados à luz dos compromissos existentes e presente a necessidade de se obter substancial cooperação, a fim de estimular o fortalecimento do Poder Nacional, tendo em vista a importância da nossa atuação no sistema de defesa do Ocidente.

A ampliação de nossa base econômica, através de maiores facilidades financeiras no Exterior, não só nos proporcionaria elementos para uma ação mais eficiente em face de eventual esforço de guerra, como também viria afastar progressivamente, pela melhoria das condições de vida do povo, a possibilidade de infiltrações subversivas que, mercê de Deus, não encontram curso no espírito cristão e democrático de nossa coletividade.

No combate às idéias antinacionais, particularmente ao comunismo, a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional sugeriu medidas de caráter objetivo, algumas de êxito já assinado. Inúmeros outros problemas, envolvendo interesses de vulto, foram meticulosamente estudados e resolvidos.

No setor das Zonas de Segurança — Fronteiras Terrestres, — regulamentou-se a Lei n.º 2 597, de 12 de setembro de 1955, tendo-se dado como irregulares e inconvenientes transações feitas com extensas glebas situadas nessa faixa.

Para o ano de 1957, deverá a Secretaria-Geral, com a colaboração dos diferentes Ministérios, do Estado-Maior das Forças Armadas e de outros altos órgãos da Administração, estabelecer e atualizar a conceituação da Política de Segurança Nacional.

Promoverá, ainda, a Secretaria-Geral, a reorganização e ampliação de seus serviços, como o exigem os seus complexos encargos, tendo sido para êsse fim encaminhado ao Congresso Nacional um projeto de lei.

Estado-Maior das Forças Armadas

O Estado-Maior das Forças Armadas, durante o ano de 1956, exerceu as suas altas atribuições com diligência e patriotismo, em prestimosa cooperação com o Governo Federal. Funcionando sob regulamento próprio — baixado com o Decreto n.º 26 607, de 27 de abril de 1949, — estabeleceu o E.M.F.A. estreitas ligações

com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional, com os Ministérios e com outros órgãos civis e militares, colhendo-se dêsse operoso conagraçamento resultados benéficos para a sua atuação especializada.

TAREFAS REALIZADAS

Dos principais trabalhos empreendidos, no correr do ano findo, merecem referência especial os seguintes: instalação e início de atividades dos Núcleos de Comando de Zona de Defesa; estímulo ao estudo dos problemas de emprêgo de energia nuclear; prosseguimento dos trabalhos de planejamento da Defesa Nacional; revisão do Regulamento próprio e reestruturação do Ensino Militar Superior.

Cumprê ressaltar o assessoramento do Estado-Maior na definição e atualização de uma política Nacional de energia atômica, em função das novas contingências externas e internas. Com êsse fim, o Estado-Maior das Fôrças Armadas ofereceu Exposição de Motivos, em que ressaltou os pontos principais dessa política, para informar a ação objetiva do Govêrno. Êste documento, refletindo uma série de estudos aprofundados, serviu de base ao pronunciamento sôbre o Projeto 944/56, da Câmara dos Deputados. Através daqueles circunstanciados e exaustivos trabalhos, o Estado-Maior das Fôrças Armadas chegou a firmar pontos-de-vista doutrinários relativos à pesquisa, lavra, industrialização e comércio dos minerais atômicos, bem como precisou as diretrizes convenientes em relação aos fatos relacionados com a energia nuclear. Por isto mesmo pôde o E.M.F.A., posteriormente, prestar substancial cooperação aos trabalhos da Comissão de Estudos, instituída para indicar a política mais consentânea com a realidade do setor de energia nuclear.

As atividades do Estado-Maior das Fôrças Armadas se estenderam, ainda, em 1956, à elaboração do anteprojeto de lei de Requisições; à instalação e funcionamento dos núcleos de comando de zona de Defesa; ao projeto de lei do Serviço Militar; e ao aperfeiçoamento do planejamento da Defesa Nacional.

A lei de Requisições, já obsoleta, terá de ajustar-se às diversas transformações por que tem passado, nestes últimos anos, o orga-

nismo público nacional. Assim, o anteprojeto acima referido corresponde a uma atualização, cuja relevância é inequívoca, sobretudo porque se trata de assunto de magnitude para a vida do País, nas situações de emergência.

A 7 de agosto de 1956, instalaram-se no Distrito Federal os três Núcleos criados pelo Decreto nº 37 909, de 16 de dezembro de 1955: Zonas de Defesa Norte, Sul e Atlântica. A Chefia do Estado-Maior das Forças Armadas orientou a organização e o funcionamento inicial desses órgãos, de modo que se pode esperar, no decorrer deste ano, a perfeita integração dos mesmos nas tarefas que lhe cabem.

PROJETO DE LEI DO SERVIÇO MILITAR

Elaborado por uma comissão interministerial, o projeto de lei que reestrutura o Serviço Militar transita atualmente na Câmara dos Deputados. Trata-se de atualização do Decreto-lei n.º 9 500, de 1946, da qual se esperam resultados relevantes, como a convocação parcial de classes, a supressão do Alistamento Militar, a criação do certificado de isenção, o estabelecimento de novo conceito de insubmissão, a estabilidade de graduados, a criação do Fundo do Serviço Militar e a anistia aos insubmissos remanescentes.

REPRESENTAÇÃO EM OUTROS ÓRGÃOS

O Estado-Maior das Forças Armadas mantém representação permanente junto ao Conselho Nacional de Pesquisas e junto às Comissões de Desenvolvimento Industrial, de Exportação de Materiais Estratégicos, de Energia Atômica, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes e junto à Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Mantém, ainda, o E.M.F.A. representante junto à Escola Nacional de Engenharia, cooperando nos estudos relativos à criação do Curso de Energia Nuclear.

Vale ressaltar que a presença de representantes do Estado-Maior, junto às atividades desses Órgãos, tem proporcionado resultados valiosos, uma vez que amplia os contactos e relações do E.M.F.A., a par de permitir ao Governo assegure a preservação dos interesses da segurança nacional.

TRABALHOS EM ANDAMENTO

Além da revisão e da ultimação do planejamento militar, o Estado-Maior tem em andamento, sobretudo, os seguintes trabalhos: revisão do Regulamento do Estado-Maior das Forças Armadas; reestruturação do Ensino Militar Superior; estímulo e promoção de exercícios combinados; medidas que proporcionem instalações mais adequadas ao Órgão, à Escola Superior de Guerra, aos Núcleos de Comando de Zonas de Defesa e à Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; elaboração de *Manuais* que visam à unificação doutrinária nos três ramos das Forças Armadas; classificação e padronização do material militar; estabelecimento de uma doutrina militar brasileira; objetivação das diferentes questões relativas aos materiais estratégicos; totalização dos diferentes aspectos logísticos da nossa indústria militar nas três divisões das Forças Armadas e estudos relativos à Organização Feminina Auxiliar de Guerra.

Esses trabalhos constituem, basicamente, o programa mínimo que o Estado-Maior das Forças Armadas procurará realizar no curso do presente ano.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E DEMAIS CURSOS

Não obstante a deficiência de instalações, continuou a Escola Superior de Guerra a firmar seu prestígio nos meios culturais do País. Nela funcionaram, em 1956, o Curso Superior de Guerra, para militares e civis, e o Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas, exclusivamente para militares.

Por outro lado, iniciou-se a estruturação do Curso de Mobilização Nacional, cujo funcionamento ocorrerá no corrente ano, em fase preliminar, visando à preparação de orientadores e coordenadores. O pleno funcionamento do Curso, em condições normais, está previsto para 1958.

As frequências dos estagiários do Curso Superior de Guerra indicam maior número de civis, a par de evidenciar as mais diversas e expressivas procedências. Assim, o Curso Superior de Guerra, servindo ao propósito fundamental da Escola — «desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da Segurança Nacional» —

possibilita a formação de equipes de escol intelectual e conscientes das reclamadas diretrizes e comando dos negócios públicos, com preparo fundado no conhecimento amplo da vida nacional.

Repercussões análogas, embora restritas ao meio militar, decorrem do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas, no qual Oficiais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica encontram oportunidade de conhecer e coordenar pontos-de-vista peculiares a cada um dos ramos das Fôrças Armadas, pelo trato de problemas de âmbito conjugado. Por seu turno, o funcionamento do Curso de Mobilização Nacional, previsto para civis e militares, também se revestirá dos mesmos aspectos positivos.

O Corpo de Estagiários do Curso de Estado-Maior e Comando das Fôrças Armadas, em 1956, constituiu-se de Oficiais do Estado-Maior das Fôrças Armadas, do Conselho de Segurança Nacional e dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Aeronáutica.

Releva acentuar que, embora sob o regime de um Regulamento cuja revisão se impõe, inclusive no que concerne ao quadro de seus funcionários civis, o Estado-Maior das Fôrças Armadas, durante o ano de 1956, cumpriu satisfatoriamente sua alta missão de Órgão destinado a preparar elementos para as decisões do Governo, no que se refere à organização e ao emprêgo em conjunto das Fôrças Armadas.

Exército

O Exército Brasileiro, através de tãda a sua gloriosa evolução histórica, tem espelhado as mais puras tendências e as melhores inspirações patrióticas do nosso povo. Por isso mesmo, a sua ação eficaz e esclarecida, quer no âmbito de suas atividades específicas, quer no amplo domínio da formação cívica da nacionalidade, se exerce como força aglutinadora e unificadora, que encontra na figura extraordinária de Caxias a sua expressão mais alta.

Atento sempre às vibrações da alma nacional, como os demais ramos das Fôrças Armadas, o nosso Exército não obedece apenas a um imperativo da segurança da Pátria, no sentido da defesa armada, mas, igualmente, no da defesa social e espiritual, na pre-

servação de um patrimônio tão precioso quanto o do nosso território e riqueza, o que reflete as patrióticas aspirações do nosso povo.

A preocupação do Exército Brasileiro, como a de todos nós, é o Brasil: o seu presente e o seu futuro, como projeções atuais e mediatas de suas tradições de progresso social e econômico.

ORGAOS E QUADROS NOVOS

As atividades do Exército Nacional, durante o ano de 1956, foram promissoras, tendo-se alcançado os objetivos básicos programados, a fim de atender-se às necessidades mais prementes da organização, instrução e administração das Forças Terrestres.

Desfruta este ramo das Forças Armadas Brasileiras de um ambiente de paz, trabalho e disciplina. Todos os seus escalões voltam-se, com dedicação exemplar, para os misteres profissionais.

Cumprе acentuar, de início, que no setor do Alto Comando e dos Grandes Comandos houve modificações determinadas pela Lei n.º 2 851, de 25 de agosto de 1956, que alterou a estrutura administrativa do Ministério da Guerra e das Forças Terrestres. Este diploma legal criou o Departamento Geral do Pessoal, a fim de englobar, em um único órgão, todas as atividades do pessoal militar e civil, do serviço militar e da Assistência Social do Exército. Ficou constituído, assim, aquele Departamento pelas Diretorias do Pessoal da Ativa, do Serviço Militar e de Assistência Social. Foi este, na verdade, um passo para a racionalização da estrutura interna do Exército.

Criou-se, pelos termos da nova lei, o escalão do Exército, desaparecendo, em consequência, os antigos Comandos de Zonas Militares. O Governo, ainda nos termos legais, criou quatro Exércitos: o I Exército, correspondendo ao território e às tropas da antiga Zona de Leste; o II Exército, correspondendo ao território e às tropas da antiga Zona do Centro; o III Exército, correspondendo ao território e às tropas da antiga Zona do Sul; e, finalmente, o IV Exército, correspondendo ao território e às tropas da antiga Zona do Norte.

As condições peculiares da Bacia Amazônica, que configuram região de características geográficas e humanas próprias, com

problemas autônomos relevantes e complexos, levaram o Governo a criar, pelo Decreto n.º 40 169, de 27 de outubro de 1956, o Comando Militar da Amazônia, com sede em Belém do Pará e jurisdição sobre as unidades do Exército sediadas nos Estados do Amazonas, Pará, Goiás (parte norte, a partir de Pôrto Nacional), parte do Estado de Mato Grosso (Município de Aripuanã) e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Rondônia. O Comando Militar da Amazônia terá atribuições idênticas às fixadas para os Comandos de Exércitos.

Foram criados, ainda nos termos da Lei n.º 2 851, a Arma de Comunicações e o Quadro Técnico do Exército, compreendendo este Oficiais Engenheiros-Geógrafos e Engenheiros-Industriais, além dos Quadros de Oficiais de Administração e de Oficiais Especialistas. O Governo enviará brevemente ao Congresso Nacional projetos de leis que visem à organização da Arma de Comunicações e do Quadro Técnico. Na Câmara dos Deputados, já se encontra, remetido com a Mensagem n.º 448, de 5 de setembro de 1956, o projeto de lei que dá organização ao Quadro de Oficiais da Administração e ao de Oficiais Especialistas. Estes dois Quadros possibilitarão o acesso da numerosa classe de Sargentos ao Oficialato, através dos quais serão aproveitadas as habilitações desses graduados em funções mais elevadas, o que atende a dois objetivos fundamentais: necessidade de serviço e estímulo à profissão.

INSTRUÇÃO

A instrução geral da tropa processou-se normalmente. Algumas manobras de conjunto e exercícios de guarnição foram realizados, como coroamento do ano de Instrução, particularmente pelas tropas sediadas nas Guarnições do Distrito Federal e do Rio Grande do Sul.

O Campo de Instrução de Gericinó foi ampliado com terrenos adquiridos e recebeu substanciais melhoramentos. Para a guarnição de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, o Governo, por intermédio do Ministério da Guerra, adquiriu uma área de 6 000 ha. no valor de Cr\$ 25 500 000,00. Na Rodovia Presidente Dutra, foi adquirida área para mais de um campo de instru-

ção a ser utilizado pela Guarnição do Distrito Federal, no valor de Cr\$ 16 000 000,00. A Academia Militar das Agulhas Negras foi beneficiada com a entrega de grande área, devidamente aparelhada, e adquirida por Cr\$ 32 000 000,00, nos últimos dias do exercício de 1955. O Campo de Instrução Marechal Hermes, instalado no antigo acervo da «Southern Brazil Lumber and Colonization Co.», no Estado de Santa Catarina, foi melhorado com aquisição de várias áreas adjacentes, para dar-lhe continuidade. O Campo de Instrução Barão de São Borja, instalado na antiga Fazenda Saicã, no Estado do Rio Grande do Sul, está sendo devidamente aparelhado.

TECNICA

O Ministério da Guerra constituiu uma comissão para elaborar a História Técnica e Militar Brasileira. Por outro lado, organizou um Dicionário das Profissões dos Estabelecimentos Fabris Militares.

INDÚSTRIA

No setor de sua indústria especializada, providenciou o Exército a fabricação de canhões, obuses e morteiros, e procurou incentivar a indústria civil, dando-lhe encomendas no valor aproximado de Cr\$ 57 000 000,00.

Cumpre salientar que a Fábrica de Curitiba brevemente estará produzindo motor do tipo «Jeep ESTE-1953». O Departamento de Produção e Obras standardizou os cilindros de cobre e os métodos de medidas e pressões, sanando sérios inconvenientes no setor das provas experimentais relativas aos materiais empregados.

No que concerne ao material bélico, foram realizados, além de outros, notáveis avanços como os seguintes: fabricação de canhões automáticos antiaéreos de 40 mm; fabricação de morteiro pesado de 120 mm, engenho de guerra fruto da capacidade intelectual e técnica dos engenheiros militares brasileiros; continuação da fabricação de mosquetões, fuzis semi-automáticos, munição de metralhadora .50 e toda a munição para armas leves; fabricação de granadas de vários tipos, inclusive para canhões e morteiros.

A Fábrica Presidente Vargas produziu toda a pólvora necessária ao consumo do Exército. Pilhas, réguas terminais, telefones e telégrafos foram fabricados por outros estabelecimentos, bem como viaturas coloniais para 700 kg, viaturas-reboques-cisternas, fogões de campanha, alvos de alta velocidade, gráficos de tiro, locadores de coordenadas, postos meteorológicos, pranchetas e réguas de tiro, tórres de observação, transferidores de escalas e outros instrumentos.

Foi integralmente recuperado o armamento do Forte de Coimbra. Fêz-se a adaptação de obuses de 75 mm-M919 para os canhões do Forte de Copacabana. Repararam-se os canhões do Forte de São João e do Forte de Santa Cruz. Verificou-se, ainda, a recuperação integral das instalações da Usina Elétrica de Bicas do Meio, a par da aquisição de maquinaria moderna para a mesma Usina, importante Unidade destinada a fornecer o suprimento de energia elétrica aos Estabelecimentos Militares localizados em Piquete e Itajubá. Providência relevante foi a construção da Casa Balística da Fábrica do Realengo, importante melhoramento que dotou a nossa indústria militar de modelar aparelhagem para experimentação do armamento e dos vários tipos de munição.

O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro está em vias de concluir o protótipo das Pontes de Painéis, tipo «Bailey», modelo brasileiro.

COOPERAÇÃO COM O MINISTÉRIO DA VIAÇÃO

O Ministério da Guerra, através da Diretoria Geral de Engenharia e da Diretoria de Vias de Transporte, supervisionou vários trabalhos ferroviários e rodoviários, a cargo de seus Batalhões de Engenharia e Comissões Especiais.

Durante o exercício de 1956, destinaram-se verbas, num total de Cr\$ 410 000 000,00, às Unidades encarregadas dos trabalhos de construções ferroviárias e rodoviárias na região sul do País. No Tronco Principal Sul, construirá o Exército o trecho Mafra-Barra do Jacaré, num total de 646 km. No decorrer de 1956, aplicaram-se as verbas naquele montante, relevando citar os tra-

balhos realizados: 5,531 km de caminhos de serviço; 378 294,30 m² de desmatção; 1 625 431 853 m³ de terraplenagem e escavação; 47 373 km de áreas marginais; 12 km de linhas telefônicas e telegráficas; 35 obras de arte correntes; 5 obras de arte especiais concluídas, e 11 em andamento; 1 túnel (perfuração) concluído e 9 em andamento; 15,521 km de infra-estrutura; 3,440 km de superestrutura; 2,415 km em triângulo de reversões e desvios; 3 estações em vias permanentes; construção de 48 km da estrada de ferro São Luís-Cêrro Largo; conclusão da ponte rodoferroviária de 384 m sobre o rio Ijuí; conclusão da ponte de concreto armado de 225 m de comprimento sobre o rio das Antas; conclusão da perfuração total de 2 túneis com um total de 650 m de comprimento; pavimentação asfáltica em 50 km da estrada de rodagem Lajes-Santa Cecília (BR-2), entre o rio das Pedras e o rio das Canoas.

O Tronco Principal Sul, com os trabalhos revisados ou concluídos durante o ano de 1956, passou a ter uma plataforma contínua de 234 km para a bitola de 1 m, ou 111 km para a bitola de 1,60 m.

Na região Nordeste do País, coube ao Exército construir numerosas rodovias, açudes e algumas ferrovias. A dotação distribuída às suas unidades, nessa região, elevou-se a Cr\$ 297 500 000,00. Os trabalhos realizados, de efeito relevante, podem ser enumerados: 190 km de reconhecimento e exploração; 403 km de locação; 120 km de caminhos de serviço; 50 km de desmatção; 573 000 000 m³ de terraplenagem; 10 000 000 m³ de recomposição de aterros; 80 km de conservação de rodovias; 228 km de conservação de plataforma; 40 km de alargamento de plataforma; 45 km de revestimentos; 72 bueiros concluídos e 7 em andamento; 11 pontes concluídas e 22 em andamento; 34 km de avanço; 18 km de área marginal; 3 estações; término da rodovia Brejo da Cruz-Patu-Catolé do Rocha (Rio Grande do Norte), com a extensão de 65 km, término da rodovia Parelha-Santa Luzia (Rio Grande do Norte e Paraíba), com a extensão de 28 km; lançamento dos trilhos (20 km) da ferrovia Patos-Ponte dos Oitis (Paraíba); avanço de 40 km do trecho ferroviário Piripiri-Campo Maior; início da concretagem da barragem do açude Marechal Dutra (Rio Grande do Norte).

OBRAS

As dotações orçamentárias para obras, equipamento e aquisição de imóveis, no exercício de 1956, elevaram-se a Cr\$ 562 000 000,00. Por intermédio da Diretoria de Obras e Fortificações e Administração do Exército, iniciaram-se, concluíram-se e executaram-se várias obras, de acôrdo com plano preestabelecido, para o que foi feita a seguinte distribuição de recursos: Cr\$ 11 000 000,00, para estudos e projetos; Cr\$ 334 000 000,00, para obras; Cr\$ 70 000 000,00, para equipamentos: Cr\$ 47 000 000,00, para reparos e Cr\$ 100 000 000,00, para desapropriação e aquisição de imóveis.

Já concluídas, nesse setor, encontram-se as seguintes construções: 3 blocos de apartamentos para Oficiais, num total de 18 apartamentos, com 1 620 m² de área; 21 casas para Oficiais, com 1 890 m² de área; 53 casas para sargentos, com 3 710 m² de área; 66 pavilhões diversos, com 79 200 m² de área; 8 paiós e depósitos, com 8 000 m² de área; 7 galpões, com 4 200 m² de área; 3 quartéis, com 10 800 m² de área; e outras obras, com 15 000 m² — totalizando essas edificações uma área construída de 124 420 m². Adquiriram-se 4 edifícios com 196 apartamentos, para residência de sargentos da Guarnição da Vila Militar e Deodoro.

Cerca de 263 obras diversas acham-se em andamento e serão concluídas no corrente exercício.

SAÚDE

O Serviço de Saúde do Exército deu plena assistência aos efetivos militares, a fim de assegurar-lhes eficiência física e mental, bem como assistência médica aos servidores civis do Ministério da Guerra. Só no Hospital Central do Exército, houve um movimento de 14 786 enfermos. Uma nova enfermaria foi inaugurada nesse Hospital, com 46 apartamentos, destinada a atender oficiais, funcionários e suas famílias, inclusive com serviço de maternidade, com aparelhagem e recursos modernizados.

A Policlínica Central do Exército foi ampliada com um novo pavilhão de dois pavimentos, com área útil de 680 m², destinada às clínicas ginecológica, cardiológica, pediátrica e odontológica. No

mesmo estabelecimento, organizaram-se e passaram a funcionar o serviço de cancerologia e as clínicas reumatológica, neuropsiquiátrica e endocrinológica.

REMONTA E GRANJAS

Através da Diretoria Geral de Remonta e Veterinária, tiveram os animais o devido tratamento. Por outro lado, incentivaram-se a criação e o desenvolvimento de animais de puro sangue, difundindo e melhorando a produção eqüina do País, tanto pela cessão de reprodutores e criadores, quanto pela realização de fecundações gratuitas.

A produção das 151 granjas do Exército elevou-se a Cr\$ 34 790 960,10. Estes estabelecimentos, além da economia que proporcionam às Unidades do Exército, cooperam para a melhoria das condições de alimentação das populações locais, diminuindo a concorrência aos mercados de gêneros alimentícios.

CONVOCAÇÃO

Com a reestruturação dos Quadros de Oficiais Farmacêuticos e Oficiais Veterinários, por força das Leis n.º 2 725, de 9 de fevereiro de 1956, e 2 782, de 14 de maio de 1955, todos os Quadros do Exército acham-se com os seus acessos normalizados. Os sargentos com mais de 10 anos de serviço tiveram, nos termos da Lei n.º 2 852, de 25 de agosto de 1956, sua estabilidade assegurada. É óbvio que tal medida representou providência de justiça e de elevado alcance para a estrutura militar dos Quadros das nossas Forças Terrestres.

O Plano de Convocação foi executado normalmente, continuando o Exército com a incorporação de Aspirantes a Oficial e Tenentes R-2, formados nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva e Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva, com os melhores resultados para a instrução e para o aperfeiçoamento complementar, técnico e intelectual, de oficiais e subalternos.

FUNDO ESPECIAL

Na Mensagem de 1956, ressaltou o Governo a necessidade de constituir-se um fundo especial para atender ao reaparelhamento do Exército, a ser efetivado através do respectivo projeto de lei. Em virtude das dificuldades financeiras eventuais e do propósito de conter o Governo o surto inflacionário, transferiu o Executivo para o ano corrente a realização da medida sugerida naquela Mensagem. O Governo reconhece que, somente com recursos que permitam o estabelecimento de um planejamento a longo prazo, se poderá colocar o Exército nos padrões de eficiência necessários à sua alta missão.

ASSISTENCIA

O problema da assistência social aos militares e funcionários do Ministério da Guerra é uma das preocupações da Administração, neste setor. No exercício de 1956, passou o Governo a dar execução à Lei n.º 2 670, de 6 de dezembro de 1955, pela abertura do crédito especial de Cr\$ 150 000 000,00, referente à primeira parcela do crédito especial de Cr\$ 1 500 000 000,00, destinada à construção de casas para oficiais e sargentos. Tal empreendimento é de notória relevância, uma vez que o problema da habitação atinge em profundidade a própria economia desses servidores, a par de constituir preocupação assistencial por parte da direção dos negócios do Ministério. O Governo, através da Pasta da Guerra, prosseguirá na orientação de ampliar os estabelecimentos e órgãos de benefícios, próprios ao setor das nossas Forças Terrestres.

DEPÓSITOS E ARSENAIS

A construção de depósitos, silos e paióis para as grandes Guarnições do Exército é outro problema que preocupa o Governo. No ano findo, o Ministério da Guerra fez construir alguns deles e adiantou a construção de mais 36, com os recursos orçamentários normais. Entretanto, dado o vulto dessas obras, somente com um plano de larga envergadura será possível dotar as Regiões Milita-

res de Unidades desse tipo, tão necessárias à provisão da tropa e à segurança do armamento e das munições.

A construção de arsenais destinados a reparar o material de guerra distribuído ao Exército e a fabricar peças e outros materiais, foi posta em evidência pela Mensagem de 1956. Convém ressaltar que este problema começa a ser solucionado com a construção, já adiantada, do Arsenal de Guerra de São Paulo, que, tão logo seja inaugurado, passará a constituir importante centro de indústria bélica do País. Prevê-se, para o corrente ano, o início da construção dos Arsenais do Recife e de Porto Alegre.

Dada a magnitude e relevância técnica dessas construções para o funcionamento normal do Exército Brasileiro, o Governo continuará, no presente exercício, a construir novos Arsenais, com o empenho de, subseqüentemente, dotar, em definitivo, dessas indispensáveis unidades todas as Regiões Militares.

CAMPOS DE INSTRUÇÃO

O eficiente preparo dos Quadros do Exército depende, em parte decisiva, dos campos de instrução. No entanto, ressentem-se as nossas Forças Terrestres dessas áreas de treinamento. No último exercício, cerca de Cr\$ 100 000 000,00 foram aplicados na aquisição de novos campos ou áreas, a fim de ampliar-se os já existentes. O Governo prosseguirá na realização do programa que visa a dotar o Exército de campos de instrução e manobras.

ASSISTENCIA MILITAR A REGIAO AMAZONICA

Nossas fronteiras amazônicas, com tantas riquezas por explorar, têm merecido do meu Governo atenção especial.

Assim, além da criação do Comando Militar da Amazônia, que veio atender às necessidades militares próprias daquela imensa região, várias unidades menores do Exército têm sido localizadas nos principais pontos de acesso àquelas fronteiras. Estes núcleos militares, a par da missão primordial de assegurar a necessária vigilância àqueles longínquos rincões, têm ainda o objetivo complementar de incrementar o progresso das áreas ocupadas, cons-

truindo centros de irradiação de futuras colônias que concorram para a fixação do homem à terra amazônica e possibilitem a efetiva integração daquela parte tão rica do território nacional à unidade política e econômica de nossa coletividade.

No exercício de 1956, empenharam-se cerca de Cr\$ 37 000 000,00 para atender às necessidades várias daquelas áreas, tendo-se ultimado a construção de quartéis, residências para oficiais, praças e rédes de depósitos em Tabatinga, Palmeira, Guajaramirim, Cucuí, Japurá, Ipiranga e em outras localidades.

Marinha

A Marinha Brasileira, responsável pela defesa da extensa costa do País, desempenha, a par dessa alta missão, valiosas tarefas complementares, que convergem tôdas para o primacial objetivo que é a preservação da nossa soberania e a proteção das atividades pacíficas de nossa navegação comercial.

É de evidência imediata a importância da atuação de nossa Armada no sistema de defesa do País. Exercida em tantos lances gloriosos de nossa história, permitindo o aparecimento de marinheiros insignes — dentre os quais se destaca o grande Tamandaré, a simbolizar, em um nome, o prestígio e a glória de uma corporação — continua a atuação de nossa Armada a manifestar-se no presente, com o mesmo alto espírito cívico, o mesmo sentimento de dever, a mesma lúcida compreensão dos superiores interesses da Pátria.

ESQUADRA

O ano de 1956 assinalou o início de um plano de reequipamento do material flutuante da Marinha, a fim de proporcionar a êsse ramo das Forças Armadas meios de ação adequados ao cumprimento dos altos encargos que lhe são confiados.

Deu-se decisivo passo no sentido de dotar a Marinha de unidades à altura de sua relevante missão, em tempo de paz e de guerra. Desde que, em dias já distantes, se incorporaram à

Armada os *dreadnoughts* «Minas Gerais» e «São Paulo», nenhuma aquisição se fez do vulto daquela, e que assegurasse à defesa do nosso litoral, hoje, o mesmo poderoso elemento que, naquela época, representavam os dois grandes vasos de guerra. Adquirindo, agora, o navio-aeródromo «Minas Gerais», avançou-se consideravelmente no sentido de melhorar o equipamento da Armada. Sem dúvida, constituiu sacrifício financeiro para a Nação a compra, embora em condições vantajosas, desse navio. Mas não escapará, à perspicácia e ao elevado patriotismo dos Senhores Membros do Congresso, a consideração de que o desenvolvimento nacional, dependente da intensificação do tráfego marítimo, não poderá ser novamente sustado pelas hostilidades do inimigo, como aconteceu em agosto de 1942. Não seria preciso recordar, aqui, os trágicos acontecimentos então ocorridos, quando navios mercantes brasileiros, em pacífica navegação de cabotagem, transportando peregrinos do Congresso Eucarístico do Recife, foram torpedeados ao longo da própria costa do País, com grande perda de vidas e incalculáveis prejuízos para a economia nacional.

Assume a Marinha, com o recebimento do «Minas Gerais», a responsabilidade de auferir, dessa nova unidade, todo o proveito que possa oferecer, fazendo-a operar com o máximo de eficiência, em benefício de nossa própria segurança e da segurança do Hemisfério — responsabilidade para que está plenamente capacitada.

Ainda no sentido de prover à segurança e de assegurar facilidades à nossa navegação comercial, foi autorizada a construção, no Japão, de dois navios-hidrográficos, «Sirus» e «Canopus», dotados de todos os requisitos da técnica moderna, inclusive os mais recentes equipamentos eletrônicos para o serviço especializado a que se destinam.

Por oferecimento do Governo norte-americano, foram-nos cedidos, a título de empréstimo, conforme lei aprovada pelo Congresso daquela nação amiga, dois modernos submarinos, que receberam os nomes de «Humaitá» e «Riachuelo». As guarnições para esses vasos fizeram, nos Estados Unidos da América, cursos de adaptação.

No Japão, foi-nos feita a entrega do navio-transporte de carga «Ary Parreiras», que se encontrava em construção naquele país, e lançado ao mar o «Soares Dutra» do mesmo tipo.

A Esquadra realizou intensa movimentação, de acôrdo com o programa elaborado para exercícos de instrução e adestramento, a fim de manter o seu elevado padrão de eficiência.

Foram efetuadas viagens de instrução com aspirantes da Escola Naval e alunos do Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha.

Em missão de representação, um Grupo-tarefa de Contratorpedeiros visitou a República Oriental do Uruguai e a da Argentina.

A Fôrça de Transporte da Marinha realizou linhas regulares para transporte de carga, em cooperação com as companhias de navegação nacionais, além do serviço normal para as Fôrças Armadas.

O «Barroso Pereira» fêz uma viagem aos Estados Unidos da América, conduzindo as guarnições dos submarinos «Humaitá» e «Riachuelo».

Foi pôsto à disposição do Exército o «Custódio de Melo», a fim de transportar o batalhão brasileiro da Fôrça de Polícia Internacional da O.N.U. para a região do canal de Suez.

O Navio-Escola «Duque de Caxias» realizou viagem de instrução de Guardas-Marinhas, no Atlântico Sul e Norte, conduzindo 136 Guardas-Marinhas do Corpo da Armada, 36 do Corpo de Fuzileiros Navais e 43 Intendentes.

BASES NAVAIS E CAPITANIAS DOS PORTOS

A fim de que se proporcionasse à nossa Esquadra o apoio adequado, teve prosseguimento a construção das Bases Navais de Val-de-Cães (Belém), Natal, Recife e Aratu. Tendo em vista a magnitude dessas obras e os recursos que demandam, determinaram-se providências para que as mesmas possam ser utilizadas, no mais breve espaço de tempo, ainda que em caráter provisório.

Foram ultimadas e inauguradas a Capitania dos Portos de São Paulo, em Santos, a Agência da Capitania dos Portos de Alagoas, em Penedo, e as residências dos Capitães dos Portos de Alagoas e Sergipe.

ARMAMENTO

A Fábrica de Artilharia da Marinha desenvolveu suas atividades em ritmo satisfatório, prosseguindo na construção de peças para canhão de 127 mm e instalando o armamento de seis corvetas, classe Imperial Marinheiro.

Foram fabricadas as peças e efetuada a montagem de dois morteiros experimentais para o Exército.

Criou-se o Centro de Munições da Marinha, desmembrado do Centro de Armamento da Marinha, a fim de obter-se melhor controle desse importante serviço.

CONSTRUÇÃO NAVAL

Foi assinado pela Marinha convênio com a Universidade de São Paulo, para a criação de cursos de formação de Engenheiros-Navais e de Engenheiros-Civis especializados em construção naval, com o que a Marinha presta decisiva colaboração no programa de implantação da indústria de construção naval no Brasil. A Marinha oferecerá bolsas de estudos a candidatos civis.

Prosseguiu o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro a construção de três navios-hidrográficos de pequeno porte. Foi ultimada a construção de um porta-batel para o dique-sêco de Val-de-Cães, e concluída a montagem de dez unidades de desembarque para o Corpo de Fuzileiros Navais. Foi, ainda, terminada a remodelação de três rebocadores e de uma barca-d'água.

Acha-se em andamento a construção dos contratorpedeiros «Ajuricaba» e «Araguari», tendo-se realizado experiências das instalações e equipamentos do primeiro.

OBRAS CIVIS

Tiveram bom andamento as obras do atêro dos terrenos da Marinha na Avenida Brasil, sob o controle da Diretoria de Engenharia da Marinha, e desenvolveram-se as da nova Escola de Marinha Mercante do Rio de Janeiro e do Quartel-Central de Marinheiros.

Na Base Naval de Val-de-Cães, entrou em funcionamento a Usina de Fôrça, que, além de alimentar a Base e as instalações da S.N.A.P.P., passou a fornecer o excedente da energia ao bairro adjacente à cidade de Belém.

Na Base Naval de Natal, concluíram-se 200 metros de cais acostável, com todos os acessórios. Continuou a ser escavado o dique-sêco, sendo transferido o material retirado para o atêrro de terrenos alagados da Base.

Na Base Naval do Recife, foi totalmente concluído o cais frontal, com uma extensão de 360 metros, no qual se encontram assentadas as soleiras dos dois diques. As fundações do cais do canal estão totalmente terminadas, e metade do estrado foi adiantada. Prosseguem os trabalhos de retificação do rio Beberibe.

Na Base Naval de Aratu, foram terminados 250 metros do cais da doca, encontrando-se em andamento o cais norte. Continua a construção da barragem no rio Macacos, que armazenará a água necessária ao abastecimento da Base.

Escolhidas e declaradas de interêsse público para fins de desapropriação as áreas destinadas à instalação do Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval, situadas em São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, Estado do Rio, tomaram-se as primeiras providências para efetivar a desapropriação.

As Escolas de Aprendizes-Marinheiros de Maceió e Vitória tiveram a sua construção bastante adiantada, o mesmo acontecendo com a do Centro de Instrução de Paranaguá.

HIDROGRAFIA, NAVEGAÇÃO E PESCA

Entre os trabalhos realizados pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, destacam-se o levantamento da parte nordeste da Baía de Todos os Santos; o levantamento do Hôrto Henrique Lage (Imbituba), realizado como trabalho prático pelos alunos do Curso de Especialização de Hidrografia para Oficiais de 1955, que ainda efetuaram a triangulação de um trecho de costa, de aproximadamente 25 milhas, entre a Ilha do Coral e Imbituba. No

litoral, entre a Ilha do Coral e Cabo de Santa Maria, realizaram-se sondagens sob controle eletrônico, com o novo equipamento «Raydist».

O «Almirante Saldanha», pôsto à disposição da D.H.N., realizou sondagens ao largo, para a carta de Arvoredo a Bom-Abrigo; a corveta «Forte de Coimbra» empreendeu sondagens necessárias à construção de uma nova carta do pôrto de Itajaí, utilizando o equipamento «Raydist» e o levantamento do rio Paraná, de grande importância econômica, realizado em cooperação com a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguaí e sob a orientação técnica da Diretoria de Hidrografia e Navegação.

O setor de sinalização náutica mereceu especial atenção, pela responsabilidade que lhe cabe na segurança da navegação em nossas costas e acessos aos nossos portos.

No setor de pesquisas oceanográficas, foram realizadas viagens de observações, sendo algumas feitas em colaboração com o Instituto Oceanográfico de São Paulo.

Os navios «Almirante Saldanha» e «Guanabara», colocados à disposição da Diretoria de Hidrografia e Navegação para operarem durante o Ano Geofísico Internacional, estão sendo convenientemente preparados. Já se acham praticamente instalados os laboratórios para pesquisas a serem feitas a bordo e, terminada a revisão de seus motores, deverão iniciar as campanhas científicas já programadas.

O Ministério da Marinha, em cooperação com o da Agricultura, vem incentivando a exploração da pesca em nossas águas e participando dos estudos em andamento, para solução desse magno problema.

PESSOAL

O aumento do número de navios e o desenvolvimento natural dos órgãos e serviços, bem como a criação de outros setores, provocaram séria crise de pessoal pela carência de oficiais, principalmente nos postos mais elevados, tornando deficientes os quadros e corpos estabelecidos pela Lei n.º 1 531-A, de 29 de dezembro de 1951. Estudos pormenorizados indicaram a necessidade de

revisão daqueles efetivos, sendo que, pela Mensagem n.º 728, de 13 de dezembro de 1956, foram submetidas ao Congresso Nacional as conclusões daquele trabalho e o projeto de lei que fixa novos efetivos para a Armada.

Como medida de emergência para reduzir a falta de oficiais, foram convocados segundos-tenentes oriundos do Centro de Instrução de Oficiais para a Reserva da Marinha (C.I.O.R.M.), tendo sido admitidos 28 do Corpo da Armada, 12 de Fuzileiros Navais e 7 Intendentes.

Esse problema será solucionado com a aprovação pelo Congresso Nacional do referido projeto de lei.

Pendente ainda de solução, encontra-se no Congresso o projeto de lei que cria o Quadro de Oficiais da Reserva Incorporada, a ser preenchido por oficiais procedentes do C.I.O.R.M. Aprovado, êsse projeto permitirá à Administração Naval preencher de imediato os claros existentes em algumas lotações.

ESCOLA DE MARINHA MERCANTE

Foi sancionada a lei do Congresso Nacional que transferiu para o Ministério da Marinha a Escola de Marinha Mercante, tendo sido expedido a 11 de outubro o decreto que aprova seu regulamento. Com isto, reorganizou-se completamente a antiga Escola, em bases atualizadas e de acôrdo com os reclamos de nossa Marinha Mercante, sôbre a qual repousam as esperanças de revigoração da economia nacional. Concomitantemente, foi acelerada a construção da sede da nova Escola, que poderá formar também oficiais capazes de comandar barcos de pesca, visando ao maior aproveitamento técnico dessas unidades, de forma que possa entrar em funcionamento ainda êste ano.

Aeronáutica

A importância que vem assumindo a Fôrça Aérea Brasileira, como fator atuante no sistema da segurança nacional, cresce de vulto incessantemente.

Arma moderna, de rápida e extraordinária evolução, a Aeronáutica representa, para um país como o Brasil, de tão extensas fronteiras e tão vastas áreas internas, despovoadas em largos tratos, não só um órgão admirável na estratégia de nossa defesa, como também um fator poderoso de coesão nacional, de unificação do País em meio à diversidade de seus territórios, seus climas, suas falas regionais, suas tradições locais. Estabelecendo comunicação rápida e ininterrupta entre o litoral e o interior, constituindo um elo vivo entre os núcleos de civilização dispersos em nosso vasto território, desbravando a hinterlândia, pode-se afirmar que a Força Aérea Brasileira se alinha entre os elementos dinâmicos que fortalecem a unidade brasileira e obviam aos perigos de uma desintegração que talvez nos ameaçasse, se amplas regiões do País continuassem a desenvolver-se isoladamente, como num arquipélago continental.

Contando poucos anos de existência, como força autônoma, tem, entretanto, uma história rica de ação e de glórias, a que não faltaram lances de heroísmo na dura prova de uma guerra no Exterior, em que atuou vigorosamente, ao lado do Exército e da Marinha.

REALIZAÇÕES EM 1956

O ano de 1956 foi para o Ministério da Aeronáutica de realizações e de fecundos planos. As realizações atestam da alta competência e espírito patriótico da oficialidade das Forças Aéreas; os planos, projetados para futuro próximo, evidenciam a consciência e a legítima ânsia de aperfeiçoamento que caracterizam o espírito da nossa Aeronáutica Militar. Não são, portanto, imoderadas as esperanças que podem depositar-se numa Força Aérea Brasileira à altura das nossas reais necessidades, em breve espaço de tempo.

Os vários programas já executados, e os em cumprimento no Ministério da Aeronáutica, assim como o planejamento cuidadoso, elaborado pelo Estado-Maior da Aeronáutica, de trabalhos de comprovada objetividade, garantem a execução de seus planos específicos, em função da realidade brasileira.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

O Plano de Desenvolvimento da Força Aérea Brasileira representa pleno atendimento às necessidades militares desse setor das Forças Armadas: ao término de sua execução, em 1961, ter-se-á conseguido um desenvolvimento progressivo e continuado, consonante com as exigências da segurança do País. Em conseqüência, a renovação da frota aérea vem sendo preocupação constante do Governo.

Obedecendo a imperativo dos nossos dias, a aviação militar de segurança e de defesa, além da estritamente comercial, vem sofrendo evolução rápida e em bases técnicas avançadas. E nosso País, pelas próprias condições de suas peculiaridades geográficas, não pode colocar-se em posição retrógrada em face das últimas conquistas no campo da aeronáutica. Impõe-se, portanto, a modernização da nossa frota aérea e do seu aparelhamento técnico complementar.

A aviação a jato é uma realidade: o avião à hélice de motor convencional já vai sendo substituído em ritmo crescente, como meio adequado de movimentação aérea, militar ou civil. Na esfera especificamente militar, a moderna aviação especializada sofre, dramaticamente, evolução sem paralelo quanto à capacidade de voo, rapidez e eficiência dos engenhos aéreos de combate.

No que se refere à obtenção de material cuja premência é, na verdade, irrecusável — o Estado-Maior da Aeronáutica, com a aprovação do Ministro de Estado, indicou os caminhos para minorar as deficiências imediatas: ajuda fornecida pelo Programa de Assistência e Defesa Mútua, que mantemos com os Estados Unidos da América: ainda através do mesmo Programa, sob a modalidade de Administração Internacional de Cooperação (I.C.A.), quando o material é adquirido por preços especiais; e, finalmente, por compra direta nas fábricas.

Atendendo, assim, a esses itens, obtivemos o fornecimento de dez (10) helicópteros H-19 e 14 aviões de patrulha P2V-5, e 4 jatos de caça T-33, para início de treinamento. Convém ressaltar que essas unidades, adquiridas em condições tão favoráveis, são de importância evidente para o aparelhamento da Força Aérea Brasileira. Os helicópteros serão empregados nos dois cruzadores

da nossa Marinha de Guerra — Barroso e Tamandaré — e nos serviços de busca e salvamento.

Os aviões de patrulha P2V-5 constituirão um Grupo, com sede prevista em Salvador, Estado da Bahia. Destinar-se-ão, conseqüentemente, a operações de estreita cooperação com a Marinha de Guerra, com a finalidade de proteger a nossa costa e emprestar segurança à Navegação Marítima. Os T-33 constituirão o núcleo do Esquadrão de Caça a jato, em Fortaleza.

Adquirimos ainda 28 aviões de bombardeio B-26 e 14 aviões de busca e salvamento SA-16. É fora de dúvida que as nossas unidades de bombardeio B-25 se acham no fim do seu rendimento de voo. Por isto mesmo é que as substituições, nas modalidades de aquisição enunciadas, se impõem. Os gastos relativamente aos aviões B-26 totalizaram por unidade 23 mil dólares e trazem 98 mil dólares de sobressalentes. Ora em revisão na fábrica «Fairchild», virão para o Brasil inteiramente renovados.

Os aviões SA-16 empregam-se normalmente nos trabalhos de busca e salvamento. Poderão prestar serviço auxiliar de esclarecimento e, em caso de emergência, podem ser convertidos em arma de combate.

Seu preço unitário é de 50 mil dólares, e traz cada um sobressalentes no valor de 200 mil dólares. É preciso ressaltar que o preço de um avião desse tipo, adquirido na fábrica, é da ordem de 700 mil dólares; os nossos, com sobressalentes, custaram 250 mil dólares.

O equipamento direto por compra nas fábricas especializadas só se verificou quando impossível a aquisição nas modalidades enunciadas acima.

Dos processos de aquisição indicados, vê-se claramente que houve inegável economia, resultante das facilidades nas compras efetuadas.

Acatando parecer do Estado-Maior da Aeronáutica, fundamentado, por seu turno, em estudos técnicos, foram adquiridos na Inglaterra dois aviões da marca «Viscount» 700, destinados a transportes rápidos de altas autoridades do Governo, para cobertura de toda a área nacional. Esses aviões são a turbo-hélice, e de largo

uso em algumas companhias comerciais estrangeiras, pela sua rapidez e segurança.

Adquiriram-se ainda na Inglaterra 5 aviões «Beechcraft», e acha-se em estudo, pendente de decisão definitiva, a aquisição de 14 aviões «Camberra», do tipo bombardeio médio a jato.

PESSOAL MILITAR E CIVIL

O aparelhamento humano no setor da Aeronáutica Nacional, no que se refere à formação de quadros do oficialato, do suboficialato e dos elementos graduados, foi atendido, por medidas administrativas e legislativas cabíveis. Assim, o Congresso Nacional votou a Reestruturação do Quadro de Oficiais, medida de grande alcance para a normalização das atividades especializadas e de rotina do Ministério da Aeronáutica. Espera-se sensível melhoria nos serviços desse setor das Forças Armadas, a partir deste ano e, com as fases previstas em lei, tornar-se-á satisfatória aquela situação em 1958 e 1959, atendendo-se durante lapso regular de tempo, às exigências do respectivo serviço.

O pessoal subalterno — sargentos — terá em quantidade e qualidade solucionadas as deficiências nas suas atividades, através de medidas específicas tomadas junto à Escola de Especialistas da Aeronáutica (Guaratinguetá, Estado de São Paulo).

Tomaram-se providências com a finalidade de melhorar a instrução de oficiais, suboficiais e graduados, para manejo técnico dos equipamentos adquiridos, tendo em vista possibilitar a imediata efetivação das tarefas prefixadas, a par de completo rendimento nas operações.

O pessoal civil do Ministério da Aeronáutica deve ter uma estruturação compatível com as necessidades específicas dos serviços dos vários órgãos daquele Ministério. O Governo, atendendo às deficiências que se verificam nesse setor de pessoal, estudará medidas e providências com o fim de suprir aquelas lacunas, dentro de um plano coordenado de economia funcional.

Atacaram-se, outrossim, problemas básicos relativos a aeroportos, instalações, segurança da navegação aérea e apoio de suprimento e manutenção do material de voo.

É de ressaltar-se a criação do Fundo Aeronáutico, estabelecido em lei, e destinado exclusivamente a atender aos problemas ligados à infra-estrutura-aeroportos e à segurança da navegação aérea, cujo alcance foi reconhecido, assim, e prontamente, pelo Congresso Nacional. No decorrer do presente ano, dar-se-á integral aplicação à lei, prevendo-se a construção, melhoria ou retificação de pistas pavimentadas em todo o território nacional, permitindo-se, desta forma, o acesso ao interior do País por unidades modernas de quaisquer tipos.

O equipamento relativo à segurança de vôo será, também, grandemente beneficiado pela lei do Fundo Aeronáutico, com mais amplas facilidades na movimentação das aeronaves. Por outro lado, no que se refere especificamente à segurança de vôo, como fruto de entendimentos havidos entre o Governo Brasileiro e o dos Estados Unidos da América foi possível utilizar novos métodos de emprêgo de radar nas Bases Aéreas do Galeão, de São Paulo e de Pôrto Alegre.

Dignos de mencionar são os estudos planejados durante o ano findo e pertinentes aos organismos de apoio ao material aéreo: Parques e Terceiros Escalões de Manutenção. Estes estudos serão ativados na parte que atenda aos Escalões localizados nas Bases Aéreas de Belém, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro (Santa Cruz).

CORREIO AÉREO NACIONAL

Em 1956, completou o Correio Aéreo Nacional 25 anos de atividades ininterruptas. Este fato auspicioso constitui, sem dúvida, notável marco na vida da nossa Fôrça Aérea e justo orgulho para todos os brasileiros.

Através de 32 linhas regulares e atendendo, com viagens extraordinárias, a um sem número de necessidades específicas do serviço público, em setores variados, o Correio Aéreo Nacional cobriu, durante o ano findo, cerca de 38 milhões de quilômetros de linhas, tendo voado aproximadamente 34 mil horas — efetuando a entrega de 250 mil quilos de correspondência, de um volume de carga da ordem de 2 milhões de quilos e transportando

um total de 85 mil passageiros. Estes índices expressivos representam, economicamente, cerca de 500 milhões de cruzeiros — o que vem atestar a alta relevância, nos seus múltiplos aspectos, da missão nacional do C.A.N. Por isto mesmo, o Governo se empenhará em ampliar a frota do Correio Aéreo Nacional.

A par de estabelecer ligações entre os pontos mais distantes do território brasileiro, as linhas do Correio Aéreo Nacional estendem-se através de vasta rede continental, tocando em Assunção, La Paz, Montevideu, Lima, Caiena, Miami e Washington.

Estuda-se, no momento, o estabelecimento de uma linha para a zona do Canal de Suez, em apoio ao contingente brasileiro junto à Força de Emergência das Nações Unidas.

AVIAÇÃO COMERCIAL

As atividades da Aviação Comercial no Brasil mantiveram-se no alto nível que coloca o País entre as Nações mais desenvolvidas do mundo. Exceto em relação ao transporte de cargas, em que se verificou um pequeno declínio no volume, de menos de 3%, os demais índices ultrapassaram os de 1955. Estes índices abrangem todo o movimento do tráfego verificado em território nacional, e mais o total das linhas internacionais brasileiras.

Tarifas

As tarifas foram aumentadas em 1956 para atender a novos níveis de salários. Impunha-se, portanto, este reajustamento tarifário, a fim de possibilitar os encargos em correlação com aquela receita específica.

Reivindicações

O ano de 1956, no setor da aviação comercial, assinalou-se por fortes movimentos dos funcionários das empresas de transporte aéreo que se poderiam ter traduzido em greve, com incalculáveis prejuízos para a vida nacional, tão dependente hoje desta forma de locomoção. O Ministério da Aeronáutica, atento aos acontecimentos, conduziu empenhada e vitoriosamente os entendimen-

tos entre empresas e empregados, com a assistência esclarecida do Ministério do Trabalho; assim, e em virtude do alto espírito de compreensão dos interessados, pôde o Governo conciliar posições aparentemente antagônicas, obstando a prejuízos maiores para todos.

Concorrência

O regime que informa a aviação comercial brasileira é amplamente competitivo. O Estado empenha-se em estimular uma indústria de transporte aéreo florescente e de comprovada eficiência, capaz de atender às exigências do tráfego geral. A competição assegura, sem dúvida, padrão de serviço cada vez mais elevado, e para o seu exercício devem ser considerados vários fatores, dentre eles os relativos à necessidade de importação de grande parte do material aeronáutico além do combustível.

Por isto mesmo, tem o Governo o dever de regular a competição; esta intervenção, legítima quando equilibrada, tende a estimular a iniciativa privada e retificar os excessos porventura assinalados na área da livre concorrência entre empresas.

Auxílio

As empresas brasileiras de transporte aéreo vêm recebendo da União auxílios substanciais, quer diretos quer indiretos, necessários à consolidação e desenvolvimento das suas atividades. Os auxílios indiretos são configurados pela isenção de tributos, inclusive os de importação, excetuado, entretanto, o imposto sobre a renda.

A exceção das linhas internacionais, presta o Governo auxílio indireto pela gratuidade dos serviços executados nos aeroportos e nas aerovias em trânsito, que representam, afinal, consideráveis investimentos. Para avaliar do volume desse auxílio indireto, basta verificar que a isenção das chamadas taxas aeroportuárias, incidentes nas linhas de empresas internacionais — estrangeiras e brasileiras — atingiu cerca de Cr\$ 18 000 000,00, no ano de 1956. Releva notar que o movimento internacional constitui pequena fração do doméstico.

Os auxílios diretos traduzem-se em subvenções que ascenderam a um total aproximado de 200 milhões de cruzeiros, distribuídos principalmente às linhas de rotas pioneiras que atendem, inegavelmente, às necessidades de transporte e comunicação em todo o País. Além dessas subvenções, que são entregues para livre aplicação, a Lei n.º 3 039, de 29 de dezembro de 1956, criou um auxílio global de 470 milhões de cruzeiros anuais, a serem divididos proporcionalmente pelas empresas em função do tráfego de cada uma delas, auxílio este que se destina, especificamente, a contribuir para o seu reequipamento. Data de pouco tempo, na verdade, o início do reequipamento das empresas brasileiras de transporte aéreo. Vinham elas há cerca de 10 anos operando praticamente com o material «surplus» de guerra, sobretudo com o utilíssimo DC-3 (C-47). Impunha-se, por conseguinte, a renovação progressiva desse equipamento, o que se verifica desde há dois anos, com aquisição de aparelhos «Super Constellation 1 049» para as linhas internacionais, e aviões «Convair» para as linhas domésticas de curso médio. Estes aparelhos já se encontram em serviço no presente ano.

Estuda-se a compra de mais 10 aviões «Viscount», que representam nova etapa na evolução dos transportes aeronáuticos. As empresas de transporte aéreo preocupam-se naturalmente com a aquisição de aparelhos a jato, para as suas atividades rotineiras. A fim de atender a essa necessidade de renovação da frota comercial, foi promulgada a Lei n.º 3 039, que possibilitará complementação dos recursos próprios de cada empresa, atendida a destinação exclusiva para o reequipamento.

AEROPORTOS E AEROVIAS

As providências relativas à ampliação e construção de novos aeroportos, assim como às pertinentes à pavimentação de pistas e ao melhor aparelhamento dos serviços ligados à segurança de vôo, estão merecendo do Governo cuidadosa atenção, considerada a sua natural relevância. A criação do Fundo Aeronáutico, com recursos mais amplos para a utilização exclusiva nessa finalidade, suprirá as deficiências de recursos ordinários à disposição do

Ministério da Aeronáutica (Lei nº 3 000, de 11 de dezembro de 1956).

FROTA ATUAL

Existiam inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro, em 31 de dezembro de 1956, 510 aeronaves de transporte comercial (mais 17 do que em 31 de dezembro de 1955).

LINHAS INTERNACIONAIS

As empresas brasileiras mantêm seus vôos regulares para várias cidades européias, para o Oriente Próximo, para os Estados Unidos da América, para as capitais sul-americanas — Lima, Santiago, Assunção, Montevidéu, Caracas e Antilhas.

Inaugurou-se, no ano findo, nova linha com ponto terminal em Chicago, servida provisoriamente por aviões DC-4, pretendendo a concessionária empregar brevemente o DC-6. Na linha de Nova Iorque, em que já se utilizam três frequências semanais, tem o Brasil material equivalente às concorrentes estrangeiras. Nas linhas européias, a partir de maio do ano em curso, empregar-se-ão aviões DC-7, que nos recolocarão à frente das concorrentes estrangeiras, recuperando-se o atraso decorrente do malôgro verificado com a aquisição de aviões do tipo «Comet», cuja encomenda, à época, não pôde ser atendida.

Concessões recíprocas sôbre transporte aéreo, no âmbito internacional, foram consolidadas pela assinatura de dois acôrdos — com o Japão, assinado no Rio de Janeiro, e com o Uruguai, assinado em Montevidéu, ambos preparados e orientados pelo Ministério da Aeronáutica, com a assistência especializada da sua Comissão de Estudos Relativos à Navegação Aérea Internacional. Concluíram-se, ainda, negociações com a República Federal da Alemanha, realizadas no Rio de Janeiro, a que compareceu a Delegação Alemã especializada. Encaminhados os resultados dos trabalhos ao Ministério das Relações Exteriores, deverá o Acôrdo respectivo ser em breve assinado.

Com o México, a República Dominicana e a Bélgica processaram-se negociações a respeito, ainda não ultimadas.

Acontecimento relevante foi a realização em Caracas, da 10ª Sessão da Assembléia da Organização de Aviação Civil Internacional, importante órgão especializado, das Nações Unidas, junto a cuja sede, em Montreal, mantém o Brasil uma Delegação permanente.

Cumpra frisar que, em relação às empresas estrangeiras que pousam em Território Nacional e o atravessam para seguir rotas além das nossas fronteiras, vimos observando o tratamento de reciprocidade.

AVIAÇÃO DESPORTIVA

A aviação de uso desportivo ou de âmbito privado é atendida, sobretudo, pelos aeroclubes, num total de 423.

Dentro dos recursos de que dispõe, vem o Ministério da Aeronáutica procurando amparar o desenvolvimento dessa utilíssima e difundida modalidade de atividade aeronáutica. As subvenções em dinheiro montaram a Cr\$ 10 739 500,00, entregues a 72 entidades, tendo-se conseguido a formação de 507 aeronautas; por outro lado, distribuíram-se a 104 entidades subvenções em dinheiro num total de Cr\$ 4 720 500,00. Existiam inscritos no Registro Aeronáutico Brasileiro 2 203 aeronaves da categoria privada (mais 19 do que em 31 de dezembro de 1955).

INDÚSTRIA AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica, na sua administração atual, continua a desenvolver os esforços planejados e concatenados pelas administrações anteriores, no que se refere à indústria aeronáutica.

Como realização neste setor, a Fokker Indústria e Comércio S.A., mediante contrato já firmado, incumbiu-se da construção de 200 aviões-escola para a Força Aérea Brasileira; este programa parcial prossegue, ainda que com retardo, mas sem solução de continuidade.

Em relação à Indústria Aeronáutica, colocavam-se, de início, dois problemas: a obtenção do dólar governamental para as importações necessárias e a aprovação de novo plano para as encomendas. Determinou o Governo a solução imediata desses dois itens, a fim de que pudesse o Ministério da Aeronáutica entregar-se

a fundo à tarefa de promover a industrialização do seu setor de aparelhamento.

As fábricas brasileiras especializadas em indústria aeronáutica procura o Governo dar permanente apoio, apesar do pequeno volume de sua produção.

Fábricas estrangeiras têm mostrado desejo de se fixarem no Brasil. São inegáveis os benefícios imediatos dessas transferências, e fazem parte mesmo das coordenadas administrativas do Governo, atendidos os relevantes interesses do Tesouro Nacional.

ANO SANTOS DUMONT

O Ministério da Aeronáutica, através de providências de seu titular, teve a feliz iniciativa de dar especial relêvo às comemorações do cinquentenário do feito notável do «Pai da Aviação», glória das mais legítimas do povo brasileiro.

A instituição do «Ano Santos Dumont» ensejou brilhantes solenidades a que compareceram autoridades civis e militares, instituições diversas e grande massa de povo em todo o Brasil, com a adesão honrosa de nações amigas como França, Argentina, Peru, Chile, Uruguai e Paraguai, que enviaram delegações especiais a esta capital, a fim de tomarem parte nas cerimônias do dia 23 de outubro. O ponto alto dessas comemorações foi o «Momento Santos Dumont», quando aviões militares e civis, em todo o território nacional, alçaram vôo em homenagem da Nação Brasileira ao grande inventor patricio.

Projetou-se desta forma, mais uma vez, o gênio inventivo da inteligência brasileira, recordando ao mundo civilizado a ação pioneira de Alberto Santos Dumont, ao cruzar os céus de Paris, iniciando, com o século, uma nova era para a humanidade.

CAPÍTULO II

ORDEM PÚBLICA

São notórias as últimas medidas adotadas pelo Governo, a fim de extinguir focos de agitação que se tornavam perigosos à ordem pública.

Assim, tanto na Capital da República como nos Estados, várias medidas de segurança estão sendo ultimadas, com a finalidade de dotar a Polícia Federal dos meios indispensáveis à sua ação de mantenedora da ordem pública.

Através de acórdos, em estudo, entre a União e os Estados, para a execução de serviços de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, vem o Governo examinando cuidadosamente a matéria, tendo proposto o estabelecimento de cláusulas que visam a melhor aplicação da legislação vigente.

Supervisão Federal dos Serviços de Polícia

A Comissão de Juristas, que procedeu a estudos sobre a reforma constitucional, sugeriu emenda aditiva ao art. 5º, VII, da Constituição, que atribui competência à União para superintender, em todo o território nacional, os serviços de polícia, marítima, aérea e de fronteiras.

Entendeu aquela Comissão que a ação supervisora da Polícia Federal não deve ficar adstrita aos casos referidos no texto em vigor — Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, — mas abranger infrações penais que, por sua natureza ou pela modalidade de repressão, ultrapassem a esfera estadual e interessem à nacional ou internacional.

A emenda sugerida mantém a competência da União no que respeita aos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras, acrescentando que lhe competirá ainda a apuração de infrações penais contra a segurança do Estado, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União, e a apuração de outras infrações penais, cuja prática tenha repercussão interestadual e exija repressão uniforme.

Combate às Ideologias Extremistas

O comunismo é, atualmente, a ideologia política que maior preocupação traz aos Poderes Públicos, em virtude de seu caráter notoriamente antidemocrático e de suas táticas essencialmente insidiosas.

Não se tem descurado o meu Governo de repelir diretamente as investidas dos grupos extremistas, já adotando medidas adequadas ao combate às idéias que propagam, já aprovando medidas que assegurem a permanente defesa do regime e das instituições democráticas contra a ação perniciosa daqueles agentes. Combate-os também indiretamente, pelo fomento intensivo da riqueza nacional, pelo aumento da produção, pela elevação do padrão de vida dos nossos trabalhadores e mediante outras realizações de caráter social e econômico em benefício dos trabalhadores das cidades e dos campos.

Desnecessário acentuar que tais medidas vêm encontrando imediata, ampla e favorável ressonância no seio do povo, tradicionalmente democrata e fundamentalmente cristão.

Departamento Federal de Segurança Pública

Vem o Governo procurando dotar o Departamento Federal de Segurança Pública (D.F.S.P.) de recursos necessários à eficiência da máquina policial, para adaptá-lo às novas condições decorrentes do crescimento vertiginoso da nossa Capital.

No plano administrativo, já se operou parcial reforma no sistema de policiamento preventivo e ostensivo. Expediu o Governo decreto que altera o atual regulamento dos serviços policiais e promove algumas inovações, em benefício da melhor vigilância da cidade e da disciplina do trânsito, problemas que absorvem as atenções das autoridades federais e municipais.

A repressão à criminalidade, embora operando-se em ritmo intenso, não tem produzido resultados mais satisfatórios, porque ainda estão em curso as complexas medidas que o Governo vem adotando para atender aos reclamos da situação.

Não tem sido menos precária a assistência aos menores abandonados ou delinqüentes. A atuação governamental, nesse terreno, esbarra ainda nas dificuldades de ordem material com que luta o órgão competente, o Serviço de Assistência a Menores (S.A.M.).

Todos esses fatores que, de certo modo, impedem a ação preventiva policial são causa do aumento da criminalidade, ao lado de relevantes fatores de ordem econômica, que atuam significativamente na elevação do índice de delinqüência.

A Polícia, entretanto, não reclama apenas aumento de efetivo e de material, senão também aperfeiçoamento de sua organização e de seus métodos.

É propósito do Governo incentivar esse aperfeiçoamento e promover o aparelhamento policial, para que se torne eficiente, respeitado e prestigiado pela opinião pública. Neste sentido é que foram acordadas providências que virão solucionar o problema policial, com a urgência requerida, sendo que algumas delas dependem de leis, como, por exemplo, a que torne possível a simplificação dos processos das contravenções e dos crimes a que se comine, ainda que alternativamente, pena de reclusão, bem como a criação de Juízos de Instrução. Anteprojetos dessas leis estão sendo elaborados, a fim de oportunamente serem encaminhados ao Poder Legislativo.

Aos Juizados de Instrução caberia o julgamento dos ilícitos previstos na Lei das Contravenções Penais e mesmo de outros previstos no Código Penal, o que viria contribuir favoravelmente para o desfogo das diversas repartições policiais e judiciárias, através de processos menos onerosos e de julgamentos sumários, resguardadas as amplas garantias de defesa do indiciado.

Os estudos, nesse sentido, estão sendo concluídos e já foram objeto de exame por parte de uma Comissão de especialistas.

Nesta oportunidade, encareço a atenção do Congresso para o exame desses trabalhos, que consubstanciam medidas que exigem urgente solução.

Polícia Militar do Distrito Federal

É de salientar o nível disciplinar desta corporação. A Polícia Militar está hoje integrada no policiamento ostensivo da Capital, em conexão com a Polícia Civil e o Serviço do Tráfego. Assim, através de inúmeros destacamentos distribuídos pelo Distrito Federal, presta essa instituição eficiente serviço na manutenção da ordem pública.

No terreno da instrução e aprimoramento da tropa, destacam-se a Escola de Formação de Oficiais, o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Recrutas. Tanto nas escolas como nos cursos, pelo que se vem observando, os resultados têm sido satisfatórios.

Com relação às forças auxiliares — Polícia Militar e Corpo de Bombeiros — foi designada, pelo Ministro da Justiça, uma Comissão para elaborar o Estatuto dessas tradicionais corporações do Distrito Federal. É imperioso que disponham de legislação própria, que regule a situação financeira dos seus integrantes, na atividade e depois de reformados, evitando-se, assim, que a fixação de vencimentos, vantagens e proventos fique ao sabor de decisões baseadas em pareceres e jurisprudência dispersa, nem sempre coerente, fundada em legislação subsidiária e em hermenêutica às vezes contraditória.

Indispensável, também, que se atualizem os regulamentos daquelas corporações, fundindo-os num diploma legal único, em que a parte geral lhes seja comum e que discipline a matéria correlata e específica. Essa foi a tarefa confiada à referida Comissão, que, composta de elementos civis e militares, conduziu os trabalhos com espírito realístico, levando-a à elaboração de anteprojeto em que também se evidencia o caráter complexo dessas corporações. Dentro em pouco, será o anteprojeto submetido à consideração do Congresso Nacional.

Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

A Corporação encontra-se em fase de renovação. O elemento humano, selecionado e instruído segundo as modernas técnicas de combate ao fogo, utiliza-se de material moderno, capaz de fazer face às difíceis situações criadas pelo traçado de nossas ruas e pela grande altura que já atingem os edifícios da Cidade. Situações de desespero, como as que têm trazido a população em suspenso, não se devem reproduzir na história da nossa Capital. Este, o empenho do Governo.

Nesse propósito, já transita no Legislativo projeto de reestruturação do Corpo de Bombeiros. Na expectativa dessa reforma, pretende aquela Corporação, como medida urgente em face do aumento de sua frota de viaturas, a incorporação dos terrenos laterais ao seu Quartel Central.

Dentre as inovações que estão sendo estudadas, prevêem-se a modernização do sistema elétrico de avisadores de incêndio, em

substituição ao deficiente sistema em uso, já quase abandonado, e a unificação da rede telefônica que, em breve, entrará em vigor e proporcionará maior rapidez aos avisos e respectivos socorros.

Será erigido o Mausoléu dos Bombeiros, destinado a reverenciar a memória dos bombeiros mortos em serviço e a dar-lhes sepultura condigna que os perpetue na admiração dos seus camaradas e no reconhecimento da população carioca.

Administração e Regime Penitenciário

De início, o problema fundamental do nosso sistema penitenciário se concretiza na crise de acomodações resultante do aumento nos índices de criminalidade. Compulsando as estatísticas, descobre-se como das principais causas desse fenômeno, nos grandes centros do País, e notadamente na Capital da República, o êxodo das populações rurais, paralelo a uma série de condições criadas nesses centros, onde o salário relativamente elevado, a industrialização intensiva e a assistência efetiva ao trabalhador constituem fatores de atração do homem do campo por aqueles aglomerados urbanos. Por outro lado, não houve nos estabelecimentos carcerários o crescimento material correspondente ao progresso demográfico-industrial da Capital da República, resultando daí a mencionada superlotação, inclusive nas prisões policiais, insuficientes para conter a enorme massa de transgressores da lei penal, que habitualmente aguardam vagas no Presídio do Distrito Federal, por sua vez impossibilitado de atender a essa grave emergência.

O Governo, não obstante a situação financeira que o País atravessa, teve de remediar a carência de presídios, empenhando-se em minorar os efeitos de uma situação angustiosa e insustentável, que se vem agravando de longa data.

Designou, então, o Ministro da Justiça uma Comissão para organizar um Simpósio Penitenciário, em que seriam debatidos todos os assuntos ligados à rede de estabelecimentos penais da União, para, em seguida e em consonância com a natureza das resoluções, tomarem as autoridades competentes as providências cabíveis na solução de problemas urgentes nesse setor da Administração Federal.

Nessa oportunidade, foi examinado o antigo plano que vem sendo seguido pelos órgãos dirigentes, e que se pode resumir no seguinte esquema: a) remodelação dos estabelecimentos penitenciários situados na rua Frei Caneca, que passariam a constituir o Presídio do Distrito Federal; b) construção de novos estabelecimentos nos terrenos pertencentes à Penitenciária Central, em Bangu, que passariam a funcionar como nova Penitenciária; e c) melhoramento e ampliação das colônias situadas na Ilha Grande.

A instalação do II Tribunal do Júri, com o aproveitamento do antigo prédio onde, por muitos anos, funcionou a Alfândega do Rio de Janeiro, permitiu fôsse acelerado o ritmo dos julgamentos, diminuindo-se, assim, o longo período de espera.

Outra iniciativa de grande alcance do Ministério da Justiça foi a nomeação, em fins de 1956, de uma Comissão de Juristas e Técnicos para elaborar o anteprojeto do Código Penitenciário Brasileiro, uma vez que a Constituição da República atribui à União a tarefa de legislar sobre o regime penitenciário nacional. Este anteprojeto, já em fase de conclusão, será em breve encaminhado ao Congresso Nacional.

Indulto e Comutação de Penas

Tem-se o Governo manifestado contrário à concessão de indultos coletivos. Não é possível deliberar sobre a situação de presos, com situações diferenciadas, sem apreciar cada caso em particular. Impõe-se, portanto, cautela e espírito seletivo no exame das situações que se forem apresentando.

Encarando o problema da superlotação dos presídios, sugeriu o Simpósio Penitenciário, como uma das providências para a abertura de vagas, a concessão de indulto aos sentenciados primários, presos por efeito de conversão de multas, não pagas, em detenção. Ao Ministério da Justiça não pareceu que tal providência fôsse exeqüível ou aconselhável, tendo principalmente em vista que a conversão da multa em detenção só se admite, em lei, quando reincidente o condenado, ou quando o condenado, solvente, se

nega caprichosamente a pagá-la, frustrando a sua cobrança (art. 38 do Código Penal). Estuda-se, porém, a possibilidade de concessão de indulto aos criminosos primários que, condenados a penas que não ensejam nem a suspensão condicional, nem o livramento condicional, podem, contudo, obter a liberdade, por circunstâncias peculiares, sem qualquer prejuízo ou perigo social. Nesses casos, a concessão do indulto abrirá vaga nas prisões e, ao mesmo tempo, constituirá providência de acertada política penitenciária.

PARTE TERCEIRA
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CAPÍTULO I

A CONJUNTURA E A POLÍTICA ECONÔMICA

Situação ao Início do Ano

Já conhece o Congresso Nacional, através de minha Mensagem do ano passado, os pontos básicos do programa de Governo. Executá-lo no tempo previsto, e em circunstâncias notoriamente difíceis, é a minha tarefa.

Estamos pagando o alto preço exigido pela transformação acelerada por que passa o Brasil nesta fase do seu progresso. Vem o País evoluindo de uma economia semicolonial, que se refletia numa civilização quase puramente litorânea, sem raízes no interior, para tornar-se uma nação dinâmica e poderosamente industrializada, capaz de acumular para produzir mais, ao mesmo tempo melhorando os níveis de consumo de sua população, cujo índice de crescimento atinge a elevada taxa de 2,5 % ao ano.

Ao inaugurar-se o meu Governo, defrontava o País duas ordens de problemas, de solução a curto e a longo prazo, que já haviam atingido o limite de saturação que a estabilidade das instituições suporta.

Entre as dificuldades que tínhamos de enfrentar, imediatamente, sobrepavavam a inflação de caráter agudo; o estado psicológico provocado por expectativas de vária natureza; os desfavoráveis resultados que se previam no balanço de pagamentos e a inadequação da máquina administrativa às exigências do desenvolvimento.

A mais largo prazo, cumpria considerar as alterações estruturais acarretadas pelo nosso processo de desenvolvimento; as diferenças de ritmo de crescimento e conseqüentes desajustamentos entre setores econômicos e entre regiões do País; e os múltiplos estrangulamentos que iam surgindo em pontos críticos

da nossa economia. Observavam-se, além de um gargalo cada vez mais estreito no setor externo, insuficiência de fatores essenciais e de capacidade efetiva de produção, deficiências dos mercados, da circulação e do crédito.

Via-se o Governo obrigado a dois esforços simultâneos: enfrentar, de pronto, a situação, atacando com energia os fatores desfavoráveis da conjuntura, e levar a cabo um programa de realizações de longo alcance. Se renunciasse a êsse programa, a administração permaneceria no puro domínio da emergência, a reagir com expedientes de momento à provocação das circunstâncias históricas, deixando o País crescer como pudesse.

Problemas de Emergência

INFLAÇÃO

O mais grave dos problemas imediatos era a inflação. Poderia dizer-se que o Brasil nunca deixou de sofrê-la, ora em estado agudo, ora em estado crônico, no curso de sua história. Para isso teriam concorrido, muitas vèzes, circunstâncias alheias à nossa vontade. Mas quase sempre a causa há de encontrar-se em hábitos coletivos a que não temos sabido renunciar, notadamente o do luxo das despesas públicas excessivas e mal distribuídas.

A cronicidade do processo veio encontrar, em nosso esforço de guerra, há quatorze anos, um fator de reativação. Problemas próprios do nosso crescimento, dificuldades internacionais e, sobretudo, nossa hesitação em recorrer a soluções enérgicas vieram agravar os males de que há muito o País padece. Certo é que o Governo atual recebeu, em cheio, o impacto da inflação.

No começo do ano, os fatores inflacionários mais importantes eram o *deficit* público, as exigências de maiores salários, a especulação nos preços e a pressão geral sobre o crédito.

No setor público federal, havia a perspectiva de um *deficit* financeiro superior a 50 bilhões de cruzeiros, em virtude, principalmente, do aumento de vencimentos dos servidores civis e militares e do pessoal autárquico, e do agravamento do *deficit* de operação das empresas industriais do Estado.

No setor privado, a responsabilidade pelas pressões inflacionárias não deve ser imputada apenas aos aumentos gerais de salário. Em grande parte, cabe, também, à demanda excessiva de crédito, a qualquer preço, por parte de chefes de empresas que transferem à comunidade o ônus da inflação, sob a forma de altos preços e de lucros imoderados.

Não se põe em dúvida a legitimidade dos motivos que levam a reivindicações de melhores níveis de salários. Convém, apenas, lembrar que a concessão de aumentos, sobretudo em proporções superiores às possibilidades de redistribuição da renda do País, constitui poderoso fator de encarecimento da vida, tanto pelo acréscimo nos custos de produção, como pela expansão geral da procura de bens e serviços em condições de oferta pouco elástica.

Sabe-se quão ilusórios se mostram, a breve termo, os aumentos gerais de salários, mas nem sempre pode o Governo deixar de determiná-los, pois não têm efeito imediato muitas das medidas que se vêm tomando para conter a alta dos preços, e assim minorar as dificuldades daqueles que labutam modestamente pela prosperidade do País.

No setor do crédito, cumpria controlar as pressões excessivas, geradas pelas expectativas de continuação da inflação, que incentivam o endividamento, mesmo a juros nominalmente elevados, e aquelas induzidas pelo próprio processo de desenvolvimento econômico, que faz, não raro, com que os planos de investimentos das empresas excedam às possibilidades dos fatores da produção disponíveis. Se atendidas essas pressões excessivas, criar-se-iam meios de pagamento suficientes para engendrar leilão de bens e fatores de produção, o que viria alçar violentamente os preços.

A expansão do crédito, isto é, dos meios de pagamento, pode ser decorrência legítima do aumento de transações. Em certos casos, porém, como ocorreu em princípios deste ano, o crédito tende a expandir-se anormalmente. A relação encaixe-depósitos que era, então, sobremodo alta, baixou rapidamente, permitindo uma forte expansão dos meios de pagamento. A situação tornava imperiosa a medida disciplinadora contida na Instrução n.º 135 da SUMOC, que, embora apresente analogias com a reforma Einaudi, em 1947, na Itália, é menos severa.

Os custos elevados que caracterizam muitos setores da nossa produção constituem, em parte, fenômeno estrutural. Por outro lado, os custos sociais da produção, no Brasil, apresentam-se geralmente maiores do que nas economias mais avançadas, ao passo que as condições de eficiência se mostram menos satisfatórias. Apesar disto, deve-se reconhecer que o produtor brasileiro, deixando-se levar pela inflação, não absorve nem reduz custos cuja transferência ao público poderia evitar.

Também os lucros elevados não constituem um mal, em si, desde que se destinem a reinvestimento útil. Servem de poderoso impulso à expansão das atividades produtoras, podendo até converter-se em decisivo fator de progresso, como se verificou durante o século passado, nos países capitalistas. Tornam-se, porém, danosos, quando, pela sua incidência nos preços, levam o mercado a um equilíbrio com deficiência, isto é, quando igualam oferta e procura em condições de consumo potencial insatisfeito e subemprego de capacidade produtiva. São perniciosos, igualmente, quando fornecem recursos para consumo ostentatório ou para atividades especulativas, como o jogo imobiliário.

Não hesitou o Governo em manter firme disciplina do crédito privado, na certeza de que os produtores e homens de empresa compreenderiam, afinal, que suas responsabilidades, diante do processo inflacionário, são bem maiores do que as das classes trabalhadoras. Ao Governo não seria lícito permitir que sua política de crédito fôsse sacrificada, a fim de servir àqueles que encaminham seus lucros para especulações imobiliárias e um consumo supérfluo; também não poderia desviar-se de um rumo que reputa acertado, para financiar atividades, legítimas embora, à base da contínua criação de meios de pagamento. Os homens de empresa devem orgulhar-se de sua missão, como propulsores do progresso, e aceitar os ônus e responsabilidades que ela impõe.

Provocadas por uma campanha partidária intransigente, expectativas desfavoráveis, no princípio do ano, concorreram para o agravamento do processo inflacionário.

Desastrosas poderiam ter sido as repercussões, não fôra a reação de confiança ocorrida no País e no estrangeiro, e que se tra-

duziu na considerável expansão dos investimentos industriais, registrada durante o exercício.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Afortunadamente, não se concretizou a ameaça que pairava sobre nosso balanço de pagamentos, ao iniciar-se o meu Governo. Sofria o País, de um lado, a pressão dos compromissos herdados, e, de outro, o risco iminente de deterioração dos nossos termos de troca, em virtude, especialmente, da queda prevista nos preços do café.

Não só para o café eram desfavoráveis as perspectivas. Também para outros grandes produtos de exportação, como o cacau, o algodão e o pinho, se anteviam dificuldades que, em parte, se concretizaram.

Teve o Governo o maior cuidado em evitar intervenções unilaterais e arriscadas no mercado exportador de café. Desde há meio século, ou, precisamente, desde o Convênio de Taubaté, vêm as administrações procurando, pela ação oficial, equilibrar, em um nível de preços adequado, a oferta e a procura.

É óbvio que as crises cíclicas só podem ser atenuadas mediante prudente ação internacional que atenda tanto aos interesses do produtor quanto aos do consumidor. Até hoje, contudo, vinha o Brasil arcando, sozinho, com o custo do ajustamento do mercado. Desde antes da minha posse, em visita à América do Norte e à Europa, solicitei a atenção dos círculos interessados para essa circunstância, fazendo ver que, a seguir outros caminhos, que poderiam compreender, inclusive, ação internacional firme, preferia o Governo Brasileiro fôsse o excesso momentâneo da oferta de café absorvido pela expansão do consumo, promovida pelos meios de ação comercial normais, desde que respeitados os níveis de preços internacionais então vigorantes, e que nos pareciam razoáveis. Acidentes climáticos vieram reforçar nossa posição estatística e justificar a política do Governo, a um tempo prudente e firme.

A MÁQUINA ADMINISTRATIVA

Quanto às deficiências e ao elevado custo relativo da máquina administrativa, havia que distinguir entre providências imediatas e reformas de ulterior efeito.

De início, a mais grave insuficiência encontrada no mecanismo oficial consistia na falta de órgão não-burocrático, capaz de coordenar as medidas econômicas exigidas pelo Plano de Desenvolvimento. As atividades correntes poderiam continuar a ser exercidas pelos diversos órgãos públicos, desde que convenientemente reformados.

Para suprir aquela falta, um dos meus primeiros atos foi a criação do Conselho do Desenvolvimento, integrado pelos Ministros de Estado, Chefes do Gabinete Civil e da Casa Militar da Presidência da República, Presidentes dos dois grandes Bancos Oficiais, o do Brasil e o Nacional do Desenvolvimento Econômico, e assistido por uma Secretaria Técnica, de caráter não burocrático, que dispõe com flexibilidade de especialistas dos setores público e privado, bem assim, da colaboração do Conselho Nacional de Economia.

Outras providências de caráter imediato foram tomadas pelo Executivo ou solicitadas ao Congresso.

Problemas de Estrutura

RITMO DE CRESCIMENTO DA ECONOMIA

Cessada a guerra da Coreia, admitia-se a possibilidade de sensível queda no ritmo de crescimento do País, pois fatores essenciais à nossa economia, e que até então nos eram favoráveis, sofreriam inversão de sentido.

O surto de expansão que o Brasil experimentou, de 1943 a 1954, decorreu de três elementos essenciais. Em primeiro lugar, destaca-se o estímulo inicial que o mercado interno, sob condições inflacionárias, ofereceu à produção nacional, em consequência da redução da oferta estrangeira. Em segundo lugar, tivemos, de 1946 até 1954, um desinvestimento líquido, no exterior, da ordem de 2,5 bilhões de dólares, isto é, foi-nos permitido despendar, além da receita cambial corrente, essa enorme soma de moeda estrangeira.

Despendemos as reservas acumuladas durante a Guerra (acumulação que nos custou considerável pressão inflacionária), no montante aproximado de 800 milhões de dólares, e contraímos dívidas no total de mais 1 700 milhões de dólares. Em terceiro lugar, finalmente, tivemos uma conjuntura favorável, quanto aos termos de troca do nosso comércio exterior.

Dêsses três fatores, os dois últimos influíram decisivamente na determinação do ritmo de crescimento. Não produzindo o Brasil, até agora, equipamentos industriais médios e pesados suficientes para atender às suas necessidades, a expansão de sua economia dependia, criticamente, do estreito gargalo de sua capacidade de importar.

Antes mesmo de assumir a Presidência, procurei enfrentar a fundo êsse gravíssimo problema. Encontrei bastante reduzidas nossas possibilidades de obter novos créditos ou empréstimos oficiais e privados. E, além disso, via-se o Governo na obrigação de amortizar cêrca de 1 bilhão de dólares em moedas fortes, num período de cinco anos. Como assinalei na introdução desta Mensagem, o contraste era flagrante: enquanto os meus antecessores dispuseram, em média, de 250 milhões de dólares, por ano, além de uma receita cambial favorável, meu Governo via-se privado de 200 milhões e, o que é pior, ameaçado de provável declínio na receita.

Também as perspectivas das relações de troca, como já foi assinalado, anunciavam-se desfavoráveis aos produtos primários, especialmente o café, o cacau e o algodão, em relação aos quais se previa excesso de oferta e bastante baixa elasticidade de procura em curto prazo.

Ademais, a estrutura do País se alterara profundamente no período de 1940-1955. Temos hoje 18 milhões de habitantes a mais do que em 1940. A população urbana, ativamente consumidora, vive em áreas densamente monetizadas e exerce considerável pressão sobre os bens e serviços que mais pesam em nossa importação, como o petróleo e o trigo.

PROBLEMAS DE AÇÃO PRÁTICA

Para que o Brasil pudesse desenvolver-se, sem perturbações, impunha-se uma programação extremamente cuidadosa, que permitisse aproveitar ao máximo os fatores favoráveis e reduzir ao mínimo o impacto dos negativos.

Uma política de longo alcance exige a maior cautela no exame das alternativas, quanto a objetivos e meios. Quando ainda candidato, preconizei um Plano Nacional de Desenvolvimento, que é um conjunto de metas e de linhas de ação coordenadas, aplicáveis ao Governo e à iniciativa privada. Para o êxito desse Plano, dever-se-iam desencadear as forças do processo natural de acumulação econômica, limitando-se ao mínimo a intervenção estatal. Sua execução seria condicionada, como está sendo, por uma política antiinflacionária e adequada orientação tributária, cambial e creditícia.

A distinção qualitativa das áreas de intervenção estatal continua a ser observada na ação do Governo. Em qualquer caso, os preceitos essenciais são os mesmos: estabelecimento de níveis de investimento, analiticamente determinados, para os setores críticos, e eliminação do desperdício nas inversões e nas técnicas de produção. Venho seguindo inflexivelmente a orientação que havia prometido ao eleitorado, e cujos princípios, amplamente divulgados, se traduzem nos seguintes pontos de ação prática:

- 1) orientação prioritária dos investimentos;
- 2) incremento da taxa de poupança interna, pública e privada, por meios não inflacionários;
- 3) obtenção de recursos externos, tanto de fonte pública quanto privada;
- 4) aumento da produtividade específica e social, por melhoria de técnicas, coordenação dos investimentos e eliminação de desperdícios;
- 5) expansão da base de recursos naturais à disposição da economia.

COMPATIBILIDADE ENTRE A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E O COMBATE A INFLAÇÃO

O crescimento e a estabilidade, isto é, a execução de amplo programa de metas de investimento, simultaneamente com o saneamento financeiro e o combate à inflação, constituem objetivos inteiramente compatíveis.

O argumento de que a ação antiinflacionária diminui os níveis de investimentos e, conseqüentemente, o ritmo de expansão da economia, baseia-se na noção de que os meios de pagamento criados se traduzem diretamente em recursos reais e de que existe uma correspondência quantitativa unívoca entre o *quantum* de inversões e a produção nacional.

O dilema é falso. A inflação distorce a procura de fatores, dando origem a um verdadeiro leilão que freqüentemente reduz a produtividade e, até mesmo, o nível real das inversões. Na realidade, é possível que uma eventual redução do nível de investimentos, acompanhada de nova e conveniente orientação dos mesmos, redundasse em aumento da produção nacional.

Não seria prudente que o Governo promovesse a deflação, ou tratasse de estancar, abruptamente, o processo inflacionário. Nem considera particularmente perigosas certas alças de preços correspondentes a ajustamentos estruturais, já que uma economia de mercado requer suficiente flexibilidade para bem funcionar. Nesse ponto, porém, a inflação põe em risco a continuidade e o equilíbrio do desenvolvimento do País. Não se veja, nessa interpretação, menosprêzo ao papel histórico positivo exercido pelos estímulos inflacionários em certas fases de crescimento e de transformação de estrutura econômica.

Mas, não podemos entregar-nos, nesta altura, a atitudes teóricas. Urge, diante de uma situação concreta, encontrar meios de normalizar os preços. O objetivo primordial do Governo é sustar os movimentos de aceleração especulativa, induzidos pela própria pressão inflacionária.

É claro que não se podem evitar, de todo, certas conseqüências desagradáveis do remédio. Os interesses criados pela inflação com ela se solidarizam, nos setores de rendas móveis que se beneficiam em detrimento dos demais.

A redução do crédito privado força os homens de negócios a procurar maior liquidez, fato corrente nos países de capitalismo mais desenvolvido, mas que, entre nós, encontra a resistência de hábitos cômodos.

A política antiinflacionária, como se viu anteriormente, teve de ser conduzida com a prudência que as circunstâncias recomendavam, entre as alternativas possíveis. Formulam-se, por véses, críticas contra a orientação governamental, ora por não ter vencido completamente a inflação, ora por não estar criando meios que acelerem o ritmo de crescimento do País. Bem se vê o antagonismo dessas duas posições.

RESULTADOS DA AÇÃO ANTIINFLACIONARIA EM 1956

EVOLUÇÃO DO PRODUTO NACIONAL

Entretanto, os resultados já obtidos comprovam o acerto das medidas tomadas. O *deficit* geral de caixa da União, isto é, aquêle que representa excesso de gastos efetivos e que se multiplica ao girar na economia — foi previsto, para 1956, em mais de 50 bilhões de cruzeiros. Ver-se-á que o Governo conseguiu reduzi-lo a 23,9 bilhões. Mais não se poderia ter feito, nas circunstâncias atuais.

Evolução do Produto Real

Quanto à taxa de crescimento da economia brasileira, as informações até agora conhecidas revelam resultados satisfatórios, dadas as perspectivas acentuadamente desfavoráveis que deparávamos no início do ano. A quantidade de bens e serviços à disposição da população continuou crescendo em 1956. Esse crescimento, como já era esperado, parece ter sido inferior ao dos últimos anos. Na estimativa preliminar do produto nacional a preços constantes, o Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, chega a uma taxa de aumento de 3%, aproximadamente. Teria havido, portanto, um aumento *per capita* em torno de 0,6%. Embora se trate de dados provisórios que, nas condições atuais das informações econômicas do País, só poderão ser retificados ou confirmados em meados do corrente ano, pode-se

admitir que obtivemos uma taxa de crescimento do produto total universalmente aceita como razoável. Uma análise mais completa está sendo feita, no momento, pelo Conselho Nacional de Economia.

A medição do produto nacional sofre limitações técnicas que impõem precauções a quem deseje chegar a conclusões válidas. Os órgãos a que compete a análise teórica da economia nacional se esmeram num trabalho constante de crítica das séries estatísticas, e das suas distintas técnicas de manipulação, bem como de determinação de índices deflatores adequados. Em condições como as presentes, em que se processam rápidas mudanças na estrutura da economia, especialmente no setor industrial, e em que as pressões inflacionárias sofrem, de quando em quando, impulsos acelerativos consideráveis, existe o risco de que os índices empregados levem a cifras demasiado pessimistas, quanto ao produto e à renda reais. O reajustamento destas cifras requer meses de trabalho técnico de alta complexidade, que já vem sendo feito entre nós por equipes de especialistas.

O ritmo de crescimento observado no período de 1948-1955, da ordem de 5,5 % ao ano, em média, foi influenciado por circunstâncias favoráveis da conjuntura internacional, que não perduraram. Já em princípios de 1956, os que estudam a estrutura e o comportamento dos grandes agregados que compõem o produto nacional, e bem assim, os elementos exteriores que o afetam, se inclinavam a admitir uma redução daquele ritmo, em face das tendências, que pareciam mais prováveis, do nosso balanço de pagamentos e da relação dos preços de intercâmbio com o Exterior. A manutenção, a partir de 1956, de uma elevada taxa de crescimento, semelhante à do período 1948-1955, dependeria, em consequência, de substancial afluxo de capitais estrangeiros, que viessem compensar os efeitos das tendências desfavoráveis do nosso comércio exterior.

Se estimativas posteriores, mais completas, confirmarem que a quantidade global de bens e serviços do País cresceu, em 1956, menos do que em 1955, para isso terão concorrido provavelmente o decréscimo da produção agrícola destinada preponderantemente à exportação, já que a destinada ao consumo nacional

aumentou; e a piora nos termos de intercâmbio com o Exterior bem como os efeitos negativos da inflação, sobre os investimentos de natureza não especulativa, em períodos anteriores.

A verdade é que o desenvolvimento econômico prossegue. Estimativas ainda incompletas já indicam um aumento da produção industrial de, aproximadamente, 5%, pouco superior ao de 1955. É bem possível que levantamentos ulteriores, mais pormenorizados, abrangendo maior número de ramos industriais, encontrem um incremento total da ordem de 7 ou 8%. Cumpre ressaltar, desde já, o grande crescimento da produção em determinados ramos industriais, notadamente nas indústrias de energia elétrica, cujo índice se elevou de 16 %, e do petróleo, em que o índice de expansão é ainda mais elevado.

Investimentos

Estimativas provisórias, quanto ao total das despesas realizadas pelo setor público e pelo privado da economia nacional, em 1956, revelam ligeira diminuição da percentagem representativa dos investimentos, os quais teriam sido da ordem de 13% do produto nacional bruto. É bem possível que o aprimoramento posterior das estimativas registre taxa um pouco maior. A proporção dos investimentos, no produto nacional, havia aumentado firmemente de 13 para 18 %, entre 1948 e 1952. Desde então, tem havido oscilações, com tendência à diminuição. Tivemos 15, 18 e 14%, nos anos de 1953, 1954 e 1955, respectivamente. Essa tendência teve como fator mais relevante a redução na capacidade de importar. É tal redução foi determinada, por sua vez, principalmente pela deterioração das relações de troca com o Exterior e pela queda do *quantum* das exportações. Tais causas têm-se alternado algumas vezes, como ocorreu no triênio 1949-1951, e possivelmente em 1956; outras vezes, aparecem com variações do mesmo sentido, ora crescentes (1951, 1953 e 1954), ora decrescentes (1952 e 1955).

Como se vê, o esforço de formação de capital não sofreu praticamente modificações entre 1955 e 1956. Nesse esforço, segundo as informações disponíveis, a maior participação, em

1956, coube ainda à iniciativa privada, com 81,2 % do total, percentagem que é a mais alta registrada em nosso País, desde 1948.

No que respeita ainda aos investimentos, cumpre considerar não apenas o aspecto quantitativo, mas também sua composição qualitativa. Verificou-se extraordinário afluxo de capitais nacionais e estrangeiros para as indústrias de base, tais como a automobilística, a química e petroquímica, a elétrica, a mecânica e a metalúrgica. Tudo isso constitui, de fato, uma revolução em nossa vida econômica.

Não será excessivo insistir sobre a significação transcendente dessa transformação qualitativa da corrente de investimentos. Muitas das novas iniciativas, em particular no campo das indústrias pesadas, têm, sabidamente, períodos de maturação de vários anos. O poder de multiplicação, direto e induzido, dos novos tipos de investimentos, será, porém, extremamente elevado.

A convicção de que o Brasil se achava apto para ingressar num amplo ciclo de desenvolvimento econômico — pela definitiva integração das suas forças no processo cumulativo do tipo capitalista contemporâneo — encontra, assim, pleno apoio nos fatos. Esses longos ciclos expansivos que outros povos têm conhecido antes de nós, — originados com a economia do ferro e do aço, do vapor, da eletricidade, das indústrias químicas e do motor a explosão — nos chegaram, no passado, quase apenas por via reflexa sem poder de multiplicação fecundante, trazendo um progresso não gerado em nosso meio, mas obtido com o café. Hoje, porém, a realidade é distinta, e o que o Governo tem de fazer, como está fazendo, é acelerar o movimento desta onda de grande amplitude.

A capacidade empresarial privada vê-se atraída para as indústrias de bens de capital, graças a incentivos apropriados e a circunstâncias favoráveis. Percebe-se, em tôdas as partes do País, um sôpro de vitalidade, uma sofreguidão de progresso que nos leva a querer mais do que os recursos materiais permitem. E' preciso desviar, de direções inadequadas, esse ímpeto de criação e concentrá-lo em empreendimentos de que resultem benefícios efetivos e duradouros. O que importa é a corrente capitalizada de produção, e não qualquer de seus instantes isolados.

Distribuição da Renda Nacional por Tipos de Pagamento

Estima-se, com base em dados preliminares, que a renda nacional, avaliada em cruzeiros correntes, aumentou de 25%, entre 1955 e 1956 — o maior incremento dos últimos cinco anos, resultante da enorme expansão do montante global das remunerações do trabalho e da propriedade nos setores não agrícolas, isto é, secundários e terciários, da economia nacional. Com efeito, o total das remunerações atribuídas ao trabalho cresceu de 32%, no mesmo período, e os rendimentos da propriedade (lucros, juros e aluguéis) aumentaram de 28%. A renda produzida pelas atividades agropecuárias aumentou de, apenas, 14%. A percentagem de incremento do conjunto das remunerações do trabalho urbano foi superior à dos anos anteriores, ultrapassando de pouco a de 1955.

Observa-se, por conseguinte, que, para um aumento de, aproximadamente, 3% da quantidade de bens e serviços, houve uma elevação de cerca de 25%, no montante das remunerações dos fatores de produção, remunerações estas que são afinal utilizadas na compra desses mesmos bens e serviços. A diferença entre essas duas percentagens decorre da elevação geral dos preços. A procura de bens e serviços no território nacional foi, portanto, em conjunto, maior do que a oferta global desses bens e serviços. A situação inflacionária em que se debate o País há tanto tempo encerra novas perspectivas inflacionárias que devemos enfrentar com firmeza no corrente ano.

Custo de Vida

O índice do custo de vida do Distrito Federal subiu de 20%, em 1956, contra 23%, em 1955. Na cidade de São Paulo, os índices conhecidos, abrangendo apenas os meses de janeiro a novembro, revelam um aumento de 22%, contra 19%, em igual período de 1955. Verifica-se, pois, que a percentagem de elevação do custo de vida no Distrito Federal foi 3 pontos menor do que a do ano anterior, enquanto em São Paulo ocorreu o inverso, com 3 pontos a mais, nos onze primeiros meses do ano. No conjunto das duas cidades, teríamos tido, em 1956, praticamente, a mesma taxa de incremento de 1955. Tal observação ganha importância,

quando se consideram as fortes pressões inflacionárias que se vêm acumulando no País há vários anos, agravadas, em 1956, pelo enorme incremento das rendas distribuídas aos fatores de produção, particularmente o trabalho.

É oportuno ressaltar, outrossim, a diminuição do ritmo de aumento desses índices, no último trimestre de 1956, no Distrito Federal, e nos primeiros dois meses desse trimestre, em São Paulo. É de supor que essas taxas de crescimento teriam sido bastante mais elevadas, não fôsem as medidas antiinflacionárias adotadas pelo Governo.

Execução do Plano de Desenvolvimento

MEDIDAS PRELIMINARES

Ação do Conselho do Desenvolvimento

A execução do Plano Nacional de Desenvolvimento obedeceu aos prazos previstos, segundo os quais o ano de 1956 seria destinado à organização de equipes de trabalho, elaboração de projetos de leis e sua tramitação legislativa, bem como a medidas administrativas preliminares.

A ação específica do Governo foi coordenada pelo Conselho do Desenvolvimento, cabendo aos Ministros de Estado e Presidentes dos Bancos Oficiais e ao Secretário-Geral do Conselho, as providências concretas.

A execução do Plano desdobra-se nos seguintes aspectos: levantamento de recursos em moeda estrangeira, levantamento de recursos em moeda nacional, revisão técnica de projetos e estudo de problemas específicos, e implementação das Metas Individuais.

Antes, mesmo, de iniciar a gestão presidencial havia-me ocupado com a grave crise que se previa em nossos pagamentos exteriores até 1960. Por um lado, as importações de petróleo, trigo e matérias-primas industriais tendiam a crescer em ritmo acelerado. Por outro, prenunciava-se possível crise nos preços do café, diante do esperado excesso da oferta sobre a procura mundial, em particular no mercado norte-americano. Dêsse modo, estavam ameaçados, em dois sentidos, os compromissos

exteriores de pagamento, que meus antecessores haviam passado ao atual Governo. Tão mal distribuídos eram esses compromissos, que tínhamos de amortizar mais de dois terços do seu montante, no decurso do meu período presidencial.

Duas alternativas se apresentavam:

- 1) renegociar as dívidas a curto prazo, na área do dólar;
- 2) sacrificar o País, em sua capacidade de importar, a fim de honrar compromissos no Exterior, sem recorrer à consolidação.

Uma consolidação poderia, naturalmente, dificultar novos financiamentos a médio e longo prazo, indispensáveis à execução do programa econômico do Governo. Antes mesmo de empossado, tratei do assunto com o Presidente Eisenhower e, subsequentemente, com altos membros da Administração Americana, preparando, assim, caminho para mais estreita e completa colaboração entre os Estados Unidos da América e o Brasil.

Posteriormente, o Ministro das Relações Exteriores, com a assistência do Conselho do Desenvolvimento, levou a termo as negociações encetadas com as autoridades norte-americanas. Em consequência, o «Eximbank» dispôs-se a financiar as necessidades em dólares, do programa de desenvolvimento, nos setores de energia, transporte aéreo e de superfície, indústria, imigração e agricultura. Não foi fixado um limite específico, quanto ao montante dos empréstimos. Os financiamentos abrangeriam tanto os projetos governamentais como os de iniciativa privada, e bem assim, compromissos que o Brasil desejasse transferir do Banco Internacional.

Estabeleceram-se condições para os novos créditos a longo prazo, tendo em vista o sacrifício considerável que o Brasil estava disposto a fazer para, sem recorrer à consolidação ou operação financeira semelhante, satisfazer os seus compromissos nos próximos cinco anos.

Assentaram-se com o «Eximbank», desde logo, linhas de crédito no total de 151 milhões de dólares, importância correspondente à parte ainda não financiada dos projetos da antiga Co-

de Revisão da Legislação de Energia Elétrica, enviado ao Congresso Nacional em setembro de 1956. Tal revisão tem por fim assegurar às empresas produtoras de eletricidade, estatais ou privadas, razoável remuneração dos investimentos, protegendo-as em termos reais contra os efeitos da desvalorização inflacionária sobre tarifas rígidas, baseadas no custo histórico nominal. Em relação ao capital das empresas desse ramo, nenhuma distinção se faz, quanto à procedência nacional ou estrangeira.

É pensamento do Governo adotar, tão sistematicamente quanto possível, o critério do preço igual aos custos totais («full cost pricing»), em relação aos serviços públicos. Desde o princípio, enfrentou o Governo com firmeza o problema do estabelecimento de tarifas realistas, apesar das inevitáveis explorações demagógicas.

A verdade é que os custos têm de ser cobertos de uma forma ou de outra. A subvenção indireta, concedida aos usuários dos serviços, por meio de tarifas excessivamente baixas, é trasladada à totalidade dos contribuintes, no País inteiro. A diluição da incidência não lhe diminui, porém, o montante. Sobre isto, há outro inconveniente, ainda maior: num regime de subvenção generalizada, como o nosso, desaparece, aos poucos, a referência ao mercado, e, com ela, a possibilidade de cálculo econômico, condição indispensável ao mínimo de eficiência, em qualquer empresa. Por fim, o custo total dessa ineficiência é muitíssimo maior que o de tarifas realistas. E todo o corpo social arca, em última instância, com os ônus das graves distorções impostas à economia.

Outro exemplo do uso de estímulos atuantes por via do mercado é o das medidas quanto à indústria automobilística já oportunamente mencionado.

Recursos de Origem Pública

Os meios orçamentários normais, os fundos constituídos por tributos com destinação específica e as rendas de operações industriais, correntes ou não, de empresas do Estado, constituem

as fontes preponderantes de recursos governamentais não inflacionários. Os recursos fiscais, tanto os empregados por via do orçamento, quanto os que alimentam fundos especiais, representam, sem dúvida, pesada carga para certos grupos de contribuintes.

Três soluções se apresentavam para o problema com que o Poder Público se defrontava: ou o Governo deixava estagnar-se a nossa economia; ou recorria a meios inflacionários; ou apelava para a tributação. Destas soluções, a que melhor condizia com a política antiinflacionária do Governo era a última, através de suas modalidades direta e indireta.

No ano de 1956, o Governo enviou ao Congresso Nacional projetos de lei sobre o Imposto de Consumo e do Sêlo, e solicitou a aprovação dos projetos referentes à nova pauta do Imposto de Renda e à legislação sobre lucros extraordinários. Das medidas propostas, ainda não foi transformado em lei o projeto sobre o Imposto do Sêlo.

Prevê-se que o acréscimo total da receita, resultante da legislação aprovada, seja superior a 11 bilhões de cruzeiros.

Quanto aos recursos com destinação específica no Programa de Metas, obteve o Governo, do Congresso, a aprovação dos projetos do Imposto Único, *ad-valorem*, sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, assim como a prorrogação, por mais dez anos, do adicional do Imposto de Renda, que constitui boa parte dos recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

A revisão do imposto sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, proposta pelo Executivo, visava, em primeiro lugar, a obter recursos adicionais para melhoria do sistema de transportes terrestres e expansão da indústria petrolífera; em segundo lugar, a corrigir as distorções de preços e de hábitos de consumo, introduzidas no mercado interno do País, pelo sistema de subvenções disfarçadas a certos tipos de combustíveis, distorções que ameaçavam o desenvolvimento da nascente indústria nacional de petróleo.

Os novos níveis de incidência aumentaram a arrecadação tributária sobre derivados do petróleo, devendo fornecer cerca de

70,4 bilhões de cruzeiros no período 1957-1960. Dentro deste total, as quotas de distribuição assim se repartem: Departamentos de Estradas de Rodagem Estaduais, 45%; Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, 30%; reequipamento de estradas de ferro, 10%; aumento do capital da Petrobrás, 15%.

O *deficit* estimado em princípios do ano, entre a receita provável (52,6 bilhões) e as despesas previstas nos programas rodoviários e ferroviários federais e de expansão da Petrobrás (88,3 bilhões), montava a 35,7 bilhões. Sendo aproximadamente de 33,1 bilhões o aumento de arrecadação esperado, subsiste um pequeno *deficit* que pode ser coberto, se a arrecadação prevista não fôr superada, por reinvestimento de recursos próprios da Petrobrás e por empréstimo do B.N.D.E.

A prorrogação da cobrança dos adicionais sobre o Imposto de Renda deve trazer ao B.N.D.E. cerca de 4,6 bilhões de cruzeiros, no ano em curso, e perto de 22 bilhões até 1960. A tributação da renda é fonte de receita caracteristicamente antiinflacionária. As aplicações do B.N.D.E. seguem rigidamente os critérios de prioridade das Metas, suprimindo fundos tanto para inversões públicas, quanto para empreendimentos privados. As taxas de juros ainda são, no momento, inferiores à desvalorização real da moeda, mas espera-se que a redução do ritmo inflacionário inverta esta relação, fazendo que os recursos do Banco cresçam também em termos reais, por acumulação própria.

Apesar das providências tomadas, todos os recursos em cruzeiros, de natureza não inflacionária, que o Governo obtém direta ou indiretamente, isto é, toda a poupança que pode canalizar para o seu programa, ainda é insuficiente para a enorme tarefa que o País tem de enfrentar.

Não hesitou o Governo em recorrer a uma fonte adicional de recursos em cruzeiros, representada pela operação de compra de trigo e outros excedentes agrícolas, e subsequente empréstimo do respectivo montante ao Brasil, pelo prazo de 40 anos. Esta operação significa, de fato, uma transferência de renda real para o País, capaz de assegurar, sem nova compressão dos níveis internos de

consumo, mais 7 bilhões de cruzeiros que serão empregados com alta prioridade nos setores de energia e transporte e na indústria siderúrgica.

Encontram-se no Congresso Nacional os projetos de lei que criam o Fundo Portuário e a Taxa de Reaparelhamento dos Portos; o Fundo da Marinha Mercante e a Taxa de Reaparelhamento da Marinha Mercante, destinados a assegurar a realização da parte do programa das Metas relativa à recuperação dos nossos portos e transportes marítimos. Trata-se da vinculação de recursos tributários e de parte da receita tarifária das empresas a investimentos orientados pelo Poder Público, com o fim de assegurar o melhoramento e a expansão dos serviços. O plano do Governo referente a esse setor expandiu, sem quebra de continuidade, as recomendações da antiga Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e da Comissão Especial de Reorganização da Marinha Mercante.

Além da instituição desses dois Fundos, a mobilização de recursos públicos para aplicação regular nos transportes nacionais deverá ser completada, este ano, com a aprovação de projeto de lei pertinente à concessão de auxílios às estradas de ferro de baixo tráfego e à prorrogação da cobrança das taxas adicionais aos fretes ferroviários para reposição do material desgastado, medida de que dependem os financiamentos bancários ao conjunto das ferrovias nacionais.

LEVANTAMENTO DE RECURSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

O problema do Governo, como foi observado, consistia em obter diretamente recursos de fontes públicas e privadas, e em estimular a concessão de créditos a particulares, com a expansão dos investimentos estrangeiros para aplicação em áreas cuidadosamente selecionadas. Tudo isto devia fazer-se em desfavoráveis condições de balanço de pagamentos e diante de perspectivas de comércio exterior assaz desvantajosas.

Os resultados deste primeiro ano dispensam comentários: 628,7 milhões de dólares, entre financiamentos contratados e inversões diretas. As principais operações assim se distribuem, por origem e aplicação:

FINANCIAMENTOS E INVERSÕES DIRETAS

Financiamentos:

de Governo a Governo:

("Maritime Commission" compra dos 12 CIMAVI, 8,3 milhões; aquisição de excedentes agrícolas, 117 milhões)..... 125,3

do "Eximbank" a entidades oficiais:

(entre os quais, além dos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos devem notar-se 35 milhões para Volta Redonda, 25 para a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, e 2,75 para a Cia. Nacional de Navegação Costeira)..... 214,1

do "Eximbank" a empresas privadas 18,4

Financiamentos a empresas diversas, de fontes não oficiais, registrados na SUMOC 219,2

Total contratado ou registrado na SUMOC 577,0

Inversões diretas, correspondentes a bens de produção importados sem cobertura cambial, de acordo com a Instrução nº 113, da SUMOC 51,7

TOTAL GERAL 628,7

O grau de essencialidade das inversões diretas foi apurado com o maior rigor. Do montante acima, 17,4 milhões de dólares destinam-se a indústrias químicas básicas; 7,2 milhões a metalúrgicas; 6,2 milhões a automobilística, e o restante se distribui pelas indústrias de pneus, tecidos, material eletrônico, máquinas de escrever, "rayon", máquinas para papel e celulose, implementos agrícolas e beneficiamento de minérios de chumbo.

A indústria automobilística tomou considerável impulso durante o ano, respondendo ao conjunto de medidas tomadas pelo Governo, depois de acurado estudo. Até fins do ano haviam sido aprovados 7 projetos correspondentes a 6 empresas distintas e a uma inversão de cerca de 36 milhões de dólares, com a capacidade

estimada de produção, em 1960, de 80 000 veículos por ano, dos quais mais de 45 000 caminhões, e o restante, camionetas e jipes. Foram igualmente aprovados 7 projetos de fábricas de peças, num montante de 7,6 milhões de dólares.

Todavia, não se deteve a expansão dessa indústria. Dados mais recentes, incluídos em outro Capítulo, mostram que o processo de expansão continua, numa afirmação do bom êxito da orientação do Governo.

Perspectivas ainda mais favoráveis se apresentam para o futuro. Já agora o Governo Brasileiro e o «Eximbank» assentaram as bases para o financiamento, a médio prazo, de considerável quantidade de equipamentos urgentemente necessários, — máquinas agrícolas e rodoviárias e aparelhamento para obras contra as sêcas.

A estes recursos em moeda estrangeira podem adicionar-se meios próprios, obtidos por compressão da receita cambial. A redução da despesa em moeda estrangeira revelou-se possível em grau mais alto do que poderia esperar-se em princípios do ano, graças, em parte, à própria evolução da economia brasileira, e, em parte, à nossa política de austeridade e de eliminação de desperdícios.

REVISÃO TÉCNICA DE PROJETOS E EXAME DE PROBLEMAS ESPECÍFICOS

Esta fase do Plano de Desenvolvimento executou-se através da ação própria dos diversos órgãos da administração, e das equipes centralizadas no Conselho do Desenvolvimento.

O método mais empregado pelo Conselho consiste na criação de Grupos de Trabalho, de natureza formal ou informal, mas sempre de caráter não burocrático. Nestes Grupos, especialistas e representantes de órgãos públicos e entidades privadas analisam francamente os problemas e apresentam sugestões ou planos de ação, que, em seguida, são submetidos à aprovação superior.

Estavam em funcionamento, ao fim do ano, 16 Grupos de Trabalho, que analisavam os seguintes problemas: energia elétrica, minérios, carnes, material elétrico pesado, siderurgia, combustíveis, indústria automobilística, situação econômica da bacia do Par-

naíba, recursos financeiros para investimentos industriais, aviação comercial, borracha sintética, indústria pesada, e usina siderúrgica de Minas Gerais.

Entre eles, dois exercem funções de natureza executiva, sendo ligados diretamente aos Ministérios que têm jurisdição nas respectivas áreas: o Grupo Executivo da Indústria Automobilística e o Grupo de Trabalho da Mecanização da Agricultura.

Até fins do ano, foram completados 15 estudos, alguns dos quais determinaram ação imediata do Executivo e apresentação de projetos de leis, destacando-se os seguintes: reaparelhamento da Marinha Mercante, cooperação econômica entre os Estados Unidos e o Brasil, indústria automobilística, revisão da legislação sobre energia elétrica, imposto único sobre combustíveis, transportes ferroviários, situação das estradas de ferro, situação de portos e dragagem, mecanização da agricultura, e siderurgia. Alguns desses estudos foram executados para atualização de projetos remanescentes da extinta Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o fim de submetê-los à apreciação do «Eximbank».

A AÇÃO DO B.N.D.E.

Continuou o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico a dar execução ao Programa de Reaparelhamento, já estabelecido pelo Governo com o fim de anular os efeitos dos pontos de estrangulamento ou a estagnação da economia brasileira. O aludido programa, delineado em fins de 1951, previa a colaboração do Poder Público em alguns setores básicos, não individualizando, porém, os empreendimentos específicos que deveriam beneficiar-se da ação estatal. As atividades selecionadas compreendiam os sistemas de transportes, os serviços de armazenamento, frigorificação e abate de gado, a produção de energia elétrica, as indústrias básicas e a agricultura. O Governo julgou mais acertado não abandonar as iniciativas e planos já existentes, e incluiu, no Plano Nacional de Desenvolvimento, boa parte dos projetos básicos dos governos anteriores, expandindo-os e conferindo-lhes organicidade, num âmbito mais vasto, subordinado à política de equilíbrio financeiro.

O financiamento, em cruzeiros, desse Programa de Reaparelhamento deveria ser atendido, sobretudo, mediante aplicação de

recursos arrecadados pela União através da cobrança de adicionais ao Imposto de Renda. O produto dessa arrecadação, autorizada para o quinquênio 1952-1956, seria recolhido ao Fundo de Reparcelamento Econômico, cuja administração foi entregue ao Banco. Esperava-se, de outra parte, obter junto a estabelecimentos de crédito estrangeiros e internacionais o montante em moeda estrangeira indispensável para constituir a contrapartida das aplicações em cruzeiros.

O Programa de Reparcelamento, para cuja execução se estimou um dispêndio de perto de 10 bilhões de cruzeiros e pouco mais de 390 milhões de dólares, corporificou-se, realmente, através dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A tarefa do Banco, nesse primeiro quinquênio de atividade, concentrou-se precipuamente, na efetivação dos projetos recomendados pela C.M.B.E.U. E' assim que, dos 15 bilhões de cruzeiros concedidos a título de financiamento até o final do exercício de 1956, 11,2 bilhões, correspondendo a cerca de 75 % do total, se destinaram a projetos já aprovados pelo aludido órgão.

Em virtude da necessidade de assegurar primeiro a execução das recomendações feitas pela C.M.B.E.U., a extensão das atividades do Banco a outros setores foi retardada por dois motivos: de um lado, a própria natureza dos projetos impunha essa prioridade, já que de sua concretização resultaria maior rendimento para as iniciativas que a seguir se promovessem; de outro lado, as inversões programadas nos 42 projetos aprovados exigiam elevada mobilização de recursos, a curto prazo, cujo montante correspondia, por si só, às mais otimistas previsões dos recolhimentos ao Fundo de Reparcelamento Econômico.

A execução prática dos programas de inversões estabelecidos para cada exercício demonstrou, entretanto, que o ritmo de aplicação nos empreendimentos de natureza infra-estrutural facilitava maiores inversões em outros setores também essenciais. Essa verificação tornou possível, conseqüentemente, estender a ação do Banco ao setor industrial, embora ainda sem a amplitude que se faz necessária.

A evolução das atividades do Banco pode ser aferida através da marcha dos financiamentos aprovados pelos seus órgãos

competentes, até 31 de dezembro de 1954 e durante os dois últimos exercícios, discriminadamente pelos setores beneficiados:

FINANCIAMENTOS APROVADOS PELO B. N. D. E.

(Moeda Nacional)

1952-1956

SETORES	IMPORTANCIA (C:\$ 1 000)			
	1952/54	1955	1956	TOTAL
Total	6 493 146	2 640 702	5 880 498	15 014 346
Armazenagem	73 000	—	323 500	396 500
Energia elétrica	765 956	1 342 442	919 717	3 028 115
Ferrovias	5 001 950	1 006 945	3 649 210	9 658 105
Indústrias básicas	463 000	291 315	956 743	1 711 058
Portos e navegação	113 240	—	31 328	144 568
Rodovias	—	—	—	—
Transportes diversos	76 000	—	—	76 000
Outros	—	—	—	—

Conforme se pode observar, no exercício passado intensificaram-se os esforços do Banco em benefício do reaparelhamento das ferrovias nacionais. O montante de financiamentos concedidos a esse setor corresponde a 62% do total aprovado durante o ano. No conjunto das operações do Banco, cabe ao exercício de 1956 a proporção de 39%, isto é, mais de um terço dos créditos abertos.

A tarefa específica do B.N.D.E. vinha-se ressentindo, porém, da insuficiência dos recursos que lhe proporcionava o Fundo do Reaparelhamento Econômico, com a aproximação do término do período fixado para a cobrança dos adicionais ao Imposto de Renda e para a vigência de outras medidas de ordem financeira. Com efeito, nos termos da legislação que regulava a matéria, as principais fontes de recursos do Fundo se extinguiriam a 31 de dezembro de 1956. Com isso, a capacidade financeira desta instituição de crédito ficaria reduzida ao montante de alguns recursos com destino específico, transitória e colocados à sua

disposição sob a forma de depósitos, e à recuperação de capital efetuada por força da amortização dos empréstimos concedidos.

A revigoração, por dez anos, dessas fontes de recursos, consubstanciada na Lei nº 2 973, de 26 de novembro de 1956, abre novas perspectivas ao programa de desenvolvimento econômico do País, proporcionando ao B.N.D.E. os meios essenciais de ação. Entre os efeitos benéficos da lei citada, além do maior aporte de recursos que será levado ao Fundo de Reaparelhamento, estão as vantagens de ordem indireta, entre as quais a dilatação de prazos de planejamento. Constituirá por certo valioso estímulo aos chefes de empresa essa demonstração de que o Governo está realmente empenhado em promover a expansão das forças produtivas do País, destinando apreciável parcela de fundos públicos a empreendimentos básicos e segundo critérios que excluem quaisquer favoritismos.

Tudo leva a crer que as medidas tendentes a reforçar as disponibilidades, em cruzeiros, do Fundo do Reaparelhamento Econômico, terão ainda outra conseqüência de mais alta relevância, qual seja a de facilitar a obtenção dos recursos em moeda estrangeira, indispensável à concretização de empreendimentos essenciais. A segurança de que o Banco não interromperá a sua tarefa é que tem justificado, sem dúvida, o crescente interesse de entidades financiadoras estrangeiras em com ele firmar convênios especiais, e bem assim, o crescente número de créditos que estão sendo abertos no Exterior, em favor de empresas brasileiras avaliadas pela entidade. Enquanto, em 1955, a concessão de aval pelo Banco apenas se aproximou da cifra de 19,7 milhões de dólares, em 1956 essa modalidade de operação atingiu 35,5 milhões de dólares.

Sem embargo, cumpre reconhecer que a ação propulsora do Banco vem sofrendo restrição em virtude da insuficiência de capital em moeda estrangeira com que contam os chefes de empresas nacionais.

Forçoso é reconhecer, também, que ainda é considerável a carência de capital de que se ressentem a economia brasileira para maior e mais rápida expansão. Basta registrar que a soma dos pedidos de financiamento formulados ao Banco, desde a sua criação,

atingia, em dezembro de 1956, quase 46 bilhões de cruzeiros, devendo-se considerar que a parcela mais importante das solicitações, representada pelos projetos da C.M.B.E.U., está computada na base de preços de 1951-52.

Do total desses pedidos de financiamento, 9,5 bilhões foram indeferidos, seja porque não se enquadravam no campo de atividades do Banco, ou porque a prioridade de atendimento fôsse baixa, ou porque, finalmente, os projetos não preenchiam as condições técnicas e econômicas indispensáveis. A Lei nº 2 973, já referida, introduziu uma inovação no funcionamento do Banco, de grande alcance para a economia nacional: 25% dos recursos recolhidos ao Fundo do Reparcelhamento deverão obrigatoriamente ser aplicados nas áreas do País, como o Nordeste e a Amazônia, que ainda não atingiram estágio de desenvolvimento semelhante ao alcançado pela Região Sul. Prevê-se que apreciável soma, estimada em 1,4 bilhões de cruzeiros, será aplicada nas aludidas regiões, com o objetivo de corrigir defeitos fundamentais da estrutura econômica e de estimular atividades que aproveitem os meios de produção locais.

Competirá ao Banco, naturalmente, parcela importante de responsabilidade pela execução dos novos projetos do Plano Nacional de Desenvolvimento. Nessas condições, além de adiantar e ampliar o seu programa de remodelação das ferrovias nacionais, deverá o Banco prestar decisivo concurso aos empreendimentos em estudo, que elevarão o potencial de energia elétrica e a capacidade de produção de aço, papel e produtos químicos do País. Além disso, colaborará para o reaparelhamento dos portos e a renovação da frota marítima e se lançará em novas iniciativas nos setores de armazenagem e frigorificação.

CAPITULO II

ENERGIA

A política energética do Governo firma-se no propósito de ampliar a produção nacional de tipos nobres de energia. Essa diretriz deflui, evidentemente, do interesse fundamental em criar condições adequadas ao desenvolvimento econômico do País.

Nestas condições, a ação governamental orienta-se, de modo objetivo, seja no sentido da suplementação e do estímulo aos investimentos privados, como nos casos da energia elétrica e do carvão mineral, seja no sentido de assegurar maior eficiência aos órgãos estatais incumbidos de tarefas de pesquisas e produção, como no caso do petróleo e, sob certos aspectos, no da energia nuclear.

No que respeita à energia elétrica, os programas lançados pelos Governos da União e de alguns Estados e pela iniciativa privada possibilitarão não somente que se atinja a meta de 5 milhões de kW instalados em 1960, com a adição de 2 milhões de kW de capacidade geradora no atual período de governo, mas também que se iniciem as obras indispensáveis à expansão dessa capacidade no quinquênio seguinte.

Relativamente ao carvão mineral, a administração está concentrada nos problemas referentes à mecanização da lavra. O objetivo é intensificar-se a produção necessária ao desenvolvimento da siderurgia e à utilização do combustível de tipo inferior na geração de energia elétrica.

Dentre as providências para esse fim adotadas pelo Governo Federal, distinguem-se, no exercício de 1956, as experiências realizadas para escolha de métodos e equipamentos adequados às peculiaridades do carvão nacional; a execução de obras de ligação ferroviária e a construção de usinas termelétricas; os financiamentos para compra de equipamento de mineração e construção de outra usina termelétrica; e o início de utilização dos recursos concedidos para reaparelhamento da Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina.

No domínio do petróleo, os progressos realizados em nosso País, em 1956, em relação aos anos anteriores, são dignos de nota, como adiante se verá, quanto à produção de óleo bruto, ao refino em grande escala e às pesquisas de novas reservas. A produção de petróleo cresceu de 100%, de 1955 para 1956, tal como havia acontecido de 1954 para 1955; esperando-se este ano produção mais que duplicada em relação ao ano findo. A indústria refinadora também duplicou a sua produção e a empresa estatal empreende as obras necessárias à total emancipação do País no que

concerne ao suprimento de derivados do petróleo. Grande impulso foi dado, além disso, aos trabalhos de pesquisas, em tôdas as regiões potencialmente petrolíferas.

As providências da União, no campo da energia nuclear, alcançaram significativos resultados na avaliação de nossas reservas minerais, no estudo de métodos para tratamento dessas reservas e para instalação de fábricas e reatores. São de acentuar-se, também, as medidas tomadas para que se incentive a formação de pessoal qualificado.

O tratamento dos assuntos pertinentes a este tipo de energia foi confiado à Comissão Nacional de Energia Atômica, órgão cuja criação, a 10 de outubro de 1956, se impôs em conseqüência da crescente importância dos problemas ligados à política de aproveitamento da energia nuclear.

A ação do Governo Federal, para incrementar a produção desses vários tipos de energia em 1956, desdobrou-se na forma adiante especificada.

Energia Elétrica

ALIMENTO DA POTÊNCIA INSTALADA

A ampliação da capacidade geradora de energia elétrica constitui, notoriamente, uma das preocupações mais importantes do Governo. A magnitude do problema impõe ao Poder Público providências que visem à melhor utilização imediata dos meios disponíveis nos setores público e privado da economia nacional, sem excluir a possibilidade de aplicação de capitais estrangeiros.

No âmbito de ação específica do Governo Federal, constituíram objetivos iniciais: a) ativar as providências para conclusão das obras em curso; para esse fim, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico concedeu financiamentos no total de cerca de um bilhão de cruzeiros; b) elaborar projetos de grandes obras, em especial os que se referem às usinas de Três Marias e Furnas, à expansão de Paulo Afonso e ao aproveitamento do Vale do Paraíba; c) rever a legislação vigente, com vistas à obtenção de recursos para os empreendimentos programados. Nesse sentido, empenhou-se o Governo pela prorrogação da lei que instituiu o

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; diligenciou fôsse complementada a legislação do Fundo Federal de Eletrificação; contratou, com o Governo dos Estados Unidos da América, a importação financiada por 40 anos de excedentes agrícolas, cuja venda proporcionará recursos em moeda nacional para obras no setor de energia elétrica; preparou, enfim, projetos de lei, que revêm dispositivos do Código de Águas e incentivam os investimentos privados na produção de energia.

Ao iniciar-se o atual Governo, a potência instalada no Brasil era de, aproximadamente, 3 000 000 kW. Com o impulso dado pelos Poderes Públicos e por empresas privadas às obras, em andamento, iniciadas no Governo anterior, foi possível instalar, durante o ano de 1956, unidades geradoras num total de cerca de 450 000 kW. A capacidade geradora do País elevou-se, pois, para 3 450 000 kW, ou seja, um acréscimo de 15 % sobre o total do ano anterior.

Os últimos levantamentos feitos revelam que, em termos de potência a ser instalada, o plano em execução compreende, resumidamente, as seguintes obras:

1 — as iniciadas antes do atual Governo que serão concluídas até 1960	901 400 kW
2 — as que serão realizadas durante o atual Governo	1 228 000 kW
3 — as que serão iniciadas no atual Governo, para conclusão a partir de 1961	1 960 500 kW
Total	<u>4 089 900 kW</u>

Trata-se, portanto, de obras que ultrapassam a meta inicialmente fixada em 2 000 000 de kW adicionais até 1960, incluindo também obras destinadas ao incremento da potência instalada no quinquênio seguinte.

São os seguintes os principais empreendimentos que deverão ser concluídos até 1960: a) ampliação da usina de Peixotos, de 80 para 400 000 kW, e sua interligação aos sistemas de São Paulo e Minas Gerais; b) duplicação da usina térmica de Piratininga,

com 250 000 kW; c) construção da segunda etapa da usina subterrânea de Cubatão, com 130 000 kW; d) nova expansão de Paulo Afonso; e) execução da segunda etapa do programa da CEMIG em Itutinga, Santo Antônio, Camargos e Cajuru, com 127 000 kW; f) conclusão da primeira etapa do plano de eletrificação do Estado de São Paulo, constituída das usinas de Salto Grande, Euclides da Cunha, Limoeiro, Barra Bonita e Jurumirim, com 232 000 kW; g) execução de projetos, relativos a empreendimentos análogos, nos Estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás e outros.

A perspectiva de graves *deficits* de energia na região Centro-Sul do País, cujo consumo aumenta rapidamente, exigindo a expansão da capacidade instalada à razão de cerca de 300 000 kW por ano, torna aconselhável seja aplicada, preferencialmente, na execução dos trabalhos planejados para essa área, a maior parte dos recursos disponíveis. De fato, os grandes projetos, que o atual Governo tenciona levar a cabo, assumem extraordinária importância, no que concerne ao suprimento de energia a essa região, a partir de 1961. Embora estejam realizando grandes esforços, os Governos Estaduais e as empresas privadas que nela operam não têm podido atender às solicitações crescentes do consumo. Impõe-se, dêsse modo, a participação ativa do Governo Federal no programa dessa área, não só como financiador, mas também como executor de obras de eletrificação de vulto.

Dai, haver-se decidido o Governo a proceder à imediata mobilização de recursos, para executar as obras de Três Marias e de Furnas. A primeira, articulada com o programa de regularização do rio São Francisco, de transcendental e inadiável necessidade para a recuperação daquele Vale, permitirá reter as enchentes e aumentar a vazão, no período de estiagem, possibilitando navegação franca, com 1,50 m de calado.

Será uma barragem de grande porte, com 64 m de altura e 2 600 m (na crista), de comprimento, calculando-se o volume de armazenamento em 20 bilhões de metros cúbicos de água, ou seja, cinco vezes, aproximadamente, o da Baía de Guanabara. A obra será construída mediante convênio entre a Comissão do Vale do São Francisco e as Centrais Elétricas de Minas Gerais. A

C.E.M.I.G. assumirá a responsabilidade de construir e equipar, ao pé dessa barragem, uma usina que terá uma potência final de 520 000 kW. Oito geradores de 60 000 kW, ali serão instalados, para suprir as demandas efetivas do mercado de energia da região Norte e Centro de Minas Gerais. Poderá beneficiar-se, também, desta usina a região da nova Capital. O custo total da barragem será da ordem de 4,5 bilhões de cruzeiros, à conta das dotações normais suplementadas por um financiamento do B.N.D.E.

A Usina de Furnas, situada num ponto quase equidistante de Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, permitirá atender, simultaneamente, às necessidades do mercado da região central de Minas Gerais e parte do litoral dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Será a maior da América Latina e terá uma potência instalada de 900 000 kW, em sua etapa inicial. Futura elevação da barragem poderá aumentar para 1 100 mil kW a sua capacidade. Construída num desfiladeiro do rio Grande, apresenta condições altamente favoráveis para um projeto econômico. Pela sua posição geográfica, servirá a uma área que abrange cerca de 500 Municípios de Minas Gerais e de São Paulo, permitindo, ainda, o deslocamento de cargas elétricas para atender ao Estado do Rio, Distrito Federal, Sul do Espírito Santo e Norte do Paraná. Será a usina chave de interligação do grande sistema elétrico que o progresso do Brasil está a reclamar na região Centro-Sul do País. A barragem de Furnas, cuja conclusão está prevista para o atual quinquênio, terá 100 m de altura e 500 de comprimento; regularizará a vazão do rio Grande e beneficiará as usinas construídas ou por construir a jusante de seu reservatório. O orçamento da usina é de Cr\$ 7,5 bilhões e mais US\$ 51 milhões. Os primeiros geradores só poderão começar a funcionar, entretanto, a partir de 1961.

Estudos minuciosos foram feitos sobre as áreas a serem inundadas pelo reservatório, e elabora-se um plano de compensação e benefício, para atender às reivindicações justas dos futuros deslocados e dos municípios atingidos pelo lago que se vai formar. Não obstante o custo elevado das desapropriações, a obra é altamente econômica para o País, pois lhe proporcionará a energia, de que necessita, por custo realmente baixo. As curvas de con-

sumo da região Centro-Sul desenvolvem-se de modo tal, que, de agora em diante, é forçoso procurar soluções de grande amplitude.

Para construir essa usina, está sendo constituída uma empresa, sob o controle do Governo Federal (51% de ações com direito a voto), com participação financeira dos Governos de Minas Gerais e de São Paulo, bem como da «Light» e das Empresas Elétricas Brasileiras, concessionárias das áreas em que mais agudamente se prevê uma próxima crise de energia. O capital da Central Elétrica de Furnas S.A. será, inicialmente, de Cr\$ 150 milhões apenas, mas deverá elevar-se a Cr\$ 5 bilhões nos próximos meses.

A concentração de recursos e esforços em obras do porte de Três Marias e Furnas trará, sem dúvida, resultados mais rápidos e frutíferos do que a sua dispersão por grande número de obras de pequeno vulto.

Considera o Governo, outrossim, como complemento indispensável dessas obras, o aproveitamento racional do grande potencial hidrelétrico do Vale do Paraíba, e espera poder consegui-lo, numa fórmula que consulte o bem geral.

Outro passo importante foi a autorização, ao B.N.D.E., para subscrever Cr\$ 800 milhões do aumento de capital da Cia. Hidrelétrica do São Francisco. Esse aumento destina-se a formar a contrapartida, em cruzeiros, necessária à utilização do empréstimo de US\$ 15 milhões do «Export-Import Bank», autorizado recentemente, para expansão da usina e do sistema elétrico de Paulo Afonso. Com isso, será possível atender à zona de influência daquela usina e às crescentes demandas de energia que um grande surto industrial no Nordeste começa a criar.

FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE ELETRIFICAÇÃO

Em Mensagem ao Congresso, acompanhando o Projeto de Lei nº 1 898-56, tive ensejo de assinalar que a despesa, em moeda nacional — para fazer face às necessidades de expansão da capacidade geradora de energia elétrica no País, e da correspondente ampliação dos sistemas de transmissão e distribuição existentes — será, durante o atual Governo, da ordem de Cr\$ 50 bilhões, com uma contrapartida em moeda estrangeira equivalente a

cêrca de US\$ 400 milhões. A execução de um plano dêsse porte, em prazo relativamente curto, impôsto pela necessidade de eliminarmos um dos mais sérios pontos de estrangulamento da economia nacional, depende, ôbviamente, do concurso conjugado de fundos públicos e de capitais privados. Predominam, entretanto, no programa dêste quinquênio, instalações financiadas pelo Govêrno, com recursos provenientes do Fundo Federal de Eletrificação, taxas estaduais de eletrificação, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e, bem assim, do acôrdo de excedentes agrícolas celebrado recentemente com o Govêrno dos Estados Unidos da América.

Os recursos de origem tributária de que disporá o Poder Público, para aplicação específica na indústria de energia elétrica, mal cobrirão, porém, 50% das despesas em moeda nacional previstas no plano de 5 000 000 kW para o decênio 1956-1965.

Relativamente à parcela em moeda estrangeira, reafirmo minhas esperanças em que as medidas tomadas pelo Govêrno, para conter a inflação e melhorar nosso balanço de pagamentos, e bem assim o estabelecimento criterioso das prioridades de investimentos, no setor de energia, nos trarão financiamentos a longo prazo, como provam os resultados de recentes negociações com o «Export-Import Bank».

LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ELÉTRICA

A revisão da legislação sôbre energia elétrica tornou-se imperiosa, em conseqüência dos fatos econômicos ocorridos no País, depois da promulgação do Código de Águas.

Três questões se apresentam particularmente urgentes, com referência a essa matéria: 1º) alteração da legislação vigente, de forma a garantir melhor remuneração aos capitais investidos na indústria. E' indispensável, nas atuais circunstâncias, criar clima propício ao encaminhamento de maior volume de capitais privados para o setor da eletricidade, diminuindo-se, dessa forma, as pressões sôbre os fundos públicos, as quais vêm aumentando, de ano para ano, em proporções difíceis de atender; 2º) a regulamentação dos serviços de energia elétrica, de maneira que fiquem clara-

mente definidas as responsabilidades e os direitos dos concessionários, bem como o mecanismo de suas relações com os órgãos fiscalizadores; 3º) reaparelhamento destes órgãos, para que possam arcar com as novas responsabilidades decorrentes do incremento que teve, no País, esse ramo da indústria.

No que diz respeito ao primeiro item, apresentou o Governo ao Congresso, em Mensagem nº 476, de 19-9-1956, um projeto de lei que dispõe sobre o regime econômico e financeiro das empresas de energia elétrica. Quanto aos demais, foi elaborado e expedido, por Decreto nº 41 019, de 26-2-1957, o regulamento dos serviços de energia elétrica, e está sendo ultimado, para ser submetido ao Congresso, um plano de reestruturação dos órgãos fiscalizadores. A esses esforços, somaram-se outros, em 1956, que culminaram na sanção da Lei nº 2 944, de 8-11-1956, e na expedição do Decreto nº 40 499, de 6-12-1956, referentes à distribuição e aplicação do Fundo Federal de Eletrificação e do imposto único sobre energia elétrica pelos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As soluções, que se vêm dando aos problemas relacionados com a legislação sobre a energia elétrica, terão complemento indispensável no plano nacional de eletrificação e na criação da Eletrobrás. A matéria acha-se em exame no Legislativo desde abril de 1954 e apresenta indiscutível caráter de urgência, diante da possibilidade, não remota, de maior agravamento da insuficiência de energia elétrica nas regiões mais industrializadas do País.

Acredito que a aplicação, em tempo útil, dos princípios substanciados em todas essas providências, trará à indústria da eletricidade o necessário estímulo e a indispensável fiscalização, de maneira que para ela convirjam os recursos capazes de eliminar, tão cedo quanto possível, um dos mais graves pontos de estrangulamento da economia nacional.

Carvão mineral

Continua o Governo empenhado na aplicação das medidas previstas no Plano do Carvão Nacional aprovado pela Lei nº 1 886, de 11 de junho de 1953, com o objetivo de racionalizar e amparar a indústria carvoeira do País.

Procurou-se determinar, por meio de trabalhos experimentais de mineração, baseados na experiência técnica estrangeira, os métodos e equipamentos de lavra mecanizada mais indicados para as condições peculiares ao nosso carvão. Os trabalhos foram confiados a organizações de engenheiros consultores norte-americanos e alemães que, após acurado exame das condições locais, selecionaram o equipamento complementar necessário à execução das experiências. Em novembro do ano passado, teve início o trabalho dos técnicos norte-americanos, esperando-se que, no decurso do primeiro trimestre de 1957, entrem em execução as operações ajustadas com os especialistas alemães.

Dos resultados dessas experiências, dependerá o grau de amplitude que se deva atribuir à mecanização da lavra. Fixadas as diretrizes do processo de mecanização, será possível ampliar o financiamento destinado ao seu custeio, bem como evitar, pelos cuidados especiais na fase de implantação dos métodos mecanizados, prejuízos irreparáveis.

Dois minas experimentais, operadas por técnicos estrangeiros altamente credenciados e devidamente equipadas, constituem verdadeira escola de formação da mão-de-obra técnica necessária à mineração do carvão no País. Com essas providências, ficarão solucionados os problemas relativos à mecanização da lavra do carvão, a tempo de se incrementar a produção reclamada pelos planos siderúrgicos previstos nas metas fixadas pelo Governo.

Embora não caiba aos organismos governamentais a tarefa de realizar prospecção de detalhe — trabalho metuculoso que deveria preceder qualquer operação de lavra — tem o Governo todo o interesse em determinar a extensão das reservas nacionais. Para isso, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional realizará um programa de sondagens em Santa Catarina, já havendo recebido o respectivo equipamento. Dessa forma, será esclarecido o comportamento das camadas na área situada a sudoeste da região mineira do Estado, até agora considerada como potencialmente carbonífera, havendo indicação de camadas de possança superior à dominante na região atualmente em lavra.

Ainda com o intuito de fornecer elementos topográficos que completem as informações existentes sobre os horizontes carboní-

feros regionais, foi contratada a cobertura aerofotogramétrica de uma área de cerca de quatro mil e quinhentos quilômetros quadrados. A empresa disto incumbida deverá levantar uma planta na escala de 1:10 000, trabalho a concluir-se no segundo semestre de 1957.

Um programa sistemático de pesquisas da faixa carbonífera do Rio Grande do Sul, a cargo do Departamento Autônomo do Carvão Mineral daquele Estado, acha-se em plena execução e receberá, em 1957, decidido incentivo do Governo, através dos recursos atribuídos à Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional.

A produção de carvão nacional no ano de 1956 foi de 2 288 000 toneladas, acusando, assim, um ligeiro decréscimo, pouco superior a 2 %, relativamente à produção do ano anterior.

Esse decréscimo, causado pela exaustão da bacia do Arroio dos Ratos, no Rio Grande do Sul, foi compensado em grande parte pela exploração da Mina de Charqueadas, que o Governo promoveu, mediante financiamento.

Na conformidade da legislação vigente, continuou o Governo a exercer o controle da importação do carvão estrangeiro e da distribuição do carvão nacional.

No Rio Grande do Sul, encontra-se em pleno funcionamento a Usina de São Jerônimo, da Comissão Estadual de Energia Elétrica, com a potência de 20 000 kW, aproveitando, na própria região, os carvões de tipo inferior. Visando a idêntica finalidade, o Governo Federal está construindo a Central Termelétrica de Candiota, através do Departamento Nacional de Estradas de Ferro. Seu funcionamento, no transcurso de 1957, tornará disponível a potência de 20 000 kW, a ser distribuída pela Comissão Estadual de Energia Elétrica, na zona sul daquele Estado.

Acha-se em construção, à boca da mina de Charqueadas, outra usina com a capacidade de 54 000 kW, de propriedade de empresas interessadas na mineração de carvão, e financiada pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. A instalação dessa usina tornou-se possível graças ao apoio financeiro proporcionado pelo Governo, para o aparelhamento da referida mina, com equipamentos modernos.

Na própria usina serão consumidos os carvões secundários conseqüentes do beneficiamento do carvão extraído da mina, além da produção do tipo de combustível mais adequado ao consumo da rede ferroviária do Estado.

Deu-se início à construção de uma via de abastecimento capaz de atender às necessidades locais, com os trabalhos da ligação ferroviária de Charqueadas a São Jerônimo, a cargo da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional. Objetiva-se, desse modo, integrar num sistema único as Estradas de Ferro São Jerônimo e Jacuí. As obras de ligação, iniciadas em fevereiro de 1956, encontram-se em fase final. Estão concluídos os serviços de terraplenagem, obras de arte e construções, inclusive substituição de uma ponte provisória, no trecho São Jerônimo a Porto do Conde, por uma definitiva, de 30,80 metros de vão, continuando em pleno andamento os trabalhos de assentamento da linha.

Concluída a ligação a São Jerônimo, poderá a mina de Charqueadas fornecer o seu contingente de carvão ao sistema ferroviário do Estado pelo cabo aéreo que alimenta os silos da rede, bem como participar do abastecimento da usina termelétrica de São Jerônimo, imprimindo aos esquemas de produção e distribuição do carvão maior flexibilidade e segurança.

O suprimento de carvão ao parque ferroviário do Rio Grande do Sul, sem as dificuldades oriundas do atual transporte teleférico, e aliviado do gravame das numerosas operações de transbordo, só ficará assegurado após a construção da grande ponte rodoferroviária sobre o rio Jacuí.

O aproveitamento dos carvões de Santa Catarina se faz, retirando dos carvões brutos a máxima proporção possível de combustíveis adequados à fabricação do coque metalúrgico. Restam uma fração utilizável de carvão de vapor e um rejeito inaproveitável.

Nas condições atuais de mercado, cada tonelada de carvão catarinense, utilizada sem a separação da parte metalúrgica, representa não só o uso inadequado dessa parte como a perda, no mercado de carvão de vapor, da possibilidade de colocação de certa quantidade desse tipo de combustível.

A Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional vinha diminuindo progressivamente a quota de transporte reservada ao

chamado *carvão escolhido* e acabou por extingui-la, com o apoio dos mineradores de carvão.

É ponto pacífico, entre especialistas, que não há conveniência em beneficiar os carvões brutos, sem que haja, na zona de produção, centrais termelétricas para utilização de produtos secundários. Assume, em consequência, especial relevo, o projeto, ora em elaboração, de uma central termelétrica de 100 000 kW, que será construída em Santa Catarina com a participação dos Governos da União e do Estado, da Cia. Siderúrgica Nacional e de entidades privadas, conforme projeto de lei já em tramitação no Congresso. Essa usina é de capital importância, pois eliminará a crise de energia que se verifica naquele Estado e dará consumo ao carvão-vapor intermediário, possibilitando a produção do carvão metalúrgico reclamado pela indústria siderúrgica do País.

Quanto à Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina, elemento essencial à expansão da indústria carbonífera, é auspicioso o início do seu reaparelhamento, graças aos recursos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Mercê de medidas de emergência tomadas pelo Governo, foi possível manter, naquela ferrovia, um ritmo de transporte que, embora não atendesse plenamente ao escoamento da produção, superou o volume registrado nos anos anteriores.

O Governo Federal pretende emprestar todo o apoio ao projeto, já em início de execução pelo Governo do Estado do Paraná e que visa a dotar a região carbonífera daquele Estado de uma usina termelétrica de 20 000 kW. O Governo Federal, como em casos semelhantes, deseja participar, também, da sociedade que explorará a usina, e para isso aguarda aprovação de projeto de lei submetido ao Congresso.

Convicto de que o progresso da indústria carvoeira está intimamente vinculado ao bem-estar do trabalhador, tem o Governo, com os recursos previstos na Lei n.º 1 886, procurado ampliar a assistência social nas regiões carboníferas. Vários convênios foram firmados pela Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional para o desenvolvimento de obras de caráter social, conforme ficou registrado na Parte relativa a Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Petróleo e Xisto Betuminoso

O ano de 1956 assinalou, prôpriamente, o início da refinação de petróleo em larga escala no País, uma vez que as grandes refinarias — Presidente Bernardes, União e Manguinhos —, inauguradas no ano anterior, vinham operando, até então, em fase experimental, devido a problemas surgidos durante o ano de 1955 e que gradativamente foram sendo resolvidos.

Com o funcionamento dessas refinarias, ocorreu no País sensível declínio na importação de derivados de petróleo e um conseqüente aumento na importação de óleo bruto. A importação de óleo bruto aproximou-se de 5,1 milhões de toneladas, no valor CIF de US\$ 125,5 milhões, representando 52 % de acréscimo sobre o ano anterior. Em 1956, a importação de derivados girou em torno de 4 900 000 toneladas, contra 5 307 979 no ano anterior.

Com essa importação despendeu o País US\$ 110,2 milhões em 1956, e US\$ 189,6 milhões em 1955, excluídos os gastos na aquisição de petróleo bruto. Baixaram, pois, de 42 %, aproximadamente, os gastos com a importação de derivados, graças, em grande parte, à redução na importação de gasolina para automóveis, correspondente ao aumento da produção nacional.

PRODUÇÃO DAS REFINARIAS NACIONAIS

A produção total das refinarias nacionais (1 na Bahia, 3 em São Paulo, 1 no Distrito Federal, 1 no Amazonas e 2 no Rio Grande do Sul) ascendeu, em 1956, a cerca de 6 050 milhões de litros, contra 3 900,6 milhões no ano anterior, registrando-se o aumento de quase 55 %. Entre os produtos elaborados, figurou em primeiro lugar a gasolina comum, com a contribuição de 42%, aproximadamente, para o conjunto da produção.

A produção nacional participou com cerca de 82 % dos 3 450 milhões de litros da gasolina comum consumida no território brasileiro, em 1956, cabendo às refinarias operadas pela Petróleo Brasileiro S/A (Petrobrás) — Presidente Bernardes, em São Paulo, e Mataripó, na Bahia — 64 % do total.

ASFALTO

De grande significação para a economia nacional foi o início em 1956, das atividades da fábrica de asfalto instalada pela Petrobrás em Cubatão, Estado de São Paulo. Embora ainda não operando em sua plena capacidade, a nova unidade industrial contribuiu com 64% da produção nacional, que foi de 47 500 toneladas, contra 15 400 toneladas no ano anterior.

GAS LIQUEFEITO

O funcionamento das grandes refinarias nacionais permitiu, também, extraordinária expansão do consumo de gás liquefeito do petróleo, no interior do País e nos bairros afastados dos centros urbanos.

Embora lançado no mercado brasileiro em 1936, a utilização desse combustível manteve-se em nível baixo, até que as refinarias nacionais começaram a produzi-lo. Assim, o consumo, em 1956, foi da ordem de 130 600 toneladas, beneficiando aproximadamente um milhão de lares. Esse acréscimo, da ordem de 50 %, em relação ao ano anterior, excedeu a capacidade de produção das refinarias, levando o Conselho Nacional do Petróleo a regulamentar a distribuição e o preço de venda do artigo. Em 1957, a produção nacional de gás liquefeito deverá concorrer com 70 % do consumo total.

ARMAZENAMENTO

Em 31 de dezembro de 1956, o armazenamento de derivados de petróleo teve sua capacidade aumentada para 1 804,5 milhões de litros, ou sejam, 17 % sobre o ano anterior.

O Conselho Nacional do Petróleo vem estudando o problema do abastecimento de petróleo bruto e seus derivados, sobretudo no que diz respeito à localização de maior número de tanques, para armazenamento a granel, a fim de possibilitar abastecimento mais eficaz e menos dispendioso. A solução do problema está, antes de tudo, em aumentar-se a capacidade de armazenamento nos terminais oceânicos e, em seguida, a do interior do País.

CONSUMO

As necessidades nacionais dos principais derivados de petróleo, durante o ano de 1956, foram de cerca de 11 117,6 milhões de litros, isto é, 6 % a mais sobre o ano anterior.

Estima-se em 11 900 milhões de litros o consumo dos principais derivados de petróleo em 1957. Mais de 50% desse total, ou sejam, 6 100 milhões de litros, serão produzidos nas refinarias nacionais.

DISPENDIO DE DIVISAS

Para as exigências de consumo dos principais derivados de petróleo, não cobertos pela produção nacional, calcula-se que serão importados, em 1957, cerca de 5 800 milhões de litros, no valor aproximado de US\$ 180 milhões a que serão adicionados aproximadamente US\$ 100 milhões, com a aquisição de óleo bruto para as refinarias nacionais.

É de esperar a diminuição dos dispêndios de divisas com o óleo bruto, dada a crescente produção nacional, podendo mesmo, no decorrer de 1957, ser utilizado o óleo bruto baiano, pelas refinarias particulares, se as condições técnicas o permitirem, seguindo o exemplo da Presidente Bernardes, em Cubatão.

A economia de divisas, proporcionada pela produção nacional e o refino do petróleo, em 1957, pode ser estimada em US\$ 80 milhões, dos quais US\$ 40 milhões decorrentes do refino no País, e US\$ 40 milhões oriundos da produção do Recôncavo Baiano.

PETROBRAS

Fiel às diretrizes fixadas desde o início do Governo, em conformidade com a orientação geral da política petrolífera definida na Lei n.º 2004, de 3 de outubro de 1953, determinou-se, logo em princípios de 1956, o estudo de medidas tendentes a proporcionar maiores recursos à Petrobrás.

Em maio de 1956, constituiu-se um Grupo de Trabalho no Conselho do Desenvolvimento para estudar e propor as necessárias modificações na legislação sobre combustíveis e lubrificantes, principal fonte de financiamento do programa de petróleo.

Verificou-se que, apesar de dispor a Petrobrás de recursos para a realização dos objetivos mínimos estabelecidos, se devia exigir do País maior esforço, em se tratando de problema de tão transcendente importância. Na verdade, os recursos aplicados pela Petrobrás em investimentos representavam, apenas, 3 % das inversões globais do País, ao passo que, em outros países, onde a indústria petrolífera já se encontra desenvolvida, as inversões no setor do petróleo aproximam-se ou mesmo excedem de 6 % daquele total.

Por outro lado, nos moldes do sistema de taxaçaõ específica, o produto da arrecadaçaõ do impõsto único sõbre combustiveis e lubrificantes ficava exposto à perda gradativa de poder aquisitivo, em virtude da elevaçãõ do nível geral dos preços internos.

Cumpria, por conseguinte, rever a legislaçaõ que dispunha sõbre esse tributo, para restabelecer os níveis de incidência vigôrantes na época da promulgaçaõ da Lei n.º 1 849, de 28 de novembro de 1952. Com esse fim e com o de salvaguardar, tanto quanto possível, em caráter permanente, a capacidade de investimento dos setores vinculados à arrecadaçaõ desse impõsto, foi sugerida a adoçaõ do sistema de taxaçaõ *ad-valorem*.

Graças à colaboraçãõ do Congresso, foi baixada, em prazo relativamente curto, a Lei n.º 2 975, de 27 de novembro de 1956, que introduziu as modificações propostas na estrutura da tributaçaõ.

Na falta dessa providência, ficaria a Petrobrás com seus recursos sensivelmente limitados, de vez que deveria cessar, em fins de 1957, o recolhimento de 25 % da arrecadaçaõ do impõsto único para subscriçaõ de seu capital. A nova lei, além de revitalizar a arrecadaçaõ, restituindo-lhe o poder real de compra, prorrogou, até 1961, a vigência do dispositivo que prevê o recolhimento de parte do seu produto à Petrobrás, para constituiaçaõ do capital dessa empresa. Embora tenha sido a taxa de participaçaõ da Petrobrás diminuída para 15 %, ocorreu a procurada ampliaçaõ dos recursos destinados ao programa do petróleo, em cêrca de Cr\$ 13 bilhões, aproximadamente, nos exercícius de 1957 a 1961, o que será suficiente para dar novo impulso às atividades da

Petrobrás. A par dessa contribuição direta, o aumento de recursos extraordinários de fontes tributárias propiciará indiretamente maior expansão financeira à empresa, em virtude de mais rápida capitalização. Com efeito, antes da promulgação da Lei nº 2 975, estimava-se que a Petrobrás poderia realizar, de 1957 a 1961, investimentos globais da ordem de Cr\$ 25 bilhões, com os novos esquemas decorrentes da Lei, prevê-se que essa capacidade de investimentos será ampliada para Cr\$ 45 bilhões.

Durante o ano de 1956, os trabalhos da Petrobrás adquiriram aceleração correspondente ao vulto de seus recursos financeiros e à urgência exigida para a solução do problema do petróleo. Em conjunto, as atividades da indústria petrolífera nacional já exercem influência sensível na estrutura econômica do País. Para um consumo interno de produtos de petróleo estimado, em 1956, em cerca de US\$ 320 milhões, a produção nacional contribuiu com US\$ 66 milhões, ou sejam, 21 % do total. Comparado com o ano anterior, quando a participação da indústria nacional foi de 11,1 %, o valor da produção interna, pelo seu equivalente em dólares, quase duplicou.

Essa contribuição, em grande parte devida à Petrobrás, assim se distribui:

	US\$:
Produção de petróleo bruto e gás natural	13 095 000
Refinação	27 990 000
Transporte marítimo	11 600 000
	<hr/>
Total da Petrobrás	52 685 000
	<hr/>
Refinarias particulares	13 705 000
	<hr/>
Total	66 390 000
	<hr/>

Situação Financeira

O capital integralizado da Petrobrás já atingiu Cr\$ 6 bilhões. Segundo decisão da Assembléia de Acionistas, foi autorizado novo aumento para Cr\$ 8 bilhões. Durante o ano de 1956,

a integralização do capital atingiu Cr\$ 1 290 milhões, sendo Cr\$ 1 019 milhões provenientes da arrecadação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes e Cr\$ 271 milhões oriundos de outras fontes de constituição do capital, por conta do Tesouro Nacional. Em fins de 1955, a posição dos acionistas era a seguinte:

	Cr\$ milhões	%
União	4 753	72
Estados	1 460	22
Municípios	365	6
	<hr/>	<hr/>
	6 578	100
	<hr/>	<hr/>

Os encargos financeiros de longo prazo, representados pela emissão de obrigações para os contribuintes compulsórios, proprietários de veículos automóveis, atingem, até agora, a cifra de Cr\$ 1 334 milhões, sendo que Cr\$ 465 milhões foram recolhidos em 1956. A Petrobrás já providenciou a distribuição da primeira série dessas obrigações aos contribuintes de 1954. Nos primeiros meses de 1957, serão chamados os contribuintes de 1955. A entrega dos títulos repercutiu favoravelmente nas camadas populares e contribuiu para a elevação do conceito da Empresa na opinião pública.

Outro fator sensível de fortalecimento da confiança do povo na Petrobrás são os resultados financeiros apurados. Apesar de grande parte dos recursos ser de aplicação algumas vezes demorada, a Empresa obteve, no exercício de 1955, seu segundo ano de existência, um lucro líquido de Cr\$ 107 milhões.

No exercício de 1956, tais resultados foram ainda bastante melhorados, elevando-se o lucro líquido à quantia de Cr\$ 1 878 milhões o correspondente a mais de 20% do capital realizado, que é de Cr\$ 7.8 bilhões.

Atividades de Exploração

No que diz respeito às atividades básicas de busca de novas reservas comerciais de petróleo bruto e gás natural, a Petrobrás

reforçou seus quadros técnicos e seu aparelhamento de pesquisas para cumprir tarefas mais amplas. Ampliou-se o campo operacional do Departamento de Exploração, que superintende tecnicamente todos os trabalhos de pesquisas no território nacional. 21 novos especialistas foram contratados e aumentou-se para 52 o número de técnicos de elevado nível profissional e longa experiência.

Organizaram-se 14 novas equipes de pesquisas, que agora perfazem o total de 29. Dessas, 6 destinam-se à geologia de superfície, que passou a dispor de 13 turmas. Foram também constituídas 4 equipes de pesquisas pelo método gravimétrico, elevando a 7 o número de equipes dessa especialidade. As pesquisas pelo método sísmográfico passaram a contar com outras 4 equipes, perfazendo o total de 9.

Das equipes de geofísica, 4 são constituídas de elementos nacionais, e as restantes de elementos pertencentes a firmas internacionais especializadas no ramo, trabalhando sob contrato, como «Geophysical Service Inc.», «United Geophysical Co.», «Sismograph Service Corp.» e «Prakla».

Estão em organização, para 1957, mais 4 equipes de geologia e 7 de sísmografia que, acrescidas às 29 já existentes, somarão 40 equipes de geologia e geofísica. Ativam-se, assim, as pesquisas para a identificação de estruturas favoráveis à acumulação de reservas petrolíferas, indispensáveis ao sucesso dos programas de perfuração.

Pesquisas Geológicas

Das 13 turmas de geologia de superfície em serviço, 6 executam tarefas na região Amazônica, com a finalidade de obter informações básicas quanto à constituição do subsolo. Duas outras foram destacadas para pesquisas na área sedimentar de Sergipe-Alagoas. Na Bahia, prosseguindo na busca de novas estruturas, nas regiões de São Sebastião, Pindoba, Mombassa, Pedras e Salvador, operam duas turmas. As 3 restantes operam na Bacia do Paraná, no estudo de detalhe das áreas de Reserva, Lajes, Barra-

Nova, Ponto Alto, Sul do Paraná e reconhecimento no Norte e Centro de Santa Catarina.

Pesquisas Geofísicas

As 7 equipes de geofísica (método gravimétrico) estão, em plena atividade, sendo 3 na Amazônia, 1 no Maranhão, 2 em Sergipe-Alagoas e 1 gravi-magnetométrica na Bacia do Paraná.

Quanto às equipes sísmicas, 4 operam no Amazonas, sendo 3 em pesquisas terrestres, detalhando estruturas reveladas pelo gravímetro, e 1 equipe aquática, atuando ao longo dos rios Amazonas e Negro. Uma turma para serviços sísmicos opera no Maranhão, nas áreas de São Luís, Bequimão, São Bento, São Francisco e Aliança. Duas equipes sismográficas realizam trabalhos na região de Sergipe-Alagoas. A área da Bahia conta com uma equipe sísmica para pesquisas terrestres. Finalmente, uma turma marítima cobrirá a plataforma costeira dos Estados do Espírito Santo, Bahia, Sergipe e Alagoas.

Perfurações Pioneiras

A Petrobrás terminou o ano com 35 sondas em operação, contra 28 existentes ao fim de 1955. Além dessas 35 unidades em funcionamento, foram recebidas no Brasil seis sondas novas, 2 das quais em montagem no Estado de Alagoas, 3 em instalação na Amazônia, e uma outra destinada a operações na região de Presidente Epitácio, em São Paulo. Acham-se encomendadas no Exterior, para próxima entrega, mais 13 sondas a serem distribuídas do seguinte modo: 9 para a Bahia, 2 para a Amazônia e 2 para o Sul do País. Este programa elevará, assim, para 54, o total de unidades em funcionamento no decurso de 1957.

Das sondas existentes, 12 operaram, em 1956, na perfuração de poços pioneiros, sendo 6 na Amazônia, 2 no Maranhão, 1 no Rio Grande do Norte, 2 na Bahia e 1 no Paraná. Tais unidades realizaram perfurações num total de 29 505 metros, contra 14 647 metros em 1955, ou seja, o dobro. No dia 31 de dezembro daquele ano, a localização das sondas em perfurações pioneiras e respectiva posição eram as seguintes:

<i>Amazonas e Pará</i>		<i>Profundidade</i>
		<i>metros</i>
1.	Nova Olinda — NO — 2	2 694
2.	Nova Olinda — NO — 3	2 340
3.	Abacaxis — RX — 1	2 907
4.	Trindade — TR — 1	1 348
5.	Urariá — UA — 1	527
6.	Cupari — CP — 1	1 879
<i>Maranhão</i>		
7.	Testa Branca — TB — 1	1 830
8.	Mocambo — MO — 1	2 895
<i>Bahia</i>		
9.	Jacuípe — JA — 1	2 860
10.	Candcias — CC — 1	1 977
11.	Estrutural Profundo — EP 5	602
<i>Paraná</i>		
12.	Cândida de Abreu — CA — 1 —	2 791

Reservas Recuperáveis

Os últimos cálculos técnicos efetuados a respeito da acumulação provada de óleo nos campos de petróleo do Recôncavo Baiano — no momento a única província petrolífera produtora no País — indicaram um volume de 833 milhões de barris. Com os processos de recuperação secundária e de manutenção de pressão, estima-se, apenas para a área provada, uma reserva recuperável de óleo de 311 milhões de barris, ou seja, um acréscimo de 56 milhões de barris sobre as reservas anteriormente calculadas, em fins de 1955. Tal volume de óleo representa uma capacidade de produção dos campos em exploração de 14,6 milhões de barris (40 000 barris diários) em cada ano, durante 21 anos de atividade.

Perfuração e Trabalhos de Desenvolvimento dos Campos

Nos campos de petróleo do Recôncavo Baiano, a Petrobrás empregou, em 1956, 17 sondas para furos de desenvolvimento.

Tais perfurações atingiram 41 486 metros, contra 39 557, em 1955. O esforço maior de perfuração de novos poços de produção aplicou-se nos campos novos de Água Grande e Mata de São João, onde a metragem perfurada foi de 10 876 e 8 899 metros, respectivamente.

Dos novos poços perfurados e terminados em 1956, para desenvolvimento da produção, em número de 40, apenas 7 se mostraram secos; dos 32 poços positivos todos são produtores de petróleo. O único restante foi perfurado para injeção de água, nos trabalhos de recuperação secundária do campo de Dom João.

Produção

Os dados de produção dos campos baianos exprimem um dos principais êxitos da Petrobrás em 1956. Iniciado o ano com uma produção média diária de 7 043 barris em janeiro, atingiu, no mês de dezembro, a média de 24 655 barris/dia, e de 25 415, em janeiro de 1957. A produtividade média dos poços em operação experimentou também sensível melhoria: enquanto em janeiro a média foi de 60,7 barris/dia, em dezembro essa média atingiu 175 barris/dia por poço.

Em conseqüência do desenvolvimento acima referido, a produção de petróleo bruto, em 1956, atingiu 4 058 704 barris, contra 2 021 900 em 1955, ou seja, o dobro. A produção nos dois últimos meses de 1956 ultrapassou a de todo o ano de 1954. Uma comparação com períodos mais recuados demonstra o ritmo acelerado de crescimento da produção nacional nos últimos anos, como se vê abaixo:

<i>Anos</i>	<i>Barris</i>	<i>Índices</i>
1953	915 787	100
1954	992 409	108
1955	2 021 900	221
1956	4 058 704	443

Também a produção de gás natural vem experimentando sensível aumento. Em 1956, foram produzidos 81 471 721 metros cúbicos contra 61 822 180 em 1955, ou seja, um aumento de 32 %.

Refinação

As duas refinarias da Petrobrás processaram, em 1956, ... 24 371 917 barris de petróleo, sendo 2 347 361 na de Mataripe, Bahia; 21 715 281 na Presidente Bernardes; e 309 275 na Fábrica de Asfalto, estas últimas em Cubatão, Estado de São Paulo. Dêse total, cêrca de 62% provieram da Venezuela, 25% do Oriente Médio e os restantes 13% dos campos da Bahia. A participação do óleo nacional nas atividades de refinação da Petrobrás vem aumentando, tendo sido em dezembro bem superior à média geral do ano de 1956.

Comparando com o ano de 1955, também no setor do refino, a expansão das atividades foi sensível, de vez que naquele ano a carga de petróleo bruto processado nas refinarias da Petrobrás foi de 14 842 000 barris. Houve, assim, um aumento de 64,2%.

A produção das duas refinarias, no biênio 1955-1956, segundo os derivados produzidos, foi a seguinte:

REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES			
PRODUTOS	PRODUÇÃO (Barris)		
	1955	1956	%
Gás liquefeito	102 204	667 534	+ 553
Gasolina comum	4 592 771	8 460 405	+ 84
Gasolina extra	—	304 487	—
Solventes	10 748	146 755	+ 1 265
Querosene	—	150 097	—
Óleo Diesel	1 797 362	2 515 256	+ 40
Óleo combustível	5 750 353	9 215 103	+ 60

MATARIPE

PRODUTOS	PRODUÇÃO (Barris)		
	1955	1956	%
Gás liquefeito	46 805	97 602	+ 109
Gasolina comum	920 934	1 164 072	+ 26
Solventes	40 311	56 813	+ 41
Óleo Diesel	105 789	79 470	- 25
Óleo combustível	702 049	921 755	+ 31

A Fábrica de Asfalto transformou 50 650 toneladas de petróleo bruto, extraindo 38 203 toneladas de asfalto, das quais vendeu, durante o ano, 29 027, ou seja, praticamente, a totalidade do consumo nacional, uma vez que as importações se reduziram a cerca de 1 000 toneladas. As vendas realizadas representaram, portanto, 3/4 da produção da Fábrica. O suprimento do asfalto necessário aos programas federais, estaduais e municipais de pavimentação de estradas será assegurado durante muito tempo através da Petrobrás, pois a sua capacidade atual de produção é da ordem de 115 000 toneladas anuais. A rodovia Rio-Belo Horizonte — BR-3, no trecho entre Juiz de Fora e Belo Horizonte, foi asfaltada integralmente com os produtos da Fábrica de Cubatão.

Indústrias Petroquímicas

Em Cubatão, atingiu-se a etapa final da construção da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, que se encontra em fase experimental de operações. Essa unidade industrial, cujo custo total atinge

Cr\$ 726 milhões, destina-se a produzir anualmente 102 300 toneladas de nitrocálcio, 11 682 toneladas de nitrato de amônia, 45 000 toneladas de anidrido carbônico e 45 500 toneladas de gás de síntese.

Prosseguem os trabalhos de instalação da fábrica de eteno, também situada junto à Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, a serem concluídos no segundo semestre de 1957. O projeto deverá custar à Petrobrás US\$ 1 400 000,00 já tendo sido recebidos da Alemanha os primeiros equipamentos. Em conjunto com estes empreendimentos da Petrobrás, estão em construção, ou serão construídas por iniciativa particular, novas fábricas para aproveitamento dos produtos e subprodutos das indústrias petroquímicas, formando naquele local um parque industrial de grande densidade, seja pelo volume dos investimentos ali realizados ou a serem realizados, seja pela elevada qualificação técnica desse complexo setor industrial.

Industrialização do Xisto

Durante o ano de 1956, prosseguiram em ritmo acelerado os estudos do xisto betuminoso do Vale do Paraíba, na Estação Experimental de Processamento Monteiro Lobato, em Tremembé, inaugurada no fim do ano passado. Foram concluídos os trabalhos experimentais de um processo de retortagem denominado UTN, cuja avaliação técnico-econômica, executada pela firma especializada «Cameron and Jones Inc.», mostrou ser o mesmo tecnicamente completo, embora não de todo satisfatório do ponto de vista econômico. A esses trabalhos experimentais sucederam-se outros, já em vias de conclusão, orientados no sentido da aplicação de novo processo de retortagem.

Mereceu também especial atenção o depósito de xisto — formação Irati — que abrange enorme faixa, desde o sul de São Paulo até o Uruguai, e cujos trabalhos de prospecção foram começados em 1955. Fêz-se uma primeira avaliação, baseada na análise dos testemunhos colhidos, elaborando-se programa preliminar de processamento. Teve início a mineração de cerca de 500 toneladas de xisto, que serão transportadas de São Mateus

do Sul, no Paraná, para a Estação Experimental de Tremembé, onde se estudará o seu processamento.

Nos estudos a que se procedeu sobre a formação Irati, vem recebendo a Petrobrás apreciável colaboração do Governo do Estado do Paraná, havendo sido mesmo criada a Comissão do Xisto do Paraná, que recebeu recursos vultosos para o corrente ano. Criou-se, na Superintendência da Industrialização do Xisto, o setor de avaliação técnico-econômica, que já executou o levantamento completo do parque industrial brasileiro.

Oleodutos

Em abril de 1956, inaugurou-se o oleoduto Catu-Mata-Candeias, de 54 km, destinado a conduzir o petróleo bruto extraído nos campos de Água Grande e Mata de São João à Refinaria de Mataripe e ao terminal marítimo de Madre de Deus. Este terminal, situado na Baía de Todos os Santos, iniciou suas atividades em 13 de setembro, com o primeiro embarque de petróleo para a refinaria Presidente Bernardes, em São Paulo.

Até 31 de dezembro, tanto o oleoduto como o terminal operaram com êxito, havendo o primeiro dado vazão a 1 744 000 barris, numa média de 6 850 barris por dia. Pelo terminal foram embarcados 1 315 000 barris, de setembro a dezembro, em navios-tanques da Frota Nacional de Petroleiros.

Transporte Marítimo

A Frota Nacional de Petroleiros foi acrescida, em 1956, de três novas unidades pequenas, sendo dois navios especiais, para transporte de gás liquefeito, de 1 100 tDW cada um, adquiridos na Alemanha, e um navio especial para transporte de óleos lubrificantes, de 1 200 tDW construído na Grã-Bretanha. A tonelage atual da Frota é de 228 000 tDW. Sob o aspecto da rentabilidade, houve também progresso substancial, não só devido ao aumento dos fretes, no mercado internacional, como às melhores condições de operação dos navios.

Com a colaboração de quatro navios estrangeiros fretados, os navios disponíveis da Frota transportaram, em 1956, 3 183 milhares de toneladas, sendo 1 915 milhares no longo-curso e

1 268 milhares na cabotagem. Houve, dêsse modo, um aumento de 17% no total da tonelagem transportada em 1956, relativamente ao ano anterior. As percentagens de aumento do transporte de longo-curso e de cabotagem foram, respectivamente, 11% e 124%.

Formação de Pessoal

Os trabalhos de exploração, desenvolvidos em cumprimento dos programas governamentais, têm-se apoiado, preponderantemente, na colaboração de geólogos e outros técnicos estrangeiros, contratados pela Empresa nas fontes internacionais de mão-de-obra especializada.

Embora venha obtendo êxito no recrutamento de geólogos estrangeiros qualificados para assegurar, em ritmo sempre ampliado, a expansão dos seus trabalhos de pesquisas, a Petrobrás preocupa-se seriamente em reforçar a sua equipe de geólogos brasileiros. Cabe aqui mencionar, entre outras providências em andamento, a realização de cursos especiais, em colaboração com as Universidades do Brasil e da Bahia, e a concessão de bolsas de estudo no Exterior. Sob os auspícios da Universidade da Bahia, a Petrobrás organizou um Curso de Geologia de Petróleo, com a finalidade de ampliar, em breve prazo, o corpo de geólogos brasileiros da Empresa. Candidatos procedentes de tôdas as regiões do País poderão inscrever-se, submetendo-se aos processos de seleção mais indicados.

O Convênio, firmado em termos que traduzem o alto espírito de colaboração e entendimento entre a Petrobrás e a Universidade da Bahia, representa instrumento de grande alcance para a formação dos geólogos indispensáveis à Empresa, e se harmoniza com as medidas tomadas pelo Governo da República, através do Ministério da Educação e Cultura, para solucionar o grave problema da mão-de-obra técnica especializada de que se ressentia o País.

Em colaboração com a Universidade do Brasil, realizou-se um Curso de Revisão, preparatório para o Curso de Refinação de Petróleo, no qual se matricularam 39 candidatos. Este último foi iniciado em abril de 1956 e deverá encerrar-se em março de 1957. Matricularam-se 22 alunos.

Além disso, concedeu a Petrobrás 8 bolsas a estudantes brasileiros para cursos sobre Petróleo em Universidades americanas, sob o compromisso de que prestariam serviços à Empresa durante um ano, após a conclusão dos respectivos cursos. Foram ainda selecionados e enviados a Universidades dos Estados Unidos 7 empregados da Companhia.

Programa para 1957

Em consequência da revisão dos esquemas de financiamento, autorizada pela Lei nº 2 975, de 27 de novembro de 1956, os planos de realizações da Empresa sofreram modificações tendentes a ampliar as atividades de exploração; acelerar a execução dos projetos industriais e intensificar os programas de formação e aperfeiçoamento do pessoal técnico, no País e no Exterior.

O orçamento para o exercício de 1957 já sofreu a influência das novas disponibilidades de recursos, devendo atingir 6,5 bilhões os investimentos a serem realizados pela Empresa, em 1957. Dêsse montante, cerca de 50 % serão destinados à exploração de novas reservas de petróleo e gás natural e ao desenvolvimento da produção das reservas já conhecidas no Recôncavo ou das que eventualmente foram reveladas no curso do exercício. A parte restante distribuiu-se adequadamente pelos vários setores que compõem a completa organização da indústria de petróleo.

As atividades de pesquisas contarão com 40 equipes, sendo 16 de geologia de superfície, para a realização de 170 turmas-mês de trabalhos de campo; 16 equipes de geofísica pelo método sísmico para a execução de tarefas correspondentes a 174 equipes-mês; e 8 equipes de gravímetro e magnetômetro para serviços correspondentes a 94 equipes-mês.

As atividades pioneiras de perfuração estão programadas para executar, em 1957, 44 poços, sendo 11 na Amazônia, 7 no Maranhão, 5 em Sergipe-Alagoas, 18 na Bahia e 3 na Bacia do Paraná. Além dessas operações pioneiras, estão programadas 34 perfurações estratigráficas, sendo 9 na Amazônia, 19 na Bahia e 6 na Bacia do Paraná.

Para execução dêsses trabalhos, estão sendo utilizadas 18 sondas, 12 das quais, para os poços pioneiros, e 6 para furos estra-

tigráficos. Na hipótese de não se alcançar resultado positivo imediato nessas pesquisas, os programas deverão ser ampliados de modo que dêem cobertura a áreas sedimentares mais extensas para a localização de novas províncias petrolíferas.

No setor da produção, espera-se atingir, em fins de 1957, a meta mínima de 40 000 barris diários, fixada para 1960. As instalações do oleoduto principal de Mata de São João e Candeias e do terminal marítimo de Madre de Deus serão ampliadas para dar vazão a 60 000 barris diários.

No setor da refinação, prossegue a ampliação da Refinaria de Mataripe para 37 000 barris diários e serão avançados os trabalhos preliminares de construção da Refinaria do Rio de Janeiro, que terá a capacidade de 90 000 barris diários. Esses projetos, que devem estar concluídos em 1959, elevarão a capacidade total de refino no País a 245 000 barris diários. Ainda no ano de 1957, devem ser iniciados estudos para a construção de uma outra unidade no Estado de Minas Gerais. Concluídos esses projetos, poderá o País, em 1960, refinar de 85 a 90% dos derivados do petróleo que consome.

No setor dos transportes marítimos, a Empresa está concluindo negociações para a construção de 7 navios superpetroleiros de 32 000 tDW cada um, elevando-se a tonclagem da Frota para 450 000 tDW. A Petrobrás estuda a conveniência de encomendar 10 navios de 5 000 a 10 000 tDW cada um, para substituir sua atual frota de pequena cabotagem. Ainda nesse setor, foi adquirido, em 1956, um novo navio de 6 000 tDW, adequado ao transporte de óleos lubrificantes.

No setor das indústrias petroquímicas, cogita-se da instalação de unidades destinadas ao fabrico de vários produtos, inclusive borracha sintética. Está prevista, outrossim, a ampliação da Fábrica de Fertilizantes de Cubatão, para produzir soluções amoniacais.

Outros planos e projetos fundamentais, como terminais marítimos e oleodutos, serão autorizados na medida que o desenvolvimento dos setores básicos o exigir.

Energia Nuclear

As atividades do Govêrno, em 1956, no domínio da energia nuclear, consistiram fundamentalmente em trabalhos de pesquisa e avaliação de reservas de minérios atômicos; em estudo pormenorizado dos métodos de tratamento dos minérios atômicos brasileiros; na instalação de fábricas de sais de urânio e tório e de urânio e tório metálicos de pureza nuclear; na instalação de reatores de pesquisa e de reatores industriais; e no estímulo à pesquisa científica sob as formas de concessão de bôlsas de estudos, de auxílios a instituições de pesquisas, bem como de cursos realizados em colaboração com as Universidades do Brasil e da Bahia.

Havendo os problemas relacionados com a energia nuclear crescido em vulto e complexidade, o Govêrno decidiu criar um órgão específico, a que se atribuíssem as atividades pertinentes à matéria. Foi, assim, instituída, pelo Decreto nº 40 110, de 10 de outubro de 1956, a Comissão Nacional de Energia Nuclear.

PESQUISA E AVALIAÇÃO DE RESERVAS DE MINERAIS ATÔMICOS

O levantamento das reservas brasileiras de minerais atômicos foi, em 1956, objeto de cuidado especial, havendo-se procurado, mediante esforço progressivo, reduzir o tempo necessário ao conhecimento de nossas reais possibilidades. Tarefa como esta exige a organização de um sistema de operações que envolvem desde o trabalho preliminar de reconhecimento das zonas dotadas de perspectivas favoráveis, até a complementar investigação direta de campo, pelo estudo da amostragem em laboratório especializado.

Organizadas as equipes de trabalho e articulado seu funcionamento, resultados animadores foram obtidos, seja no conhecimento dos depósitos de minerais de tório e de zircônio uranífero de Poços de Caldas; das jazidas do Vale do Rio das Mortes com minerais uraníferos de estanho e tântalo; dos pegmatitos do Nordeste, além da faixa litorânea que se estende do Rio de Janeiro à Bahia com seus depósitos de areias monazíticas; seja pela localização de novas áreas promissoras quanto à existência de minerais atômicos.

Constituem testemunho eloqüente dos nossos progressos, no campo da prospecção, os números correspondentes à investigação aerofotográfica e aerocintilométrica, como suporte a posteriores trabalhos de campo. Totalizou-se em 1956 a cobertura, por êsses meios de pesquisa, de áreas com extensão já bem expressiva, conforme a discriminação que se segue:

Cobertura aerofotográfica	7 927,1 km ²
Levantamentos aerocintilométricos	21 318,6 km ²
Mosaicos aerofotográficos compilados correspondentes a	10 726,1 km ²

Os trabalhos de campo, conduzidos de forma vigorosa, já permitiram assinalar novas e promissoras ocorrências de minerais atômicos. Assim é que convergem no momento as atenções para a bacia carbonífera do Paraná, onde foi verificada a existência de urânio; para os depósitos uraníferos de Jacobina, e, ultimamente, para os terrenos adjacentes às estâncias hidrominerais do Prata, cujos minérios estão sendo cuidadosamente estudados, dentro do plano de intensificação das pesquisas dessa natureza.

INSTALAÇÃO DE FABRICAS

Entre os depósitos que possivelmente terão significado econômico, os de zircônio uranífero de Poços de Caldas mostram-se de interesse para um estudo químico-tecnológico que, realizado, pôde sugerir a instalação fabril conveniente ao processamento das operações necessárias à recuperação do metal nuclear. Completada a fase preliminar, foi em seguida realizado exaustivo estudo econômico-industrial, que permitiu encarar o assunto com o realismo exigido em iniciativas desse gênero. Em conseqüência, decidiu a Comissão Nacional de Energia Nuclear a instalação da usina para beneficiamento do minério, e levá-lo à forma de uranato de sódio, ponto de partida para obtenção do urânio metálico nuclear, a processar-se em uma segunda usina. Esta já tem, para alimentá-la, quantidade substancial de uranato obtido e estocado no País, e eventualmente tratará a reserva ponderável de óxido de tório até hoje conseguida.

A Comissão estuda, no momento, as operações de financiamento à concretização do empreendimento.

· INSTALAÇÃO DE REATORES ATÔMICOS

Salvo imprevisto, deverá estar em pleno funcionamento, no mês de junho próximo, o primeiro reator atômico instalado na América Latina, que se erguerá nos terrenos da Cidade Universitária de São Paulo, onde será operado pelos técnicos do Instituto de Energia Atômica.

O empreendimento se realiza mediante trabalho de cooperação entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a Universidade de São Paulo, encontrando-se avançadas as construções necessárias. Será um reator de pesquisas do tipo «piscina», cujo combustível é urânio enriquecido, dissipando uma potência de cinco «megawatts» em funcionamento contínuo. Graças a este reator, não só se desenvolverão as pesquisas nucleares e a produção de radioisótopos, como também ficarão ampliadas, de imediato, as possibilidades de formação de técnicos especializados nos diversos setores dos assuntos nucleares.

Estuda a Comissão Nacional de Energia Nuclear acôrdo, para fornecimento ao Brasil, de combustível nuclear indispensável à implantação de reatores industriais, que funcionarão como geradores de energia, suplementando, assim, o parque energético do País. As negociações se processam em rápido andamento, deixando antever a possibilidade de resultados auspiciosos.

CAPITULO III

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Aspectos Gerais

Não é descabido insistir em que as conhecidas deficiências nacionais de transportes e comunicações têm não só constituído um dos fatores do retardamento da nossa economia, mas também se apresentam como um dos maiores obstáculos a vencer

para possibilitar o seu desenvolvimento em ritmo adequado. Nos meios de transporte até hoje postos em operação, o País tem aplicado, porém, parcela considerável dos seus recursos e não é justo menosprezar agora o esforço despendido no passado para criá-los, ou mesmo esvurmar erros acaso cometidos então, de que resultou a expansão preferencial de alguns setores d'êles em prejuízo de outros. Ao atual Governo o que importa é enfrentar realisticamente os problemas existentes, para resolvê-los neste quinquênio, se possível, ou para encaminhar a sua solução posterior, se a magnitude e a complexidade da tarefa exigirem prazo mais dilatado de atuação.

Na realidade, em meio às deficiências gerais de transportes e comunicações que entram o desenvolvimento econômico nacional, notáveis conquistas foram conseguidas pelo País nos setores rodoviário e da aeronavegação, ao passo que as ferrovias e a navegação marítima e fluvial, bem como as comunicações postais, telegráficas e telefônicas, apresentam gravíssimos sintomas de deterioração. A vinculação sistemática de recursos fiscais aos programas de construção de rodovias e aeroportos, a par do interesse da iniciativa privada por utilizar de forma intensa tais elementos que o Poder Público lhe proporciona, vem ensejando a acelerada expansão dos modernos meios de transporte em veículos automotores e aeronaves, que estão pondo em contacto as regiões mais afastadas do território nacional. Esse surto tenderá por certo a acelerar-se como um imperativo do nosso desenvolvimento que, já agora, permite o advento da indústria de veículos automotores no País e reclama maior esforço no sentido de melhorar-se a rede rodoviária, com a modernização das suas características técnicas, principalmente quanto ao revestimento. A utilização dessa rede, como da de aeroportos, está a cargo, porém, da iniciativa privada, preponderante senão exclusivamente, já que a União não explora comercialmente os transportes rodoviário e aéreo.

Dada a própria natureza do transporte a cargo das ferrovias e da navegação marítima e fluvial, a iniciativa privada tem-se progressivamente desinteressado da sua exploração no nosso País. Constituem exceção, hoje, as estradas de ferro e os portos bra-

sileiros não pertencentes ao Poder Público, que possui, além disso, toda a frota mercante nacional de longo curso, cerca de metade da tonelagem marítima em tráfego na cabotagem e a quase totalidade das embarcações que realizam o transporte fluvial regular de mercadorias e passageiros. A posição assumida pelo Poder Público, nesses setores de transporte, não resultou, entretanto, cumprir ressaltar, de atitude intervencionista deliberada, mas de contingências econômicas e políticas que o compeliram a arcar com encargos crescentes, ao passo que a iniciativa privada se desinteressava por criar ou manter tais serviços essenciais ao País.

O problema da gestão adequada do valioso patrimônio representado pelas estradas de ferro, portos, frotas de navegação marítima e fluvial e estaleiros navais mercantes, de propriedade da União, reveste-se, assim, da maior importância, em face da sua função na atividade econômica nacional e da posição do Poder Público perante o empresário privado que cumpre encorajar para que não se retire desses setores dos transportes e indústrias conexas. Há que modernizar as ferrovias e os portos e renovar e expandir a frota mercante do País, reorganizando-se adequadamente a administração das entidades oficiais que respondem pela operação de grande parte desses meios de transporte, sem se criarem maiores encargos de custeio para o Tesouro e sem provocar mais retraimento da iniciativa privada nesse ramo dos serviços de interesse público.

A expansão racional dos meios de transporte do País, explorados pelo Poder Público como pela iniciativa privada, assume, aliás, maior importância em face dos programas de aumento da produção lançados pelo Governo, para execução direta pelos órgãos oficiais e pelas empresas privadas que operam ou deverão operar no Brasil próximamente. Ora, para que esse objetivo possa ser alcançado é indispensável conseguir que a capacidade de carreamento de mercadorias aumente no conjunto dos meios de transporte nacionais, visto como, ao se iniciar o atual quinquênio governamental, os sistemas em operação eram sem

qualquer dúvida insuficientes para atender às solicitações. É, assim, dupla a tarefa a realizar, pois, além da superação do atraso existente, há que enfrentar as necessidades adicionais de transporte, equipando-se o País para satisfazer as solicitações da atividade econômica, quer materialmente, quer pela operação racional dos meios de transporte reaparelhados e expandidos.

Deve-se considerar, ainda, para bem caracterizar a magnitude do problema com que se defronta a Nação, que se processa no momento uma mudança de estrutura na economia brasileira, que tende aceleradamente para a industrialização. Até recentemente, salvo algumas iniciativas isoladas, a indústria nacional se cingia aos ramos de manufaturas de produtos finais e se baseava, em grande parte, em matérias-primas importadas: ao passo que a nova fase se caracterizará cada vez mais pela produção interna de matérias-primas e equipamentos.

Essa tendência determinará fundamental modificação no âmbito geográfico das atividades industriais do País, que se interiorizarão em busca dos recursos minerais e vegetais necessários à produção das matérias-primas elaboradas, destinadas à transformação industrial, resultando disso, necessariamente, maior pressão sobre os vários sistemas de transporte em operação. Cada unidade que fôr acrescida à produção nacional, dagora em diante, implicará em volume de transporte maior do que o verificado anteriormente nos setores atingidos por essa mudança.

Eis, em linhas gerais, a configuração do problema nacional dos transportes e a perspectiva de seu agravamento progressivo, até o emperramento completo da atividade econômica do País, se não fôr atacado de frente, de forma corajosa e com o indispensável conhecimento da sua complexidade e agudeza, variável de setor para setor e de região para região. Não reivindico, em absoluto, para o meu Governo, a tomada de consciência do grave problema nacional dos transportes, pois, em verdade, vem de longe a preocupação dos homens públicos brasileiros com tal problema e desde a evidenciação das deficiências nacionais, nesse setor, durante a última guerra mundial, vem sendo êle equacionado de forma cada vez mais realística. É bem conhecida a ênfase que o Programa do Reaparelhamento Econômico, cla-

borado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, deu ao problema nacional dos transportes, ao qual dedicou 27 dos 42 projetos por ela aprovados, prevendo investimentos em moeda nacional no valor de Cr\$ 7,6 bilhões, de poder aquisitivo de 1952, e, em moeda estrangeira no equivalente a US\$ 218 milhões.

Esse programa, entretanto, não foi executado senão parcialmente, por vários motivos, entre os quais sobressaem a não obtenção da quase totalidade dos financiamentos previstos, em moeda estrangeira, e a insuficiência dos recursos mobilizados em moeda nacional, diante do extraordinário aumento dos custos das obras e aquisições que o recrudescimento da inflação motivou, acarretando, inclusive, a modificação do sistema cambial do País. Além disso, a partir da época em que foram elaborados os estudos da referida Comissão, e não obstante o início da execução de alguns dos seus projetos, o problema nacional dos transportes avultou-se, visto como as necessidades se ampliaram consideravelmente por motivo da expansão da atividade econômica do País, nos últimos cinco anos.

No meu programa de realizações, consubstanciado nas «Metas de Governo» e cujas linhas gerais foram expostas na Mensagem que, há exatamente um ano, dirigi ao Congresso Nacional, o problema dos transportes foi considerado conforme a sua importância para o desenvolvimento econômico do País, encarando-se a urgência de se superarem as deficiências atuais e a necessidade de se programar a expansão racional dos serviços. É com satisfação que informo ao Congresso Nacional haver o Governo conseguido, a par do prosseguimento e da intensificação das obras em curso, assegurar parte substancial dos recursos financeiros externos necessários à execução do seu programa referente aos transportes. Efetivamente, em resultado de entendimentos que iniciei por ocasião de minha viagem ao exterior como Presidente eleito, o Governo dos Estados Unidos da América e a administração do «Export-Import Bank» já concederam ou se comprometeram a conceder financiamentos para o programa governamental que, no concernente ao setor dos transportes, montam a cerca de US\$ 220 milhões. No que toca aos recursos em moeda nacional,

parte substancial dos destinados a rodovias e estradas de ferro já está também assegurada pela lei que reajustou o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, para aplicação direta, e pela lei que prorrogou as operações do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para as aplicações através do crédito bancário.

Encontram-se, porém, pendentes de pronunciamento do Congresso Nacional projetos de leis destinados a prorrogar a concessão de auxílio às estradas de ferro de baixo tráfego, para seu reaparelhamento, e a cobrança das taxas de renovação do material ferroviário, prorrogação indispensável à recuperação das ferrovias do País; e, mais, os pertinentes à instituição do Fundo da Marinha Mercante e do Fundo Portuário Nacional, ambos imprescindíveis ao reaparelhamento e à expansão dos transportes nacionais por água. Trata-se, portanto, de projetos de importância fundamental para a execução do programa governamental de transportes e para os quais solicito a atenção dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Com a recente sanção da lei pertinente à constituição da Rede Ferroviária Federal S. A., oriunda de projeto apresentado pelo Executivo em abril de 1952, inicia-se a reorganização administrativa dos serviços federais de transportes, no sentido de serem operados nos moldes da empresa industrial privada. Ao Governo parece da maior conveniência para a economia nacional que os serviços de portos e navegação mercante, inclusive dragagem e construção e reparos navais, sejam também reorganizados para que preencham adequadamente a sua função; e nesse sentido se dirigirá próximamente ao Congresso Nacional.

A situação atual, o que já foi realizado e o que é objeto da programação do atual Governo, em cada setor dos transportes, constituem objeto de análise específica, a seguir. Antes, porém, de iniciar essa análise, cumpre mencionar medida de ordem geral adotada nos primeiros meses de Governo e da maior importância para a recuperação dos nossos meios de transporte e comunicações. Refiro-me ao reajustamento das tarifas dos serviços industriais do Estado, para situá-las em níveis condizentes com os preços dos serviços privados. A política de manutenção de

baixas tarifas oficiais, nas estradas de ferro da União, nas empresas federais de navegação marítima e fluvial, nos portos e nos correios e telégrafos, enquanto se majoravam os salários e subiam os preços de todas as utilidades e, conseqüentemente, os custos dos serviços oficiais, conduziu a um progressivo desequilíbrio financeiro das entidades industriais do Estado, o qual já assume proporções tais que ameaça a continuação normal da operação dos serviços. A fim de atenuar tal situação, o Governo promoveu um reajustamento generalizado das tarifas ferroviárias, marítimas, portuárias, postais e telegráficas.

Como previsto, essa medida foi muito combatida, por incompreensão da sua necessidade ou por errônea antevisão dos seus efeitos econômicos e sociais, mas em verdade era reclamada pelo interesse público e o Governo não podia vacilar em adotá-la. Conquanto muito reste a realizar para reduzir os encargos diretos do Tesouro na manutenção dos serviços industriais do Estado, o reajustamento progressivo das tarifas cobradas por esses serviços constitui um primeiro passo para levar os usuários deles a pagar o justo preço por aquilo de que se beneficiam. Injustiça é compelir toda a Nação a arcar, através de impostos, com o ônus do custeio de serviços aos quais apenas uma parte recorre. Entretanto, como os *deficits* operacionais não resultam apenas de insuficiência das tarifas, cumpre racionalizar os serviços industriais do Estado, para reduzir os seus custos efetivos e aliviar ainda mais os encargos do Tesouro. Nessa tarefa também está o Governo empenhado continuamente.

Transportes Ferroviários

E' no setor ferroviário que mais se faz sentir a precariedade dos nossos transportes. O estado a que chegou o sistema ferroviário do País ameaçava-o de colapso, à falta de um instrumento de ação adequado à execução dos programas governamentais. As ferrovias federais, por exemplo, sujeitas a vultosos *deficits* anuais, vêm tendo a sua posição financeira agravada dia a dia. No período 1946-55 as onze estradas subordinadas

ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro acumularam *deficits* no montante de Cr\$ 4,4 bilhões e as 22 estradas federais encerraram o último exercício ainda com um resultado negativo de custeio superior a Cr\$ 10 bilhões, circunstância que, por si só, mostra a persistência e o agravamento da crise.

Em sua maior parte não arrecadam essas ferrovias um tãrço sequer das despesas que realizam com o pessoal, e sômente podem atender a seus gastos de custeio mediante pesadíssimas contribuições da União, que oneram o Orçamento através de subvenções e auxílios. Tudo isso representa encargo lançado sôbre o Tesouro, agravando o *deficit* orçamentário e forçando emissões de papel-moeda que concorrem para acelerar a inflação.

E' imperioso determos o agravamento de tal situação, do mesmo passo que se torna inadiável a adoção de medidas destinadas a corrigi-la, ou, pelo menos, atenuá-la no mais curto prazo.

Sômente com o aumento de tráfego da rãde existente, o deslocamento da frente pioneira de ocupação territorial e com a intensificação da atividade econômica em áreas pouco desenvolvidas, é provável a ocorrência de novo surto de grandes construções ferroviárias.

Todavia, e para evitar a estagnação do nosso sistema de ferrovias, que não pode ser detido em sua evolução, nem pode ter postergadas as medidas exigidas para o seu melhoramento, outras providências foram adotadas pelo Govãrno. Uma delas diz respeito ao estabelecimento de programas de construções que visem, exclusivamente, às linhas com probabilidade de serem exploradas com resultados financeiros positivos, linhas essas divididas em prioritárias e secundárias. Estas últimas dependem, para sua construção, de situação econômica que justifique as respectivas obras; as primeiras, por indispensáveis para atender às exigências da economia brasileira, não terão os seus trabalhos de construção, ou de melhoramento de traçados, adiados em nenhuma hipótese.

Outra providência assentada foi a de empreender radical transformação dos métodos de administração das ferrovias nacionais, a par do seu reaparelhamento, mediante a execução de

melhoramentos materiais de vulto, quer no que diz respeito à via permanente, quer no concernente à tração e ao equipamento das oficinas.

Com o objetivo de tornar as nossas ferrovias independentes de fornecimento de equipamentos do Exterior, aliviando, ao mesmo tempo, a carga dessas importações sobre o balanço de pagamentos, está o Governo empenhado na implantação da indústria de locomotivas no País. Conforme descrição do programa respectivo, constante de outra parte desta Mensagem, a fabricação de locomotivas virá completar o nosso já sólido parque manufatureiro de material ferroviário.

O programa do Governo, visando à recuperação do sistema ferroviário, compreende, portanto, três pontos básicos: racionalização administrativa, reaparelhamento e, finalmente, novas construções. A sua realização exige a aplicação de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 28 bilhões, em moeda nacional e estrangeira.

RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A experiência já demonstrou sobejamente, e os nossos técnicos são unânimes em admitir, que os métodos vigentes de administração das estradas de ferro federais precisam ser modificados se se quiser, como é imprescindível, dar maior eficiência aos seus serviços. Sem essa providência básica, o próprio reaparelhamento das ferrovias deixará de produzir os frutos que dêle se esperam. Na verdade, o atual regime administrativo é o maior óbice que se antepõe ao reaparelhamento e à recuperação das estradas de ferro, podendo até mesmo ser responsabilizado, em grande parte, pelo atraso ou pela inexecução de alguns dos projetos elaborados com aquela finalidade.

O Governo entende que só a organização das ferrovias de administração direta ou indireta da União sob a forma de empresas públicas, e a constituição, para coordená-las, da Rede Ferroviária Federal S. A., tornarão possível acelerar a execução do programa governamental nesse setor. A implantação da empresa, po-

rêm, nos termos da lei recém-sancionada, exigirá vários meses de esforço da Administração, que, espero, se desincumbirá dessa tarefa com a maior brevidade possível.

Está o Governo convencido de que, com a execução da nova lei, adquirirá maior organicidade o esforço que vem sendo realizado para o soerguimento das ferrovias brasileiras, permitindo melhor entrosamento entre elas e possibilitando o intercâmbio de material entre as estradas de ferro e a execução centralizada de certos serviços gerais. Por outro lado, e aí parece estar o ponto mais importante, o maior mérito da modificação — a organização das ferrovias sob a forma de sociedades por ações sujeitas a controles econômicos, financeiros e fiscais mais definidos — criará uma nova mentalidade entre os administradores, pois se tornará possível a mensuração de sua capacidade e eficiência. Na gestão da coisa pública, por exemplo, o *deficit* constitui um fenômeno perfeitamente normal, e por si só não é bastante para inquirir de ineficiente a direção da autarquia ou repartição. Já o mesmo não ocorre em relação aos «prejuízos», que nas empresas industriais constituem um sinal inequívoco de que a organização clama por reformas estruturais profundas, por novos métodos administrativos, em suma, por uma direção mais capaz e mais dinâmica.

Os serviços ferroviários do Estado, organizados em moldes industriais, criarão, ainda, para a administração, o interesse fundamental de conservar os custos no mais baixo nível possível, de elevar a receita e de melhorar incessantemente a rentabilidade e a eficiência técnica e direcional da empresa.

A nova organização preconizada pelo Governo era, assim, indispensável e urgente, pois assegurará, de um lado, maior estabilidade e continuidade de direção às ferrovias, e, de outro, aproximará os seus métodos de trabalho dos seguidos pelas empresas da iniciativa privada, libertando-as dos laços burocráticos e da hierarquia administrativa que se têm mostrado insuficientes para submetê-las à observância de uma política econômica realmente proveitosa.

REAPARELHAMENTO FERROVIÁRIO

No programa ferroviário do Governo foi dada ênfase especial ao reaparelhamento das nossas estradas de ferro, inadiável em face da própria precariedade dos atuais sistemas, cuja recuperação absorverá a quase totalidade dos recursos mobilizáveis. A firme decisão do Governo de envidar todos os esforços na execução do programa de reaparelhamento já começou a produzir os seus frutos. De fato, já se acha assegurada a mobilização da maior parte dos recursos indispensáveis à tarefa de tal vulto, que se vinha constituindo num óbice quase intransponível, causa principal do fracasso parcial ou total de programas elaborados anteriormente.

O problema dos recursos em moeda estrangeira, o mais difícil se considerarmos a insuficiência de nossas disponibilidades de divisas, está felizmente superado. O «Export-Import Bank», de Washington, comprometeu-se a abrir um crédito de US\$ 100 milhões ao nosso País, para financiar a aquisição, nos Estados Unidos da América, de material ferroviário destinado ao reaparelhamento das nossas estradas de ferro. O programa de crédito prevê a importação, nos próximos anos, de 231 locomotivas diesel-elétricas, vagões para transporte de passageiros em linhas suburbanas, trilhos e acessórios, equipamentos de turmas, de oficinas, etc., e de outros materiais não fabricados no País.

Além do crédito mencionado, a aplicar-se em benefício de várias ferrovias, inclusive de estradas não pertencentes à União, a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí obteve, daquele mesmo Banco, empréstimo no valor de US\$ 25 milhões, para importação de 45 locomotivas diesel-elétricas, das quais 29 já entregues, 90 carros elétricos, de aço, para subúrbios, trilhos pesados e outros equipamentos.

O Banco Nacional do Desenvolvimento Económico, por sua vez, firmou contrato com empresa polonesa, mediante o qual ficou assegurada a importação de 72 434 toneladas de trilhos e acessórios, no valor de US\$ Pol 10,4 milhões, para complementar a produção da Cia. Siderúrgica Nacional e os fornecimentos norte-americanos. Garantiu-se, assim, a aquisição, no Exterior, de materiais e equipamento no valor de US\$ 133,6 milhões e de US\$

Pol 10,2 milhões, destinados ao programa de reaparelhamento ferroviário.

Quanto aos recursos em moeda nacional, cujas necessidades, nos próximos anos, estão estimadas em mais de Cr\$ 7 bilhões, é grato verificar que já estão em grande parte assegurados, com o apoio decisivo do Poder Legislativo, que, compreendendo o seu alto alcance para o progresso do País, aprovou duas leis da maior importância: a que prorroga o prazo de vigência da lei instituidora do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e a que dá nova forma de incidência ao imposto único sobre combustíveis e lubrificantes líquidos e gasosos. Resta, contudo, como já foi anteriormente assinalado, ultimar a elaboração de lei destinada a conceder auxílio para o reequipamento das estradas de baixo tráfego e a prorrogar a cobrança das taxas de renovação do material, adicionais sobre as tarifas.

Ainda no tocante ao reaparelhamento ferroviário, o programa do Governo, nos próximos anos, prevê o assentamento de 410 mil toneladas de trilhos e acessórios, 5 milhões de dormentes, 11 milhões de m³ de pedra britada para lastro, reforço de pontes, trabalhos de sinalização, e a aquisição, além das locomotivas a que já me referi anteriormente, de cerca de 5540 vagões de carga e carros de passageiros; equipamento de oficinas e para as turmas de conservação de linhas, etc.

Assim, a par de haver delineado, com segurança e senso da realidade nacional, as linhas mestras da política ferroviária a ser seguida no seu período de mandato, o Governo vem desenvolvendo, quanto ao reaparelhamento das estradas de ferro, e de acordo com o programa adrede elaborado, um esforço persistente, sistemático e objetivo, no sentido de imprimir aos serviços de transporte ferroviário a expansão e a eficiência que o desenvolvimento econômico do País exige.

CONSTRUÇÕES FERROVIARIAS

No programa ferroviário, como já tive oportunidade de dizer, a ênfase está no reaparelhamento e na racionalização administrativa e não na construção de novas linhas. Isto porque de nada adiantaria e seria, mesmo, contraproducente desviar gran-

des somas de recursos para novas construções ferroviárias, enquanto a rede existente, desaparelhada, desconexa e travada pelas burocráticas, se mostra cada vez mais incapaz de atender, em bases econômicas, ao volume crescente de tráfego que as necessidades do País dela estão a exigir. Nessa situação, os recursos aplicados na recuperação têm efeito benéfico muito maior do que se fossem destinados a novas construções. Certo é que a extensão da rede ferroviária ainda é insuficiente para satisfazer os reclamos da economia nacional. Não há negar que ela é diminuta, quer em relação à área territorial do País, quer à sua população ou às demandas de transportes das nossas diversas regiões.

Mas, por um imperativo no momento indeclinável, e que resulta não apenas da falta de recursos na escala exigida, mas também da necessidade de evitar que a nossa rede ferroviária continue a expandir-se desordenadamente, há que sustar-se, tanto quanto possível, a sua expansão. Há, porém, novas construções, algumas das quais já iniciadas, que não comportam adiamento, sob pena de graves prejuízos para o País. O programa do Governo limita essas construções: 1.º) ao prosseguimento de alguns ramais cujas obras se vinham eternizando, em razão, principalmente, da insuficiência de verbas; 2.º) à implantação de linhas de alto interesse econômico; 3.º) à execução de certas ligações mais urgentes entre algumas redes isoladas, para melhoria dos sistemas existentes e maior eficiência dos serviços ferroviários nacionais.

Acelerar a conclusão das obras iniciadas é uma necessidade inadiável, pois sem a sua incorporação à economia do País as vultosas somas que nelas são aplicadas anualmente representam, de fato, pouco mais do que simples desperdício. Este é mais um problema que a implantação da Rede Ferroviária Federal S. A. contribuirá decisivamente para resolver, pois haverá então uma entidade capacitada para levar a cabo as obras empreendidas, sem quebrar a continuidade de ação, desde que programadas em vulto compatível com os recursos globais mobilizáveis.

Ao todo, pretendo entregar ao tráfego, durante o meu período de Governo, cerca de 1 500 quilômetros de ferrovias de im-

portância fundamental para a economia do País, quase tôdas integrantes do Plano Ferroviário Nacional, e cujas obras exigirão, até 1960, investimentos da ordem de 12 bilhões de cruzeiros. Entre essas obras acham-se as seguintes linhas prioritárias: 1. Tronco Principal Sul, que objetiva a ligação ferroviária do Rio de Janeiro a Pôrto Alegre e a Pelotas; 2. General Luz-Passo Fundo; 3. Apucarana-Guaíra-Pôrto Mendes; 4. Itajai-Blumenau; 5. Belo Horizonte-Itabira; 6. Campina Grande-Patos; 7. Ramal de Olinda; 8. Ponte de Juazeiro. Também estão sendo consideradas, e deverão ser atacadas sem perda de tempo, as ligações ferroviárias com a nova Capital da República, no Planalto Central.

As novas construções programadas pelo meu Govêrno serão contrabalançadas, possivelmente, pela supressão de ramais ferroviários sem função econômica e altamente deficitários, conforme o faculta a Lei n.º 2 698, de 27 de dezembro de 1955. Esses ramais, já selecionados após cuidadosos estudos, totalizam cêrca de 1 600 quilômetros, e poderão ser substituídos, com grande vantagem, por estradas de rodagem pavimentadas.

REALIZAÇÕES FERROVIARIAS EM 1956

O ano de 1956, primeiro do meu Govêrno, foi, como aliás estava previsto, mais de ordenação, de detalhamento de planos, de elaboração de programas e projetos específicos, e de busca e mobilização de recursos, do que, prôpriamente, de realizações. Era natural que assim fôsse, pois as metas exigiam, naturalmente, um trabalho preparatório de larga envergadura, felizmente ultimado, em grande parte, no ano que acaba de findar. Considero, por exemplo, altamente auspicioso o fato de ter sido possível assegurar os principais recursos em moeda nacional e estrangeira, necessários à execução do programa ferroviário. O reajustamento das tarifas ferroviárias, visando a atualizá-las e a fortalecer a posição financeira das estradas de ferro da União e por ela administradas, foi outra realização de 1956, conforme anteriormente exposto: sem ela a situação administrativa das estradas seria de maior gravidade, ainda, ao assumir a Rede Ferroviária Federal S. A. a responsabilidade de sua gestão.

Enquanto se preparavam os projetos e programas de trabalho, deu-se prosseguimento às obras em curso, atacando-se, ainda, numerosas outras. É com satisfação que registro haverem sido concluídos, em todo o País, no ano passado, 616 quilômetros de ferrovias, dos quais 422 pelo Governo ou com recursos federais e 194 pela iniciativa privada. Estes últimos constituem o que bem se pode chamar a «estrada do manganês», entre a Serra do Navio e Pôrto Santana, no Território do Amapá.

As demais construções correspondem às seguintes linhas ferroviárias: na Rêde Ferroviária do Nordeste, os trechos de 100 km entre Campina Grande e Juazeirinho, e o de 20 km entre Patos e Ponte dos Oitis, na ligação Campina Grande a Patos, no Estado da Paraíba, cuja finalidade é a de facultar a conexão, por via férrea, das capitais do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas; o trecho São Luis — Cerro Largo, no Estado do Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com a Argentina, numa extensão de 48 km; o trecho Flores — Serra Talhada, com 46 km, no prolongamento da Estrada de Ferro Central de Pernambuco, rumo a Salgueiro, no Oeste pernambucano; o trecho Coroatá — Peritoró, com 43 km, na Estrada de Ferro São Luis a Teresina; o trecho Periperi — Campo Maior, com 40 km, na Estrada de Ferro Central do Piauí; o trecho de 32 km entre Olaria e Monte Alegre, no ramal de Joaquim Murinho a Campo do Mourão, da Rêde de Viação Paraná — Santa Catarina, integrante da linha de penetração destinada a atingir as ricas regiões do Oeste paranaense; o trecho de Cruz das Almas a Conceição do Almeida, com 28 km, na ligação Cruz das Almas — Santo Antônio de Jesus, destinada a estabelecer contacto entre os trilhos de duas rêdes baianas, a Estrada de Ferro de Nazaré e a Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; a variante Engenheiro Bley — Rio Negro, com 26 km, parte integrante do grande Tronco Principal Sul, variante que, com a extensão total de 55,5 km, substituirá os 70,9 km da diretriz anterior, na Rêde de Viação Paraná — Santa Catarina; o trecho General Luz — Montenegro, com 26 km, na Viação Férrea do Rio Grande do Sul; e o trecho Trombudo — Trombudo Central, com 13 km, na Estrada de Ferro Santa Catarina.

Foi também concluída, em 1956, a eletrificação de um trecho de 60 km de linha na Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no Estado da Bahia, e entregue ao tráfego, oficialmente, o trecho eletrificado de cerca de 21 km, entre Piraquara e Véu da Noiva, na ligação Paranaguá — Curitiba — Engenheiro Bley, na Rede de Viação Paraná — Santa Catarina.

O programa de reaparelhamento da Central do Brasil e da Estrada de Ferro Leopoldina, duas ferrovias da mais alta importância para o País, continuou a merecer toda a atenção do Governo.

Na primeira, prosseguiram os trabalhos de ampliação dos pátios e ramais para transporte de minério e os de substituição de trilhos, que ficaram completados numa extensão superior a 130 km de linha, em vários pontos da via permanente. Procedeu-se ao prolongamento da tração elétrica até Volta Redonda, ficando ultimada a construção de um estaleiro para solda de trilhos e das Oficinas do Hôrto Florestal, em Belo Horizonte, cujas máquinas operatrizes mais necessárias, das 48 previstas e especificadas para os serviços de manutenção e reparação das locomotivas diesel-elétricas da Central do Brasil, já se acham montadas e prontas para entrar em ação. Em 1956 foram recebidos por essa ferrovia, completamente montados, 535 vagões para transporte de minério e 100 vagões-transporte de lastro, além de 32 novos trens-unidades elétricos, com o total de 96 carros, dos 100 trens-unidades encomendados para o transporte de passageiros nas linhas suburbanas da Capital da República.

Quanto à Estrada de Ferro Leopoldina, está sendo reaparelhada e em breve estará em condições de atender com mais eficiência ao serviço de transporte na vasta e importante região geo-econômica que os seus trilhos atravessam. Para esse fim, foi-lhe concedido, no exercício passado, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, um empréstimo de Cr\$ 760 milhões, dos quais 90 milhões serão aplicados em oficinas e 450 milhões na via permanente. Já foram adquiridas seis locomotivas diesel-elétricas, iniciando-se também, em 1956, a construção de oficinas para sua manutenção. Além disso, substituíram-se 600 mil dormentes, sendo providenciados o lastreamento de linhas e a aquisição de equipamento mecânico para a movimentação de cargas nas estações. O interesse do Go-

vêrno pelo reaparelhamento da Leopoldina não sofrerá solução de continuidade, tendo sido consignadas a essa estrada, no Orçamento de 1957, verbas no montante de Cr\$ 100 milhões para aquisição de locomotivas e de Cr\$ 38 milhões para melhoramentos na via permanente.

Transportes Rodoviários

Ao contrário do que aconteceu no setor ferroviário, o transporte por estrada de rodagem vem sendo, já há alguns anos, objeto de uma política governamental firme e clarividente. A criação do Fundo Rodoviário Nacional proporcionou os recursos, e o Plano Rodoviário Nacional estabeleceu as diretrizes para a construção de rodovias em escala e com as características que bem atendam às mais prementes necessidades do País. Temos mais de dez anos de atividade intensa na construção de rodovias, pois que a política rodoviária, ainda em vigor, foi inaugurada com o Decreto-lei n.º 8 463, de 27 de dezembro de 1945. Dispomos, por isso mesmo, de equipes de técnicos e de firmas empreiteiras com grande tirocínio na execução desse tipo de obras. Por outro lado, durante muitos anos, houve relativa facilidade para a importação de veículos motorizados, de modo que a frota de caminhões, ônibus e automóveis se expandiu consideravelmente, alcançando, em 31-12-56, cerca de 750 000 veículos, ou mais do triplo dos existentes no País ao findar a última Grande Guerra.

Não obstante, tanto a rede rodoviária como a frota de veículos estão longe ainda de atender às necessidades do País, em franco e dinâmico crescimento. Era imprescindível, portanto, criar novas condições para o prosseguimento da expansão de uma e outra. O Fundo Rodoviário Nacional, constituído pelo impôsto único sôbre combustíveis líquidos e lubrificantes, vinha-se tornando insuficiente para atender às necessidades do País no setor da construção e até mesmo no da conservação de rodovias. É que, sendo o tributo específico, sua arrecadação não acompanhou o aumento geral dos preços que passou a verificar-se, de modo contínuo e acelerado, desde que foi revisto em 1952. Assim, cada ano diminuía o vulto das obras que os recursos do Fundo permitiam executar. Tornou-se

ao Governo imperioso tomar uma providência corretiva da situação, antes que o problema do transporte rodoviário se agravasse, tal como havia acontecido com o ferroviário.

Tendo em vista esse fato, e objetivando, também, a mobilização de recursos, na escala exigida, para financiar a execução do seu programa de realizações nos setores do petróleo e das ferrovias, propôs o Governo, após minuciosos estudos, o reajustamento do referido impôsto, tendo o Congresso Nacional, em boa hora, aprovado o projeto a êle remetido pelo Executivo. Temos, agora, como um valioso instrumento de trabalho, a Lei n.º 2 975, de 27 de novembro de 1956, que permitirá a captação de recursos para a conservação regular das estradas existentes e a execução do programa rodoviário do Governo. Este programa compreende a construção e o melhoramento de mais de dez mil quilômetros de rodovias, e a pavimentação de outras, de grande intensidade de tráfego, cobrindo uma extensão de cêrca de cinco mil quilômetros.

A renovação e a expansão da frota de veículos constituíram, também, constante preocupação do Governo. Devido às crescentes dificuldades de ordem cambial, as importações feitas nos últimos quatro anos não foram suficientes para permitir a substituição dos veículos desgastados pelo uso, mas que continuam a trafegar em condições antieconômicas de operação. As perspectivas do nosso balanço de pagamentos indicam a impossibilidade absoluta de reservar-se anualmente o montante de divisas necessário para atender à importação do número de veículos rodoviários de que o País carece para empreender a renovação e a expansão de sua frota, ora em grande parte obsoleta. A solução para o impasse está na fabricação de veículos no País, e graças à firme e decidida política adotada, começa a ser implantada, com vigoroso impulso, a indústria automobilística nacional, estando assegurada, conforme se dá notícia em outra parte desta Mensagem, a execução e mesmo a superação das metas fixadas para o setor. O Governo prosseguirá dando firme execução à política automobilística, que considera uma das suas mais importantes realizações pela excepcional significação que tem para o desenvolvimento do País.

No tocante às obras de construção e reconstrução, incluíram-se no programa a ser executado pelo meu Governo as grandes estradas federais destinadas a cruzar em todos os sentidos o território nacio-

nal. Construindo-se as rodovias de maior significação econômica e social, atender-se-á de imediato às exigências do nosso progresso e às imposições da defesa nacional, do mesmo passo que se lançarão, nos seus lineamentos definitivos, as grandes vias de ligação e de penetração que o País reclama. O Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias constitui um programa objetivo e prudentemente elaborado pelo Governo e nêle estão contempladas as estradas de maior significação a serem construídas ou melhoradas até 1960, dentro das diretrizes, a que já me referi, da política estabelecida para este setor.

Estão sendo atacadas as obras rodoviárias que objetivam a ligação com o novo Distrito Federal. No Orçamento de 1957 foram consignadas verbas para a execução das ligações entre Brasília e Belo Horizonte e da BR-14, ou a «Transbrasiliana», com a nova Capital. Os estudos preliminares realizados indicaram os seguintes traçados para as rodovias de acesso a Brasília e por isso sugerida a sua inclusão no Plano Rodoviário Nacional, ora em discussão no Senado Federal:

a) BR-39 — Ilhéus — Itabuna (entroncamento com a BR-5) — Pedra Azul — Montes Claros — Formosa — Planaltina — Brasília. Esta rodovia permitirá o acesso a Brasília de todo o Norte, Nordeste e Leste do Brasil, através do sistema rodoviário nacional;

b) BR-40 — Brasília — Luziânia — Cristalina — Paracatu — Patos de Minas — Araxá — Poços de Caldas — Bragança Paulista, ligação que possibilitará o acesso direto de São Paulo a Brasília, atravessará a BR-35 (Vitória — Belo Horizonte — Uberaba — Cuiabá) e permitirá a ligação com o Sul do País, pela BR-2 (Rio de Janeiro — Jaguarão);

c) BR-60 — Barreiras — Planaltina — Brasilândia — entroncamento da BR-14 (km 74 de Anápolis) que permitirá o acesso ao Norte e ao Sul do País, através da "Transbrasiliana", e bem assim ao Oeste, pela BR-54 (Goiânia — Rio Verde) e BR-31 (Vitória — Belo Horizonte — Uberaba — Cuiabá), e ao Nordeste, pelo BR-4 (Rio — Bahia) e pela BR-28 (Salvador — Ilha do Bananal);

d) BR-67 — Paracatu — João Pinheiro — Moravânia — São Gonçalo de Abaeté — entroncamento com a BR-31 (Belo

Horizonte), ligação que estabelecerá comunicação direta com Belo Horizonte e Rio de Janeiro, pela BR-3, permitindo ainda a conexão com Niterói e Vitória, pela BR-5 (Rio — Bahía litorânea) e pela BR-73 (Niterói — Marillac).

O programa de pavimentação, por igual, atende, sobretudo, a critérios de ordem econômica, pois são as estradas de grande intensidade de tráfego que necessitam, mais urgentemente, desse benefício. A pavimentação de rodovias, durante o primeiro ano do meu Governo, atingiu a 478 km. Isso corresponde a quase 25% do total existente em 1953, quando aos nossos 1 956 km de estradas pavimentadas — quilometragem que nos colocava, nesse particular, abaixo de oito países sul e centro-americanos — contrapunham-se os 25 954 km do México, os 11 015 km da Argentina e até os 3 860 km de Pôrto Rico e os 2 263 km da Colômbia.

Além de assegurar os meios materiais, técnicos e financeiros, passo de fato indispensável para a execução do programa rodoviário, durante o ano de 1956, apesar da insuficiência de recursos, foi possível realizar volume considerável de obras. Assim é que, além da pavimentação daqueles 478 km, que incluem os 235 km da BR-3, no trecho Juiz de Fora — Belo Horizonte, obra realizada em tempo récorde, foram construídos e melhorados 1 362 km de estradas federais, diretamente pelo D.N.E.R. ou mediante convênios com delegação de recursos a outros órgãos.

Com os novos recursos financeiros que estão sendo mobilizados com a aplicação da Lei n.º 2 975, de 27-11-56, o Governo prosseguirá em ritmo ainda mais acelerado, na execução do seu programa rodoviário. Para isso foi elaborado, também, o programa de aquisições de máquinas e equipamentos para construção e conservação de estradas de rodagem, cujo financiamento, da parte em divisas, no valor de US\$ 65 milhões, deverá ser feito pelo «Export-Import Bank», de Washington. Dêsse total, 7 milhões serão utilizados pelo D.N.E.R., 18 milhões pelos Departamentos estaduais de estradas de rodagem, 7 milhões pelas Municipalidades e 33 milhões pelos empreiteiros de obras rodoviárias, de acôrdo com as normas e diretrizes fixadas pelo Governo. Tais máquinas e equipamentos são indispensáveis à consecução das metas estabelecidas, que prevêm, como já foi dito, a construção

e reconstrução de mais de 10 000 km de rodovias e a pavimentação de cerca de 5 000 km de estradas.

Transportes Marítimos e Fluviais

A importância do transporte marítimo para a economia nacional decorre do fato de estarem situadas ao longo da faixa litorânea as áreas de população mais densa, com os principais centros urbanos do País, através dos quais o tráfego de cabotagem pode e deve assegurar trocas regionais mais intensas. Além disso, o comércio exterior brasileiro é praticado quase exclusivamente com países de além-mar e mesmo nosso intercâmbio com as nações fronteiriças só é realizável, atualmente, na grande maioria dos casos, por via marítima. A existência de rios navegáveis que atravessam imensas regiões, onde o povoamento apenas alcança as margens dessas aquavias, torna a navegação fluvial, nessas regiões, o meio mais econômico de transporte para as suas populações.

Não obstante a sua importância para o desenvolvimento nacional, a realidade é que os transportes marítimos e fluviais brasileiros se vêm processando de forma muito deficiente, constituindo cada vez mais um obstáculo à intensificação do intercâmbio comercial das várias regiões do País. Conquanto precária, a navegação de cabotagem, a cargo em grande parte de embarcações obsoletas, processa-se hoje de maneira a reclamar apenas nas fases de maior demanda de praça a contribuição de navios estrangeiros, para que as necessidades essenciais sejam atendidas; dentro de poucos anos, porém, se o material flutuante não for renovado e acrescido, a insuficiência do tráfego costeiro tenderá a entrar gravissimamente o comércio interno, cuja expansão é uma consequência auspiciosa do nosso desenvolvimento.

Em face dessa perspectiva, o problema dos transportes marítimos figura, com caráter altamente prioritário, entre aqueles que o meu governo está enfrentando resolutamente. Os estudos técnico-econômicos realizados em torno de tal problema demonstram que três fatores respondem pela situação criada. O primeiro deles, de natureza administrativa, consiste na inadequacidade da gestão dos serviços marítimos e portuários, em grande parte es-

tatais, que não lhes oferece condições operacionais com a eficiência desejada; a reorganização administrativa de tais serviços possibilitará seguramente a obtenção de melhores resultados do material existente. O segundo é a insuficiência desse material, qualitativa e quantitativa, em face das necessidades nacionais, que não poderiam ser atendidas convenientemente sem a renovação e a ampliação da tonelagem marítima e do equipamento dos portos e a sua dragagem regular; o que significa existir no País um considerável mercado para embarcações, mercado não organizado, porém, em virtude da debilidade econômico-financeira das empresas de navegação. O terceiro fator está representado pela inexistência da indústria da construção e grandes reparos navais, que não poderá surgir no País enquanto não se organizar mercado capaz de absorver regularmente a sua produção; permanecendo a Nação na contingência de recorrer ao exterior para adquirir os navios de que carece, e para repará-los, com grande sacrifício para o seu balanço de pagamentos. Dessa forma, no caso da navegação, como no das ferrovias, a solução do problema encontra-se na reorganização administrativa e financeira e no reaparelhamento quanto possível com bens produzidos no próprio País.

PORTOS E AQUAVIAS INTERNAS

O Governo, cõscio da importância que assume para a melhoria e expansão dos transportes nacionais, em geral, e particularmente para os transportes marítimos, fluviais e lacustres, a existência de portos eficientes, vem dedicando a esse problema atenção tãda especial. De fato, os portos, articulando obrigatoriamente transportes aquaviários e terrestres, sempre que as mercadorias carreadas devam utilizar-se sucessivamente desses dois sistemas de viação, constituem fatores de influência ponderável na velocidade média de circulação das utilidades no conjunto de tais sistemas. Quando se aprecia sua participação no serviço de transportes aquaviários, avulta, então, o relêvo da função por êles exercida: com a redução da permanência dos navios nos portos, conseqüente da melhoria de rendimento das operações de carga e descarga, aumenta a utilização da frota, ampliando-se sua capacidade de transporte.

Um exemplo expressivo, a esse respeito, é revelado pelas estatísticas da navegação de cabotagem em 1956. Sem que, no total, tenha havido aumento da tonelagem da frota mercante nacional, foram transportados no tráfego costeiro mais de um milhão de toneladas do que no ano de 1955. Mesmo deduzindo-se desse acréscimo a parcela atendida mediante maior utilização de navios estrangeiros, em relação à do ano anterior, ou cerca de 300 mil toneladas, ainda restam aproximadamente 700 mil toneladas cujo transporte coube a navios nacionais. Este resultado, altamente auspicioso, deveu-se principalmente à melhoria de produtividade dos portos. Diversas medidas administrativas foram tomadas com esse objetivo, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, entre as quais deve ser citada a verificação sistemática das causas de todas as demoras excessivas ocorridas e a imediata adoção de providências destinadas a removê-las.

Mas, obviamente, um aumento substancial da produtividade dos portos brasileiros somente em parte depende de providências administrativas. Na quase totalidade dos portos nacionais em exploração há insuficiência de instalações e de equipamentos móveis, mesmo para atender ao atual movimento de mercadorias, impondo-se, além disso, a recuperação ou substituição dos bens obsoletos ou desgastados pelo uso e pela ação de agentes naturais. O ritmo intenso de expansão da economia brasileira tende, por outro lado, a exigir portos com crescente capacidade de carga e descarga, para que possam satisfazer a demanda adicional de serviço. Novas instalações terão de ser construídas e equipamentos adequados terão de ser adquiridos.

Além disso, o melhoramento das profundidades naturais dos portos e de seus canais ou barras de acesso, e a manutenção dos tirantes d'água artificialmente conquistados, requerem constantes serviços de dragagem, para que as instalações portuárias possam ser utilizadas pelos navios adequados ao serviço, de calado cada vez maior. Atualmente um esforço excepcional está sendo exigido com esse objetivo, porquanto as dragagens realizadas a partir de 1952, após cerca de 20 anos em que, praticamente, nenhum serviço desse gênero fôra executado, somente permitiram retirar uma parte do grande volume de materiais que se depositou no período em que as dragagens estiveram suspensas. Estima-se que cerca de

20 milhões de metros cúbicos de materiais deverão ser dragados até 1960, para que sejam alcançadas e mantidas, nos portos nacionais em operação, as profundidades recomendáveis.

Para solução desses problemas, o Ministério da Viação e Obras Públicas elaborou, no ano passado, um amplo programa de obras, serviços e aquisições, com base no que foi estabelecido pelo Decreto nº 30 334, de 21-12-51, e do qual apenas uma pequena parcela pôde ser executada até 1955, essencialmente por falta de recursos financeiros. Com o intuito de garantir a concretização das realizações programadas pelo referido Ministério e de eliminar, portanto, a causa do fracasso da anterior e de outras tentativas para dotar os portos nacionais dos melhoramentos de que carecem urgentemente, encaminhou o Executivo à apreciação do Congresso, ao se encerrar a sessão legislativa de 1956, projeto de lei destinado a instituir o Fundo Portuário Nacional, através do qual pretende o Governo mobilizar os recursos financeiros indispensáveis a esse setor dos transportes.

Na Exposição de Motivos com que o titular da Pasta da Viação fundamenta esse projeto, é feita ampla análise dos empreendimentos que o Governo se propõe executar até 1960, nos portos e aquavias interiores. Compreendem eles o melhoramento e a ampliação das instalações fixas da quase totalidade dos portos nacionais atualmente em exploração, a construção de novos portos, a aquisição de moderno equipamento para movimentação de carga e serviços auxiliares e a constituição de uma moderna frota de dragagem, de capacidade adequada, que permita dispensar o aluguel de dragas estrangeiras, contingência a que, atualmente, o Governo se vê obrigado a recorrer para realizar os serviços mais urgentes.

No setor das vias de navegação interior é também prevista a execução, em escala moderada, de diversos melhoramentos. A gravidade das deficiências dos portos nacionais está a exigir, entretanto, a aplicação de vultosos recursos para sua correção, o que induziu o Governo a diferir para fase posterior do desenvolvimento nacional as grandes obras de melhoria e expansão das aquavias internas, não obstante reconhecer a importância da função que lhe deve caber no esquema geral dos transportes bra-

sileiros. Essas obras requerem, além disso, demorados levantamentos e estudos que permitam programar com segurança e economia os empreendimentos prioritários peculiares a tal setor dos meios de transporte. É a essa tarefa dedicar-se-á o atual Governo, especialmente, com o fim de possibilitar a programação e execução, em época de maiores disponibilidades financeiras, das obras necessárias ao aproveitamento intensivo da nossa vasta rede fluvial.

REALIZAÇÕES EM 1956

Com os recursos de que dispôs do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, no exercício passado, foram iniciados ou tiveram prosseguimento os serviços e as obras constantes do programa antes referido e de outros, para os quais foram previstas dotações específicas no Orçamento Geral da República.

Assim é que teve continuação a dragagem dos canais interiores da Lagoa dos Patos e dos portos de Rio Grande, Porto Alegre, Santos e Recife e foi concluída a dos portos de Florianópolis e Aracaju. A insuficiência de verbas prejudicou, entretanto, a execução da dragagem de barras, do que se ressentiu particularmente o pórtio de Laguna, atualmente freqüentável apenas por embarcações de pequeno porte, tal a situação da sua via marítima de acesso. Tiveram prosseguimento, contudo, os serviços de desobstrução da barra de Natal.

No decorrer de 1956 foram realizadas ou contratadas, pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, obras de melhoria ou ampliação de instalações portuárias e complementares que beneficiam 42 portos nacionais.

Entre as obras de melhoramento das condições de abrigo ou hidrológicas de portos, a cargo do Departamento, merecem destaque especial as iniciadas no pórtio de Mucuripe, de acôrdo com os resultados de estudos procedidos em laboratório de hidráulica experimental, bem como as do guia-corrente do pórtio de Cabedelo, em prosseguimento. As atribuições do Departamento compreendem também a proteção contra a erosão marítima ou fluvial e, com essa finalidade, foram empreendidas em 1956 obras para a defesa de Cabedelo, Olinda, Blumenau e da margem esquerda do Vale Grande, onde se situa a cidade de Iguape.

No setor de aquavias interiores foram prosseguidos os trabalhos de limpeza, desobstrução e, em alguns casos, regularização de 25 rios ou sistemas fluviais brasileiros, além dos serviços para melhoria das condições de navegabilidade das lagoas Manguaba, em Alagoas; Araruama, no Estado do Rio de Janeiro; e Mirim, no Rio Grande do Sul. Destaca-se, particularmente, nesse setor, a continuação das obras da barragem do Fandango, no rio Jacuí, que se destina a tornar navegável uma extensão de 63 km dessa aquavia gaúcha. Outra obra que cumpre ressaltar é a do canal São Francisco do Sul — Joinvile, concluída em 1956.

Com o objetivo de acelerar o reequipamento dos portos e a formação da frota nacional de dragagem, previstos no programa governamental, sem imediato dispêndio de divisas em elevado montante, foram entabuladas em 1956 negociações com o «Export-Import Bank», de Washington, para financiamento das aquisições a serem feitas nos Estados Unidos da América e que alcançam o valor de US\$ 25 milhões. É com grande satisfação que consigno aqui a boa marcha dessas negociações.

Encerrando a exposição das atividades desenvolvidas pelo Governo no setor de portos e vias de navegação interior, desejo referir-me aos estudos que vêm sendo realizados pelo Ministério da Viação e Obras Públicas com o objetivo de corrigir e simplificar a legislação que regula a exploração dos serviços portuários e de melhorar a estrutura administrativa de seus órgãos de supervisão e gestão. Entre as proposições que o Governo pretende submeter próximamente à consideração do Congresso Nacional, figura a que se destina a transformar em autarquia o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais. Essa repartição, sobre a qual recairá a grave responsabilidade de gerir o Fundo Portuário Nacional e que já possui atribuições que exigem dela invulgar esforço, necessita de maior autonomia e de melhor estrutura interna para que possa aplicar eficientemente os vultosos recursos cuja administração lhe será cometida. Seu quadro de pessoal técnico precisa, também, ser ampliado para o desempenho desses novos encargos.

Outra providência que se impõe e que vem sendo objeto da atenção do Governo é a reorganização administrativa dos portos

organizados, sob a responsabilidade dos Poderes Públicos, federal e estaduais. Os portos de Natal e Laguna são operados diretamente pela União, através da D.N.P.R.C., com as dificuldades próprias da legislação aplicável às repartições públicas, inteiramente inadequada às entidades industriais do Estado; a Administração do Porto do Rio de Janeiro é autárquica; o porto de Belém é operado, também, por uma autarquia — os Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará, que assume assim funções normalmente a cargo de entidades distintas; o porto de Itajaí, construído, aguarda a criação de organismo capaz de operá-lo adequadamente. Os portos de Fortaleza, Cabedelo, Recife, Maceió, Vitória, Paranaguá, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas estão concedidos aos respectivos Estados. Em todos esses portos e noutros, bem como nos concedidos a entidades privadas (Manaus, Salvador, Ilhéus e Santos), vê-se compelida a União, quase sempre, a realizar os investimentos de maior vulto a eles necessários. Não subsiste, assim, a razão principal do atual regime de concessões portuárias: a eliminação de encargos financeiros, para a União, quanto à melhoria e ampliação dos portos concedidos.

Essa questão merece acurado estudo, a que o Governo pretende proceder, com o fim de articular melhor os interesses dos concessionários com os da União. Simultaneamente será enfrentado o problema da reforma administrativa dos portos não concedidos, para que o rendimento dos serviços alcance níveis adequados ao desenvolvimento da economia nacional.

MARINHA MERCANTE

Aumentando-se o rendimento dos portos organizados, amplia-se a capacidade de transporte da frota mercante em operação e isto já foi obtido em escala considerável no ano findo. Mas, se os portos nacionais carecem de reorganização administrativa que lhes aumente o rendimento e necessitam também de reequipamento e ampliação, para que possam desempenhar a sua função de forma adequada, a marinha mercante brasileira está a reclamar, em maior escala ainda, um corajoso programa de reaparelhamento e expansão

e de profunda reforma dos métodos de operação das suas unidades, sem o que o desenvolvimento do País estará perigosamente ameaçado por falta de transporte marítimo. E a essa tarefa está decididamente votado o Govêrno, atuando, desde logo, com medidas de emergência ao mesmo tempo que lança as bases para a solução nacional do problema, a longo prazo.

Assim, já pôs em prática medida importante no sentido de ampliar a frota nacional de cabotagem: retomou as negociações para a compra, ao Govêrno dos Estados Unidos da América, de doze cargueiros do tipo CI-MA-VI, da frota de reserva daquele País, negociações encetadas em fins de 1952 e interrompidas em meados de 1954. Conquanto o prazo de vigência da lei americana que autorizava a venda desses navios ao Brasil terminasse em 15 de julho de 1956, foi possível ultimar a operação, adicionando-se à frota da Cia. Nacional de Navegação Costeira, P.N., cerca de 70 000 t DW de navios eficientes e adequados ao transporte de cabotagem, adquiridos a preços vantajosos e para pagamento, em parte, no prazo de nove anos. Terminados os serviços de reativação, em estaleiros americanos, cinco desses navios entraram em serviço até dezembro. Os demais estarão em tráfego até abril próximo.

Iniciou-se simultaneamente a recuperação da frota de longo curso, constituída dos vinte navios do tipo «Nações», que necessitam de revisão das suas instalações de máquinas após cerca de dez anos de serviços continuos. A recuperação vem sendo realizada no exterior, já que o País não dispõe de estaleiro adequado a esse serviço, e será levada a têrmo com a retirada de uma ou duas unidades do tráfego, de cada vez, para que o transporte de longo curso a cargo da bandeira nacional não se restrinja ainda mais, por deficiência de tonelagem.

A par dessas duas medidas, o Govêrno iniciou novas gestões no sentido de adquirir outras unidades da frota de reserva dos Estados Unidos da América, quer para o tráfego de mercadorias e o transporte de passageiros na cabotagem, quer para os serviços de longo curso, podendo-se consignar, aqui, que as negociações prosseguem com boas perspectivas de êxito. As necessidades atuais de transporte por água terão que continuar a ser atendidas, em

parte, por navios de outros países, até que se ultimem essas negociações ou que o Brasil disponha de uma adequada indústria de construção naval, pois não se afigura viável a encomenda de embarcações a estaleiros estrangeiros, quer por motivo da demora na entrega, quer em virtude do alto dispêndio de divisas reclamado por essas aquisições. Enquanto o País não constrói os seus próprios navios, a compra de embarcações já prontas para o tráfego é, sem dúvida, a única solução que se apresenta para o problema premente com que a nação se defronta nesse setor.

Noutro ponto desta Mensagem, está exposto o programa da criação da indústria de construção e grandes reparos navais, no País. Esse programa resultou de cuidadoso estudo do problema da marinha mercante nacional, encarado a longo prazo. As necessidades nacionais de tonelagem marítima, para cabotagem e longo curso, compreendendo a reposição dos navios obsoletos e a ampliação da frota em serviço, revelaram-se da ordem de 100 000 t DW anuais de navios para carga geral e para transporte especializado de carvão e minérios. Para atender devidamente a tais necessidades, a indústria de construção e grandes reparos navais deverá contar com dois ou mesmo três estaleiros capazes de construir navios de porte médio, além de docagem de embarcações de grande tonelagem. Não obstante a necessidade de novos navios, essa indústria não surgiu ainda no Brasil, e isso sem dúvida porque o amplo mercado potencial para navios não se tornou efetivo, à falta de capacidade financeira e de organização administrativa das empresas nacionais de navegação, especialmente das governamentais.

Em face dessas conclusões, o Governo elaborou e submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei destinado a instituir o Fundo da Marinha Mercante, como medida inicial para enfrentar adequadamente o problema da renovação e da ampliação da tonelagem marítima, mediante a construção dos navios no próprio País. Trata-se de vincular legalmente recursos tributários federais e um adicional sobre os fretes a investimentos regulares na compra de embarcações, sob a égide do Poder Público mas sem qualquer atuação no sentido de ser absorvida a indústria marítima pelo Estado. Ao contrário, pelo projeto, a iniciativa privada deverá

ser encorajada nos seus empreendimentos e assistida através do crédito, quer para a criação da indústria da construção naval, quer para a exploração do transporte marítimo, ao mesmo passo que as empresas oficiais se recuperem materialmente e se reorganizem administrativamente para o desempenho de encargos de que a iniciativa privada não pode incumbir-se. Organizado, nessa base, o mercado nacional para navios, a iniciativa privada poderá, por certo, montar e operar os estaleiros de que o País necessita urgentemente. Ressalta, dessa forma, a importância do projeto de lei pertinente à instituição do Fundo da Marinha Mercante e para ele solicito a atenção do Congresso Nacional.

A segunda proposição do Governo ao Congresso, pertinente aos problemas dos transportes por água, está sendo elaborada no momento, e com o fim de instituir-se o Conselho da Marinha Mercante — como entidade normativa da política oficial nesse setor, e coordenadora dos esforços no sentido da sua observância — e o Departamento Nacional da Marinha Mercante — como órgão executivo de tal política, bem como de estudos e assistência à iniciativa privada. A essa proposição deverá seguir-se, oportunamente, o projeto de lei referente à reorganização administrativa dos serviços oficiais de navegação e construção naval mercante.

O reaparelhamento dos estaleiros da Ilha do Viana, pertencentes à Cia. Nacional de Navegação Costeira, P.N., antes mesmo da sua reorganização administrativa, deverá iniciar-se conforme estudos preliminares já submetidos ao exame do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para que parte do programa de construções navais possa ser confiado, quanto antes, aquele estabelecimento industrial. Espera-se poder capacitar esse estabelecimento a construir até 1961, com seis cargueiros de 4 100 t DW, cada, para os serviços de cabotagem. Simultaneamente, está o Governo promovendo a colocação, em estaleiros privados nacionais, de uma encomenda de navios de 2 000 t DW, necessários às linhas de navegação que servem os portos de pequeno calado. São medidas essas que estão dependendo, porém, da aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei pertinente ao Fundo da Marinha Mercante

Dotado o Governo dos recursos financeiros que esse Fundo deverá mobilizar, aos esforços que ora envida para adquirir navios

prontos no exterior, seguir-se-á a atuação direta no sentido de fazer surgir pelo menos um estaleiro de construção e grandes reparos navais, com capacidade adequada aos reclamos da marinha mercante do País. O reaparelhamento desta iniciar-se-á em bases seguras, com os primeiros efeitos benéficos ainda no atual quinquênio governamental e com resultados decisivos para o quinquênio posterior. Assim, a sucessão de providências que o Governo vem pon-do em prática, das quais a de maior significação está pendente de pronunciamento do Poder Legislativo, permite antever que o gravíssimo problema da marinha mercante será devidamente so-lucionado até 1961.

Como resultado de providências de natureza administrativa postas em prática pelo Ministério da Viação e Obras Públicas durante o ano de 1956, o transporte de cabotagem experimentou considerável incremento no ano passado: a tonelagem transportada superou em mais de um milhão a de 1955, sendo mais da metade desse aumento na carga geral. A Cia. Nacional de Navegação Cos-teira apresentou uma melhoria de 24% nos transportes a seu cargo. No longo curso, conquanto a frota em operação exija serviços urgentes de recuperação, o Lóide Brasileiro, P.N., logrou ampliar os carregamentos no sentido da exportação, de que vinha sendo praticamente eliminado. Os serviços fluviais nas bacias do Ama-zonas e do Prata, a cargo de autarquias federais, apresentaram igualmente as melhorias ao alcance da Administração, já que, aí, como nos demais setores dos transportes por água, a solução dos graves problemas acumulados há muito tempo exige mais do que providências de ordem administrativa, como acima ficou exposto.

Transportes Aéreos

Devido à grande extensão territorial do País e à deficiência dos transportes marítimos e terrestres, o tráfego por via aérea vem exer-cendo importante papel na interligação dos pontos mais distanciados do território nacional, principalmente no transporte de passageiros e de malas postais. A utilização desse meio de transporte experi-mentou notável intensificação desde o fim da segunda guerra mundial, situando-se o Brasil, hoje, em posição de destaque no

mundo quanto ao movimento aéreo comercial, inclusive o de mercadorias.

A exploração dos serviços de transporte aéreo comercial é totalmente feita no Brasil por empresas privadas, grandemente assistidas pelo Poder Público que, através do Ministério da Aeronáutica, se encarrega da construção e manutenção de aeroportos e de instalações e serviços necessários à proteção ao voo. Além disso, com o fim de possibilitar às empresas de transporte aéreo a prestação de serviços adequados às necessidades nacionais, quanto à qualidade e à tarifa, o Estado concede-lhes subsídios diretos, através de subvenções que figuram nos orçamentos anuais da União, ou indiretos, representados por suprimento prioritário de câmbio ao custo, isenção de impostos de importação, inclusive de combustíveis e lubrificantes. O Estado contribui decisivamente, ainda, para formação dos quadros do pessoal técnico indispensável à aeronáutica civil.

É hoje plenamente satisfatória a situação do serviço de transporte aéreo do País, cujas empresas já participam, em escala considerável, do tráfego internacional que interessa ao Brasil. Essa situação auspiciosa deve-se ao apoio decidido que os meus antecessores dispensaram a tão importante setor de atividades. Entretanto, a frota das empresas comerciais começa a ficar obsoleta, por desgaste ou em face dos avanços da técnica aeronáutica, e a sua substituição completa, que deverá ser realizada nos próximos anos, não deixará de constituir um problema para a Nação, principalmente em vista dos vultosos recursos em divisas a isso necessários. O Governo está no firme propósito, porém, de impedir que se deteriore o alto padrão alcançado pelos serviços nacionais de transporte aéreo, adotando as providências que estiverem ao seu alcance para a renovação das aeronaves comerciais.

Foram votadas pelo Congresso Nacional e sancionadas, em 1956, duas leis destinadas a proporcionar recursos tributários vinculados ao aprimoramento e à expansão dos transportes aéreos. A Lei nº 3 000, de 11 de dezembro, que, instituindo o Fundo da Aeronáutica, proverá recursos adicionais ao orçamento da União para o desenvolvimento da infra-estrutura — aeroportos, pistas e aparelhagem de serviços de segurança do voo; e a Lei nº 3 039,

de 20 do mesmo mês, que instituiu auxílio anual de Cr\$ 470 milhões às empresas comerciais, para o seu reaparelhamento. Esse auxílio federal deverá ser distribuído proporcionalmente ao movimento de cada empresa e só será liberado para os fins específicos previstos na lei.

Reajustaram-se em 1956 as tarifas do tráfego aéreo, para que as empresas pudessem fazer face aos seus encargos, especialmente os de salário do pessoal. O reajustamento não impediu, entretanto, que o tráfego continuasse a aumentar, salvo no caso do transporte de carga, que os dados estatísticos preliminares indicam ter sofrido um decréscimo da ordem de 3% em relação ao do ano anterior. Conforme esses dados preliminares, o número de passageiros transportados aumentou de cerca de 22% em confronto com o movimento de 1955.

Assistidos, como vêm sendo, pelos Poderes Públicos, os transportes aéreos comerciais brasileiros tendem sem dúvida a aprimorar-se e a expandir-se sob a responsabilidade direta de empresas imbuídas de alto espírito empreendedor, indispensável, aliás, a esse ramo de atividade especializada.

Comunicações

A totalidade do serviço postal e alta percentagem do serviço telegráfico do País estão a cargo do Estado, através do Departamento dos Correios e Telégrafos, visto como somente o tráfego realizado por cabos submarinos, poucas linhas terrestres e alguns circuitos-rádio, entre as cidades mais importantes, foram objeto de concessões a empresas privadas. Constituem motivo de constantes reclamações, por parte do público, as deficiências dos serviços postais e telegráficos oficiais, e o Governo reconhece que, de fato, o Departamento incumbido de tais serviços não está equipado para atender, com a eficiência desejável, ao crescente volume de tráfego determinado pela evolução econômica, cultural e social do País. Nesse setor, como no dos transportes, as necessidades nacionais ampliaram-se em ritmo muito superior ao das melhorias esporadicamente introduzidas nos serviços.

A obsolescência do aparelhamento e o anacronismo da organização do D.C.T. conduziram-no a uma situação tal, que só a extrema abnegação dos seus servidores pode explicar o fato de não ter ocorrido um colapso nos serviços a seu cargo. Constitui tal Departamento um dos muitos exemplos de que o Estado Brasileiro não poderá continuar exercendo funções de natureza industrial, se não adotar métodos de administração adequados a tais atividades, pois o regime da repartição pública comum não condiz com a natureza delas. A escassez das verbas orçamentárias para reequipamento e substituições, a insuficiência das dotações de custeio, a pequenez dos quadros do pessoal, envelhecido numa rotina sem perspectivas profissionais, tudo contribuía para manter os serviços em condições de não satisfazer os reclamos da sua clientela, que é praticamente toda a população do País.

Até o ano passado, dada a política salarial posta em prática para os serviços públicos, inteiramente divorciada dos mercados regionais de trabalho, o Departamento vinha apresentando *deficits* crescentes, de exercício para exercício, pois, ao mesmo tempo que a despesa de pessoal e material crescia, a receita só se expandia em virtude do aumento do volume físico do tráfego, já que a tarifa era mantida estável. O encargo daí resultante para o Tesouro Nacional, que o cobria mediante emissões de papel-moeda, constituía motivo bastante para retardar-se a execução de qualquer programa de investimentos, como o consubstanciado no Plano Postal-Telegráfico. Além disso, a política de tarifas simbólicas, de todo desajustadas do custo dos serviços, fomentava a utilização excessiva dos correios e telégrafos oficiais, sem qualquer senso de poupança por parte do público.

Ao ensejo do último aumento dos vencimentos do funcionalismo público, o Governo deliberou reagir contra a situação criada em relação aos serviços do D.C.T. e reajustou corajosamente as suas tarifas, não obstante a esperada incompreensão da necessidade da medida. Como conseqüência, os usuários de tais serviços passaram a utilizá-lo de forma mais comedida, descongestionando-se o tráfego em vários setores e melhorando-se consideravelmente a operação, quer postal, quer telegráfica.

Malgrado a redução do volume de tráfego, a receita aumentou de forma a tornar suportável o *deficit* ainda existente, coberto pelo Tesouro, e a permitir à Administração uma nova programação de investimento.

Está o Governo empenhado na melhoria sistemática dos serviços postais e telegráficos mediante a reorganização do Departamento e o reaparelhamento dos seus vários órgãos de operação. No que toca à reorganização, estão sendo realizados, ainda, cuidadosos estudos com essa finalidade; e, quanto ao reequipamento, inicia-se este ano a execução de um Plano Quinquenal que prevê:

1º) reequipamento do Serviço Postal, compreendendo as vias de transporte, o equipamento ferroviário, marítimo, fluvial e rodoviário, máquinas, balanças, caixas de correspondência e outros equipamentos menores;

2º) reequipamento dos Serviços de Telecomunicações, abrangendo um plano de linhas aéreas e subterrâneas, equipamento telegráfico, aparelhagem tele-impressora, suprimento de energia; um plano de rádio, prédios, usinas, residências e serviços correlatos, instalações externas, mecanização telegráfica, radiofonia interior, telefonia automática, rádio-escuta, laboratório e outros melhoramentos de menor importância;

3º) reequipamento dos serviços comuns aos Correios e Telégrafos, incluindo-se nesse setor edifícios e terrenos, equipamentos e instalações, viaturas de uso dos ramos de atividade do Departamento, além de seleção e aperfeiçoamento do pessoal e de assistência social aos servidores.

Conforme o programa governamental de máxima compressão das despesas de pessoal, propõe-se a Administração a lotar nos Correios e Telégrafos parte dos servidores públicos que excedam as necessidades das repartições onde estejam atualmente trabalhando. A recente lei instituidora da Rede Ferroviária Federal S.A. contém dispositivo referente ao assunto e nêle pretende o Governo apoiar-se para ampliar os quadros do Departamento dos Correios e Telégrafos.

CAPITULO IV

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Política de Desenvolvimento Rural

POSIÇÃO DA AGROPECUARIA NA ECONOMIA NACIONAL

As estimativas mais recentes mostram que a produção rural brasileira — agrícola, extrativa vegetal e animal — contribuiu, em 1956, aproximadamente com 200 bilhões de cruzeiros para a formação da renda nacional, ou seja, uma taxa de participação da ordem de 30%. As atividades rurais no Brasil são, assim, as mais importantes como fontes de renda.

Apesar do extraordinário surto registrado na indústria nacional, esta ainda figura em segundo lugar em nossa produção geral, participando com 21%, na formação da renda global do País.

Em conjunto, a produção rural brasileira acha-se em progresso, como adiante se verá, salvo no que respeita à extrativa vegetal, que permaneceu praticamente estável nos últimos anos. Com exceção do trigo, cuja importação ainda representa quase 2/3 da quantidade consumida no País, a produção agropecuária brasileira atende às necessidades do mercado interno e contribui com cerca de 93% do valor global das nossas transações comerciais com o Exterior.

No cômputo da produção rural exportada, o café em grão, o algodão em rama e o cacau em amêndoas têm participado, nos últimos anos, com a média de 75% no valor de nossas exportações. Os demais produtos, de significação na pauta brasileira — fumo, sisal, banana, soja, laranja, mamona, milho, erva-mate, cêra de carnaúba, castanha-do-pará, couros e peles, lã em bruto, carnes, madeiras, óleos vegetais, manteiga e torta de cacau, para mencionar apenas os principais — representam perto de 18%.

No último decênio, a produção agropecuária cresceu a uma taxa média de 4% ao ano, enquanto a população do País aumenta numa proporção de 2,5%, o que evidencia razoável vantagem para o índice *per capita*. A agricultura tem maior participação no incremento global deste setor de nossa economia.

Esse desenvolvimento da produção rural deve-se, não só aos aumentos da área cultivada por diversos tipos de lavouras e à ampliação e melhoria das pastagens, mas também, em grande parte, ao incremento da produtividade. Nos últimos dez anos, conforme índices apurados, a produtividade na agricultura experimentou um acréscimo da ordem de 36%, ou seja, em média, 3,6% anualmente.

APRIMORAMENTO DOS FATORES DE PRODUÇÃO

A melhoria das práticas de exploração da terra, processo naturalmente demorado, exige esforço constante do Poder Público e colaboração do produtor rural. Tem o Governo procurado aprimorar os fatores de produção, não só através dos seus serviços de pesquisa, experimentação e extensão agrícola, como de conservação, distribuição e industrialização dos produtos agropecuários.

PESQUISAS AGROLÓGICAS

Apesar dos progressos verificados na produtividade agrícola, o rendimento de algumas das principais colheitas, por unidade de área cultivada, mantém-se ainda em nível relativamente baixo, e, em outros casos, estacionário. Esse fenômeno vem sendo objeto de preocupação constante do Governo, e tem este procurado, através de levantamentos agrológicos, análises da natureza física, química e biológica dos solos agrícolas, e experimentação de práticas corretivas, elevar os níveis de produtividade.

Considerável incremento foi dado, em 1956, aos trabalhos de reconhecimento dos grandes grupos de solos dos Estados de São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Outros Estados serão integrados no programa, no decorrer deste ano, estando previsto para os próximos meses o início dos trabalhos relativos a Minas Gerais e Bahia.

MELHORIA DA FERTILIDADE DOS SOLOS CULTIVADOS

Visando à melhoria do rendimento de cultivo, os órgãos responsáveis pela política rural brasileira, tanto do setor público, como do privado, vêm realizando investigações no sentido de combater,

além da acidez das terras ocupadas com as culturas, a sua pobreza em elementos nutritivos.

Vem-se desenvolvendo rapidamente, nos últimos anos, o emprego de fertilizantes, suprimentos vindos, em boa parte, do Exterior. Saliente-se, contudo, que adubos nitrogenados, bem como fosfatados, vão sendo produzidos no País, em volume crescente. Apesar de ainda permanecer baixo, o índice de consumo de fertilizantes, no Brasil, já atinge o triplo do observado em 1954/55.

A atuação do Governo, no que concerne ao incentivo e ao emprego de corretivos e adubos, se faz notar, especialmente, nos trabalhos de pesquisa, exploração e industrialização dos recursos minerais transformáveis em fertilizantes; na importação de elementos não disponíveis no território nacional; na melhoria dos processos de sua distribuição e comercialização; na concessão, enfim, de facilidades aos agricultores para adquiri-los em qualidade e quantidade satisfatória e por preço acessível. Nesse sentido, bem como no que respeita à difusão de processos peculiares à técnica da fertilização racional, tem o Governo recebido estimável concurso da iniciativa privada.

Pode-se encarar com razoável otimismo a questão dos suprimentos de fertilizantes nitrogenados e fosfatados. Está prestes a funcionar a fábrica de adubos nitrogenados da Petrobrás, em Cubatão, a qual, no ano em curso, já começará a produzir. Tem capacidade para fabricar 21 mil toneladas anuais de nitrogênio, quantidade que atende às exigências atuais da nossa agricultura.

Relativamente a adubos fosfatados, além das importações, as indústrias concentradas no Sul do País continuaram suprindo também o mercado. Com o incremento da produção de fosforita, em Pernambuco, as necessidades deste tipo de adubo, no ano corrente, talvez sejam totalmente cobertas pela indústria nacional. E quando estiver a fábrica pernambucana em pleno funcionamento, haverá fertilizantes fosfatados suficientes para sustentar a duplicação do atual consumo.

Embora em pleno desenvolvimento trabalhos de pesquisa geológica e investigações tecnológicas para localização de fontes de sais potássicos, ainda teremos, por algum tempo, de importar esses fertilizantes necessários à agricultura nacional.

IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

No que toca ao estabelecimento de condições de equilíbrio hídrico, nas diversas regiões agrícolas do País, compatíveis com o melhor desenvolvimento das culturas, o Governo vem concentrando esforços nas áreas de umidade deficiente do Nordeste. Prosseguiram os trabalhos de construção de grandes açudes, canais de irrigação e obras complementares, para regularização dos cursos d'água e proteção das terras cultiváveis. Paralelamente, continuam a construir-se pequenos açudes, em cooperação com particulares, Municípios e Estados.

Por outro lado, tiveram prosseguimento satisfatório os trabalhos de saneamento e recuperação de terras inundadas em várias partes do território nacional. Destacam-se, entre estas obras, as dragagens de várias áreas úmidas do Nordeste e do Sul do País, além da continuação das já programadas na Baixada Fluminense.

MECANIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Com o propósito de levar ao agricultor conhecimentos da técnica moderna, para melhoria da produção e do nível da vida rural, o Governo recomendou ao Conselho do Desenvolvimento uma série de estudos e providências.

O grupo de trabalho, para esse fim constituído, depois de pormenorizado exame das condições atuais da mecanização da agricultura, apresentou sugestões de diversa natureza, principalmente no que se refere ao comércio de máquinas e implementos agrícolas, aos financiamentos oferecidos pelos fabricantes estrangeiros e ao critério a seguir na importação desses instrumentos. Dando início imediato às medidas indicadas, o Governo expediu o Decreto n.º 40 260, de 1.º de novembro de 1956, que estabelece normas para a importação e distribuição de máquinas e implementos agrícolas.

A fim de atender a essas importações, o Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito reservou, para utilização inicial, um mínimo equivalente a US\$ 40 milhões, em todas as moedas. De outro lado, com o fim de superintender e fiscalizar a importação e a distribuição de máquinas agrícolas, foi constituída, no Ministério da Agricultura, a Comissão de Mecanização da Agricultura.

integrada por representantes do referido Ministério, da Superintendência da Moeda e do Crédito, da Carteira de Câmbio, da Carteira de Comércio Exterior, da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, e da Comissão de Financiamento da Agricultura.

Junto a essa Comissão, para estudo de particularidades técnicas, constituiu-se um Conselho Consultivo, integrado pelos representantes da Confederação Rural Brasileira, dos importadores e distribuidores de máquinas agrícolas e dos fabricantes nacionais.

Dos trabalhos da Comissão, resultou poder fixar-se uma taxa de conversão cambial, para o pagamento de importações sujeitas ao regime do Decreto, bem como se estabelecer a margem de acréscimo sobre o custo CIF, para pagamento das despesas a cargo dos distribuidores, ocorridas entre o porto de desembarque e os seus depósitos. Abriam-se inscrições para as firmas interessadas e receberam-se os planos de importação organizados pelas firmas distribuidoras, com indicação do montante do financiamento e dos tipos e modelos de equipamento a serem importados.

Além de facilitar ao lavrador a aquisição de máquinas, procurou o Governo assegurar o aproveitamento eficiente delas. Assim, só se incluem, nos programas de importação, tipos de equipamento recomendado pelos laboratórios e campos experimentais mantidos pelo Governo, na Fazenda de Ipanema, no Estado de São Paulo.

O preparo de técnicos em engenharia rural, mecanização agrícola e conservação do solo, tem sido assegurado pelos cursos intensivos ministrados naquele estabelecimento, onde o Governo tem contado com a colaboração do Escritório Técnico da Agricultura Brasil-Estados Unidos. Foram mantidos, em várias regiões agrícolas, cursos práticos para o preparo de tratoristas e aradores.

MELHORIA DAS PLANTAS CULTIVADAS

Tendo em vista a melhoria da qualidade dos produtos agrícolas e a elevação do rendimento por unidade de área plantada, preocupa-se o Governo com o aperfeiçoamento das variedades de plantas cultivadas, a aclimação de espécies alienígenas e, ainda, com a proteção contra as doenças e pragas endêmicas.

Os estabelecimentos experimentais do Ministério da Agricultura vêm realizando trabalhos de aprimoramento genético para seleção das variedades portadoras das características mais recomendáveis. As formas assim conseguidas são cultivadas em campos de multiplicação, situados em várias regiões do País, de onde saem, em volumes consideravelmente ampliados, embora muito aquém das necessidades nacionais para os agricultores. No fornecimento de sementes selecionadas de milho e outros cereais, os órgãos federais e estaduais de fomento têm recebido ponderável ajuda de estabelecimentos particulares.

DEFESA FITOSSANITARIA

O combate às doenças e pragas das plantas cultivadas vem sendo realizado por intermédio dos Postos de Defesa Sanitária Vegetal, mantidos pelo Governo e, em casos especiais, através de um sistema de cooperação dos órgãos federais, estaduais, municipais, autárquicos e associações de classe. Progressos assinaláveis foram alcançados nos trabalhos para a extinção da broca do café, da «podridão parda» e do percevejo do cacau, além de outras pragas, bem como no combate ao «piolho branco», que sérios prejuízos têm causado à nossa citricultura.

MELHORIA DOS REBANHOS

Com o objetivo de melhorar os rebanhos e, no caso do gado bovino, incrementar a produção leiteira e elevar o peso médio dos animais de corte, foram postos em prática programas de aprimoramento das práticas racionais de seleção. Para isto, assegurou o Governo, em relação a certas espécies e raças, facilidades na importação de reprodutores de alta linhagem, proporcionando aos pecuaristas crédito para aquisição e transporte. Foram aplicados, nesta modalidade de financiamento, cerca de 42 milhões de cruzeiros.

No setor sanitário, a atuação do Governo concentrou-se, sobretudo, nos serviços de vigilância, diagnóstico e combate às zoonoses e na produção de soros e vacinas.

A vacinação dos rebanhos, importante instrumento de combate às epizootias, tem sido restringida pela insuficiente produção nacional de soros e vacinas. Todavia, o substancial incremento da produção dos laboratórios oficiais, que dobrou de 1955 para 1956 — havendo-se elevado, no Instituto de Biologia Animal, a produção de vacinas e soros de 5,9 milhões de doses, para 9,6 milhões — contribuiu para atenuar esta grave deficiência.

Visando a fomentar a produção de vacinas no ritmo exigido pelo consumo, o Governo tem estimulado a atividade privada nesse setor, devendo as entidades oficiais restringir-se, no futuro, às tarefas de supervisão, fiscalização e pesquisa.

PASTAGENS

O trabalho de melhoria dos rebanhos seria improficuo se, em tôdas as fases de seleção e aperfeiçoamento genético, não fôsse assegurada aos animais alimentação qualitativa e quantitativamente adequada. Com êsse propósito, já se encontra em funcionamento o Laboratório de Nutrição Animal, cujas investigações sôbre a alimentação do gado, em condições tropicais, proporcionarão melhores perspectivas de desenvolvimento neste campo.

Especial atenção vem sendo dedicada à recuperação das pastagens nativas e à intensificação da prática racional de exploração das pastagens artificiais. A identificação e seleção das espécies gramíneas e leguminosas de maior valor alimenticio, e os problemas de conservação de forragens vêm sendo objeto de estudos por parte daquele órgão.

Com o intuito de descentralizar os trabalhos de investigação e assistência, no domínio da zootécnica e agrostiologia, o Governo tem estimulado a colaboração entre as repartições federais e os Governos estaduais, para tratamento adequado dos problemas peculiares a cada região.

PROTEÇÃO A FAUNA SILVESTRE E ESTÍMULO A PESCA

Pela necessidade de preservar o equilíbrio biótico das florestas e campos, tem o Governo procurado regulamentar e fiscalizar a caça e proteger a fauna silvestre.

A participação do pescado no regime alimentar do povo ainda é pequena, em confronto com as disponibilidades de peixes existentes em águas brasileiras. Essa participação poderá ser substancialmente aumentada, através da racionalização dos processos de captura, distribuição e comercialização do pescado. Com êste propósito, vem sendo executado um intenso programa governamental, em colaboração com a iniciativa privada.

A ação oficial se tem feito sentir principalmente no campo das pesquisas técnicas da experimentação e do ensino da pesca. Em 1956, foram ampliadas as instalações de vários entrepostos pesqueiros e novas construções tiveram início com o fim de melhorar e incrementar a recepção e distribuição do pescado.

A título excepcional, concedeu-se autorização para funcionamento de algumas companhias pesqueiras que utilizam equipamento moderno, e de cuja atividade resultará não só o imediato aumento de volume de pescado disponível, mas também estímulo às práticas racionais da pesca.

DEFESA FLORESTAL

A exploração florestal em certas regiões do País ainda se faz por processos primitivos, antieconômicos e com grave desgaste e descaracterização do nosso patrimônio. Todavia, a aplicação do código florestal e a ação dos órgãos governamentais vem propiciando a divulgação de processos mais modernos, cujos efeitos se fazem sentir em diversos setores.

A ação do Instituto Nacional do Pinho, no concernente ao reflorestamento das espécies economicamente exploráveis, tem-se exercido, até aqui, na forma de auxílio técnico a particulares. Vem êsse Instituto, para maior amplitude dessa política, procurando interessar os proprietários de glebas na ação que o Governo desenvolve. Através de financiamento a longo prazo e outras concessões, estimula as práticas de reflorestamento sistemático, a fim de repor, quanto possível, o patrimônio florestal anualmente desgastado.

A defesa dos recursos florestais e o reflorestamento de outras áreas é, também, preocupação constante do Ministério da Agricultura, através do Serviço Florestal, que dispõe de onze postos. Tais postos prestam serviços de real utilidade, na produção e distribuição de mudas de essências florestais de valor econômico e na orientação técnica dos lavradores e industriais. Na medida dos recursos de que dispuser, o Governo tenciona aumentar-lhes o número, tão grandes se mostram as necessidades nesse setor.

A solução do problema florestal brasileiro exige, além da atuação dos órgãos oficiais, a colaboração eficiente de todos os que se acham ligados à exploração da terra e à produção madeireira. Com este objetivo, foi elaborado o Plano Geral da Campanha de Educação Florestal, que está alertando a opinião, no País inteiro, e convocando-a para eficaz colaboração com o Governo.

Meios de Assegurar o Desenvolvimento Agropecuário

A produção agropecuária nacional vem experimentando, nos últimos anos, um crescimento médio de 2%, *per capita*, suscetível, em futuro próximo, de um incremento que permita oferecer maiores disponibilidades ao consumo e aos mercados externos. Para isto, o Governo vem tomando uma série de medidas complementares, no sentido de melhorar o escoamento da produção e ampliar a armazenagem dos produtos. Além disto, procura-se desenvolver mais amplamente a política de crédito e financiamento, de preços mínimos e de estímulo ao cooperativismo.

ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO

Os melhoramentos recentes das principais ferrovias e rodovias, que servem aos maiores centros de produção, têm proporcionado melhor escoamento das safras para os grandes mercados consumidores do País. Muitas dificuldades ainda subsistem nesse setor, mas o Governo está extremamente atento a elas, procurando soluções.

Especial atenção é dedicada aos produtos destinados ao Exterior — o café, o algodão e o cacau — que encontraram, no mercado internacional, condições favoráveis de escoamento. Quanto aos produtos rurais de exportação, cujas bonificações se vinham revelando insuficientes, medidas foram adotadas, no sentido de sanar tais dificuldades. Estas providências se consubstanciaram, principalmente, na Instrução nº 131, da Superintendência da Moeda e do Crédito, de maio de 1956, que, favorecendo a exportação dos excedentes da produção brasileira, também unifica os dispositivos referentes ao pagamento de bonificações aos exportadores. Por outro lado, esse instrumento corrigiu o aspecto discriminatório que prevalecia com relação a certos produtos e em detrimento de outros.

ARMAZENS E SILOS

Dada a importância que desempenha uma rede de armazéns e silos, na absorção e escoamento regular das safras, cuida o Governo, com particular interesse, de ampliar o sistema existente, de forma que se assegurem ao agricultor maiores facilidades de colocação de seus produtos.

A centralização excessiva, no setor de armazenagem e circulação das safras, implicaria retardamento de distribuição e, conseqüentemente, excedentes numa área e carências noutras. Estudos acurados indicaram a conveniência de se atribuir à iniciativa particular a construção e operação de armazéns e silos. Empresas privadas ou entidades de economia mista se incumbiriam, então, dessas tarefas, ficando a União com a de orientar, supervisionar e fiscalizar os empreendimentos.

De acordo com este critério, foram realizados entendimentos com os governos estaduais, assentando-se bases para construção e operação das redes regionais de armazenagem. Foram, ao mesmo tempo, elaborados projetos e especificações, para construção de armazéns e silos de diversos tipos. Estipularam-se as áreas mínimas necessárias à sua instalação, bem como se determinaram os esquemas e custos de operação e se estabeleceram normas para concorrências de fornecimento.

Para o desenvolvimento deste programa, na parte relativa às redes regionais de armazenamento, contou o Governo com a colaboração das comissões e companhias estaduais de armazéns e silos, já existentes no Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco e das criadas, em 1956, em Santa Catarina, Paraná, Bahia e Ceará.

Ampliando a rede nacional de armazéns e silos, cuja capacidade conhecida é de 4,1 milhões de toneladas, acham-se em construção, no Estado do Rio Grande do Sul, unidades com capacidade de 85 mil toneladas. Nos demais Estados, incluídos no Plano, projetam-se ou já estão postas em concorrência, para construção, outras unidades adicionais com capacidade de 907 mil toneladas.

POLÍTICA DE CRÉDITO

A expansão do crédito rural, bem como a simplificação dos meios de obtê-lo ou aplicá-lo racionalmente, vêm merecendo cuidados especiais do Governo. Além da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, algumas outras entidades oficiais operam igualmente nesse setor.

Todo o crédito especializado, com vistas às atividades rurais, vinha sendo concedido só por entidades públicas. Os bancos particulares, com raras exceções, operavam apenas com o crédito do tipo comercial. Visando a estender efetivamente à produção agropecuária as vantagens daquela modalidade de financiamento, o Governo procurou meios de estimular a rede bancária privada a participar de modo mais ativo no fomento à produção agropecuária. E foram baixadas normas preliminares, pelo Conselho da SUMOC, para o refinanciamento, através do Banco do Brasil, de empréstimos à lavoura. Estes, mediante acôrdo, serão concedidos por bancos particulares e pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, com o objetivo de financiar o custeio das lavouras do feijão, arroz, milho, batata e mandioca, no montante de 1 bilhão de cruzeiros, nos termos dos Avisos nºs 605 e 611, de 18 de setembro, do Ministério da Fazenda. Tais operações de refinanciamentos prevêm juros de 5% ao ano, para os contratos de em-

préstimos com juros até 8% a.a., prazo de 60 dias, após a colheita, e máximo de um ano, e dentro do limite de 200 mil cruzeiros para cada cliente.

Tal iniciativa vem ao encontro dos interesses dos produtores rurais; pois, em virtude da insuficiência das fontes de crédito especializado e da quase inexistência de competição, nesse tipo de crédito, as operações dessa modalidade, geralmente feitas através de firmas ligadas à comercialização dos produtos agropecuários, atingiam custos elevados.

CARTEIRA DE CRÉDITO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL DO BANCO DO BRASIL

Créditos concedidos às atividades rurais

DISCRIMINAÇÃO	1955		1956	
	Número	VALOR (Cr\$ 1 000)	Número	VALOR (Cr\$ 1 000)
Total	68 343	13 192 915	81 759	18 233 958
Agrícolas	58 400	9 880 921	68 751	13 985 448
Pecuários	8 847	2 414 009	11 605	3 049 710
Agropecuários	778	107 280	1 232	213 741
Agro-Industriais	9	1 274	6	1 254
Cooperativos	144	703 644	113	953 972
Conta do Governo Federal	89	81 775	33	28 641
Fundiários	76	4 012	19	1 192

As operações de crédito à agricultura e à pecuária, realizadas pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do

Brasil, em 1956, atingiram, respectivamente, as cifras de 14,0 e 3,0 bilhões de cruzeiros, contra 9,9 e 2,4 bilhões, em 1955. O número de estabelecimentos beneficiados também experimentou considerável incremento (68 751 agrícolas e 11 605 pecuários, em confronto com 58 400 e 8 847, respectivamente, em 1955), evidenciando que o crédito especializado da CREA vem alcançando melhor o médio e o pequeno produtor. Os Estados da Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, absorveram 75% dos créditos fornecidos, guardando, assim, estreita relação com a produção desses Estados.

Pelo Banco do Crédito da Amazônia, foram aplicados, no financiamento de atividades rurais, 86,3 milhões de cruzeiros, correspondendo a 270 contratos, entre os quais predominaram os destinados à produção vegetal e à pecuária. Através dos financiamentos para a agricultura, tem o mesmo Banco procurado amparar a produção de gênero de subsistência e estimular a formação de seringais cultivados, mediante a utilização de material de alto rendimento e resistência ao «mal da fôlha», endêmico da região.

Uma das modalidades mais eficientes de assistência financeira ao agricultor lhe é prestada através do crédito supervisionado. Mediante esse instrumento, o homem do campo recebe não só os recursos financeiros para a realização das tarefas a seu cargo, mais ainda a orientação técnica necessária à prática de uma agricultura racional e remunerativa.

Iniciado no País, pela Associação de Crédito e Assistência Rural, graças a esforços conjuntos da iniciativa privada nacional e da estrangeira, o crédito supervisionado teve imediato apoio do Governo. O trabalho pioneiro da A.C.A.R., em Minas Gerais, mereceu, desde o início, encorajamento do Governo do Estado. Depois estendeu-se gradativamente a outras regiões agrícolas e é hoje ministrado, pela A.N.C.A.R., no Nordeste, e pela A.S.C.A.R., no Rio Grande do Sul. Acaba de instalar-se a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (A.B.C.A.R.), com o fim de coordenar e ampliar as tarefas dos diversos setores dessa entidade, que inestimáveis serviços vêm prestando à produção agropecuária. Sob os auspícios desta, acaba

de ser organizada, no Espírito Santo, a A.C.A.R.E.S. Cogitase, no momento, da organização de entidades congêneres, nos Estados de Goiás e Rio de Janeiro.

GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS

Importante instrumento do progresso da produção agrícola está na garantia de preços mínimos para os produtos, em bases que assegurem ao lavrador justa remuneração de seu trabalho.

Procurando atingir esse objetivo, foram elaborados estudos, pela Comissão de Financiamento da Produção, em 1956, não só em relação aos gêneros de primeira necessidade, mas também a outros produtos importantes da agricultura nacional. Assim é que, pelo Decreto n.º 39 785, de 14 de agosto de 1956, garantiram-se preços mínimos para os principais produtos de subsistência alimentar, referentes às colheitas de 1957, tais como feijão, milho, arroz, amendoim, soja, e outros, com antecedência de meses sobre os seus respectivos períodos de semeadura. Dêsse modo, possibilitou-se, aos agricultores, melhor orientação nas suas atividades agrícolas e se lhes garantiu, após a colheita, a necessária proteção de níveis razoáveis de preços, contra eventuais flutuações, provocadas por movimentos especulativos. Pela primeira vez isto ocorre no País.

Dispensou, ainda, a Comissão, pelo Decreto n.º 40 431, de 27 de novembro de 1956, idêntica garantia ao algodão do Sul (safra 1956-57), tendo em vista solicitações do Governo do Estado de São Paulo e de Associações Rurais, a fim de que os lavradores se sentissem encorajados a semear a área adequada às necessidades do consumo interno e da exportação.

Com relação ao café, estão quase terminadas as entregas das partidas que haviam sido empenhadas pelos exportadores, em decorrência de contratos firmados com o Banco do Brasil, dentro dos preços e exigências do respectivo decreto de preços mínimos. Graças à orientação que o Governo tem adotado, relativamente à economia cafeeira, inclusive retirando das operações correntes esse vultoso estoque, os mercados registraram, no decorrer de 1956, característica e animadora estabilidade de preços, sem exageros de altas, mas dentro de níveis que, não somente acautelam os inte-

rêsses da produção, como asseguram ao País renda volumosa de cambiais.

Na fixação de preços mínimos, tem-se levado em conta a necessidade de impedir altas exageradas de cotações nos gêneros de primeira necessidade, suscetíveis de influir no custo da vida. Ao determiná-los, procura-se acautelar os interesses do produtor, guardando conveniente relação com os custos de produção, sem, entretanto, provocar novas elevações de preços nos centros consumidores do País.

COOPERATIVISMO

O cooperativismo representa, também, uma forma de assegurar crédito à exploração agrícola, com estímulo às atividades dos pequenos produtores.

A despeito dos esforços dos Governos da União e dos Estados, o cooperativismo tem-se desenvolvido lentamente em nosso País. Até 31 de dezembro de 1956, funcionavam no Brasil 13 719 cooperativas, com 786 991 associados, e com capital subscrito de 2,2 bilhões de cruzeiros e realizado de 1,3 bilhões. O total dos depósitos (cooperativas de crédito e mistas com seções de crédito) montava a 2,2 bilhões de cruzeiros, alcançando a 2,0 bilhões o montante dos empréstimos.

As cooperativas se distribuem em 1 766 de consumo; 1 313 de produção (sendo 1 031 de produção vegetal, 279 de produção animal e 3 de produção mineral); 487 de crédito; 114 de diversas categorias e 39 de segundo grau (centrais e federações).

No exercício de 1956, foram registradas 260 novas entidades, assim distribuídas: 89 de consumo; 71 de produção (63 de produção vegetal e 8 de produção animal); 42 escolares; 41 de crédito (inclusive agrícola); 14 de categorias diversas e 3 de segundo grau (duas centrais de crédito e uma central de produção). Geograficamente, coube 111 à Região Sul, 98 ao Leste, 39 ao Nordeste, 6 ao Norte e 6 ao Centro-Oeste.

Os dados mais recentes das diversas cooperativas do País registram um montante de vendas de 2,9 bilhões de cruzeiros e de produção 5,2 bilhões. Estes dados referem-se ao ano de 1955,

porém estão mais ou menos aproximados dos resultados presumíveis do exercício encerrado a 31 de dezembro passado.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo, que é a autarquia da União para fomento das cooperativas, no exercício de 1956, realizou operações no montante de 566 milhões de cruzeiros, correspondendo 95% ao financiamento de gêneros de subsistência. A parte restante destinou-se ao financiamento de fibras, madeiras, cacau e outras matérias-primas destinadas à exportação. Achar-se os recursos próprios do Banco inteiramente aplicados, o Governo determinou providências no sentido de ser o mesmo suprido com a parcela inicial de 500 milhões de cruzeiros, proveniente da receita dos ágios sobre os produtos de importação. Para aplicação de tais recursos, foi elaborado um plano discriminativo, beneficiando os setores em plena atividade e trazendo estímulo a outros ainda incipientes, como o da industrialização dos produtos de origem vegetal ou animal.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Nesse setor, cumpre assinalar os serviços de natureza técnica, que têm sido prestados ao País, por especialistas norte-americanos, dentro do Programa do Ponto IV, no que concerne ao desenvolvimento da nossa agricultura e dos recursos naturais renováveis. Dezessete Estados brasileiros se vêm beneficiando dessa cooperação.

Dentro das normas estabelecidas pelo Acôrdo entre os dois governos, o Escritório Técnico de Agricultura estabeleceu convênios com vários órgãos do serviço público federal e estadual e entidades semi-oficiais e privadas, para execução de 27 projetos, sendo 5 de Extensão Agrícola, 11 de Educação e Pesquisas, 2 de Conservação dos Recursos Naturais Renováveis e 9 de Produção Vegetal e Animal.

Através do mesmo Escritório, o Governo Brasileiro despendeu 51,4 milhões de cruzeiros, dos quais 30,4 milhões para constituir dotações conjuntas, contribuindo as demais entidades públicas e privadas do País com um total de 52,1 milhões. Por sua vez, o Governo americano aplicou, em igual período, 775 mil dólares para equipamento importado.

A contribuição anual do Brasil está fixada em 40,0 milhões de cruzeiros, conforme se acha consignado no Orçamento Geral da União. Quanto aos Estados Unidos da América, além de sua contribuição fixa de 300 mil dólares, está o Ponto IV proporcionando bolsas para especialização de técnicos e rurícolas, no valor de 225 mil dólares e assistência técnica no de 600 mil.

Para 1956, foram programadas novas atividades, em colaboração com outros órgãos, notadamente a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (A.B.C.A.R.) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP).

A Produção Agropecuária em 1956

Os índices disponíveis do volume físico ponderado da produção agropecuária (agrícola, extrativa vegetal e animal), em 1956, permaneceram, praticamente, nos mesmos níveis de 1955. Por esse fato é responsável, exclusivamente, o setor agrícola de exportação — café, algodão e cacau, — afetado, em larga escala, por fenômenos climatológicos desfavoráveis. As safras agrícolas para consumo interno, a produção animal e extrativa vegetal apresentaram níveis satisfatórios de crescimento.

Entretanto, a análise mais meticulosa das colheitas e de sua comercialização e, ainda, o comportamento da produção animal mostram que, embora não evoluíssem os quantitativos globais, se registrou, além de apreciável aumento da produção para o mercado interno, substancial incremento na receita de divisas do País, proveniente da produção rural.

SITUAÇÃO DA AGRICULTURA

Entre as 48 culturas arroladas pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, em 1956, perfazendo cerca de 72 % do conjunto da produção rural, apenas 5, relativamente aos resultados do ano precedente, indicaram quebras nas quantidades produzidas. Destacam-se as perdas nas colheitas de café (— 22,1 %), cacau (— 2,1 %) e algodão (— 1,1 %). As duas outras culturas de pequena importância no conjunto das safras foram: amendoim (— 2,4 %) e cevada (— 8,4 %).

A preços de 1955, êsses cinco produtos absorveram pouco mais de 36% da produção agrícola computada pelo S.E.P., em 1956. Foram êles os responsáveis pela estabilidade do quantitativo global da produção agropecuária. A acentuada redução da safra cafeeira foi conseqüência das geadas caídas no início do segundo semestre de 1955. A quebra da produção de algodão resultou das chuvas abundantes em São Paulo durante a colheita, também sacrificada em termos de qualidade. O mesmo fenômeno afetou a produção de amendoim. Além da «podridão parda», mal que vem sendo combatido intensamente pelos produtores de cacau, as irregularidades das chuvas, na zona cacauzeira do Estado da Bahia, contribuíram para a pequena diminuição da safra.

Enquanto em 1955 os produtos agrícolas destinados aos mercados externos aumentaram suas safras de 20% aproximadamente, no ano findo verificou-se uma diminuição da ordem de 17% nestas colheitas, resultante de condições meteorológicas desfavoráveis. No entanto, êstes produtos (café, algodão e cacau) contribuíram, em 1956, com 81% para a nossa receita de divisas, contra 72% em 1955. Isso foi possível pelo extraordinário incremento das exportações de café, cujo valor em dólares, no último ano, superou em 22% o do anterior. A conjuntura do mercado cafeeiro no ano passado foi boa, pois, aliviando a próxima safra de remanescentes estocados, compensou, em termos de divisas, os prejuízos da colheita.

Ora, se eliminarmos do cálculo do volume físico da agricultura êsses cinco produtos, o resto das colheitas (43 produtos), em 1956, apresenta um acréscimo da ordem de 6%. Melhor ainda, para aferirmos apenas a influência do café no comportamento das últimas safras, verifica-se que, com a sua exclusão, a agricultura melhorou, em aproximadamente, 4,5%, taxa esta superior ao ritmo médio de crescimento verificado no último decênio.

Entre os 43 produtos agrícolas que aumentaram suas colheitas, em 1956, em relação a 1955, merecem destaque os seguintes: milho (+ 9,3%), arroz (+ 1,2%), trigo (+ 10,0%), batata inglesa (+ 10,6%), banana (+ 9,1%), juta (+ 11,5%), soja (+ 11,1%), cana-de-açúcar (+ 4,6%), mandioca (+ 4,2%), uva (+ 17,3%), tomate (+ 15,0%) e cebola (+ 19,9%).

Em face dessas considerações, conclui-se que a produção agrícola para consumo interno cresceu satisfatoriamente, permitindo, não só atender ao crescimento da população, mas, também, à procura, cada vez mais intensa, dos centros urbanos.

Café

Segundo as estatísticas do S.E.P., a produção nacional de café, como vimos, experimentou, em 1956, um forte decréscimo em relação à de 1955. Enquanto a safra de 1955 atingiu 1 370 mil toneladas, a de 1956 foi estimada em 1 067 mil, isto é, 22% menos. Esta queda deveu-se principalmente à ocorrência de fortes geadas em algumas regiões agrícolas, com maior intensidade no Paraná, onde foram mais acentuados os prejuízos causados por aquele flagelo. A produção do referido Estado sofreu, em 1956, um decréscimo de perto de 66% sobre a de 1955. No caso da produção de São Paulo, a redução foi de perto de 12% e no de Minas Gerais, de cerca de 11%.

Verificou-se aumento na safra de 1956 sobre a de 1955 nos cafêzais do Estado do Rio de Janeiro, do Espírito Santo, da Bahia e de Goiás, sendo que, nos dois últimos, a elevação foi de cerca de 12% e 39%, respectivamente.

Embora tenham valor relativo os dados acima, uma vez que as estatísticas referentes à safra de 1956 ainda são provisórias, vêm alertar-nos quanto à conveniência de tomar medidas de proteção contra o efeito das geadas. Neste setor foram realizadas, em 1956, interessantes investigações em áreas sujeitas ao fenômeno no território paranaense, conduzidas por instituições do referido Estado com a cooperação de entidades federais.

Algodão

Como foi visto, a produção de algodão, em 1956, experimentou um pequeno decréscimo em relação à de 1955. A estimativa da safra do último ano é de 424 mil toneladas, isto é 1% abaixo da produção de 1955 que atingiu 428 mil toneladas. Deve-se observar, no entanto, que a produção de 1956 superou as de 1953 e 1954 em cerca de 12% e 8%, respectivamente.

A ligeira queda da produção algodoeira de 1956 deve-se, principalmente, à redução da safra paulista, que baixou de 217 mil toneladas de pluma em 1955, para 184 mil toneladas no último ano. Como foi ressaltado acima, esse fato resultou da ocorrência de chuvas excessivas, que não só reduziram a safra, mas, ainda, afetaram a qualidade do produto.

Nos Estados do Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia e em todos os Estados do Nordeste, com exceção de Alagoas, teve lugar em 1956, uma colheita superior à de 1955.

A proteção à lavoura algodoeira foi assegurada, por um lado, pela garantia do preço mínimo do produto, por outro, pela assistência técnica prestada ao produtor, incluindo o fornecimento de sementes selecionadas. Neste trabalho paciente e contínuo, orientado no sentido da melhoria da qualidade do algodão nacional, e da elevação de seu rendimento agrícola e industrial, tem o Governo encontrado a valiosa colaboração dos governos estaduais.

Trigo

Assim como os demais cereais, teve o trigo no último ano safra mais alta do que no anterior. Colheram-se 1 103 mil toneladas em 1955, estimando-se em 1 212 mil, cerca de 10% maior, a safra de 1956. Com este acréscimo que representa a continuidade do ritmo ascensional da triticultura brasileira, as disponibilidades de origem doméstica, no que toca a esse cereal atingirão este ano cerca de 700 mil toneladas, contra 650 mil comercializadas no ano recém-findo. Contudo, foram ainda adquiridas no Exterior, em 1956, cerca de 1,2 milhões de toneladas, como se verá em outra parte desta Mensagem.

Vê-se, pois, que nesse setor há que produzir mais, comprar menos e distribuir melhor. Para isso o Governo vem empenhando os melhores esforços.

A safra escoada em 1956 não se processou sem distúrbios e, ao lado das fraudes existentes na comercialização do trigo brasileiro, o escoamento da produção se prolongou por todo o exercício. Ainda nos últimos meses do ano que passou, recebia o Governo numerosas reclamações de triticultores que solicitavam

providências para a colocação de suas colheitas, muitas delas realizadas nos últimos meses de 1955.

Para assegurar ao consumidor brasileiro o barateamento de um produto de primeira necessidade, vem o Governo adotando uma taxa especial para o dólar-trigo. Estudos e inquéritos realizados vieram, entretanto, demonstrar que os benefícios dessa política de protecionismo cambial foram, em grande parte, anulados pela prática ilegal do «trigo papel». Originou-se ela, por se tornar atraente a aquisição, pelos industriais, da matéria-prima estrangeira, em detrimento do produto nacional, negociado à base do valor interno do cruzeiro.

É óbvio que a solução do problema geral do trigo no País não se cinge apenas ao escoamento rápido das safras. Mas foi este o problema agudo que o Governo encontrou, e daí a adoção das medidas de emergência, consubstanciadas nos Decretos n.ºs 40 316 e 40 500 de 1956, expedidos já no início da presente safra.

Torna-se evidente a necessidade de se implantar no País, em bases sólidas e seguras, uma política tritícola que, fugindo ao regime das soluções imediatistas e de urgência, dê à produção nacional estabilidade e segurança. Essa política a longo prazo terá necessariamente de fundar-se sobre quatro pontos capitais e a ação do Governo não os tem perdido de vista: 1) construção de silos e armazéns; 2) melhoria dos meios de transporte, com o aparelhamento paralelo dos portos, nos estados produtores; 3) revisão dos critérios que presidem a programação de compras do cereal estrangeiro, evitando que as mesmas venham prejudicar ou retardar o normal escoamento do trigo produzido no País; e 4) a revisão da política de preços do trigo importado e do nacional, no mercado interno, com o objetivo de remover quaisquer incentivos artificiais à aquisição preferencial do produto estrangeiro.

Finalmente, devemos referir-nos ao recente acôrdo celebrado com o Governo norte-americano para aquisição, pelo Brasil, de excedentes agrícolas nos Estados Unidos, pagáveis em cruzeiros, com a cláusula de que esse pagamento será transformado em empréstimo, destinado ao nosso desenvolvimento econômico. Entre outras finalidades, ficou estabelecido que parte desses recursos

seria aplicada na construção de uma nova ferrovia, ligando Passo Fundo a General Luz, no Rio Grande do Sul. Futuramente, essa estrada irá beneficiar consideravelmente o escoamento da safra gaúcha de trigo.

PRODUÇÃO ANIMAL

Os rebanhos brasileiros — bovinos, ovinos, caprinos e suínos — têm evoluído consideravelmente nos últimos tempos. Desde 1953 que a taxa de crescimento de nossos efetivos pecuários, destinados à produção de alimentos, apresenta-se satisfatória. Além de acompanhar o incremento da população, vem atendendo às necessidades adicionais do consumo, sempre maior nos grandes centros urbanos que já se mostram desafogados, neste particular.

Estima-se que o rebanho bovino seja bastante superior à nossa população. Em 1956, previu-se que o número de bovinos atingia 67 milhões de cabeças, enquanto a população brasileira alcança cerca de 60 milhões de habitantes. Está, pois, satisfeita, entre nós, a condição internacionalmente estabelecida de auto-suficiência de carnes de bovinos, que se exprime na relação de um bovino por habitante.

As matanças de bovinos nas grandes zonas abatedoras do País — Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Estado do Rio, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Goiás — estão muito aquém das disponibilidades do rebanho, o que vem determinando a existência de grandes estoques de carne nas áreas criadoras.

A produção de carne bovina representa 85% das carnes produzidas no País. Em 1956, a comercialização do produto cresceu moderadamente, em consequência de mais lenta evolução do consumo nas grandes cidades. Aponta-se como causa disto a elevação brusca dos preços nos dois últimos anos, que força as classes de menor poder aquisitivo a restringir o seu consumo, e uma possível saturação entre as classes mais abastadas.

Como as estatísticas periódicas dos produtos da pecuária revelam apenas o consumo e não a produção disponível, os dados assim obtidos apresentam índices pouco favoráveis. Todavia, são

grandes, atualmente, as disponibilidades de carne no País. E isso explica os freqüentes pedidos de pecuaristas, no sentido de que lhes seja facultado câmbio favorável à venda do produto nos mercados internacionais. O problema está sendo cuidadosamente estudado pelo Governo, que espera solucioná-lo, em breve, nas linhas do Plano de Abastecimento do produto, a fim de salvar o consumo interno dos perigos de escassez da entre-safra.

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL

Espera-se que a produção extrativa vegetal (pouco mais de 2% do conjunto da produção agropecuária), em 1956, tenha apresentado um aumento superior aos 2%. Essa previsão estriba-se em informações parciais sôbre os aumentos na produção da borracha, cêra de carnaúba, castanha-do-pará e oiticica. Dessa forma, a extração vegetal, que desde 1953 vinha acusando sucessivas reduções, parece ter ingressado num período de recuperação. De fato, a parte que se reserva ao consumo interno vem encontrando na indústria nacional mercado garantido e até certo ponto ampliado, enquanto a destinada ao exterior teve também melhores condições de escoamento.

Perspectivas para 1957

As perspectivas da produção agropecuária para 1957 são mais animadoras. A colheita de café este ano terá maior volume, pois, contrariamente ao que aconteceu com a última safra, as condições climáticas favoreceram os cafêzais. A produção algodoeira também crescerá, visto que houve maior interesse do lavrador por essa cultura e as condições do mercado são favoráveis. Não há disponibilidades para exportação e os estoques em poder dos industriais são reduzidos.

As medidas governamentais adotadas em 1956, com o fim de facilitar a produção exportável, parecem ter repercutido animadoramente entre os lavradores, criando ambiente favorável ao aumento da produção.

As grandes colheitas de consumo interno — arroz, trigo, cana-de-açúcar, milho, batata, feijão, etc. — apresentarão, possivelmente, maiores safras, pois as chuvas na região produtora têm beneficiado a lavoura e são ótimas as condições de comercialização desses produtos. Finalmente, a prévia fixação de preços mínimos, para os gêneros de subsistência produzidos nas safras de 1957, proporcionou maiores garantias aos produtores, que, vendo-se protegidos contra os financiamentos a custos elevados, ficam mais dispostos a produzir.

Alimentação

Parece fora de dúvida que a nossa agricultura, destinada ao mercado interno, está evoluindo em ritmo superior ao do crescimento da população. Disto se poderia inferir que o desenvolvimento industrial urbano embora determine migrações de mão-de-obra rural para as cidades, não está motivando diminuição no processo evolutivo da produção agropecuária. Ver-se-ia, ainda, que não se verifica redução no consumo *per capita* de alimentos no País.

As estatísticas revelam que, não só as safras são maiores, seja pela ampliação das áreas cultivadas, seja pelo aumento da produtividade agrícola, como também ocorre apreciável melhoria dos padrões do consumo de alimentos, senão na qualidade, pelo menos em quantidade. Entretanto, é forçoso reconhecer que em certas áreas as condições de alimentação são precárias.

O avanço da ciência médica e a melhor organização de nossos serviços de saúde não bastam para explicar a rápida diminuição da mortalidade geral e infantil do País; pode-se concluir que tal fato resulta, igualmente, do incremento da renda real *per capita* do brasileiro, nos últimos tempos.

Uma apreciação geral do problema alimentar brasileiro viria, por certo, desfazer equívocos que prevalecem, notadamente nos grandes centros demográficos do País, permitindo ver que as perturbações no abastecimento de gêneros alimentícios, se devem

essencialmente às dificuldades de escoamento e não a uma redução nos montantes da produção.

A produção agrícola tem um caráter periódico. Em consequência disto e da dificuldade de escoamento rápido, acumulam-se volumosos excedentes nas épocas das safras, em zonas de produção, — o que dá lugar a considerável desperdício e acentuadas quedas de preços, com prejuízos para o produtor. Por outro lado, nos períodos de entre-safra, ocorrem agudas deficiências, acompanhadas de elevações exageradas dos preços, que afligem o consumidor e só beneficiam a especuladores.

É verdade que, devido a desigualdades climáticas, não coincidem as épocas da safra, em tôdas as regiões agrícolas do País, e isto poderia, até certo ponto, compensar aquela periodicidade e facilitar a regularidade dos suprimentos. Mas, as distâncias e o sistema de transportes, ainda insuficientes, não auxiliam, mormente nos casos dos gêneros perecíveis, a correção, mesmo parcial, da irregularidade, através da falta de coincidência das safras. A industrialização dos produtos agrícolas representa a solução adequada do problema. Com o objetivo de instalar novos empreendimentos e ampliar os já existentes neste importante setor, tem o Governo se esforçado em estimular as iniciativas privadas, assegurando-lhes, dentro dos preceitos administrativos normais e das exigências do interesse nacional, a assistência e o amparo de que necessitam.

Em outras partes desta Mensagem, referimo-nos ao que tem feito o Governo nos setores da produção, armazenagem e transporte de produtos agrícolas. Também, aludimos, em capítulo especial, às ponderáveis contribuições que pesquisas zootécnicas e agronômicas têm trazido ao fomento da produção. A par disso, órgãos especializados procederam a investigações sobre nutrição, visando principalmente aos problemas alimentares específicos da região tropical. Paralelamente, foram intensificadas, em laboratórios e instalações-piloto oficiais, investigações relativas a problemas de tecnologia alimentar e ensaios sobre práticas de industrialização e conservação de alimentos de origem vegetal e animal. São estas, sem dúvida, providências básicas para solução do problema alimentar do Brasil.

Ao lado dessas providências, tendo em vista resultados imediatos, outras vêm sendo tomadas, através de diversos órgãos sob a supervisão do Conselho Coordenador do Abastecimento, para aferir as disponibilidades dos produtos essenciais ao consumo. Também se vem promovendo a coordenação de todos os meios de transporte, sob controle ou orientação do Governo, com o objetivo de proporcionar escoamento ordenado e metódico aos produtos destinados à alimentação. Além disso, procura-se dar melhor aproveitamento à rede distribuidora governamental, formada pela COFAP, pelas COAP, pelo S.A.P.S. e pelas Cooperativas de Consumo atualmente existentes.

Se é verdade que, de modo geral, o brasileiro se está alimentando melhor, é forçoso reconhecer que a forte alta de preços constitui séria e permanente ameaça à manutenção de seus padrões alimentares. Pondere-se, contudo, que apesar dos reajustamentos salariais de 1956, e das majorações de impostos e de tarifas, o custo da alimentação, no ano findo, conforme atestam os índices conhecidos, manteve praticamente o mesmo ritmo de alta observado em 1955. No Distrito Federal, por exemplo, o custo da alimentação cresceu de 24,4%, de 1954 para 1955, enquanto, de 1955 para 1956, a elevação foi de 23,6%. Todavia, os preços dos alimentos continuam crescendo e há, neste começo de ano uma indisfarçável e forte tendência ascensional. Torna-se, assim, necessário adotar novas medidas de emergência, capazes de deter a ascensão dos preços.

Três são as principais causas da elevação dos preços dos gêneros alimentícios: a inflação, que determina a tendência alista; o rápido crescimento dos centros urbanos, não acompanhado pelos meios de escoamento da produção; e finalmente, a desorganização do mercado, que se alia à segunda causa, favorecendo manipulação do mercado distribuidor e permitindo manter sempre rarefeito o abastecimento. As medidas relativas ao combate às duas primeiras causas são, notoriamente, de efeito mais demorado. Ao passo que a última, pode ser atenuada a curto prazo, por uma série de medidas a cargo do Conselho Coordenador do Abastecimento.

Para ilustrar a assertiva referente à desorganização do mercado, lembramos aqui que, enquanto os rebanhos bovinos do País crescem rapidamente, gerando no momento situação de excedentes exportáveis, e fazendo cair sensivelmente a cotação do boi, o preço da carne no varejo, nesta fase atual de plena safra de perfeito suprimento dos mercados consumidores, permanece em níveis os mais elevados.

De acôrdo com o Plano de Abastecimento para 1957, elaborado por aquêle Conselho, exercer-se-á maior intervenção do Governo no mercado de gêneros alimentícios, enquanto perdurar a situação de anormalidade, e recursos serão proporcionados à COFAP e ao S.A.P.S. para que melhor desenvolvam a sua atuação nas fontes de produção e na distribuição ao consumidor. Procurar-se-á, por outro lado, dinamizar ao máximo as disponibilidades de transporte e armazenagem, bem como promover a importação, devidamente dosada, nos setores de maior tendência altista e ampliar e conferir maior eficácia à política de garantia de preços mínimos e de crédito ao pequeno produtor.

Desta forma, procurará o Governo minorar as dificuldades de abastecimento que se anunciam. Espera, ainda, poder atenuar ou mesmo evitar, no futuro, através das medidas a que antes me referi a repetição desses desequilíbrios de abastecimento no mercado consumidor.

CAPÍTULO V

INDÚSTRIA

Aspectos Gerais da Industrialização

O Brasil já alcançou, há bastante tempo, um estágio de desenvolvimento econômico em que não é mais possível depender da exportação de produtos primários e da importação de manufaturas. Já não cabe a indagação sôbre se devemos ser um país agrícola, exportador de matérias-primas e importador de manufaturas ou se, ao contrário, nos devemos industrializar, pois, dada

aquela circunstância, a industrialização constitui imperativo para que o País possa continuar a progredir num ritmo satisfatório. Compreendendo este fato, todo o meu programa de desenvolvimento econômico se orienta no sentido de criar as condições necessárias à rápida expansão do nosso parque industrial.

Esta tendência natural no sentido do aumento da participação das manufaturas na produção total, já vem fazendo sentir os seus efeitos, pois nos últimos anos a indústria tem-se expandido mais rapidamente do que qualquer outro setor. O Brasil conta hoje com um parque industrial considerável, o qual, no entanto, carece de certo equilíbrio entre os diferentes ramos manufatureiros, uma vez que as indústrias de produtos finais, especialmente de bens de consumo, predominam sobre as indústrias básicas, produtoras de matérias-primas e de equipamentos.

Nosso parque industrial está, assim, na dependência do exterior para se abastecer de grande parte das matérias-primas que consome. A debilidade da indústria mecânica, por outro lado, faz com que não só o industrial, mas todos os outros setores da economia, tenham que recorrer à importação para a obtenção da quase totalidade do equipamento de que carecem.

A economia brasileira já atingiu dimensões suficientes para comportar a operação econômica de indústrias de base, tanto no setor de matérias-primas como no de equipamentos. O programa do atual Governo, no que toca ao fomento da industrialização, está estruturado para transformar o País em grande potência industrial.

Dentro do atual quinquênio, a capacidade de produção manufatureira deverá ser quase duplicada e o nível de eficiência experimentará sensível melhoria, em virtude, não só da expansão do parque industrial, mas também do maior equilíbrio entre os setores que o compõem.

A política geral de industrialização compreende a criação e manutenção de um clima geral de estabilidade e de otimismo, próprio aos investimentos industriais, o qual será complementado, quando necessário e aconselhável, pela proteção contra a concorrência estrangeira através da política cambial ou tarifária. Ainda no que toca à política geral, outra medida a que o Governo atri-

bui grande importância refere-se à atração dos empresários estrangeiros que, com a sua técnica e o seu capital, poderão prestar valiosa ajuda na construção do nosso parque industrial. São condições essenciais de uma política de estímulo ao capital estrangeiro a estabilidade política, cambial e monetária. A primeira dessas condições já foi satisfeita nesse primeiro ano de mandato: existe hoje, efetivamente, um clima geral de confiança nas instituições e no Governo. Quanto ao setor cambial, a queda geral do nível dos ágios e o fortalecimento do cruzeiro no mercado livre constituem fatos de grande significação. Por sua vez, o combate à inflação, no qual o Governo se empenhou decididamente, só nos últimos meses começou a fazer sentir seus resultados. As perspectivas para 1957 são porém tranquilizadoras. Conseguida a confiança nas instituições e na moeda, haverá condições favoráveis à entrada de capitais originários de outros países, que deverão afluir em grande escala, diante das excelentes oportunidades que o Governo está tratando de tornar conhecidas dos investidores estrangeiros. O vulto dos investimentos diretos registrado em 1956 já é fruto da sã política adotada pelo Governo com relação a esses aspectos.

Para certas indústrias, essas medidas de ordem geral não são suficientes. A imperiosa necessidade, por exemplo, de desenvolver a indústria básica aconselha incentivos mais fortes como a concessão de favores cambiais ou o financiamento de parte das inversões com recursos públicos. Conquanto seja propósito do Governo deixar o desenvolvimento industrial a cargo da iniciativa privada, em certos casos especiais e onde esta, por uma razão ou por outra, não estiver em condições de assumir a responsabilidade de desenvolver determinado setor, poderá o Governo intervir diretamente, através de empresas estatais.

O caso mais frisante é o da exploração, refinação e transporte marítimo do petróleo, a cargo da Petrobrás. Em situação semelhante está a indústria de álcalis, cujo mercado, no entanto, continua aberto à iniciativa privada. A grande siderurgia, a indústria automobilística, a exportação de minérios em larga escala constituem outros tantos ramos industriais em que o Estado teve

que assumir o papel de pioneiro. Tem o Governo, porém, o maior interêsse em estimular a iniciativa privada para a organização de outros empreendimentos nesses ramos, de modo a aliviá-lo da responsabilidade da sua expansão, exceção feita, como é óbvio, ao caso do petróleo, que constitui monopólio estatal.

Durante o ano de 1956, apesar das dificuldades de importação e de financiamento determinadas pela necessidade de recompor a posição cambial e de evitar a exacerbação das pressões inflacionárias, prosseguiu o processo de expansão do parque industrial do País. Conquanto os levantamentos estatísticos ainda não permitam o cálculo preciso do volume total da produção industrial no ano transato, há indícios de que o volume físico da produção teria registrado aumento substancial, relativamente ao ano anterior.

Grande progresso foi feito na indústria química, principalmente na refinação de petróleo, na indústria mecânica e na indústria extrativa mineral. A produção siderúrgica, medida em termos de aço em lingotes, acusou aumento de 16% e a de cimento experimentou acréscimo de 20%.

Fato de grande importância ocorrido em 1956 foi o renascimento do interêsse dos capitalistas estrangeiros pelo desenvolvimento industrial do País. Esse renascimento deve-se principalmente ao clima de confiança que o novo Governo conseguiu estabelecer no Exterior. A verdade é que hoje se transformou inteiramente o conceito em relação ao Brasil, e o nosso País está ocupando o primeiro lugar como mercado para capitais estrangeiros. Os investimentos diretos no País, registrados pela Superintendência da Moeda e do Crédito, em 1956, nos termos da Instrução nº 113, somaram, em termos de dólares americanos, US\$ 51,7 milhões; a estes devem-se acrescentar aqueles investimentos que, por não serem registráveis ou por estarem os empresários desinteressados no respectivo registro, não são controlados por aquela Superintendência.

Segue-se uma descrição sucinta da situação das principais indústrias básicas que o Governo está empenhado em implantar ou desenvolver, bem como dos planos e políticas respectivas.

Indústrias Extrativas Minerais

O insuficiente desenvolvimento da mineração vem constituindo um dos pontos mais fracos da nossa economia, que depende, por isso, excessivamente do exterior, para a obtenção de combustíveis e matérias-primas de origem mineral. A dificuldade de transportes internos e a insuficiência de recursos financeiros para atender aos elevados gastos de capital que os empreendimentos no setor da mineração costumam exigir, podem ser apontadas como fatores que têm contribuído decisivamente para o atraso relativo da mineração, visto que o País é, sem dúvida, reconhecidamente bem dotado de recursos minerais, mesmo tendo em conta o pouco que ainda conhecemos do seu subsolo.

A princípio, a dependência das importações não apresentava maior problema, pois as necessidades do País eram pequenas e a exportação proporcionava o volume de divisas suficiente. Com o desenvolvimento econômico, ampliaram-se consideravelmente as necessidades de produtos de origem mineral e, não tendo a exportação aumentado proporcionalmente, começaram as importações de produtos minerais a constituir grave ameaça ao equilíbrio do nosso balanço de pagamentos. A exploração dos nossos recursos minerais tornou-se, assim, necessidade imperiosa. Além de poupar divisas, a intensificação da mineração pode vir até a representar ponderável fonte de produção de divisas, pois existem reais possibilidades no mercado internacional, para os nossos produtos minerais.

Além dos planos governamentais, verifica-se redobrado interesse na mineração, por parte de nossos industriais, que parecem estar perfeitamente cômicos de que a exploração dos recursos do subsolo é, dadas as limitações da nossa capacidade para importar, condição essencial para a continuação do nosso desenvolvimento industrial. Intensificam-se os estudos para determinar as possibilidades econômicas de exploração das ocorrências já conhecidas, e equipes de geólogos percorrem, por conta de entidades públicas ou privadas, o território nacional à procura de jazidas minerais.

O maior esforço de pesquisa e exploração está sendo feito pelo próprio Governo, que, no empenho de resolver o magno problema do petróleo, organizou e dotou de vultosos recursos a Petrobrás.

A repartição competente do Governo — o Departamento Nacional da Produção Mineral — não está, infelizmente, aparelhada para atender concomitantemente à intensificação de seus trabalhos normais e às novas atribuições que o desenvolvimento do País dela está a exigir. Impõe-se uma reforma de base. Contudo — além de suas atribuições administrativas de exame dos pedidos de autorização de pesquisa, requerimentos de concessão de lavra, etc. — vem fazendo reconhecimentos geológicos esparsos, não chegando, porém, a completar os estudos das formações geológicas, essenciais ao planejamento da pesquisa dos recursos minerais.

Todavia, por iniciativa própria ou em colaboração com particulares, o Departamento Nacional da Produção Mineral realizou, em 1956, pesquisas minerais em vários pontos do território brasileiro.

Em Pernambuco, fizeram-se prospecções de fosfato, calcário e águas subterrâneas; ainda com o mesmo objetivo, continuaram os trabalhos no Piauí e Maranhão, tendo sido abertos 26 poços e desobstruídos 2, apurando-se a vazão global de 438 100 litros por hora. Perfurações feitas em Teresina, com êsse objetivo, indicaram, entre 195 e 205 metros de profundidade, ocorrências de pirita.

Em vários pontos do Estado de Minas Gerais, foram realizadas pesquisas, destacando-se: minerais atômicos e bauxita, em Poços de Caldas; estanho, na região de São João del Rei; tufitos, em Mata da Corda; pirocloro, em Tapira; amianto, em Nova Lima; chumbo, zinco e cobre, na região de Vazante. Concluiu-se, por outro lado, o levantamento aerofotogramétrico do Quadrilátero Ferrífero do Centro de Minas Gerais, parte principal dos levantamentos geológicos e estudos de jazidas que, desde 1948, aí vêm sendo realizados por uma comissão mista de geólogos brasileiros e norte-americanos.

No litoral do Estado do Espírito Santo, em 1956, foram realizadas 488 sondagens para a pesquisa de areias monaziticas.

Em São Paulo, tem sido intensa a atividade de pesquisa e exploração de diversas matérias-primas minerais, cuja procura, por parte do parque industrial paulista, se expande rapidamente. No Vale da Ribeira incrementam-se as pesquisas e prossegue a exploração do chumbo.

As pesquisas na faixa carbonifera que se estende por 100 quilômetros, desde Abaiti até Ortigueira, no Estado do Paraná, foram dadas por concluídas. Nos campos carboníferos do rio Tibagi e do rio do Peixe, os estudos já permitiram medir reserva da ordem de 42 milhões de toneladas. Ainda no Paraná, foram realizadas prospecções para localizar jazidas de talco, no Município de Ponta Grossa.

No Estado de Santa Catarina, em trabalhos de cooperação com as empresas mineradoras de carvão, o D. N. P. M. executou 80 furos de sondagem, no total aproximado de 2 200 metros. Analisaram-se, por outro lado, no laboratório local, 1 285 amostras de carvão.

No Rio Grande do Sul, prosseguiram as pesquisas de jazidas de carvão, na região de São Sepé, e das jazidas de cobre, na região de Cerro dos Andradas e de Santa Bárbara.

Em 1956 prosseguiu, por parte da empresa concessionária, a execução das obras e instalações para a exploração dos fosfatos de Olinda, devendo iniciar-se a produção em grande escala, nos primeiros meses do corrente ano. Foram, por outro lado, concluídos os trabalhos preliminares e iniciada a produção e exportação de manganês das jazidas da Serra do Navio, no Território do Amapá. É ocioso ressaltar a importância destes dois empreendimentos para a economia nacional. O primeiro entregará ao mercado nacional cerca de 240 mil toneladas de fosfatos naturais, produto indispensável à agricultura e que vinha sendo importado. O segundo possibilitará a exportação de cerca de 700 000 toneladas por ano de minério de manganês, o que proporcionará uma receita em divisas da ordem de US\$ 20 milhões por ano. Para avaliar o impacto do novo empreendimento no setor da mineração, basta assinalar que a exportação de 2 270 mil toneladas de minério de

ferro, feita pela Cia. Vale do Rio Doce, em 1956, rendeu ao País US\$ 29 milhões, aproximadamente.

Além destes dois empreendimentos, vale mencionar pela importância que poderá assumir na economia do País, as jazidas de minério de zinco e de cobre descobertas na região de Vazante, cuja possança está sendo estudada, a fim de determinar seu valor econômico.

As atividades diretas ou indiretas do Governo, no setor da mineração, são exercidas através do Departamento Nacional de Produção Mineral, da Petrobrás, da Cia. Vale do Rio Doce, da Cia. Siderúrgica Nacional e da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional. A atuação da Petrobrás, da Cia. Siderúrgica e da Comissão Executiva do Plano do Carvão foi apresentada em outra parte desta Mensagem.

A Cia. Vale do Rio Doce, empresa de economia mista, dedica-se à exploração e exportação de minério de ferro, operando, para isso, a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Em 1956, a Companhia exportou aproximadamente 2 270 mil toneladas de minério, que renderam US\$ 28 979 mil, com pequeno aumento de 8 000 toneladas, relativamente ao ano anterior. Contudo, os melhores preços obtidos nas vendas do produto permitiram acréscimo da ordem de US\$ 2,5 milhões no valor global da exportação.

A Companhia está empenhada na conclusão do plano de expansão das instalações, de modo que possibilite a exportação anual de três milhões de toneladas. Este plano está sendo financiado com recursos próprios da Companhia e com os resultantes de um empréstimo do «Eximbank», no valor de US\$ 3 920 mil, garantido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Os seus efeitos se farão sentir no corrente ano, para o qual está programada a exportação de 2 800 mil toneladas.

Está sendo estudado presentemente outro plano de ampliação, visando alcançar a exportação de 6 milhões de toneladas, em 1960. Cogita-se, também, de elevar a exportação para o nível de 10 milhões de toneladas por ano. Nesse sentido, estudos cuidadosos estão sendo feitos, em coordenação com o Conselho do Desenvolvimento.

A posição econômica e financeira da Companhia Vale do Rio Doce é das mais sólidas, estimando-se que o seu lucro, em 1956, tenha alcançado Cr\$ 390 milhões.

Siderurgia

No seu plano de metas, o Governo fixou em 2 milhões de toneladas a produção anual de laminados a ser atingida em 1960, o que representará a duplicação do nível registrado em 1955. Não obstante esse considerável aumento, a procura interna de produtos siderúrgicos, que provavelmente alcançará, naquele ano, 2,3 milhões de toneladas, não poderá ainda ser satisfeita, integralmente, pela produção nacional.

Os planos já em fase de execução, que compreendem notadamente a expansão das usinas existentes, asseguram o aumento da produção, em 1960, para cerca de 1700/1800 mil toneladas. O Governo dará todo o apoio a novos programas de ampliação que lhe forem apresentados, contanto que se apresentem técnica e economicamente viáveis, de modo que se adicionem mais 200 a 300 mil toneladas às usinas existentes, e se limite a cerca de 300 mil toneladas por ano, o *deficit* a ser coberto pela importação.

Para que a produção nacional de laminados possa elevar-se acima do nível de 2 milhões de toneladas, considera-se imprescindível o projetamento de novas usinas de grande porte. Após 1960, a procura de produtos siderúrgicos continuará a expandir-se rapidamente e, por isso, torna-se necessário iniciar desde já a construção de novas usinas.

No Brasil, coube ao Estado o papel de pioneiro na implantação da grande siderurgia e até hoje a Companhia Siderúrgica Nacional ainda participa com mais de 50% da nossa produção de laminados.

Os planos existentes levam a crer que essa predominância da iniciativa pública sobre a privada se manterá até 1960, pelo menos. O Governo, entretanto, procura prestigiar e apoiar projetos da ini-

ciativa privada, de modo que não tenha de assumir responsabilidade direta na ampliação da capacidade produtiva do nosso parque siderúrgico, após 1960.

Atualmente, dois projetos de construção de novas usinas siderúrgicas vêm sendo estudados por empresas particulares. Um deles prevê a instalação, nas imediações de Santos, Estado de São Paulo, de uma usina integrada, com capacidade para 300 mil toneladas de chapas por ano. O outro contempla a implantação, nas proximidades das jazidas de minérios, em Minas Gerais, de grande usina a coque, com capacidade para 400 mil toneladas de laminados. Os planos dessas duas usinas ainda não avançaram suficientemente, mas o Governo incentiva os capitalistas interessados a prosseguir nos estudos e entendimentos necessários.

Reconhecendo que a iniciativa privada dificilmente conseguirá reunir a totalidade dos vultosos recursos que a indústria requer, está o Governo disposto a cooperar financeiramente com empresas particulares, a fim de assegurar a expansão da indústria.

Para se ter uma idéia da magnitude dos recursos exigidos por esse ramo industrial basta atentar em que o atual programa de expansão do parque siderúrgico — que aumentará a sua capacidade de produção em cerca de 700 mil toneladas — implicará em despesas da ordem de 5 bilhões, em moeda nacional, e de US\$ 100 milhões, em moeda estrangeira. O custo de implantação dos dois projetos referidos está estimado preliminarmente em US\$ 170 milhões para o equipamento a ser importado, e em Cr\$ 10,6 bilhões, para as despesas no País.

O ano de 1956 assinalou novos progressos na produção siderúrgica brasileira. A produção de gusa aumentou de 7,5% em relação ao ano anterior, passando de 1 069 mil toneladas para 1 149 mil, de aço em lingotes foram produzidas, no ano findo, 1 353 mil toneladas, contra 1 162 mil em 1955, ou seja o acréscimo de 16%, e, quanto aos laminados, pela primeira vez foi ultrapassada a casa de 1 milhão de toneladas, tendo a produção atingido a 1 120 mil toneladas, o que corresponde a um aumento de 14% sobre a do ano de 1955.

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

As atividades da Usina de Volta Redonda, bem como as diversas realizações nos setores de extração de carvão e minério, apresentaram, no curso de 1956, resultados ainda mais auspiciosos que em 1955, tendo-se alcançado a plena utilização do equipamento disponível. As indicações abaixo apresentadas demonstram a solidez desse empreendimento estatal.

A produção de coque alcançou 475 554 toneladas; a de gusa atingiu 553 820 toneladas, tendo ultrapassado em 55 631 toneladas a do ano anterior. A produção de aço em lingotes, computada a produção do forno elétrico da fundição, foi de 739 996 toneladas, superando, assim, a produção do ano anterior em 94 150 toneladas. Foram obtidas 579 079 toneladas de aço laminado, contra 512 666 em 1955, o que corresponde a um acréscimo de 13 %.

Quanto ao carvão das minas da Companhia, em Santa Catarina, foram extraídas 198 373 toneladas; a Usina de Lavagem de Capivari beneficiou toda a produção própria da Companhia e mais 767 081 toneladas de carvão de outros mineradores desse beneficiamento resultaram 277 065 toneladas de carvão metalúrgico e 383 245 de carvão-vapor.

No setor da navegação, os navios da Companhia transportaram 734 693 toneladas, sendo 464 283 de carvão nacional, 102 786 de carvão importado, 85 735 de minério exportado e 81 889 de carga geral.

No que se refere à energia elétrica, a usina termelétrica que a Companhia opera junto à Usina de Lavagem de Capivari (Tubarão, Santa Catarina) produziu 72 208 000 kWh, dos quais 9 810 000 foram consumidas pela própria Companhia, sendo o saldo fornecido a diversos centros importantes de Santa Catarina.

O valor das vendas, inclusive subprodutos de destilação do carvão, totalizou Cr\$ 6 209 522 053,70, ultrapassando, em Cr\$ 1 990 598 287,00, a cifra do ano anterior. Estima-se que o lucro líquido tenha alcançado Cr\$ 996 218 492,20, quantia mais de Cr\$ 200 milhões acima da obtida no exercício anterior.

Em 1956 a Companhia pagou a seus acionistas, como dividendos, Cr\$ 129 759 846,40, assim discriminados: ao Tesouro

Nacional, Cr\$ 86 880 000,00; aos acionistas particulares Cr\$ 13 107 846,40, e às autarquias Cr\$ 29 772 000,00. Manteve-se a taxa de 6% para as ações preferenciais, 7,5% para as ações do Tesouro Nacional e 10% para os acionistas particulares.

Foi totalmente subscrito o aumento de capital na importância de Cr\$ 500 milhões, autorizado pela Lei nº 2 206, de 5 de maio de 1956, tendo sido tomadas pelo Tesouro Nacional ações equivalentes a Cr\$ 434 400 000,00 e por acionistas particulares, que exerceram seu direito legal de preferência, Cr\$ 65 600 000,00 de novas ações.

Foi possível à Companhia prosseguir, com recursos próprios, suas imobilizações inadiáveis, realizando, dentro das respectivas possibilidades financeiras, despesas de montagem de equipamentos indispensáveis às suas atividades.

A Companhia Siderúrgica Nacional está empenhada na execução do seu Segundo Plano de Expansão, o que permitirá elevar a produção para 1 milhão de toneladas de aço em lingotes e 750 mil toneladas de laminados. Os recursos necessários à execução do plano foram assegurados pelos Cr\$ 500 milhões provenientes do aumento do capital social, e pelo empréstimo de US\$ 35 milhões contratado com o «Export-Import Bank».

COMPANHIA AÇOS ESPECIAIS ITABIRA

Com o auxílio financeiro proporcionado pelo Banco do Brasil S. A., seu maior acionista, a Cia. Aços Especiais Itabira — Acesita — está executando o seu programa de ampliação. Terá assim sua capacidade atual aumentada de 50 000 para 120/125 000 toneladas anuais de aço em lingotes, numa primeira fase a ser atingida em 1959. Passará depois para novo programa de expansão, até atingir 250 000 toneladas.

Visando, sobretudo, à produção de aços especiais, como complemento de Volta Redonda, a Acesita, já com os equipamentos encomendadas na Europa, deverá, a partir de 1959, oferecer ao mercado 82 800 toneladas de produtos acabados, a saber: chapas de aço de silício, barras de aço Cr-Ni, barras de aço Cr-Ni-Mo, forjados, tarugos de aço ao carbono e aços especiais diversos.

Metais não Ferrosos

O consumo nacional de não ferrosos, que já é significativo, tende a crescer rapidamente com o processo de desenvolvimento industrial. Estimativas conservadoras indicam que as necessidades nacionais ascenderão, em 1960, a uma quantidade de metal equivalente a mais de US\$ 100 milhões. Se não conseguirmos aumentar substancialmente a produção interna, a importação desses metais poderá, em futuro próximo, passar a constituir problema para o balanço de pagamentos.

No problema do desenvolvimento da produção primária dos metais não ferrosos é conveniente considerar separadamente o alumínio, dado que o aumento de sua produção depende, unicamente, da disponibilidade de energia elétrica e da ampliação das instalações para o processamento da bauxita, minério do qual possuímos grandes reservas. O fator limitante, no caso dos outros não ferrosos mais usados, é antes a disponibilidade de recursos minerais. Com efeito, as jazidas já localizadas ou são pobres ou o minério se apresenta sob forma de compostos que tornam difícil a recuperação econômica do metal.

Já existem no País duas empresas produtoras de alumínio. Sua capacidade de produção ainda é pequena, mas, com a execução dos planos de expansão em que tais empresas estão empenhadas, a produção nacional poderá aumentar substancialmente, aproximando-se das necessidades mínimas do mercado que, em 1960, deverão se situar, consoante estimativa feita recentemente, em torno de 30 mil toneladas por ano. Graças às condições brasileiras, particularmente favoráveis à produção do alumínio, é legítimo pensar em produção para exportação. O Governo está interessado em fomentar essa indústria, não só para garantir o abastecimento do mercado interno, mas também com vistas à exportação.

A metalurgia do cobre é feita à base de sucata e de concentrados, provenientes de jazidas situadas no Rio Grande do Sul e Estado de São Paulo, ou importados do Chile. A produção é pequena em relação às necessidades do mercado. Conquanto a única empresa produtora esteja ampliando suas instalações, ainda estamos longe de poder abastecer o mercado nacional. Os fatores

limitantes são, principalmente, as disponibilidades de minérios. Estudos estão sendo feitos objetivando não só o descobrimento de novas jazidas e o melhor conhecimento da possança das existentes, mas também o desenvolvimento de novos processos tecnológicos que tornem possível a utilização econômica de minérios não convencionais.

O chumbo é outro metal que o País produz em quantidade insuficiente. São pobres as jazidas de minério atualmente exploradas, que se situam no Vale da Ribeira, em São Paulo. O Departamento Nacional de Produção Mineral, conforme consta de outra parte desta Mensagem, vem realizando, em cooperação com a empresa concessionária, pesquisas no distrito plumbífero do Vale da Ribeira, objetivando a ampliação das reservas.

A produção nacional de minério de estanho (cassiterita) vem aumentando após a instalação da indústria nacional de redução e refino, em Volta Redonda. Prosseguiu na região de São João del Rei o programa de cooperação com empresas que ali exploram o minério estanífero, beneficiado na usina montada pelo Governo próximo à estação de Nazareno. Para completar essa usina, acha-se em fase adiantada de montagem um conjunto de dois separadores eletrostáticos construídos na Alemanha e que devem entrar em funcionamento ainda no primeiro semestre de 1957.

Quanto ao zinco e níquel, existem grandes jazidas no País, mas de minérios que não comportam o tratamento pelos processos convencionais. Há pouco foi descoberto, para tratamento dos minérios silicatados, um processo que deu resultados excelentes. Se comprovada, em escala industrial, a possibilidade de utilização de tais minérios, novas perspectivas se abrirão para esse ramo da metalurgia no País.

Cimento

A indústria de cimento no País figura entre aquelas de desenvolvimento mais rápido e expressivo. Pela tendência de expansão que apresenta, pode-se mesmo assegurar que será ultrapassada a meta prevista pelo Governo — produção de 5 000 000 de toneladas em 1960.

Em 1956 a produção nacional alcançou 3,3 milhões de toneladas, aproximadamente, o que representa acréscimo de cerca de 550 mil toneladas ou, em termos relativos, de 20% sobre a produção do ano anterior. A rapidez com que se vem expandindo essa indústria pode ser bem aquilatada se se considerar que a produção de 1956 foi igual ao dôbro da de 1952 e ao triplo da de 1948. Exceção feita a alguns tipos especiais, o Brasil, já é, hoje, auto-suficiente no tocante às suas necessidades de cimento, podendo até mesmo destinar uma parte da produção, localizada em zonas apropriadas, para venda ao exterior, como ocorreu no ano passado.

Em 1956 funcionavam no País 23 fábricas de cimento, com uma capacidade nominal de produção superior a 3 700 000 toneladas, figurando os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais como os maiores produtores.

A expansão e progresso dessa indústria vem sendo feita exclusivamente pela iniciativa privada e, sobretudo, por capitalistas nacionais, de vez que — com exceção de duas, das quais uma é de capital misto — tôdas as fábricas existentes pertencem a empresas brasileiras. A indústria do cimento já atingiu a maturidade. Prova disso está no fato de que a iniciativa privada tem planos de novas instalações, que permitirão atender ao crescimento do consumo nos anos futuros, e alcançar, ou mesmo ultrapassar, a meta de produção de 5 milhões de toneladas, fixada para 1960.

Papel e Celulose

As indústrias do papel e da celulose foram consideradas básicas no programa do Governo, figurando, assim, entre aquelas cujo desenvolvimento, no País, deve ser fomentado. Efetivamente, sendo o Brasil relativamente bem dotado de matérias-primas celulósicas, não se justifica que continuemos a despender cerca de US\$ 55 milhões, por ano, com a importação de celulose e papel de imprensa, mormente se se considerar que o nosso consumo por habitante — cerca de 9 kg, entre papel e papelão — ainda é um dos mais baixos do mundo.

A indústria do papel propriamente dita, excetuada a de papel para impressão de jornais, já se encontra bem desenvolvida no País e tem capacidade para abastecer o mercado. Depende, porém, de celulose importada, pois a produção nacional dessa matéria-prima é suficiente para atender apenas a uma fração das necessidades.

Com o papel para impressão de jornais acontece o mesmo que com a celulose: a produção da única fábrica que existe no País é insuficiente para suprir as necessidades nacionais, que aumentam rapidamente com o nosso desenvolvimento econômico, social e cultural. As importações necessárias para cobrir as deficiências da produção interna montam a mais de 100 mil toneladas por ano.

O Governo reconhece que, no passado, não houve condições propícias ao desenvolvimento da indústria de celulose e de papel para impressão de jornais. A manutenção de uma taxa cambial oficial, que valorizava artificialmente o cruzeiro, e a ausência de proteção aduaneira tornavam praticamente inviável o desenvolvimento da indústria, não lhe dando meios para enfrentar a concorrência estrangeira. A modificação do sistema cambial operada em 1953, criou situação favorável ao desenvolvimento dessa indústria, despertando o interesse dos empresários nacionais e estrangeiros em instalar fábricas no País. No que toca ao papel para impressão de jornais, porém, ainda não dispomos de condições que assegurem rentabilidade aos empreendimentos industriais do ramo, uma vez que o produto continua a ser importado a uma taxa de câmbio que representa verdadeiro subsídio ao consumo nacional do produto estrangeiro. O desenvolvimento dessas indústrias, possibilitando o aproveitamento econômico de recursos naturais que o País possui em abundância, exerce duplo impacto sobre a economia nacional, de vez que aumenta a renda não só no setor industrial, como também no setor agrícola ou florestal. Quando substituímos uma tonelada de celulose ou de papel importado, pela produção nacional, substituímos, não somente o valor do trabalho e a remuneração do capital estrangeiro incorporados no produto, mas também a renda pela utilização dos recursos naturais estrangeiros. Está o Conselho do Desenvolvimento estudando as medidas que o Governo deve tomar, em prol da expansão da indústria de celulose e de papel para impres-

são de jornais. Pelos projetos em estudo, é de esperar-se que, dentro dos próximos três ou quatro anos, esteja o País produzindo celulose em quantidade suficiente para suprir suas necessidades.

Química de Base

Tem o Governo o maior empenho em promover o desenvolvimento da indústria química de base, pois se trata de estágio indispensável à integração do nosso parque manufatureiro. A deficiência de carvão mineral e a falta de enxôfre constituíam, até há bem pouco tempo, desvantagem fundamental para a implantação da indústria química no Brasil. Esta desvantagem está agora compensada, em parte, pela refinação de petróleo no País, o que tornou possível a implantação de nossa indústria petroquímica. Por outro lado, começam a concretizar-se os estudos e planos relativos ao aproveitamento do enxôfre contido na pirita do carvão nacional. Estes dois fatos, conjugados com a produção de álcalis e de nitrogenados sintéticos, proporcionarão as bases necessárias à expansão da indústria química.

Petroquímica

Esta indústria, de essencialidade iniludível, por constituir base para o funcionamento de inúmeras outras, só se tornou viável no País depois do início da refinação de petróleo em larga escala, já que a dimensão mínima das suas unidades industriais exige suprimento de matéria-prima impossível de obter-se em pequenas refinarias. Demais, o mercado nacional de produtos químicos reclama o seu surgimento em curto prazo.

A própria Petrobrás, a fim de bem aproveitar os gases residuais da refinaria de Cubatão, planejou e está concluindo a construção de uma usina de fixação do nitrogênio do ar e uma fábrica de eteno. A primeira, em fase de operação preliminar, produzirá adubos nitrogenados, que hoje importamos, e tornará disponível, para outras indústrias, matérias-primas de grande importância, como amônia e ácido nítrico. A segunda, ao assegurar o fornecimento de eteno, possibilitará o funcionamento de indústrias de

resinas sintéticas, base da fabricação de materiais plásticos, de uso tão difundido atualmente.

E' grande o interesse dos industriais pelo aproveitamento dos subprodutos do conjunto industrial de Cubatão. Grupos privados já planejam instalar outra unidade de fixação do nitrogênio do ar, a ser localizada, possivelmente, na Bahia. São, pois, ótimas as perspectivas de desenvolvimento das indústrias petroquímicas, estando o Governo empenhado em apoiar os planos da iniciativa privada, no setor.

Novas perspectivas para esse ramo da indústria química, surgem com a construção de mais uma grande refinaria da Petrobrás, destinada a suprir de derivados do petróleo a região abastecida pelo Rio de Janeiro e que entrará em operação no ano de 1959.

Alcalis

A implantação da indústria de álcalis, — que constitui peça essencial do parque manufatureiro, pois seus produtos principais, soda cáustica e barrilha, entram no processo de fabricação dos mais variados produtos da indústria química e outras, — vem constituindo, desde longa data, preocupação das autoridades. Infelizmente, porém, só agora se estão concretizando os planos para instalação de uma fábrica em Cabo-Frio, pela Companhia Nacional de Álcalis.

Com o crescimento industrial do País, o consumo de álcalis tem aumentado consideravelmente, exercendo pressão cada vez maior sobre o balanço de pagamentos. Atualização feita, recentemente, da estimativa das necessidades nacionais de álcalis indicam que, em 1960, o consumo de soda cáustica poderá ascender a 150 mil toneladas e o de barrilha ultrapassar a casa das 100 mil toneladas. No plano de desenvolvimento industrial do Governo, foram fixadas as metas provisórias de produção, em 1960, de 72 e 58 mil toneladas, respectivamente, de barrilha e de soda cáustica, em sua quase totalidade provenientes da Cia. Nacional de Álcalis. As perspectivas de ampliação do mercado estão, entre-

tanto, determinando crescente interesse por parte da iniciativa privada, principalmente no que toca à soda eletrolítica. Assim, os planos da iniciativa privada existentes, somados à produção prevista para a Cia. Nacional de Alcalis, já asseguram e mesmo ultrapassam ligeiramente, no caso da soda cáustica, a realização daquela meta. É perfeitamente possível que surjam, entretantes, outros planos, que ampliem a capacidade de produção, em 1960, para nível bem próximo das necessidades do mercado. Isso porque o fator limitativo da expansão da produção de soda cáustica eletrolítica é, principalmente, a falta de utilização para o cloro, e o próprio desenvolvimento da indústria química irá, naturalmente, ampliando as possibilidades de utilização econômica para esse gás.

Prosseguiram em 1956, os trabalhos de construção da fábrica de Cabo Frio, da Cia. Nacional de Alcalis. Foi necessário aumentar os recursos financeiros da Companhia, a fim de que ela pudesse fazer face à alta dos custos de construção e do equipamento. Seu capital foi aumentado de Cr\$ 200 milhões para Cr\$ 800 milhões, e o empréstimo de Cr\$ 180 milhões do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico foi suplementado com mais Cr\$ 107 milhões.

Está sendo concluída a fábrica de cal que deverá entrar em funcionamento ainda nos primeiros meses do corrente ano. Os trabalhos prosseguem em ritmo acelerado na fábrica de barrilha, esperando-se seu funcionamento no ano de 1958.

Automobilística

Na Mensagem enviada ao Congresso Nacional no ano passado, o Governo ressaltou a urgência da implantação, no País, da indústria de veículos automotores, em virtude de não permitirem as condições do nosso balanço de pagamentos fôsse reservada cota de divisas para a importação de veículos, peças e acessórios, compatível com as necessidades de renovação e expansão da frota de veículos. Anunciava, ao mesmo tempo, o propósito de tomar as medidas indispensáveis à realização da meta de produção de veículos automotores.

Atuando rapidamente, pois a urgência do problema não permitia delongas, já em junho e julho de 1956, louvado nos estudos e recomendações do Grupo de Trabalho para tal fim constituído no Conselho do Desenvolvimento, baixava o Governo os Decretos ns. 39 412, 39 568 e 39 569, estabelecendo as bases e as medidas julgadas necessárias para a efetivação da meta.

Tendo em vista as características peculiares da indústria automobilística, e as possibilidades da fabricação nacional de partes complementares, foram estabelecidos esquemas progressivos de nacionalização dos veículos, a serem cumpridos pelas empresas. A percentagem do peso do veículo que deverá ser integrada por componentes nacionais foi fixada em 95%, para 1960, quanto a jipes e automóveis, e em 90%, quanto a caminhões.

Peça fundamental do plano para a implantação da indústria automobilística é a concessão de favores às empresas cujos planos forem aprovados pelo Governo, e que se proponham a cumprir as etapas de nacionalização. Estes favores, que constituem feliz combinação de instrumentos de política cambial, tarifária e creditícia, assim se discriminam:

a) prioridade para as remessas, à taxa do «custo de câmbio», relativas ao serviço de empréstimos do exterior, destinados a financiar a importação de equipamento;

b) licença para a importação de peças e partes complementares ainda não fabricadas internamente, com financiamento externo, por prazo rotativo de um ano, sem licitação de câmbio, aplicado o ágio médio das três últimas licitações de câmbio, relativas à segunda categoria dos leilões de divisas. Uma vez nacionalizado o motor, o ágio aplicável passa a ser o da primeira categoria;

c) financiamento dos ágios pelo Banco do Brasil;

d) eliminação dos favores às empresas instaladas com simples linhas de montagem, sem programa de fabricação e ficando sujeitas a importações com ágio nunca inferior aos da terceira categoria dos leilões de câmbio;

e) isenção dos direitos e taxas aduaneiras incidentes sobre máquinas e equipamentos destinados à instalação ou ampliação da indústria;

f) virtual garantia de mercado para os veículos, peças, partes e acessórios fabricados no País, em face das restrições cambiais protetoras da produção interna substitutiva de bens importados.

A fim de fixar as normas, examinar os projetos das empresas interessadas e de controlar a execução do plano, foi criado o Grupo Executivo da Indústria Automobilística, no Conselho do Desenvolvimento, de cuja ação coordenada depende a realização do plano.

Apesar do pouco tempo decorrido, desde a fixação definitiva das bases do plano automobilístico, os resultados obtidos já excedem as mais otimistas expectativas, tendo sido aprovados projetos da «Willys Overland», «Vemag (DKW)», «Mercedes Benz», «Volkswagen», «General Motors», «Ford», e Fábrica Nacional de Motores, com inversões diretas ou de participação em montante equivalente a US\$ 42,4 milhões e financiamentos no valor de, aproximadamente, US\$ 8 milhões. Esses projetos asseguram, dentro das normas estabelecidas, uma produção de 109 200 veículos, com 90 a 95% de nacionalização, em meados de 1960.

Tendo em vista, ainda, outros projetos em estudo, pode o Governo anunciar que, em 1960, o escopo final estará alcançado. A produção nacional de veículos será então suficiente para satisfazer integralmente às necessidades do mercado interno, com a fabricação anual de cerca de 130 mil veículos de todas as categorias.

Além dos fabricantes de veículos, constituem parte integrante da indústria automobilística os produtores de autopeças, aos quais se estendem também os favores do esquema estabelecido para a indústria automobilística. Para estes, já foram aprovados financiamentos externos, com amortizações e juros ao «custo de câmbio», na importância de US\$ 14,6 milhões, destinados à importação de equipamento para a indústria nacional de pistões, quadros de «chassis», rodas e aros, radiadores, discos de embreagem, bronzinas, eixos, etc.

FABRICA NACIONAL DE MOTORES

O êxito alcançado pela Fábrica Nacional de Motores, como investimento estatal pioneiro, fêz com que a iniciativa particular aos poucos sentisse que sua ausência nesse ramo de atividade manufatureira impunha a presença cada vez mais absorvente da ação estatal. Esse fato, conjugado com as medidas de estímulo adotadas, foi também fator de influência decisiva no ânimo das empresas estrangeiras que, bem avaliando os prejuízos que lhes causaria a perda, ainda que parcial, do mercado brasileiro, demonstraram real interesse pela produção local de veículos automotores.

A frota de caminhões F.N.M. existente no País atinge a cerca de 7 000 veículos. A produção da Fábrica, em 1956, alcançou 2 826 unidades, superando em 400 unidades a de 1955.

O índice de nacionalização do caminhão F.N.M. já atingiu 69,66% do peso do veículo, em consequência da produção local de mais os seguintes conjuntos: caixa de mudança (parte interna completa); eixo trazeiro, exceto estampagem da ponta do eixo; diferencial, exclusive forjado da coroa cilíndrica; «chassis» completo. A grande influência da F.N.M. na integração do processo econômico nacional ressalta do fato de que cerca de 200 indústrias estão vinculadas ao seu programa de atividades, com duas mil firmas inscritas como fornecedoras.

A Fábrica Nacional de Motores, cuja situação era extremamente difícil, é hoje uma empresa sólida, do ponto de vista econômico, financeiro e técnico, graças à realização do programa de caminhões elaborado em cooperação com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Os lucros auferidos nestes três últimos exercícios foram suficientes, não só para recompor a situação financeira, mas também para permitir a distribuição de dividendos e financiar algumas reinversões. Em vista da solidez da sua posição, a empresa resolveu aumentar o seu capital de Cr\$ 400 para Cr\$ 800 milhões, pela reavaliação do ativo, conforme facultou a Lei n.º 2 862.

Para 1957 está programada a produção mensal de 300 caminhões. O índice de nacionalização deverá alcançar 72%, no fim do ano. Ainda na linha de caminhões, a Fábrica espera duplicar

sua capacidade de produção e intensificar a nacionalização, fabricando ela própria quase todos os itens, inclusive o motor, ainda importados. O plano respectivo já foi aprovado pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística, e o financiamento depende agora de estudo, por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Presentemente está o Governo empenhado em lançar as bases de outro investimento pioneiro, através da Fábrica Nacional de Motores, destinado à produção de tratores e implementos agrícolas.

Nesse sentido já se traçou um programa de industrialização, que se encontra no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para estudo e concessão final do empréstimo. Em 1956 a Fábrica já produziu 300 tratores, com índice de nacionalização de 32% do peso. O plano aprovado prevê a ampliação das instalações, para aumentar a capacidade de produção e elevar o índice de nacionalização.

Fabricação de Locomotivas

A indústria de material ferroviário já se encontra bem desenvolvida no País, quanto à fabricação de vagões. No passado, nossas fábricas de vagões, devido à irregularidade das encomendas, não puderam aparelhar-se convenientemente e trabalhar na base de programas de produção bem definidos. Depois que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico passou a centralizar a quase totalidade das aquisições de material, a situação melhorou consideravelmente e, hoje em dia, as necessidades de vagões podem ser atendidas satisfatoriamente, tanto do ponto de vista quantitativo como do qualitativo, pelas fábricas nacionais com um produto quase inteiramente nacionalizado.

Já estão sendo fabricados, no País, vagões de todos os tipos, carros de passageiros, eixos, molas, equipamentos de freio a vácuo, e acha-se em organização uma fábrica para equipamento de ar comprimido, rodas de ferro fundido coquilhado e truques. Paralelamente com o desenvolvimento dessa importante indústria, a fim de se obter a unificação do material a fabricar, vêm sendo

estudadas normas brasileiras de padronização desses materiais, na Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trabalha em estreita ligação com a Seção de Estudos Técnicos do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, órgão do Ministério da Viação e Obras Públicas.

O desenvolvimento alcançado por esse ramo da indústria de material ferroviário é tal que as empresas estão voltando as vistas para o mercado externo e nossas fábricas já recebem encomendas da República Argentina.

Se, quanto à produção de vagões, não há motivo de preocupação, o mesmo não ocorre com a fabricação de locomotivas, indústria que não havia encontrado entre nós, até recentemente, campo propício ao seu desenvolvimento. A renovação e expansão do nosso parque de tração ferroviária ainda está, portanto, na dependência de suprimentos do exterior.

O programa de reaparelhamento ferroviário determinará grande necessidade de novas locomotivas, cuja importação, conquanto em parte financiável, vai pesar sobre o já sobrecarregado balanço de pagamentos do País. Embora esse programa não possa esperar pela produção de fábricas ainda por instalar no País, o Governo empenha-se vivamente na implantação da indústria de locomotivas. Tal implantação ainda pode realizar-se a tempo de atender parte da procura resultante do mesmo programa. Por outro lado, assegurará o atendimento da procura de reposição e de expansão ulterior ao programa, objetivo principal do Governo.

A fim de estudar e determinar as bases que deverão presidir à implantação da indústria de locomotivas no País, o Governo criou recentemente um Grupo de Trabalho no Conselho do Desenvolvimento. Ainda no decorrer do ano de 1957, deverão, portanto, ser postas em vigor medidas de ordem prática a respeito. É de notar-se que existem várias empresas interessadas no empreendimento, já tendo sido recebida, de uma delas, proposta concreta para instalar uma fábrica de locomotivas diesel-elétricas.

Estamos, agora, no limiar da indústria nacional de locomotivas, que, estou convencido, será em breve uma esplêndida realidade. Como ocorre em relação à fabricação de autoveículos

no País, passaremos, também, no tocante às locomotivas, de fase pioneira da indústria de componentes, para a da criação de um parque produtor capaz de prover as nossas próprias necessidades.

Material Elétrico Pesado

Datam de 1930 os primeiros esforços para a implantação da indústria de material elétrico pesado no Brasil. Essas tentativas, entretanto, não foram coroadas de êxito, visto que o País ainda não oferecia condições propícias ao desenvolvimento de indústria tão especializada.

Mais tarde, em 1944, tendo em conta as dificuldades oriundas da guerra e obedecendo ao mesmo impulso industrializante que resultou na criação da Cia. Siderúrgica Nacional, da Cia. Vale do Rio Doce e da Cia. Nacional de Alcalis, o Governo resolveu criar a Comissão da Indústria de Material Elétrico (CIME), cujos estudos somente dois anos mais tarde foram concluídos. As recomendações dessa Comissão não puderam ser executadas, por força das circunstâncias predominantes no período de após-guerra.

Em 1952, voltou o Governo a se preocupar com o problema, sendo criada a Comissão Executiva da Indústria de Material Elétrico, à qual foram dadas as seguintes atribuições :

- a) realizar os estudos e entendimentos finais para o desenvolvimento da indústria nacional de produção de material elétrico e de turbinas;
- b) fixar um programa mínimo de produção;
- c) estabelecer os incentivos que devam ser oferecidos preferencialmente a empresa ou empresas privadas nacionais já existentes e, na falta destas, a empresas estrangeiras que desejem contribuir para esse programa ;
- d) propor a colaboração financeira do Poder Público com estas empresas e, em último caso, a iniciativa governamental, se o capital privado não se interessar pelo programa ;

- e) estudar, nesta última hipótese, a organização de uma companhia nacional, para a construção e exploração da indústria em aprêço.

A despeito de todos esses esforços, nenhuma proposta surgiu. Por certo, ainda desta feita, as condições brasileiras não eram propícias ao florescimento da indústria. Além da incerteza sobre as condições do mercado, da falta de proteção adequada contra a concorrência estrangeira, não havia no País instituições bancárias capazes de financiar as vendas de equipamento às empresas de eletricidade.

Destas falhas, algumas já foram supridas com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, com a elaboração do Plano Nacional de Eletrificação, com a definição da meta de expansão de capacidade geradora de energia elétrica a ser atingida no atual e no próximo quinquênio, e com a modificação do sistema cambial. Outras estão prestes a encontrar remédio, com a imposição da nova tarifa aduaneira.

A modificação das condições repercutiu favoravelmente, dando forte impulso à indústria de material elétrico leve, que hoje já se encontra bem desenvolvida no País, a cargo de empresas nacionais ou subsidiárias das grandes firmas internacionais.

Objetivando dar cumprimento, no menor prazo possível, à sua política de implantação da indústria no País, de modo que as fábricas a serem instaladas possam suprir parte do equipamento pesado necessário à execução do programa de eletrificação do presente quinquênio, o Governo criou, no Conselho do Desenvolvimento, um Grupo de Trabalho para a Indústria de Material Elétrico Pesado, integrado por membros da antiga Comissão de Indústria de Material Elétrico, representante do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e outros técnicos.

Breve deverá o Grupo apresentar suas recomendações quanto às bases para implantação da indústria de material elétrico pesado no Brasil e as diretrizes que possam orientar o B.N.D.E. nas suas decisões sobre o assunto.

Tão promissoras são as perspectivas do mercado, — o programa de eletrificação prevê a expansão da capacidade geradora

à razão de 500 000 kW por ano — que ao referido Grupo de Trabalho já foram apresentadas propostas de quatro grandes grupos interessados, visando à instalação no Brasil de:

- a) fábricas de geradores até cerca de 100 000 kVA, para acionamento por turbinas hidráulicas, com capacidade de produção capaz de satisfazer as necessidades atuais e as previstas nos planos de desenvolvimento de energia durante os próximos dez a quinze anos. Essas fábricas tornarão possível, também, a produção de outras máquinas rotativas pesadas, de corrente alternada, tais como grandes condensadores síncronos, conversores de frequência, motores síncronos para a indústria, etc. ;
- b) ampliação das fábricas de transformadores já existentes, para capacitá-las a produzir transformadores de todas as classes, de tensão até 230 kV, com capacidade até cerca de 125 000 kVA. Nessas fábricas serão incluídos os equipamentos para a produção de disjuntores de força, chaves desligadoras para instalações externas, etc.

Nessas condições, ainda no curso do corrente ano serão lançadas as bases definitivas, para implantação e desenvolvimento da indústria de material elétrico pesado no País.

Mecânica Pesada

Grande impulso recebeu a fabricação de equipamentos, nos últimos anos. A indústria nacional já produz máquinas dos mais variados tipos, índice expressivo da capacidade técnica e do espírito progressista dos nossos industriais. Não obstante isso, reconhece-se geralmente que, por falta de melhor coordenação entre os fabricantes, por desconhecimento do mercado e, ainda, pela carência de técnicos projetistas altamente especializados, as reais potencialidades da indústria mecânica nacional ainda não estão sendo integralmente aproveitadas. Vários tipos de equipamento

e muitos conjuntos industriais ainda importados poderiam, no todo ou em parte, ser produzidos no País.

A falta de coordenação entre os fabricantes e o desconhecimento do mercado poderão ser grandemente atenuados através das atividades da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base, entidade fundada em São Paulo e que congrega os principais fabricantes. A implantação da indústria automobilística no País, em vias de concretizar-se, virá por certo exercer efeito benéfico, contribuindo para maior integração da indústria mecânica em geral.

A real e definitiva integração do nosso parque industrial mecânico, para torná-lo apto a construir qualquer tipo de equipamento, depende do desenvolvimento da mecânica pesada. Exige esse ramo vultosos investimentos iniciais e corpo técnico altamente especializado, sendo, por isso, menos suscetível de atrair o interesse dos nossos capitalistas. O Governo, porém, cômico da necessidade do seu desenvolvimento, se dispõe a incentivar a iniciativa privada, no setor.

Já vem sendo instalado em Taubaté, Estado de São Paulo, o primeiro empreendimento completo no gênero, apoiado financeiramente pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Trata-se do projeto da Mecânica Pesada S.A. A produção dessa empresa, porém, não será suficiente para atender a mais de um décimo das necessidades do mercado.

Construção Naval

A construção naval é outra indústria que o Governo objetiva implantar no País. Não se justifica, efetivamente, que continuemos a depender inteiramente de estaleiros estrangeiros e a despender divisas para aquisição e manutenção de navios de porte médio, quando temos condições para construí-los e repará-los internamente. A implantação da indústria de construção naval decorre natural e logicamente do programa de reaparelhamento e expansão da marinha mercante, pois um dos fatores responsáveis, não só pela falta de desenvolvimento, mas pela decadência de algumas iniciativas dessa indústria tem sido, sem dúvida, a falta de regularidade das en-

comendas. Com o programa da marinha mercante, que prevê a aplicação de recursos vultosos, durante longo período, na aquisição de navios, torna-se viável a operação da indústria em bases econômicas.

Estimativas das mais conservadoras situam a procura de cargueiros de tipo médio em um mínimo de 150 000 t DW no próximo quinquênio e 100 000 t DW no quinquênio subsequente. Como o Fundo de Marinha Mercante proporcionará recursos às empresas estatais ou privadas para a renovação e ampliação das respectivas frotas, não há qualquer dúvida sobre a efetivação daquela procura potencial. Estando assegurado o mercado, condição indispensável ao sucesso de qualquer empreendimento, e não havendo dificuldades insuperáveis quanto ao aspecto técnico do problema, não há porque postergar ainda mais a implantação da indústria de construção e grandes reparos navais.

Sem que essa indústria surja e se consolide, ao dispêndio de divisas, com a compra de navios e com os grandes reparos, no Exterior, somar-se-ão indefinidamente os encargos com os fretes do comércio externo do País, que pesam sobre o nosso balanço de pagamentos. A redução desses encargos mediante a ampliação da frota de longo curso, sem apoio interno na indústria de construção naval, será illusória não só em virtude da intensa concorrência no mercado internacional de fretes, mas também por motivos do dispêndio de divisas na amortização dos navios e na sua manutenção. De tal forma esse aspecto do problema condiciona a sua solução, que ao Governo pareceu conveniente limitar o programa de ampliação da frota mercante nacional, destinada ao tráfego exterior, para situá-lo na adição de modesta tonelagem, até o advento da indústria de construção e grandes reparos navais. Dai a urgência e a significação do esforço a envidar nesse sentido.

O plano do Governo contempla o reaparelhamento dos estaleiros da Ilha do Viana, da Cia. Nacional de Navegação Costeira, e o fomento à iniciativa particular, através da concessão de financiamento, prêmios para a cobertura de super-custos e garantia de encomendas. O mercado nacional para navios reclama o surgimento de dois ou três estaleiros de certo porte e de inúmeros pequenos estaleiros regionais para a construção de embarcações de baixa to-

nelagem. Os planos para o reequipamento dos estaleiros da Ilha do Viana já se acham concluídos, dependendo o início da sua execução do término de arranjos de natureza organizacional e da aprovação do Fundo da Marinha Mercante, cujo projeto de lei está sendo apreciado pelo Congresso Nacional. Da aprovação desse projeto depende, igualmente, a negociação, com organizações privadas, nacionais e estrangeiras, das condições a atender para que recebam os benefícios oficiais, na montagem e operação da indústria. Essas condições já são, aliás, objeto de estudos prévios que se aperfeiçoarão em face dos elementos de análise ora coligidos, no País e no Exterior.

Está, pois, bem encaminhada a solução para o problema da implantação da indústria de construção naval. A construção de navios de tamanho médio, conjugada com os grandes reparos navais, vai proporcionar grande economia de divisas, além de contribuir decisivamente para o desenvolvimento de indústrias subsidiárias e para o fortalecimento da defesa nacional.

CAPITULO VI

FINANÇAS PÚBLICAS

No setor das finanças públicas, a ação do Governo orientou-se no sentido de dois objetivos fundamentais: a) redução do forte impacto inflacionário das finanças federais sobre a economia nacional, esperado para 1956; b) reestruturação da legislação tributária e aperfeiçoamento dos métodos de controle fiscal, a fim de melhor distribuir socialmente a carga fiscal e assegurar recursos para o Plano de Desenvolvimento Econômico.

Desequilíbrio Previsto para 1956

Pairava sobre o primeiro ano do Governo a ameaça de sério desequilíbrio financeiro, que urgia combater, sob pena de provocar-se forte aceleramento do processo inflacionário.

O Orçamento Federal para 1956 fôra votado com um *deficit* de apenas meio bilhão de cruzeiros e os créditos especiais, transferidos do exercício anterior, não excediam a um bilhão e meio.

Contudo, o Congresso Nacional elevava de oito bilhões de cruzeiros a estimativa da receita constante da proposta orçamentária apresentada pelo Executivo, o que importava a adoção de medidas especiais de reforço da arrecadação, para atingir-se a cifra prevista no Orçamento. Relativamente à despesa, dera-se o inverso: a subestimação de várias dotações específicas levaria o Congresso, no correr de 1956, a conceder créditos suplementares no montante de 6,2 bilhões de cruzeiros.

As perspectivas de *deficit* orçamentário se tornaram especialmente graves após o aumento de vencimentos dos funcionários públicos, ativos e inativos, o qual, estimado inicialmente em 20 bilhões de cruzeiros, se revelou da ordem de 30 bilhões.

Assim, aos 71,5 bilhões de cruzeiros de despesas autorizadas na lei orçamentária, somaram-se outras autorizações no montante de 43,0 bilhões, perfazendo um total de 114,5 bilhões, que excedia em 43,5 bilhões a receita prevista (71 bilhões de cruzeiros).

Entretanto, havia que considerar, ainda, as despesas extraorçamentárias que o Governo se veria obrigado a realizar em 1956, bem como o desequilíbrio financeiro das autarquias federais.

Quanto às perspectivas de despesas extraorçamentárias, vale lembrar que, ao exercício de 1956, foi transferida uma responsabilidade da ordem de 14,4 bilhões de cruzeiros, a quanto montavam os «fundos especiais» (6,2 bilhões), constituídos em exercícios anteriores e não aplicados em suas finalidades específicas, e os «restos a pagar» (8,2 bilhões), cujo prazo médio de liquidação é de cinco anos.

No que concerne às autarquias industriais, sua situação financeira continuava a inspirar sérios cuidados. No Orçamento da União, haviam sido consignados auxílios e subvenções a essas entidades no montante de 4,5 bilhões de cruzeiros e, além disso, correriam por conta do Tesouro Nacional despesas no montante de 7 bilhões, relativas a aumento de vencimentos de pessoal das mesmas autarquias. Temia-se, contudo, que essa assistência financeira ainda não fôsse suficiente para atender aos desequilíbrios de caixa daquelas entidades.

Sem contar as novas despesas surgidas no correr do exercício, o desequilíbrio financeiro contra o qual teve de lutar o Executivo, em 1956, foi superior a 50 bilhões de cruzeiros. O conjunto de providências adotadas possibilitou reduzir-se a menos da metade tal desequilíbrio e permitiu financiar o *deficit*, sem provocar excessivas emissões de papel-moeda.

Medidas de Correção Adotadas

As providências do Executivo, para obviar aos graves problemas de um *deficit* financeiro tão vultoso, abrangeram três aspectos básicos: 1) contenção dos gastos públicos, com a realização apenas de despesas indispensáveis, segundo uma escala de prioridades, fundada nos interesses superiores do País; 2) aumento das receitas públicas, pela melhoria dos processos de arrecadação e pela elevação das bases para cobrança de tarifas e de outros preços industriais; 3) financiamento do *deficit* residual por processos não inflacionários.

POLÍTICA DE GASTOS PÚBLICOS

No que respeita à política de gastos públicos seguida em 1956, cabe assinalar os seguintes grupos de medidas: a) plano geral de economias; b) não preenchimento de vagas de pessoal; c) atos tendentes a evitar novos gastos e desperdícios; d) disciplinamento da execução das despesas autorizadas, impedindo a utilização maciça das mesmas.

O Plano Geral de Economias e Transferências de Despesas foi fixado em 9,3 bilhões de cruzeiros. Esse plano, entretanto, sofreu algumas modificações no correr do exercício e foi complementado por outras providências, em conformidade com a evolução da conjuntura financeira.

No que se refere ao não preenchimento de vagas, foi mantida, durante todo o exercício, rigorosa abstenção, quanto a admissões de pessoal, a qualquer título, salvo em casos de inadiável necessidade.

No disciplinamento da execução das despesas, observaram-se as normas baixadas pela administração anterior, na Circular n.º 1, de 1956, da Presidência da República, visando a restringir severamente Auxílios, Subvenções e outras contribuições a cargo do Governo Federal; a proibir o início de obras sem prévia autorização do Presidente da República e aprovação dos respectivos projetos, orçamentos e especificações; e a controlar, pela Presidência da República, outros projetos financiados pela União, não referentes a pagamentos de vencimentos de funcionários.

Merece especial referência o controle exercido sobre os gastos administrativos das autarquias industriais, especialmente os relativos ao aumento de vencimentos de empregados e à criação de novas funções. Procedeu-se, também, ao exame dos quadros de pessoal dessas entidades, com o objetivo de ajustá-los à sistemática dos dispositivos legais disciplinadores da matéria.

A programação mensal dos gastos públicos objetivou, principalmente, evitar utilizações maciças, que excedessem demasiado o fluxo da arrecadação e provocassem freqüentes e desnecessárias emissões de papel-moeda pelo Banco do Brasil.

AUMENTO DA RECEITA

Diante do dispositivo constitucional que subordina, à prévia inscrição orçamentária, a entrada em vigor de quaisquer alterações na estrutura tributária — as possibilidades de incremento da receita ficaram a depender essencialmente da melhoria dos processos de arrecadação e da atualização das tarifas dos serviços públicos industriais. A nova tarifa aduaneira, único tributo excluído daquela obrigatoriedade, dificilmente seria transformada em lei ainda em 1956, dada a complexidade da matéria e a dependência de aprovação pelo GATT.

Assim, das medidas de alteração de estrutura, adotadas em 1956, muito poucas puderam propiciar auxílio efetivo para combate ao *deficit*.

Vale salientar, contudo, a aprovação, em 4 de setembro, da Lei n.º 2 862, que instituiu a tributação adicional dos lucros das pessoas jurídicas considerados excessivos em relação ao capital social

e às reservas. A nova lei veio facilitar as condições de pagamento das taxas de reavaliação de ativos e de incorporação de reservas, incentivando as empresas a procederem tais ajustamentos contábeis, o que proporcionou uma receita adicional de dois bilhões de cruzeiros ainda em 1956.

FINANCIAMENTO DO DEFICIT RESIDUAL

Na impossibilidade de evitar a ocorrência de *deficit* financeiro em 1956, estabeleceu o Governo estreita coordenação entre o Tesouro Nacional e as entidades autárquicas, de um lado, e o Banco do Brasil, do outro, atendendo a que este continua a ser a única fonte importante de financiamento do setor público.

A venda de letras do Tesouro nenhuma ajuda poderia dar à solução do problema de financiar o referido *deficit*, uma vez que, consoante a legislação vigente, o resgate desses títulos deve operar-se dentro do mesmo exercício da emissão.

Solicitou o Governo ao Poder Legislativo os instrumentos legais necessários a que se estabelecesse uma política mais ativa de crédito público interno, conforme se verá adiante, neste Capítulo. Não era possível, entretanto, transpor, em 1956, os sérios entraves que se antepunham ao estabelecimento de um amplo mercado de títulos públicos.

Assim, impôs-se, sobremaneira, a política de coordenação administrativa, com o objetivo de aumentar o vulto dos recursos que afluem ao Banco do Brasil e, ao mesmo tempo, impedir que tais recursos fôssem inadequadamente aplicados, convertendo-se em foco inflacionário do setor privado.

Concorreu para ampliar os recursos do Banco do Brasil o estrito cumprimento das circulares presidenciais, expedidas em administrações anteriores, determinando que os depósitos de fundos públicos, inclusive das autarquias, fôssem efetuados exclusivamente no Banco do Brasil, com exceção apenas do Banco do Nordeste, na área de suas atividades específicas. Nesse particular, o afrouxamento da fiscalização permitira a ocorrência de vultosos depósitos de recursos oficiais em bancos privados, conforme acusou levantamento realizado pela SUMOC, na atual administração.

Reforma da Estrutura Fiscal

Paralelamente às medidas de emergência adotadas para reduzir e financiar o *deficit* no exercício de 1956, o Governo propôs ao Poder Legislativo alterações de estrutura na legislação tributária, tendo em vista não apenas o combate ao forte *deficit* em perspectiva para 1957, mas também a mais justa distribuição social da carga tributária e seu ajustamento à política de desenvolvimento econômico.

IMPOSTO DE RENDA

Foram introduzidas alterações importantes na legislação do Imposto de Renda em 1956, pela Lei nº 2 862, de 4 de setembro, que abrangeu três aspectos distintos: a) disposição de natureza transitória permitindo a reavaliação do ativo imobilizado das empresas adquirido até 1950 e a incorporação de reservas ao capital social, ambas a taxas reduzidas e formas especiais de pagamento; b) instituição de imposto adicional das pessoas jurídicas sobre o excesso de lucros em relação ao capital social e reservas; c) modificações de caráter geral.

Relativamente à tributação dos lucros excessivos, os efeitos fiscais esperados ficaram reduzidos com a reavaliação de ativos estimulada pela referida lei. Contudo, essa atualização dos valores das imobilizações das empresas se impunha em virtude da queda do poder aquisitivo da moeda.

A colaboração dos órgãos técnicos do Ministério da Fazenda permitiu a aprovação de medidas que resultaram em apreciável reforço de receita, ainda no exercício de 1956. Essas medidas contribuíram, também, para evitar o decréscimo da arrecadação que ocorreria em 1957, com a cessação das cobranças dos adicionais sobre os lucros das pessoas jurídicas e os rendimentos das ações ao portador, bem como para reduzir, pela agravamento das penalidades aos sonegadores ou retardatários, a impontualidade no recolhimento do imposto. Do mesmo modo, foram eliminadas as dúvidas suscitadas por interpretações menos legítimas dos dispositivos que regulam a tributação das importâncias dos fundos

utilizados na amortização de ações, sem redução do capital das sociedades.

Embora a Lei n.º 2 862 signifique um avanço na tributação da renda, falhas dos regulamentos fiscais, agravadas por deficiências do aparelho arrecadador dão ainda ensejo à evasão, criando situações injustas para os que satisfazem corretamente as suas obrigações para com o Fisco.

Outras alterações da legislação em vigor ainda se fazem necessárias, para que, sem majoração de taxas, sua cobrança se realize com maior justiça.

Acha-se em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei n.º 989, de 1956, no qual se consubstanciaram modificações sugeridas pelos estudos a cargo do Ministério da Fazenda.

Entre as medidas legislativas necessárias à melhor arrecadação do Imposto de Renda, considera o Governo da maior importância, para dar combate à *evasão legal*, as seguintes: a aplicação de sanções mais severas aos sonegadores; o reajustamento das normas que regulam a incidência do imposto sobre os lucros apurados nas transações imobiliárias; a ampliação do campo da incidência; e tributação dos rendimentos não especificados, decorrentes de transações não esclarecidas, e exteriorizadas pelo crescimento inexplicado do patrimônio individual dos contribuintes, em desacôrdo com os rendimentos declarados.

Por outro lado, o sigilo que protege as declarações de rendimentos não mais deverá constituir obstáculo à troca de informações entre as autoridades públicas, desde que ao Estado interesse conhecer as transações efetuadas pelos declarantes.

Somente a adoção dessas medidas permitirá que o imposto de renda alcance a desejada generalidade e que a fiscalização incida sobre todas as operações efetuadas, quer de modo regular, quer irregular.

A plena eficiência da arrecadação desse tributo virá proporcionar ao Governo maiores recursos financeiros para o reaparelhamento do País, através dos dispositivos da Lei n.º 2 973, de 26 de novembro de 1956, que revigorou, por mais dez anos, a cobrança de adicionais, instituídos pela Lei n.º 1 474, de 26 de novembro de 1951.

IMPOSTO DE CONSUMO

No que se refere ao Imposto de Consumo, duas leis, de iniciativa do Executivo, vieram alterar-lhe substancialmente a estrutura, em 1956, com repercussão apreciável sobre o volume da arrecadação e sua destinação, e visando a influir diretamente em determinados setores da produção.

A Lei n.º 2 974, de 26 de novembro, veio consolidar, com pequenos arredondamentos, os adicionais instituídos pela Lei n.º 2 653, de 24 de novembro de 1955, com vigência de um ano, e passou de específico para *ad-valorem* o regime de taxaço de vários produtos. A nova lei modificou o regime de cobrança do imposto incidente sobre produtos estrangeiros, estabelecendo medidas de combate ao contrabando e às fraudes cambiais nas importações, bem como outras providências destinadas a fornecer à fiscalização novos instrumentos de repressão às fraudes e à sonegação.

O aumento provável da arrecadação desse tributo vai depender, preponderantemente, das medidas de controle instituídas pela nova lei, já que os aumentos de taxas só incidiram em alguns poucos grupos de produtos menos essenciais.

O Ministério da Fazenda elaborou e está iniciando a execução de um amplo plano de reaparelhamento dos órgãos fiscais, objetivando tirar o máximo rendimento daquelas disposições legais.

Com a aprovação do projeto de revisão geral da estrutura do Imposto de Consumo, já submetido ao exame do Congresso, espera o Governo dar mais um passo decisivo no sentido da racionalização dos tributos.

A Lei n.º 2 975, de 27 de novembro de 1956, veio modificar, substancialmente, a legislação do imposto único sobre combustíveis e lubrificantes, assegurando recursos para o desenvolvimento econômico do País e atuando, ainda, como instrumento de eliminação de distorções econômicas no setor desses produtos. Proporcionará ela maiores recursos financeiros para os programas de investimento nos setores do transporte rodoviário, e da produção do petróleo, e, ainda, aumento dos recursos para a execução do reaparelhamento das ferrovias. A referida lei per-

mitiu a unificação dos ágios então vigentes para os derivados do petróleo, e substituiu o sistema de tributação por taxas *ad-valorem*, mais adequadas à natureza do imposto.

A modificação adotada, no que respeita à taxação *ad-valorem*, e à unificação das taxas cambiais, teve em vista assegurar uma estrutura de preços dos principais derivados do petróleo que guardasse relação bastante estreita com a estrutura técnica do refino, dado que se vinha verificando um incentivo altamente prejudicial ao consumo de alguns produtos, que poderia obrigar-nos à continuação de sua importação, e, ao mesmo tempo, ficar sem mercado para outros.

As repercussões que os novos níveis de custos dos produtos petrolíferos pudessem ter sobre o custo de vida foram ampla e cuidadosamente examinadas pelos técnicos do Governo. O resultado desses estudos levou à conclusão de que o aumento que se verificar exercerá influência pouco sensível e de absorção comparativamente fácil, tendo em vista que o combustível representa parcela modesta do custo total de transportes e que as despesas nestes constituem, por sua vez, apenas uma parte do preço de venda das mercadorias.

A revisão do imposto único pode mesmo, em breve prazo, redundar numa redução do custo global dos transportes. A receita adicional da tributação de combustíveis, empregada direta e indiretamente no melhoramento das estradas, possibilitará economias no consumo de combustíveis por t/km, além de menor desgaste dos veículos e conseqüente prolongação de seu funcionamento útil. Dêste ponto de vista, a tributação de combustíveis é daquelas que têm maior efeito autocorretivo.

TARIFA ADUANEIRA

A reestruturação integral da tarifa aduaneira vigente é um dos pontos básicos da reforma do sistema tributário brasileiro.

Como o aspecto mais importante do problema da reforma desse tributo é o que diz respeito à sua ação como meio de proteger a indústria nacional contra a concorrência estrangeira, a análise geral do assunto é apresentada no Capítulo — *Relações Econômicas com o Exterior*.

PREÇOS INDUSTRIAIS DE SERVIÇOS PÚBLICOS

No que tange à reestruturação das bases de cobrança de tarifas e de outros preços industriais, o Governo tomou medidas relevantes: a) elevação e padronização das tarifas dos serviços das estradas de ferro, dos portos e das companhias de navegação; b) aumento das tarifas e outros preços cobrados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

As tarifas, e outros preços em uso nos serviços dos Correios e Telégrafos encontravam-se inteiramente obsoletos, razão pela qual alguns de seus itens sofreram majoração expressiva.

Quanto aos serviços públicos de transporte ferroviário e marítimo, as tarifas cobradas vinham sendo mantidas, também, em níveis incompatíveis com os demais preços correntes, todos reajustados em função dos efeitos da inflação. Com as medidas de correção adotadas, procurou o Governo reduzir o desequilíbrio financeiro das autarquias industriais da União, cujos *deficits* contribuíram para emissões de papel-moeda e vêm impondo pesado ônus aos demais setores da economia nacional. O reajustamento das tarifas não se afigura, porém, suficiente para restabelecer o equilíbrio financeiro desejado. Torna-se indispensável investir recursos para modernizar o equipamento das autarquias e reformar a sua administração, no sentido de adaptá-la à natureza de suas atividades industriais.

CREDITO PÚBLICO

O estabelecimento de um amplo mercado de títulos públicos a curto, médio e longo prazo é de fundamental importância para o fortalecimento da estrutura econômica do País. Através dele, poderiam ser levantados capitais para a realização de obras públicas de relevante interesse nacional e, também, para o financiamento não inflacionário de eventuais *deficits* de custeio. Ademais, a existência de um firme mercado de títulos públicos a curto prazo oferece possibilidade de aumentar a flexibilidade e a liquidez das operações bancárias, propiciando às autoridades monetárias o importante instrumento de controle quantitativo de crédito conhecido como «operação de *open market*».

Os títulos da dívida pública federal em circulação montam a pouco mais de 10 bilhões de cruzeiros, cifra inexpressiva, em relação ao Orçamento Federal anual, que já ultrapassou 100 bilhões. Ademais, o saldo indicado se mantém praticamente inalterado, há vários anos.

Para essa situação de virtual estagnação do mercado de títulos públicos no Brasil, tem concorrido, principalmente: a inflação, que desestimula a tomada de títulos de crédito, especialmente os a longo prazo; a multiplicidade de tipos de títulos; e a inexistência de um plano geral de amortização.

Dai o empenho do Governo em ver convertido em lei o projeto apresentado em 1952 com a finalidade de reestruturar a dívida interna federal fundada, dando-lhe sentido orgânico, e de restabelecer o serviço de amortização. O Congresso Nacional sentiu, de perto, o alcance dessa medida e votou a Lei n.º 2 977, de 28 de novembro de 1956, que condensou em 4 graus os títulos provenientes de 139 emissões diferentes. O Grau I compreende os títulos já vencidos; o Grau II, os títulos com vencimentos fixados em lei; o Grau III, as Obrigações de Guerra; e o Grau IV, todas as demais emissões.

Para mais rápida recuperação dos títulos dessa dívida pública, estabeleceu a lei acima normas gerais de direito financeiro aos Estados e Municípios no que se refere à matéria. Destarte, as unidades federadas, cujos títulos da dívida pública, de qualquer taxa de juros, estiverem cotados em valor inferior a nove décimos do título federal correspondente, de cotação mais baixa, não poderão lançar novos empréstimos públicos e nem fazer novas emissões dos já autorizados. Quanto aos Municípios, o limite é de oito décimos. Além disso, a taxa máxima de juros dos títulos estaduais e municipais será de 8 e 9% a. a., respectivamente.

No que respeita à emissão de títulos públicos a curto e médio prazo, o Executivo enviou ao Congresso, em novembro de 1956, projeto de lei em que figuram as autorizações legislativas de que carece para promover o estabelecimento de um mercado ativo para os referidos títulos.

Considerando que as letras do Tesouro só podem ser emitidas com resgate previsto para o mesmo exercício financeiro, a

colocação desses títulos serve apenas para atender a desequilíbrios entre arrecadação e despesa durante o ano, jamais para financiar *deficits* anuais. Além disso, a limitação atual da taxa de pagamento de juros ao máximo de 6% a.a. não permite o estabelecimento de uma política suficientemente flexível e realista.

O nível de remuneração das letras do Tesouro deve variar em consonância com as flutuações das taxas de juros no mercado monetário, conquanto deva situar-se sempre abaixo destas últimas.

No referido projeto de lei, o Executivo prevê solução para o problema da colocação de títulos públicos em face de inflação, mediante cláusula de garantia contra a desvalorização da moeda.

Nestes três lustros de inflação contínua, em que a taxa média de desvalorização da moeda foi superior à taxa máxima de juros permitida pela Lei de Usura (12% a.a.), os instrumentos adequados de captação da poupança pessoal e institucional no País, como os depósitos em Caixas Econômicas e os títulos públicos, cederam terreno para outros tipos de aplicações, tais como as imobiliárias.

A eliminação do processo inflacionário favorecerá, consideravelmente, o estabelecimento de um amplo mercado de títulos públicos. Todavia, a extinção do surto inflacionário seria mais cedo obtida, se o Governo pudesse contar, desde logo, com a possibilidade de mobilizar recursos oriundos da poupança privada para o financiamento de *deficits* públicos.

Como é possível que, mesmo após modificada a situação atual, certos efeitos psicológicos, gerados por três lustros de inflação crônica, continuem a prejudicar a colocação de títulos públicos, aquele projeto de lei prevê, como solução de emergência, a emissão de títulos com cláusula de garantia contra a desvalorização da moeda.

Mediante tais títulos, assegurar-se-ia aos tomadores, a par do juro normal e da liquidação certa da obrigação, uma indenização que consistiria em um acréscimo no valor nominal do título, calculado com base na taxa da elevação de preços porventura ocorrida.

Titulos dessa natureza têm sido lançados com relativo sucesso em diversos países, não sendo licito interpretar-se a adoção de tal politica como indicação de que Governo espera a continuidade do processo inflacionário. Bem ao contrário, acha-se êle certo de que dominará a inflação, mas se dispõe a conceder garantia contra a desvalorização monetária aos tomadores desses titulos, para encorajar aquêles que tenham previsões pessimistas acêrca da evolução futura dos preços.

Resultados Financeiros de 1956

Como se assinalou no início dêste Capitulo, foi reduzido, em mais de cinqüenta por cento, o desequilíbrio de caixa geral, superior a 50 bilhões de cruzeiros, que ameaçava as finanças federais em 1956.

DEFICIT DO TESOURO NACIONAL

As medidas postas em vigor possibilitaram reduzir o desequilíbrio previsto a um *deficit* de caixa geral de 23,9 bilhões, não obstante a ocorrência de novas despesas que o Executivo foi obrigado a fazer no correr do exercício.

Resumindo-se a situação dos créditos que vigoraram no exercício de 1956, tem-se :

	Cr\$ bilhões
Créditos orçamentários	71,5
Créditos adicionais:	
Transferidos de 1955	1,6
Registrados em 1956	41,3
Despesas sem crédito ou além do crédito	4,0
Total	118,4

Na execução, a despesa escriturada assim se desdobrou :

	Cr\$ bilhões
A conta de créditos orçamentários e suplementares	68,0
A conta de créditos especiais e extraordinários (exceto o decorrente de encampação de papel- moeda)	35,3
Total	103,3

Cumprе salientar que, no exercício de 1956, se realizaram, ainda, despesas sem crédito, ou além dos respectivos créditos, no valor de 4,0 bilhões de cruzeiros, nos termos do que dispõe o art. 48 do Código de Contabilidade da União, não regularizadas no exercício, apesar das providências oportunamente tomadas pelo Governo.

A escrituração da despesa orçamentária assim se desenvolveu :

- 1) despesa realmente paga pelo Tesouro Nacional e imputada aos títulos próprios dos créditos orçamentários e adicionais ;
- 2) despesa realizada em exercícios anteriores sem crédito correspondente, somente regularizada no exercício em que os respectivos créditos são concedidos ;
- 3) despesa legalmente empenhada e registrada pelo Tribunal de Contas, não paga no exercício, mas relacionada em «restos a pagar» ; e.
- 4) despesa correspondente a receitas vinculadas, não paga durante o exercício, mas levada à conta de «fundos» próprios.

Destarte, em 1956, a execução orçamentária da União acusou o seguinte resultado :

a) Deficit de caixa orçamentário:

	Cr\$ bilhões
Receita arrecadada (exceto papel-moeda).....	70,4
Despesa efetivamente paga (exceto a decorrente de encampação de papel-moeda).....	87,1
	16,7

b) Deficit orçamentário escriturado:

	Cr\$ bilhões
«Restos a pagar»	7,9
«Fundos» (Reaparelhamento Económico, Valorização Económica da Amazônia, Socorro Contra as Sêcas do Nordeste)	4,9
Despesas pagas em exercicios anteriores, mas só regularizadas em 1956	3,4
<i>Deficit de caixa orçamentário</i>	16,7
	<hr/>
	32,9

Entretanto, o *deficit* de caixa geral, que resulta não só de operações orçamentárias, mas de recebimento e entrega de depósitos, de operações de crédito, de adiantamentos a Estados e Municípios e de outros financiamentos, ficou muito aquém do *deficit* orçamentário escriturado. O *deficit* de caixa geral do exercicio de 1956 expressou-se em 23,9 bilhões de cruzeiros, a saber:

	Cr\$ bilhões
Aumento do débito do Tesouro Nacional no Banco do Brasil S.A., em 1956 (contas de responsabilidade direta)	24,8
<i>Menos</i>	
Acréscimo verificado em 1956 nos saldos em caixa das tesourarias federais	0,9
<i>Deficit de caixa geral</i>	23,9

Esse *deficit* provém das seguintes operações do exercicio de 1956:

	Cr\$ bilhões
<i>Deficit de caixa orçamentário</i>	16,7
Diferença entre o pagamento e o recebimento de depósitos e fundos em 1956 (exceto «Restos a pagar» e «Fundos» não pagos em 1956 e Fundo de Recuperação da Lavoura Nacional)	2,4
Despesas pagas sem crédito	4,0
Débitos a indenizar, inclusive adiantamentos a Estados e Municípios	1,3
TOTAL	<hr/> 24,4 <hr/>

<i>Menos</i>	
Receita de operações de crédito (liquida, exceto papel-moeda emitido)	0,3
Receita de operações de financiamento	0,2
<i>Deficit de caixa geral</i>	<u>23,9</u>

O *deficit* de caixa geral de 23,9 bilhões de cruzeiros encontrado resulta do confronto da receita orçamentária e extraorçamentária líquida arrecadada, 70,9 bilhões de cruzeiros, com a despesa total orçamentária e extraorçamentária efetuada, 94,8 bilhões de cruzeiros.

A consideração do desequilíbrio de caixa é necessária para determinar-se o impacto inflacionário do setor público federal.

DESPESA

No que respeita ao programa de contenção de despesas públicas, os resultados envolvem dois aspectos básicos: a) cortes definitivos; b) transferências.

Como já foi assinalado no início deste Capítulo, o montante das despesas orçamentárias (Lei de Meios e créditos adicionais) autorizadas para o exercício de 1956 atingiu 114,5 bilhões de cruzeiros.

O programa de contenção de gastos orçamentários em 1956 montou a 28,2 bilhões de cruzeiros, ou sejam, 25 % do total autorizado, a saber:

	Cr\$ bilhões:
Não aproveitamento de créditos orçamentários e suplementação	9,7
«Restos a pagar» e «Fundos» transferidos	12,8
Créditos adicionais transferidos	5,7
<i>Total</i>	<u>28,2</u>

As despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, efetivamente realizadas em 1956, montaram a 94,8 bilhões de cruzeiros, dos quais 5,2 bilhões relativos à liquidação de «Restos a Pagar» e entrega de «Fundos Especiais», e 4 bilhões referentes a gastos realizados sem crédito (art. 48 do Código de Contabilidade da União).

A despesa com o aumento de vencimentos do funcionalismo federal montou a 29,8 bilhões de cruzeiros.

RECEITA

A receita efetivamente arrecadada em 1956 montou a 70 353 milhões de cruzeiros, situando-se apenas 607 milhões (0,9 %) abaixo da cifra consignada no Orçamento e superando em 27 % o valor da arrecadação no exercício de 1955. Atingiu-se, assim, praticamente, a previsão otimista constante da Lei Orçamentária de 1956, mas para tanto foi necessário contar, além do esforço arrecadador, com aumento de receitas não previstas na referida lei.

Por força da Lei n.º 2 226, de 16 de fevereiro de 1955, incorporaram-se, no exercício, à receita orçamentária, 3 729 milhões de cruzeiros, como contrapartida de despesa liquidada pela referida lei, que dispõe sobre encampação de papel-moeda. Em virtude, porém, da natureza especial desse lançamento, não foi a citada importância computada no montante da receita analisada.

No exercício financeiro de 1956, foram necessários ingentes esforços para que a arrecadação do imposto de renda atingisse a previsão orçamentária.

O orçamento da receita do ano findo atribuiu a esse imposto a arrecadação de 25,5 bilhões de cruzeiros, aproximadamente, com um aumento da ordem de 45% em relação à previsão orçamentária de 1955 e de perto de 30% sobre a efetiva arrecadação daquele exercício financeiro.

A arrecadação relativa às pessoas físicas, prevista em cerca de 5,0 bilhões de cruzeiros, foi ultrapassada em 900 milhões, aproximadamente; e a do adicional instituído pela Lei de Proteção à Família (Decreto-lei n.º 3 200, de 19 de abril de 1941), que foi prevista em 100 milhões, atingiu mais de 175 milhões de cruzeiros.

Do imposto de renda das pessoas jurídicas, que na previsão orçamentária em 1956 estava calculado em 11,7 bilhões de cruzeiros, foram arrecadados 11,0 bilhões de cruzeiros.

Também o imposto arrecadado nas fontes, cuja previsão fôra superior a 8,1 bilhões de cruzeiros, incluído o imposto sobre os lucros apurados nas operações imobiliárias, não atingiu o montante previsto, embora tenha havido uma arrecadação extraordinária de mais de 2,0 bilhões de cruzeiros, decorrente da elevação do capital das pessoas jurídicas mediante a valorização do ativo imobilizado e a incorporação de reservas, com favores fiscais, nos termos da Lei n.º 2 862, de 4 de setembro de 1956.

A necessidade de reinvestimento dos lucros obtidos nas atividades comerciais e industriais, para atender ao desenvolvimento dos negócios e à natural expansão das empresas, importa em menor distribuição de rendimentos, daí resultando a diminuição do imposto arrecadado sobre os lucros distribuídos, especialmente sobre dividendos e outros rendimentos atribuídos às ações ao portador, os quais estão sujeitos à tributação nas fontes pagadoras.

De outra parte, estando prevista a redução da incidência do imposto cobrado normalmente sobre os rendimentos decorrentes da capitalização de reservas e das reavaliações de ativo para fins de aumento de capital, nos termos do projeto que veio a constituir a mencionada Lei n.º 2 862, no ano findo, as pessoas jurídicas somente distribuíram rendimentos por aquela forma, após a vigência das novas disposições legais, que permitiram, também, o recolhimento parcelado do imposto, em prestações mensais.

Ainda assim, computada a arrecadação correspondente às primeiras parcelas do imposto resultante dos aumentos de capital, nas condições determinadas, que foram recolhidas no ano findo, o total da arrecadação nas fontes foi de 7,5 bilhões de cruzeiros, incluindo-se nessa importância a quantia de 500 milhões de cruzeiros, aproximadamente, de imposto sobre os lucros das transações de compra e venda de propriedades imobiliárias.

A arrecadação do Imposto do Consumo atingiu em 1956 o valor total de 23 bilhões de cruzeiros, superando em 32 % a receita obtida em 1955. Para esse vultoso aumento contribuíram o crescimento da economia nacional, as altas de preços ocorridas

e a criação de adicionais sobre vários produtos de menor essencialidade. Mesmo assim, a arrecadação em 1956 situou-se 3 % abaixo da previsão orçamentária.

O Imposto do Sêlo proporcionou uma receita de 8,2 bilhões de cruzeiros, que representou um aumento de 27 % sobre o total arrecadado em 1955 e de 5 % sobre a previsão orçamentária.

O Imposto de Importação continuou a apresentar receita pouco expressiva, em virtude do estado de obsolência da tarifa alfandegária brasileira; a receita de 2 bilhões de cruzeiros apurada em 1956 situou-se 26 % abaixo da previsão.

A renda industrial da União montou a 1 974 milhões de cruzeiros, acusando um aumento de 73 % sobre a renda de 1955 e de 77 % sobre a previsão orçamentária, que reflete os reajustamentos de tarifas de serviços industriais.

AUTARQUIAS

Os reajustamentos de tarifas efetuados em 1956 não foram suficientes para eliminar os *deficits* de custeio das autarquias industriais. O Tesouro Nacional entregou recursos a essas entidades no montante de 10,6 bilhões de cruzeiros, dos quais 7 bilhões referiram-se a pagamento do aumento de vencimentos de pessoal concedido pelo Congresso.

Conforme já foi observado neste Capítulo, para o desejado restabelecimento do equilíbrio financeiro das autarquias industriais, é necessário investir recursos para modernizar o seu equipamento, bem como reformar sua estrutura administrativa no sentido de adaptá-las à natureza de suas atividades industriais.

Dívida Pública

DÍVIDA INTERNA FLUTUANTE

Em virtude do *deficit* ocorrido no ano passado, elevou-se sobremaneira a dívida flutuante da União.

Tal dívida, que representa compromissos a curto prazo, atingia, em fim de 1956, 69,6 bilhões de cruzeiros, contra 34,9 bilhões em 31 de dezembro de 1955.

Nos últimos anos, a Dívida Flutuante assim evoluiu:

DÍVIDA FLUTUANTE DA UNIÃO

(Saldos em fim de ano)

Cr\$ bilhões

ITENS	1951	1952	1953	1954	1955	1956
Total	12,5	14,0	24,7	30,5	34,9	69,6
Restos a pagar e fundos ..	3,7	4,6	6,4	10,2	14,6	23,2
Bancos e Correspondentes (*)	3,4	4,0	11,6	15,6	15,1	40,5
Outros	5,4	5,4	6,7	4,7	5,2	5,9

* Essa dívida sofreu redução de 9,1 bilhões em 1951 e de 11 bilhões em 1955, em virtude de leis de encampação de papel-moeda.

O principal item da Dívida Flutuante tem sido a posição devedora do Tesouro Nacional no Banco do Brasil. Esse débito vem-se agravando de ano para ano, não obstante as apreciáveis reduções que sofre, periodicamente, em decorrência de leis de encampação de papel-moeda e liquidação triangular de débitos entre a Carteira de Redescontos, o Tesouro Nacional e o Banco do Brasil.

Outro item que tem contribuído para a elevação da Dívida Flutuante é o relativo aos «Restos a Pagar» e «Fundos», que anualmente se avolumam expressivamente.

Vale observar que a Dívida Flutuante dos Estados e Municípios, atinge, igualmente, nível elevado, contribuindo, também os «Restos a Pagar» com parcela significativa.

Em 1956, foram registradas algumas operações no que tange a esse tipo de débito. Assim, em decorrência de dispositivo legal foi observado o seguinte:

Emissões :

	Cr\$
Apólices da Dívida Pública	84 183 500
Obrigações de Guerra	1 053 100
Cautelas de Obrigações de Guerra	85 000
Comprovantes do Recolhimento de Cotas de Obrigações de Guerra	80 284
TOTAL	85 401 884

Resgate :

Comprovantes do Recolhimento de Cotas de Obrigações de Guerra	1 201 124
Variação líquida	+ 84 200 760

No que diz respeito à cotação dos títulos dessa dívida em público pregão, é de assinalar que persistiu, em 1956, nas maiores Bolsas de Valores do País, o agravamento da sua depreciação (cêrca de 25% abaixo do valor par). Justifica este fato, principalmente, a falta, até então, de um plano racional de resgate. Todavia, com a adoção das medidas determinadas na Lei n.º 2 977, de 28-11-56, que reestruturou o serviço dessa dívida pública, já em 1957 é de se esperar que as cotações dos títulos em aprêço melhorem particularmente suas posições em bolsa.

Vale observar que o saldo da dívida consolidada interna dos Estados, Distrito Federal e Municípios das Capitais atingia, em fim de 1956, os seguintes totais:

	Cr\$ bilhões
Estados e Distrito Federal	27,5
Municípios das Capitais	5,3

Aproximadamente metade da dívida estadual pertencia ao Estado de São Paulo, 18% a Minas Gerais e 10% ao Rio Grande do Sul, entre os principais devedores. Da dívida municipal indicada, cêrca de 3/5 eram da responsabilidade do Município da Cidade de São Paulo.

DÍVIDA CONSOLIDADA EXTERNA

Continuou o Governo, durante o exercício de 1956, a satisfazer regularmente os seus compromissos com relação aos empréstimos externos federais, estaduais e municipais, da responsabilidade da União, tendo sido remetidas aos agentes pagadores as importâncias totais de £ 4 260 687 e US\$ 11 817 744. As baixas em circulação, na conformidade do levantamento procedido quanto aos resgates efetuados no exercício passado, importaram em £ 3 844 467 e US\$ 10 759 370, ficando, assim, reduzidos os saldos circulantes a £ 24 596 130 e US\$ 88 406 675, conforme a seguinte discriminação:

<i>Empréstimos</i>	<i>Libras</i>	<i>Dólares</i>
União	9 641 360	51 124 425
Estados	11 337 293	32 122 250
Municípios	2 275 070	4 990 000
Grau VIII	1 342 407	170 000

Após os 13 anos da vigência do Decreto-lei nº 6 019, de 23 de novembro de 1943, a cujos planos o Governo continuará a obedecer, as amortizações até agora efetuadas representam 83,25 % do total das dívidas em libras e 69,15 % do montante das dívidas em dólares, correspondentes aos valores, respectivamente, de £ 122 224 239 e US\$ 198 133 970.

No exercício em curso, despenderá a União as importâncias de £ 4 242 407 e US\$ 11 817 744, nos serviços de juros e amortizações dos referidos empréstimos.

Durante o ano de 1956, verificou-se a total liquidação das emissões em libras do Estado de São Paulo. Com os dispêndios a serem efetuados, em libras, durante o exercício vigente, ficarão integralmente resgatados, em 1957, os títulos federais do plano B.

Quanto às dívidas em francos, o Acôrdo de Resgate Franco-Brasileiro, assinado em 4 de maio de 1956, possibilitou soluções finais para os 30 casos que ainda estavam pendentes de entendimento. Trata-se dos saldos circulantes de 26 empréstimos públicos, referentes aos títulos emitidos em francos pela União, Estados e Municípios e que não foram apresentados pelos respectivos portadores, até a final execução do Acôrdo de 1951, quando se verificou

a liquidação do correspondente a 91,11% da dívida total em francos-ouro e 81,44% da em francos-papel; das obrigações resultantes da incorporação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Companhia «Port of Pará»; e, finalmente, dos compromissos não satisfeitos, até 30 de julho de 1956, pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, com relação ao «The Chase National City Bank», «Cie. du Port de Rio de Janeiro» e «Brasil Railway».

As disposições do Governo, no que se refere a essas dívidas, já foram manifestadas através da Secretaria Técnica do Conselho de Economia e Finanças, à qual foi atribuída a fiscalização e execução do Acôrdio Franco-Brasileiro. Nesse sentido, já foram resgatados, em 1956, 60 000 títulos dos empréstimos consolidados da União, Estados e Municípios.

Previsão para 1957

PROPOSTA ORÇAMENTARIA

Ao apresentar ao Congresso, em 15 de maio de 1956, a Proposta do Orçamento de 1957, viu-se o Executivo obrigado a reconhecer a perspectiva de um *deficit*, da ordem de 21,9 bilhões de cruzeiros, uma vez que as despesas julgadas necessárias montavam a 97,8 bilhões, enquanto a previsão da receita se expressava em 75,9 bilhões.

Convencido, todavia, da necessidade de ser votado um Orçamento equilibrado para 1957, o Executivo programou um conjunto de providências a solicitar ao Congresso. A necessidade de imprimir estrutura mais racional e socialmente mais justa à legislação tributária associou-se à conveniência de revigorarem-se disposições legais sobre a matéria e de incrementar a arrecadação em 1957 para evitar a ocorrência de vultoso *deficit*. Assim, o Executivo encaminhou ao Congresso os anteprojetos de leis já apreciados neste Capítulo, bem como anteprojeto propondo novo sistema de cobrança da taxa de educação e saúde, que não chegou a ser aprovado em 1956.

a liquidação do correspondente a 91,11% da dívida total em francos-ouro e 81,44% da em francos-papel; das obrigações resultantes da incorporação da Estrada de Ferro Vitória-Minas, da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e da Companhia «Port of Pará»; e, finalmente, dos compromissos não satisfeitos, até 30 de julho de 1956, pela Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, com relação ao «The Chase National City Bank», «Cie. du Port de Rio de Janeiro» e «Brasil Railway».

As disposições do Governo, no que se refere a essas dívidas, já foram manifestadas através da Secretaria Técnica do Conselho de Economia e Finanças, à qual foi atribuída a fiscalização e execução do Acôrdio Franco-Brasileiro. Nesse sentido, já foram resgatados, em 1956, 60 000 títulos dos empréstimos consolidados da União, Estados e Municípios.

Previsão para 1957

PROPOSTA ORÇAMENTARIA

Ao apresentar ao Congresso, em 15 de maio de 1956, a Proposta do Orçamento de 1957, viu-se o Executivo obrigado a reconhecer a perspectiva de um *deficit*, da ordem de 21,9 bilhões de cruzeiros, uma vez que as despesas julgadas necessárias montavam a 97,8 bilhões, enquanto a previsão da receita se expressava em 75,9 bilhões.

Convencido, todavia, da necessidade de ser votado um Orçamento equilibrado para 1957, o Executivo programou um conjunto de providências a solicitar ao Congresso. A necessidade de imprimir estrutura mais racional e socialmente mais justa à legislação tributária associou-se à conveniência de revigorarem-se disposições legais sobre a matéria e de incrementar a arrecadação em 1957 para evitar a ocorrência de vultoso *deficit*. Assim, o Executivo encaminhou ao Congresso os anteprojetos de leis já apreciados neste Capítulo, bem como anteprojeto propondo novo sistema de cobrança da taxa de educação e saúde, que não chegou a ser aprovado em 1956.

ORÇAMENTO DE 1957

Em sua tramitação no Congresso, o anteprojeto de lei orçamentária sofreu alterações diversas, cujo resultado global foi uma elevação substancial no montante da despesa e uma estimativa mais otimista das possibilidades da receita. O Orçamento sancionado acusou as seguintes cifras globais :

	Cr\$ bilhões
Despesa	116,0
Receita	98,3
Deficit	17,7

Para a elevação de 22,4 bilhões de cruzeiros, ocorrida na previsão da receita constante da proposta orçamentária, contribuíram com cerca de 15,8 bilhões as estimativas de aumento de receita decorrente de nova legislação tributária e revigoramento de dispositivos legais cuja vigência cessaria em 1957: Imposto de Consumo, 6,9 bilhões; Imposto de Renda, 4,2 bilhões e adicional de renda, 4,6 bilhões. Os restantes 6,7 bilhões resultaram de elevação da estimativa de alguns itens da receita.

No que respeita à despesa, a elevação de 18,2 bilhões de cruzeiros efetuada sobre a proposta do Executivo assim se desdobra: 4,6 bilhões correspondentes à utilização, para desenvolvimento econômico, dos recursos a serem propiciados pelo adicional de renda; 2,2 bilhões referentes a reajustamento de dotações constitucionais; e os restantes 11,4 bilhões relativos a inclusões de dotações resultantes de lei, reposição de verbas rodoviárias atingidas por planos de economia, dotações destinadas a obras públicas em ferrovias, rodovias, etc.

ESTIMATIVA DA RECEITA

Relativamente à arrecadação de 1956, a receita prevista para 1957 apresenta-se elevada de 28 bilhões de cruzeiros (38%): ex-

cluída a parcela que decorrerá das alterações no sistema tributário, estimada em 11 bilhões de cruzeiros, o incremento de receita calculado para 1957 é da ordem de 23%, taxa muito alta, difícil de ser alcançada pelo organismo arrecadador, mesmo com a melhoria dos processos de arrecadação que vêm sendo e continuarão a ser desenvolvidos pelo Ministério da Fazenda. Tal estimativa de receita seria aceitável na hipótese de ocorrência, em 1957, de uma taxa elevada de inflação, o que o Executivo se acha firmemente decidido a evitar.

Em tais condições, é preferível estimar o crescimento da receita (excluído o aumento decorrente de tributação nova) no máximo em 15%. Admitida essa taxa de expansão, a arrecadação total em 1957 se situará cerca de 6 bilhões de cruzeiros abaixo da cifra orçamentária.

AUTORIZAÇÕES DE DESPESAS

Cumprir observar, por outro lado, que as autorizações de despesas de que disporá o Executivo em 1957 serão ainda maiores que o total consignado na lei orçamentária (116 bilhões de cruzeiros). Há que levar em conta os créditos especiais transferidos de 1956 para 1957, no montante de 5,7 bilhões de cruzeiros e, também, o fato de que, a partir de julho de 1957, as vantagens concedidas pelo Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares (Lei nº 1 316, de 20 de janeiro de 1951) passarão a ser calculadas sobre os novos padrões de vencimentos estabelecidos pela Lei nº 2 710, de 19 de janeiro de 1956.

DEFICIT POTENCIAL

É de esperar-se, pois, que as autorizações de despesas orçamentárias para 1957 venham a atingir 126 bilhões de cruzeiros, cifra que, confrontada com a estimativa (corrigida) da receita — 92 bilhões de cruzeiros — revela um *deficit* potencial da ordem de 34 bilhões de cruzeiros.

Mas há que mencionar as despesas extraorçamentárias que não poderão deixar de ser realizadas em 1957 e que se referem a «Restos a Pagar» e «Fundos Especiais» provindos de exercícios anteriores. Conforme já foi assinalado, ao exercício de 1956 haviam sido transferidos «Restos a Pagar» e «Fundos Especiais» no montante de 14,4 bilhões de cruzeiros, saldo que sofreu aumento líquido de 7,6 bilhões em 1956, passando a expressar-se em 22 bilhões, ao iniciar-se o exercício de 1957, dos quais 12 bilhões referentes a «Restos a Pagar» (cujo prazo médio de liquidação é de 5 anos) e 10 bilhões referentes a «Fundos Especiais» para desenvolvimento econômico e social. Do referido montante, que se eleva a 23,2 bilhões, quando considerados outros resíduos passivos que compõem a dívida flutuante, apreciável parcela não poderá deixar de ser gasta em 1957, o que indica que paira sobre o Governo Federal a ameaça de um *deficit* de caixa geral superior a 40 bilhões de cruzeiros.

MEDIDAS DE CORREÇÃO

O forte desequilíbrio financeiro que ameaça o exercício de 1957 requer medidas enérgicas, que já tiveram começo de execução e que obedecem às mesmas linhas gerais da orientação adotada em 1956.

Não será possível, ainda este ano, encerrar-se o exercício financeiro sem *deficit* de caixa; todavia, as medidas programadas possibilitarão limitar esse *deficit* a proporções financiáveis sem recurso excessivo às emissões de papel-moeda. Assim, o volume da despesa ficará condicionado às possibilidades da arrecadação de receitas e da obtenção de financiamento não inflacionário.

CAPÍTULO VII

MOEDA E CRÉDITO

Política Monetária e Bancária

Assegurar o volume global de moeda e de crédito requerido pela economia nacional, evitando deficiências ou excessos prejudiciais ao seu funcionamento; atuar no sentido de selecionar a

distribuição dos recursos disponíveis, estimulando o desenvolvimento das atividades econômicas essenciais; e zelar pela liquidez e solvência do sistema bancário, a fim de manter o clima de confiança geral, que é a essência mesma do complexo e sensível mecanismo do crédito, são os três objetivos fundamentais da política monetária e bancária do Governo.

Em 1956, teve o Governo de enfrentar sérios problemas monetários e bancários, de vez que, a par da necessidade de reorientar o crédito para que melhor sirva às atividades econômicas essenciais, especialmente as do setor rural, havia que resistir às fortes pressões exercidas pelo setor privado e, ao mesmo tempo, contrabalançar os efeitos do *deficit* financeiro da União.

Além das pressões inflacionárias resultantes do desequilíbrio das finanças federais e dos reajustamentos de vencimentos e salários, cumpria, ainda, controlar as fortes solicitações de crédito induzidas pelo processo de desenvolvimento econômico e, em particular, aquela geradas pelas expectativas de continuação da inflação.

O clima salutar de entusiasmo empreendedor, em que se processa o desenvolvimento econômico do País, encoraja solicitações de crédito que, não raro, superam as possibilidades dos fatores de produção disponíveis; se se permitir a expansão imoderada do volume geral de crédito, os recursos monetários em excesso determinarão desenfreado leilão de bens econômicos e de fatores de produção. Por outro lado, em consequência de três lustros de inflação contínua, desenvolvera-se a prática de operações especulativas e se generalizara a mentalidade prejudicial de que é bom negócio ficar devendo o mais possível, mesmo a juros nominalmente altos. As facilidades de crédito, no passado, permitiram aos homens de negócio descarregar tranqüilamente sobre os consumidores, sob a forma de alta de preços, todos os aumentos de custo de produção decorrentes da elevação de tributos ou de salários que poderiam ter sido absorvidos pela margem excessiva de lucros, processo que tende a perpetuar a inflação.

CONTROLE QUANTITATIVO DO CRÉDITO

A continuidade da expansão de crédito pelos bancos comerciais depende, em última análise, do ritmo das novas emissões de

papel-moeda. Estas se fazem através da Carteira de Redescontos e da Caixa de Mobilização Bancária, para suprir os bancos comerciais e o Banco do Brasil, exclusivamente.

Assim, as Autoridades Monetárias podem fazer chegar novas emissões de papel-moeda aos bancos comerciais de duas maneiras: a) diretamente, através do redesconto e de outras modalidades de assistência financeira; b) indiretamente, através de financiamentos feitos pelo Banco do Brasil a entidades públicas ou privadas, aumentando a circulação de papel-moeda e determinando a elevação de depósitos no sistema bancário.

As providências programadas, a fim de reduzir o *deficit* federal e financiá-lo, na medida do possível, com recursos não inflacionários, não impediriam certo aumento de papel-moeda em 1956, cujos efeitos possíveis sobre o sistema bancário cumpria considerar.

O financiamento de parte do *deficit* federal, com recursos obtidos na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, viria aumentar a circulação de papel-moeda e determinar o crescimento dos depósitos em bancos, fornecendo-lhes recursos para expansão do crédito. Devia-se, pois, compensar essa tendência expansionista por um controle mais severo do volume de recursos fornecidos diretamente aos bancos, pelas autoridades monetárias, bem como utilizar importante instrumento legal de controle do crédito: a variação das percentagens dos depósitos bancários obrigatórios, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.

ASSISTENCIA FINANCEIRA AOS BANCOS

A autoridade monetária pode atuar de duas formas para diminuir o volume dos recursos que entrega diretamente aos bancos comerciais: reduzindo o nível dessa assistência financeira; e elevando as taxas dos juros cobrados sobre os créditos concedidos, de modo a desencorajar as solicitações.

O Governo decidiu racionar diretamente o volume da assistência financeira oficial aos bancos comerciais, sem apelar para a elevação das taxas de juros.

O fato de não se haver utilizado o clássico recurso da elevação da taxa de redesconto, como arma de combate à in-

flação, se explica em face dos seguintes motivos: a) foi julgado suficiente o controle direto do volume de crédito concedido aos bancos; b) não havendo, no País, tradição do emprêgo da variação da taxa de descontos como instrumento de controle monetário, e achando-se arraigada a concepção de que a referida taxa deve ser sempre modesta, para não onerar o custo da produção, as possíveis vantagens de sua elevação não compensariam os imediatos efeitos psicológicos desfavoráveis da medida, em detrimento dos resultados colimados com as demais providências antiinflacionárias.

Assim, foram mantidas, em 1956, as taxas vigentes em 31-12-1955: 6% a.a., para as operações comuns de desconto; 5 1/2% a.a., para o desconto das obrigações relativas a produtos de exportação, cujo financiamento seja considerado essencial à economia nacional; 4% a.a., para o desconto de contratos de penhor agrícola e pecuário da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil; e 3% a.a., para os empréstimos a bancos, feitos pela Carteira de Descontos, com garantia de Letras do Tesouro.

SELEÇÃO DOS DESCONTOS

Em 1956, utilizou-se, também, o desconto como instrumento de controle seletivo do crédito. Não foi aceito o desconto de papéis representativos de operações especulativas e aumentou-se o rigor no exame daqueles de menor significação econômica. Na concessão de facilidades de desconto, levou-se em conta, ainda, não somente a natureza dos títulos cambiais apresentados, mas também a qualidade geral das aplicações do banco solicitante, verificada em inspeções realizadas pela SUMOC.

INSTRUÇÃO Nº 135 DA SUMOC

Uma das medidas básicas da política monetária estabelecida em 1956 foi, inegavelmente, a Instrução n.º 135, do Conselho da Superintendência da Moeda e do Crédito, baixada em 19 de julho.

Mediante a referida Instrução, as percentagens dos depósitos que os bancos devem recolher ao Banco do Brasil, à ordem da SUMOC, foram fixadas nos níveis máximos que a legislação vigente permite às autoridades monetárias exigir; assim, as taxas de recolhimento foram elevadas de 4% para 14% e de 3% para 7%, respectivamente, dos depósitos à vista e dos depósitos a prazo nos bancos.

Todavia, como o objetivo da Instrução, em seu aspecto quantitativo, era evitar uma expansão excessiva do crédito bancário para o setor privado da economia nacional, jamais provocar uma retração desse mesmo crédito, ficou estabelecido, no texto daquele ato, que a exigência seria considerada satisfeita, desde que os estabelecimentos bancários recolhessem 40% do aumento verificado em seus depósitos, relativamente à posição mais alta registrada em fim de mês no primeiro semestre de 1956. Essa percentagem foi fixada em 25% para os bancos sediados nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Mato Grosso.

Assim, a Instrução n.º 135 só se aplica aos bancos que acusam aumento em seus depósitos e, mesmo assim, absorve apenas 40% desse aumento. Ademais, concede isenção desse recolhimento às instituições bancárias que comprovarem a aplicação de 37% dos aumentos de depósitos em empréstimos às atividades rurais, nas mesmas condições previstas na legislação relativa às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Tal isenção se estende, também, às aplicações em Letras do Tesouro Nacional.

Muito embora a Instrução n.º 135 seja, fundamentalmente, um instrumento de controle quantitativo do crédito, a isenção prevista para os empréstimos rurais se justifica em face do alto interesse do Governo em orientar parcela crescente do crédito bancário para o financiamento direto da lavoura e da pecuária, até hoje insuficientemente contempladas pela rede bancária privada.

A isenção, contida na citada Instrução, para os bancos que desejem aplicar 37% de seus aumentos de depósitos em Letras do Tesouro, teve como objetivo principal incentivar os bancos a

manter parte de seus ativos sob a forma de títulos públicos a curto prazo, como uma das providências preliminares para o encaminhamento da solução, de mais longo prazo, do problema da criação de um mercado para aqueles títulos.

ENTENDIMENTOS COM OS BANQUEIROS

O êxito da política monetária e bancária depende, em boa parte, do grau de cooperação dos banqueiros com as autoridades monetárias, motivo por que estas últimas promoveram, em 1956, várias reuniões com representantes da rede bancária privada, objetivando não só esclarecer as finalidades e o mecanismo de ação das medidas programadas, como, também, colher sugestões e obter colaboração no sentido de ser imprimida ao crédito privado orientação mais consentânea com os interesses nacionais. Nesse particular, insistiram as autoridades monetárias sobre a necessidade de ser negado crédito para atividades especulativas e incrementado o crédito às atividades rurais.

Por outro lado, o Conselho da SUMOC fixou novas normas tendentes a eliminar certos entraves burocráticos à expansão das atividades bancárias, especialmente nos casos de concessão de licença para funcionamento de novas dependências bancárias.

CREDITO OFICIAL AS ATIVIDADES ECONOMICAS ESSENCIAIS

Aos esforços envidados, pelo Governo, para aumentar a seletividade do crédito bancário privado deveria seguir-se necessariamente uma ação direta, no sentido de carrear recursos para as atividades essenciais, especialmente as do setor rural.

E' importante salientar que, ao terminar o ano de 1956, os empréstimos do Banco do Brasil, do Banco de Crédito da Amazônia, do Banco do Nordeste do Brasil e do Banco Nacional de Crédito Cooperativo representavam 37% do valor total dos empréstimos bancários ao setor privado da economia nacional, e 64% dos empréstimos ao setor rural.

Com o fito de ampliar, de modo efetivo, o seu âmbito de ação no setor do crédito bancário, o Governo estudou a possibili-

dade de utilizar a rede bancária privada para fazer chegar mais facilmente, à produção básica, os recursos financeiros requeridos. Assim, o Conselho da SUMOC estabeleceu normas preliminares para o refinanciamento, através do Banco do Brasil, de empréstimos de outros bancos destinados ao custeio das lavouras do feijão, do arroz, do milho, da batata e da mandioca, nas condições indicadas no Capítulo — *Agricultura e Alimentação*.

REFORMA DA LEGISLAÇÃO BANCARIA

A ação do Governo no setor monetário e bancário poderá ampliar-se e ganhar flexibilidade, desde que conte com uma estrutura legal mais adequada.

No ano em curso, o Executivo pretende estabelecer estreita colaboração com o Congresso, quanto aos estudos necessários ao aperfeiçoamento da legislação bancária brasileira. A preciosa experiência acumulada no País, em vários anos de atividade no campo do crédito especializado oficial, bem como no controle dos bancos privados, possibilita ao Governo articular soluções adequadas aos nossos problemas.

Evolução da Situação Monetária e Bancária

As operações bancárias, em 1956, se desenvolveram em ambiente de tranquilidade, para o que contribuiu, inegavelmente, a política preventiva da SUMOC, através de sua Inspeção Geral de Bancos, que mantém em permanente observação os estabelecimentos bancários, seja por meio de inspeções diretas, seja pelo exame, à distância, de demonstrações contábeis e outros documentos.

ASSISTÊNCIA FINANCEIRA AOS BANCOS

O nível da assistência financeira concedida, pelas autoridades monetárias, aos bancos (excluído o Banco do Brasil) elevou-se de 919 milhões de cruzeiros entre 31-12-1955 e 31-12-1956, o que representou aumento de apenas 6,7%.

A assistência financeira aos bancos comerciais se processa usualmente através da Carteira de Redescontos; em caráter de emergência, pela Caixa de Mobilização Bancária, e, às vezes, diretamente pela Carteira de Crédito Geral do Banco do Brasil.

Refletindo o clima de tranquilidade geral, a elevação do nível da assistência financeira aos bancos se deveu exclusivamente às operações normais de redescontos, sendo que o nível das operações da Caixa de Mobilização Bancária sofreu redução de 123 milhões de cruzeiros, o mesmo acontecendo com o saldo dos empréstimos a bancos pelo Banco do Brasil, por conta própria, que diminuiu em 35 milhões.

EXPANSÃO DO CRÉDITO

Banco do Brasil

Os empréstimos do Banco do Brasil apresentaram, em 1956, uma expansão líquida total da ordem de 35,6 bilhões de cruzeiros (+28,5%), para a qual contribuíram decisivamente os 25,3 bilhões (+42,4%) fornecidos ao setor público.

A grande força expansionista foi, inegavelmente, o Tesouro Nacional, que exigiu recursos líquidos no montante de 24,3 bilhões (total dos débitos, menos o total dos créditos ao Tesouro, no exercício). A melhoria da situação em alguns Estados reduziu a pressão sobre o Banco do Brasil, cujos empréstimos a Governos Estaduais e Municipais aumentaram apenas em 1,3 bilhões de cruzeiros, em 1956 (+9,2%), contra 2,4 bilhões (+20,5%) em 1955 e 6,6 bilhões (+22,3 bilhões) em 1954.

Os empréstimos do Banco ao setor privado da economia nacional, que montavam a 64,9 bilhões de cruzeiros, em fins de 1955, cresceram em 10,1 bilhões em 1956, o que corresponde ao aumento de 15,6%.

O saldo dos empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial elevou-se de 22,4 bilhões de cruzeiros, em 31-12-1955, para 26,7 bilhões, em 31-12-1956, acusando expansão de 19,4%, superior à ocorrida no total dos empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado, o que evidencia aumento da participação das operações da referida carteira.

Os empréstimos da Carteira de Crédito Geral, que totalizavam 42,6 bilhões de cruzeiros em 31-12-1955, elevaram-se em 5,8 bilhões (+13,6%) no exercício de 1956, devido, principalmente, à expansão dos empréstimos à indústria, entre os quais se incluíram financiamentos a iniciativas ligadas à industrialização de produtos agropecuários.

Outros Bancos sob Contrôlo Oficial

O Banco de Crédito da Amazônia, o Banco do Nordeste do Brasil e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, cujos empréstimos totalizavam 3,3 bilhões de cruzeiros, em fins de 1955, registraram uma expansão global de empréstimos da ordem de 1,3 bilhões de cruzeiros, em 1956. Esse aumento, que atingiu à expressiva taxa de 64,5%, foi tornado possível, em sua maior parte, pelas dotações constitucionais entregues às duas primeiras entidades citadas.

A atuação do Banco Nacional de Crédito Cooperativo foi apreciada no Capítulo — *Agricultura e Alimentação*, onde, também, se fez referência às operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. No Capítulo — *Desenvolvimento Regional*, apresenta-se uma análise da expansão das operações do Banco de Crédito da Amazônia e do Banco do Nordeste do Brasil.

Os demais bancos de economia mista, controlados pelos governos estaduais, elevaram os seus empréstimos — que totalizavam 18,3 bilhões de cruzeiros em fins de 1955 — mostrando uma expansão de 5,8 bilhões em 1956, equivalentes a uma taxa de aumento de 31,7%, superior à registrada pelos bancos privados.

Demais Bancos

Não são justificadas as alegações de que o Governo expandiu o crédito ao setor público, com sério sacrifício do volume das operações dos bancos privados.

É verdade que o ritmo de expansão dos empréstimos dos bancos privados se reduziu progressivamente, no segundo semestre, quando entrou em vigor a Instrução n.º 135 do Conselho da SUMOC, havendo, mesmo, sofrido diminuição o saldo total

dêses empréstimos, em dezembro. Mesmo assim, o aumento global, em 1956, foi o mais forte do quinquênio, expressando-se em 15,8 bilhões de cruzeiros (17,5%). Não fôra o impacto dos reajustamentos de vencimentos e salários sôbre os custos e os preços em geral, e a referida expansão teria sido bem menor.

MEIOS DE PAGAMENTO

A circulação de papel-moeda elevou-se em 11,5 bilhões de cruzeiros, em 1956, ou seja, um aumento de 16,6%. Conquanto substancial, êsse aumento foi, em têrmos relativos, o menor dos últimos quatro anos, de vez que, em 1955, se registrou uma expansão de 17,4% (10,3 bilhões), contra um incremento de 25,6% (12,0 bilhões), em 1954, e de 19,7% (7,7 bilhões), em 1953.

Deduzido o valor da moeda corrente em caixa nos bancos, verifica-se que a quantidade de papel-moeda efetivamente em mãos do público aumentou em 17,8% (10,2 bilhões de cruzeiros), no exercício de 1956, contra um incremento percentual de 16,6%, em 1955, e de 29,3%, em 1954.

No que respeita aos depósitos à vista, do público, no sistema bancário, a expansão foi da ordem de 23,6% (28,5 bilhões de cruzeiros), contra 17,9% em 1955 e 18,9% em 1954.

Destarte, expressou-se em 38,6 bilhões de cruzeiros (31,7%) o aumento total dos meios de pagamento — papel-moeda mais depósitos à vista — criados pelo sistema monetário e bancário (autoridades monetárias e bancos) e postos à disposição dos demais setores da economia nacional.

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES ECONÔMICAS COM O EXTERIOR

No campo das relações econômicas com o Exterior, a ação desenvolvida pelo Governo abrangeu três aspectos fundamentais, intimamente ligados: política de comércio exterior, política cambial e política de capitais estrangeiros.

Política de Comércio Exterior e Câmbio

A política de comércio exterior e câmbio visou, em 1956, aos seguintes objetivos básicos: expansão geral do intercâmbio com o exterior; ampliação da área do Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais; valorização do cruzeiro frente às demais moedas; recomposição das reservas cambiais e do crédito do País no Exterior, reestruturação de nossa tarifa aduaneira e negociação para a prévia aprovação pelo GATT.

ESTIMULO AS EXPORTAÇÕES

No tocante à política de estímulo às exportações, merece destaque a Instrução n.º 131, do Conselho da SUMOC, baixada em 17 de maio, a qual consolidou as bonificações da primeira e segunda categorias de exportação vigentes, aumentou as da terceira e criou a quarta categoria, visando a incentivar as vendas de manufaturas nacionais ao Exterior, bem como a facilitar o escoamento de vários produtos agrícolas. A propósito, convém destacar que as medidas de estímulo às exportações, anunciadas e postas em prática pelo Governo em maio de 1956, mostraram-se realmente benéficas, sobretudo em relação a certos aspectos da economia regional do Norte e do Nordeste. O Governo não deixou, portanto, de amparar e incentivar a exportação de determinados artigos que, embora de contribuição relativamente modesta para a receita cambial do País, são de grande significação para a vida econômica das regiões que os produzem.

As providências adotadas evitaram a ocorrência de excedentes gravosos da produção exportável, que tão sérias preocupações causaram a administrações anteriores. A coordenação da política cambial com a de estímulo às exportações possibilitou o aproveitamento pleno das oportunidades proporcionadas pelas vendas de café ao Exterior, eliminando as perturbações desfavoráveis no mercado desse produto.

SELEÇÃO DAS IMPORTAÇÕES

Graças à flexibilidade do sistema cambial vigente, foi possível utilizá-lo como instrumento para seleção de importações. Além

da distribuição de mercadorias nas cinco categorias cambiais, segundo o grau de essencialidade, organizaram-se leilões especiais para a agricultura. Inaugurou-se uma política de incentivo à mecanização da lavoura, mediante a concessão de ágios especiais ao comércio importador de máquinas e equipamentos agrícolas, ao abrigo de financiamento externo e interno.

Utilizou-se também o sistema cambial como instrumento que integrasse a política de importação em programas específicos de industrialização. É de registrar-se, a propósito, o plano da indústria automobilística brasileira, cujo desenvolvimento se prevê mediante favorecimentos cambiais gradativos, na justa medida da nacionalização progressiva da fabricação dos veículos automotores.

De acôrdo com o programa de desenvolvimento econômico e suas necessárias implicações fiscais e cambiais, adotou o Govêrno providências no sentido da unificação dos ágios relativos à importação de petróleo e derivados, tudo em consonância com as novas bases de tributação do consumo dêsses produtos, estabelecidas em 1956, conforme foi explanado no capítulo relativo às Finanças Públicas.

De modo geral, objetivou o Govêrno obter redução dos ágios nas categorias cambiais mais importantes, a fim de facilitar a aquisição, no Exterior, de equipamentos e matérias-primas essenciais e propiciar, por outro lado, importante elemento de redução dos custos de produção.

CREDITO NO EXTERIOR

Tendo em vista a concentração excessiva de débitos a liquidar no período 1956/61, foram efetuadas, com êxito, negociações com entidades financeiras oficiais dos países credores, a fim de que os níveis do comércio exterior não venham ressentir-se de eventual redução da receita normal para importações correntes, em face da exigibilidade de solvência daqueles compromissos.

MULTILATERALISMO E BILATERALISMO

Prosseguiram os entendimentos com países da Europa Ocidental, com o objetivo de ampliar o Sistema Brasileiro de Pagamentos Multilaterais, já agora integrado de oito participantes, a

saber: Alemanha, Reino Unido, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Itália, Áustria e França.

Após a instituição do atual sistema cambial, impôs-se o re-exame das bases dos acórdos bilaterais de comércio e pagamentos, uma vez que não só ficara prejudicado o compromisso de licenciamento de quotas de importação, como, diante da estreiteza de certas faixas de intercâmbio, ocorriam distorções nos ágios cambiais de determinadas moedas, em detrimento das nossas relações de troca.

Foram, assim, denunciados diversos acórdos bilaterais, alguns dos quais, a fim de evitar interrupção no intercâmbio, vêm sendo prorrogados a título precário, até a conclusão de novos pactos: Argentina — denunciado em 21-9-56, com vigência até 31-3-57; Espanha — denunciado em 23 de abril, expirado em 23 de julho e prorrogado precariamente até 31-3-57; Finlândia — denunciado em 28 de março, expirado em 30 de junho e prorrogado precariamente até 31 de dezembro, em fase de renegociação para melhor atendimento das atuais condições de intercâmbio; Grécia — denunciado em 28 de março e vencido em 5 de julho; Hungria — denunciado em 18 de janeiro, expirado em 18 de abril e prorrogado precariamente por períodos sucessivos de três meses; Iugoslávia — denunciado em 10 de março e vencido em 10 de setembro; Japão — denunciado em 31 de março, expirado, em 1.º de julho e prorrogado precariamente até 30-4-57; Noruega — denunciado em 8 de junho, expirado em 27 de setembro e em curso de renegociação para melhor atendimento das atuais condições do intercâmbio; Polônia — denunciado em 28 de janeiro, expirado em 1.º de abril e prorrogado precariamente até 31-3-57; Suécia — vencido em 31 de dezembro e em curso de renegociação para melhor atendimento das atuais condições do intercâmbio; e Tcheco-Eslôvquia — denunciado em 15 de março, expirado em 17 de maio e prorrogado precariamente até 16 de maio de 1957.

Apenas dois novos ajustes bilaterais de comércio e pagamentos foram firmados: com o Estado de Israel, em 26 de abril, e com a Islândia, em 10 de maio, os quais entraram em vigor, respectivamente, na data da assinatura e em 1.º de julho.

REFORMA DA TARIFA ADUANEIRA

Mereceu particular atenção do Governo a reforma da tarifa aduaneira.

Inteiraente obsoleta, não se ajusta a atual Tarifa Aduaneira às exigências do desenvolvimento industrial do País, socorrendo-se o Governo, para suprir tal lacuna, de medidas de emergência através do sistema cambial, embora não seja esse o instrumento mais adequado.

Em dezembro de 1955, remeteu o Executivo ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a reforma da Tarifa das Alfândegas. Nêle se prevê a fixação de nova nomenclatura, com base na «Nomenclature pour la Classification des Marchandises dans les Tarifes Douanières» e nos estudos posteriores do «Conseil de Cooperation Douanière», adaptados às peculiaridades do nosso comércio exterior, bem como a adoção do sistema de taxaço *ad-valorem*, observado pela maioria das nações e considerado mais indicado para as condições da economia brasileira.

Esse projeto está sendo objeto de cuidadoso exame por parte de uma Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Dada a complexidade da matéria, tem o Governo prestado àquela Comissão a colaboração e assistência necessárias, por intermédio de assessôres, e mesmo através de contato pessoal do Ministro da Fazenda. O adiantado estado dos trabalhos dá fundadas esperanças de se dispor, dentro em breve, de instrumento tão necessário à disciplina de nossas relações comerciais com o Exterior.

Cuidou o Governo da adoção de medidas correlatas, dentre as quais se destacam as relativas à repercussão da nova Tarifa em face dos compromissos internacionais, sobretudo os decorrentes de nossa posição no «Acôrdo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio» (GATT), do qual o Brasil é membro desde sua constituição, em 1947, e onde negociou a redução ou a consolidação de grande parte de sua Tarifa, em troca de concessões aos nossos principais produtos de exportação.

Para integral aplicação da nova Tarifa, sem quebra dos compromissos assumidos, era indispensável obter do GATT a derro-

gação das negociações anteriores. Com esse propósito, uma delegação liderada pelo Ministro da Fazenda compareceu à IX Reunião das Partes Contratantes, em outubro de 1956, obtendo por unanimidade a derrogação pretendida, fato inédito nos anais do Acôrdio.

A compreensão, pelo GATT, da revisão proposta pelo Brasil, impõe-nos esforço para promulgação, com a maior brevidade, da nova Tarifa, uma vez que seu retardamento poderá significar a perda ou substancial modificação da vantagem obtida.

Em complementação ao Projeto, foram remetidas também ao Congresso Nacional duas Mensagens, com projetos de leis, dispondo sôbre o Conselho de Política Aduaneira.

Política de Capitais Estrangeiros

Em país de baixa renda real *per capita* e, conseqüentemente, também de baixo nível de poupança, torna-se evidente ser o concurso do capital estrangeiro um dos fatores imprescindíveis à execução de um programa de desenvolvimento econômico.

Diante disso, o Governo diligenciou, por todos os meios, criar um clima de confiança propício à aplicação de capitais estrangeiros, fazendo sentir, no Exterior, que a vida do País se encontra em plena normalidade e nosso sistema constitucional funciona com perfeita segurança. Por outro lado, tem-se chamado a atenção para o fato de possuírmos uma das legislações cambiais mais favoráveis do mundo, no tocante a inversões estrangeiras.

A absoluta liberdade de entrada e saída de capitais e rendas pelo mercado livre de câmbio traduz largo passo do Brasil, no sentido de abolir os óbices cambiais em suas transações financeiras com o Exterior. Neste particular, vai além do convencionado no Acôrdio de «Bretton Woods» que, como se sabe, admite sejam mantidas restrições ao movimento de capitais. Evidencia também, sob outro aspecto, que as condições de aplicação de capitais estrangeiros em nosso País são tão atrativas e seguras, a ponto de afastar das autoridades monetárias qualquer receio de fuga de recursos já em giro, como fruto de inversões realizadas.

SELETIVIDADE DAS INVERSÕES ESTRANGEIRAS E O PLANO DE METAS

Essa ampla liberdade, porém, não significa que o Governo se abstenha de adotar uma política de seleção dos investimentos estrangeiros. Ao contrário, agindo principalmente através de estímulos cambiais autorizados pela nossa legislação, tem procurado canalizar o capital estrangeiro, quer sob a forma de empréstimos, quer sob a de inversão direta ou de participação, para a consecução do plano de metas previamente estabelecido, como racional programação econômica.

Muito embora o primeiro ano do Governo tenha sido dedicado à obtenção de recursos sadios e não inflacionários, para os investimentos requeridos pelo plano de metas, pode-se desde logo antever, em face dos excelentes resultados já colhidos, que o desenvolvimento econômico programado será plenamente atingido, senão ultrapassado, no período previsto.

RESULTADOS OBTIDOS

É interessante verificar, pois, os resultados já obtidos na consecução do plano de metas com o concurso dos capitais estrangeiros.

Neste particular, os financiamentos globais a longo prazo contratados no Exterior, em diversas moedas, atingiram um valor global equivalente a US\$ 577,0 milhões.

Diretamente do Governo norte-americano, foram obtidos financiamentos na importância de US\$ 125,3 milhões, dos quais US\$ 8,3 milhões referentes à aquisição de 12 navios tipo CIMAVI, para o serviço de cabotagem, e US\$ 117 milhões relativos à compra de trigo e outros produtos contra pagamento em cruzeiros no largo período de 40 anos. É importante notar que este último crédito propiciará vultosos recursos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, a fim de serem aplicados no financiamento de projetos específicos aprovados dentro do plano de metas.

Os financiamentos do EXIMBANK a entidades governamentais se elevaram a US\$ 214,1 milhões, cumprindo destacar o empréstimo de US\$ 100 milhões para reaparelhamento de ferrovias, cuja utilização está na dependência da organização da

Rêde Ferroviária Federal S.A.; é de registrar-se, ainda, que os financiamentos alcançados nesta rubrica virão permitir a expansão da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso (US\$ 15 milhões); a ampliação da Usina de Volta Redonda (US\$ 35 milhões); o reaparelhamento da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (US\$ 25 milhões); o reaparelhamento de portos e dragagem (US\$ 25 milhões); a construção da Usina Hidrelétrica de Camargos e a duplicação da de Itutinga (US\$ 11,4 milhões); e, finalmente, a melhoria dos serviços da Companhia Nacional de Navegação Costeira (US\$ 2,7 milhões).

As entidades privadas nacionais, por seu turno, foram também contempladas com empréstimo do EXIMBANK no valor de US\$ 18,4 milhões, destacando-se: PANAIR DO BRASIL — US\$ 6,9 milhões; VARIG — US\$ 3,9 milhões; Fábrica Nacional de Vagões — US\$ 2,4 milhões; Sival & Bryson (silos para Pernambuco) — US\$ 1,6 milhões; os restantes US\$ 3,6 milhões cobriram outras inversões em setores básicos, a saber: indústria siderúrgica, de eletricidade, petroquímica, automobilística, etc.

Além disso, cabe ressaltar os financiamentos conseguidos em outras fontes, principalmente na Europa, e que igualmente se prendem ao desenvolvimento do plano de metas, pela equivalência de US\$ 219,2 milhões, assim discriminados:

	<i>Pela equivalência em milhões de dólares</i>
a) Indústria de base e outras	166,4
b) Transporte	45,7
c) Comunicações e outros serviços públicos	7,1
	<hr/>
Total	219,2
	<hr/>

Merecem ainda menção os financiamentos a prazo médio que o EXIMBANK concordou em conceder a produtores norte-americanos («supplier's credit») e que por estes serão estendidos a importadores brasileiros de máquinas agrícolas e rodoviárias, bem como de equipamento para o Plano de Obras Contra as Secas, totalizando cerca de US\$ 100 000 000,00.

INSTRUÇÃO N.º 113 DA SUMOC

A Lei n.º 2 145, de 29 de dezembro de 1953, complementando a de número 1 807, de 7 de janeiro do mesmo ano, teve o mérito de conferir maior elasticidade aos critérios aplicáveis ao julgamento dos projetos de inversões diretas ou de participação, permitindo ao País beneficiar-se de maneira mais ampla dos investimentos estrangeiros.

Há a considerar, por outro lado, que as normas para registro de capitais de empréstimo, que tanto beneficiam o empresário nacional como o estrangeiro, vêm merecendo tratamento igualitário, de forma que não crie privilégio em favor das inversões diretas ou de participação, feitas apenas por não-residentes. Assim, tornaram-se improcedentes as críticas feitas, por não se permitirem importações financiadas com pagamento de amortizações e juros pelo mercado livre de câmbio. Na verdade, a concessão do «custo de câmbio» (atualmente Cr\$ 43,82 por um dólar), em cobertura daquelas importações, é positivamente mais vantajosa do que a da taxa livre, cuja elevação, aliás, seria inevitável, caso fôsse permitido o ingresso de máquinas e equipamentos com pagamento diferido pelo câmbio livre.

Em 1956, os investimentos estrangeiros realizados em consonância com os processos seletivos da Instrução n.º 113, da SUMOC, de 27 de janeiro de 1955, no valor de US\$ 51,7 milhões, foram superiores em 78 % aos níveis alcançados no exercício anterior. Vale destacar, dentre os 180 projetos de inversão direta aprovados, aqueles ocorridos na indústria química de base (US\$ 17,4 milhões), metalurgia (US\$ 7,2 milhões) e indústria automobilística (US\$ 6,2 milhões).

Situação Cambial

A melhoria verificada em 1956 na posição líquida devedora-credora do País, em suas transações econômicas com o Exterior, reflete bem a estabilidade e segurança da política cambial durante o exercício.

Com efeito, o Banco do Brasil, como agente financeiro do Governo, elevou suas disponibilidades em divisas de US\$ 166,9

milhões em 31 de dezembro de 1955, para US\$ 284,8 milhões, em 31 de dezembro de 1956, donde o aumento de US\$ 117,9 milhões pela equivalência em tôdas as moedas. Considerando, por outro lado, que as obrigações aumentaram de apenas US\$ 26,9 milhões; tem-se como movimento líquido favorável ao País, em tôdas as moedas, o montante de US\$ 91 milhões.

É importante assinalar que, no exercício passado, não se verificaram empréstimos de caráter compensatório para cobertura de *deficit* do balanço de pagamentos, tendo permanecido intactas as nossas linhas de crédito no Exterior.

DISPONIBILIDADES E OBRIGAÇÕES

MERCADO DE TAXA OFICIAL E LIVRE

(Tôdas as Moedas)

Banco do Brasil

DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE: us\$ 1 000 000	
	31-12-55	31-12-56 (*)
A — HAVERES	527,1	645,8
I — Em ouro.....	322,7	323,5 (**)
i — Depositado no País	63,1	63,9
ii — Depositado no Exterior	259,6	259,6
II — Quota em ouro no Fundo Monetário Internacional .	37,5	37,5
III — Em Divisas	166,9	284,8
B — OBRIGAÇÕES	1 645,3	1 672,2
I — Empréstimos a longo prazo	1 393,7	1 415,6
II — Operações financeiras a curto e a médio prazo .	251,6	256,6

(*) Dados sujeitos a revisão.

(**) Das reservas-ouro US\$ 204,6 milhões garantem por *negative pledge* o empréstimo de US\$ 200 milhões contratado com um grupo de banqueiros norte-americanos.

Balanço de Pagamentos

Segundo dados preliminares, o Balanço de Pagamentos, em transações correntes (mercadorias e serviços), apresentou, no ano de 1956, o resultado positivo de US\$ 159 milhões em tôdas as moedas. Este saldo desdobra-se em *superavit* nas áreas de moeda conversível e de conversibilidade limitada, respectivamente, de US\$ 103 milhões e US\$ 82 milhões, e *deficit* de US\$ 26 milhões nas moedas inconvertíveis.

Muito embora a obtenção de saldos na balança comercial seja fato característico do balanço internacional de contas do País, quase sempre tem ocorrido sua total absorção pelos itens de serviços ou de transações de invisíveis (fretes, seguros, rendas de investimentos, etc.).

Em conseqüência, o resultado positivo em transações correntes tem dependido, exclusivamente, de o saldo da balança comercial suplantarem os débitos permanentes das contas de invisíveis, superiores em média a 300 milhões de dólares por ano, o que reflete desequilíbrio estrutural dos mais graves do nosso balanço de pagamentos.

Em 1956, a exemplo do ocorrido em 1950 e 1953, o saldo da balança comercial atingiu níveis superiores aos compromissos inflexíveis decorrentes das transações de invisíveis. Dai ter sido possível o *superavit* apontado nas operações de mercadorias e serviços.

Registre-se, além disso, que em 1956 a balança comercial (exportações e importações FOB) acusou saldo récorde, de US\$ 495 milhões, sensivelmente superior aos *superavits* igualmente vultosos dos anos de 1950 e 1953, respectivamente, de US\$ 425 e US\$ 423 milhões.

O saldo favorável em transações correntes veio naturalmente refletir-se na posição internacional credora-devedora do País. Tendo a conta de capital por sua vez apresentado movimento líquido substancialmente favorável, pôde o Brasil, conseguintemente, aumentar suas reservas em divisas.

Comércio Exterior

O comércio exterior do Brasil em 1956 caracterizou-se pela notável recuperação das exportações de café e pela consecução do maior saldo já verificado até hoje em nossa balança comercial.

Em relação a 1955, as cifras globais assim se apresentam em milhões de dólares:

	1955	1956	em 1956 + ou -
Exportação (FOB)	1 423,2	1 467,0	+ 43,8
Importação (FOB)	1 098,5	972,0	- 126,5
Saldo da Balança Comercial ..	324,7	495,0	+ 170,3

EXPORTAÇÕES

Em base percentual, o valor da exportação brasileira assim se distribuiu:

	1955	1956
Café	59	70
Algodão	9	6
Cacau	7	5
Outros	25	19

A distribuição percentual da exportação brasileira em 1956 se assemelhou à verificada em 1953, quando o café atingiu, também, alto nível de participação.

Por seu turno, o *quantum* de exportação passou do índice 82 em 1955 para 88 em 1956 (base: 1948 = 100), sob a influência do maior volume de exportação de café.

Café

Alcançaram índices bem expressivos os resultados apresentados pela exportação de café em 1956. A receita cambial proveniente do café cifrou-se em, aproximadamente, 1 bilhão e trinta milhões de dólares, superior em cerca de 22% à registrada em 1955, quando atingiu 844 milhões de dólares. As exportações (16,8 milhões de sacas) representam sensível aumento em relação às de 1955 (13,7

milhões de sacas). A exceção dos anos de 1938 e de 1949, aquêle total exprime o maior índice registrado até hoje pela exportação do produto.

A expansão do consumo, em termos de absorção global, na maioria dos mais importantes centros consumidores mundiais, e a ação parcialmente favorável de uma oferta limitada de cafés superiores e intermediários foram os fatores que, estreitamente relacionados, contribuíram em maior escala para que as nossas exportações do produto alcançassem níveis tão elevados.

Tais resultados, entretanto, não teriam sido integralmente alcançados, se o Governo não houvesse adotado firme política em relação à economia cafeeira, visando sobretudo a evitar que viesse a sofrer os efeitos desfavoráveis de eventuais manipulações cambiais no mercado. Não obstante, o ano de 1956 registrou em alguns meses sucessivas baixas nas cotações do produto na Bôlsa de Nova Iorque, motivadas pelo clima de expectativa em tôrno da reforma do sistema cambial brasileiro, seguidas, contudo, de recuperação, em face das reiteradas afirmativas governamentais de que não haveria mudança do regime de câmbio.

Em 1956, os países produtores — entre êles o Brasil — registraram sensíveis progressos em seus esforços para estabelecer um acôrdo que estabilizasse os preços do produto, mediante conciliação dos interesses dos produtores e consumidores. Essas negociações atingiram estágio muito adiantado, e só não chegaram a se concretizar, em virtude de haverem os Estados Unidos decidido subordinar sua participação em convênio dessa natureza a entendimentos muito mais amplos e completos sôbre a situação cafeeira. Assim, ficou evidenciado que a harmonização dos interesses dos países na órbita do comércio do produto, através da celebração de um Acôrdo Internacional do Café, não é impraticável. Eliminadas certas discrepâncias entre os países produtores, haverá maiores possibilidades de entendimento com o bloco das nações consumidoras.

Finalmente, é de se realçar a campanha que o Governo está promovendo em prol da melhoria dos nossos cafés. Essa campanha vem encontrando acolhida entusiástica, por parte do produtor. Preveem-se resultados satisfatórios em futuro não muito longínquo.

malgrado a complexidade que envolve a elevação do nível qualitativo dos nossos cafés.

Algodão

O algodão, segundo produto da pauta de exportação brasileira, sofreu os reflexos da instabilidade reinante no mercado mundial desse artigo.

Além disso, condições climáticas adversas reduziram a safra exportável brasileira, obrigando as autoridades a tomar novas medidas em defesa da lavoura e da indústria. Essas medidas se traduziram principalmente nas revisões dos preços mínimos, que se elevaram, sucessivamente, em 1956, a Cr\$ 135,00 e a Cr\$ 150,00 por arroba.

O resultado global das exportações de algodão em 1956 é estimado em 144 000 toneladas, no valor de US\$ 88,4 milhões, ou seja, menos 18% e 33%, respectivamente, em relação a 1955.

Cacau

O valor das exportações de cacau em amêndoas, em 1956, é estimado em US\$ 74 milhões, inferior em cerca de 19% ao obtido em 1955, de US\$ 90,9 milhões. No que se refere à quantidade, ocorreu no ano passado um aumento de 6% em relação a 1955.

A grande baixa verificada nas cotações internacionais do produto, em 1956, foi a causa principal da queda da receita. Ao se confrontar a cotação média anual em cents por libra-pêso na Bolsa de Nova Iorque, entre os anos de 1955 e 1956, verifica-se, nesse último, redução superior a 1 000 pontos. Apesar do consumo mundial ter-se recuperado sensivelmente em 1956, sendo até maior do que o alcançado nos dois anos precedentes, registrou-se também um aumento na produção mundial, que atingiu cerca de 850 000 toneladas, constituindo novo récorde. Tais fatos concorreram para a queda verificada nos preços internacionais, pela forte concorrência do produto nos mercados externos.

Outros Produtos de Exportação

As exportações dos mais produtos são estimadas em US\$ 274 milhões em 1956, menos, portanto, US\$ 83 milhões que em 1955.

quando alcançaram US\$ 357 milhões, representando 25% da receita cambial.

É oportuno salientar que dois produtos bastante representativos de nossa pauta de exportação sofreram forte redução nas vendas ao mercado externo em 1956, em confronto com 1955. São eles o pinho serrado e o açúcar, responsáveis pela queda de US\$ 74 milhões na receita cambial do ano passado.

A crise política ocorrida na Argentina em 1956 e as dificuldades no transporte das madeiras nacionais para aquele país contribuíram fortemente para o resultado desfavorável ocorrido. Cabe assinalar que de uma receita récorde em 1955 (US\$ 46,9 milhões), consequência de uma exportação de 573 256 toneladas, o açúcar saiu praticamente da pauta da exportação em 1956, com apenas 14 536 toneladas embarcadas, no valor de US\$ 1,3 milhões.

Quanto aos outros produtos salientam-se os embarques de minérios de ferro e manganês, bem como de artigos manufaturados, sob o estímulo da Instrução nº 131, de 17-1-1956, da SUMOC.

IMPORTAÇÕES

Estimam-se em 1 bilhão e 150 milhões de dólares as importações brasileiras (CIF) em 1956, ou US\$ 972 milhões (FOB), donde se conclui que a receita das exportações de café seria suficiente, por si só, para pagar à vista a totalidade das importações brasileiras — FOB, em 1956.

Verificou-se aumento no *quantum* das importações, tomando-se como índice (100) o ano de 1948. Esse índice passou de 145 em 1955 para 160 em 1956.

Também com base em 1948, verificou-se aumento no índice de preços dos produtos de importação, o qual se elevou de 85 em 1955 para 94 em 1956.

Contribuiu para esse resultado o aumento do preço médio de matérias-primas, como o de petróleo e derivados, que se modificou de US\$ 29 para US\$ 30 por tonelada.

O maior peso das importações é ainda representado pelos combustíveis líquidos que, juntamente com o trigo, perfizeram, em 1956, cerca de 30% do total das importações CIF.

Petróleo

Continuaram em ritmo ascendente as importações de petróleo e derivados que atingiram, de conformidade com as estimativas, o montante de 9,3 milhões de toneladas, no valor aproximado de US\$ 275 milhões, o que exprime um preço médio de US\$ 30,00 por tonelada. Em relação a 1955, registrou-se um aumento de 650 mil toneladas e de US\$ 19 milhões, enquanto subiu de US\$ 1 o preço médio por tonelada, por força do aumento geral dos derivados no mercado internacional.

Mantido o acelerado ritmo das importações no período de 1948/52, teria o Brasil importado, em 1956, aproximadamente, 12 milhões de toneladas de petróleo e derivados que, aos preços vigentes em 1951, representariam um valor da ordem de US\$ 480 milhões.

Diante disso, pode-se bem avaliar a grande participação da indústria de refino na economia nacional. Para se ter idéia do vulto dessa participação, basta lembrar que, em 1956, foram importadas 5 milhões de toneladas de petróleo bruto, no valor equivalente a US\$ 100 milhões, proporcionando-nos o refino desse óleo apreciável liberação de divisas orçada em cerca de US\$ 52 milhões.

Trigo

As importações brasileiras de trigo em 1956, segundo as últimas estimativas, atingiram o total de 1,2 milhões de toneladas, equivalentes a US\$ 92 milhões, situando-se o preço médio em US\$ 76 por tonelada, o mais baixo alcançado desde 1945. Esses dados demonstram, em relação a 1955, queda de 500 mil toneladas e US\$ 50 milhões, bem como diminuição de US\$ 8 no preço médio por tonelada. Tais resultados foram devidos em grande parte à maior safra nacional de trigo comerciável em 1956, cifrando-se em 650 000 toneladas.

Um dos principais aspectos da posição do trigo em 1956 refere-se ao reinício da participação, em ampla escala, das importações dos Estados Unidos, da ordem de US\$ 37 milhões, parte do total de aquisições externas estimadas em US\$ 92 milhões.

Releva destacar que se firmou recentemente acôrdo com os Estados Unidos, pelo qual compraremos em três anos, a partir de 1957, um total de 1,8 milhões de toneladas de trigo, pagáveis em cruzeiros, a longo prazo. Parcela preponderante do valor em moeda nacional será emprestada ao Brasil, para financiamento das metas governamentais de desenvolvimento econômico.

Outros Produtos de Importação

Ao se confrontarem os gastos com a importação dos restantes produtos em 1956 (US\$ 786,0 milhões) com os de anos anteriores (US\$ 909,0 milhões em 1955 — US\$ 1,2 bilhões em 1954), é lícito admitir que o resultado descensional é reflexo de uma política bem orientada das autoridades monetárias do País. A redução verificada neste item no ano passado, em relação a 1955, alcançou o montante de US\$ 123 milhões, assim distribuídos, em milhões de dólares, segundo as quatro grandes classes de mercadorias:

Animais vivos	— 2,3
Matérias-primas	— 6,1
Gêneros alimentícios	— 22,6
Manufaturas	— 92,0
	<hr/>
Total	— 123,0
	<hr/>

Como se observa, 74,7 % relacionam-se com importações de artigos manufaturados, os quais, no ano passado, se situaram no nível de US\$ 562,6 milhões. Tais importações decresceram sensivelmente nos dois últimos anos — em 1954 alcançaram US\$ 912,6 milhões e em 1955 US\$ 654,5 milhões — atribuindo-se em grande parte a diferença assinalada ao desenvolvimento que se vem verificando em nosso parque industrial, o qual tem contribuído para a crescente produção interna substitutiva. Vale assinalar, a propósito, que geradores e motores; pertences e acessórios para vagões; automóveis, caminhões, ônibus e semelhantes; pneumáticos para veículos e mais artefatos de borracha, artigos para construção, cimento, etc. são alguns dos muitos artigos que, contribuindo

outrora com grande ônus para o desequilíbrio do orçamento cambial do País, estamos produzindo hoje para consumo interno e, mesmo, para exportação.

Perspectivas

De acôrdo com as previsões da Superintendência da Moeda e do Crédito, o balanço de pagamentos em 1957 deverá, também, apresentar-se favorável ao País.

Admite-se que a balança comercial ofereça, mais uma vez, saldo capaz de cobrir os *deficits* crônicos das transações de inviáveis.

Espera-se a ampliação da área de conversibilidade limitada, com a inclusão de novos países europeus, possibilitando, destarte, ao País melhor aproveitamento de sua capacidade de importar, em consonância com princípios de concorrência internacional de preços e qualidade.

Por outro lado, tendo em vista o fato notório de que o Brasil se vem impondo como um dos países de maior atração para as inversões de capital estrangeiro, graças ao seu amplo e crescente mercado de consumo, recursos naturais abundantes e ao clima de estabilidade política, tem-se como certo que o movimento autônomo de capitais oriundos do exterior exceda de muito ao verificado em 1956.

Prevê-se, assim, um *superavit* final, em 1957, nas transações econômicas do País com o Exterior.

CAPÍTULO IX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A política de valorização de áreas estava a exigir, como primeira providência, o entrosamento dos diversos órgãos votados à expansão econômica das regiões subdesenvolvidas do País, integrando suas tarefas no Plano Nacional de Desenvolvimento e ajustando os seus programas específicos às atividades setoriais previstas nesse Plano.

As áreas economicamente mais retardadas, apresentando características peculiares, com problemas de vulto nacional, requerem tratamento específico e distinto, o que se patenteia no confronto do Nordeste ou da Amazônia com a Fronteira Sudoeste ou com a Bacia do Paraná-Uruguai.

Em relação ao Nordeste, por exemplo, considerou o Governo oportuno transformar em Grupo de Trabalho do Conselho do Desenvolvimento, pelo Decreto nº 40 554, de 1956, a antiga Comissão de Investimentos do Nordeste, criada no Ministério da Viação e Obras Públicas. O Grupo, com representantes de todos os órgãos econômicos regionais e dos Ministérios da Viação, da Agricultura, da Saúde e da Educação, realiza o ajustamento das atividades dos organismos de interesse regional e o exame de soluções integradas para os problemas dessa vasta parcela do Território Nacional.

Em relação à Fronteira Sudoeste do País, expressamente mencionada na Mensagem anterior como objetivo regional, sancionou o Governo a Lei nº 2 976, criando o Plano de Valorização Econômica da Região da Fronteira Sudoeste do País, que abrange considerável área da Bacia do Paraná-Uruguai.

O escopo dos planos regionais é múltiplo. Embora seja frequentemente resumido na expressão «elevar o padrão de vida das populações», o processo é, na realidade, complexo, tanto nos fins como nos meios.

No seu aspecto social, consiste êle em transformar áreas estacionárias — algumas até pouco acima do nível primitivo extremo — em sociedades de feição mais moderna, de índole aquisitiva.

Isto não se pode conseguir, porém, pela simples e parasitária subvenção do consumo. É preciso ampliar a base material de recursos, integrá-la por meio de transportes adequados, valorizar convenientemente o elemento humano, expandir as facilidades do mecanismo das transações, entre as quais o crédito, fazer consideráveis inversões de natureza social, inclusive em serviços de natureza extremamente ampla, como os do próprio Governo.

Constitui cuidado especial da minha Administração tratar de modo unitário as regiões geográfica e economicamente integráveis, evitando assim o fracionamento dispersivo de esforços.

O grande problema que tem de considerar a autoridade pública consiste em que as ponderáveis inversões de capital exigidas pelos programas regionais não frutificam de imediato, na sua maior parte, sob a forma de produtividade econômica direta multiplicada. A considerável complexidade do cálculo econômico no planejamento de áreas torna delicada a tarefa de coordenação dos programas, isto é, a escolha e o ritmo de utilização de meios alternativos. Ao contrário do que acontece no caso de uma usina siderúrgica ou hidrelétrica, a relação inversão-produto se torna conceito freqüentemente impreciso no desenvolvimento regional, pela dificuldade de contabilização dos gastos sociais.

O desenvolvimento regional não pode, aliás, guiar-se apenas por critérios econômicos analíticos estritos, mas tem de levar em conta as necessidades políticas do País, no sentido amplo da palavra. O desenvolvimento regional exige certo sacrifício do imediato, da situação econômica existente, em proveito de uma estrutura nova e melhor, que só se poderá concretizar no futuro.

A maior parte dos planos regionais em andamento no Brasil têm raízes institucionais profundas — políticas e históricas — que nada tiveram em comum com a preocupação econômica típica da maior produtividade possível na aplicação dos recursos disponíveis. Merece referência, a propósito, o fato de que a receita de vários organismos, como a S.P.V.E.A., a C.V.S.F., o D.N.O.C.S., o B.N.B., provém de recursos vinculados, e que, por lei, uma quarta parte dos fundos do B.N.D.E. deverá ser empregada no Norte ou no Nordeste.

É certo que o excesso de preocupação regional pode levar a situações insustentáveis, pelo debilitamento da base de inversões de alta produtividade, que tendem a concentrar-se nas regiões mais bem aquinhoadas ou mais desenvolvidas do Território Nacional. Fenômeno típico numa economia de mercado, como a nossa, por exemplo, é o empresário privado desviar recursos obtidos em zonas de baixa renda por habitante, para invertê-los nos centros mais desenvolvidos, onde as oportunidades são geralmente mais favoráveis ou, pelo menos, melhor conhecidas. Este fenômeno deve ser entendido, aliás, como o preço que há de ser pago pelas vantagens do regime do predomínio da iniciativa privada.

A preocupação do Governo consiste em manter o equilíbrio entre o custo do desenvolvimento das áreas menos aquinhoadas e o risco da sobrecarga excessiva das regiões economicamente mais ativas. A medida desta preocupação é dada pela insistência no entrosamento dos programas regionais com o Plano Nacional.

A política de desenvolvimento regional não se limita às formas de atuação direta. Conta o Governo, ainda, com as repercussões locais favoráveis da política global, sem esquecer as medidas anti-inflacionárias, cujos efeitos devem mostrar-se benéficos no interior e, em particular, nas áreas menos desenvolvidas ou mais pobres, que só com esforço e retardo conseguem, freqüentemente, acompanhar o processo de ajustamento dos preços para cima.

Conta o Governo, porém, sobretudo, com a própria capacidade e energia das populações locais que, com a ampliação da base de recursos materiais, terá oportunidade de integrar-se dinamicamente na vida econômica do País.

Valorização Econômica da Amazônia

Cumpriu a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia parte substancial do programa de emergência elaborado para reger suas atividades, de acordo com as linhas mestras do projeto do 1.º Plano Quinquenal submetido ao Congresso. Continuam essas atividades a exercer-se, principalmente, mediante o regime de convênios com entidades públicas e privadas — regime que não é o ideal em todos os casos, mas que terá de prevalecer por algum tempo, até que uma estruturação definitiva da S. P. V. E. A. permita ampliar o seu âmbito de ação direta. Visa esse regime a aproveitar o aparelhamento técnico e burocrático já existente, evitando dualidade de órgãos em funcionamento na região.

Montaram a Cr\$ 1 496 646 813,70 as dotações destacadas para execução dos convênios celebrados em 1956 com Estados, Territórios, Municípios, serviços especializados e entidades particulares, abrangendo os diversos setores do Plano de Valorização: Fomento Agropecuário; Transportes e Comunicações; Energia; Saúde; Crédito e Comércio; Desenvolvimento Cultural; Recursos Naturais.

Além de seleção das áreas de onde se possa irradiar maior desenvolvimento e daquelas onde os problemas se apresentam de maneira mais aguda, cumpre à S.P.V.E.A., no desempenho de suas atribuições de órgão planejador e coordenador, levar em conta a aplicação proporcionada de recursos entre esses diversos setores.

FOMENTO AGROPECUARIO

No setor agrícola, a idéia predominante é a de encaminhar a solução do problema fundamental da área amazônica — o de auto-suficiência alimentar. Com o objetivo de ampliação da área agrícola, foi dado início, mediante convênio com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a um sistema de colonização que compreende 28 zonas já selecionadas. Recebem os colonos terras divididas para o plantio de diversas culturas, com uma residência já construída, e contam com assistência técnica e distribuição de sementes e mudas selecionadas, mediante a obrigação de executar um programa de agricultura de ciclo longo e de ciclo rápido. A de ciclo longo, que contribui para a fixação do homem à terra, é constituída pelo plantio da seringueira, do cacau e do dendê; a de ciclo rápido, pelo do arroz e outros cereais. Uma vez completado o programa agrícola, o colono recebe o título de posse da terra. Nos casos de colonização estrangeira, os núcleos são distribuídos, intercaladamente, a famílias brasileiras e estrangeiras. Dêsse tipo são, entre outros, o Núcleo Colonial Bela Vista, no Estado do Amazonas, e a Colônia do Vale do Rio Guamá, no Estado do Pará.

Em cooperação com a Oitava Região Militar, estão sendo também estabelecidos postos coloniais nas proximidades dos destacamentos militares das fronteiras.

Procura-se aliar à penetração de correntes migratórias a utilização de técnicas modernas, e com esse objetivo já foram vendidos, a agricultores e entidades particulares, 40 tratores, ao preço de custo.

Mediante convênio com o Instituto Agrônomo do Norte, promoveram-se experiências para a plantação de canaviais e instalação de uma usina de açúcar, com a capacidade inicial de

150 000 sacas. Foram também destacadas dotações para o incremento de várias culturas temporárias, como a do arroz, e está em funcionamento um posto de multiplicação de mudas de cacau em Santarém, onde, ao mesmo tempo, vem sendo intensificada a produção e distribuição de mudas de café.

Graças a providências tomadas através do Departamento Nacional da Produção Vegetal, não se tem registrado, na região amazônica, qualquer praga ou doença vegetal de repercussão econômica.

Outro ponto fundamental do Plano de Valorização da Amazônia é o desenvolvimento dos rebanhos. Além da criação e equipamento de postos agropecuários, com reprodutores de alto padrão, foi introduzida a inseminação artificial, para o que já existem postos centrais em Soure e Ariúma, na ilha de Marajó, e um posto no Território do Amapá. Mediante convênio com os governos regionais, tem sido proporcionado financiamento aos criadores e promovida a construção e preparação de fazendas, granjas e invernadas, além da realização de exposições anuais e semanas ruralistas. A par dessas providências de estímulo aos criadores, vem sendo desenvolvido, através do Departamento Nacional da Produção Animal, intensivo programa de vacinação e defesa sanitária dos rebanhos.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

No que respeita aos transportes, estão em andamento obras de vulto, entre as quais, no setor da navegação fluvial, a renovação da frota dos S. N. A. P. P., que já recebeu 12 novas unidades, com um total de 9 050 toneladas, estando prevista a aquisição de mais 9 e de um dique flutuante; e ainda o reequipamento de oficinas e serviços, melhoramentos de serviços portuários e condições de navegabilidade dos cursos d'água, organização de uma empresa de cabotagem com capitais da região, construção de uma rede de armazéns, silos e frigoríficos que permitam a regularização dos transportes, e instalação de terminais e intermediárias dos produtos derivados do petróleo.

Quanto aos transportes terrestres, é de salientar, como parte do Plano Rodoviário Nacional, a intensificação dos trabalhos das

rodovias de ligação Norte — Sul e Norte — Nordeste, ou sejam, a de Belém — Anápolis (BR 14), com 1 580 quilômetros, rumo à nova Capital; Belém — Bacabal (BR 22), com 660 quilômetros, rumo a São Luís do Maranhão; e Peritoró — Pôrto Franco (BR 21), com 526 quilômetros, também rumo ao Nordeste. Essas rodovias oferecem, não só interêsse econômico, mas também estratégico. Acha-se o Norte absolutamente isolado do resto do País, por via terrestre, e as graves conseqüências que daí poderão advir já se tornaram patentes por ocasião do último conflito mundial. Serão as novas estradas também de grande valor para o desenvolvimento da colonização, pois as terras devolutas marginais são férteis e adequadas à criação de núcleos coloniais, que atrairão para o Norte as correntes migratórias do Nordeste.

Estão sendo construídas, além dessas, as estradas Cuiabá-Poconé — Cáceres — Mato Grosso (ligação Noroeste — Centro-Sul), com 586 quilômetros; Macapá — Clevelândia — Oiapoque, com 580 quilômetros; Caracará — Boa Vista, com 153 quilômetros; Lábrea — Humaitá, com 180 quilômetros; a ligação terrestre dos aeroportos de Jacaré-Acanga e Cachimbo, e outras estradas que interessam à colonização.

Vem sendo atendida, igualmente, a necessidade de melhoramentos nas ferrovias da região, para o que estão em curso, nas Estradas de Ferro de Bragança, Madeira — Mamoré e Tocantins, trabalhos de empedramento das vias nos trechos críticos, padronização de trilhos, construção de áreas de armazenagem, retificação de traçados, renovação de material rodante e de tração.

Para desenvolvimento dos transportes aéreos, indispensáveis na vastidão amazônica, foi providenciada, em colaboração com o Ministério da Aeronáutica, a instalação de infra-estrutura aeronáutica, segundo plano já aprovado, que compreende a construção ou ampliação de aeroportos e a instalação de equipamento de proteção ao voo, em diversas localidades. Está prevista para o corrente ano a conclusão dos aeroportos de Itacoatiara, Manicoré e Moura, no Amazonas, além de um dos blocos do aeroporto de Manaus.

Cuida-se, por outro lado, de financiamento não só a produtores, para a compra de veículos destinados ao escoamento da

produção, como a entidades particulares, para aquisição de aeronaves que sirvam ao abastecimento de gêneros alimentícios.

Em prosseguimento ao plano geral de Transportes e Comunicações, serão investidos, no exercício corrente, cerca de 800 milhões de cruzeiros, incluídas iniciativas através de operações financeiras de caráter reversível.

ENERGIA

O objetivo do primeiro quinquênio consiste no acréscimo de 100 000 kW a capacidade atual, distribuídos em zonas favoráveis à utilização econômica de energia. Assim, está sendo promovida a criação de usinas termelétricas em Belém, Manaus e São Luís. A de Belém, com capacidade para 22 500 kW, já tem concluída a primeira etapa, estando em funcionamento 15 000 kW; a de Manaus encontra-se em instalação; a de São Luís, com capacidade inicial de 15 000 kW, deverá ser começada no ano em curso, realizando-se presentemente a reforma e ampliação dos serviços existentes. Tiveram também prosseguimento os trabalhos de construção da usina hidrelétrica do rio da Casca, que abastece a cidade de Cuiabá, e foi concluída a primeira etapa de seu programa, com 2 265 kW em funcionamento. A capacidade das usinas instaladas em cada uma das capitais dos Territórios deverá ser aumentada para 3 000 kW. Já foi iniciado, em colaboração com os Territórios, o programa de ampliação e melhoramento das redes de distribuição.

Outras atividades da Valorização da Amazônia, no setor de energia elétrica, compreenderam a participação financeira na construção da Usina Hidrelétrica do Paredão, no Território do Amapá, com capacidade inicial de 50 000 c.v.; trabalhos de ampliação da capacidade instalada nos principais Municípios amazônicos; estudos para elaboração de um plano de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos e para organização e padronização dos serviços elétricos municipais.

No prosseguimento do plano geral de energia, serão investidos, em 1957, cerca de Cr\$ 400 milhões, dos quais aproximadamente Cr\$ 180 milhões em operações de caráter reversível.

RECURSOS NATURAIS

Estão em andamento pesquisas relativas ao solo agrícola, pastagens, florestas, subsolo e águas. A primeira providência consistiu na seleção de áreas para início dos trabalhos, através de um esboço de zoneamento baseado em critérios econômicos e políticos.

Sendo ainda quase desconhecidos os solos amazônicos, a elaboração da carta de solos da região exige trabalho básico, que está sendo promovido em articulação com o Instituto Agrônomo do Norte e uma equipe de técnicos. Foram iniciadas pesquisas pedológicas, que se estenderam por diversas áreas visadas para experimentação agrícola e colonização, incluindo coleta e análise de cerca de 5 000 amostras. Realizou-se também um Congresso de Pedólogos para estudo e debate desses problemas.

Por sua vez, os campos naturais apresentam especial significação para a Amazônia, considerando as dificuldades que oferece a exploração da pecuária em campos abertos na floresta, de onerosa preparação e manutenção. Os estudos já realizados concentraram-se nos campos naturais altos do Amapá e Rio Branco; os campos alagáveis de Marajó, que estão sendo drenados pelo Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais; os da região dos lagos, no Território do Amapá; os das margens do Amazonas e os de Puciarí, abrangendo áreas do Amazonas e do Território de Rondônia. Estudando meios de assegurar o suprimento de carne verde a estas duas últimas unidades da Amazônia, contratou a S.P.V.E.A., e já foi concluído, o levantamento aerofotogramétrico da área entre o Purus e o Madeira. Resta apenas completar o reconhecimento agrogeológico, para verificação das possibilidades reais desses campos.

Foi programado um inventário florestal, pedológico e geológico das áreas zoneadas, com levantamentos aerofotogramétricos preliminares. A superfície a pesquisar, durante o primeiro quinquênio, deverá alcançar aproximadamente 300 000 km², compreendendo zonas situadas ao longo do rio Amazonas; zona do Mearim, no Maranhão, como base de planejamento racional da exploração do babaçu; os vales dos rios Tarauacá e Envira, para exploração do cedro e mogno, e análise de madeiras próprias para a indústria de celulose. Com base nos inventários florestais realizados, que já

abrangem uma área total de 33 350 km², estão sendo feitos estudos e reunidos capitais para localização de uma fábrica de papel e celulose no Amazonas. Projetou-se a instalação de outra no Estado do Pará, mediante estudos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

Muito deve o Governo, nesse setor, ao esforço e cooperação dos técnicos da Missão FAO-UNESCO, que realizaram grande parte do trabalho de levantamento.

As pesquisas minerais apresentam aspectos peculiares, pois em muitos casos têm o seu centro de interesse fora das áreas escolhidas para o inventário florestal. Entre os trabalhos já executados e em execução, incluem-se pesquisas de calcário nas regiões de Bragançtina e do Baixo Amazonas; reconhecimento de ocorrências de minérios em Rondônia; pesquisas de minerais metálicos e bauxita no Território do Amapá; estudos sobre as possibilidades de aproveitamento de bauxita fosforosa no Maranhão; reconhecimento geológico em áreas do rio Branco, rio Negro e outros; levantamento fotogeológico da região Tocantins — Araguaia — Xingu; pesquisas mineralógicas no rio Oiapoque e reconhecimentos preliminares da bacia de evaporitos, iniciados no baixo Amazonas. Alguns desses trabalhos estão sendo diretamente executados pela S.P.V.E.A., outros por especialistas da Missão FAO-UNESCO, outros diretamente pelo Território Federal do Amapá, outros em convênio com o Departamento Nacional da Produção Mineral, do Ministério da Agricultura.

BORRACHA

A necessidade de fazer acompanhar o consumo de borracha, no parque industrial do País, pelo da produção, na Amazônia, continua a ser objeto de providências e estudos especiais.

Está previsto no Brasil, para o corrente ano, um consumo de cerca de 50 000 toneladas, ao passo que a produção foi, em 1956, de 26 000, registrando um aumento de 5 000 toneladas sobre a de 1955. Esse aumento está porém longe de atender à relação desejada entre consumo e produção. As dificuldades de mão-de-obra,

de transporte e de abastecimento dos seringais são ainda sérios entraves a uma situação satisfatória.

Como parte do programa de emergência para aumento imediato da produção de borracha e conseqüente economia de divisas, foi constituída pela S.P.V.E.A. uma comissão especial para estudar o assunto, de maneira que se introduzam, nos seringais silvestres, métodos extrativos mais econômicos e de fácil aprendizagem. Estão sendo realizadas, no Território do Acre, experiências sobre métodos de sangria e tipos de borracha, achando-se em fase de conclusão testes sobre os cortes amazônicos e os asiáticos e sobre a obtenção de novos tipos de borracha para fabricação de pneumáticos e outros artefatos.

A medida mais importante tem sido porém a intensificação da héveacultura. No Território do Amapá, que desde 1950 vem proporcionando assistência ao plantio e cultivo de seringueiras, está calculado em cerca de quatro milhões o número de mudas já plantadas, achando-se em andamento programa semelhante no Território do Acre e em outras unidades da Amazônia.

PESCA

Tem merecido cuidados a racionalização da pesca, que é o recurso alimentar mais rapidamente mobilizável da região e o mais acessível às populações. Promoveram-se estudos para a organização de empresas de pesca, financiamento para aquisição de barcos pesqueiros frigoríficos, divulgação das técnicas de conservação do pescado, montagem de duas usinas de descloração do sal comum, uma em Belém, outra em Manaus, e criação de 3 entrepostos de pesca, em Belém, Manaus e São Luis, bem como estudos gerais de piscicultura.

A execução parcial desse programa já permitiu a solução do problema de abastecimento de peixe à Capital do Maranhão, mediante financiamento a duas empresas. Igual medida foi adotada em Belém. Pelos técnicos das empresas financiadas foi feito o levantamento preliminar do perfil marinho do litoral Pará-Maranhão.

SAÚDE

A obra de Valorização da Amazônia não poderia prescindir da valorização do elemento humano, a começar pelas suas condições sanitárias, base de qualquer esforço de recuperação econômica. Foi assim planejado, e está em execução, através do S.E.S.P., paralelamente a um programa de assistência médico-sanitária, e dentro das normas do programa nacional de Saúde, um serviço básico de saneamento, compreendendo a instalação ou recuperação de redes de esgotos nas Capitais, abastecimento de água nas Capitais e Municípios e melhoria das condições higiênicas das habitações, particularmente no interior. Já foram feitos levantamentos para a instalação de sistemas de esgotos, estando concluídos os serviços de água de 4 cidades e devendo ser terminados em 1957 outros 26, que se acham em andamento.

O programa de assistência médico-sanitária vem atendendo à construção, equipamento e manutenção de hospitais, maternidades, postos médicos e postos de higiene, com preferência às sedes municipais mais desenvolvidas e aos lugares mais afastados, num plano de convergência, ao mesmo tempo preventivo e curativo. Entre as obras concluídas, destacam-se o Instituto de Higiene, Sanatório de Tuberculose e Dispensário de Lepra, no Pará, e o pavilhão principal da Santa Casa de Cruzeiro do Sul, no Acre.

Através do S.E.S.P., dos Serviços Nacionais de Lepra e Tuberculose e do Departamento Nacional de Endemias Rurais, está em execução um vasto programa de combate às doenças transmissíveis, incluindo-se a drenagem de igarapés e alagadiços, na campanha contra a malária.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL

Em relação ao desenvolvimento cultural, o programa executado em 1956 incluiu assistência a estabelecimentos de ensino, particularmente os de instrução técnico-profissional, e dotações para a construção, equipamento e ampliação de escolas de todos os níveis, destacando-se as agro-artesanais e, entre as de ensino superior, a Escola de Agronomia da Amazônia e a de Química Industrial do Pará.

A criação de bibliotecas é uma das partes do programa de desenvolvimento cultural que mais tem atraído o interesse das populações do interior. Já foram instaladas 49, nos diversos Estados e Territórios da Amazônia, devendo ser criadas outras, no corrente ano.

Deverá ser também intensificado, em 1957, o programa de educação de base, através de Missões e Centros Culturais Rurais, e ainda o de pesquisas antropológicas, sociológicas e geográficas, para que, do levantamento geral das condições sociais e econômicas, em relação ao ensino, possa resultar obra de renovação coordenada e realista.

CRÉDITO E PARTICIPAÇÕES

Um dos fatores essenciais ao desenvolvimento econômico da Amazônia reside no estabelecimento de um sistema de crédito capaz de assegurar o financiamento, a prazo e juros adequados, dos empreendimentos públicos e particulares indispensáveis ao progresso da região.

A rede de crédito bancário que atua na Amazônia é totalmente inapropriada e insuficiente para atender às necessidades regionais. Apenas 52 estabelecimentos bancários, em um total de 3 461 existentes no País, servem a uma área que representa 59,5 % do território nacional. Em fins de 1955, de um total de 206 bilhões de cruzeiros de empréstimos e financiamentos feitos em todo o País pelo sistema bancário nacional, encontravam-se aplicados na Amazônia apenas 2,5 bilhões de cruzeiros, exclusivamente em operações de caráter comercial.

Para corrigir essa debilidade bancária, o Plano de Valorização Econômica da Amazônia acumula, através de dotação orçamentária anual, e sob a forma de recursos reversíveis, capital destinado ao fomento econômico regional.

A esse objetivo foram destinados, nos três últimos exercícios financeiros, recursos no total de Cr\$ 730 606 000.00, cuja aplicação está assim distribuída em 31-12-1956:

RECURSOS REVERSÍVEIS APLICADOS E COM APLICAÇÃO RESERVADA
SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS

BENEFICIÁRIOS	RECURSOS REVERSÍVEIS Cr\$		
	Total	Aplicados	Com aplicação reservada
Total	730 606 000	500 300 000	230 306 000
Fundo de fomento à produção ..	327 456 000	229 600 000	97 856 000
Cia. Fôrça e Luz do Pará Sociedade Anônima	153 200 000	145 200 000	8 000 000
Cia. de Eletricidade de Manaus Sociedade Anônima	46 000 000	46 000 000	—
Refinaria de Petróleo de Manaus	48 000 000	38 000 000	10 000 000
Paraense Transportes Aéreos Sociedade Anônima	13 000 000	13 000 000	—
Cia. de Eletricidade do Amapá Sociedade Anônima	10 000 000	10 000 000	—
Papel Amazonas S. A.	80 000 000	10 000 000	70 000 000
Fiação e Tecelagem N. S ^a de Fátima S. A.	5 000 000	5 000 000	—
Pesca Amazônia S. A.	3 500 000	3 500 000	—
Crédito Rural, inclusive co- operativo	12 450 000	—	12 450 000
Reequipamento da Indústria têxtil maranhense	17 500 000	—	17 500 000
Industrialização da carne no Maranhão	6 000 000	—	6 000 000
Financiamentos industriais em estudo	8 500 000	—	8 500 000

O Fundo de Fomento à Produção é movimentado diretamente pelo Banco de Crédito da Amazônia, mediante convênio com a S.P.V.E.A. Além dos Cr\$ 229 600 000,00 por esta aplicados, já existiam no Banco Cr\$ 320 522 274,70, correspondentes a um depósito anterior, o que eleva a Cr\$ 550 122 274,70 o total destinado ao fomento à produção, e a Cr\$ 1 051 128 274,70 o valor global dos recursos para operações de crédito reversível.

Constituem esses recursos um fundo rotativo utilizado pela S.P.V.E.A. para empréstimos aos juros de 2% a 4% ao ano, a prazos curto, médio e longo, sob supervisão financeira e técnica.

Destinam-se à formação do capital de sociedades de economia mista, enquadradas nos objetivos da Valorização Econômica da Amazônia, dentro de um programa que visa, ao mesmo tempo, à produção de subsistência e à primária em geral, acompanhada da respectiva industrialização, e à produção de energia elétrica e melhoria dos transportes.

Para o corrente exercício, o orçamento da S.P.V.E.A. consigna um crédito reversível total de Cr\$ 768 410 000,00, que elevará a Cr\$ 1 819 538 274,70 o valor global do fundo rotativo para o impulsionamento de projetos e iniciativas do interesse da Amazônia, que não teriam qualquer possibilidade de execução se contassem apenas com os poucos recursos proporcionados pelo sistema bancário regional.

Banco de Crédito da Amazônia

Na expansão das atividades econômicas regionais, desempenhou o Banco de Crédito da Amazônia papel de relêvo. A vitalização da vasta área exige a melhoria das facilidades financeiras, em especial de crédito, sob tôdas as suas formas. A rede de agências do Banco ampliou-se para 40 unidades em 1956, o que representou praticamente a duplicação do número existente no ano anterior. O fato tem dupla significação, já que à escassez das facilidades bancárias deve juntar-se a consideração das enormes distâncias características da Bacia Amazônica.

No que se refere a capital e reservas, revela o balanço de 1956 um acréscimo de recursos da ordem de 29 %, isto é, de cerca de 300 milhões de cruzeiros. O incremento dos recursos totais, entre próprios, alheios e destinados a fins especiais, apurados por saldos médios, montou em 600 milhões de cruzeiros.

Quanto à soma total de operações, que chegou a quase 2 bilhões e 800 milhões de cruzeiros, houve um aumento de 879 milhões sobre o exercício anterior, isto é, de 46 %. Esse volume de operações correspondeu a 14,5% da renda estimada para toda a área amazônica no ano de 1955, ou seja, no período imediatamente anterior ao que se refere a presente Mensagem.

Entre as mais importantes operações do Banco, conta-se a compra obrigatória, em caráter monopolístico, da borracha natural produzida na região, e bem assim a importação, igualmente em regime de exclusividade, das quantidades adicionais consumidas pela indústria nacional. As compras de goma natural, de produção doméstica, acusaram um acréscimo de cerca de 3 milhões de quilos sobre o total de 1955, isto é, um incremento de 11 %. Nessas operações, inverteu o Banco aproximadamente 1 bilhão e 260 milhões de cruzeiros, o que significa 64 % a mais do que em 1955. A lavagem do produto alcançou cerca de 28 milhões de quilos e as vendas finais à indústria somaram 22,7 milhões de quilos peso seco, na importância de 1 bilhão e 566 milhões de cruzeiros.

Em operações diretas de fomento, o Banco fez compreender nas suas atividades, além da cultura da Hévea, as atividades agropecuárias em geral e o desenvolvimento de indústrias extrativas e outras do interesse regional, havendo efetuado financiamentos superiores a 86 milhões de cruzeiros.

Administração Territorial

A União vem concentrando consideráveis dotações financeiras nas áreas dos Territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Rondônia, com o objetivo de lhes estimular o progresso, o aproveitamento de recursos naturais, a colonização e povoamento, a fim de possibilitar a sua transformação em unidades autônomas da Federação.

Em 1956, as verbas consignadas para os Territórios, no Orçamento Geral da União, através do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, totalizaram Cr\$ 542 222 419,90. No Orçamento do corrente exercício, elevam-se essas verbas a Cr\$ 771 700 000,00.

No decorrer do meu primeiro ano de Governo, e a despeito das medidas antiinflacionárias, procurei assegurar aos Territórios assistência material contínua, dentro do ritmo crescente das inversões financeiras necessárias aq seu progresso.

ACRE

Os problemas de abastecimento e transporte, comuns a toda a Amazônia, assumem no Acre acentuada importância, particularmente quando se verificam estiagens prolongadas, deixando as comunicações na dependência do volume d'água do rio que percorre o Território. Com os seus sete municípios distantes em média 5.000 quilômetros de Belém, principal mercado da planície amazônica, e uma população de cerca de 150 000 habitantes, não pode aquela região prescindir de auto-suficiência alimentar.

Tradicionalmente votadas à indústria extrativa, carecem as populações acreanas de meios que lhes facilitem a acomodação à vida agrícola, já que sem esta não há solução para o problema de abastecimento. Vem a administração territorial incentivando e promovendo, quanto possível, o cultivo de produtos de consumo. Assim, concentrou esforços na criação e melhoria de colônias agrícolas e núcleos mecanizados, formando um cinturão verde em torno da cidade de Rio Branco, cujo abastecimento já foi sensivelmente melhorado, e também ao redor de outras sedes municipais; ao mesmo tempo, iniciou ou intensificou o trabalho de recuperação e abertura de estradas rurais para transporte de produtos agrícolas, entre elas a que liga Rio Branco à Vila Plácido de Castro, com um percurso de 105 km.

Está sendo também incentivada a produção pecuária, muito baixa no Território. Desprovido de campos naturais e com uma área relativamente pequena de pastagens artificiais, conta o Acre com um rebanho bovino de apenas 50 000 cabeças. Esse problema, agravado pela suspensão das importações de gado em pé da Bolívia, vem merecendo as atenções do Governo local, através de providências para recuperação da fazenda «Sobral», onde já existe pequeno plantel de zebus e 40 novos reprodutores adquiridos no sul do País. Além disso, foram ativadas as obras de construção do frigorífico, cuja instalação está programada para 1957 e que virá permitir a importação de carne do norte de Mato Grosso, por via aérea.

Em matéria de transportes, foram recomeçadas as obras da rodovia Rio Branco-Boca do Acre, que será o verdadeiro respiradouro da Capital e outras cidades do Território. De um total de

187,45 km já se acham em tráfego precário e mais 52 estão sendo desbravados. Teve também início o estudo topográfico da estrada de Xapuri. Como parte do Plano Rodoviário Nacional, está em andamento a construção da BR-29, que ligará a bacia do rio Acre à Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Pela administração do Território, já foi aberta concorrência pública para construção de uma ponte sobre o rio Acre, com cerca de 300 metros, a fim de ligar dois distritos da capital acreana e ao mesmo tempo prolongar a via tronco da BR-29, em direção a Sena Madureira.

Numa região em que as comunicações por via fluvial — único escoadouro da produção — tomam dois meses para um percurso que o avião faz em pouco mais de duas horas, tem especial valor a colaboração ora prestada ao governo local pelo Ministério da Aeronáutica, com a realização de vôos extraordinários pelos aviões da F.A.B., para atender às necessidades da administração.

Muito contribuiu para o contacto entre a capital e o interior a instalação, em 1956, do novo transmissor da Rádio Difusora Acreana, agora ouvida em todo o Território e regiões vizinhas.

Quanto à energia, era da maior gravidade a situação do Acre, em princípios do ano findo. A própria capital tinha um *deficit* de 1 000 kVA em relação às necessidades decorrentes de seu crescimento. Para atender a esse problema, foram tomadas as seguintes providências: recuperação provisória das usinas existentes; abertura de concorrência para instalação de uma nova usina de 3 000 kW e aquisição de dois novos conjugados elétricos, dos quais um já se acha em fase de instalação. Nova perspectiva surgiu, nesse setor, para vasta zona do Território do Acre e do Estado do Amazonas, com os estudos a que mandou proceder o governo acreano sobre a Cachoeira «Água Preta», no rio Ituxi. Verificou-se que é da ordem de 100 000 c.v. o seu potencial hidrelétrico, com possibilidades de abastecer, em fase inicial, uma área de 300 km de raio, servindo ao Acre, Amazonas e Rondônia. Para início dos estudos geotopográficos necessários, já foi incluído crédito no orçamento de 1957.

No setor da Saúde Pública, o Departamento de Endemias Rurais, em conexão com o Departamento de Saúde do Território, vem debelando progressivamente a malária, segundo um programa

extensivo a todos os cursos d'água que possibilitem penetração, mesmo de pequenas canoas. Em relação à lepra, verificaram-se animadores casos de alta com o emprêgo de sulfonas, tendo sido ativadas as obras de dois leprosários há muito em construção. Acham-se os doentes recolhidos em duas colônias de emergência, cujas instalações e serviços foram sensivelmente melhorados. O mais grave problema sanitário do Território é atualmente o da tuberculose, cujo índice só poderá baixar em função das providências tomadas para melhorar as condições alimentares da população. Destaca-se, entre as obras realizadas, a conclusão e inauguração, em Rio Branco, do Hospital Osvaldo Cruz que, com um novo pôsto médico e um serviço de Pronto Socorro recentemente inaugurado, vem dotar a Capital do Território de indispensáveis unidades de assistência sanitária.

No campo da Educação, foram reabertas 14 escolas primárias, desdobradas outras e acelerada a construção do Instituto de Educação do Território e de um Grupo Escolar na Capital, ao mesmo tempo que se providenciavam reparos de outros grupos escolares e escolas rurais, visando a reduzir o *deficit* de instalações para a população em idade escolar.

Cresceram substancialmente, de 1956 para 1957, as verbas federais destinadas ao Território do Acre, que passaram de Cr\$ 161 200 000,00 para um total de Cr\$ 235 300 000,00, incidindo o aumento não só nas despesas ordinárias, mas também nas de capital, que subiram de Cr\$ 33 400 000,00 para Cr\$ 48 700 000,00.

AMAPA

Em conseqüência de cuidadoso planejamento econômico, o Território do Amapá aumentou a capacidade de produção de bens de capital. Já não é somente o Governo Federal que detém naquele Território o poder de financiamento, pois ali se têm instalado importantes empresas particulares e sociedades de economia mista, que vêm promovendo iniciativas de vulto e assegurando emprêgo às populações locais.

Nos últimos 10 anos, o Município da capital teve aumentada de 23 vezes a sua população — atualmente 33 259 habitantes.

Macapá é a terceira cidade em importância demográfica na região amazônica. Surgem inúmeras iniciativas industriais e de comércio, atraídas pelas novas condições da economia regional e pelo crescente poder aquisitivo de sua população. Já em 1956, como resultado da repercussão de vários empreendimentos na vida fiscal do Território, a arrecadação federal elevou-se ali a Cr\$ 14 395 853,50, superando em mais de 5 milhões de cruzeiros a importância arrecadada no exercício anterior.

Para o custeio e prosseguimento dos seus programas de trabalho, a administração do Amapá recebeu, em 1956, provenientes de órgãos do Governo Federal, dotações no valor global de Cr\$ 170 422 419,90. Essas dotações foram aumentadas, em 1957, para Cr\$ 222 600 000,00, o que equivale a um apreciável acréscimo de quase 50 %.

No setor da produção mineral, a empresa brasileira Indústria e Comércio de Minérios S.A. concluiu, em 1956, a construção do conjunto de obras e serviços industriais para o aproveitamento das jazidas de manganês do Território, entre eles um pórto, em estrutura metálica, com 330 metros de cais acostável, para navios de grande tonelagem; esse cais dispõe ainda de instalações e equipamento para o embarque de 2 000 toneladas de minério por hora; uma estrada de ferro, com 195 km de extensão e 5 pontes metálicas com um total de 455 metros e instalações de minas, para produção de 4 000 toneladas de minério por dia.

Esse conjunto industrial, o mais completo e moderno na América Latina, oferece emprêgo a 1 800 trabalhadores brasileiros e a 106 estrangeiros, já havendo sido investidos na execução do projeto 50 milhões de dólares, mediante financiamento. Essa importância será ainda elevada a 55 milhões, até a conclusão das vilas residenciais.

Aos preços correntes no mercado, a exportação do manganês produzirá disponibilidades em divisas no valor mínimo de 35 milhões de dólares anuais, o que significa que o empreendimento duplicará em 1957 o valor da exportação de minérios. Com a contribuição do Amapá, a exportação de manganês do Brasil será aumentada de cerca de 300 %, passando de 220 mil toneladas em 1956 para 900 mil toneladas em 1957. Como conse-

qüência, iremos colocar no mercado aproximadamente 50 % do produto adquirido pelos Estados Unidos, e perto de 30 % de todo o minério de manganês comerciável produzido no mundo.

O Governo amapaense participará dos lucros do projeto através da imposição de «royalty» de 5 % sôbre o valor das primeiras 500 mil toneladas de minério exportadas anualmente e de 10 % sôbre o valor das quantidades compreendidas entre 500 mil e 1 milhão de toneladas. Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Macapá receberá 5% do valor do minério, à bôca da mina, com participação do município no impôsto federal sôbre minérios. Espera-se, em conseqüência dêsse empreendimento, uma renda mínima de Cr\$ 100 000 000,00 anuais para o Governo.

No setor da energia, e com a renda que vai auferir do projeto do manganês, o Governo do Território construirá o Sistema Hidrelétrico do Paredão, no rio Araguari, obra de importância primordial, que visa a produzir 100 mil kW, com um aproveitamento inicial de 35 mil para fornecimento de energia aos Municípios de Macapá, Amapá e Mazagão. Já foi realizado o estudo dos mercados que irão aproveitar a energia gerada pela Usina Hidrelétrica do Paredão, tendo sido ultimados os projetos técnicos e os planos econômicos e financeiros indispensáveis à execução da obra. A Companhia de Eletricidade do Amapá, sociedade de economia mista que deverá construir e operar o sistema, já se encontra em pleno funcionamento, e seu capital de 500 milhões de cruzeiros já foi integralmente subscrito. Encontram-se bastante adiantados os serviços preliminares de construção da Usina, cuja inauguração está prevista para 1960.

No setor agrícola, a execução do programa de plantio racional de seringueiras constitui o empreendimento de maior vulto. Até dezembro de 1956, foram plantadas 2 882 452 árvores.

Considerado química e orgânicamente pobre, começa o solo amapaense a beneficiar-se dos esforços sistemáticos de recuperação que ali se realizam há 12 anos, sob o patrocínio do Governo Federal. O Amapá é hoje produtor de arroz, feijão, hortaliças, legumes, milho e mandioca. Nos núcleos coloniais e nas colônias agrícolas mantidas pelo Governo, desenvolve-se auspiciosamente o plantio racional de espécies industriais, como o dendê, o guaraná

e outras culturas econômicas. Para atender às necessidades desse setor, foi construído em 1956 um amplo depósito para cereais na região do Aporema, tendo sido ampliado o pavilhão de análises químicas e distribuída gratuitamente considerável quantidade de mudas e sementes. Com o fim de incrementar a melhoria genética dos rebanhos de gado do Amapá, que são da ordem de 50 mil cabeças, o Governo facilitou aos criadores, até o ano de 1956, a aquisição de 715 animais de alto padrão eugênico, dos quais 662 foram vendidos a preço de custo e a longo prazo, e os demais, cedidos gratuitamente ou por empréstimo.

No setor de transporte, as populações ribeirinhas ou do litoral marítimo, ainda não beneficiadas pelo Plano Rodoviário em execução, têm recebido do Governo assistência permanente com o tráfego de 14 embarcações a motor e a vela, do seu serviço de navegação. No ano de 1956, foram construídos 20 km da rodovia federal AP-BR-15, que ligará o sul do Território com a Guiana Francesa, e construídos 153 km de estradas nos seus diversos ramais. Com essas iniciativas, ascende a 832 km o total da quilometragem rodoviária em tráfego no Território.

Para substituir o antigo aeroporto da capital, já envolvido inteiramente pelo crescimento urbano da cidade, e que não permite o pouso de grandes aviões, está em construção o novo aeroporto de Macapá. Concluiu-se, em 1956, a sub-base total da pista de aterragem, numa extensão de 1 800 metros, e estão em andamento estudos e obras definitivas do porto comercial de Macapá, a ser construído ao lado do atual embarcadouro de minérios.

No programa de obras públicas para a educação, o Governo realizou, em 1956, a construção de mais 3 escolas rurais, novos pavilhões na Escola Normal e na Escola Industrial, e deu prosseguimento à construção do edifício, em 3 pavimentos, do Colégio Amapaense.

No setor de saúde pública, foram praticamente erradicadas as doenças endêmicas que afligem a Amazônia. Na zona considerada 100% malarígena, Macapá registrou, em 1956, apenas 75 casos de malária. Também deixaram de constituir problema sério as helmintoses, as infecções e outros males decorrentes de poluição das águas, ou das precárias condições de higiene nas habitações.

A capital do Território conta hoje com um sistema de esgotos, e as cidades de Macapá, Mazagão e Oiapoque, com serviços de água potável, estando sendo ultimado o da cidade de Amapá, para próxima entrega à utilização do público. Ampliando a sua já apreciável rede de assistência sanitária, o Governo construiu, em 1956, dois postos médicos nas vilas de Ferreira Gomes e Mazagão Velho e prosseguiu nas obras do pavilhão infantil anexo ao Hospital Geral de Macapá.

RIO BRANCO

O Território Federal do Rio Branco figura, no orçamento para 1957, com um total de recursos federais de Cr\$ 154 600 000,00, correspondente a quase o dobro das dotações no exercício anterior, que foram de Cr\$ 89 000 000,00.

Viu-se a administração, em 1956, na contingência de concentrar esforços na solução de problemas de base, sem preterir medidas de interesse imediato. Entre estas, cumpre salientar as de defesa sanitária animal, pois na pecuária assenta em grande parte a riqueza e prosperidade do Território.

Já figurou o Rio Branco entre os maiores criadores de gado bovino e cavalar, tendo perdido essa categoria em consequência, principalmente, dos constantes surtos de raiva que lhe dizimaram os rebanhos. Considerando as distâncias e dificuldades de transporte, impunha-se a fabricação de vacinas no próprio Território, o que já está sendo feito, graças à instalação de um laboratório.

Procedeu-se também a um inquérito sanitário animal, que revelou ser responsável pela baixa dos rebanhos, afora a raiva e outras moléstias, a degenerescência sangüinea decorrente da inobservância das leis da genética e persistência de métodos irracionais de criação. Em consequência desse inquérito, foi promovida uma campanha orientadora por meio de visitas de veterinários e vacinadores a 180 fazendas, além da aquisição de novos reprodutores para revenda e instalação de um Posto de Inseminação Artificial.

No setor agrícola, a safra de arroz de 1956 atingiu 700 toneladas, suficientes para o abastecimento interno e exportação para o Estado do Amazonas. Providenciou o Governo a distri-

buição de sementes de produtos novos para a região, tais como o algodão, café, cacau e pimenta-do-reino, verificando-se a boa aclimatação dessas novas fontes de riqueza.

Providenciou a administração, no ano findo, o levantamento geológico de parte do Território. Os resultados dessa iniciativa trouxeram conclusões seguras sobre a existência de diamante, ouro, xilita, cassiterita, tantalita, minério de cromo, bauxita e a presunção de ocorrência de minerais radioativos. A divulgação dos estudos realizados tem suscitado considerável interesse por parte de companhias nacionais, que se estão instalando no Território.

Foi instalada também uma nova estação radiodifusora, que tem sido elemento de divulgação para os países vizinhos e para o interior.

No setor da educação e saúde, conseguiu a administração local neutralizar a carência de pessoal especializado, pondo em funcionamento mais cinco escolas no interior do Território, além de concluir e inaugurar na capital o edifício próprio da Escola Normal Regional Monteiro Lobato.

Especialmente no que concerne aos problemas de saúde, foi decisiva a cooperação do Ministério da Aeronáutica, cujos aviões passaram a fazer semanalmente um circuito interno, transportando médicos de uma para outra região, e possibilitando o funcionamento dos dez postos sanitários existentes.

No setor de obras públicas, destacam-se a conclusão da Nova Usina de Luz de Boa Vista que aumentou de dez vezes a potência instalada; do Quartel da Guarda Territorial; da base protetora do poço de abastecimento d'água do Rio Couro, em Boa Vista; e a conclusão do serviço de água da cidade de Caracará. Além da montagem de várias casas pré-fabricadas para serviços públicos, prosseguem as obras de edificação do Grupo Escolar São Francisco, do Hospital Boa Vista e do edifício do Forum, continuando em reforma e ampliação a rede elétrica da Capital.

Foram aplicados, em 1956, mais de 8 milhões de cruzeiros na aquisição de material permanente, compreendendo gerador, bombas, motores, perfuratrizes e tratores, que deverão imprimir

maior rendimento aos trabalhos cuja continuação está projetada para 1957.

RONDÔNIA

Com superfície aproximada à do Estado de São Paulo e uma densidade demográfica de 0,2 habitantes por quilômetro quadrado, Rondônia, como os demais Territórios, tem o seu desenvolvimento condicionado à solução de dois problemas que se entrosam: o da colonização e o das comunicações.

Verifica-se animadora tendência de aumento da população, que de 21 000 habitantes em 1943 passou para cerca de 50 000 em 1956. Entretanto, a colonização se processa apenas em sentido longitudinal, ocupando faixa mínima do Território e adstrita quase exclusivamente aos vales dos rios Madeira e Guaporé e ao curso da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

Enquanto isso, a leste, no outro extremo do Território, espera colonização o rico vale do Giparaná, onde vão surgindo centros esparsos de um povoamento à parte, baseado na indústria extrativa da borracha e da castanha e na garimpagem. As múltiplas cachoeiras do Giparaná tornam precária sua eficácia como via de penetração, já que o transporte fica na dependência de longos rodeios por terra, para alcançar novamente o rio, nos seus trechos navegáveis. Foi ali recentemente assinalada a existência de cassiterita, que, aliada às demais riquezas minerais e vegetais, indica região de grandes possibilidades para o futuro do Território. Dividido este em dois municípios apenas, o de Porto Velho e o de Guajará-Mirim, ocupando o primeiro 154 000 km² dos 242 983 que constituem a superfície total de Rondônia, vêm as distâncias e a falta de comunicações causando graves problemas administrativos, que poderão ser solucionados com o desdobramento dos municípios atuais e conseqüente equilíbrio no desenvolvimento das diversas regiões.

Para isso, serão fatores decisivos a Rodovia Marechal Rondon (BR-29), em sentido longitudinal, e a rodovia de Guajará-Mirim a Rondônia, em sentido transversal. O entroncamento das duas, no distrito central de Rondônia, virá afinal articular as duas

regiões por onde se vai processando isoladamente o povoamento do Território e ao mesmo tempo servir de elemento vitalizador aos novos municípios projetados. A BR-29 já é trafegável em toda a extensão dos 270 quilômetros abertos no Território de Rondônia, de Pôrto Velho até as proximidades do rio Jaru, dependendo apenas da construção das obras de arte, pois a travessia dos cursos d'água se faz atualmente por meio de balsas e pontilhões provisórios. A concorrência já aberta para a ponte sobre o rio Candeias prenuncia a concretização da primeira dessas obras de arte. Quanto à estrada de Guajará-Mirim a Rondônia, está em fase inicial.

Intensificando as comunicações aéreas com o centro e o sul do País, o Lóide Aéreo acaba de obter autorização para iniciar uma nova linha do Rio de Janeiro a Pôrto Velho.

Os centros colonizados revelam acentuada tendência de expansão. No pósto agropecuário de Iata, onde já sobe a cêrca de 7 000 o número de colonos, com suas famílias, a produção foi em 1956 de Cr\$ 16 657 742,00, esperando para 1957 uma produção de 100 000 sacas de milho, e no núcleo agrícola de Candeias foi de Cr\$ 1 242 649,00. Para isso tem contribuído a distribuição de sementes e a introdução de novas culturas, inclusive a do café. Foram também plantadas 60 000 seringueiras.

Entre as construções e serviços concluídos e inaugurados, figuram o Forum de Guajará-Mirim, o Artesanato do Educandário Belisário Pena, o Pôsto Médico de Abunã e o Matadouro Modelo de Pôrto Velho.

No setor de educação, eleva-se a cinco o número de escolas de ensino médio do Território: três oficiais e duas particulares. Foram também criadas, em 1956, quinze novas escolas primárias. Com a distribuição de uniformes, merenda e material escolar e a ampliação dos cursos de iniciação profissional e alfabetização de adultos, vem crescendo o interêsse do povo pela instrução primária e supletiva, com boas perspectivas de elevação do nível cultural do Território.

O Orçamento de 1957 aumenta de quase quarenta milhões, em relação a 1956, as dotações da União ao Território de Rondônia, que foram no ano findo de Cr\$ 121 600 000,00 e passam a

ser este ano de Cr\$ 159 200 000,00. As despesas de capital previstas atingiram quase o dobro: 18 milhões em 1956, 35,6 milhões em 1957.

FERNANDO DE NORONHA

Apresenta o Território de Fernando de Noronha características que o distinguem dos demais.

A exigüidade de sua área — 27 km² —, a escassez de recursos econômicos e as condições geográficas, que o situam como zona de importância estratégica para o País e o continente, conferem à sua administração regime diverso do que prevalece para as outras unidades territoriais, subordinando-o ao controle direto do Ministério da Guerra.

Já se encontra em andamento no Congresso projeto de lei dispondo sobre a reorganização administrativa e desenvolvimento do Território.

Sobre o assunto, deverá o Governo enviar Mensagem ao Congresso em face da execução do Ajuste de 19 de janeiro último, que firmou o estabelecimento, em Fernando de Noronha, de um posto para observação de projéteis teleguiados e pesquisas técnico-científicas.

Vale do São Francisco

A Comissão do Vale do São Francisco obedeceu, na programação de suas atividades, aos planos de desenvolvimento nacional empreendidos pelo Governo. Além dos problemas de construção de barragens, irrigação, produção de energia, levantamentos aerofotogramétricos, recobrimentos aerofotográficos, transportes e comunicações regionais, fomento da produção local, colonização, saneamento, mecanização do trabalho — para citar, apenas, os que estão absorvendo maior parcela dos recursos disponíveis, houve acentuada preocupação de resolver, no Vale, o problema alimentar e o do barateamento do custo de vida.

Com o objetivo precípuo de fomentar e desenvolver a produção, várias medidas foram executadas. Procedeu-se à draga-

gem, derrocamento e balizamento do rio; à construção de usinas e extensão de linhas de transmissão; à instalação de motobombas para irrigação; à organização de patrulhas motomecanizadas; à revenda de terrenos, de material e instrumentos agrícolas; à ampliação e conservação de rodovias, e abertura de outras estradas; à construção de campos de pouso. Incrementou-se, ainda, a assistência médica e hospitalar, bem como os serviços educacionais, sobretudo a campanha de alfabetização.

BARRAGEM DE TRÊS MARIAS

Dos empreendimentos da Comissão do Vale do São Francisco, ressalta, pelo vulto de sua expressão econômica, a construção da barragem de Três Marias. Projetada para armazenar 22 bilhões de metros cúbicos, com remanso de cerca de 150 quilômetros e altura de 64 metros, além de uma usina com capacidade de 520 000 kW, o reservatório de Três Marias virá eliminar cristas das enchentes e as conseqüências das estiagens, tornando o rio sempre navegável, numa extensão de 1 300 quilômetros através dos Estados de Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco; permitir a irrigação de vastas extensões marginais; produzir farta energia a baixo custo dentro de um raio de 350 quilômetros numa região preparada para absorvê-la; beneficiar a usina de Paulo Afonso, proporcionando-lhe, pelo aumento das descargas mínimas, a elevação de sua potência de 540 mil para 900 mil kW.

Ao fim do ano passado, encerraram-se os entendimentos preliminares para o financiamento e execução da obra, tendo-se fixado prazo para o recebimento das respectivas propostas de firmas americanas e européias interessadas no empreendimento.

Enquanto aguardava os créditos indispensáveis à construção da barragem, a Comissão, valendo-se dos saldos orçamentários dos exercícios de 1954 e 1955, iniciou as obras preparatórias.

O ponto de apoio para o abastecimento da construção da barragem é a cidade de Corinto, Minas Gerais, servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil. Está em fase terminal a rodovia de acesso dessa cidade ao local da barragem, numa extensão de 100 quilômetros no curso dos quais existem 5 pontes em construção.

Para as obras da barragem, já existe o crédito de Cr\$ 150 000 000,00, e o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

LEVANTAMENTOS AEROFOTOGRAMÉTRICOS, ESTUDOS E PROJETOS

No ano de 1956, assim se desenvolveram os serviços neste setor: levantamentos aerofotogramétricos de uma faixa do rio São Francisco no trecho entre Petrolina e Jatinã; do Vale do rio Paraopeba, desde a bacia de acumulação da barragem de Três Marias até o Fecho do Funil; do rio Corrente. Após o recobrimento aerofotográfico da bacia hidrográfica do rio São Francisco, a Comissão recebeu os originais e respectivos fotoíndices abrangendo a área de 94 824 km².

Foi concluído o estudo sobre o aproveitamento do rio das Velhas, iniciando-se os das bacias dos rios Urucuia e Carinhana. Fêz-se o nivelamento da lâmina d'água do rio Paracatu no trecho de Porto da Extrema até o rio São Francisco, numa extensão de 181 859 km, e do rio Sono, no trecho compreendido entre a sua confluência com o rio Paracatu e a Cachoeira das Almas, numa extensão de 62 179 km. Está programado para abril de 1957 o início do levantamento batimétrico do primeiro trecho acima referido. Foi executado o nivelamento da lâmina d'água do rio Paraopeba, e a C.V.S.F. já tem o estudo sobre o dimensionamento das estruturas dos degraus dos aproveitamentos, selecionados à base dos elementos de investigação conhecidos no curso do rio São Francisco, entre o local da barragem do Borrachudo e as corredeiras de Pirapora. Realizaram-se, outrossim, serviços de levantamento de perfil instantâneo nos pontos críticos, recolhimento de material em suspensão e sondagens batimétricas, enquanto, em regime de convênio com a Comissão, a Escola Técnica do Exército, pelo seu laboratório, está confeccionando um modelo reduzido para a realização de experiências concernentes aos fenômenos naturais que se processam na região de Sobradinho.

Última-se o projeto de reconstrução da barragem. Estão em pleno funcionamento duas dragas, uma de sucção e recalque.

recém-construída, e outra, a «Presidente Vargas», remodelada e adaptada para uma unidade de sucção e arrasto.

Iniciaram-se os serviços de derrocamento no Médio São Francisco, no trecho compreendido entre Oliveira e Juazeiro, no Estado da Bahia.

USINAS

A Comissão vai fazer funcionar as usinas de porte médio de Pandeiros e Correntina, de 6 000 e 11 400 c.v. respectivamente, para fornecimento de energia a várias cidades do Médio São Francisco. A de Abaeté está em construção, já estando concluídas a casa de força, a chaminé de equilíbrio e, em fase de execução, a barragem e as tubulações. A usina de Correntina suprirá de energia esta cidade, a de Santa Maria da Vitória, a de Bom Jesus da Lapa, Santana dos Brejos e outras.

A Comissão, nos termos do convênio celebrado com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, participa dos encargos decorrentes da extensão de linhas e instalações de subestações na região do Vale, dentro da órbita da Usina de Paulo Afonso. Em 1956, foram estendidas essas linhas nos seguintes trechos: Linha 69 kV — 45 km de Pesqueira para Arcoverde e a subestação abaixadora de Arcoverde; linha 44 kV de Delmiro para Água Branca e Mata Grande; linha 132 kV para Pôrto Real do Colégio Penedo, Igreja Nova, Piassabuçu; 80 km de linha 44 kV de Paulo Afonso para Jeremoabo e reforma da linha de 44 kV de Petrolândia para Floresta e linha de transmissão, de 182 kV de Gravatá para Itacuruba.

Congonha — Além de atender ao suprimento de energia às cidades de Montes Claros e Bocaiúva, a Comissão firmou convênio com o Estado de Minas Gerais para regular a dotação de verbas destinadas às obras de desvio do rio Congonhas para o rio Tico-roró, visando à ampliação da usina hidrelétrica de Santa Marta. *Usina Paraíso* — Prosseguem os trabalhos de construção da usina hidrelétrica do rio Paraíso que suprirá a cidade do Carmo do Paranaíba e que terá capacidade de 500 c.v. *Samburá* — Foram concluídas, em novembro do ano passado, as obras civis da usina de Samburá e está sendo feita a montagem das suas máquinas.

Sua potência será de 1 000 c.v. *Pirapora* — A usina «Diesel» de 1 500 c.v. entrou a funcionar suprindo esta cidade de energia e foi concluída a primeira etapa da reforma da rede de distribuição. *Campo Formoso* — Terminadas as obras civis da usina desta cidade, estão em andamento os serviços de montagem das máquinas. A capacidade desta usina é de 200 c.v. *Linha Gafanhoto-Arcos* — Para dotar de energia a região de Arcos, Lagoa da Prata, Itaúna, Pains, Iguatama, Formiga e Calciolândia, a Comissão está construindo a linha de transmissão em 69 kV da usina de Gafanhoto e de Arcos, numa extensão de 80 km, cujo primeiro trecho já está funcionando e o restante estará concluído em maio próximo. *Ilha do Fogo* — Foram instalados dois grupos de 300 c.v., havendo sido adquiridos mais dois outros grupos iguais para serem instalados ali; quando completada, a usina disporá de 1 200 c.v. *Guanambi* — Entrou recentemente em funcionamento um grupo Diesel-elétrico de 145 kVA e um outro de 300 c.v., já adquirido no Exterior e cuja montagem estará terminada no próximo mês de maio. *Jacobina* — Estão sendo instalados dois grupos de 300 c.v. que entrarão em funcionamento no primeiro trimestre do corrente ano. *Oliveira dos Brejinhos* — Terminado o período das chuvas, serão encetadas as obras civis, as da barragem e da casa de força da usina hidrelétrica local. *Paracatu* — *Guia Lopes* — *João Pinheiro* — A Comissão assinou convênio com as Prefeituras de João Pinheiro, Paracatu e Guia Lopes para a instalação e ampliação da usina de Ribeirão da Cachoeira.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA

O orçamento de 1956 previu uma dotação de Cr\$ 18 000 000,00, para atender aos estudos, projetos e execução dos sistemas de abastecimento d'água, inclusive traçado urbano, obras de captação, adução, tratamento e distribuição em 162 cidades do Vale, sendo 92 no Estado de Minas Gerais, 39 na Bahia, 13 em Pernambuco, 9 em Alagoas e 9 em Sergipe. Noventa e nove dessas cidades já tinham convênios assinados com a Comissão e, durante o ano passado, 54 outras prefeituras o assinaram. Pelo Decreto nº 38 969, de 4 de abril de 1956, foi

regulamentado o artigo 8º da Lei nº 2 599, de 13 de setembro de 1955, concedendo financiamento às Prefeituras Municipais do Vale que provassem incapacidade financeira para prosseguirem nas obras de abastecimento d'água. As Prefeituras de Januária e Manga, no Estado de Minas Gerais, requereram êsse financiamento de Cr\$ 3 000 000,00 e Cr\$ 1 500 000,00 respectivamente, estando elaborados os termos do convênio a ser assinado com aquelas Prefeituras.

SERVIÇO DE PERFURAÇÃO DE POÇOS

É propósito da Comissão desenvolver os serviços de perfuração de poços, em 1957, e já providenciou a coleta de preços para aquisição de 10 perfuratrizes. Foram adquiridas 5 bombas de poço profundo que estão sendo montadas nas localidades de Candiba, Matina, Irecê, Canal e Angical, no Estado da Bahia.

CAMPOS DE POUSO

As dificuldades de comunicação entre os setores de trabalho da Comissão e as distâncias que separam os centros de produção dos de consumo, têm merecido atenção especial. Em consequência, a Comissão empreendeu a revisão geral dos campos de pouso existentes no Vale, no sentido de ampliá-los e torná-los utilizáveis pelos aviões comerciais.

RODOVIAS

Em 31 de dezembro de 1956, foram concluídos 981,394 km de estradas. Na mesma época, estavam dependendo, apenas, de revestimento, para serem dados como concluídos, 446,559 km de rodovias e ainda em bom andamento 178,535 km. Para a conclusão das rodovias em construção faltam realizar 1 274,912 km, isto é, cerca de 45 % do programa rodoviário.

COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Estão sendo tomadas as providências para constituição definitiva da Companhia de Navegação Fluvial do São Francisco.

Das vistorias e estudos feitos sobre a frota em atividade, a Comissão chegou à conclusão de que terá de assumir a responsabilidade de promover a substituição total dos navios existentes por unidades modernas que permitam a realização do tráfego em bases econômicas. A organização da nova sociedade está prevista no Art. 12 da Lei n.º 2 599, de 13 de setembro de 1955, com um capital de 180 milhões de cruzeiros. Dela participam o Governo Federal e os dos Estados de Minas Gerais e Bahia, estes com o capital correspondente ao acervo das entidades de sua propriedade, e aquele com a maior parte do resto do capital representado pelo acervo das empresas particulares desapropriadas, pelo estaleiro fluvial da Ilha do Fogo e pelos armazéns construídos nos portos, além de uma contribuição em dinheiro para possibilitar a renovação e ampliação da frota.

Como medidas decorrentes do plano de transporte fluvial, estão prosseguindo os serviços de dragagem, derrocamento e baliçamento do leito do rio, bem como os estudos das obras de restauração da eclusa do Sobradinho e da barra de São Francisco, com vistas à melhoria das condições de navegabilidade do rio.

PORTOS

Estão em fase de conclusão os portos de Piassabuçu, Penedo, Propriá, Petrolina, Bom Jesus da Lapa, Pirapora, Casa Nova, Januária, Sento Sé, Pilão Arcado e Curaçá. Esses portos deverão ser convenientemente aparelhados para permitir um serviço racional de carga e descarga.

PRODUÇÃO E ASSISTÊNCIA

À medida que a Comissão proporciona máquinas, sementes, adubos, vacinas, financiamentos, revenda de terras e de materiais, a procura aumenta de tal sorte que os recursos disponíveis em 1956 para esses fins foram insuficientes para atender a grande parte da procura. A extensão do Vale e os ainda precários meios de comunicações dificultam o exercício de uma ação coordenada dos órgãos executivos. Cumpria, desde logo, descentralizar os trabalhos a fim de tornar mais eficiente e mais produtiva a aplicação

das verbas destinadas à produção e à assistência. Com esse objetivo, foram criadas mais cinco Residências Agrícolas, uma em Propriá, no Estado de Sergipe, outra em Penedo, no Estado de Alagoas, além das de Guanambi e Irecê, no Estado da Bahia, e Januária, em Minas Gerais. Mas não basta criar essas residências. É indispensável aparelhá-las de instrumentos necessários à mecanização da lavoura e incentivar a assistência ao trabalhador rural, desenvolver os serviços de irrigação, ampliar a distribuição de sementes e adotar outras providências que comecem a produzir animadores resultados.

PATRULHAS MOTOMECANIZADAS

Para que essas medidas se articulem no plano de produção, é indispensável cobrir todo o Vale por um sistema de patrulhas motomecanizadas, providas de tratores, caminhões, jipes e respectivas peças, bem como instrumentos agrícolas que operem em movimentos coordenados de ação direta sobre a terra. Os recursos orçamentários disponíveis para 1957, asseguram o prosseguimento desse plano.

As motobombas destinadas à irrigação das terras marginais do rio têm prestado relevantes serviços aos agricultores de diversas zonas do São Francisco. Até 31 de dezembro de 1956, foram instaladas 820 bombas que operam em trabalhos de regadio mecânico com aproveitamento surpreendente. Existem atualmente em ação cinco patrulhas aparelhadas de grande número de tratores devidamente equipados, em pleno funcionamento, nas regiões compreendidas pelos Municípios de Januária, Irecê, Guanambi, Propriá e Penedo, havendo ainda menores conjuntos nas Colônias Agropecuárias de Paracatu e Formoso.

FOMENTO DA PRODUÇÃO

No Vale do São Francisco, foi incentivada, em 1956, a cultura do milho, do algodão, do feijão e da cebola, e várias providências tomadas para a ampliação do plantio e beneficiamento do arroz. Manteve-se com perfeita regularidade a defesa das plantas cultivadas contra moléstias e pragas. A fruticultura, inclusive o

plântio da vinha e do melão, pode ser considerada já agora uma experiência bem sucedida em algumas regiões do Vale.

A produção de cebolas no Vale do São Francisco atingiu no ano pasado, 20 900 toneladas, contra 6 500 toneladas em 1955. Nem os transportes, nem os mercados consumidores estavam preparados para êsse volume de produção. Verificaram-se certas dificuldades na distribuição logo eliminadas pela imediata ação do Govêrno.

A fim de melhorar os rebanhos localizados nos diversos Municípios do Vale, promoveu-se a venda de 64 reprodutores. Para as Colônias de Formoso e de Paracatu, foram adquiridos 70 animais finos.

No que diz respeito à defesa dos rebanhos, foram vacinados 287 615 animais e tratados 13 252, tendo sido beneficiados 6 055 fazendeiros.

CARTEIRA DE REVENDA

Pelo Decreto nº 40 166, de 18 de outubro de 1956, aprovou-se a regulamentação da Carteira de Revenda de Material, que entrou logo a funcionar. Foi providenciada a compra de 300 motobombas, 1 000 toneladas de arame farpado, 100 toneladas de grampos, 30 000 enxadas, 10 000 enxadões, 2 000 machados e 2 000 pás, logo adquiridos pelos agricultores e trabalhadores do nordeste.

COLONIZAÇÃO

No intuito de fixar o homem à terra, está sendo promovida a instalação de dois centros colonizadores, um dos quais localizado no Município de Paracatu, no Estado de Minas Gerais, e o outro no de Santa Maria da Vitória, na Bahia.

Realizam-se, também, estudos no Vale do Rio Grande com o fim de ser instalado mais um outro centro de colonização. Trata-se de projeto de grande envergadura que abrange nada menos de 260 mil hectares distribuídos por três Municípios no Estado da Bahia. Deverá empregar-se a irrigação com águas do rio Grande, cujo canal adutor terá 165 quilômetros de extensão. Êsse plano

será realizado por etapas, estando em início de execução a primeira, em caráter experimental, de 4 000 hectares.

Incluem-se no plano de colonização as providências adotadas para o recebimento do Núcleo Colonial de Petrolândia.

A Colônia Agropecuária de Formoso dispõe de 30 mil hectares de terras cortadas pelo rio Formoso que serão aproveitadas com a instalação de uma grande fazenda de criação.

Foram entregues 3 500 cabeças de gado bovino, à Colônia Agropecuária de Paracatu, estabelecimento que abrange 440 448 hectares, onde trabalham 630 famílias, num total de 6 000 habitantes.

ACÓRDOS E CONVENIOS

Com o fim de melhorar as condições de vida do homem do campo, foram firmados convênios com o Serviço Especial de Saúde Pública, Departamento Nacional de Endemias Rurais (Malária, Tracoma e Moléstia de Chagas); com as Dioceses de Petrolândia, Barra, Caitité, Senhor do Bonfim e Penedo; com a Escola «Caio Martins»; Núcleo de Petrolândia; Prefeitura de Abaeté; Companhia Hidrelétrica do São Francisco; Governo do Estado de Pernambuco e com o Artesanato «Nossa Senhora de Fátima».

Assinaram-se, ainda, acórdos com o Ministério da Agricultura para o fomento da cultura do arroz no Baixo São Francisco e a instalação de uma fazenda-escola em Pôrto Real do Colégio, no Estado de Alagoas.

OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Como decorrência dos debates econômicos ocorridos no «Encontro dos Bispos do Nordeste», que tanta repercussão teve no País, a Comissão do Vale do São Francisco assumiu, entre outras obrigações, a de instalar uma Residência Agrícola no Estado de Alagoas, apresentar estudos para a localização de uma indústria de leite em pó na zona de maior produção bovina e construir pequenas estradas. A Residência Agrícola já foi criada, e os estudos para instalação da nova indústria foram enviados ao Banco do Nordeste. Será assinado por esses dias, com o

I.N.I.C., outro acôrdo em virtude do qual a Comissão se compromete a construir em Propriá, no Estado de Sergipe, em área que deverá ser doada pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, um galpão destinado à triagem dos migrantes que por ali transitam e, bem assim, reparar e adaptar, para o mesmo fim, um armazém existente em Petrolina. Dos 19 projetos aprovados dois dêles outorgam poderes à Comissão para coordenar a cooperação de vários órgãos da administração pública do País quanto à execução de serviços relacionados com a instalação e desenvolvimento das Colônias de Pindorama e Petrolândia. Em três outros projetos, a Comissão figura como entidade coordenada.

Para dar execução às resoluções do «Encontro dos Bispos no Nordeste», no tocante às referidas Colônias, já foram tomadas as necessárias providências.

Do ponto de vista da assistência médico-sanitária, ressaltam os trabalhos realizados por intermédio de uma vasta rede de hospitais e unidades sanitárias e bem assim os trabalhos de profilaxia da malária, tracoma e doença de Chagas na região sanfranciscana.

Companhia Hidrelétrica do São Francisco

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As principais realizações da Companhia em 1956, além do funcionamento de seu sistema de transmissão já instalado em 1955 e das partes que lhe foram acrescidas em 1956, consistiram em obras da segunda Casa de Máquinas em Paulo Afonso; no acabamento da primeira Casa de Máquinas, na Barragem Leste, e na expansão do Sistema de Transmissão.

Os trabalhos de construção da Segunda Casa de Máquinas, que será subterrânea, como a primeira, mas para um número duplo de grupos geradores — 6 de 60.000 kW cada um — foram, principalmente os seguintes: a) — terminação da plataforma onde se instalará a segunda estação elevadora de voltagem, de onde partem as duas chaminés de equilíbrio, os diversos poços de adução d'água e de acesso à Segunda Casa de Máquinas. O preparo dessa plataforma exigiu um desmorte de 75 000 metros cúbicos de material, principalmente rocha; b) — escavação dos vários poços — de Adu-

ção, das Chaminés de Equilíbrio e de Elevadores que prosseguiu em ritmo acelerado. O volume total de material extraído na escavação dos poços foi de 15 082 metros cúbicos. Já no fim de 1956, foram iniciadas as escavações de galerias como ponto de partida para a escavação da caverna da Segunda Casa de Máquinas. A escavação nessas galerias foi de 390 metros cúbicos de rocha; c) — para os trabalhos de construção da Segunda Casa de Máquinas, houve um intenso serviço de oficina, visando recuperar equipamentos e materiais que tinham sido utilizados na primeira fase da construção da Usina de Paulo Afonso. Foram, assim, recuperados tratores, escavadeiras, guindastes, betoneiras, transportadoras, «dumptors», motores, compressores, martelos, avanços pneumáticos, lubrificantes, bombas de ar, vagonetas e estruturas dos elevadores de serviço usados na primeira fase das obras.

EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO

Realizaram-se trabalhos de construção de linhas de transmissão em 721 km de extensão, tendo sido concluídos 551 km. Foi a seguinte a distribuição desses trabalhos: Linha Recife-Goianinha, 67 km; linha Goianinha-Campo Grande, 107 km; linha Goianinha-João Pessoa, 57 km; linha Goianinha-Goiana, 10 km; linha Itabaiana-Propriá, 85 km; linha Guajará-Estância, 59 km; linha Darcilena-Carrapicho, 33 km; linha Carrapicho-Neópolis, 3 km; linha Riachuelo-Maróim, 12 km; linha Pau Ferro-Mirueira, 13 km; Linha Várzea-Juçaral, 37 km; linha Pesqueira-Arcoverde, 37 km; linha Gravatá-Icó, 14 km; linha Goiana-Itapessoca, 16 km. Ainda não concluídas: linha Pesqueira-Belo Jardim, 30 km; linha Pau Ferro-Carpina-Limoeiro, 58 km; linha Juçara-Escada, 10 km; linha Gravatá-Itacuruba-Rodelas, 32 km; linha Paulo Afonso-Mata Grande. Está em construção o trecho Água Branca-Mata Grande, de 27 km.

CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÕES

Foram executados trabalhos intensivos nas seguintes subestações: Subestação elevadora de 13,8 kV em Paulo Afonso; subestações abaixadoras: de Água Branca, de Campina Grande (con-

cluída), de Carpina, de Carrapicho, de Delmiro, de Estância, de Goiana, de Gravatá, de Jaboatão, de João Pessoa (concluída), de Juçaral, de Limoeiro, de Propriá, de Rio Largo, de São Cristóvão, de São Lourenço da Mata.

PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES

Em 1956, foram preparados os projetos minuciosos não só da Segunda Casa de Máquinas, como de muitas das linhas de transmissão e respectivas subestações, construídas e em construção; preparadas especificações para a encomenda das máquinas e equipamentos da nova Casa de Máquinas e respectivas Tomadas d'Água e dos materiais e equipamentos necessários a tôdas essas construções e instalações. Estão sendo realizados os estudos e elaborados os projetos referentes aos Sistemas do Cariri, de Messoró e do Senhor do Bonfim. As características fundamentais do Sistema do Cariri foram fixadas a 20 de dezembro de 1956. Foi também estudado pela CHESF o plano de financiamento do Sistema do Rio Grande do Norte, num total de Cr\$ 400 000 000,00, a serem despendidos nos exercícios financeiros de 1958, 1959 e 1960.

PRODUÇÃO DE ENERGIA

A produção de energia elétrica nas usinas da CHESF, em 1956, foi de 363 310 580 kWh, assim distribuídos: Usina Paulo Afonso — 339 547 000 kWh; Usina Cotegipe — 13 499 000 kWh; Usina Pilôto — 10 264 850 kWh. A energia vendida atingiu o total de 308 558 317 kWh, assim distribuídos: Usina Paulo Afonso — 297 899 297 kWh; Usina Cotegipe — 10 556 976 kWh; Usina Pilôto — 102 044 kWh. A maior parte da energia produzida na Usina Pilôto é utilizada no Acampamento e nas obras em Paulo Afonso.

A demanda máxima da Usina Paulo Afonso foi de 91 000 kW.

Os fornecimentos aos principais centros distribuidores foram: Recife 164 246 100 kWh; Salvador — 95 232 200 kWh; Aracaju — 15 225 000 kWh; Maceió — 10 803 660 kWh; João Pessoa —

293 040 kWh; Campina Grande — 6 144 200 kWh; Caruaru — 2 944 200 kWh; Pesqueira — 1 087 800 kWh.

Campina Grande só foi ligada em 25 de maio de 1956, e João Pessoa a 22 de dezembro do mesmo ano. Também só no fim do ano foram ligadas as indústrias de Paulista e a Fosforita. Outros importantes centros de consumo de energia elétrica estão prestes a ser ligados. Assim, a produção e o consumo da energia da Usina de Paulo Afonso aumentarão substancialmente em 1957.

EFEITOS FINANCEIROS DA PRODUÇÃO DE ENERGIA

O faturamento da energia fornecida pelas diversas usinas foi o seguinte: Usina de Paulo Afonso, Cr\$ 139 212 506,40; Usina Cotegipe, Cr\$ 4 769 809,30 e Usina Piloto Cr\$ 377 371,20, no total de Cr\$ 144 359 686,90.

EFEITOS NO BALANÇO DE PAGAMENTOS

A economia decorrente do fornecimento de energia pela CHESF, com relação a gastos de divisas correspondentes à importação de combustíveis, foi da ordem de US\$ 4,5 milhões. Descontando-se desse total a importância de US\$ 1 100 000,00 enviada pela CHESF para pagamento de juros e amortizações do empréstimo de US\$ 15 000 000,00 contraído no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, a economia líquida foi de US\$ 3 339 581,00.

OUTROS SERVIÇOS DA CHESF

Além do fornecimento de energia elétrica, a CHESF continuou prestando serviços assistenciais não só aos que nela trabalham e suas famílias, como a numerosas pessoas da região, através do Hospital, do Pôsto de Puericultura, das três Escolas Primárias e do Ginásio Paulo Afonso, por ela mantidos, e da Escola Profissional Delmiro Gouveia, que mantém em cooperação com o SENAI. No exercício de 1956, recebeu a contribuição de Cr\$ 1 000 000,00 da Comissão do Vale do São Francisco, para manutenção do seu Hospital.

PROGRAMA DE EXPANSÃO

O programa de expansão do Sistema de Paulo Afonso, já aprovado, juntamente com o respectivo plano de financiamento, compreende, em síntese, os seguintes itens: 1 — *Usina Geradora*. A expansão da Usina de Paulo Afonso, a ser realizada com os recursos pleiteados, se compõe de: a) construção da Segunda Tomada d'Água com seis poços de adução e comportas; b) construção da Segunda Casa de Máquinas, subterrânea como a primeira, e para seis unidades geradoras de 60 000 kW cada uma; c) instalação de duas dessas unidades geradoras e respectivo equipamento de regulação e controle; d) construção e equipamento de uma Segunda Casa de Comando; e) instalação de uma segunda subestação elevadora. 2 — *Sistema de Transmissão Primário*. A expansão do Sistema de Transmissão Primário constará de: a) construção de uma nova linha de transmissão de 220 kV entre Paulo Afonso e Recife, com 405 km de extensão; b) ampliação da subestação abaixadora de Salvador (220-11,9 kV) para capacidade de 66 700 kVA; c) instalação de um transformador trifásico para . . . 220-66 kV e 33 300 kVA de capacidade e respectivo equipamento em Salvador, destinado à interconexão com a usina termelétrica de Cotegipe; d) aumento de capacidade das subestações abaixadoras intermediárias, em Itabaiana e Angelim, com a instalação de chave automática de 220 kV e equipamento de regulação de voltagem; e) expansão da subestação de Recife, 220-13,8 kVA, para 100 000 kVA de capacidade, e instalação de chave automática de 220 kV e 2 condensadores síncronos de 30 000 kVA; f) aumento da capacidade da subestação de 220-66 kV, em Recife, de 33 300 kVA para 66 600 kVA; g) instalação, na mesma subestação, de 2 transformadores trifásicos —220-132 kV e 33 300 kVA de capacidade e respectivos equipamentos de manobra. 3 — *Sistema de Transmissão Secundário*. A expansão do Sistema de Transmissão Secundário constará de: a) construção de uma segunda linha de 66 kV, de Angelim a União dos Palmares (40 km); b) construção de uma linha (27 km) de 66 kV, da subestação de Salvador à usina de Cotegipe; c) instalação de uma subestação em Cotegipe, com 15 000 kVA de capacidade, para 66-33 kVA; d) instalação de uma subestação em Goianinha (Pe), de 33 300 kVA de capaci-

dade, para 132-66 kV; e) aumento de capacidade e equipamento de regulação de voltagem nas seguintes subestações de 66-13,8 kV: Juçaraí, Aracaju, Estância, Riachuelo, Carrapicho, João Pessoa, Campina Grande, Maceió, Goiana, Oratório, Propriá, Itabaiana, Jaboatão, Rio Largo, União dos Palmares, Limoeiro, São Miguel dos Campos, São Cristóvão e Carpina; f) ampliação de cerca de 250 km de linhas de 66 kV e 160 km de linhas de 13,8 kV para atender a novos consumidores.

ESTIMATIVA DE CUSTOS E RECURSOS

Segundo as previsões, o programa desenvolver-se-á até 1961, importando as despesas em Cr\$ 1 650 000 000,00 e US\$ 15 000 000,00. Esse programa foi iniciado em 1956, com a realização dos trabalhos de construção da Segunda Casa de Máquinas em Paulo Afonso.

O plano de financiamento aprovado para o período 1957-1961 é o seguinte: reinvestimento da Reserva de Depreciação — Cr\$ 300 000 000,00; empréstimo pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — Cr\$ 500 000 000,00; aumento de capital a ser subscrito pelo Governo Federal — Cr\$ 800 000 000,00.

As despesas em dólares serão atendidas por um empréstimo de US\$ 15 000 000,00 no «Export and Import Bank».

A parte do programa geral previsto para realização em 1957 é a seguinte: *Usina geradora* — Prosseguimento e conclusão das escavações dos poços adutores, galerias e túnel de descarga; concretagem da abóboda e revestimento dos poços; escavações para a 2.ª Tomada d'Água e barragem para a mesma Tomada d'Água; projeto, especificações e aquisição de parte do equipamento (unidades geradoras, pontes rolantes, etc.); ampliação do sistema de comunicações; construção de uma subestação abaixadora em Paulo Afonso, 220-132 kV, 33,3 kVA. *Sistema de Transmissão Primário*. — Estudos, projetos, levantamentos topográficos, direitos de passagem e serviços jurídicos relativos à 2.ª linha de transmissão de 220 kV, Paulo Afonso-Recife, com 405 km de extensão; montagem de cubículos de medição em Salvador e Recife; instalação de transformadores para a ampliação da capacidade das subestações de Recife, Salvador, Angelim e Itabaiana; início da realização do plano de

escavação do Cariri, com o começo de construção da linha Paulo Afonso-Ingazeiras, isolada para 220 kV e com 270 km de extensão; estudos e especificações para a realização dos sistemas Mossoró e Senhor do Bonfim. *Sistema de Transmissão Secundário* — Conclusão dos 173 km de linhas de transmissão iniciadas no ano precedente e construção de cerca de 560 km de novas linhas de transmissão; conclusão da construção das nove subestações iniciadas no ano findo (capacidade total: 16 500 kVA); construção de novas subestações, com a capacidade total aproximada de 66 000 kVA; ampliação das subestações e instalações de tensão.

Polígono das Sêcas

Na região do Polígono das Sêcas, que abrange extensas áreas de precipitação pluviométrica deficiente, em diversos Estados, prosseguiram regularmente em 1956, os trabalhos de defesa contra as sêcas.

No Estado do Piauí, desenvolveram-se os trabalhos de construção dos açudes públicos Barreiras, com 52 800 000 m³; Ingazeiras, com 25 719 750 m³; Vereda Grande, com 644 807 150 m³; e Cocal, com 9 856 620 m³, num total de 733 183 520 m³. Foram concluídas as obras de consolidação e reparos do açude de Anajás. Sob a fiscalização do D.N.O.C.S. teve andamento, com a cooperação de particulares, a construção de 2 açudes com a capacidade total de 6 693 700 m³. Elevou-se o número de poços tubulares perfurados com vazão horária global de 201 838 litros e profundidade de 3 380 metros.

No Estado do Ceará, progrediram os trabalhos de construção dos açudes Araras, com 1 000 000 000 m³; Banabuiú, com 1 500 000 000 m³; Poço da Pedra, com 117 500 000 m³; Latão, com 49 470 000 m³; Quixabinha, com 32 150 000 m³; e São Mateus, com 9 441 250 m³. Ficou concluída a construção dos açudes Pentecostes, com 400 000 000 m³; Poço do Barro, com 56 000 000 m³, e das obras de ampliação e consolidação do açude Patos, com 7 553 000 m³. A capacidade global de acumulação destes açudes atinge mais de 3 164 561 000 m³.

Prosseguiram os trabalhos de construção dos canais de irrigação dos açudes Aires de Sousa, General Sampaio, Pentecostes e Várzea do Boi. Em cooperação com particulares e sob a fiscalização do D.N.O.C.S., teve andamento a construção de 54 açudes, com a capacidade total de 150 876 000 m³. Elevou-se a 42 o número de poços tubulares perfurados, atingindo 145 250 litros a vazão horária e 1 950 metros de profundidade total.

No Estado do Rio Grande do Norte, foi continuada a construção dos açudes Mendobim, com 59 754 900 m³; Riacho da Cruz Segundo, com 9 604 200 m³; e Japi Segundo, com 20 649 275 m³. A capacidade de armazenamento d'água soma 97 924 000 m³. Concluíram-se as obras do corpo da barragem do açude Zangarelhas, com 7 916 250 m³, restando executar, apenas, trabalhos de acabamento. Em regime de cooperação, prosseguiu a construção de 9 açudes com a capacidade total de 10 425 000 m³, dos quais 3 foram concluídos. Elevou-se a 24 o número de poços perfurados, no ano, com a vazão total de 95 000 litros e profundidade de 2 265 metros.

No Estado da Paraíba, foram concluídas as obras do maciço da barragem dos açudes Mãe D'Água, com 640 000 000 m³; Boqueirão de Cabaceiras, com 536 000 000 m³; e Escondido, com 16 579 250 m³, faltando, apenas, nos dois primeiros, os trabalhos de acabamento. Em conjunto, a capacidade de captação atinge 1 192 579 000 m³. Prosseguiram os trabalhos de construção de canais da rede de irrigação das Várzeas de Sousa. Ficou praticamente concluída a instalação da primeira unidade da usina hidrelétrica do açude Estevam Marinho, com capacidade de 2 500 c.v., tendo sido concluído o edifício da usina, para as duas unidades. Sob a fiscalização do D.N.O.C.S., continuou a construção de 7 açudes com a acumulação total de 9 425 827 m³. Foram perfurados 4 poços, com vazão horária total de 12 800 litros e profundidade de 243 metros.

No Estado de Pernambuco, foi continuada a construção do açude Poço da Cruz, com 500 000 000 m³; Saco, com 200 527 300 m³; Tamboril, com 27 664 500 m³; Serrinha, com 515 432 000 m³; Barra, com 2 738 160 m³, e Arrodeio, com 14 522 100 m³. O represamento total dos referidos açudes é da ordem de 1 260 884 000 m³. Sob a fiscalização do D.N.O.C.S. teve

prosseguimento a construção, em regime de cooperação, de 2 açudes, com a acumulação total de 5 652 700 m³. Elevou-se a 18 o número de poços tubulares perfurados, com vazão total de 60 390 litros e profundidade de 1 575 metros.

No Estado de Alagoas, tiveram andamento os trabalhos de construção dos açudes Pariconha, Palmeira dos Índios e Ôlho d'Água dos Casados e ficaram concluídos os açudes Pai Mané e Caraibinhas. A capacidade global de represamento destes açudes atinge 6 198 000 m³.

No Estado de Sergipe teve prosseguimento a construção do açude Itabaiana com 3 760 000 m³ e ficou concluído o açude Ribeirópolis, com 920 000 m³. A capacidade somada dos dois é de 4 680 000 m³. Foram perfurados 5 poços com vazão horária de 8 500 litros e profundidade de 261 metros.

No Estado da Bahia, prosseguiram os trabalhos de construção dos açudes Cocorobó, com 250 000 000 m³; Ceraima, com 58 000 000 m³; Araci, com 65 839 200 m³; Zé Manoel, com 50 546 000 m³; Morrinhos, com 3 110 000 m³; e Cumbe, com 998 000 m³. A capacidade total é de 428 493 000 m³. Foram concluídos os açudes Jacurici e Serrote, com 191 000 000 m³. Foi prosseguida a construção dos canais da rede de irrigação do açude público Jacurici para cobrir 766 ha. Sob a fiscalização do D.N.O.C.S. tiveram andamento 6 açudes com capacidade global de 9 802 540 m³ e foi concluído o açude Rodeador, de propriedade do Estado, com capacidade de 1 007 580 m³.

No Estado de Minas Gerais, foi continuada a construção do açude Estreito do Rio Verde Pequeno, com 63 561 275 m³. Elevou-se a 24 o número de poços perfurados, com a vazão horária global de 122 540 litros e profundidade de 2 265 metros.

Realizaram-se, na área do Polígono das Sêcas, extensos trabalhos de construção rodoviária, a cargo do D.N.O.C.S.

No Maranhão, prosseguiram os serviços da rodovia Barão de Grajaú a Carolina, tendo-se construído 16 km no trecho São Domingos — São Raimundo da Mangabeira.

No Piauí, adiantaram-se os trabalhos da Estrada Floriano — São Raimundo Nonato, tendo-se construído 10 km no trecho Floriano — Canto do Buriti; foi concluído o trecho Picos — Jaicós, com

45 km. da rodovia Teresina — Jaicós, completando-se, assim, a construção dessa estrada; concluiu-se o viaduto de acesso à ponte sobre o rio Poti, com 150 m de extensão.

No Ceará, foi continuada a construção da rodovia Central do Ceará, tendo sido executados 6 km; ficou concluída a ponte sobre o sangradouro do açude público Aires de Sousa, com 43 m de extensão, parte integrante da rodovia de acesso ao açude Araras.

No Rio Grande do Norte, prosseguiram os trabalhos da rodovia Cerro Corá — Marias — São Tomé, tendo sido executados 6 km, e dos ramais de São Miguel, de Martins e de Portalegre foram executados 9 km. A cargo do 1º Grupamento de Engenharia estão em construção as rodovias Caicó — Jurucutu, Caicó — São João do Sabugi — Patos, Jardim do Seridó — Ouro Branco, Macau — Ipanguaçu — Jucurutu, Caicó — Serra Negra — Pombal e Catolé do Rocha — Alexandria — Pau de Ferros; foram concluídas as rodovias Mossoró — Luís Gomes, com 184 km, e Parelhas — Santa Luzia, com 27 km; ficou concluída a ponte de concreto armado sobre o rio Seridó, com 210 m de extensão.

Na Paraíba, progrediram os trabalhos de construção das rodovias Patos — Santa Luzia, Patos — Piancó — Conceição — Mauriti, Ramal de Picuí, Catolé do Rocha — Patu, Brejo da Cruz — Patu; concluiu-se a rodovia Malta — Destêrro, estrada de acesso ao açude Destêrro; concluiu-se a ponte sobre o sangradouro do açude Estevam Marinho na rodovia Curema — Piancó.

Em Pernambuco, prosseguiram os trabalhos da rodovia Serinha — Floresta e São José do Belmonte a Jati; concluiu-se a rodovia Pesqueira — Alagoinha, com 12,3 km de extensão.

Em Alagoas, teve prosseguimento a rodovia de acesso ao açude Oiteiro, a partir de Capim, com cerca de 40 km de extensão.

Em Sergipe, foi concluída a rodovia Central do Estado, trecho Aracaju — Frei Paulo, com 66 km.

Na Bahia, teve início a construção das rodovias Uauá — Senhor do Bonfim, com cerca de 120 km, e Euclides da Cunha — Mirandela, com 51 km; prosseguiram os trabalhos das rodovias Canudos — Juazeiro, Jacurici — Cassanção, com 25 km, e Araci —

Salgado — Coité, com 43 km. A rodovia Canudos — Juazeiro, com 165 km, está praticamente concluída, restando apenas a construção do atêrro-barragem Pinhões. O vasto programa que se vem pondo em prática visa a robustecer a economia nordestina e combater o desnível existente, entre o Norte e o Sul do País.

Bacia do Parnaíba

A 11 de junho de 1956, pelo Decreto Executivo n.º 39 334, criou o Governo, no Conselho do Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho incumbido de estudar o melhor aproveitamento econômico da região do Vale do Parnaíba, região que compreende todo o Estado do Piauí e um quarto do Estado do Maranhão.

Ao Grupo de Trabalho foi cometida, em primeiro lugar, a missão de proceder à análise da estrutura econômica e da base de recursos da região, bem como caracterizar os fatores contrários à ativação do seu processo de desenvolvimento econômico. Em segundo lugar, atribuiu-se-lhe o encargo de sugerir as medidas de ordem legislativa e administrativa necessárias à consecução dos objetivos designados, principalmente o de se obter a aceleração do crescimento daquela parte do território nacional. O Grupo já realizou uma série de estudos preliminares sobre a produção agropecuária e industrial, sobre a situação dos transportes e comunicações e sobre a distribuição da riqueza regional, analisando também a formação da renda e a evolução qualitativa e quantitativa da produção.

Esses estudos deverão estar concluídos dentro de breve prazo, passando o Governo, então, às medidas de ordem prática.

Banco do Nordeste

O Banco do Nordeste do Brasil é um organismo de características originais na estrutura bancária brasileira, habilitado a agir simultaneamente como banco comercial, banco promotor de investimentos e banco assistencial. Trata-se de instituição que deve ser encarada principalmente como agência de desenvolvimento eco-

nômico destinada a apoiar e estimular, através do crédito e dos investimentos, tôdas as atividades reprodutivas da região.

O Banco do Nordeste é um dos principais instrumentos de política econômica e financeira do Governo Federal no âmbito do desenvolvimento regional. Em 1956, foi superada a fase deficitária, eliminando-se os saldos negativos acumulados durante o período de organização e implantação dos serviços. Após cinco semestres de atividade, alcançou essa entidade bancária o indispensável equilíbrio financeiro, fazendo sentir a sua ação, de modo ponderável, nos diversos setores da economia regional. A análise da amplitude e volume das suas operações financeiras demonstra que o B.N.B. se encontra definitivamente consolidado.

As reservas e provisões elevaram-se a cêrca de 36 milhões de cruzeiros, equivalentes a 36% do capital social, tornando mais sôlida a situação do estabelecimento e valorizando as inversões que nêle fizeram o Governo Federal e os acionistas particulares.

Paralelamente ao aumento das reservas e provisões normais, o exercício de 1956 encerrou-se com um saldo positivo, acusando um lucro bruto de Cr\$ 46 823 217,60. Deduzidos Cr\$ 14 985 470,00 correspondentes aos *deficits* de exercícos anteriores e Cr\$ 20 987 514,70 destinados à constituição de fundos e provisões, foi distribuído o lucro líquido de Cr\$ 10 850 232,90. Para êsse resultado contribuiu a orientação adotada no sentido de reduzir as despesas da entidade, o que se evidencia no fato de ter baixado entre 1955 e 1956, de 4,03% para 2,29%, a percentagem dos gastos de pessoal em relação às aplicações.

A agricultura e a indústria participavam, no fim do ano, de quase 70% do total dos negócios do Banco. A primeira dessas atividades recebeu substancial assistência, mediante empréstimos no montante de mais de 200 milhões de cruzeiros, e beneficiou-se indiretamente da atuação do Banco no escoamento das safras da região, com o objetivo de contribuir para manter o ritmo normal da procura de produtos agrícolas nas épocas devidas e bem assim impedir o aviltamento dos preços.

O programa de crédito supervisionado experimentou razoável progresso, com o aumento do número de agricultores beneficiados e com a expansão das unidades do sistema B.N.B.-ANCAR.

Através do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (ETENE), promoveu o Banco investigações e estudos diversos, da maior importância para o desenvolvimento regional.

Apoio significativo vem sendo prestado à entidade pelos organismos internacionais de assistência técnica, encontrando-se assegurada, no programa da ONU para 1957, a colaboração de seis especialistas em assuntos econômicos e administrativos.

Merece relevo a recente iniciativa consubstanciada no Decreto nº 40 554, de 14 de dezembro de 1956, em virtude do qual foi constituído, no Conselho Nacional do Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho para o Nordeste, cuja direção executiva foi conferida ao representante do B.N.B.

RECURSOS

O B.N.B. é caracterizado pela variedade e, por vezes, peculiaridade das fontes de onde provêm os fundos que movimenta ao lado dos múltiplos tipos de operações que realiza.

O depósito obrigatório do Tesouro Nacional, previsto no artigo 6º da Lei nº 1 649, de 19-7-52, regulamentada pelo Decreto nº 33 643, de 24-8-53, alcançou Cr\$ 522 450 080,00 somando, em 31-12-56, com as parcelas depositadas nos exercícios anteriores, a importância de Cr\$ 1 008 702 400,00. No exercício em referência, os recursos previstos foram entregues, em 9 parcelas mensais, de fevereiro a outubro, consoante esquema previamente organizado pelo Ministério da Fazenda, rigorosamente cumprido.

Os depósitos feitos por entidades públicas, especialmente as federais, de acordo com o artigo 22 da mesma lei, cresceram rapidamente, representando-se, em 31-12-56, pelo valor de Cr\$ 481 479 012,70, correspondente a 26,9% dos recursos totais. Os depósitos de entidades públicas no B.N.B. assumem grande importância para a região, já que constituem uma forma de reter, para movimentação no Nordeste, parcelas razoáveis dos fundos arrecadados ou destinados a emprêgo na área dos Estados do Polígono, por autarquias e repartições federais.

Considerados esses e outros depósitos, os recursos da instituição continuaram a desenvolver-se durante o ano de 1956, con-

firmando a tendência dos exercícios anteriores. Ao fim de 1954 e 1955, somavam, respectivamente, Cr\$ 324 081 000,00 e Cr\$ 1 021 127 000,00 e, em 31-12-52, montavam a Cr\$ 1 792 025 000,00.

Aproximadamente 55% desses capitais são de exigibilidade à vista e a curto prazo e vêm sendo utilizados em operações de crédito geral, a curto prazo. Um dos principais problemas do Banco é a coleta, em maior escala, de recursos adicionais apropriados à realização, em termos amplos, do vasto programa de financiamento a longo e médio prazo que a lei lhe atribuiu, juntamente com as obrigações de um banco de crédito ordinário.

O depósito do Tesouro Nacional, que montará em 1957 a ... Cr\$ 548 252 824,00, é a principal fonte desse tipo de recursos do Banco, ressalvados os 30% referidos no Decreto nº 33 643, de 24-8-53, que devem ser mantidos em operações de prazo até 90 dias. Estuda-se, também, a possibilidade de uma articulação financeira com o B.N.D.E., objetivo agora facilitado pela Lei nº 2 973, de 26-11-56, que permite àquela entidade realizar depósitos em organismos oficiais de crédito, executores de programas federais, estaduais ou regionais de desenvolvimento econômico.

Graças ao apoio do Governo Federal, sobretudo mantendo orientação que permite às repartições e autarquias federais depositarem fundos no estabelecimento, as aplicações da instituição, ao fim do exercício, chegaram aproximadamente a 1,5 bilhão de cruzeiros, com o que se tornou um dos primeiros bancos do Nordeste, depois do Banco do Brasil. O B.N.B. ainda necessita de recursos substanciais, de exigibilidade a longo prazo, a fim de realizar em grande escala operações de amortização lenta, cumprindo de modo mais completo o seu programa, na parte relativa a financiamentos e investimentos rurais e industriais.

OPERAÇÕES

No ano de 1956, o Banco realizou mais de 60 000 negócios, num total superior a Cr\$ 3 600 000 000,00, com um valor médio de Cr\$ 60 000,00 para cada operação.

No exercício de 1956, foi estruturada a Carteira Industrial e de Investimentos, após o treinamento da equipe técnica necessá-

ria, através de cursos intensivos. Trata-se de um primeiro passo para a industrialização regional, num programa que implica o estudo de fórmulas para a captação de recursos financeiros adequados e em proporções compatíveis com o objetivo. Das aplicações do Banco, em 31-12-56, 67% tinham sido feitas na agricultura e na indústria, no montante de quase um bilhão de cruzeiros. Os serviços de utilidade pública, o comércio e outros ramos econômicos figuravam com os restantes 33%. Merece ser acentuada a orientação racional do estabelecimento, no referente às operações de crédito geral, caracterizada por seleção rigorosa de negócios, em função, não apenas dos princípios tradicionais de segurança e liquidez, como da conveniência de evitar aquêles de caráter inflacionário, segundo a orientação geral do Governo, nesse particular.

Essas aplicações estão influenciando de modo expressivo no aumento da oferta de crédito bancário na área, quer pelo seu impacto direto nas transações locais, como pelo efeito multiplicador, através de sistema bancário, dos recursos adicionais que representam.

Prosseguiram em 1956 os esforços do Banco no sentido de expandir suas operações com a agricultura. Através de 11 filiais e agências e 13 escritórios, bem como de 26 unidades do sistema articulado B.N.B.-ANCAR foram realizados 6 855 contratos, no valor de Cr\$ 202 667 683,60. Em relação ao ano de 1955, houve um acréscimo de 41,3% no número de operações contratadas e de 84,5% no valor dos empréstimos concedidos. O valor médio dos contratos foi de Cr\$ 29 419,00.

EXPANSÃO DAS UNIDADES OPERADORAS

A fim de intensificar as operações do Banco no interior do Polígono, com reflexo especialmente nas atividades da Carteira Rural, foram tomadas providências para transformar em agências os escritórios existentes na área do Polígono das Sêcas e aprovou-se o Plano de Expansão das Unidades Operadoras, que prevê a abertura de 17 novas agências. Além disso, instalaram-se, em 1956, mais duas constelações do sistema B.N.B.-ANCAR (Cré-

dito Supervisionado), equivalentes a 10 escritórios, devendo funcionar, em 1957, pelo menos mais três outras.

Por conseguinte, a montagem do aparelhamento distribuidor de empréstimos desenvolve-se em termos de uma cobertura, tão rápida quanto possível, da extensa área de operações, não obstante as óbvias dificuldades administrativas, que um programa dessa natureza implica, especialmente no tocante a pessoal qualificado.

Melhoramento da Zona do Rio Doce

A Companhia Vale do Rio Doce deve empregar, por força de disposições estatutárias, parte dos seus lucros em benefício da Zona do Rio Doce, onde essa empresa representa fator pioneiro de desenvolvimento regional.

Empenhada em atingir as suas primeiras metas de produção, tendo ainda de atender a imperiosos compromissos financeiros, não foi possível à Companhia, até 1953, realizar quaisquer empreendimentos e serviços de vulto no tocante à melhoria das condições sociais da Zona do Rio Doce. As verbas para esse fim só foram reservadas em 1954, tendo sido iniciados, a partir do ano seguinte, os programas destinados a atender a vários municípios e auxiliar financeiramente diversos empreendimentos da região.

Durante o exercício de 1956, a Companhia Vale do Rio Doce atendeu a solicitações dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, ressaltando-se: serviço de abastecimento d'água para a cidade de Itabira, serviço de abastecimento d'água para a cidade de João Neiva, subscrição de ações da Empresa Hidrelétrica «Lutzow», de Baixo Guandu, subscrição de ações da Cia. Telefônica de Governador Valadares, auxílio para construção do Hospital de Nova Era, auxílio para construção de Hospital em Governador Valadares, serviço de abastecimento d'água para Coronel Fabriciano, empréstimo à Prefeitura de Aimorés para obras da usina hidrelétrica, subscrição de ações da Empresa Hidrelétrica dos Municípios de Sabinópolis, D. Joaquim e Nossa Senhora do Porto e, finalmente, subscrição de apólices da Dívida Pública de Vitória.

Muitos outros auxílios encontram-se em estudo, abrangendo vários setores de atividade, mas a Companhia não concorre, só-

mente dessa forma assistencial, para o desenvolvimento da zona do Rio Doce. É óbvio que suas próprias atividades industriais, representando importantíssimo fator de incremento das atividades geradoras de riqueza, canaliza anualmente, para a região, vultosas importâncias destinadas à manutenção da mão-de-obra local, à compra de materiais e mercadorias, além do pagamento de impostos aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Fator igualmente importante para o desenvolvimento econômico e social do Vale do Rio Doce é o bom funcionamento do serviço ferroviário da Estrada Vitória-Minas.

Na parte relativa à produção agropecuária, vem a Companhia Vale do Rio Doce mantendo depósitos no Banco Agropastoril de Governador Valadares, a fim de que este estabelecimento possa atender a empréstimos solicitados por pequenos agricultores e criadores. É orientação da Companhia expandir esta forma de cooperação, na medida das crescentes necessidades da área produtora.

Desenvolvimento do Brasil-Central

A Fundação Brasil-Central, iniciando os seus trabalhos a partir da confluência dos rios Araguaia e Garças rumo a Manaus, construiu uma rede de campos de pouso no sentido de desbravamento da rota Rio-Manaus. Além dessa rede, que compreende os campos de Aragarças-Xavantina-Kulucne-Xingu-Serra do Cachimbo e Jacaré-Acanga, todos eles praticáveis para aviões DC-3 e C-47, foram ainda construídos e mantidos campos menores intermediários, utilizados por aviões monomotores e que servem, igualmente, de ponto de apoio aos aviões de maior porte. São eles os do Vale dos Sonhos, Pindaíba, Garapu, Iauarum.

Seguindo a direção da rota aérea, foi aberta, pela Expedição Roncador-Xingu, a picada de exploração terrestre que, partindo de Aragarças, atingiu o Posto Garapu, à margem do rio 7 de Setembro, a 350 quilômetros ao norte de Aragarças.

Após a consolidação do trabalho de desbravamento, urge, agora, no Brasil-Central, o problema de construção de uma rede rodoviária que, de certo, estimulará consideravelmente o futuro

sistema de colonização e povoamento, cujas bases estão sendo lançadas em pleno sertão, uma vez que isto constitui o objetivo pioneiro da Fundação Brasil-Central.

Ao mesmo tempo que realizava a penetração, entregou-se a Fundação a trabalhos não menos penosos ao longo de toda a linha Uberlândia — Itumbiara — Rio Verde — Jataí — Caia-pônia — Inhumim — Aragarças, em extensão superior a 950 quilômetros, construindo e conservando as rodovias que assegurariam comunicações regulares com os principais centros urbanos do País, principalmente São Paulo e Rio.

Como decorrência dessas atividades, têm-se desenvolvido as cidades de Aragarças e Xavantina. A primeira, à margem do rio Araguaia, já possui moderno aeroporto, hospital, hotel, escolas, igrejas, serrarias, carpintaria, olaria, oficina-mecânica, estação de rádio, serviço de telefone, luz elétrica, água encanada, estação de tratamento d'água, granjas, plantação de eucaliptos, além de outros melhoramentos. Xavantina por sua vez, à margem do rio das Mortes, apresenta iguais manifestações de progresso. Entre estas duas localidades foi fundada, no Vale dos Sonhos, uma colônia agrícola, onde se distribuíram a colonos, gratuitamente, vários lotes com a extensão média de 100 hectares cada.

No setor da assistência médica, a Fundação mantém um moderno hospital em Aragarças, o único existente num raio aproximadamente de 300 quilômetros. Este hospital oferece a assistência permanente de especialistas, inclusive pediatras e cirurgiões, promovendo ainda a vacinação em massa contra varíola, febres tifóide e paratifóide, febre amarela, tétano, disenterias, difterias e, finalmente, contra a tuberculose pelo emprêgo da B. C. G. Está ainda a cargo da Fundação uma rede de 8 postos médicos.

No que se refere à educação, foram criadas escolas primárias em Aragarças, Vale dos Sonhos e Xavantina, prevendo o programa a construção de um colégio secundário em Aragarças, com o respectivo projeto já elaborado.

A assistência social teve início através das atividades a cargo de visitantes, que orientam as famílias dos povoadores e as auxiliam a resolver seus problemas característicos, ensinando os princípios de higiene, dietética, puericultura e enfermagem, bem como promovendo cursos relativos a esses conhecimentos.

Vem-se realizando extenso programa de levantamento zoológico e botânico no Brasil-Central, tendo sido considerável o material obtido nas excursões e trabalhos realizados em 1956. A estreita colaboração mantida com os institutos científicos nacionais e estrangeiros, inclusive o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, possibilitou a realização de diversos trabalhos de interesse científico, avultando entre estes as contribuições à zoogeografia, fitogeografia, ecologia e biologia.

Sendo a finalidade principal da Fundação o desenvolvimento da vasta área central do País, a orientação econômica seguiu as seguintes fases: reconhecimento da base de recursos, isto é, desbravamento; criação de fontes primárias de atividade econômica — especialmente colonização agropecuária; desenvolvimento de atividades secundárias, compreendendo, em particular, o estabelecimento de indústrias ligadas ao subsolo e à economia extrativa. A Fundação está em condições de iniciar o ciclo das atividades industriais próprias da terceira fase.

Estão sendo levados a cabo estudos preliminares para instalação de uma fábrica de cimento em Caiapônia, que permitirá não só atender às necessidades das obras da Fundação como suprir, em parte, o sudoeste goiano.

Está em projeto a instalação de uma indústria para fabricação de laminados de mogno e cedro, nas margens do rio Tocantins, Estado do Pará, e na região servida pela Estrada de Ferro Tocantins, subordinada à Fundação.

Depois de várias demarches e estudos realizados durante o ano de 1956, obteve-se a assinatura de um convênio de doação de terras entre a Fundação e a Prefeitura de Aragarças.

Este convênio torna possível a regularização da posse das terras e a venda de lotes pela Prefeitura de Aragarças aos habitantes do município. A Fundação prosseguiu as obras das duas grandes pontes de concreto armado que permitirão a ligação terrestre entre Goiás e Mato Grosso.

O balanço das principais atividades da Fundação Brasil-Central demonstra o crescimento não só da sua obra de pioneirismo, como também das suas próprias finalidades, no sentido de levar a civilização brasileira a regiões até então desconhecidas e inaproveitadas.

PARTE QUARTA
TRABALHO E BEM-ESTAR

Uma das preocupações fundamentais do Governo, empenhado na execução de largo plano de desenvolvimento econômico e social, tem sido a de assegurar melhores relações entre empregadores e empregados, visando a um mais alto rendimento das atividades produtivas da Nação.

Se, de um lado, o rápido crescimento demográfico, o ritmo intenso de industrialização e o desequilíbrio gerado pelo surto inflacionário colocam, diante da administração, problemas de indiscutível gravidade; por outro lado, a legislação social vigente e a consciência das virtualidades desse flexível sistema de direitos e deveres, no seio das massas trabalhadoras e das classes produtoras, possibilitaram o encaminhamento de soluções justas e adequadas, dentro de um processo de entendimento mútuo.

Não foram, e nem poderiam ser prontamente eliminados os atritos e divergências de interesses entre empregados e empregadores, uma vez que tais fenômenos, na vida social moderna, são inerentes à evolução econômica das nações. A verdade, porém, é que os dissídios verificados em 1956 não tiveram a projeção nem a intensidade que se poderiam esperar, em face das circunstâncias peculiares à presente conjuntura econômico-social do País.

A ação do Governo, prudente em suas diretrizes básicas, não deixa de ser corajosa nas linhas gerais, assente naqueles princípios de compreensão humana e de solidariedade social que devem configurar uma coerente política de justiça e boa vontade entre os homens.

Na aceleração das atividades, que o plano de desenvolvimento econômico impõe, teria obviamente de ser considerada, como fator fundamental, a par do denodo e descortino dos grandes empreendedores, a qualidade da mão-de-obra disponível no País. Na energia, capacidade e devotamento do trabalhador nacional, tantas vezes demonstrados, baseia-se, em última análise, o êxito da arrojada empresa a que a Nação foi convocada. Promover, no seio do

povo, um estado de espírito favorável à consecução de uma obra de feitio e sentido novos; despertar as forças profundas do homem brasileiro, para que elas se multipliquem e se dinamizem sob o impulso do entusiasmo e da confiança; estabelecer entre governantes e governados a desejável interação, para que o País dê o grande passo — eis o que temos de conseguir, pois o desenvolvimento não prescinde de larga preparação psicológica, nem se realiza fora de uma global ambiência de operosidade.

A legislação social de que dispomos tornou possível a integração do trabalhador na comunhão nacional, como força viva e atuante, visto como lhe assegurou, além da eliminação gradativa de certas injustiças, sem provocar maiores divergências entre as classes, um nível de vida razoavelmente compatível com a dignidade humana. Elevado o grau de sua capacidade profissional, incorporado, enfim, à vida do País como unidade específica de sua fisiologia social e econômica, o trabalhador brasileiro transformou-se em elemento dinâmico, a prestar fundamental cooperação na obra de desenvolvimento nacional e de bem-estar geral das populações.

Convém ressaltar, todavia, que a própria evolução econômica do País, na escala em que se processa, está a recomendar o aperfeiçoamento constante do sistema jurídico que assiste às relações entre empregadores e empregados. Só assim mais eficaz se tornará o funcionamento da Previdência Social e ainda mais flexível o regime da Assistência Social, no interesse da Nação. Com esse objetivo, medidas estão sendo estudadas pelo Governo.

CAPITULO I

POPULAÇÃO E MAO-DE-OBRA

Composição Demográfica

A população presente do Brasil em 1º de julho de 1950, data do último Censo Demográfico, ascendia a quase 52 milhões de habitantes.

Supondo-se que o crescimento da população de cada *Unidade Federativa* tenha ocorrido segundo a taxa média geométrica anual observada na mesma Unidade, no intervalo entre os Censos de

1940 e de 1950, a população presente, em 1.º de janeiro de 1957, pode ser estimada em 60 820 000 habitantes.

A partir de 1950, a taxa de mortalidade decresceu, mercê dos progressos da ciência médica, da organização higiênica e da assistência sanitária, enquanto a taxa de natalidade se manteve próxima do nível anterior, talvez com leve declínio. Pode-se estimar em cerca de 43 por 1 000 habitantes a taxa de natalidade e em cerca de 18 por 1 000 a taxa de mortalidade, na média dos três anos, 1954 a 1956. A taxa média anual de crescimento natural deve ter sido mais elevada, nos últimos seis anos e meio, que no decênio anterior. Foi decerto maior, no período pós-censitário, a taxa média anual de crescimento migratório a qual, no decênio intercensitário, se mantivera extremamente baixa. Com efeito, o excedente dos imigrados sobre os emigrados, de poucas dezenas de milhares no conjunto deste decênio, deve ter atingido 350 000 no período de 1º de julho de 1950 a 31 de dezembro de 1956.

Quanto à distribuição territorial da população do Brasil, verifica-se que as regiões mais populosas são as do Leste, com 35,3% da população do País, e do Sul, com 33,6%; seguem-se as do Nordeste, com 23,8%, e, à grande distância, as do Centro-Oeste e do Norte, com 3,5%.

Continua inalterada a graduação dos Estados mais populosos, figurando em primeiro lugar São Paulo, com 17,6% da população do País, seguindo-se Minas Gerais, com 13,9%, Bahia, com 9,1%; Rio Grande do Sul, com 7,9% e Pernambuco, com 6,5%.

A densidade média da população no conjunto do País mantém-se baixa, excedendo levemente 7 habitantes por quilômetro quadrado. Permanecem fortes contrastes entre a densidade relativamente elevada nas regiões Sul (25), Leste (17) e Nordeste (15), e a densidade muito baixa nas regiões Centro-Oeste e Norte (0,6 habitantes por quilômetro quadrado).

Entre os Estados, apresentam as maiores densidades os do Rio de Janeiro (64), São Paulo (43), Alagoas (43) e Pernambuco (40); as menores, os do Pará (1), Mato Grosso (0,5) e Amazonas (0,4).

A composição, por sexo, da população é caracterizada pelo quase equilíbrio entre o número dos homens e o das mulhe-

res, prevalecendo os primeiros nas idades infantis, e as segundas nas idades maduras e senis.

Quanto à composição por idade, pode-se estimar que, entre os 60,8 milhões de habitantes, estejam em idade: até 14 anos completos, 24,8 milhões (40,7%); de 15 a 44 anos, 27,1 milhões (44,5%); de 45 a 64 anos, 7,3 milhões (12,0%); de 65 anos e mais, 1,6 milhões (2,6%). Persiste a elevada proporção de crianças e adolescentes e a baixa proporção de velhos, decorrentes do rápido crescimento natural da população, do nível muito elevado da natalidade e do nível ainda elevado da mortalidade.

A maioria preponderante da população é constituída por brasileiros natos, e o número dos naturais do estrangeiro, embora sensivelmente aumentado depois do último censo, não deverá exceder 1,5 milhões.

NATURALIZAÇÕES

No ano findo, atingiu 2 873 o número de naturalizados, com o acréscimo de 3% sobre o total registrado, em 1956.

Segundo a nacionalidade, figuram, em primeiro lugar, os naturais de Portugal, seguidos dos nascidos na Polônia e na Alemanha. Por ordem de procedência dos processos, 1 386 naturalizados tinham domicílio no Estado de São Paulo, seguindo-se o Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro, com os contingentes de 898 e 165, respectivamente.

MIGRAÇÕES INTERNAS

Cuidados especiais dedica o Poder Executivo aos problemas vinculados ao mercado de mão-de-obra, em função dos interesses do povoamento do solo, do incremento da produção, da paz social e da segurança nacional. Dentre esses problemas, avulta o do fluxo migratório nordestino para o sul do País, cuja solução vem sendo encaminhada mediante a conjugação dos esforços e a movimentação dos recursos e elementos de trabalho dos organismos oficiais, do clero e das classes produtoras regionais. Demonstração inequívoca da sinceridade desse propósito deu o Governo no

«Encontro dos Bispos do Nordeste», cuja realização em Campina Grande, em junho do ano passado, além da ressonância considerável na opinião pública, propiciou a fixação de diretrizes definitivas a respeito, oportunamente traduzidas em atos do Poder Executivo.

Tais diretrizes estão sendo paulatinamente observadas, já se achando em adiantada execução as providências preliminares que visam a concretizar os vários empreendimentos preconizados naquela reunião. Assim é que já se encontram iniciadas as obras de levantamento topográfico, loteamento e construção de casas para instalação do novo núcleo colonial previsto para o Estado de Pernambuco, enquanto se vêm reaparelhando três núcleos do Estado da Bahia, o que permitirá, dentro em pouco, a fixação de mais de 400 famílias de migrantes nordestinos na lavoura daqueles Estados, como pequenos proprietários rurais assistidos pelo Governo Federal.

Empreendimentos congêneres, previstos para os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, a fim de assegurar a fixação de mais 2 200 famílias, tiveram seu início retardado pela dificuldade de seleção das glebas, devendo, contudo, ser dado andamento imediato aos respectivos trabalhos, em articulação com os Governos Estaduais interessados. Enquanto isso, desenvolvem-se com presteza providências análogas no Estado de Alagoas, onde a iniciativa particular permitirá a fixação de 200 famílias com a colaboração financeira e assistência técnica do Governo Federal.

Ainda com objetivo de conter as correntes migratórias do Nordeste na sua própria fonte e de evitar o desequilíbrio do mercado de mão-de-obra, estão-se ultimando medidas definitivas que possibilitarão o estabelecimento, em breve, da rede de Postos do I.N.I.C. Destinam-se êles à triagem sanitária e profissional dos migrantes nordestinos, como mecanismo necessário à retenção dos mesmos nas atividades produtivas do próprio Nordeste. Os Postos em aprêço, localizados em encruzilhadas rodoviárias, ferroviárias e fluviais dos Estados de Pernambuco, Sergipe e Bahia, implantarão no roteiro daquelas migrações um sistema distribuidor de mão-de-obra, com participação dos Governos federal, estaduais e municipais.

IMIGRAÇÃO

Em coerência com as diretrizes traçadas para os migrantes nacionais, as determinações do Governo no setor da imigração procuram condicionar a importação de braços estrangeiros ao interesse do mercado de mão-de-obra, de modo que se previna a saturação das possibilidades de emprego e se evite a preterição do trabalhador nacional. Nem sempre as disponibilidades de mão-de-obra dos países, que tradicionalmente nos encaminham imigrantes, coincidem com as carências assinaladas pelos empregadores nacionais. Dêsse modo, impõe-se, como imperativo de sobrevivência das indústrias nacionais, o treinamento e formação de operários qualificados e de técnicos brasileiros, mediante ampliação da rede de escolas de aprendizagem industrial.

Muito se pode esperar do concurso da experiência e da habilidade da mão-de-obra européia, sendo bastante concludente, a êsse respeito, o fato de haverem ingressado no Brasil, no decorrer do ano passado, cerca de 70 mil imigrantes das mais variadas qualificações profissionais, mostrando-se desprezível a incidência dos que não se integraram nas possibilidades de emprego oferecidas pelo País.

É escusado salientar que, por tradição, tratamento preferencial continua a ser assegurado aos imigrantes de origem latina, como o demonstram as estatísticas imigratórias do ano passado. Contudo, uma prospecção cuidadosa dos vários mercados potenciais de imigrantes, ainda não devidamente explorados pelo Brasil, figura nas cogitações do Governo, cuja preocupação básica, a êsse respeito, é aprimorar, cada vez mais, no futuro, do ponto de vista eugênico, moral e profissional, os contingentes de imigrantes.

Cabe assinalar a cooperação prestada pelo nosso País a entidades internacionais, para solução do problema dos refugiados húngaros. Dos dez mil refugiados, que o Brasil se comprometeu a acolher, algumas centenas já ingressaram no País, tendo sido adotadas precauções para evitar futuros desajustes profissionais ou outros problemas, mediante garantia prévia de que os referidos

contingentes serão absorvidos e encaminhados às atividades produtivas.

COLONIZAÇÃO

No setor da colonização, sensível deficiência vinha prejudicando consideravelmente o sucesso dos empreendimentos oficiais: a falta de definição das áreas dos núcleos coloniais mantidos pelo Governo. Não só acarretava isto inevitável tumulto para os serviços, como também trazia dano grave ao patrimônio dos núcleos, pela invasão de suas terras por aventureiros. Providências drásticas foram tomadas para obviar a êsse inconveniente, mediante suprimento de recursos ao Instituto Nacional de Imigração e Colonização, que assim ficou habilitado a executar, naqueles núcleos, trabalhos topográficos de levantamento de perímetro e loteamento de terras.

Ainda nesse setor, vem o Governo voltando as vistas para as terras coloniais da Baixada Fluminense, onde a contínua valorização, pela proximidade da Capital da República, tem obstado à exploração rural econômica. Com efeito, há glebas, nessa região, em que o metro quadrado já atinge o preço de Cr\$ 60,00, o que eleva a Cr\$ 600 000,00 o valor do hectare, ou sejam, seis milhões de cruzeiros para um lote de dez hectares. Tal fato provoca desenfreada corrida de pseudolavradores, que procuram apossar-se dessas terras com objetivo de especulação imobiliária. A fim de evitar que tais áreas sejam subtraídas ao cinturão verde da Capital da República e lançadas na aventura das incorporações, técnicos em colonização vêm procedendo a metuculoso estudo das condições de ocupação de cada um dos lotes da Baixada, havendo sido suspensas não só as transferências e vendas de lotes, como até mesmo a arrecadação de amortizações atrasadas, de modo que se possam verificar com exatidão a legitimidade da posse e os direitos dos ocupantes.

Problemas semelhantes não deverão ocorrer na periferia da futura Capital Federal, onde já foram realizadas pesquisas com o fim de selecionar glebas para criar-se um cinturão verde de abastecimento a Brasília.

CAPÍTULO II

TRABALHO

Legislação Básica

Medidas legislativas de grande alcance foram postas em prática, no campo da organização do trabalho. Todavia, faz-se mister a revisão da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante a elaboração do Código de Trabalho. Com esse objetivo, foi constituída e acha-se em atividade uma comissão especial no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, composta de técnicos e representantes das classes interessadas.

De manifesta importância é, também, o problema da participação do empregado nos lucros da empresa e a regulamentação do direito de greve e do salário-mínimo-familiar. A extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais, objeto de largos debates na última sessão do Congresso, é medida legislativa cuja ultimação se torna imperiosa. A mão-de-obra agrária que, pelos dados do Censo Agrícola de 1950, se computava em 11 milhões de pessoas, com atividade em mais de 2 milhões de estabelecimentos agropecuários, continua à espera de instrumento eficaz que lhe faculte a segurança já proporcionada aos demais obreiros do corpo social brasileiro.

O êxodo rural que se tem acentuado nos últimos anos decorre, em grande parte, das precárias condições do trabalho agrário. É de esperar que seja contido com a modificação do regime vigente nas lides agrárias, muito aquém das exigências da economia brasileira.

Trabalho de Menores

Mediante convênio firmado entre o Ministério do Trabalho e o da Educação e Cultura, promoveu-se o estudo de certas particularidades ligadas ao trabalho de menores, notadamente a questão da idade-limite para ingresso do menor no trabalho, fixada em 14 anos pela Constituição da República. Verifica-se que mais de 434 000 menores, dos quais perto de 300 mil do sexo masculino,

entre 10 e 14 anos, exerciam, segundo os resultados do último Censo Demográfico, atividades remuneradas em diferentes setores, preponderando os ocupados na agricultura, pecuária e silvicultura. A preparação profissional dos menores de 12 a 14 anos será atendida por meio de cursos pré-vocacionais, conforme se verá na parte desta Mensagem, consagrada à educação nacional.

Produtividade

Para estimular a política de desenvolvimento econômico do País, foi criada, no Ministério do Trabalho, a Comissão Nacional de Produtividade, cujos serviços se iniciaram sob os melhores auspícios, em face da receptividade que a idéia encontrou entre empregadores e empregados.

Desenvolverá a Comissão, com ajuda dos órgãos de classe imediatamente interessadas no crescimento da riqueza nacional, intensiva campanha de fomento da produtividade, com vistas à expansão dos índices de produção do País.

Salário-Mínimo

A revisão dos níveis de salário-mínimo, fixados pelo Decreto n.º 35 450, de 1.º de maio de 1954, e que vigoraram a partir de 1º de julho daquele ano, deveria processar-se, de acôrdo com a Consolidação das Leis do Trabalho, no corrente exercício.

Razões ponderáveis levaram o Govêrno a antecipar, para o ano de 1956, aquêle reajustamento. A elevação do custo de vida já determinara o aumento geral de vencimentos e salários concedidos ao pessoal militar e civil. Não podia o Govêrno, embora isento de responsabilidade por êsse aumento do custo de vida, alhear-se da solução de problema que tão de perto interessava a massa trabalhadora.

Os níveis de salário, constantes do Decreto n.º 39 604-A, de 14 de julho de 1956, fixados com antecipação de pouco menos de um ano, com referência à data de sua revisão, obedeceram aos preceitos legais e tiveram por base comprovadas condições de insu-

ficiência dos níveis vigentes, para atender, nas diversas regiões do País, às necessidades normais do trabalhador e de sua família.

Atentou-se convenientemente na repercussão econômica do ato que reviu os níveis salariais. Sem prejuízo de sua ação corretiva e harmonizadora, primou o Governo, nas diversas fases do processo de revisão, em prestigiar e estimular a participação efetiva das classes interessadas, mantendo vigorosa proporcionalidade da representação paritária e conciliando as divergências entre empregadores e empregados.

Conseguiu o Poder Executivo ver diminuídas as controvérsias de ordem jurídica quando da revisão salarial. Não só ficou comprovada, com base em dados econômicos, a oportunidade da medida, como ainda tiveram plena justificação os fundamentos jurídicos que se invocaram em favor da antecipação e do prazo de vigência dos novos níveis estabelecidos.

A decretação do salário-mínimo em 1956 correspondeu, como ditame de justiça social, aos anseios manifestados pelas classes trabalhadoras. A validade desse ato suscitou controvérsias, mas o Supremo Tribunal Federal, não só decidiu pelo descabimento do mandado de segurança impetrado, como, nas considerações expendidas sobre o mérito da matéria, se manifestou inteiramente favorável à legalidade do ato do Poder Executivo.

Dissídios Coletivos

Conjugaram-se todos os esforços para manter o equilíbrio da estrutura social e a indispensável harmonia nas relações das classes. São evidentes as falhas da legislação que rege os dissídios. Urge dar especial atenção ao problema das relações profissionais, prestigiando-se a celebração das convenções coletivas de trabalho, a fim de não subverter o conceito de dissídio, que não se deve transformar em recurso habitual para dirimir conflitos entre classes. Só após a ruptura do entendimento, recorreriam os grupos ao dissídio, para solução jurisdicional dos conflitos do trabalho. O recurso extremo da greve justificar-se-ia, quando esgotados os procedimentos de composição, conciliação e jurisdição das relações profissionais.

Através da Comissão de Conciliação de Dissídios Trabalhistas, pôde o D.N.T. resolver satisfatoriamente, durante o exercício passado, vários dissídios: o suscitado pelo Grupo Light, abrangendo a totalidade dos trabalhadores de Carris, Luz e Fôrça, Gás e Telefone do Distrito Federal, Estado do Rio de Janeiro e São Paulo; o dos trabalhadores nas Indústrias do Açúcar, Doces e Conservas Alimentícias; o das Indústrias Mecânicas, Metalúrgicas e do Material Elétrico; e o dos acronautas e aeroviários. Anotam-se, ainda, a equiparação de salários dos Marítimos; dos Bancários, que serviu de padrão a acórdos idênticos em todo o território nacional; dos trabalhadores nas Indústrias do Trigo, Milho, Mandioca e Massas Alimentícias; dos carregadores e ensacadores de Café; dos Jornalistas Profissionais; dos condutores de Veículos Rodoviários e anexos; e, finalmente, dos trabalhadores em Combustíveis Minerais, cujo movimento paredista ameaçava o sistema de transportes do País.

A ação do Governo fêz-se igualmente sentir, quando da fixação dos novos níveis de salário-mínimo, ante a ameaça de desemprego nas minas de carvão do Rio Grande do Sul e em algumas fábricas de tecidos. A atuação da Procuradoria da Justiça do Trabalho foi decisiva para restabelecer o ambiente de tranqüilidade entre os grupos em conflito.

Conferência Internacional do Trabalho

O Brasil compareceu à 39.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Genebra, com uma Delegação, integrada de representantes do Governo, dos empregadores e dos empregados, sob a presidência do próprio titular da Pasta do Trabalho.

Nessa sessão, a primeira de que o Brasil participou durante o meu Governo, ficou patente o nosso propósito de continuarmos a prestigiar a Organização Internacional do Trabalho, que se afirma, entre as entidades internacionais, como das mais atuantes e fecundas.

A visita que àquela Conferência fêz, durante a sua 39.ª sessão, o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, repercutiu

como solene demonstração da fidelidade do Brasil aos ideais de paz universal, na base da justiça e da equidade, de que se tornou promotora aquela instituição.

Havendo, na sessão anterior, obtido aprovação da idéia de uma Convenção concernente à supressão das sanções penais impostas aos trabalhadores pelo inadimplemento do contrato do trabalho, a nossa Delegação assumiu, na 39.^a sessão, a liderança da iniciativa de uma Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado, reafirmando a nossa orientação tradicional na defesa das liberdades e dos direitos do homem. Nessa Convenção, condenam-se aquelas formas de verdadeira escravidão, ainda praticada sob o disfarce do trabalho obrigatório, pelos regimes totalitários e em vigor nos territórios coloniais ou dependentes, como instrumento de coação política e método de mobilização e de emprêgo da mão-de-obra, no desenvolvimento econômico.

A Delegação brasileira colaborou na redação do texto da referida Convenção, apresentando emendas tendentes a ampliar-lhe o alcance, com o expresso repúdio àquelas manifestações de trabalho forçado, impôsto como processo de discriminação racial, social, nacional e religiosa. Além disso, defendeu a tese da condenação daquelas outras formas «de fato» do trabalho forçado, consistentes no pagamento diferido dos salários, na servidão por dívida e na prestação de serviços por endividamento contínuo, práticas essas semifeudais, adotadas ainda, em muitas partes do mundo, por agentes monopolizadores do trabalho e do comércio.

Os estudos básicos para contribuição do Brasil às sessões anuais da Conferência Internacional do Trabalho continuam a ser feitos pela «Comissão Permanente de Direito Social», do Ministério do Trabalho, que, constituída de juristas especializados nos problemas do Direito Social, vem, há vários anos, prestando desinteressada colaboração ao Governo.

Conferência dos Estados Americanos

Merece também especial destaque a atuação da Delegação do Brasil à VI Conferência dos Estados Americanos Membros da O.I.T., realizada em Havana.

Na Comissão de Verificação de Poderes foi decisiva a interferência conciliadora do Brasil para o bom êxito dos trabalhos da Conferência. Obteve ainda a inclusão, na Ordem do Dia do próximo conclave, do problema da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas como assunto de interesse comum aos países americanos.

As resoluções aprovadas na Comissão de Produtividade, com participação de nossos representantes, já começaram a ter aplicação no Brasil.

Ratificação de Convenções

Pelo Decreto Legislativo n.º 24, de 29 de maio de 1956, foram ratificadas quatorze Convenções Internacionais, a saber: n.º 11 — direitos de Associação e de União dos Trabalhadores Agrícolas; n.º 12 — indenização por acidentes no trabalho, na agricultura; n.º 14 — concessão do repouso semanal nos estabelecimentos industriais; n.º 19 — igualdade de tratamento dos trabalhadores estrangeiros e nacionais, em matéria de indenização por acidente no trabalho; n.º 26 — instituição de métodos de fixação de salários mínimos; n.º 29 — trabalho forçado ou obrigatório; n.º 81 — inspeção do trabalho na indústria e comércio; n.º 88 — organização do serviço de emprêgo; n.º 89 — trabalho noturno das mulheres ocupadas na indústria; n.º 95 — proteção do salário; n.º 96 — escritórios remunerados de emprêgo; n.º 99 — métodos de fixação de salário-mínimo na agricultura; n.º 100 — igualdade de remuneração para a mão-de-obra masculina e a mão-de-obra feminina, por trabalho de igual valor; e n.º 101 — férias anuais remuneradas na agricultura.

Ascende a 29 o número de Convenções ratificadas pelo Brasil, dentre as aprovadas pelas Conferências Internacionais do Trabalho, desde 1919.

Estuda o Ministério do Trabalho a ratificação de outras convenções, de modo que, no mais breve prazo, possamos estar em dia com os compromissos internacionais assumidos.

CAPITULO III

PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

O sistema de previdência e assistência social carece de reforma básica. Embora várias tentativas tenham sido esboçadas, apenas modificações parciais foram introduzidas no corpo da organização que visa à segurança das classes trabalhadoras. Torna-se indispensável e urgente a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social, em cujo projeto se consubstanciam as medidas necessárias à ação do Governo. É de ressaltar que a Consolidação das Leis do Trabalho entrou em vigor em 1943 e, até hoje, não se conseguiu a Consolidação das Leis da Previdência Social, não obstante a evolução das atividades que se desenvolvem nesse campo.

Consoante já acentuei em outra parte deste documento, a mão-de-obra agrária do País, segundo os dados do último Recenseamento, alcançava o total de cerca de 11 milhões de pessoas. A essa massa de trabalhadores, ajunte-se a de seus dependentes não economicamente ativos, e ter-se-á o total de mais de 30 milhões e meio de pessoas, aproximadamente 59 % da população recenseada em 1950, inexplicavelmente excluídas do campo do seguro social brasileiro e da assistência já alcançada por outras classes trabalhadoras em condições de vida mais favoráveis.

Paralelamente aos estudos que estão aprimorando a Consolidação das Leis do Trabalho, o Governo vem desenvolvendo a sua política no sentido de integrar os trabalhadores do campo em um mecanismo de proteção legal adequado, de modo que neutralize a disparidade existente no tratamento da mão-de-obra urbana e rural. Com esse objetivo, a recente instalação do Serviço Social Rural representa mais uma etapa ultrapassada no roteiro do Governo, estando em prosseguimento sua estruturação em âmbito nacional. As prudentes medidas adotadas pelo Governo para conciliar os pontos de vista das classes obreiras e patronais da lavoura, representam, assim, uma garantia de isenção de ânimo, e de imparcialidade na solução do problema, sendo de esperar que a elaboração de um estatuto condigno para o trabalhador rural seja concluída com a necessária presteza, para oportuna apresentação ao Congresso.

A multiplicidade de órgãos gera problemas de difícil ajustamento, e a diversificação de benefícios, que se justifica em casos específicos, transforma-se em verdadeiras discriminações. O âmbito dos benefícios não guarda a desejada proporcionalidade — ora se expande, ora se retrai, à mercê de impulsos que reclamam um processo de disciplina. O Governo está cõscio dessas deficiências e procura corrigi-las, por eficaz ação planificadora e coordenadora.

Do conjunto das providências solicitadas ao Congresso, constam os seguintes itens: uniformização dos planos de benefícios, em bases de justiça social e de custeio adequado bem como a dos planos de custeio e de arrecadação; participação efetiva das classes interessadas na gestão administrativa e no contrõle fiscal e jurisdicional do sistema; liquidação do chamado «débito da União», proveniente do acúmulo da parte não coberta da «contribuição do Estado», inclusive no que concerne ao pagamento dos respectivos juros; estabelecimento de forma exeqüível para a manutenção da «contribuição do Estado» para a Previdência Social, pela sua limitação ao que fôr suscetível de cobertura pelas fontes de receita já existentes; liquidação dos débitos das emprêsas oficiais e autárquicas para com os Institutos e as Caixas; solução definitiva das formas de prestação da assistência médica, do seu custeio e da sua implantação; integração da Fundação da Casa Popular no sistema previdenciário, para centralizar e melhor executar a prestação da assistência habitacional; limitação efetiva das «despesas de administração» das instituições de previdência social, assegurando-se sua cobertura por meio da contribuição da União, de modo que as demais contribuições se destinem exclusivamente ao custeio dos benefícios; reforma e aparelhamento adequado do Departamento Nacional da Previdência Social e do Conselho Superior de Previdência Social, para melhor desempenho de suas funções.

O aumento dos níveis do salário-mínimo, acarretando automático reajuste dos valores dos benefícios em vigor, vem onerar o já sobrecarregado sistema previdenciário, sem lhe assegurar, do mesmo modo que em 1954, fonte de receita correspondente ao novo encargo.

A situação tornou-se difícil, agravada pela falta de parte substancial da contribuição da União equivalente a pelo menos dois

terços do total devido e do recolhimento dos juros respectivos, bem como pelo crescente aumento da dívida ativa, de entidades públicas e de empresas privadas. A elevação do teto da contribuição dos segurados, determinada pela Lei n.º 2 757, de 10 de abril de 1956, facultou em grande parte os recursos necessários à cobertura dos benefícios reajustados, normalizando-se, pelo menos durante algum tempo, as dificuldades apontadas.

Estrutura Administrativa

Instituiu o Governo, pelo Decreto n.º 39 206, de 22 de maio de 1956, uma Comissão Especial com o fim de estudar e propor as reformas que se impõem na estrutura administrativa da Previdência Social. A experiência de mais de 30 anos, notadamente em face da linha de evolução das entidades que a vêm administrando, demonstra ser imprescindível uma reforma de fundo na estrutura do sistema, para eliminação dos fatores que têm perturbado o seu bom funcionamento.

Mediante garantia de orientação uniforme, no tocante aos planos gerais e à própria execução, e de enquadramento na linha de administração centralizada, sobretudo no que respeita às atividades-meio, sem embargo da autonomia de gestão indispensável, procurou-se estruturar adequadamente o sistema previdenciário, quanto às atividades-fim, com a participação das classes interessadas.

A Comissão, orientada pelo Ministro do Trabalho e constituída de técnicos no setor previdenciário, de dirigentes das instituições e representantes das classes interessadas, elaborou anteprojeto, encaminhado ao Congresso, em que se harmonizam os triplices interesses do Estado, das instituições, dos segurados e empresas contribuintes, e se consubstanciam as normas administrativas do sistema.

Estabelece o projeto as bases da estrutura administrativa, com ampla participação das classes na gestão e na fiscalização, inclusive nas Delegacias Estaduais; reforma, no mesmo sentido, o atual Conselho Superior de Previdência Social e o Departamento Nacional da Previdência Social; estabelece bases exequíveis para a solução do débito da União, disciplina o recolhimento das contri-

buições e traça novos rumos para a «assistência médica» e a «assistência habitacional».

Elevação das Quotas de Contribuição

A Lei n.º 2 757, de 10 de abril de 1956, veio pôr fim à situação, altamente injusta, que reduzia a níveis muito baixos os benefícios dos Institutos de Aposentadoria e Pensões.

Mantido o teto máximo de contribuição (e conseqüentemente o de benefícios) em Cr\$ 2 000,00, últimamente nivelado aos salários-mínimos, quando superiores àquela quantia, era limitado o valor dos benefícios para elevado número de segurados.

A majoração dêsse teto para três vêzes o salário-mínimo de maior valor do País — vale dizer, Cr\$ 7 200,00 ao tempo da lei e, já agora, Cr\$ 11 400,00, — permitiu à grande maioria dos trabalhadores o gozo de benefícios na razão direta dos respectivos salários reais, à proporção que vão decorrendo trinta e seis meses de sua percepção inicial.

Em virtude do aumento da arrecadação, verificou-se um desfôgo — conquanto transitório — das condições financeiras dos Institutos, consideravelmente abaladas, sobretudo pela elevação do valor dos benefícios em 1954, resultante dos níveis de salário-mínimo então estabelecidos.

Acidentes do Trabalho

Por força da Lei n.º 2 873, de 18 de setembro de 1956, foi elevado para uma vez e meia o mais alto salário-mínimo, o valor máximo da diária de acidentes do trabalho, corrigindo-se a situação do empregado acidentado, cuja diária máxima era fixada em Cr\$ 40,00. Estabelecendo ainda em 20 % do total da indenização o valor do adicional nos casos da chamada «super-invalidez» (cegueira dupla, paralisia geral, etc.), a nova lei procurou amparar os trabalhadores mais atingidos por acidentes do trabalho.

Quota de Previdência

Estudado o assunto com a devida atenção, estabeleceu-se, pelo Decreto n.º 40 079, de 9 de outubro de 1956, o controle da arrecadação da «quota de previdência».

Cobrada diretamente do público pelas empresas, nas contas de luz, gás e telefone, nas passagens e nos fretes terrestres, marítimos e aéreos, em certas contas bancárias, no consumo de carburantes e nas capatazias — constitui a «Quota» a principal fonte de cobertura da contribuição da União para a Previdência Social, havendo produzido, em 1956, cerca de Cr\$ 1 800 000 000,00. A ação fiscalizadora por parte do Departamento Nacional da Previdência Social, com a colaboração dos Institutos e das Caixas de Aposentadoria e Pensões, far-se-á efetiva junto às empresas arrecadadoras, com o fim de impedir a evasão de rendas.

CAPÍTULO IV

ATIVIDADE DOS ÓRGÃOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Há anos vem o Governo focalizando, em suas Mensagens, os problemas mais prementes do sistema de Previdência Social. Já agora, com o encaminhamento, ao Legislativo, do anteprojeto de reforma da estrutura administrativa do sistema previdenciário — projeto que facilmente se fundiria no referente à Lei Orgânica da Previdência Social, em curso no Congresso —, poder-se-á dar solução conjunta àqueles problemas insistentemente assinalados. As atividades dos órgãos de previdência, adiante sumariadas, apresentarão, de futuro, sensíveis alterações, com as medidas a serem postas em prática com a colaboração do Poder Legislativo.

Atividade dos Órgãos de Previdência

O movimento das instituições de previdência social apresenta aspectos significativos, que refletem nitidamente a ação desenvolvida nesse terreno pelo Governo.

O Balanço Geral dos cinco Institutos e da Caixa de Aposentadoria e Pensões revela, em números redondos, que foram des-

pendidos, em 1956, Cr\$ 12 300 000 000,00 em *benefícios pecuniários* (aposentadorias, pensões, auxílio-doença, auxílio-maternidade e outros) e Cr\$ 4 300 000 000,00 em *benefícios assistenciais* (médico-hospitalar e alimentar), num total de Cr\$ 16 600 000 000,00.

As despesas de administração geral montaram a Cr\$ 3 300 000 000,00, dos quais Cr\$ 2 800 000 000,00 se referem a pessoal.

A receita proveniente das contribuições de segurados, empresas e União foi de Cr\$ 25 000 000 000,00, realizada em cerca de 60 %, tendo em vista o recolhimento apenas parcial das contribuições da União (cerca de 15 % do total devido) e das empresas, inclusive segurados (cerca de 65 % do total devido).

Verifica-se desses dados gerais que a Previdência Social, em 1956, devolveu, em benefícios pecuniários, cerca de *uma vez e meia* (150 %) a contribuição arrecadada aos segurados. Computadas as despesas com assistência alimentar e médico-hospitalar, temos essa proporção elevada para 180%; donde se conclui que 90% do total recebido das empresas e dos segurados foram devolvidos sob a forma de *benefícios*.

As despesas com *pessoal* de administração geral representaram, a seu turno, cerca da *têrça parte* (33 %) do valor das contribuições dos segurados. O total das despesas de administração (pessoal, material, etc.) correspondeu a cerca de 40 % daquele valor.

No total das despesas básicas, portanto, 80 % corresponderam a benefícios aos segurados, enquanto que 20 % às despesas de administração geral, das quais cerca de 18 % correspondem a pessoal.

O débito acumulado da União elevou-se a cerca de Cr\$ 30 000 000 000,00, enquanto o das empresas, por falta de recolhimento de suas próprias contribuições e das dos seus empregados, atingiu Cr\$ 11 500 000 000,00.

O Fundo de Garantia da Previdência Social, que deveria ser de cerca de Cr\$ 100 000 000 000,00, está, entretanto, apenas realizado em pouco mais de 50 % desse valor, em face do *deficit* resultante dos débitos acima indicados.

I.P.A.S.E.

Desenvolveram-se normalmente as atividades do I. P. A. S. E., sobretudo nos setores de assistência médico-hospitalar aos servidores públicos e de inversões de capital.

Concluíram-se a Maternidade e Policlínica «Sir Alexander Fleming», em Marechal Hermes, e o Pavilhão «Sara Kubitschek», do Sanatório Alcides Carneiro, com 100 leitos. No Hospital dos Servidores do Estado, foram iniciadas obras para instalação de mais 200 leitos, além de creche com capacidade para 40 crianças.

Planeja-se a extensão do programa de assistência aos casos de câncer, em diversas Unidades da Federação: Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia e Espírito Santo. Os serviços médicos de Pernambuco e Bahia serão dotados de aparelhagem radiológica.

O total das operações imobiliárias atingiu a cifra de Cr\$ 479 747 103,40, ampliando-se o plano de construção da casa própria. Foram concluídas as obras de 716 unidades residenciais no Distrito Federal, Rio Grande do Norte, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, assim como as do edifício-sede da Autarquia em Natal e Curitiba e, em construção, no Distrito Federal, 600 unidades residenciais no bairro de Jacarepaguá, onde foram pavimentados três quilômetros de logradouros.

O orçamento de inversões, para o exercício de 1957, totaliza 800 milhões de cruzeiros. Nêle está prevista a construção de 1 389 casas e apartamentos para funcionários públicos, nos Estados e Territórios Federais. No Distrito Federal, além das obras de melhoria do Hospital dos Servidores do Estado, cogita-se da construção de novo edifício destinado ao Ambulatório Central. Cuida-se do planejamento das construções residenciais na futura Capital do Brasil.

I.A.P.B.

Elevou-se, em 31 de dezembro de 1956, a 130 590 o número de segurados do I. A. P. B. Com benefícios, despenderam-se Cr\$ 73 855 437,90.

No tocante à assistência médica e hospitalar, apesar da escassa dotação orçamentária, do reajustamento dos convênios existentes com os hospitais, médicos e laboratórios, do vulto extraordinário das contas a saldar e do alto preço do material empregado, os serviços se mantiveram em ritmo normal, sendo diversos setores ampliados e totalmente saldadas as dívidas contabilizadas. Estudou-se a reestruturação do Departamento de Assistência Médica e Hospitalar do Instituto.

Ainda no setor de Assistência Médico-Hospitalar, estabeleceu o Instituto os necessários contactos com a Divisão de Organização Hospitalar do Ministério da Saúde, no sentido de programar a construção de unidades nesta Capital, destinadas a neuróticos e psicopatas e aos casos crônicos de cardiologia e ortopedia. Tal iniciativa será o passo inicial para a criação do Centro Médico do Instituto dos Bancários, no qual ficará localizado o Hospital de Cirurgia e Maternidade. O Serviço Social atuou na sede e nas Delegacias dos Estados, colaborando especificamente com o Serviço Médico e demais setores especializados.

Ascendeu à cifra de Cr\$ 515 874 762,30 o montante das aplicações de reservas registradas no exercício passado.

Das 36 obras em curso, nos diversos Estados, 8 ficaram concluídas no exercício, tendo o Instituto despendido Cr\$ 127 496 252,60. Foram contemplados com residências, mediante aluguéis acessíveis, 494 segurados, distribuídos pelas seguintes localidades: Niterói, Juiz de Fora, Passo Fundo, Pelotas, Rio Grande, Recife e São Paulo. Aham-se em construção 882 unidades residenciais e iniciadas cerca de 250, num total de 1 132.

Promoveu o Instituto, no tocante a financiamentos imobiliários para a aquisição, construção e ampliação de casas, abertura de inscrições em 60 cidades, registrando-se 1 092 pedidos de financiamentos, no total de Cr\$ 336 405 584,60. Foram autorizadas 919 propostas, com financiamento no montante de Cr\$ 269 691 682,20.

Atendeu o I.A.P.B., durante o exercício de 1956, a 375 pedidos de financiamentos, no total de Cr\$ 96 730 760,80, além de concluir 494 unidades residenciais em vários Estados, tendo-se elevado o limite das operações de 12 para 30 mil cruzeiros. Em

apenas seis meses de atividades, atenderam-se 16 569 segurados, sendo destinados para esse fim Cr\$ 252 973 686,50.

Iniciativa de ampla repercussão entre os segurados do Instituto tem sido a da concessão de financiamento para aquisição de sedes, destinadas às cooperativas de consumo dos bancários. No programa do corrente exercício, estão consignadas dotações, no total de Cr\$ 611 000 000,00, para investimentos imobiliários em favor dos segurados.

I.A.P.C.

Na expectativa da criação do Serviço de Assistência Médica da Previdência Social, o I.A.P.C. restringiu suas atividades no setor de assistência médica. Todavia, foi possível executar algumas medidas, como sejam: ampliação da assistência médica nos conjuntos residenciais; instalação de postos médicos nos conjuntos de Água Branca, Bangu e Campo Grande; relocação do Hospital dos Comerciários, no Distrito Federal, de 100 para 300 leitos; ampliação, mediante contrato, de mais 40 leitos para tuberculosos; instalação e inauguração do Ambulatório na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul.

Sob regime de convênio, vem o I.A.P.C. dando auxílio financeiro ao I.A.P.E.T.C. para a complementação do hospital daquele Instituto na cidade do Salvador. Serão inaugurados este ano os ambulatórios de Maceió, Pelotas, Campos, Ilhéus, Bauru, Joinville, Campo Grande, Teófilo Otoni, Campina Grande e Uruguaiana, afora os Hospitais de Niterói e São Luís do Maranhão.

Com os recursos resultantes do aumento de arrecadação, foram regularizados os pagamentos dos benefícios atrasados, em face dos reajustamentos determinados por lei. Em 1957, pretende o Instituto realizar vasto plano de obras, de aproximadamente Cr\$ 400 000 000,00, devendo ainda inverter igual quantia em financiamentos imobiliários e empréstimos simples. As obras planejadas, novas ou em prosseguimento, compreendem a construção de conjuntos residenciais no Território do Amapá, e nos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e no Distrito Federal.

No setor da habitação, o I.A.P.C., não obstante a sobrecarga de compromissos anteriormente assumidos e suas reduzidas possibilidades financeiras, procurou concluir tais operações, sendo lavradas, até dezembro último, escrituras no montante de Cr\$ 45 681 604,60. Ultimaram-se, em parte, as obras de construção de diversos conjuntos residenciais nos Estados. O Instituto cedeu à Fundação da Casa Popular, pelo valor histórico, um terreno em Belo Horizonte, onde poderão ser construídas 300 moradias.

I.A.P.I.

Está sendo promovida a descentralização do trabalho de distribuição e controle das cadernetas de contribuição, com a finalidade de evitar demora no respectivo processamento. Concomitantemente, procede-se à simplificação burocrática em outros setores, em bases racionais.

A descentralização da análise médico-pericial, sob fiscalização, está sendo adotada, objetivando reduzir o prazo que decorre entre a data da entrada do requerimento e a data da comunicação do associado, evitando-se, dessa maneira, os prejuízos que a demora na decisão acarreta ao interessado.

Quanto à arrecadação, registrou-se um aumento na receita de contribuições (segurados e empresas). Assim, de março a agosto de 1956, arrecadaram-se Cr\$ 3 078 545 260,30 contra Cr\$ 2 763 341 271,40 em igual período do ano anterior, havendo, portanto, um acréscimo de Cr\$ 315 203 988,90, ou sejam, mais 11,4 %.

Nos períodos em referência, os valores arrecadados para a Legião Brasileira de Assistência, SESI e SENAI totalizaram Cr\$ 706 417 462,00, contra Cr\$ 677 244 708,50 em 1955, representando um aumento de Cr\$ 29 172 735,50 ou, percentualmente, 4,3 %.

No empenho de ampliar a sua rede de assistência médico-cirúrgica-hospitalar, o I.A.P.I. está organizando novo concurso para médicos, nas diferentes especialidades. Além disso, estão sendo elaborados planos para a construção de nosocômios e ambulatórios no Distrito Federal e nos Estados. Aliás, o Instituto dará

início, brevemente, à construção de uma rede de hospitais em Belo Horizonte, isoladamente ou em condomínio com outras instituições de previdência, de acordo com entendimentos já estabelecidos.

Na Carteira de Acidentes do Trabalho, o número de segurados, de janeiro a junho de 1956, foi igual a 96 % do verificado em idêntico período de 1955. A receita de prêmios do mesmo período alcançou 112%, em relação à registrada em 1955, tendo havido, pois, sensível aumento de nível nos prêmios dos seguros contratados. No primeiro semestre de 1956, o valor da produção excedeu a Cr\$ 158 000 000,00, o que indica a possibilidade de se elevar a cerca de Cr\$ 320 000 000,00, o total da receita no exercício corrente. No citado período, a referida Carteira atendeu cerca de 50 500 acidentados, ou sejam, 12 % mais que no primeiro semestre de 1955, tendo sido abonadas a esses acidentes mais de 721 000 diárias, no total de Cr\$ 19 600 000,00. Ao mesmo tempo, foram processadas 1 681 indenizações por incapacidades parciais ou permanentes e por morte, e pagos 44 auxílios-funeral.

Na parte do financiamento imobiliário, em face dos poucos recursos disponíveis para esse fim, registrou-se um total de Cr\$ 13 427 473,30. Sobre os contratos anteriormente realizados, cujos imóveis se encontram em fase de construção, foram entregues, parcelas que totalizaram, no Plano «B», Cr\$ 10 349 540,10 e no Plano «D», Cr\$ 16 502 861,00.

No setor de engenharia, entregou-se totalmente concluído, no Distrito Federal, o prédio de apartamentos, à rua Marquês de Olinda, 98/100, com um total de 30 apartamentos; e ultimou-se a construção de 2 blocos mistos no Conjunto Residencial de Del-Castilho, com um total de 48 apartamentos e lojas, ora em locação. Outros serviços de adaptação foram também concluídos, em Postos de Assistência Médica na Capital da República. No Distrito Federal e nos Estados, 14 unidades imobiliárias estão sendo objeto de trabalho da Divisão de Engenharia do I. A. P. I.

Estima-se que, para o exercício de 1957, a despesa de benefícios em dinheiro atinja a cifra de 9 milhões de cruzeiros, sem incluir as quotas do Serviço de Assistência Médica, de Administração Geral e outras.

I.A.P.M.

Vem o I.A.P.M. procurando racionalizar o trabalho e corrigir, através de intenso esforço administrativo, as deficiências de rendimento observadas nos diferentes serviços.

Sensível melhoria foi alcançada quanto ao recolhimento de contribuições atrasadas. Processam-se estudos e acórdos para liquidação da parte devida. Incluem-se, neste caso, o Lóide Brasileiro e a Companhia Nacional de Navegação Costeira. Apreciável crescimento registrou-se na receita que, no segundo semestre de 1956, ultrapassou em Cr\$ 151 182 301,70 a quantia arrecadada no primeiro.

No setor de assistência médica, foi concluída a instalação de serviços essenciais no Hospital dos Marítimos, devendo o mesmo verificar-se nos Hospitais dos Marítimos de Niterói e Belém. Promoveu-se a instalação definitiva de novas unidades assistenciais nos diversos órgãos do I.A.P.M. do Distrito Federal, tendo sido aperfeiçoado o padrão de assistência prestada aos associados.

Graças à colaboração de instituições congêneres, o I.A.P.B. e a C.A.P.F.E.S.P., elevou-se a capacidade do Hospital Central dos Marítimos, de 216 para 264 leitos. Os ambulatórios passaram por sensíveis modificações, com o objetivo de melhor atender os segurados.

Na parte concernente à concessão de benefícios, acham-se bastante adiantados os trabalhos de revisão de aposentadoria e, bem assim, dos proventos dos inativos. Logo que foram elevados os níveis do salário-mínimo, iniciou-se a revisão dos benefícios concedidos, devendo verificar-se o pagamento de atrasados no início de 1957.

No setor dos financiamentos imobiliários, houve retração de atividade, em face da situação financeira do Instituto. Todavia, foi possível empregar a importância de Cr\$ 8 849 000,00, atendendo-se 34 segurados que há vários anos esperavam decisão sobre seus pedidos de financiamento.

I.A.P.E.T.C.

Sem embargo das dificuldades que teve de enfrentar em especial no que diz respeito à redução sensível de sua receita geral e aos casos de «salário-base», conseguiu o Instituto melhorar sua arrecadação em mais de Cr\$ 340 000 000,00, comparativamente com o exercício anterior. Esse acréscimo permitiu-lhe atender aos compromissos relativos à elevação do valor dos benefícios, decorrentes da aplicação do novo salário-mínimo, que apresentaram um acréscimo de 45% sobre as verbas vigentes.

As despesas com os benefícios básicos (aposentadorias, pensões, auxílios, etc.) montaram a cerca de Cr\$ 1 300 000,00.

A Carteira de Acidentes do Trabalho superou sua previsão orçamentária arrecadando prêmios no valor de Cr\$ 279 000 000,00. Estão sob o amparo desse setor oitenta e cinco mil segurados, figurando os estivadores com 36 %, seguidos dos motoristas e dos trabalhadores em minérios.

No campo da assistência médica, foi concluída a organização do Hospital de São Paulo, instalado no começo do ano. Houve de modo geral considerável acréscimo nos serviços em todo o País, atingindo quase três milhões e meio os atendimentos na clínica médica, e mais de oito milhões na odontológica. Cerca de dezoito mil laudos periciais foram emitidos e trinta mil internações hospitalares autorizadas.

Quanto às aplicações de reservas, as dificuldades de ordem financeira não permitiram novas iniciativas. Contudo, já em princípios do corrente ano, pôde-se concluir um grande conjunto residencial na rua das Laranjeiras, no Distrito Federal.

Atividades dos Órgãos de Assistência

No plano de Assistência Social merecem especial referência as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social e pela Fundação da Casa Popular.

S.A.P.S.

No decorrer do ano findo, foi de grande proveito o trabalho realizado pelo S.A.P.S. A atividade social compreendeu, além dos inúmeros serviços no campo da pesquisa científica, assistência técnica e educação alimentar, o abastecimento de gêneros alimentícios, no montante de cerca de 200 milhões de cruzeiros, e o fornecimento de refeições, no de, aproximadamente, 40 milhões de cruzeiros.

Foram tomadas providências para a redução dos preços e a melhoria dos gêneros alimentícios, através de racional sistema de compra. Retornou-se, com vigor, ao regime de concorrência e suprimiram-se cerca de um milhão e quinhentas mil refeições anuais, que estavam desviadas de sua específica destinação: os trabalhadores. Cuidou-se, ao mesmo tempo, da compressão de despesas, inclusive no setor de admissões de pessoal.

Procedeu-se à criação e instalação das Agências de Santa Maria, do Supermercado da Vila dos Industriários, do Auto-Serviço de Canoas, no Rio Grande do Sul, da Agência de Joinville, em Santa Catarina, da Agência de Campo Grande, em Mato Grosso e à elevação, à categoria de Delegacias Regionais, das Agências da Bahia, Rio Grande do Norte, Goiás e Maranhão. Transformaram-se as precárias barracas em postos, e 307 postos de subsistência instalaram-se em diversas localidades, segundo a necessidade das respectivas populações.

Vale destacar, por outro lado, a criação da Agência em Brasília, compreendendo um armazém distribuidor, uma granja de produção e um restaurante popular.

Está projetada, para 1957, a instalação de cerca de 147 postos de subsistência, 16 auto-serviços, 11 armazéns distribuidores, 9 restaurantes populares; 9 agências e duas granjas de produção.

Estão em funcionamento 280 postos de subsistência, devendo ser instalados outros 147, além de 10 armazéns distribuidores.

Acha-se em fase de conclusão o levantamento das zonas produtoras do País, para localização de grandes armazéns de estocagem de gêneros. Estuda-se o regime de safras e as vias de comunicações adequadas ao escoamento das mercadorias dos centros de produção para os armazéns do S.A.P.S. Pretende-se apli-

car, o mais breve possível, o sistema de aquisição direta nas fontes de produção.

Foram distribuídos, em 1956, gêneros alimentícios no valor de Cr\$ 354 635 437,20. Concederam-se, ainda, bôlsas para os diversos cursos em realização nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, São Paulo, Pará e Pernambuco.

Vasta campanha educacional será empreendida em 1957 pelo S.A.P.S., que promoverá, ainda, a instalação do Museu de Alimentação e lançará inquéritos nutricionais, a par de estudos e pesquisas sobre alimentos existentes em regiões subdesenvolvidas e de população subnutrida.

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR

A Fundação da Casa Popular entregou, dentro do prazo estabelecido (180 dias), um total de 2 068 habitações, que abrigarão, aproximadamente, 15 000 pessoas.

Iniciou-se a construção de novos núcleos residenciais nas seguintes Unidades da Federação: Distrito Federal, 320 apartamentos; Minas Gerais, 115 unidades em Barbacena, 82 em Diamantina e 55 em São João-del-Rei; São Paulo, 88 unidades; Bahia, 3 núcleos residenciais rurais em Una, Andaraí e Ituberá; Rio Grande do Norte, núcleos residenciais em Portalegre, Martins e Pau dos Ferros; Espírito Santo, 50 unidades em Cachoeiro do Itapemirim.

Cuidou-se do reaparelhamento dos serviços, visando ao aperfeiçoamento da técnica moderna da construção popular, em consonância com o poder aquisitivo do trabalhador brasileiro, ou seja, a um preço nunca além de 30% do salário-mínimo. Dentro dessas bases, foi iniciado, com resultados satisfatórios, um programa de construção de casas experimentais.

Para 1957, pretende a Fundação edificar blocos de apartamentos (tipo de 4 pavimentos) ou casas isoladas, nas proximidades dos locais de trabalho, o que se fará nos grandes centros urbanos, tais como Rio, São Paulo, Recife, Porto Alegre, Belo Horizonte e Curitiba. A entidade acha-se habilitada a iniciar imediatamente

a construção de casas nas zonas rurais, já tendo sido planejados os respectivos tipos de residências.

Prevê-se, no corrente exercício, a construção de 7 mil unidades residenciais, em todo o território nacional, destinadas a abrigar 56 mil pessoas. Na execução desse programa, a Fundação entregará, diariamente, moradas próprias a 150 pessoas, em média. Será ampla a distribuição geográfica dessas habitações, na ordem da importância agro-industrial e da necessidade habitacional de cada Unidade da Federação, consoante os estudos sócio-econômicos já existentes.

No plano da reforma da estrutura administrativa da Previdência Social, está reservado importante papel à Fundação, que, transformada em Instituto da Casa Popular, passará a ter a seu cargo todo o programa de assistência habitacional do setor previdenciário.

SERVIÇO SOCIAL RURAL

Objetivando elevar o padrão de vida do homem do campo, o Governo deu início às atividades do Serviço Social Rural, designando seus representantes no respectivo Conselho Nacional.

Tratando-se de instituição que deverá assumir amplitude nacional, seus trabalhos de instalação, elaboração de planos e implantação de serviços se vêm processando gradativamente, sob rigorosa assistência técnica.

Instalado em maio de 1956, o Serviço Social Rural, por intermédio do Conselho Nacional, elaborou e aprovou seu regimento interno, fixou as diretrizes gerais de funcionamento dos órgãos regionais e locais, e concluiu a estruturação do órgão central. Ampliando suas atividades, paulatinamente, a várias regiões do País, procedeu à eleição dos presidentes dos Conselhos Regionais dos Estados do Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Estado do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás e do Distrito Federal, estando programada a instalação progressiva de Juntas Municipais, como peças fundamentais da estrutura dos serviços.

Planeja-se para o corrente exercício a lavratura de convênios com instituições privadas de caráter regional, dedicadas à prestação

de serviços às populações rurais, com o propósito de aproveitar a experiência adquirida pelas mesmas, e de imprimir maior eficiência aos seus trabalhos.

Criado pela Lei n.º 2 613, de 27 de outubro de 1955, o Serviço Social Rural deve possuir organização flexível, havendo mesmo a experiência demonstrado a necessidade de introduzir alteração no corpo da referida Lei, para garantir a eficácia dos serviços confiados àquela autarquia. O Governo está coligindo sugestões dos técnicos e dos órgãos interessados, inclusive da Confederação Rural Brasileira, com o objetivo de, oportunamente, solicitar ao Congresso a modificação daquela Lei.

OUTRAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Além das atividades do S.A.P.S. e da F.C.P., o Governo tem projetado a sua ação, no plano da assistência social, através de vários outros órgãos, serviços, instituições, entidades e empresas, os quais, paralelamente às suas finalidades específicas, se dedicam à melhoria das condições de vida de determinados grupos de trabalhadores especializados.

Situa-se, nesse caso, a Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional, cujos programas de produção dependem consideravelmente da assistência social aos que labutam nas minas.

Nesse sentido concedeu o Governo a dotação de Cr\$ 4 000 000,00 à instituição «Paraiso da Criança», no Município de Urussunga, para construção de um edifício onde, já em julho de 1957, trezentas crianças receberão assistência. No Município de Lauro Müller, serão aplicados Cr\$ 4 000 000,00 na construção de um hospital que atenderá aos mineiros e seus familiares, ainda no primeiro semestre de 1958. Em Criciúma, uma das maiores concentrações mineiras da região, foram reservados Cr\$ 1 200 000,00 para edificação de uma oficina eletromecânica, destinada à formação de mão-de-obra qualificada. Nessa mesma localidade, o Hospital São José terá sua capacidade duplicada, com os recursos de Cr\$ 3 500 000,00.

Ao lado desses empreendimentos de natureza específica, está o Governo vivamente interessado na melhoria geral das condições

de trabalho do mineiro e, com esta finalidade, vem procedendo ao levantamento das condições gerais da higiene e segurança das minas de carvão.

Abono-Família

Foram concedidos, no ano de 1956, 11 816 abonos, ou seja, uma média mensal de 985. Até 31 de dezembro, atingia 263 684 o número de abonos concedidos, no montante de Cr\$ 156 712 040,00.

O Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho estuda, no momento, a reforma da legislação vigente, procurando não só fixar novo conceito de «família numerosa», como possibilitar o aumento dos valores atuais do abono-família.

Imposto e Orientação Sindical

Responsável pela aplicação do Fundo Sindical, prevista na Consolidação das Leis do Trabalho e cuja finalidade é suprir, junto aos trabalhadores, a assistência social que os sindicatos não lhes puderem facultar, a Comissão do Imposto Sindical teve regulamentadas suas atividades e organizado o seu Quadro de Pessoal e seu Orçamento, nos moldes adotados para o Serviço Público Federal.

A Comissão do Imposto Sindical teve à sua disposição, no exercício de 1956, para atender a todos os encargos que lhe foram atribuídos, a quantia aproximada de Cr\$ 95 000 000,00.

De acordo com o disposto no art. 589 da Consolidação das Leis do Trabalho, os recursos obedecem à seguinte distribuição: 60% aos Sindicatos; 15% às Federações; 5% às Confederações; 6% à Comissão Técnica de Orientação Sindical. Para suas próprias atividades, a Comissão dispõe de 14% da receita do Imposto Sindical.

Nunca é demais ressaltar que a Comissão distribui benefícios aos empregados não sindicalizados, por lei obrigados a contribuir, com um dia de salário por ano, para o Fundo Social Sindical. Se considerarmos que apenas 7% dos trabalhadores são sindicados,

lizados, tem a C.I.S. o encargo de atender, com apenas 14% da arrecadação total, 93 % da massa trabalhadora, fora da organização sindical do País.

Dentro de suas possibilidades econômicas e financeiras, vem a C.I.S. cumprindo seu programa assistencial, atendendo, através dos seus órgãos especializados, a todos que a ela recorrem, na órbita em que não atuam outros serviços da Previdência Social.

Os projetos em andamento no Congresso definem a posição da Comissão e fixam o campo de suas atividades.

A ação assistencial direta da Comissão processa-se atualmente por intermédio dos Serviços de Recreação Operária, da Assistência Educacional e do Serviço Médico, Odontológico e de Colocação de Trabalhadores.

Realizou a Comissão Técnica de Orientação Sindical, em 1956, 22 cursos práticos de legislação do trabalho, em sedes de entidades sindicais. Para 1957, está prevista a instalação de, no mínimo, 63 cursos, na Capital da República e nos Estados. Ministrados por uma equipe de professores e freqüentados até por pessoas estranhas à atividade sindical, os Cursos visam a preparar dirigentes sindicais, chefes de pessoal de empresas e funcionários do setor do Trabalho, para o melhor cumprimento de suas atribuições.

O Serviço de Divulgação da C.T.O.S. promoveu a distribuição de publicações sobre assuntos sindicais às entidades trabalhistas e manteve a cobertura, em jornais e radioemissoras, de noticiário de interesse para os trabalhadores e seus sindicatos, objetivando o esclarecimento das classes obreiras, quanto aos seus direitos e deveres, e o incremento da sindicalização.

Encontra-se em preparo, para ampla difusão, o *Dicionário do Trabalhador*, trabalho que apresenta e define expressões jurídicas correlatas à legislação trabalhista. No decorrer de 1956, distribuíram-se 20 890 exemplares de publicações diversas.

Coordenação dos Órgãos Assistenciais

Matéria que reclama a melhor atenção do Governo é a relacionada com a coordenação dos órgãos de assistência social aos trabalhadores, não só para evitar o paralelismo de suas atividades,

como para orientá-los dentro de um planejamento geral que torne mais efetivos os resultados alcançados.

O SESI e o SESC, bem assim a L.B.A., incluem-se entre esses órgãos. Sendo embora, como lhes vem sendo reconhecido, organizações de direito privado, suas atividades interessam particularmente ao Governo, estando em pauta o seu enquadramento nas diretrizes normativas pelas quais se rege a Previdência Social.

PARTE QUINTA
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPITULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Problemas da Cultura Brasileira

Os problemas culturais que defrontamos decorrem, essencialmente, de desigualdades no ritmo de desenvolvimento nas várias regiões do País e em suas diferentes esferas de atividade produtiva. Daí, coexistirem, em nosso vasto território, modos de fazer, de sentir e de pensar, distanciados de séculos, entre si.

Basta um ligeiro exame nos mapas do Brasil, para que ressalte o enorme contraste entre as grandes concentrações de população e de recursos, nalguns núcleos da orla atlântica, e os grandes vazios demográficos interiores. A contemporaneidade de centros urbanos dos mais progressistas do mundo, com áreas dominadas por estilos de vida retrógrados, servidas pelo equipamento mais primitivo, constitui um dos traços característicos do nosso País.

Reflexos desses contrastes no plano cultural evidenciam-se, por um lado, na pequena participação do povo no progresso tecnológico; por outro, na falta de uniformidade e de integração no desenvolvimento das diferentes esferas de atividade.

Até recentemente, prevalecia completa desvinculação entre o nosso sistema de ensino, voltado em todos os graus para a formação acadêmica, e os problemas práticos que o povo brasileiro tem de enfrentar. As escolas formavam uma elite que nem sempre considerava como tarefa sua o aprimoramento das técnicas de exploração dos recursos naturais.

Só nos últimos anos e nas zonas mais desenvolvidas se observa uma tendência para se integrarem as elites nas atividades

da produção, e começarem os progressos científicos em tôdas as suas formas a alcançar camadas mais amplas, sobretudo urbanas.

Superar êsses contrastes de desenvolvimento e erradicar seus reflexos na cultura constituem alto encargo de nossa geração. Vemos no progresso industrial poderosa determinante da renovação a que aspiramos; mas esta só logrará realizar-se, à medida que se assegurem ao povo brasileiro os instrumentos capazes de fazê-lo ingressar na nova etapa de desenvolvimento histórico em que nos vamos integrando.

A Pesquisa como Base de Ação

Na era tecnológica em que ingressa a sociedade brasileira, o progresso se avalia em têrmos de evolução científica e da rápida utilização dos resultados obtidos.

Dêsse modo, as etapas concretas do desenvolvimento, definidas pelo Governo como alvos imediatos que atingir, são, em boa parte, tarefa de nossos cientistas e tecnologistas. Sômente através dos esforços dêsses investigadores, poderão ser devidamente formuladas as metas por alcançar. Em razão disso, vem o Governo estimulando a ação dos órgãos a que incumbe proceder a investigações científicas, sobretudo o Conselho Nacional de Pesquisas e as instituições de formação e aperfeiçoamento de pessoal qualificado para esta ordem de trabalhos. Os anseios por mais alto nível de vida, por maior produtividade do trabalho, por mais amplas oportunidades de educação, por maior riqueza e segurança nacional só se concretizarão na medida em que os nossos cientistas se interessarem mais vivamente pelos problemas da produção e atenderem aos apelos que lhes vêm de todos os setores.

A agricultura e a indústria necessitam vitalmente da pesquisa para desenvolver-se. Na etapa em que nos encontramos, já não nos é permitido adquirir máquinas e matérias-primas no Exterior para apenas processá-las, dentro de nossas fronteiras, segundo esquemas importados. As máquinas terão de ser fabricadas aqui mesmo, sob a orientação de tecnologistas nacionais; nossas matérias-primas deverão ser especificamente estudadas e cumprir desco-

brir e aperfeiçoar processos apropriados para tratá-las, como já o fizemos em relação ao coque ou à fabricação do cimento.

Assim também, devem as ciências sociais dedicar-se a investigações da estrutura e da dinâmica da sociedade brasileira, que proporcionem base sólida aos planos de desenvolvimento econômico e social do País.

Em cada setor de atividades e em cada campo de especialização, vem o Governo oferecendo mais amplas oportunidades de pesquisas e de aperfeiçoamento de pessoal, na expectativa de que o trabalho científico alcance, prontamente, o nível e a orientação social convenientes.

É de esperar-se que, com o desenvolvimento das forças produtoras do País que mais diretamente se beneficiam com as descobertas científicas e tecnológicas, venham elas a concorrer, de maneira apreciável, para o financiamento das operações de pesquisas.

Nas escolas de nível superior, reúnem-se as melhores condições para, ao mesmo tempo, preparar o pessoal científico de alto padrão e realizar pesquisas livres. As pesquisas dirigidas são mais da alçada de institutos de pesquisas, organismos que devem ser criados, junto a todas as escolas que os comportem, para servir de elo entre os professores e as atividades produtoras da região onde a escola exerça a sua influência. Tal interação é indispensável para que o ensino esteja sempre atualizado, e, simultaneamente, possam as atividades produtoras receber, no devido tempo, a assistência técnica necessária a um alto nível de produtividade.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS

Dentre os programas de pesquisas que se devem organizar, destacam-se, por sua importância, em relação ao progresso do Brasil e à segurança nacional, aqueles que dizem respeito à energia atômica.

Um programa para imediata utilização desta nova modalidade de suprimento energético, formulado pela Comissão Na-

cional de Energia Nuclear, deu lugar a uma ampla atividade de pesquisas de prospecção das nossas reservas de minerais radioativos e de estudos para a exploração industrial e aproveitamento prático dos mesmos. Paralelamente, foi elaborado um projeto de aperfeiçoamento do pessoal técnico-científico. A execução prática de ambos ficou a cargo do Conselho Nacional de Pesquisas.

Formação de Técnicos para Energia Nuclear

No campo da energia nuclear, mais do que em qualquer outro, os problemas de qualificação profissional requerem especial atenção, em vista do caráter altamente especializado dessa atividade.

Já de algum tempo, vêm sendo realizados, com caráter introdutório, cursos relativos à tecnologia nuclear que, ascendendo progressivamente de nível, permitirão criar verdadeiros cursos de formação sistemática de engenheiros nucleares e demais técnicos da mesma categoria.

Entidades universitárias, amparadas para tanto pelo Conselho Nacional de Pesquisas, planejaram, para o ano corrente, intensas atividades de ensino que permitirão acompanhar a marcha das realizações nesse campo.

Amparo e Estímulo às Pesquisas e Atividades Científicas e Tecnológicas

Nesse setor, a ação do Conselho Nacional de Pesquisas se exerce mediante a concessão de bôlsas e de auxílios. As bôlsas destinam-se à seleção de vocações para a pesquisa, ao aperfeiçoamento técnico-científico e à execução de projetos de investigação. Em 1956, foram concedidas 403 bôlsas, assim distribuídas pelos vários setores da Divisão Técnico-Científica do Conselho Nacional de Pesquisas: matemáticas (48), físicas (44), químicas (86), geológicas (36), biológicas (133), agrônômicas (52), tecnológicas (4).

A especialização de pessoal no estrangeiro também foi subvencionada pelo Conselho Nacional de Pesquisas que, para esse fim, custeou 92 bôlsas nos Estados Unidos da América, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e outros países, com a seguinte distribuição pelos seus setores: matemáticas (5), físicas (19), químicas

(13), geológicas (1), biológicas (24), agronômicas (10), tecnológicas (20).

Além das bolsas concedidas, o mesmo órgão procurou eliminar obstáculos que tolhem as atividades dos pesquisadores e instituições científicas públicas e privadas, dedicadas a pesquisas, amparando-os com auxílios adequados e possibilitando a aquisição de aparelhagem técnico-científica, a instalação ou montagem de equipamentos, a realização de serviços, excursões de estudo, trabalhos de campo, etc. O número de auxílios prestados em 1956 elevou-se a 214, beneficiando 92 instituições e 29 pesquisadores isolados. As instituições que receberam auxílios distribuem-se por 14 Unidades da Federação. Outros auxílios foram concedidos para a vinda, ao Brasil, de 18 eminentes cientistas estrangeiros, a fim de ministrarem cursos e realizarem conferências e trabalhos de pesquisa. O Conselho Nacional de Pesquisas patrocinou, outrossim, a realização de cursos e seminários e concorreu para a ida de 19 representantes brasileiros a vários congressos, simpósios e reuniões científicas realizadas no exterior. Como fruto dessas atividades, foram publicados cerca de 150 trabalhos originais, por pesquisadores assistidos pelo Conselho Nacional de Pesquisas, aos quais serão acrescentados muitos outros em fase de conclusão.

Perspectivas para 1957

A experiência dos anos anteriores recomenda sejam introduzidas algumas alterações na forma por que se presta assistência à pesquisa científica e tecnológica entre nós. Assim, doravante, não se limitará o Conselho a atender às solicitações dos pesquisadores, mas organizará programas próprios, tendo em vista atender aos setores em que se observem maiores deficiências.

Prevê-se, para 1957, a realização de projetos relacionados com a assistência técnico-científica à utilização das riquezas do País e ao fomento das atividades produtoras. Com este propósito foram realizados encontros de técnicos e cientistas, nos setores de Pesquisas Físicas e de Pesquisas Tecnológicas, a fim de que pudessem discutir problemas comuns e elaborar um plano de distribuição mais racional de recursos e melhor articulação de esforços. Outras reuniões haverá em 1957, congregando Matemáticos,

Geólogos, Agrônômos, Químicos e Biologistas. Promover-se-á, este ano, cooperação mais estreita entre o Conselho Nacional de Pesquisas e a Indústria, a fim de avaliar as dificuldades técnicas com que luta esta e investigar a forma hábil de vencê-las. Exigirá especial atenção o problema de formação do pessoal técnico-científico especializado. Procura, ainda, o Conselho Nacional de Pesquisas melhor definir os critérios de ação, com respeito à pesquisa livre e à aplicada.

Quanto à *pesquisa livre*, o problema consistirá em, de um lado, selecionar os cientistas capazes de realizá-la e, de outro lado, reunir em torno deles pessoal competente, bem como recursos que facilitem a sua ação. Quanto à *pesquisa dirigida*, cuida-se, preliminarmente, de definir os problemas mais importantes para a agricultura, a indústria, a administração, a economia e a defesa nacional. Em seguida, estabelecer-se-á uma ordem de prioridade para o estudo dos projetos e, então, reunir-se-á o pessoal capacitado para executá-los, assegurando-lhe os meios necessários para o êxito do empreendimento.

PESQUISAS AGRONÔMICAS E ZOOTECNICAS

Pesquisas Agronômicas

Através de seus nove institutos e de uma rede de estações e subestações experimentais, que hoje cobre quase todo o País, vem o Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas do Ministério da Agricultura realizando investigações sobre as diversas culturas de importância econômica.

Em relação ao café, as pesquisas se têm concentrado em meios de combate ao nomadismo da cultura, restauração do plantio nas chamadas «zonas velhas», práticas de preparo e beneficiamento do produto. As investigações sobre «milho híbrido» demonstraram que é possível um aumento de produtividade superior a 30%, logo que seja atingida a produção de 100 000 toneladas de sementes, prevista para 1957. O trigo, o arroz, a cana-de-açúcar e o cacau também foram objeto de estudos, visando à ampliação de áreas adequadas, seleção e adaptação de estirpes, desenvolvimento de

variedades e linhagens novas, correção dos métodos de cultivo e introdução de técnicas racionais de beneficiamento.

A cultura da seringueira, que tem merecido atenção especial, vem experimentando grande incremento na Amazônia, no sul da Bahia e no litoral de São Paulo, e a da juta, estabelecida firmemente no vale amazônico, já assegura uma produção de fibras que supre as necessidades da indústria nacional.

O desenvolvimento da cultura do dendê, que, além de trazer reforço ao contingente de gorduras na dieta nacional, tem larga aplicação na manufatura de produtos siderúrgicos, deu origem a uma série de pesquisas agronômicas sobre espécies utilizadas no País e outras que aqui devem ser introduzidas.

Também sobre as culturas do algodão e do fumo, a vitivinicultura e a fruticultura vêm sendo realizados estudos e trabalhos experimentais, que deverão resultar, no corrente ano, em aumento de produção e estabelecimento de áreas e técnicas mais adequadas ao plantio e beneficiamento.

Outro problema de grande importância é a cultura de feijões, especialmente a do soja, que, nos próximos anos, deverá contribuir de maneira apreciável para a dieta nacional. Estendem-se as pesquisas aos tubérculos e raízes tradicionalmente cultivados, com o objetivo de desenvolver estirpes capazes de assegurar estabilidade e rentabilidade dos cultivos.

A prioridade dos trabalhos experimentais que atendem a interesses econômicos imediatos não impediu a realização de pesquisas de caráter mais amplo. Está projetado o levantamento agrológico de todo o território nacional, seguido da elaboração da carta de solos, que terá importância decisiva para o planejamento racional das atividades pastoris e da produção vegetal. Foi concluída, em 1956, a Carta de Solos do Estado de São Paulo e prosseguiram os levantamentos de Pernambuco e do Rio Grande do Sul, além de estudos pedológicos na Amazônia, como parte do programa de valorização regional.

Pesquisas Zootécnicas

As pesquisas sobre assuntos referentes à produção animal são superintendidas, em todo o País, pelo Instituto de Zootecnia,

do Ministério da Agricultura. Aí se procedeu a estudos sobre bovinocultura, suinocultura, eqüideocultura, caprinocultura, ovino-cultura, avicultura, cunicultura, sericicultura, apicultura, agrostiologia, genética e melhoramento, nutrição e reprodução animal.

Com o objetivo de estender suas atividades a tôdas as regiões do País, sem maiores delongas que pudessem resultar da exigüidade de seu quadro de pessoal técnico, foram realizados acôrdos com o Estado do Rio Grande do Sul, pelos quais pesquisas zootécnicas e agrostiológicas venham a ser desenvolvidas, em obediência a um plano intensivo de trabalho, elaborado pelos técnicos do I.Z. e da Secretaria de Agricultura daquele Estado. Assim, a Fazenda Experimental de Criação de Bagé passou a figurar como estação central de pesquisas zootécnicas e agrostiológicas do Rio Grande do Sul. Dêstes trabalhos, participaram técnicos dos mais credenciados, inclusive representantes da FAO, do Ponto IV, do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas e do Instituto Nelson Rockefeller. Em vista do êxito desta iniciativa, o Govêrno do Estado de São Paulo pleiteou junto ao Ministério da Agricultura fôsse com êle firmado convênio idêntico, que, efetivado em 1956, deu ao Instituto de Zootecnia a oportunidade de exercer as suas atividades naquele Estado. Também com os Estados de Minas Gerais e Pernambuco estão em andamento providências para elaboração de convênios semelhantes.

A seleção do zebu nacional com aptidão leiteira, que deverá abrir novas perspectivas para a indústria pastoril em nosso País, apresentou resultados práticos satisfatórios, pois foi possível alcançar experimentalmente uma produção que equivale ou supera a de plantéis constituídos por animais de origem européia. Dêsse modo se confirmou a existência em nosso País de zebuínos possuidores de alta aptidão leiteira, sendo de esperar-se que aquêles úrgão possa, dentro em breve, fornecer reprodutores dessa raça, com capacidade incontestável para o melhoramento do nosso rebanho leiteiro. Constitui, também, preocupação do Instituto de Zootecnia a formação de uma raça leiteira adaptada à zona tropical. Êste trabalho teve início em 1947, com a aquisição de vacas mestiças comuns, para formar o plantel destinado a ser cruzado com

touros das raças Guernsey, Holandesa e Zebu-Leiteiro. A produção registrada pelo plantel, hoje constituído de 268 cabeças, revela o acerto no cruzamento que se está processando. As atividades do Governo neste campo incluíram, ainda, o estudo e seleção de plantéis, das raças Holandesa, Jersey, Guernsey e Vermelha da Dinamarca, destinados a verificar o comportamento dessas raças no meio brasileiro e a avaliar a contribuição econômica que por acaso possam oferecer. Tiveram prosseguimento os programas de estudos das raças européias especializadas para corte e de cruzamento destas com o Zebu, bem como a seleção das raças zebuínas para corte.

A Agrostiologia, em vista do marcante interesse que desperta a melhoria das pastagens, condição básica para o desenvolvimento de qualquer empreendimento criatório, alcançou posição proeminente dentre as atividades do Instituto de Zootecnia.

A aplicação do método de inseminação artificial, assim como o combate às doenças da reprodução, vem sendo incentivada em todo o País através do Serviço de Fisiopatologia da Reprodução e Inseminação Artificial. Até agora o número de animais inseminados atingiu 1 143 190, com cerca de 700 000 produtos nascidos. O emprêgo da inseminação artificial nos rebanhos ovinos do Rio Grande do Sul, onde são anualmente inseminadas cerca de 200 000 ovelhas, elevou a um alto padrão técnico e econômico a economia lanígera daquele Estado. A elevação da qualidade da lã e o aumento da produção *per capita*, alcançados mediante o emprêgo da inseminação artificial, têm tido influência sensível no mercado dessa matéria-prima.

Para 1957, está programado maior desenvolvimento nestes trabalhos e ainda a instalação de uma Estação Experimental de Zootecnia na Ilha de Marajó, com os esforços congregados do Instituto de Zootecnia, da S.P.V.E.A. e da Missão FAO na Amazônia.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

Ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos competem, principalmente, os estudos e pesquisas sobre o sistema educacional.

com o objetivo de avaliar seu rendimento e torná-lo mais adequado às condições e exigências do momento nacional.

Além disso, com a função de administrar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário, vem o I.N.E.P. elaborando e executando diversos planos, relativos à construção de prédios escolares, formação e aperfeiçoamento do magistério primário.

No decurso de 1956, o I.N.E.P. dedicou-se, especialmente, a trabalhos de avaliação do esforço educacional brasileiro, a fim de ajustar o sistema de ensino às conveniências da nossa realidade social. Com esse objetivo, vem procedendo à análise das condições sociais que atuam na contextura educacional brasileira; ao exame sistemático de aspectos especiais do ensino; e à elaboração de livros-fontes ou de textos, com o que inicia uma literatura didática mais rica e funcional.

Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

Processou-se, em 1956, a estruturação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, órgão técnico do I.N.E.P., e de seus Centros Regionais, sediados nas capitais dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. A função precípua de tais Centros é a realização de levantamentos, pesquisas e estudos, quer sociais e culturais, quer educacionais, a fim de fornecer ao I.N.E.P. os elementos básicos para as tarefas de planejamento, orientação e aperfeiçoamento gradativo do sistema escolar brasileiro. Para isso, os Centros têm conseguido atrair, em trabalho de equipe, pesquisadores sociais, educadores e professores de nossos estabelecimentos de ensino, que procuram equacionar os problemas brasileiros de educação, tendo em vista as necessidades e as possibilidades do País, nas suas diferentes regiões.

O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais incorporou a Campanha de Inquéritos e Levantamento do Ensino Médio e Elementar (C.I.L.E.M.E.) e a Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino (C.A.L.D.E.M.E.), cujos objetivos parciais foram, assim, integrados num sistema mais amplo e comple-

to, de estudos e pesquisas. O Centro não só continuou a executar os programas daquelas Campanhas, mas os ampliou, consideravelmente, articulando-os num projeto de estudos sociais e antropológicos, relacionados com os problemas educacionais do Brasil.

Educação e Desenvolvimento

Assinalei, em minha primeira Mensagem, que o crescente desenvolvimento da estrutura econômica do País, criando novas condições sociais, impunha a adoção de outros processos educativos e a remodelação dos atualmente em vigor. Eis o principal objetivo que se impõe à educação nacional.

Uma das conseqüências conhecidas do processo de industrialização é a mudança gradativa na distribuição da força de trabalho pelas várias atividades. Em algumas nações, a proporção dos agricultores na população ativa total caiu de 7 para 1 no correr do processo. Com o desenvolvimento da industrialização é de prever-se idêntica transformação entre nós, dentro de próximos anos.

A procura de novos meios de vida nas zonas urbanas, em detrimento das atividades agrícolas, retira da lavoura forças de trabalho consideráveis, enquanto a população, em crescimento, requer maior produção de alimentos. Realmente, aparelhar tecnicamente a lavoura significa aumentar o rendimento do trabalho agrícola. Mas o estágio atual do nosso desenvolvimento ainda não nos libertou de dois grandes óbices à também imperiosa mecanização. Por um lado, as máquinas são caras, pagas em moedas fortes, ainda consomem peças, combustíveis importados e não foram projetadas em função das necessidades de nossa agricultura. Por outro lado, não dispõe o homem rural brasileiro dos conhecimentos técnicos indispensáveis ao manuseio e conservação da maquinaria.

Assim, a mecanização da lavoura deve ser precedida de ampla campanha de esclarecimentos que possibilite aos agrônomos e outros especialistas tirar o máximo rendimento do trabalho do agricultor. No aumento da produtividade do trabalhador agrícola,

repousa a nossa maior esperança de elevar o nível de vida das populações campestres. E este não depende apenas de máquinas. Depende, ainda, de conhecimentos científicos, do emprego de métodos e sistemas que a tecnologia criou, para melhor resultado prático em cada situação especial.

A escola é o instrumento social capaz de realizar essa tarefa. A isto não se presta, porém, a escola tradicional, com a sua formação puramente intelectualista. É mister enfrentar o problema, em suas bases, ministrando às populações campestres, desde a escola primária, educação apropriada àquele fim. Mas há também que atender à situação do jovem que deixa o campo e procura trabalho nas cidades, oferecendo apenas um esforço braçal que não lhe assegura nível de vida adequado.

Cabendo ao Governo Federal ação supletiva no setor do ensino primário, sua contribuição mais eficiente está na investigação e estudo das causas do baixo rendimento na escola primária brasileira, para, em decorrência disso, assentar os métodos e processos que as escolas de ensino primário deverão adotar, a fim de atenderem às novas exigências da sociedade brasileira.

Já é tempo de reconhecer o erro elementar de que todos os indivíduos devam submeter-se a um só tipo de ensino, quaisquer que sejam seus objetivos. Daí a obrigatoriedade de organizar ou reorganizar escolas dos diferentes tipos, reclamados pela conjuntura social, econômica e cultural, e para elas encaminhar os jovens, segundo as suas diversas tendências vocacionais.

O atual curso secundário não está em condições de preparar o jovem para o trabalho. Constitui um estágio intermediário entre o ensino primário e o superior, cabendo a este formar os profissionais que, predominantemente, se destinam às carreiras liberais. Logo, um curso secundário interrompido, ou mesmo concluído, não favorece o encaminhamento conveniente do jovem para as tarefas da vida prática.

Urge tornar realidade a ligação horizontal, já estabelecida em lei, entre os vários cursos de grau médio, de modo que permita aos alunos que interrompem um desses cursos pronto encaminhamento a qualquer dos outros, desde que aferidas suas aptidões para ele. Com relação aos alunos de vocação manifesta, é mister,

ainda, efetuar a concentração do estudo, especialmente nas últimas séries, mediante um currículo central reduzido, de duas ou três disciplinas no máximo, completado por um número variável de outras livremente escolhidas pelo estudante, segundo suas inclinações.

Assim, torna-se indispensável criar, nos estabelecimentos de grau médio, serviço de orientação vocacional, com o objetivo de apontar, aos estudantes e às suas famílias, as carreiras em que o aluno revela maiores probabilidades de êxito.

As estatísticas sobre o crescimento das matrículas nos cursos de grau médio ainda evidenciam que os ramos destinados à formação de técnicos, o Industrial, o Agrônômico, o Comercial despertam pouco interesse nos brasileiros. Em apoio desta afirmativa, basta registrar que, em 1954, a matrícula no ensino secundário era 28 vezes superior à do ensino industrial e 470 vezes superior à do ensino agrônômico. É imperioso, portanto, que os cursos de grau médio para formação de técnicos se estruturem em condições que atraiam maior número de candidatos. Uma das primeiras medidas a tomar está consubstanciada no Projeto de Lei n.º 501/55, já aprovado na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, no qual se procura dar maior flexibilidade aos currículos do ensino industrial, bem como autonomia administrativa às escolas.

No ano de 1954, diplomaram-se no país 431 técnicos industriais e 341 técnicos do ensino agrícola. É um número que absolutamente não atende às necessidades de nossa economia. Precisamos diplomar maior número de técnicos, ano após ano. Além disso, necessitamos de maior variedade deles nos diferentes níveis de formação. Será também imprescindível cercar as profissões técnicas de grau médio do prestígio a que a importância de seu trabalho faz jus, em uma época de rápida expansão tecnológica, como a que ora vivemos no Brasil.

Na área do ensino em geral, são poucas, na realidade, as instituições que se dedicam à formação de técnicos e de especialistas nos diversos setores do conhecimento.

É conhecida a orientação acadêmica predominante no ensino secundário. Se bem atendido no que toca às disciplinas humanis-

ticas, é deficiente no que se refere às disciplinas de sentido técnico ou científico, tão necessárias às conveniências do desenvolvimento do País. Devemos seguir diretrizes democráticas na reestruturação desse tipo de ensino, a fim de estender seus benefícios a tôdas as classes sociais. É urgente, portanto, uma reforma de base que transfira o estudo sistemático e profundo das disciplinas de teor caracteristicamente humanístico para as faculdades de filosofia e que promova a transição dos cursos secundários para a área de ampla utilização funcional.

O desenvolvimento econômico impõe radicais mudanças de métodos e exige medidas que, em profundidade, transformem o nosso comportamento diante da conjuntura brasileira. No ensino superior, cumpre insistir em que o País não poderá desenvolver sua economia com tão limitado número de técnicos em tôdas as especialidades.

A experiência dos países desenvolvidos ensina que o progresso industrial corre no mesmo ritmo que o crescimento e a diversificação dos quadros técnicos. O ascenso da proporção de engenheiros foi em alguns deles de 800 para 3 000 por milhão de habitantes, nos últimos 50 anos. E só tende a aumentar com a emergência da era tecnológica que exige mão-de-obra ainda mais especializada e diversificada.

Assim, na marcha da industrialização e da tecnologia, o passo inicial é, sem dúvida, a difusão do ensino técnico, convenientemente aparelhado e reestruturado em seus métodos.

Não é apenas indispensável aumentar o número de tecnólogos, quando as atividades da produção se racionalizam sob o influxo da tecnologia. É, também, forçoso considerar o número de suas especializações e a variedade de níveis que tais atividades condicionam. Já não bastam a um país progressista engenheiros mecânicos, cumpre dar-lhe engenheiros mecânicos especializados em construção de máquinas, na produção de calor, no ensino da utilização das máquinas, na pesquisa para aperfeiçoá-las.

Esse sistema não pode funcionar dentro da rígida estrutura de nosso ensino superior. Urge modificá-lo, evoluindo para um regime que permita aos especialistas desse nível retornar constan-

temente ao convívio dos mestres e participar de investigações e experimentações, atualizando conhecimentos e aperfeiçoando-se profissionalmente. Institutos de organização flexível seriam verdadeiros órgãos de ligação entre a escola de tecnologia, de um lado, e as atividades produtoras, do outro. Perfeitamente aparelhados, em pessoal e material, não só ministrariam os cursos necessários, mas também realizariam as investigações científicas ou tecnológicas que as forças econômicas exigem para melhoria de seus métodos de produção.

A uma escola de tecnologia não compete apenas preparar anualmente certo número de especialistas. Sendo de dispendiosa manutenção, sua existência só se justifica, quando serve de exemplo e estímulo para o aprimoramento de numerosas atividades sociais baseadas na ciência pura ou aplicada; quando promove a racionalização dos métodos de produção e distribuição de bens; quando revigora as qualidades de disciplina e de liderança dos jovens que passam por seus cursos. Um país, cujas escolas técnicas não tiverem tal amplitude, não poderá usufruir totalmente os benefícios da era tecnológica, nem mesmo no seu estágio inicial, a industrialização.

Uma reforma desse gênero impõe que os professores estejam imbuídos da mentalidade do desenvolvimento. A formação de professores é, portanto, tarefa premente que realizar no domínio da educação. Cabe às Escolas Normais, aos Institutos de Educação, às Faculdades de Filosofia, reformular cuidadosamente seus planos de trabalho para que o Brasil disponha de professores integrados no seu crescimento econômico e social.

Aos órgãos de educação dedicados à investigação e ao estudo, compete descobrir as causas e propor soluções para a alarmante evasão escolar nos níveis primário e secundário e para a melhoria do nível dos diplomados nos cursos primário e médio. As escolas de grau superior, aos órgãos de incentivo à pesquisa tecnológica ou científica, cabe identificar os problemas que preocupam nossas forças produtoras, analisando-os e indicando soluções adequadas ao nosso estágio de desenvolvimento.

Se as condições econômicas estão impondo ao Governo providências imediatas para ampliar a rede do ensino técnico, em seus

vários níveis, isto não o desviará de dedicar-se com zelo ao ensino, especificamente humanístico ou até de feição desinteressada, tudo na área das conveniências sociais e em função das tendências vocacionais de cada um. Não existe divórcio, antes indispensável conexão, entre o preparo técnico apurado e a cultura intelectual nas suas formas mais elevadas. O problema da educação brasileira é conciliar, em base ampla de recíproca interpenetração, o ensino tecnológico e a formação cultural nas disciplinas da ciência pura, das artes e das letras, preservando os valores espirituais, tradicionalmente enraizados na civilização brasileira, mercê da formação cristã do nosso Povo.

A tecnologia, a cultura e a vida política não constituem compartimentos estanques da realidade brasileira. Completam-se reciprocamente, e seu desenvolvimento depende de se aperfeiçoar o sistema de suas interconexões. Não promover a adaptação das instituições educacionais ao plano tecnológico, cultural e político, à altura das responsabilidades de nação soberana, tem sido o grande defeito de nossa política educacional.

Como vereis a seguir, o Governo vem tomando, dentro de sua competência específica, as providências que lhe cabem para a progressiva modernização do nosso sistema escolar, confiando em que o Congresso não lhe faltará com o apoio de suas leis.

Atividades Educativas

ENSINO SUPERIOR

O ensino superior vem recebendo do Governo maior assistência, com o objetivo não só de o valorizar e situar efetivamente no quadro da cultura brasileira, como também de corrigir as deficiências do seu funcionamento. Cuida-se agora de renovar as instituições de ensino superior, capacitando-as ao preparo de profissionais altamente especializados em todos os ramos da atividade humana.

O funcionamento da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), criada há cinco anos, traduziu o empenho do Governo em suprir a deficiência de

nossas escolas superiores, em face das exigências do crescimento social e econômico do País, significando, praticamente, o primeiro passo no sentido de sua necessária reforma. Exercendo suas atividades em estreita colaboração com entidades universitárias e científicas, nacionais e estrangeiras, pôde a CAPES apresentar, no ano de 1956, resultados de fato animadores. A documentar o acerto da orientação seguida, basta enumerar algumas de suas realizações: a) contrato de professores estrangeiros e de assistentes nacionais, para programas de ensino e pesquisa em centros de nível superior ou de investigação científica; b) cooperação no desenvolvimento de 10 centros brasileiros de aperfeiçoamento pós-universitário, nos quais, entre outros profissionais qualificados, 64 professores e assistentes universitários, procedentes de 14 Estados, realizaram cursos e estágios, como bolsistas; c) concessão de bolsas ou auxílios para cursos e estágios, em universidades e centros técnicos ou científicos estrangeiros, a 33 professores e assistentes de escolas superiores brasileiras; d) cooperação para a realização, em universidades e centros científicos brasileiros, de 9 cursos de aperfeiçoamento pós-graduado ou formação especializada; e) promoção, ou cooperação para realizá-los, de 3 seminários e reuniões científicas; f) concessão de 29 bolsas de formação e 145 bolsas para cursos ou estágios de aperfeiçoamento pós-graduado, em centros universitários, científicos ou tecnológicos do País; g) concessão de 94 bolsas de estudo e auxílios para cursos e estágios de aperfeiçoamento pós-graduado no exterior; h) continuação do levantamento das condições de organização e funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior e elaboração do cadastro das instituições. Estão concluídos os levantamentos das Escolas de Engenharia, Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais, de Filosofia, Ciências e Letras, achando-se em fase adiantada os trabalhos relativos às escolas de Direito. Prosseguem os «Estudos sobre fatores e tendências do desenvolvimento econômico, aplicados ao problema das necessidades de pessoal de nível superior».

Cursos de Geologia

Com base em estudos elaborados por uma comissão de técnicos do Ministério da Educação e Cultura, inicia o Governo a

organização de cursos especiais de geologia, nas Universidades do Brasil, de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. Tais cursos terão a duração de quatro anos, o primeiro deles preparatório, consagrado à revisão dos conhecimentos de Física, Química, Matemática e História Natural, ministrados no curso científico; e os três restantes, dedicados ao ensino das ciências geológicas propriamente ditas.

Universidades

Não se tem o Governo descurado de suas Universidades. Procura, ao contrário, dar-lhes um sentido mais objetivo, relacionado com a formação do tipo de profissionais de que o País carece, para ingressar, de fato, na era tecnológica. Também a formação dos quadros dirigentes do País constitui permanente preocupação dos responsáveis pela educação. Com esse escopo, as Universidades federais — do Brasil, de Minas Gerais, do Recife, do Ceará, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul e bem assim as Universidades Rurais Federais — receberam grande ajuda oficial, desenvolvendo suas atividades regulares em plano altamente auspicioso. Prosseguem ativamente os trabalhos para construção da Cidade Universitária, onde os diversos estabelecimentos da Universidade do Brasil, sobretudo os de formação de técnicos, encontrarão as instalações indispensáveis a um ensino moderno e objetivo. Na Universidade de Minas Gerais, será lançada, dentro em pouco, a pedra fundamental do edifício da Reitoria, primeira unidade a ser construída em sua Cidade Universitária. Nas Universidades situadas em centros de desenvolvimento industrial, pretende-se criar, ainda este ano, institutos de tecnologia ou de engenharia industrial, que a indústria local reclama com urgência, iniciando pesquisas e estudos ligados ao desenvolvimento econômico.

Universidades Rurais

Federalizada em 1956, a Universidade Rural de Pernambuco encontra-se em fase final de organização. Essa iniciativa do Governo significa a criação de um centro de irradiação de estudos superiores de agricultura e veterinária em toda a região Norte —

Nordeste, onde a sua deficiência se vinha fazendo sentir há muito tempo. No que concerne à Universidade Rural, sediada no km 47 da Estrada Rio — São Paulo, foram satisfatórios os resultados do ano que findou. Esforça-se a Reitoria, no momento, por modernizar a estrutura didática e pedagógica da instituição e renovar-lhe os currículos, há vinte anos estáticos, sem atender ao progresso e ao considerável avanço da ciência e da técnica. Estuda o Governo, ainda, a conveniência da autonomia dessa Universidade, a fim de permitir-lhe maior flexibilidade e dinamismo, no mesmo plano das demais universidades federais. O número de alunos matriculados na Universidade Rural, em 1956, foi de 1 561, o que representa muito pouco, à vista de sua capacidade — de 5 000 estudantes — e da necessária renovação tecnológica da atividade rural brasileira.

ENSINO MEDIO

Motivo constante de preocupação para o Governo, no campo da educação nacional, tem sido a assistência a todos os tipos de escolas destinadas a formar gerações efetivamente integradas na realidade brasileira, quer em termos de cultura humanística, quer de preparo técnico. Dêsse propósito não se afastou o Governo no decurso de 1956, procurando, através de iniciativas próprias ou de encorajamento às de caráter privado, desenvolver um programa capaz de atender às solicitações do interesse nacional, a reclamar, cada vez mais, a diversificação dos cursos de preparação técnica. Na educação para o desenvolvimento resume-se, no presente, a política do Governo. Em consonância com a orientação que se traçou, procurará a Administração, no decurso de 1957, lançar um programa intensivo de inovações no campo de ensino médio, do qual se destacam os seguintes pontos: a) ampliação da rede escolar oficial e particular, com o emprêgo de um bilhão e quatrocentos milhões de cruzeiros, sendo que só para o ensino industrial se destinarão duzentos e sessenta milhões; b) manutenção dessa rede escolar, com cêrca de três bilhões de cruzeiros; c) aperfeiçoamento de professores dos diversos níveis; d) extensão da escola primária a seis anos de estudos, em cooperação com as unidades federativas e a dotação de cem milhões de cruzeiros;

e) concessão de bolsas a estudantes destinados a Escolas de Engenharia e classificados em concurso vestibular, quando não disponham de recursos para se manter nos grandes centros do País. Esta última iniciativa visa a estimular a formação de engenheiros para as tarefas do desenvolvimento econômico reclamado pelo País.

Fundo Nacional do Ensino Médio

A criação do Fundo Nacional do Ensino Médio tem como objetivo melhorar e ampliar o sistema do ensino desse grau e contribuir, do mesmo passo, para facilitar a educação de adolescentes aptos, mas carentes de recursos, através de bolsas de estudo anualmente concedidas.

Através do Fundo Nacional do Ensino Médio, foi despendida, em 1956, em subsídios para manutenção de estabelecimentos de ensino e suplementação de salários do magistério, a importância de Cr\$ 125 000 000,00. Em edificações, ampliações e reformas de edifícios escolares, empregaram-se Cr\$ 23 000 000,00. O Fundo Nacional do Ensino Médio, cujos recursos se destinavam exclusivamente aos cursos secundários, comerciais e industriais, se estendeu a todos os cursos de nível médio, desde que nos mesmos sejam mantidos os padrões da legislação federal ou estadual. Essa medida veio permitir, ainda, a inscrição de escolas que não apresentavam três quartos de professores registrados, unicamente para possibilitar-lhes o recebimento de suplementações para salários. Foi dada, finalmente, destinação específica ao auxílio direto de manutenção de colégios, o qual passou a ser totalmente aplicado em aulas práticas de certas disciplinas e em atividades extracurriculares. ônus de que ficarão isentos, se houver compromisso de não ser elevada a contribuição do aluno no ano imediato.

Cumpre, ainda, consignar a importância de Cr\$
44 000 000,00 distribuída pelo Fundo Nacional de Ensino Médio em 1956, a entidades públicas, para ampliação ou reforma dos estabelecimentos de ensino mantidos pelas mesmas, e o apoio constante do Governo à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Ensino Secundário

Vem sendo gradativamente erradicado o preconceito que atribuía exclusivamente ao ensino de humanidades a tarefa de preparar as novas gerações para ingresso em institutos de nível superior. Sua articulação com os ensinos comercial, industrial e agrícola, e bem assim com os cursos técnicos de formação profissional, dos quais se achava desligado por falta de um sistema de interconexões, agora lhe dará a missão relevante de despertar e desenvolver as aptidões individuais em vários sentidos, e não apenas naquele que outrora lhe servia de exclusiva finalidade.

O congestionamento dos currículos nas escolas secundárias acarreta graves conseqüências, como o fracionamento das atividades escolares em turnos, a teorização quase exclusiva desse grau de ensino, a heterogeneidade da massa discente e o obrigatório apêlo a professores improvisados. A destinação de maiores recursos ao desenvolvimento da rede oficial de ginásios e colégios, através da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, veio ao encontro dos reclamos de várias regiões do País.

Também a elevação de nível do magistério secundário mereceu do Governo os mais atentos cuidados. O Ministério da Educação e Cultura, dispondo presentemente de novos instrumentos de ação através da CADES, pôde dedicar-se a essa tarefa, com melhores resultados. Em 1956, foram realizados cursos de aperfeiçoamento de professores em Nova Friburgo e Porto Alegre, destinados a disciplinas de cultura geral; cursos de Química, no Instituto de Tecnologia, do Distrito Federal, e de Física, no Instituto Tecnológico da Aeronáutica em São José dos Campos, Estado de São Paulo. No corrente ano, além da criação de novos cursos, pretende o Governo instituir, no ensino secundário, o estágio de professores em entidades que realizem trabalhos de alta significação pedagógica.

COLÉGIO PEDRO II

As instalações do Colégio Pedro II de há muito se mostram insuficientes para atender à grande procura de candidatos, a des-

peito da recente criação de duas novas seções situadas, respectivamente, nas zonas Norte e Sul da cidade. Em 1956, pelas suas duas unidades — o Externato e o Internato — passaram, respectivamente, 4 587 e 617 alunos. Há necessidade de se ampliarem com urgência um e outro setor, o que de certa forma já se vem realizando dentro das possibilidades de expansão dos edifícios e instalações. O Governo estuda, a êsse respeito, medidas mais adequadas, inclusive a construção de novo prédio para o Externato, sem prejuízo das obras de reaparelhamento do atual, de acôrdo com as disponibilidades materiais e orçamentárias.

Ensino Industrial

Pôde-se registrar, no ano de 1956, elevação de matrículas, nas escolas técnicas e industriais do País (federais, equiparadas e reconhecidas), para 19 751. Embora se trate de pequeno aumento, em confronto com o número de estudantes matriculados no ensino secundário, êsse acréscimo atesta que os esforços empreendidos pelo Governo, no sentido de alargar o âmbito do ensino profissional, não foram, de todo, baldados. Vem o Governo consolidando e expandindo o ensino industrial. Tiveram prosseguimento, em 1956, os trabalhos de construção dos edifícios das Escolas de São Luís, Teresina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Curitiba, Florianópolis, Pelotas e Cuiabá, devendo iniciarse, dentro de breve prazo, os das Escolas de Aracaju, Belém e Ouro Preto. Além das obras citadas encontram-se em estudo as de construção da Escola Técnica de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, e as bases preliminares para convênios com as administrações do Estado do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal, visando à construção, respectivamente, das Escolas Técnicas de Novo Hamburgo e Visconde de Mauá. A construção da Escola Técnica de São Bernardo do Campo, no Estado de São Paulo, decorre de acôrdo firmado entre o Ministério da Educação e Cultura e o Governo daquela Unidade da Federação. O instituto comportará seiscentos alunos internos e será instalado em área de cêrca de setenta mil metros quadrados, incluindo conjuntos residenciais para professores e

funcionários. Seu custo total se elevará a, aproximadamente, Cr\$ 350 000 000,00, cabendo à União, nos termos do ajuste, a construção e o equipamento e ao Governo do Estado de São Paulo, a manutenção da Escola. As obras dessa escola terão início no corrente ano.

Paralelamente às iniciativas já descritas, cuidou o Governo, em 1956, de amparar e desenvolver a rede de instituições do ensino industrial em todo o País. Foram concedidos Cr\$ 24 760 000,00 em auxílios, mediante convênios, a governos estaduais e entidades privadas, para desenvolvimento de unidades de ensino técnico. Desses auxílios se beneficiaram os Estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e o Distrito Federal. Para a construção da Escola Técnica de Ouro Preto, que tem caráter urgente, todos os estudos concernentes ao início das obras já foram realizados.

Foi melhorado o equipamento das escolas da rede federal, destinando-se às mesmas Cr\$ 10 360 826,40 e US\$ 430 765,27 para melhoria de laboratórios, gabinetes técnicos, oficinas e aquisição de material de ensino, em geral. Foram contempladas as Escolas Técnicas de São Paulo, Belo Horizonte, Pelotas, Curitiba, Recife, Campos, e as Industriais de Maceió, Belém, João Pessoa e Teresina.

FORMAÇÃO DO MAGISTÉRIO INDUSTRIAL

Dando prosseguimento aos serviços de assistência técnico-pedagógica ao magistério deste ramo, deverão instalar-se, no corrente ano, cursos de aperfeiçoamento para professores já em exercício. A sede desses serviços será agora a Escola Técnica de Curitiba. A Comissão Brasileiro-Americana de Educação Industrial, órgão técnico da Diretoria do Ensino Industrial, sediada na Capital, está-se transferindo para aquela cidade, a fim de superintender e ministrar esses cursos.

O Ministério da Educação e Cultura, baseado na experiência desta Comissão, com dez anos de funcionamento, pre-

tende organizar, com o desenvolvimento desse curso, um verdadeiro Centro de Pesquisas no campo do ensino industrial, o qual manterá permanente articulação com os meios econômicos interessados, para desenvolver um programa de caráter nacional de incremento ao ensino tecnológico. Caberá a esse Centro, à medida que a experiência permitir, recolher informações seguras e traçar as diretrizes gerais aos diferentes problemas do ensino técnico, especialmente quanto à determinação dos conhecimentos que devem entrar na formação profissional de cada modalidade de ofício.

Ensino Comercial

Importantes revisões de métodos pedagógicos se vêm processando neste setor do ensino, com resultados promissores. Experimenta-se um sistema funcional de aprendizagem, pelo qual são articuladas várias disciplinas de cada série e do qual participam todos os professores da escola, coordenados por um orientador geral, responsável pelo chamado «escritório-modêlo», em que se converte a classe, com a organização de emprêsas fictícias. Tais «escritórios» funcionam como centros de aplicação imediata da aprendizagem. Seus ensaios vêm sendo realizados com êxito em várias escolas de diferentes níveis.

Paralelamente, não se descuida a Administração de outro problema básico do Ensino Comercial, que é a formação e o aperfeiçoamento de professores. Em 1956, através do Ministério da Educação e Cultura, vários cursos se realizaram com esse objetivo.

Iniciou-se, por outro lado, nos Estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, um plano de missões pedagógicas, destinadas a levar aos professores de escolas afastadas dos grandes centros os recursos de aperfeiçoamento reclamados pelo interesse do ensino. Tais missões constaram de conferências, palestras, mesas-redondas e entrevistas pessoais sobre a metodologia das disciplinas.

Ensino Agrícola e Veterinário

O ensino agrícola e veterinário continua a ser ministrado através de vinte e uma unidades, das quais, treze, mantidas pelo Go-

vêrno Federal e oito, em regime de acôrdo com os Estados. Achar-se no Congresso projetos de leis, criando as Escolas Agrícolas de Santa Maria e Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, e Couto Magalhães, em Diamantina, Estado de Minas Gerais. As instituições sob direta responsabilidade da União registraram, em 1956, o total de 3 325 alunos contra 3 125 no ano anterior. Muitas iniciativas foram lançadas no campo do ensino agrícola. Assinalam-se, entre outras, a criação da Escola Agrícola do Rio Pomba, no Estado de Minas Gerais, e a incorporação da Escola de Tratoristas do Nordeste, que funcionava em regime de acôrdo, à Universidade Rural de Pernambuco. Duas escolas tiveram seu nível de ensino elevado: a de Iniciação Agrícola Gustavo Dória, em Mato Grosso, que passou a Escola Agrícola, e a Escola Agrícola Nilo Peçanha, de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, elevada à categoria de Escola Agrotécnica. Além da educação formal ministrada nesses estabelecimentos, o ensino agrícola incluiu outras atividades de reconhecida importância, tais como o Curso de Motomecanização, cujos trabalhos tiveram início, em cooperação com os agricultores, para o fim de preparar o solo numa área de 1 200 hectares, e para o terraceamento e conservação do solo, numa extensão de 163 650 metros.

No campo da Educação Extensiva, registraram-se 2 541 clubes agrícolas em funcionamento no País, aos quais deverão juntar-se, dentro em breve, mais 173. A instituição de cursos de treinamento para dirigentes de Clubes Agrícolas decorreu em regime de normalidade, realizando-se em Diamantina, Estado de Minas Gerais, em colaboração com a Arquidiocese e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado, e em Cuiabá, Estado de Mato Grosso. Em cada um foram preparados trinta professores rurais.

Como elemento de divulgação popular dos problemas agrícolas, realizaram-se, em 1956, 28 Semanas Ruralistas em 15 Estados da Federação, com o total de 798 aulas e demonstrações práticas para agricultores. A média geral de freqüência a essas aulas e demonstrações foi de 340 alunos.

ENSINO PRIMARIO

Cooperação Técnica e Financeira

A cooperação técnica e financeira da União com os Estados, Municípios e particulares, para ampliação e melhoria da rede escolar primária, se realizou através de numerosos convênios, com a aplicação total de Cr\$ 112 678 480,00. Através do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, foram, em 1956, concedidos aos responsáveis pela execução dos programas as seguintes importâncias:

a) para Escolas Normais	Cr\$ 41 058 310,00
b) para Grupos Escolares . . .	Cr\$ 58 039 502,00
c) para Escolas Rurais	Cr\$ 13 580 668,00

Com esses recursos foram concluídas 21 Escolas Normais, 86 Grupos Escolares e 275 Escolas Rurais; prosseguem as obras de 26 Escolas Normais, 140 Grupos Escolares e 367 Escolas Rurais.

O I.N.E.P., mediante cursos e estágios, desenvolveu em 1956 um programa de aperfeiçoamento para professores de Escolas Normais e Institutos de Educação; diretores de Escolas de Aplicação anexas aos referidos Institutos; professores destas últimas Escolas, e de preparação de professores e diretores para escolas experimentais.

«Hiato Nocivo»

Proseguirão, no ano corrente, as medidas tendentes a dar mais ampla execução à Lei n.º 59, de 1947, pela qual ficou a União autorizada a entrar em acôrdo com as unidades federativas, para ampliação e melhoria do sistema escolar primário, secundário e normal. Nos convênios a firmar, ter-se-á em vista a construção de galpões para montagem de pequenas oficinas, nos grupos escolares, e a organização, em caráter experimental, de cursos primários de cinco e seis anos, com o mínimo de seis horas diárias, quatro de escolaridade e duas de artes industriais ou de

artesanato. O objetivo desse programa é levar a aprendizagem profissional à escola primária, resolvendo grave problema, a um tempo educativo e social. Trata-se do «hiato nocivo» que se abre na vida do adolescente, quando, concluído o ensino básico de primeiro grau, é impedido de ingressar na vida profissional, por imperativo de lei. Esse período, cuja duração é de cerca de dois anos, nos termos da legislação trabalhista, encaminha praticamente à vadiagem, e muitas vezes à delinqüência, o menor que não dispõe de meios para prosseguir seus estudos de grau médio. Como é sabido, a maioria das crianças brasileiras encerra seus estudos na escola elementar, muitas vezes antes de terminar o curso. Pretende o Govêrno, com aquêle novo programa, estabelecer um elo entre a escola primária e as fábricas, oficinas e escritórios, iniciando o menor na vida profissional, através de um tipo de ensino mais adequado a suas inclinações, meio social e condições de fortuna. A iniciativa concorrerá, ainda, para prolongar o período da educação elementar brasileira, nos termos da tese vitoriosa na Reunião dos Ministros de Educação dos Estados Americanos, realizada em Lima, e subscrita por nossos representantes naquele conclave.

Bibliotecas Escolares

O programa de auxílio a bibliotecas escolares teve prosseguimento regular, procedendo-se à distribuição de numerosas coleções de obras pedagógicas, didáticas, de literatura infantil e cultura geral. No cumprimento dessa função, vem o I.N.E.P. aplicando anualmente a verba de quatro milhões de cruzeiros na aquisição de livros, revistas e material de uso didático, especialmente destinados a escolas primárias e normais. O total das ofertas em 1956 ascendeu a 86 402 obras.

ENSINO EMENDATIVO E SUPLETIVO

Cegos e Surdos-Mudos

A educação dos cegos vem encontrando no Instituto Benjamin Constant, sediado na Capital da República, a única manifestação do interesse do Govêrno Federal para com esse problema social

de tão larga e profunda ressonância. Com uma população que se estima, neste momento, em 120 000 cegos, incluindo 40% de crianças em idade escolar, a União só dispõe de um estabelecimento oficial especializado, com a exígua capacidade de 300 alunos. Para remediar tão grave situação, está o Governo estudando a possibilidade de firmar convênios com as administrações estaduais, tendo em vista a criação de novas unidades que preencham, em cada Unidade da Federação, a lacuna existente.

No Instituto Nacional de Surdos-Mudos, também único estabelecimento do Governo mantido pela União, não são menos importantes as reformas que se processam, com vista ao melhor rendimento do ensino e ao preparo profissional dos que por ali passam. Tanto na parte pedagógica, quanto na de assistência médica e de pesquisas sobre as deficiências da audição, esse estabelecimento vem dando realidade a um dos seus principais objetivos, o de assistir, de modo geral, os surdos-mudos de todo o País.

Menores Abandonados

A existência crescente de menores transviados ou em estado de abandono tem merecido do Governo meticoloso estudo, tendente a imprimir maior unidade ao trabalho dispersivo e estanque dos diferentes setores que se ocupam do problema. Com essa finalidade, está o Governo projetando o reaparelhamento do Serviço de Assistência a Menores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para uma campanha de envergadura e com o fim de melhor atender à educação da infância e da adolescência que, por abandono ou delinqüência, foi entregue à tutela do Estado.

O reconhecimento generalizado de que o Serviço de Assistência a Menores, em sua atual estrutura, já está superado, levou o Governo a solicitar, em Mensagem ao Poder Legislativo, uma reforma de base na referida instituição. Segundo as diretrizes traçadas e paralelamente ao trabalho submetido ao Congresso Nacional, já se acha elaborado o projeto de novo Regimento do S.A.M., o qual, de imediato, lhe possibilitará reaparelhar-se, pelo menos em parte, para atender às suas obrigações. Preocupou, sobremaneira, a Comissão encarregada de elaborar os estudos prévios dessa reforma, a racionalização dos métodos e técnicas

assistenciais, que efetue não apenas a perfeita triagem dos menores internados, mas, sobretudo, encaminhe a sua posterior recuperação. A Comissão dos Estudos dos Problemas do Menor Abandonado já ofereceu uma série de sugestões que o Governo vem atentamente examinando, para oportuno encaminhamento ao Congresso.

Educação Rural

A Campanha Nacional de Educação Rural, do Ministério da Educação e Cultura, pôde apresentar, no decurso de 1956, bons resultados. As Missões Rurais estão atuando profundamente sobre as populações, ajudando-as a vencer dificuldades que antes lhes pareciam insuperáveis. A vida social assume novo aspecto, pois os grupos sociais congregados estabelecem seus Centros Sociais de Comunidade, onde estudam, debatem e planejam os cometimentos necessários à melhoria do meio. A agricultura passa a apresentar uma nova fase, modernizando práticas decadentes; o trator, o arado e o cultivador vão substituindo a enxada e a cavadeira; faz-se a irrigação das terras, a proteção das fontes potáveis e a abertura de fossas; os hábitos de higiene e de profilaxia vão afugentando tabus e superstições; as habitações vão tomando novo aspecto interior e exterior.

Educação de Adultos

Constituindo um problema de base, em virtude do elevado número de analfabetos existentes no País, a educação de adultos se destina a suprir a carência do ensino elementar, pondo à disposição dos que não freqüentaram a escola, na época apropriada, os instrumentos mínimos de educação — leitura, escrita, aritmética elementar e rudimentos das ciências naturais, da vida social, da higiene e do civismo. No decurso de 1956, funcionaram, em todo o País, 11 196 cursos de ensino primário supletivo e 130 de iniciação profissional, os primeiros com uma freqüência total de 312 681 alunos e os segundos de 12 678. O número de concluintes dos dois tipos de curso foi, respectivamente, de 172 274 e 3 454.

EDUCAÇÃO FÍSICA

Desde que a escola perdeu o seu conceito formal de mera transmissora de conhecimentos, passando a oferecer, em harmonia com os seus currículos, tôdas as possibilidades de vida plena, a educação física se tornou uma das suas naturais preocupações, não apenas como processo de estruturação biológica do escolar, como, igualmente, de profilaxia de muitos dos males que perturbam a capacidade de assimilação da aprendizagem.

Tem o Govêrno procurado alargar o âmbito de suas iniciativas nesse setor, para oferecer a um número crescente de jovens os benefícios da educação física. Para atingir tal escopo, a solução que se preconiza é a formação de Centros de Educação Física em todo o País, pelo esforço conjugado dos Governos federal, estaduais e municipais, assim como do concurso particular.

Neste, como em outros setores da educação, um dos problemas que mais reclamam a diligência do Poder Público é o da intensa e mais ampla formação do magistério. Assim é que se realizaram cursos intensivos de preparação de professores em Belém, Fortaleza, Salvador e Niterói, com o total de 239 matrículas e 189 habilitações. Numerosos simpósios se efetuaram, além de conferências e exibições cinematográficas, destinadas a elevar o nível de cultura dos professores de todo o País.

EDUCAÇÃO EXTRA-ESCOLAR

Mediante auxílios financeiros e outras formas de apoio e encorajamento, a ação do Govêrno se patenteou no campo da educação extra-escolar por ativa atuação junto a numerosas entidades privadas. Promovendo, por outro lado, cursos, espetáculos teatrais, conferências, exposições e concertos musicais para a juventude, suas atividades foram positivas e de alcance apreciável.

Através do órgão próprio do Ministério da Educação e Cultura, Cr\$ 963 900,00 foram aplicados no decurso do ano passado no custeio de iniciativas e concessão de recursos a instituições particulares para realização de cometimentos artísticos destinados, de modo geral, ao povo.

Além da Orquestra Sinfônica Brasileira, contemplada no Orçamento da Despesa com a importância de Cr\$ 8 000 000,00 para desenvolvimento de suas atividades, em articulação com o Ministério da Educação e Cultura, outras organizações musicais receberam substancial apoio financeiro. Contam-se entre elas a Orquestra Sinfônica de Pôrto Alegre, a Orquestra Sinfônica Juvenil do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, a Orquestra Sinfônica da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos de Belo Horizonte, a Orquestra Sinfônica da Universidade da Bahia e a Orquestra Sinfônica Universitária da Casa do Estudante do Brasil, montando os auxílios em Cr\$ 1 690 000,00.

A Divisão de Educação Extra-Escolar do Ministério da Educação patrocinou também atividades da União dos Escoteiros do Brasil e da Federação das Bandeirantes do Brasil, valendo citar a exposição realizada em novembro, como preparação aos festejos comemorativos do centenário de Baden Powell. Numerosos congressos e seminários promovidos por associações de estudantes universitários e de grau médio tiveram, igualmente, o apoio moral e financeiro do Governo.

ASSISTENCIA A ESTUDANTES

Bólsas de Estudo

O crescimento da população escolar e a diversidade de condições econômicas das classes estudantis, assim como a incapacidade dos estabelecimentos oficiais para atenderem à procura de candidatos aos seus cursos, têm impôsto ao Governo a adoção de providências e iniciativas que possam concorrer para atenuar o sacrifício dos estudantes menos afortunados. Nesse sentido, a expansão do programa de bólsas de estudo, executado no decurso de 1956, abrangeu todos os níveis e ramos do ensino, inclusive o aperfeiçoamento de graduados, quer através das entidades governamentais como a CAPES e o Conselho Nacional de Pesquisas, quer de entidades que conosco colaboram, como a da Assistência Técnica da ONU, o Ponto IV e a UNESCO. No setor do Ensino Industrial foram distribuídas, pelo Governo,

bolsas na importância de Cr\$ 664 000,00, beneficiando a estudantes das diferentes unidades da Federação. Ao Ensino Comercial se destinaram 2 286 bolsas de estudo, distribuídas por quase todos os Estados. Ascenderam a nada menos de Cr\$ 15 000 000,00 as bolsas concedidas a estudantes do Ensino Secundário, além do auxílio financeiro normalmente dado pelo Colégio Pedro II, para aquisição de material escolar, condução e uniforme, aos alunos que fazem prova de necessidade. Outras bolsas de estudo foram ainda distribuídas, pelo Ministério da Educação e Cultura, nos campos do ensino artístico e especializado, perfazendo o total de Cr\$ 35 000 000,00.

Material Escolar e Didático

Através da Campanha Nacional de Material de Ensino, tem o Governo procurado facilitar a produção e distribuição do material escolar e didático a preços de custo, bem como conseguir a sua padronização, o que em muito influirá na solução do problema. Mediante convênio com o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, a Campanha Nacional de Material de Ensino distribuiu, a estabelecimentos de ensino, conjuntos ou pequenos laboratórios, sendo 62 de Química, 12 de Rádio, 32 de Eletricidade e 4 de Mecânica. Por intermédio de postos de distribuição já instalados e em funcionamento regular no Distrito Federal, São Paulo, Pôrto Alegre, Recife, João Pessoa, Natal, Juiz de Fora, Guaxupé, Itapetininga, Campinas, São José do Rio Preto e Fortaleza, a mesma Campanha vem levando suas iniciativas aos diferentes centros estudantis.

Alimentação

Para solucionar o problema de alimentação das classes estudantis, vem o Governo tomando providências várias. Dezoito restaurantes destinados a universitários já se distribuem por doze Unidades da Federação: Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Maranhão.

Pelo Restaurante Central dos Estudantes, na Capital da República, foram fornecidas cerca de 800 000 refeições a estu-

dantes de nível médio e superior. A contribuição dos beneficiados foi, para cada refeição, de, apenas, Cr\$ 2,00, entrando o Governo com a complementação de Cr\$ 13,00.

Merenda Escolar

No campo da assistência ao estudante de grau primário, há que consignar a atuação da Campanha Nacional de Merenda Escolar que, malgrado recente instituição, levou os seus benefícios a 1 026 000 crianças, assim distribuídas: Amazonas, 70 000; Piauí, 30 000; Ceará, 190 000; Rio Grande do Norte, 40 000; Paraíba, 30 000; Pernambuco, 90 000; Alagoas, 40 000; Sergipe, 20 000; Bahia, 125 000; Espírito Santo, 25 000; Rio de Janeiro, 25 000; Distrito Federal, 250 000; São Paulo, 1 000; Santa Catarina, 10 000; Rio Grande do Sul, 25 000; Minas Gerais, 30 000; Goiás, 25 000; e entidades particulares diversas.

Os programas de Merenda Escolar das áreas compreendidas na Região Amazônica e no Nordeste foram realizados com a colaboração da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia e do Fundo Internacional de Secorro à Infância, das Nações Unidas. No corrente ano, com a dotação elevada de Cr\$ 10 000 000,00 para Cr\$ 35 000 000,00, espera o Governo triplicar o número de escolares beneficiados por êsse movimento de sentido nacional. Nos convênios firmados em 1956 com administrações estaduais e municipais e com entidades particulares, assumiu a Campanha Nacional de Merenda Escolar o encargo de fornecer também o material de controle e de expediente necessário ao desenvolvimento dos programas, assim como todos os utensílios destinados às Cantinas Escolares. Como exigência do crescimento dos serviços, o Governo instituiu um Fundo Especial, no Banco do Brasil, permitindo à Campanha maior mobilidade na aplicação dos recursos que lhe são concedidos.

EDUCAÇÃO NAS FORÇAS ARMADAS

A contribuição das Forças Armadas para a educação e o aprimoramento da cultura nacional tem sido, sem dúvida, das mais eficazes e constantes. Suas escolas, nos vários níveis de ensino, não se circunscrevem ao conteúdo específico dos currículos

militares, mas criam valores que se projetam em tôdas as esferas da atividade pública e particular, levando-lhes um concurso cujo alcance se pode avaliar nos empreendimentos relacionados com a implantação das nossas indústrias de base, na expansão das vias de comunicação interna e em tantos outros setores fundamentais ao desenvolvimento do patrimônio material e cultural do País.

Escola Superior de Guerra

A Escola Superior de Guerra, subordinada diretamente ao Estado-Maior das Fôrças Armadas, é um instituto de altos estudos, destinado a desenvolver e aperfeiçoar conhecimentos necessários ao exercício das funções de direção e ao planejamento da segurança nacional. Funciona como centro permanente de estudos e pesquisas e ministra cursos, dos quais dois se encontram em funcionamento há alguns anos: o Curso Superior de Guerra e o Curso de Comando e de Estado-Maior Combinado das Fôrças Armadas.

Através do Curso Superior de Guerra, sua atividade principal, procura a E.S.G. estabelecer doutrina necessária à manutenção da unidade e continuidade de pensamento e de ação, no que diz respeito ao fortalecimento da Segurança Nacional. Para atingir seus objetivos, a Escola Superior de Guerra não procura incutir novas categorias culturais em seus estagiários — militares e civis — mas complementar conhecimentos, esforçando-se por provocar uniformidade de conceitos e técnicas, em função dos problemas culturais tratados, processo mais compatível com os métodos de trabalho em equipe e que a Escola adota e preconiza. Desta forma, os estagiários da Escola Superior de Guerra, ao se prepararem para analisar os problemas relacionados com a Segurança Nacional, submetem-se a um esforço suplementar sistemático em relação a matérias culturais, no mais amplo sentido, que cobre todos os aspectos da vida nacional, tanto de natureza política, interna ou externa, quanto econômica, social ou propriamente militar. Para a consecução dessas tarefas, conta a E.S.G. com um variável e competente corpo docente, do qual têm participado as figuras mais representativas de cada setor das atividades nacionais. Por isto

mesmo é que a Escola vem exercendo relevante papel aglutinador em relação às melhores inteligências que informam a opinião pública, do mesmo passo que desperta a atenção de nossas elites culturais, técnicas e administrativas para a irrecusável unidade dos problemas básicos do País, em face dos imperativos da segurança comum, com o fim precípua e último de melhor consecução e salvaguarda dos altos objetivos nacionais.

Ampliando suas atividades, deve-se ressaltar a organização do Curso de Mobilização Nacional, para preparação de orientadores e coordenadores e cujo funcionamento, em fase preliminar, se iniciará no corrente ano. Prevê-se o funcionamento deste Curso, já em condições normais, para o ano de 1958.

Ensino no Exército

O sistema de ensino no Exército se desdobra em três ramos distintos: de alfabetização; de pré- formação, formação e aperfeiçoamento; e de especialização e cultura superior. O primeiro é ministrado nos Corpos da Tropa e se destina aos conscritos analfabetos, ou que não tenham o curso primário completo, pelas Escolas Regimentais. O segundo é feito em duas subdivisões, respectivamente, nos Colégios Militares, Escolas Preparatórias e Escola de Sargentos e nos seguintes Institutos de nível superior: Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Saúde do Exército e Escola de Veterinária. O terceiro, finalmente, se distribui por numerosas unidades: a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, a que têm acesso os oficiais das Armas e dos Serviços e que é compulsório para a promoção ao posto de Major; a Escola Técnica do Exército, de caráter facultativo e destinada à formação de especialistas militares; a Escola de Comando e Estado-Maior, também de cunho facultativo. Podem ainda ser citadas, pela sua obra valiosa na formação de equipes especializadas de oficiais e praças, a Escola de Motomecanização, a Escola de Educação Física, a Escola de Equitação, a Escola de Comunicações, a Escola de Artilharia Antiaérea, a Escola de Artilharia de Costa e a Escola de Instrução Especializada.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

Obedecendo à sua finalidade específica, a Escola de Comando e Estado-Maior desenvolveu, no decurso de 1956, trabalhos de natureza estratégica, tática e logística. Com o fito de imprimir maior objetividade aos seus estudos, realizaram-se exercícios de terreno nos arredores da Capital Federal, em Mato Grosso, em São Paulo e no Rio Grande do Sul.

O ano letivo consumiu um total de 2 311 horas de trabalho, das quais 131 em exercícios no terreno e manobras em salas, através de jornadas completas. O número de oficiais matriculados foi de 201, nos três anos de curso, e 56 o de diplomados, dentre os quais dois oficiais paraguaios, um colombiano e um equatoriano.

ESCOLA TÉCNICA DO EXÉRCITO

A Escola Técnica do Exército visa à formação de engenheiros especializados em Eletricidade, Eletrônica, Geodésia e Topografia. Nos ramos industriais de armamento, automóvel, metalurgia, química, fortificações e construções, funcionou com 265 alunos, diplomando 64 engenheiros, nas diversas especialidades. Dada a objetividade que se imprime aos estudos nessa unidade de ensino, vários projetos foram estudados e realizados pelos próprios alunos, no decurso do período letivo.

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS

A matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras foi, em 1956, de 1 197 cadetes, distribuídos pelos três anos do respectivo curso. A turma que concluiu os estudos elevou-se a 435 Aspirantes a Oficial, sendo das maiores já diplomadas pelo Estabelecimento.

ESCOLAS PREPARATÓRIAS

As Escolas Preparatórias tiveram frequência total de 900 alunos, dos quais concluíram o terceiro ano 311, habilitando-se, assim, à matrícula na Academia Militar das Agulhas Negras.

COLÉGIOS MILITARES

O Colégio Militar do Rio de Janeiro funcionou em 1956 com 2 423 alunos, tendo sido de 200 a turma diplomada.

Acentua-se de ano para ano o interesse pela matrícula nessa instituição, cujo currículo corresponde ao dos estabelecimentos civis de ensino secundário. É de notar, todavia, que, à semelhança do que ocorre com o Colégio Pedro II, as instalações do Colégio Militar do Rio de Janeiro só comportam 1 300 alunos, número escasso em face da elevada e crescente procura. Está o Governo, por isto mesmo, vivamente empenhado em dotar outras capitais do País de Ginásios e Colégios Militares. Com os Governos da Bahia e do Paraná o Ministério da Guerra já entrou em entendimentos para a obtenção de áreas destinadas à instalação dos referidos estabelecimentos, nas respectivas capitais. Em 1956, foi instalado o Colégio Militar de Belo Horizonte, onde se acham regularmente matriculados 229 alunos, inclusive excedentes aprovados nos exames de admissão ao Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Para atender ao desenvolvimento do ensino militar de grau médio, encontra-se no Congresso o Projeto de Lei nº 1 714, de 19 de outubro de 1956, criando sessenta cargos no Magistério do Exército.

Ensino na Marinha

Como nos estabelecimentos de ensino do Exército, nos da Marinha decorreram normalmente as atividades do ano letivo de 1956, tanto no que concerne ao pessoal subalterno, atendido pelo Centro de Instrução Almirante Waldenkolk, Centro de Esportes da Marinha, Centro de Instrução Almirante Tamandaré, e pelos cursos da Base Naval de Natal e da Escola de Escrita e Fazenda de Florianópolis, como nos altos círculos de formação e aperfeiçoamento de oficiais.

CURSOS DE ESTADO-MAIOR

Realizaram-se, sob a responsabilidade da Escola de Guerra Naval e em subordinação direta ao Estado-Maior da Armada, os cursos Preliminar de Comando e Superior de Comando, de Auxiliares e de Direção de Serviços. Os três primeiros destinam-se ao Corpo da Armada, e os demais ao Corpo de Fuzileiros Navais, Engenheiros e Técnicos Navais, Intendentes da Marinha e Médicos do Corpo de Saúde da Armada. Dos referidos cursos participaram, também, Oficiais do Exército e da Aeronáutica, bem como das Marinhas da Venezuela e da Colômbia.

CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

Tiveram funcionamento normal os Cursos de Especialização de Oficiais de Hidrografia, de Navegação, de Máquinas, de Eletrônica, de Armamento e de Submarinos, com o total de 91 alunos. No curso de Máquinas, matricularam-se dois oficiais de Marinha do Paraguai.

ESCOLA NAVAL

A Escola Naval, principal núcleo de ensino básico na Marinha, funcionou em 1956 com 555 aspirantes. Vem esta Escola ressentindo-se de espaço para acolher o número crescente de candidatos que a procuram. Novo alojamento foi construído na Ilha de Villegaignon, com a capacidade para 650 alunos, providência imposta pelas circunstâncias, mas ainda insuficiente para solucionar convenientemente o problema.

COLÉGIO NAVAL

O Colégio Naval, sediado em Angra dos Reis, vem fornecendo o maior contingente de alunos à Escola Naval. Seu funcionamento decorreu normalmente, com 335 alunos matriculados.

RESERVA DA MARINHA

A formação de oficiais para a Reserva da Marinha se processa no Centro de Instrução (CIORM), onde 252 alunos se matricularam no período letivo.

ESCOLAS DE APRENDIZES-MARINHEIROS

As Escolas de Aprendizes-Marinheiros do Ceará, Pernambuco, Bahia e Santa Catarina desenvolveram os seus cursos em regime de plena normalidade, matriculando-se, ao todo, 2 883 alunos.

APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Com as facilidades proporcionadas pelo «Mutual Defense Aid Program», diversos oficiais e subalternos da nossa Marinha de Guerra foram enviados aos Estados Unidos da América para fazerem cursos de especialização nas organizações navais desse País.

VIAGEM DE INSTRUÇÃO

Realizou sua programada viagem de instrução o Navio-Escola «Duque de Caxias», levando a bordo 139 Guardas-Marinhas do Corpo da Armada, 36 Guardas-Marinhas Fuzileiros Navais e 43 Guardas-Marinhas Intendentes.

Ensino na Aeronáutica

O ensino a cargo do Ministério da Aeronáutica decorreu regularmente, quer pela normalidade dos cursos e programas, quer pelo aprimoramento dos métodos de trabalho e das instalações das unidades de formação e especialização.

Como nas Escolas mantidas pelo Exército e pela Marinha, nas de Aeronáutica se verificou considerável afluência de candidatos e falta de vagas para atender à progressiva procura que se observa de ano a ano. Se, por um lado, o fato se impõe como

problema a que cumpre dar solução, por outro é êle indicativo de alto conceito desfrutado no País pelas instituições militares de ensino.

ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO AR

Sendo a Escola Preparatória de Cadetes do Ar, atualmente, a maior fonte de candidatos à Escola de Aeronáutica, vem ela merecendo os maiores cuidados da Administração. Nela concluíram o curso, em 1956, 122 alunos.

ESCOLA DE AERONÁUTICA

Na Escola de Aeronáutica, foram declarados Aspirantes Aviadores 60 alunos, tendo freqüentado os seus cursos, além dos cadetes regularmente matriculados, dois oficiais, dois cadetes estrangeiros e um oficial brasileiro da reserva.

ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

Embora não dispondo de instalações adequadas ao seu perfeito funcionamento, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica cumpriu satisfatoriamente a sua finalidade. No decorrer do ano de 1956, concluíram o curso de Aperfeiçoamento 30 oficiais da Aeronáutica e 8 da Armada, e no de Aperfeiçoamento de Oficiais de Serviço, 16 oficiais intendentess e 16 oficiais médicos.

ESCOLA DE ESPECIALISTAS

Pela Escola de Especialistas, que se destina à formação de sargentos especializados em diferentes técnicas, foram diplomadas duas turmas de alunos, com o total de 550 sargentos.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

A Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica cumpriu satisfatoriamente os seus encargos. Nela concluíram os Cur-

sos de Estado-Maior 26 oficiais; de Direção de Serviços, 7 oficiais, sendo 4 médicos e 3 intendentess; Superior de Comando, 10 oficiais.

O Curso de Estado-Maior foi freqüentado, ainda, por dois oficiais da Marinha de Guerra e dois oficiais estrangeiros.

CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DE INFANTARIA DA GUARDA

Teve início em 1956 o Curso de Formação de Sargentos de Infantaria da Guarda, no qual se matricularam 46 cabos e soldados de 1ª classe, tendo terminado os estudos, com aproveitamento, 44.

CENTRO TÉCNICO DE AERONÁUTICA

Em São José dos Campos, no Estado de São Paulo, prossegue o Centro Técnico de Aeronáutica na tarefa de formar engenheiros especializados e no desenvolvimento de pesquisas de ciência aeronáutica, cujos resultados já atestam o alto nível técnico daquele Centro de Estudos.

Acham-se em construção helicópteros dos tipos pequenos e de grande capacidade, esperando-se, para o corrente ano, o vôo das primeiras unidades.

Em 1956, a referida instituição diplomou 47 engenheiros em Aeronaves e Aerovias (Engenharia Aeronáutica) e Engenharia Eletrônica, o que perfaz o total de 178 engenheiros formados, desde a criação do Centro.

Atividades Culturais

INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

Este Instituto de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário manteve cursos para 76 alunos, entre estagiários de tempo integral e de tempo parcial, incluindo-se, no primeiro grupo, representantes dos Estados e pessoas indicadas por seu Conselho Curador, e, no segundo, representantes do Poder Judiciário, do Congresso Nacional, das Forças Armadas, de autarquias e entidades paraestatais, institutos universitários, associações culturais

e órgãos de classe. Além de seus cursos regulares, realizou o I. S. E. B. 10 conferências sôbre temas da realidade brasileira: promoveu visitas de estagiários à Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e à Refinaria Artur Bernardes, de Cubatão; e editou em volume as palestras proferidas, em 1955, no curso de «Introdução aos Problemas do Brasil».

Cogita-se, agora, de dar-lhe uma estrutura mais sólida e sistemática, para convertê-lo num verdadeiro instituto de altos estudos.

BIBLIOTECA NACIONAL

Repositório de um acervo cultural e de pesquisa, de valor não apenas nacional e continental, mas universal, com 1 234 339 unidades, só em livros, totalizando, entretanto, cêrca de 3 milhões de peças, se computados manuscritos, estampas, periódicos e outras, a Biblioteca Nacional foi objeto de desvelada atenção do Governo, a fim de que realizasse os objetivos permanentes de conservação e enriquecimento do patrimônio e fôssem divulgados os elementos de saber que encerra.

Assim, foram atendidos 97 576 consuintes, para o manuseio e estudo de 145 219 peças; catalogaram-se 20 914 peças, pertencentes ao acervo ou adquiridas; foram atendidos múltiplos pedidos de orientação bibliográfica, de particulares e de instituições nacionais e estrangeiras. Promoveram-se, na Biblioteca Nacional, várias exposições, acompanhadas de conferências de divulgação cultural de nível geral e especializado.

Nas relações com outros centros culturais do País, a Biblioteca Nacional prestou assinaláveis serviços pelo envio de especialistas para a organização de bibliotecas estaduais, pelo fornecimento de unidades de microfimes de peças fundamentais do seu acervo; pela restauração e microfilmagem de peças de arquivos estaduais. No estrangeiro, em colaboração com o Itamarati, foram realizadas exposições bibliográficas na Venezuela e no México.

Em virtude do montante do acervo que necessita de restauração, estimado em cêrca de 700 000 unidades, foi estabelecido e

seguido critério rigorosamente prioritário. Assim, estão sendo salvos da perda eventualmente total os incunábulos, os *única* e as unidades quinhentistas; tarefa que será terminada no correr do ano e a que se seguirá, com igual cuidado, a restauração das obras do século XVII, mantendo-se êsse critério pelos anos futuros. No mesmo campo, foi encetada luta sistemática contra os insetos, nocivos ao patrimônio. Pelo seu precário estado de conservação, documentos manuscritos e peças iconográficas, num total de 39 971 imagens, e 15 livros raros e *única* foram microfilmados, para serem retirados da circulação e consulta direta, a fim de se lhes dar maior proteção.

Enriqueceu-se o acervo pela aquisição de manuscritos importantes, entre os quais 73 peças da família José de Alencar; pela aceitação de doações, como a de 711 documentos pertencentes a Percival Farquhar; e pela aquisição de bibliotecas particulares especializadas, tal a de Artur Ramos, e, ainda, pela compra de unidades várias. As permutas com outras instituições culturais estrangeiras, foram incentivadas através da troca de livros, a fim de se reduzirem as aquisições no Exterior apenas ao que não pudesse ser obtido dêste modo. A microfilmagem de peças capitais para a cultura nacional existentes no exterior, assim como a permuta de microfilmes de interesse reciproco experimentaram, também, grande progresso. Neste particular, mereceu especial cuidado o plano de realização editorial pela Biblioteca Nacional dos *Fluminensiae Monumenta Histórica*, que deverão enfeixar os principais documentos relativos à história do Rio de Janeiro, havendo sido recebidos do Arquivo Ultramarino de Lisboa, para êsse fim, 1 400 peças em microfilme, e outras, nas mesmas condições, da «Bancroft Library», da Universidade da Califórnia.

Com respeito à proteção do acervo no sentido de resguardar a eventualidade de qualquer acidente fatal para o patrimônio, foi renovada a rede elétrica do edificio. No mesmo campo, procedeu-se à reparação mais urgente de diversas dependências, na expectativa de uma reforma substancial do prédio.

Contribuiu, ainda, a Biblioteca Nacional, na preparação de pessoal especializado: através dos seus cursos de Biblioteconomia,

e de cursos avulsos de Ecdótica, de Fontes para o Estudo do Jornalismo no Brasil e de Pesquisa Bibliográfica aplicada à História do Brasil.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO

O Instituto Nacional do Livro vem-se esforçando infatigavelmente por transformar-se em instrumento dinâmico e atuante de cultura, dentro de sua especificidade.

Mantém, presentemente, relações com 7 161 bibliotecas, públicas e privadas, disseminadas por todo o País, entre as quais 4 279 escolares, 91 em presídios, sanatórios, leprosários, hospitais e 14 em agrupamentos indígenas. Mais de cem mil livros foram distribuídos entre aquelas 7 161 bibliotecas, no decurso de 1956.

Sem abandonar a orientação de órgão divulgador de obras eruditas, de real interesse para a cultura brasileira, vem o Instituto Nacional do Livro voltando-se também para as obras de cunho técnico-científico, num esforço de atender a um público mais amplo.

Assim, paralelamente à publicação de obras como «Orto do Espôso», edição crítica do erudito Bertil Maller, «Obras Completas de Epitácio Pessoa», vols. 5 e 6, «Correspondência de Capistrano de Abreu» (vol. III), «Bibliografia Brasileira», o I.N.L. lançou em 1956 a «Revista do Livro», e 10 volumes de uma coleção de obras de baixo custo, a «Biblioteca de Divulgação Cultural».

Visando despertar no seio das camadas populares o gosto pela leitura, o Governo instituiu através do I.N.L. a Semana Nacional do Livro, cujo início coincide com o aniversário de Machado de Assis. Neste ano de 1957 e nos próximos, a Semana Nacional do Livro será festejada em todo o território nacional.

Uma campanha pela criação de bibliotecas populares foi encetada através de convênios com as Prefeituras, pelos quais o I.N.L. fornecerá, às novas bibliotecas municipais, um total inicial nunca inferior a 800 volumes, comprometendo-se as Municipalidades, entre outras obrigações, a destacar de seu orçamento, verba mínima de 20 mil cruzeiros para aquisição de livros.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA

Entre as atividades que, no setor da cultura, estão sendo desenvolvidas com o máximo empenho pelo Governo, destaca-se a elaboração da Enciclopédia Brasileira, agora em fase de efetiva realização.

Data de dezembro de 1956, a criação do órgão incumbido de elaborar a Enciclopédia Brasileira. Eminentíssimos vultos da cultura nacional dirigiram aquele órgão, promovendo a publicação de obras subsidiárias que muito representam como contribuição a tão relevante cometimento; no entanto, decorridos quase 20 anos, não havia sido traçado o plano diretor para a concretização da nossa Enciclopédia.

O Instituto Nacional do Livro elaborou em 1956 o plano geral para a estruturação desta obra de tão alto alcance na difusão da nossa cultura, recebido, nos meios universitários do País, com a melhor acolhida e desde logo pôsto em execução.

O objetivo da Enciclopédia Brasileira é atender às necessidades culturais do estudante universitário ou das pessoas de nível de cultura superior. A redação dos verbetes será entregue a especialistas nacionais e estrangeiros, selecionados, com base em um amplo levantamento cadastral de técnicos e cientistas. A Enciclopédia Brasileira terá sentido mais prospectivo do que retrospectivo. Em vez de simples repositório do que foi realizado, ela pretende indicar as diretrizes novas criadas pelas pesquisas de laboratório e pelas construções teóricas dos homens de gabinete. A nossa Enciclopédia, portanto, será obra pioneira na América do Sul, refletindo a síntese da contribuição brasileira à civilização, às letras e aos diversos setores do conhecimento científico.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DO M.E.C.

Pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura foram editados e entregues ao público, em 1956, cerca de 150 000 exemplares de publicações diversas, compreendendo as coleções permanentes de obras especializadas e de cultura geral, catálogos artísticos e albuns. Grande parte desse acervo foi distribuído às Embaixadas e instituições culturais estrangeiras.

com a cooperação do Ministério das Relações Exteriores, constituindo valiosa contribuição ao nosso intercâmbio cultural internacional.

A coleção «Cadernos de Cultura», em volumes de pequeno formato e apresentação gráfica cuidadosa, contribuiu com a maior parte daquele montante, alcançando em 1956 o seu 102º volume. A extraordinária penetração que alcançou no País e no estrangeiro, fez daquela coleção uma das principais iniciativas do Governo na divulgação dos valores literários e culturais do País. Livros mais volumosos foram lançados nas coleções «Vida Brasileira», «Artistas Brasileiros», «Letras e Artes», «Novos» e «Documentos», que em conjunto, proporcionam um quadro vivo das atividades intelectuais brasileiras.

Foi também ponderável a contribuição do Serviço de Documentação para as atividades artísticas, tanto através de conferências e exposições, como pela publicação de quinze catálogos referentes às mesmas.

PATRIMONIO HISTORICO

Pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Educação e Cultura foram executados no decurso de 1956 serviços de conservação e reparações em 109 monumentos de vários Estados, sendo beneficiados com obras consideráveis os conjuntos arquitetônicos das seguintes cidades coloniais: Alcântara, no Maranhão; Parati, no Estado do Rio de Janeiro; Ouro Preto, Mariana, Sabará, São João-del-Rei, Tiradentes, Diamantina e Sêrro, em Minas Gerais, tendo ainda sido reparadas ou restauradas nesses conjuntos 113 edificações.

Obras de restauração parcial foram realizadas em diversos outros edifícios de interesse artístico e histórico em todo o País. Entretanto não se tem podido, até agora, atender à responsabilidade de defender a integridade dos monumentos nacionais pela conservação e restauração, em virtude da carência de recursos. O mesmo ocorre quanto à aquisição de importantes coleções particulares, que vêm sendo dispersadas pelos leilões, por não poder aquêle órgão valer-se de sua prerrogativa legal de aquisição preferencial.

MUSEUS

O Museu Nacional, o Museu de Belas Artes, o Museu Histórico, o Museu do Ouro, o Museu Imperial, o Museu do Diamante, o Museu da Inconfidência e o Museu do Índio alcançaram progressos no desenvolvimento de diversas iniciativas de interesse cultural e educativo no ano de 1956, que foi decisivo para o desenvolvimento da museologia brasileira.

Realizou-se, em Ouro Preto, o 1.º Congresso Nacional de Museus, em que foram debatidas as necessidades básicas dos museus nacionais, no sentido de levar nossas instituições a representarem o papel que lhes cabe na pesquisa científica e histórica e, sobretudo, na complementação do sistema educacional.

A Semana Internacional de Museus patrocinada pela UNESCO deu ensejo, entre nós, a intensas atividades dos museus oficiais e privados, como a inauguração pelo Museu Nacional da Sala de Paleontologia, compreendendo fósseis animais e vegetais do Terciário e Quaternário, apresentados segundo os critérios científicos e museológicos mais rigorosos. O mesmo Museu abriu à visitação pública, em 1956, exposições referentes à Paleontologia Humana, Protozoários e Animais Raros do Brasil e do Exterior. No mesmo período, ampliaram-se consideravelmente suas atividades científicas, tanto pela realização de programas próprios de pesquisa, como pela colaboração com museus e universidades estrangeiras, no campo da Arqueologia e Paleontologia (Lagoa Santa), da Zoologia e Botânica (no Brasil-Central). Voltaram a realizar-se as reuniões de estudo com a participação de especialistas de outras instituições, sobretudo, do Instituto Osvaldo Cruz e do Conselho Nacional de Pesquisas. Em 1957, o Museu Nacional retomará suas atividades no campo do ensino pós-universitário através de cursos de preparação de botânicos e antropólogos físicos. Reformas reclamadas há vários anos no edifício do Museu Nacional, foram realizadas em 1956, para assegurar melhores condições de trabalho de seus técnicos e melhor defender o seu acervo, o mais precioso do Brasil, em seu campo. Ao mesmo tempo foram restauradas à sua forma e decoração originais, a Capela, a Sala do Trono e a Sala dos Embaixadores que, não obstante sua expressão histórica e artística, haviam sido

gravemente descaracterizadas. Em 1957, será restaurado o Jardim das Princesas, um dos recantos mais pitorescos da antiga residência dos Imperadores, atualmente em grande parte soterrado.

O Museu Imperial instalou, em 1956, uma sala referente a Petrópolis e um laboratório de restauração de documentos e gravuras, devendo organizar em 1957, um curso especial para professores, destinado a ministrar maiores conhecimentos sobre o acervo da Instituição, a fim de tornar mais instrutivas as visitas dos respectivos alunos.

No Museu Histórico Nacional foi inaugurada a Sala das Américas, sob os auspícios da Sociedade Bolivariana do Rio de Janeiro, e a Sala Manoel Gomes Moreira. Prosseguiram os cursos mantidos pela instituição com numerosas bolsas de estudos concedidas a alunos dos Estados.

O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, de iniciativa particular, restringido embora pela precariedade de suas instalações atuais, realizou intensa atividade representada por nove exposições, diversos cursos e conferências a cargo de especialistas nacionais e estrangeiros que despertaram grande interesse e por sessões quinzenais de cinema que permitiram divulgar, entre nós, algumas das obras clássicas da cinematografia mundial. O Governo vem contribuindo para sua instalação em novo prédio, que constituirá o maior empreendimento da museologia brasileira em nossos dias.

A Casa de Rui Barbosa deverá expandir os seus serviços e instalações com a aquisição do imóvel situado à rua São Clemente nº 130, ao lado do prédio em que funciona. Suas atividades em 1956 consistiram em trabalhos de pesquisa, publicações, levantamento museológico, catalogação, cursos, conferências e exposições em torno da vida e da obra de seu patrono, além de uma exposição de livros espanhóis e hispano-americanos de sua biblioteca, como homenagem ao centenário do grande crítico e polígrafo Menéndez Pelayo.

RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

A Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura desenvolveu largo programa de realizações, tendo criado di-

versos conjuntos próprios de música de câmara e levado o seu estímulo a numerosos valores artísticos nos campos da arte musical e das letras. Na parte material, cumpre destacar a ampliação dos seus estúdios, já iniciada, e a aquisição de novo transmissor de 50 kW para a estação de ondas médias. Esse novo transmissor juntamente com o de ondas tropicais e duas novas estações de ondas curtas permitirão levar a todo o País, em melhores condições, sua atuação cultural e educativa. Planeja-se, ainda, o início da montagem da emissora de televisão do Serviço.

Em combinação com o Ministério das Relações Exteriores, e Serviço de Radiodifusão Educativa fêz gravar algumas das páginas mais representativas da música nacional, por intérpretes brasileiros. Dever-se-á ampliar no corrente ano essa iniciativa, de modo que ofereça, tanto quanto possível, um panorama completo da nossa música. Outra iniciativa que cumpre consignar é a instalação do Festival da Música Brasileira que, com participação básica da Orquestra Sinfônica Brasileira, da Orquestra de Câmara da PRA-2 e do Quarteto Rádio Ministério da Educação, se realizará, a partir de 1957, no Rio de Janeiro, no decurso do mês de agosto de cada ano.

TEATRO

Além das subvenções concedidas a companhias teatrais de profissionais e amadores, o Governo aplicou dotações orçamentárias diversas em trabalho de restauração e conservação de teatros nos Estados de São Paulo, Ceará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. O Teatro Nacional de Comédia, mantido pelo Serviço Nacional de Teatro, realizou uma temporada na «Maison de France», com invulgar êxito. Tiveram, ainda, benéfico amparo do Poder Público, no decurso de 1956, o Movimento Brasileiro de Arte e o III Congresso Brasileiro de Arte. A Comissão de Teatro Infantil, por outro lado, exerceu profícua atividade, tendo apresentado 16 espetáculos para crianças, com uma assistência total de cerca de 3 500 espectadores.

CINEMA

A importância do cinema na vida brasileira pode ser avaliada pelo fato de que nossa população adquire anualmente cerca de 300 milhões de ingressos para aproximadamente 3 000 salas de projeção, e a importação de filmes já nos custa cerca de 20 milhões de dólares.

Em vista destes fatos, o Governo precisa formular urgentemente uma orientação segura que conceda ao cinema a importância que ele efetivamente tem, assegurando seu desenvolvimento dentro das diretrizes que melhor sirvam aos interesses nacionais. O Governo deve atender preferencialmente à necessidade de fomentar a produção de filmes nacionais. Contamos com todas as condições para ter um grande cinema que, exprimindo a vida brasileira, compense a influência crescente dos filmes estrangeiros e atue como um fator vigoroso de intensificação da consciência de nossos valores folclóricos, paisagísticos, artísticos e culturais.

Com o propósito de elaborar as diretrizes básicas da política governamental neste campo, foi criada no Ministério da Educação e Cultura a Comissão Federal de Cinema que vem examinando o problema nas suas feições artísticas, culturais, sociais e econômicas.

Os órgãos governamentais dedicados a atividades cinematográficas têm-se ocupado principalmente em utilizar a força persuasiva do cinema para propósitos culturais e educacionais. O Instituto Nacional de Cinema Educativo, promoveu, em 1956, entendimentos com os órgãos de administração educacional dos Estados com o objetivo de se instituírem em cada um deles, filmotecas que não se limitem apenas à utilização do cinema, mas incluam todos os outros meios visuais dependentes da fotografia. Os convênios abrangem, assim, a formação de filmotecas, propriamente ditas, a organização de coleções de filmes didáticos, a concessão de estágios a professores e técnicos dos Estados para se familiarizarem com as projeções animadas ou fixas, a distribuição de filmes e o preparo do material para projeção.

Pelo Instituto Nacional de Cinema Educativo, foram, também, fornecidas a numerosas instituições de ensino do País cópias de filmes de conteúdo educativo, tendo o referido órgão participado, ainda, do 2º Festival de Filmes Documentários de Monte-

vidéu, a que compareceram 57 nações, e colaborado na Exposição Internacional de Documentários Cinematográficos, realizada em La Paz.

Faz-se sentir a necessidade de uma coordenação entre a radiodifusão e o cinema educativo que possibilite um uso mais amplo dos meios áudio-visuais na educação tanto escolar quanto extra-escolar. O êxito do empreendimento recente neste campo, da Campanha do Livro Didático e Manuais de Ensino, atualmente incorporada ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, recomenda altamente a utilização desses processos, destinados a renovar o ensino e levá-lo a um público mais amplo.

Atividades de Informação e Divulgação

Empenhou-se o Governo em estabelecer maiores contactos com a opinião pública, cumprindo o dever de facilitar a conveniente difusão de informações e, simultaneamente, intensificar os trabalhos de divulgação. Para esse fim, procurou estimular, de modo especial, as atividades que, articuladas com os órgãos ministeriais ou com os sistemas administrativos autárquicos, respondem pela execução das tarefas de documentação e de relações públicas.

Os serviços que se destinam especificamente à divulgação geral dos atos oficiais são o Departamento de Imprensa Nacional e a Agência Nacional.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

Cabe à Imprensa Nacional executar a quase totalidade dos serviços gráficos dos Poderes Públicos. O vulto de suas atividades pode ser avaliado pelo número de trabalhos que apresentou em 1956, sempre com a presteza exigida pelas circunstâncias, quer normais, quer extraordinárias: 2 500 515 avulsos de projetos de leis para a Câmara dos Deputados; 791 653 para o Senado Federal; 591 741 para a Câmara do Distrito Federal; 16 391 290 exemplares de jornais oficiais, perfazendo 90 310 páginas; 1 823 livros diversos; 880 000 carteiras profissionais e

138 518 291 impressos. Entre os trabalhos executados para o Poder Judiciário e a Justiça Eleitoral, destaca-se a confecção dos novos modelos para a Fôlha de Votação e Título Eleitoral, num total de 18 701 840 exemplares.

AGENCIA NACIONAL

Através dos setores de informações, imprensa, radiodifusão e cinema, realizou a Agência Nacional, com imparcialidade e presteza, a divulgação dos atos oficiais e das iniciativas de interesse cultural, no País inteiro.

Foram distribuídas, em 1956, cerca de 12 mil páginas de noticiário referente a todos os aspectos da vida pública brasileira, correspondendo a contribuição da Agência a cerca de 20 % do noticiário publicado na Capital da República. Além de três remessas diárias de comunicados, essa contribuição incluiu o fornecimento de fotografias, discos e filmes aos jornais, às difusoras e à televisão, bem como informações a inúmeros órgãos da imprensa do interior, através de serviço telegráfico próprio.

Dispõe a Agência Nacional de uma rede de colaboradores junto ao Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e aos diversos órgãos do Poder Executivo, mantendo ligação com os Escritórios Comerciais do Brasil no exterior e convênios com órgãos de divulgação de outros países, para troca de informações, filmes, cartazes e folhetos.

Sob o aspecto da difusão cultural, as atividades do ano findo compreenderam noticiário sobre congressos científicos, exposições artísticas, convenções, conferências, certames e demais acontecimentos de relêvo na vida intelectual do País.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Entre os serviços especializados, destaca-se o de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, que vem pondo em prática amplo programa destinado a estabelecer maior contacto com as populações rurais. Foi de 3 000 o número de notícias, reportagens e entrevistas distribuídas à imprensa, em 1956, sobre questões agrícolas, além da irradiação de um programa semanal pela Rádio

Ministério da Educação; um boletim distribuído diariamente às principais emissoras da Capital e semanalmente a mais de 200 emissoras de 19 Estados; edição de 75 000 exemplares de livros, folhetos e periódicos; realização de 28 semanas ruralistas, em 15 Estados, com 798 aulas e demonstrações práticas para agricultores. Esse programa será ainda ampliado no corrente ano, com a instalação da emissora de ondas curtas da Rádio Rural e de novo Laboratório Cinematográfico, servindo ambos à projetada Rede Nacional de Divulgação Agrícola.

Na divulgação de assuntos administrativos, prestou contribuição relevante o Serviço de Documentação do D.A.S.P. Entre as suas publicações, destacam-se: Ensaios, tanto especializados como gerais, sobre vários aspectos da Administração; a série de Pequenos Estudos sobre Grandes Administradores do Brasil; as Separatas da Revista do Serviço Público, que trazem valioso subsídio no estudo de problemas administrativos específicos; a série de Direito e Administração Municipal e a da História Administrativa do Brasil, obra de vulto, com dois volumes já lançados, além de publicações avulsas e de conferências, num total de 52 obras publicadas. Foi ainda preparada nova edição revista do Estatuto dos Funcionários Públicos. Merecem também menção os estudos estatísticos realizados, que já serviram de base à publicação de trabalhos importantes, bem como o serviço de fichário da legislação e das decisões administrativas e o de acompanhamento de projetos em tramitação no Congresso Nacional, que respondem a consultas diárias de órgãos públicos e de particulares e foram utilizados como subsídio para 9 publicações.

Na sua esfera de ação, apresentou rendimento maior do que em qualquer exercício anterior o Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com a distribuição de 24 808 exemplares de publicações e a edição de 22 obras versando assuntos trabalhistas; resposta a 3 026 consultas e prestação de 5 854 informações de caráter geral.

Através da Rádio Mauá e dentro das limitações impostas por um regime de rigorosa compressão de despesas, deu o Ministério cumprimento a um programa de ação destinado a divulgar a legislação trabalhista, prestar assistência social e jurídica aos tra-

balhadores e proporcionar-lhes recreação e informações sobre matéria de interesse sindical.

Nas atividades do Serviço de Documentação do Ministério da Viação e Obras Públicas, destacou-se a coordenação e lançamento de uma série de importantes publicações que, sob o título «Um Plano em Marcha», divulgam por todo o País os assuntos de interesse econômico enquadrados na alçada do Ministério. Foram também intensificadas as publicações da Coleção «Mauá», que tem por fim promover a discussão de problemas brasileiros, através do depoimento de técnicos. Foi de perto de 50 mil exemplares, em 1956, a tiragem das duas coleções. Realização digna de nota foi o «Salão Ferroviário», transpondo-se para o plano das artes plásticas temas técnicos e estatísticos relacionados com o sistema de transportes ferroviários.

Cumpram ainda citar, entre outros serviços que prestaram contribuições importantes como órgãos de informação e divulgação cultural do Governo, os do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministério da Marinha; a Biblioteca do Exército; o Serviço de Divulgação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e o do S. A. P. S.

CAPITULO II

SAÚDE PÚBLICA

O conceito de saúde pública evolui no sentido de deslocar as atividades médicas, da exclusiva preocupação com o indivíduo, para as questões que dizem respeito ao bem-estar e à higidez da comunidade. Assim, tudo que se relaciona com a influência do meio exterior sobre os estados de morbidade abrange área específica de saúde pública. Conseqüentemente, a investigação das conexões existentes entre o meio brasileiro e as moléstias, nas suas manifestações endêmica e epidêmica, constitui tarefa de natureza essencialmente pública — cujas repercussões se projetam, com força decisiva, no campo social e econômico.

Empenhado em acelerar ao máximo o desenvolvimento econômico do País, decidiu o Governo intensificar as suas atividades no campo da saúde pública, na convicção de que no baixo índice sanitário da população reside um dos maiores óbices ao aumento da produção nacional.

Ao executar medidas destinadas a melhorar as condições econômicas, é certo que o Governo está concorrendo para o aperfeiçoamento da saúde pública, pois muitos problemas sanitários são extremamente agravados, ou mesmo gerados, pela miséria e ignorância que afligem a comunidade.

O problema alimentar é exemplo típico do que acabamos de afirmar. A saúde coletiva depende, entre outros fatores, da existência de alimentos adequados, qualitativa e quantitativamente. A produtividade agropecuária, por sua vez, depende de conhecimentos técnicos de trato do solo (métodos de rotação, irrigação, fertilização e cultivo), da disponibilidade de máquinas e instrumentos agrícolas, de fertilizantes e outros compostos químicos capazes de influir no crescimento de plantas e animais, no controle de doenças, etc. Por outro lado, o transporte, a armazenagem e o beneficiamento de víveres, etapas necessárias para ligar a produção ao consumo, constituem hoje vastíssimo e complexo empreendimento industrial.

Assim, ao instalar uma fábrica de fertilizantes, ao aumentar a produção de energia elétrica, ao construir açudes e canais de irrigação, ao abrir estradas, ao instalar silos e frigoríficos, ao ampliar a rede dos transportes, o Governo de fato contribui para o aumento da produção de alimentos e sua racional distribuição e, conseqüentemente, para a melhoria da saúde.

Se, por um lado, os fatores sócio-econômicos exercem poderosa influência sobre a situação sanitária do País, as condições de saúde da população também se refletem na vida econômica, podendo comprometer seriamente os esforços destinados a elevar o padrão de bem-estar.

Mortes Prematuras

Considerável é o número de brasileiros que morrem prematuramente, com evidente prejuízo econômico para a Nação. Basta confrontar os índices da vida média, registrados em alguns países, com os observados no Brasil, para ter-se uma idéia da situação inquietante em que ainda nos encontramos.

Enquanto a criança nascida nos Estados Unidos da América ou na Suécia, nestes últimos anos, tem a expectativa de 68 anos de vida, em média, no Brasil esse índice se fixa em torno de 50 anos. Mesmo no Distrito Federal, um dos centros de maiores recursos do País, a vida média deve oscilar entre 53 e 56 anos. Em outras áreas brasileiras não atinge sequer o limite de 40 anos.

Se considerarmos o período dos 15 aos 60 anos como a fase economicamente produtiva da vida humana, uma geração de 100 000 nascidos vivos, em países plenamente desenvolvidos, teria cerca de 4 000 000 de anos de vida produtiva; no Brasil, essa mesma geração viveria 3 000 000 de anos, com a perda, contra nós, de 1 000 000 de anos de vida economicamente-ativa. É fácil apreciar, através desses números, o enorme desfalque de mão-de-obra que as mortes prematuras impõem ao País.

A mortalidade infantil, extremamente elevada em todo o território nacional, subtrai à vida econômica do País, cada ano, irreparável potencial formador de gerações ativas. O confronto com os Estados Unidos da América e a Suécia revela que, nesses países, 96% das crianças chegam à idade de 15 anos, aptas para intervir nas atividades econômicas, ao passo que, no Brasil, é de apenas 80% o índice mais alto, registrado em algumas regiões. Essa enorme perda de capital humano incide sobretudo no primeiro ano de vida, podendo-se estimar que em 1956 ocorreram, no País, mais de 300 000 óbitos de infantes.

Ao contrário do que acontece com a prevenção da morte nas fases mais avançadas da vida, é substancial a proporção dos óbitos infantis que se podem evitar, recorrendo-se a drogas e equipamentos de custo relativamente baixo.

As medidas preventivas, permitindo, além de outras vantagens de ordem humana, aumentar o número de anos produtivos de

cada geração, constituem imperativo econômico de política sanitária, sobretudo num país como o Brasil, que caminha rapidamente para o pleno desenvolvimento.

Incapacidade por Doenças

A redução dos efetivos humanos, decorrente de mortes prematuras, é ainda agravada pela incidência de doenças evitáveis que diminuem e mesmo anulam, temporária ou permanentemente, a capacidade produtiva do homem, e impõem pesados encargos para seu tratamento e reabilitação.

O custo da incapacidade física temporária ou permanente, provocada por doenças, é estimado, nos Estados Unidos da América, entre 3 e 4 bilhões de dólares. Se, num país de que já foram completamente erradicadas doenças que ainda afetam milhares de pessoas, as perdas econômicas imputáveis a doenças representam 1 a 2% de vultosa renda nacional, pode-se estimar, sem exagero, que no Brasil tais perdas equivaleriam, em números relativos, a porção bem mais substancial de uma renda nacional ainda incipiente.

O vulto dos gastos exigidos para tratamento e reabilitação de enfermos poderá ser aferido pelas despesas concernentes à lepra e à tuberculose.

No combate à lepra, vem o Brasil despendendo anualmente cerca de 300 milhões de cruzeiros, dos quais considerável parcela é destinada tão-sómente à manutenção de leprosários. Para alguns Estados, esse encargo representa pesado ônus, a exemplo do que ocorre com o Amazonas, que aplica, no combate à lepra, mais de 8% de sua receita global e cerca de 40% de toda a dotação destinada à saúde pública.

Em relação à tuberculose, o tratamento sanatorial é altamente dispendioso. Dados recentes mostram, por exemplo, que no Conjunto Sanatorial de Curicica, localizado no Distrito Federal, o custo médio anual do doente internado atingiu, em 1955, 90 mil cruzeiros.

Só o Governo Federal despendeu, em 1956, cerca de Cr\$ 255 000 000,00 no combate à tuberculose. Se a esta quantia se adicionarem as dotações que os Estados destinam à mesma finalidade, não será exagerado estimar em meio bilhão de cruzeiros o custo global da luta contra a tuberculose no Brasil.

Ainda assim, esse considerável sacrifício impôsto ao contribuinte brasileiro não se tem traduzido por melhoria significativa no quadro da tuberculose e da lepra.

Diretrizes Básicas da Ação Sanitária Federal

Os recentes avanços da ciência já permitem a utilização de técnicas que, relativamente pouco dispendiosas, são, por vêzes, tão eficazes que conseguem superar o ambiente sócio-econômico adverso. O emprêgo dessas técnicas, aliado a um conhecimento mais profundo da realidade brasileira, impõe revisão corajosa e, em certos aspectos, drástica, de nossos planos de trabalho, no campo da saúde pública.

ORGANIZAÇÃO SANTARIA

Em decorrência de preceito constitucional, cabe aos Estados cuidar dos problemas locais de saúde, obedecidas as normas gerais traçadas pela União. Assim, o Ministério da Saúde vem procurando assistir os Estados no aprimoramento de suas organizações sanitárias.

No entanto, em virtude da situação econômica de muitas Unidades da Federação, e de inegável dispersão de esforços no âmbito federal, os resultados conseguidos até agora não têm correspondido às vultosas somas despendidas.

A falta de uma estrutura básica, caracterizada por eficiente rede de unidades sanitárias locais, dificulta a ação supletiva do Governo Federal. A construção de postos e hospitais com auxílios concedidos pela União, por não haver obedecido a um plano de conjunto, veio de certo modo agravar a situação, pois recaem sobre os Estados ou Municípios os encargos de manutenção, freqüentemente desproporcionados à sua capacidade tributária.

A construção, em uma pequena localidade, de várias unidades sanitárias — um pôsto de saúde estadual, pôsto de puericultura.

além de mais um ou dois postos especificamente destinados ao combate de determinadas doenças — suscitou problemas diversos, como, entre outros, o relativo ao pessoal técnico e administrativo, necessário ao funcionamento dos serviços. Em muitos casos, um só médico divide o seu tempo entre os vários centros sanitários. Essa multiplicidade de serviços parte do falso pressuposto de que populações de baixo nível educativo possam orientar-se, por si mesmas, através de autodiagnósticos, quanto aos males que as afligem.

Urge, portanto, modificar a política federal de auxílio aos Estados, assegurando-lhes melhor aproveitamento dos recursos próprios e daqueles que a União lhes conceda.

A recomposição dos órgãos sanitários federais, com o objetivo de dinamizá-los, poucos benefícios trará, se não fôr conjugada com o esforço para aprimorar as organizações estaduais de saúde, e colocá-las em condições de prestar assistência sanitária efetiva às populações locais.

FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAL

Em campo de atividades complexas, como é o da saúde pública, o êxito de qualquer plano depende, em grande parte, da disponibilidade de potencial humano especializado. Ao Governo não poderia escapar a relevância do problema da formação e distribuição adequada desses profissionais.

Médicos — No quinquênio 1950-54, o número de médicos diplomados no Brasil permaneceu em torno de 2 por 100 000 habitantes. Com a criação de novas Faculdades de Medicina, estima-se, para o quinquênio 1955-59, a incorporação de 8 500 novos profissionais, o que representará um aumento de cerca de 25 % sobre o quinquênio anterior. Esse aumento é muito superior ao previsto para a população, no mesmo período. Por outro lado, é conhecida a desigualdade da distribuição de médicos pelo território nacional.

No Distrito Federal e nas capitais estaduais, onde residem cerca de 16 % da população brasileira, o coeficiente é de 167 médicos por 100 000 habitantes, ao passo que o interior do País, que detém 84% da população, conta apenas com 16 médicos por 100 000 habitantes.

Sendo a presença de pelo menos um médico fator essencial para o funcionamento de qualquer estrutura sanitária de base, o Governo, no intuito de melhor distribuir a assistência médica, vem oferecendo auxílio financeiro aos profissionais que desejem instalar-se em municípios que não dispõem de serviços médicos.

Enfermeiras — Apesar do número razoável de escolas de enfermagem já existentes no País, o contingente de enfermeiras diplomadas anualmente — quase cinco vezes inferior ao de médicos — está longe de atender às nossas necessidades.

Essa deficiência só poderá ser corrigida a prazo longo, não parecendo conveniente sacrificar o padrão técnico das enfermeiras profissionais, pela redução do currículo escolar. A alternativa será confiar-lhes a orientação do trabalho de auxiliares convenientemente treinadas. Cerca de 38 escolas, mantidas algumas com substancial auxílio federal, cuidam atualmente da formação de auxiliares de enfermagem, que gradualmente irão substituindo o pessoal leigo ora encarregado desses misteres.

Engenheiros-Sanitaristas — Depois de um período de grande atividade, em que foram executados serviços de abastecimento d'água em várias capitais, os serviços de engenharia sanitária virtualmente estacionaram entre nós.

A partir de 1940, entretanto, registrou-se novo surto de progresso, que o Governo procura manter e intensificar.

A engenharia sanitária constitui hoje especialidade que exige conhecimentos técnicos de alto nível. Impõe-se, portanto, a formação de maior número de profissionais, a quem se deve confiar o encargo de solucionar os inúmeros problemas de engenharia sanitária que o Brasil apresenta.

Escola Nacional de Saúde Pública

São dignos de referência os estudos que o Governo vem realizando com o propósito de dar cumprimento ao dispositivo legal que lhe determina criar, para a formação de pessoal especializado, a Escola Nacional de Saúde Pública.

Enquanto não se organiza essa Escola, vem o Ministério da Saúde mantendo vários cursos nos Departamentos Nacionais da

Saúde e da Criança, a fim de promover o preparo técnico do pessoal, cabendo ao Instituto Oswaldo Cruz a realização de cursos de formação médico-científica. Destacam-se os de preparação básica no campo da bacteriologia e imunologia.

Atividades Essenciais

O Governo reconhece, em face das atuais condições sanitárias da população brasileira, que o auxílio federal aos serviços estaduais ou municipais de saúde deve concentrar-se nas seguintes atividades: assistência médico-sanitária extensiva, notadamente a gestantes, nutrizes e infantes; saneamento do meio; controle de doenças transmissíveis; coleta de dados bioestatísticos e educação sanitária.

ASSISTENCIA MEDICO-SANITARIA

A assistência médico-sanitária deve desenvolver-se, simultaneamente, através de ação preventiva e curativa, atribuindo-se a uma e outra maior ou menor destaque, de acordo com a situação peculiar a cada área. A assistência curativa assume, sob muitos aspectos, caráter nitidamente preventivo e encontra melhor receptividade por parte do povo, despertando-lhe o espírito de cooperação.

Reconhecendo os inestimáveis serviços prestados à saúde pública pelas instituições privadas, e no intuito de complementar a sua rede médico-hospitalar, vem o Governo concedendo àquelas entidades substancial auxílio técnico-financeiro.

Impõe-se, entretanto, melhor coordenação entre as entidades governamentais e particulares, através de um plano geral de assistência, tendo em vista eliminar desnecessárias e onerosas duplicações de serviço.

A criação de unidades mistas, hospitais-postos de higiene, apresenta-se, na atual conjuntura sanitária, como uma das melhores soluções para que as atividades preventivas e curativas se completem. Funcionando como um todo, tais unidades permitem dar execução prática ao moderno conceito de medicina integral.

Por outro lado, atento às necessidades de certos núcleos de população até agora totalmente desassistidos, o Governo, através

de unidades volantes, vem-lhes proporcionando o auxílio médico de que carecem.

ASSISTÊNCIA A MATERNIDADE E A INFANCIA

As atividades do Governo, no setor da assistência a gestantes, nutrizes e infantes, concentram-se fundamentalmente no problema alimentar — uma vez que a nutrição adequada produz, por si só, melhores resultados que quaisquer outras medidas.

Conseqüentemente, acham-se em curso providências capazes de estender a todo o território nacional os benefícios da distribuição de alimentos apropriados a êsse grupo humano.

Assim, em 1956, destinou o Governo uma dotação de Cr\$ 20 000 000,00 para o programa realizado em cooperação com o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), no qual se destacou, entre outros itens, a alimentação. Através dêsse plano o Departamento Nacional da Criança atendeu aos Territórios Federais e Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Goiás e Mato Grosso, tendo sido beneficiários diretos da distribuição de leite crianças de 0 a 2 anos, gestantes, nutrizes e pré-escolares, num total de 142 000 pessoas.

Para as populações não beneficiadas pelo Convênio com o FISI, firmou-se acôrdo com a Comissão Nacional de Alimentação e o Conselho Coordenador de Abastecimento, do qual resultará a distribuição de 3 500 toneladas de leite em pó e cêrca de 16 milhões de cápsulas de vitaminas A e D, aos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

Cabe ainda citar, pelas suas amplas possibilidades, a experiência concernente à instalação, em Pirapora, Minas Gerais, do primeiro lactário à base de leite de soja, cujos resultados têm sido dos mais animadores.

A estimativa, já focalizada, de mais de 300 mil óbitos de infantes, em 1956, expressa a gravidade do problema no País. Estudos de especialistas nacionais e estrangeiros demonstraram a alta incidência das gastroenterites como causa principal da mortalidade infantil entre nós.

Por isso, diligenciou o Governo introduzir modificações profundas na orientação anteriormente adotada no combate a estas doenças, disseminando, pelos postos de assistência à infância, serviços de reidratação, segundo os mais modernos princípios terapêuticos. Os favoráveis resultados obtidos indicam a conveniência de reforçar, por todos os meios, tal forma de combate à mortalidade infantil.

ASSISTENCIA DENTARIA

Trabalho experimental conduzido na cidade de Aimorés, Minas Gerais, por iniciativa da União, concorreu para modificar a orientação da assistência dentária. Baseada, inicialmente, na eliminação de focos, evoluiu para a prevenção da cárie. O trabalho preventivo processa-se através da aplicação tópica de fluoreto de sódio e fluoração das águas de abastecimento público. Numerosas escolas em vários Estados, graças ao auxílio federal, já gozam do benefício da aplicação tópica de fluoreto de sódio.

O Governo vem auxiliando a instalação de equipamento para a fluoração da água de abastecimento público. A estação de Baixo Guandu, no Estado do Espírito Santo — a primeira a desfrutar desse melhoramento — propiciou aos técnicos uma série de observações úteis aos futuros empreendimentos do gênero. Após três anos de funcionamento, verificou-se naquela cidade uma redução de até 40 % na incidência da cárie, resultado equivalente aos obtidos nas cidades norte-americanas de Grand Rapids e Nova Iorque.

Em Palmares, no Estado de Pernambuco, será instalada a segunda estação, ainda com auxílio federal.

SANEAMENTO

Neste setor, incluem-se as atividades relativas ao controle de todos os fatores do meio físico que exerçam, ou possam exercer, efeito deletério sobre o desenvolvimento físico do homem, sua saúde e sobrevivência.

Tendo em vista a precariedade das condições de saneamento que se observa em quase todo o território nacional, o Governo concentra esforços e recursos apenas em determinados aspectos deste

campo. Decidiu atacar, por sua natural prioridade, os problemas relacionados com o abastecimento d'água e a remoção dos dejetos.

Abastecimento D'água

Amplia-se cada vez mais a participação do Governo Federal no problema de abastecimento d'água, havendo sido concluídos, com auxílio da União, em 1956, 40 sistemas em diversas localidades. Representando empreendimento econômico de certo vulto, mesmo no caso de projetos de menor capacidade, é significativo o esforço desenvolvido pelos governos da União e de várias unidades federativas, para vencer o atraso em que ainda nos encontramos, neste particular: cerca de 80% das sedes municipais ainda não gozam desse melhoramento público.

No propósito de dar solução definitiva a esse problema, dirigiu o Governo ao Congresso Nacional, em junho de 1956, mensagem em que propõe a adoção de um sistema de financiamento pelo qual, dentro de poucos anos, as sedes dos municípios brasileiros contarão com esse progresso urbano.

Remoção de Dejetos

Sabido que a instalação de rede de esgotos depende da existência de sistemas de abastecimento d'água, vem o Governo estimulando a construção de fossas em cidades e vilas. O programa de trabalho será consideravelmente ampliado no corrente ano, prevendo-se a construção de milhares de fossas em numerosas localidades no interior do País.

CONTROLE DE MOLESTIAS TRANSMISSÍVEIS

Dada a correlação existente entre causas de morbidade e desenvolvimento econômico, as doenças transmissíveis ainda pesam muito no Brasil, como *causa mortis* e fator de incapacidade para o trabalho.

Como a organização de medidas permanentes de defesa contra as endemias rurais é da competência da União, lançou o Mi-

nistério da Saúde vasto plano de combate à malária, febre amarela, peste, bócio endêmico, hidatidose, ancilostomose, filariose, esquistossomose, boubá, tracoma, para cujo controle ou erradicação já dispõe a técnica moderna de recursos eficazes e relativamente econômicos.

Dada a forte repercussão da tuberculose e da lepra na economia do País, destacam-se, em seguida, as modificações, sob certos aspectos drásticas, que o Governo vem procurando imprimir à luta contra esses dois males.

Tuberculose

Nos países de grande desenvolvimento, mercê de sólidas condições econômicas, a luta contra a tuberculose baseou-se sobretudo no internamento e conseqüente isolamento dos casos contagiantes. Procurou-se seguir, no Brasil, métodos idênticos, de eficácia comprovada em outros países. Condições econômicas adversas, entretanto, impediram que dispuséssemos do número de leitos necessários para que o isolamento produzisse efeitos decisivos.

Não são melhores as perspectivas imediatas, nesse particular. A prolongação do tempo de permanência dos doentes nos leitos, o alto preço de construção e instalação dos sanatórios, a dispendiosa manutenção desses estabelecimentos, em confronto com os recursos financeiros disponíveis, são outros fatores que vieram agravar o problema.

Por outro lado, o grande número de formas graves encaminhadas aos sanatórios reflete trabalho dispensarial pouco produtivo. Os métodos de diagnóstico em massa (abreugrafia) e os poderosos recursos terapêuticos que a ciência pôs a serviço da medicina aconselham-se de novo sentido à campanha contra a tuberculose. Urge tornar menos oneroso o tratamento dos doentes e mobilizar todos os meios que permitam aumentar o número dos recuperados; e ainda deslocar, do sanatório para o dispensário, o eixo da luta contra a tuberculose.

Para que os dispensários possam fazer o diagnóstico precoce, cuidar dos casos susceptíveis de tratamento ambulatorio, en-

caminhar ao sanatório os doentes indicados, controlar os egressos, realizar a imunização dos susceptíveis à infecção, e promover a visita domiciliária para instrução e orientação de contactos, a par da assistência aos doentes que permanecem no próprio lar, cumpre reaparelhá-los, imprimindo-lhes cunho efetivamente dinâmico.

Em 1956, os 107 dispensários e 72 ambulatórios em funcionamento, examinaram radiologicamente mais de 1 milhão de pessoas. O Dispensário-Escola da Campanha Nacional Contra a Tuberculose realizou cerca de 69 000 abreugrafias e 41 400 vacinações BCG. Mobilizou a Campanha unidades abreugráficas, fixas e móveis, diretamente ou em colaboração com organizações sanitárias estaduais, efetuando mais de 285 mil abreugrafias no Distrito Federal e nos Estados do Rio Grande do Sul, Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

No ano de 1956, contou a Campanha, em todo o País, com 23 610 leitos para tuberculosos, 1 853 mantidos diretamente pela União e os demais, com raras exceções, por ela auxiliados.

Ao mesmo tempo que se procura dinamizar o trabalho dos dispensários e criar novas unidades, deve-se modificar a rotina sanatorial, a fim de obter maior rendimento dos leitos atualmente disponíveis.

O plano de construção de sanatórios será cuidadosamente revisto, à luz das considerações apresentadas.

Com essas providências, espera o Governo obter resultados mais satisfatórios na luta contra a tuberculose.

Lepra

A grave situação da endemia de lepra no País traduz-se na existência, em dezembro de 1956, de 63 143 doentes conhecidos, dos quais 22 231 internados em leprosários, 803 isolados em domicílios e 40 109 sob controle e tratamento nos diversos dispensários existentes. Dados ainda incompletos revelam que, no decorrer daquele ano, foram descobertos 3 935 casos novos, dos quais 2 031 contagiantes.

Estes dados, que não retratam toda a extensão do problema da lepra, pois muitos casos escapam à identificação, indicam a necessidade de reformular e ativar a campanha contra a lepra, dando-lhe orientação mais compatível com os novos conhecimentos e progressos da ciência.

A política antileprótica no Brasil, baseada na incurabilidade do mal, e vendo, portanto, na segregação do doente, a única solução ao problema, determinou extenso programa de construção de leprosários destinados sobretudo às formas contagiantes. Dispõe o País, atualmente, por iniciativa federal ou estadual, de 26 dessas instituições.

A simples identificação, em um ano, de perto de 4 000 doentes novos, mais da metade dos quais contagiantes, seria suficiente para demonstrar impropriedades nesse programa ou deficiências em sua execução.

O problema da lepra apresenta hoje aspecto muito diferente. A lepra é curável, sobretudo quando precocemente diagnosticada. As sulfonas permitem a negatização das formas contagiantes. E há evidência de que o BCG, determinando positividade da reação de Mitsuda, constitui fator de defesa para as populações susceptíveis.

A melhoria das perspectivas clínicas influencia não só os doentes, tornando-os mais confiantes nos recursos médicos e mais ligados às instituições da Campanha, como ao grande público, levando-o, progressivamente, a atenuar ou perder o medo milenar que a doença inspira.

Em 1956, 1 882 pacientes obtiveram transferência para dispensário; tiveram alta provisória 1 063 e alta definitiva, 202. Esses fatores levam à convicção de que cumpre imprimir caráter extensivo à Campanha da Lepra, possibilitando-lhe reduzir e mesmo erradicar o grande mal. A descentralização do diagnóstico e do tratamento, através do concurso de unidades sanitárias e assistenciais, e bem assim de médicos particulares, é medida que se impõe com prioridade.

Na campanha contra a lepra, os dispensários atuarão como unidades fundamentais de coordenação, execução e estímulo, ca-

bendo aos leprosários complementar-lhes a ação. Aos primeiros, em articulação com os órgãos interessados, cumprirá promover e intensificar a vacinação BCG.

A própria legislação específica deverá ser revista, eliminando-se os conceitos hoje superados. A assistência social caberá atender aos doentes e seus dependentes, com o fito de lhes humanizar a existência, e orientar sua integração na vida social e econômica. Ao lado disto, influência decisiva terá a educação sanitária de doentes e do público em geral.

Em 1956, continuou o Serviço Nacional de Lepra a execução, mediante convênio, do combate à doença, nos Estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Mato Grosso e Goiás, havendo despendido Cr\$ 3 000 000,00.

Vultosos auxílios foram concedidos aos Estados: para manutenção de leprosários, Cr\$ 24 000 000,00; para manutenção de preventórios, Cr\$ 14 000 000,00; para equipamento de leprosários, Cr\$ 10 000 000,00; para construção e instalação de preventórios, Cr\$ 5 000 000,00; auxílios em equipamento, Cr\$ 967 217,00 e em medicamentos, Cr\$ 8 616 351,00. Contou a Campanha com recursos oriundos da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, no valor de Cr\$ 10 250 000,00 e de Cr\$ 31 539 385,00, liberados do Plano Salte. Integraram-se no combate à lepra unidades sanitárias de 157 municípios de várias regiões do País.

Para o ano em curso, o Serviço Nacional de Lepra intensificará suas atividades, promovendo a descentralização dos serviços através das circunscrições em que se dividiu.

O esquema de trabalho inclui os seguintes itens: preparo intensivo de pessoal médico, mediante a realização de cursos especializados de leprologia; aproveitamento de maior número de unidades médicas ou sanitárias, de âmbito local ou intergovernamental; criação de serviços itinerantes nas regiões de alto índice endêmico, em que não existam organismos locais aptos a assumir responsabilidade pelo controle de focos; fabricação de sulfonas; estudos e pesquisas.

Tem o Governo o maior interesse em estimular e facilitar a ação de associações privadas que visem ao sustento e ao am-

paro dos hansenianos. Assim, é de mencionar, entre outras, tradicionais e altamente eficientes, a Associação Brasileira de Amparo aos Leprosos (A.B.A.L.), entidade criada em 1956, cujos objetivos se conjugam intimamente com as tarefas do Serviço Nacional de Lepra. Atendendo à relevância de suas atividades, e aos benefícios que prestará aos leprosos, em caráter complementar, concedeu o Governo à A.B.A.L. autorização para que fossem importados 300 jipes que se destinam à efetivação de visitas aos municípios brasileiros, sob a assistência direta de um médico do Serviço Nacional de Lepra. A assistência social aos egressos hansenianos é outro aspecto a que se vota a Associação Brasileira de Amparo aos Leprosos.

Malária

Estendendo-se pela quase totalidade do País, a malária já constituiu endemia das mais graves, abalando a saúde e baixando a produtividade de alguns milhões de brasileiros, ao mesmo tempo em que se destacava como relevante causa de morte.

O aparecimento dos inseticidas de ação residual, particularmente o DDT, veio, no entanto, possibilitar uma revisão dos métodos de trabalho profilático, que se tornaram mais eficientes, deslocando-se o eixo da campanha para a luta domiciliária contra o inseto adulto, em substituição aos penosos métodos de combate à fase larvária. Por outro lado, novos produtos quimioterápicos permitiram o tratamento mais eficaz dos casos ocorrentes.

Em prosseguimento aos trabalhos já realizados, efetuaram-se, no ano de 1956, mais de 1 914 000 dedetizações domiciliárias, em quase 42 000 localidades de 761 municípios e do Distrito Federal. Foram medicadas 919 000 pessoas, consumindo-se 3 830 000 comprimidos antimaláricos, com o concurso de Unidades Distribuidoras de Medicamentos, integradas de corpo de colaboradores que gratuitamente cooperam na Campanha.

Efetuaram-se 350 000 visitas domiciliárias, em 632 municípios, para localização de casos maláricos, havendo os laboratórios do Departamento Nacional de Endemias Rurais examinado 323 000 lâminas de sangue, das quais, 5,4% positivas. Em 210 000

inspeções domiciliárias para captura de anofelíneos, os casos positivos corresponderam a 0,1% dos domicílios investigados.

Os sucessos já alcançados na luta contra a malária oferecem a perspectiva de sua completa erradicação, à base da intensificação e extensão dos métodos que vêm sendo empregados.

Já dispomos de um plano de erradicação, que, de início, abrangerá as regiões de controle mais severo, e de baixo índice de transmissão da malária, tais como o Distrito Federal, o Rio Grande do Sul, a parte meridional dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e a maior parte da área malarígena dos Estados do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Rio de Janeiro. Os trabalhos de controle prosseguirão e se intensificarão nas demais áreas, para subsequente aplicação dos planos de erradicação. Em 1957, deverão ser trabalhados 1 045 municípios, incluindo cerca de 2 850 000 dedetizações e 6 060 000 visitas domiciliárias, para procura de casos de malária. As atividades no Estado de São Paulo estão a cargo do Governo Estadual.

Febre Amarela

O Brasil, que, com justa razão, desfruta elevado conceito no que se relaciona com os estudos e o combate à febre amarela, não apresenta a forma urbana da doença veiculada pelo *Aedes aegypti*. Este vetor foi assinalado pela última vez em princípio de 1956, em pequeno foco de zona rural, no Estado da Bahia. Do prosseguimento das investigações entomológicas, resultará a certeza de ter sido erradicado do Brasil.

Em 1956, com resultado negativo, foram inspecionados 4 063 000 prédios, dos quais perto de 19 000 desinsetizados; e inspecionados 30 200 000 depósitos, com 123 000 desinsetizações. Os trabalhos cobriram 10 700 localidades, de 160 municípios.

A endemia, entretanto, em sua forma silvestre, clínica e etiológicamente idêntica à urbana, ainda está presente em nosso território, tendo sido confirmados, em 1956, por exame histopatológico, 2 casos, em Tomé-Açu, no Pará, e Pôrto Velho, na Rondônia, dentre 5 230 amostras de fígado recolhidas por 1 425 postos de viscerotomia.

A impossibilidade material de se empreender o combate a mosquitos arborícolas, que veiculam a doença entre seus depositários, animais silvestres, e a transmitem ao homem, levou à adoção da vacina antimarilica, como arma profilática, para o que vem sendo utilizado o vírus 17D, que confere imunidade duradoura a pelo menos 95% das pessoas vacinadas.

Em 1956, realizaram-se 1 439 000 imunizações em 172 municípios, alcançando o total de 26 093 640, desde 1937. Neste ano serão vacinadas mais de 2 000 000 de pessoas.

Além desses trabalhos, o Serviço de Saúde dos Portos mantém postos fixos nos portos marítimos, fluviais e aeroportos, de intercâmbio com outros países, para se evitar a penetração do *Aedes aegypti* procedente do exterior.

Peste

Eliminada dos portos e cidades litorâneas, a peste está hoje circunscrita a focos rurais, em sua maioria silenciosos, pois apenas 4 casos se registraram em 1956.

Na impossibilidade de lançar um programa de erradicação nas áreas endêmicas — dada a inviabilidade material de aplicação, em grande escala, de medidas de anti-ratização, de eficácia segura — pretende-se executar um controle, baseado, na destratização e na despulização, assim como na vigilância dos portos. Esse plano é compatível com a incidência da doença, que vem revelando tendências para decrescer progressivamente.

A área de vigilância abrange 160 municípios, nos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, e bem assim o porto e estações ferroviárias do Distrito Federal.

As atividades de combate à peste, em 1956, resumem-se a 34 600 inspeções em localidades e 2 034, em prédios; 1 792 000 despulizações; intensa eliminação de ratos por tóxicos; e 437 100 exames de laboratório.

Bouba

Outra endemia para a qual se abrem perspectivas de completa erradicação, em futuro próximo, é a bouba, doença bastante

disseminada no território nacional, que apresenta considerável incidência nos Estados do Nordeste e em Minas Gerais. Mutilante e mesmo invalidante, a boubá é contagiosa, propagando-se, em grande parte, sob condições rudimentares de vida.

O arsenal médico-profilático dispõe de recurso decisivo: o tratamento em massa pela penicilina, em dose única, de ação retardada.

Espera-se que, dentro do prazo de 4 anos, deixe a boubá de constituir problema de saúde pública, passando-se à fase de erradicação. Com este objetivo o Governo iniciou, em setembro de 1956, intensivo trabalho alicerçado em ação de equipes volantes. O tratamento é feito nos próprios domicílios, aos doentes e aos que com eles convivem, enquanto que as formas tardias, clinicamente mais delicadas, são entregues a unidades fixas.

Os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Minas Gerais, incluídos nesse plano de trabalho, tiveram cadastrados, nos últimos meses, cerca de 353 000 prédios, sendo medicados 127 000 doentes e 118 000 contactos.

A campanha volante abrange também outros Estados, nos quais a área endêmica ainda não foi totalmente coberta: Pará, Piauí, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Atinge a 263 000 o total de pessoas já tratadas contra a boubá. Em 1957, todos os Estados mencionados, e mais o do Maranhão, serão objeto de campanha intensiva.

Tracoma

Acometendo cerca de 1 milhão de pessoas e respondendo por grande número de casos de cegueira, o tracoma dissemina-se através das migrações interiores, determinando a formação de novos focos e ampliando a área de contágio. Acessível a tratamento médico oportunamente instituído, permite recuperação relativamente fácil, sobretudo com o emprego das sulfas.

Os maiores focos, localizados no Maranhão, Piauí, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, foram combatidos por meio de 42 unidades fixas, mantidas pela

União em 12 Estados, e bem assim de unidades volantes que ministram, no próprio domicílio, tratamento e educação sanitária a doentes e seus contactos.

Mobilizou-se o concurso de particulares e autoridades eclesiásticas, para distribuição de medicamentos, visando-se a mais ampla penetração no seio das populações acometidas. Em articulação com o Instituto Nacional de Imigração e Colonização deu-se assistência aos imigrantes nordestinos, nos Postos instalados em Petrolina, Aracaju, Feira de Santana e Mapele.

Efetuaram-se 27 inquéritos sobre a prevalência da doença nos vales dos rios Mearim e São Francisco. Outras zonas serão objeto de investigação em 1957.

No ano passado, 44 000 prédios foram visitados, 1 170 000 comprimidos de sulfa ministrados, alcançando quase 2 000 o número de intervenções oculares realizadas.

Em prosseguimento ao programa de trabalho traçado para 1957, mais 3 postos serão instalados, intensificando-se a atividade das unidades volantes, com maior ênfase nos focos do Cariri, no Nordeste, e do Vale do São Francisco, que mais disseminam o tracoma por meio de correntes migratórias.

Leishmaniose

Das formas de leishmaniose existentes em nosso País, a visceral vem-se destacando como de maior freqüência, constituindo problema de relevância, embora sua incidência ainda não esteja perfeitamente determinada. Os resultados da visceratomia revelaram, no período de 1934 e 1950, 314 casos positivos, embora apenas 33 tivessem sido conhecidos em vida.

O surto epidêmico, ocorrido em 1953, no Ceará, que se propagou aos Estados do Piauí e do Rio Grande do Norte, Jacobina e municípios vizinhos, na Bahia, e mais o registrado em Itanhomi e municípios próximos, de Minas Gerais, vieram alertar a atenção para a relevância desta endemia.

Até 1956, tornaram-se conhecidos 1 352 casos, dos quais 1 192 no Ceará. Seguem-se a Bahia, com 76 casos, e o Piauí, com 45, assinalando-se, contudo, a existência da moléstia em outras Unidades da Federação.

O transmissor, que tem no cão e na raposa hospedeiros comprovados, é sensível à ação do DDT. Conquanto a doença seja tratável, a profilaxia é de mais difícil execução.

Em 1956, foram examinados 4 341 cães, dos quais 3 945 no Ceará, onde 3% deles se mostraram positivos. A eliminação de cães doentes faz, portanto, parte do programa de combate. Além disso, 70 000 prédios foram desinsetizados, para eliminação do transmissor.

Estão previstos Postos de tratamento em Fortaleza, Viçosa, Sobral, Ipu, Russas, Baturité, Quixadá e Granja, no Ceará; Piracuruca e Pedro II, no Piauí; e Governador Valadares, em Minas Gerais.

Para 1957, prevê-se a determinação das áreas de incidência da leishmaniose tegumentar, e o prosseguimento das investigações relativas à forma visceral. A dedetização alcançará 80 000 prédios no Estado do Ceará, onde se localiza o maior foco do mal.

Doença de Chagas

Estende-se a *trypansomíase americana* por vários países do continente americano. Contraída pela ação de insetos hematófagos, vulgarmente conhecidos como «barbeiros», a endemia se apresenta em regiões de baixo padrão de vida, pois o transmissor habita as paredes rústicas e fendidas de palhoças e casas mal edificadas. Fundamentalmente, a melhoria das condições de habitação faria desaparecer a moléstia.

Por meio da aplicação do BHC, inseticida clorado, processa-se a eliminação do «barbeiro», tendo sido expurgados, em 1956, 205 000 prédios, em 328 municípios dos Estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul. Foram efetuados levantamentos de índices de infestações em 74 municípios de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em 1957, prosseguirão os trabalhos de investigação e profilaxia, abrangendo 240 000 prédios, a par de experimentações, no sentido de tornar as habitações infensas ao desenvolvimento do transmissor.

Esquistossomose

A esquistossomose intestinal é dos maiores problemas de saúde pública no Brasil, estimando-se em 3 milhões o número de afetados.

A doença é endêmica no Nordeste, e atinge vários outros Estados, com tendência a propagar-se através dos retirantes infestados que, nos seus movimentos migratórios interiores, vão procurar trabalho em zonas indenes, de baixo índice sanitário e onde existe o caramujo hospedeiro.

No rumo sul, já alcançou o Paraná septentrional e, para o norte, registrou-se um foco em Cururupu, no Maranhão, e outro em Fordlândia, no Pará. O próprio Distrito Federal não se acha imune.

Em 1956, o combate concentrou-se nos focos isolados, procurando-se limitar sua expansão. Foram atacadas, com a execução de obras de saneamento, as áreas de Fordlândia e Cururupu. No Rio Grande do Norte, aplicaram-se moluscocidas em 20 localidades de 4 municípios, devendo os trabalhos ser estendidos a 3 municípios do Vale do Ceará-Mirim, cobrindo-se, assim, toda a área endêmica do Estado. No Ceará, as atenções voltaram-se para Redenção e Pacoti, onde se projeta um sistema de abastecimento d'água e um conjunto de lavanderias e banheiras públicas. No Paraná, o foco de Jacarêzinho foi intensamente trabalhado; prosseguiram os inquéritos para levantamento das áreas endêmicas ou potencialmente perigosas do Estado. Em Araxá, Minas Gerais, ampliou-se o suprimento d'água e promoveu-se intenso trabalho de educação sanitária. Em Niterói, efetuou-se tratamento de doentes e aplicaram-se moluscocidas no foco ali existente.

Na faixa endêmica, que se estende, com certa continuidade, de Paraíba ao norte de Minas Gerais e ao Espírito Santo, intensificou-se o trabalho nas zonas mais afetadas. Moluscocidas foram aplicados em mais de 25 400 coleções d'água de 77 municípios dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

Ancilostomose

Já se tem razoável conhecimento da prevalência da ancilostomose no Brasil, segundo o inquérito helmintológico efetuado pela Divisão de Organização Sanitária. Em muitos Estados a incidência atinge, em zonas rurais e algumas cidades, 80% dos escolares examinados.

Pesquisa idêntica será feita no Estado do Amazonas e nos Territórios do Rio Branco e Acre.

Para o tratamento anti-helmíntico, serão mobilizados postos e equipes volantes, com o concurso de unidades dos Departamentos Estaduais de Saúde e Departamento Nacional da Criança, assim como entidades autárquicas, particulares e municipais. A medicação pelo tetracloro etileno revela-se eficaz e, praticamente, destituída de inconvenientes. O plano de profilaxia vem sendo completado pelo saneamento do meio e intensiva educação sanitária.

Em 1956, a campanha atingiu 41 municípios do Pará, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás, nos quais foram realizados 54 100 exames de fezes, medicadas 55 200 pessoas, consumidos 244 700 comprimidos anti-helmínticos e 485 200 unidades de medicamento ferruginoso.

Em 1957 serão medicadas pelo menos 1 milhão de pessoas e intensificada a construção de fossas, em colaboração com os Departamentos Estaduais de Saúde.

Hidatidose

Em 1956, foram trabalhados, na instalação da campanha contra a hidatidose, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde o cisto hidático apresenta importância já conhecida.

Para 1957, a campanha será articulada com o Ministério da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, tendo em vista intensificar o combate à *Taenia echinococcus* nos cães.

Filariose

Outra helmintose, cuja importância tem atraído a atenção de nossos órgãos sanitários, é a filariose, que se complica frequentemente de elefantíase e tem na capital do Pará um grande foco. Em outros pontos do País os índices de microfílaemia mostram que o problema se reveste, entretanto, de maior extensão.

Visando a determinar a distribuição geográfica dessa endemia, aspecto de capital valor em sua profilaxia, inquéritos hemoscópicos foram realizados, em 1956, no Amazonas, Bahia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com índices muito baixos ou nulos. No município de Castro Alves, na Bahia, localizou-se foco de certa importância, pelo que foi o mesmo incluído na campanha profilática. Esta deve desenvolver-se à base do combate ao transmissor, o *Culex fatigans*, assim como pela medicação das pessoas infestadas, com o que se reduzem ou desaparecem as microfílaras, interrompendo-se a transmissão.

O ataque pelos inseticidas não revelou, em Belém, resultados concludentes contra a forma adulta do *Culex fatigans*, pelo que se tem empreendido o combate a suas formas larvárias. Em Belém, foram tratados 78 200 prédios na luta anticulex e medicadas 2 854 pessoas.

Para 1957, estão programados inquéritos hemoscópicos assim como inquéritos entomológicos no Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás abrangendo 197 000 pessoas. Belém, Recife e Castro Alves serão objeto de medidas antilarvárias e medicamentosas, assim como Florianópolis e Barra de Laguna, em Santa Catarina.

OUTRAS MOLESTIAS

Bócio Endêmico

O bócio apresenta alta incidência nas regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste, com índices que variam entre 27,0 e 53,8% dos escolares examinados, figurando, ainda, com algum relêvo, na Região Norte e Nordeste Ocidental. Dados recentes indicam

que é alta sua freqüência no Maranhão, na área abaixo do paralelo 5°, e que no Triângulo Mineiro afeta mais de 55% de escolares.

A medida profilática mais indicada no combate ao bócio é a iodação do sal de cozinha que, assegurando a quota mínima indispensável ao funcionamento da tiróide, previne deformação do órgão e evita perturbações do desenvolvimento físico e mental. Estabelecida pela Lei n.º 1 944, de 14-8-53, só agora vem sendo posta em prática, após a regulamentação baixada pelo Decreto n.º 39 814, de 17-8-56, que determina a iodação do sal moído e refinado para uso alimentar, segundo os índices de incidência do Bócio.

Através da ação combinada do Departamento Nacional de Endemias Rurais e do Instituto Nacional do Sal, foi possível, com a participação da indústria particular, dar início, nas salinas de Cabo Frio, à iodação do sal de cozinha.

Câncer

A Campanha Nacional Contra o Câncer ganhou, em 1956, ponderável impulso, visando ao estabelecimento de vasta rede assistencial e de prevenção. Despenderam-se, só em auxílio a entidades estaduais e particulares de combate ao câncer, Cr\$ 61 000 000,00. Distribuídas pelo território nacional, 55 organizações de combate ao câncer empenharam-se em ampliar instalações, melhorar o aparelhamento de núcleos hospitalares, complementar a construção de hospitais e ambulatórios. Instalou-se no Instituto Nacional do Câncer, uma bomba de cobalto 60, destinada ao tratamento de cancerosos indigentes.

Com o combate ao câncer, despendeu o Governo cerca de Cr\$ 166 700 000,00, inclusive Cr\$ 30 000 000,00 destinados ao prosseguimento da construção do referido Instituto, a ser inaugurado dentre em breve. Neste ano, a luta anticancerosa deverá persistir nas medidas de prevenção, desenvolvendo, primordialmente, propaganda educativa, assim como insistirá no diagnóstico precoce, visando a atacar a doença no início de seu aparecimento.

Doenças Mentais

O desenvolvimento econômico-social costuma criar condições propícias a desajustamentos que podem elevar o índice de incidência de doenças mentais no País.

As atividades de higiene mental e de assistência aos alienados foram, por isto mesmo, intensificadas no ano de 1956, tendo beneficiado todos os Estados da Federação.

Para obras, foram concedidos Cr\$ 20 000 000,00 e, para manutenção de instituições nosocomiais, Cr\$ 10 000 000,00. A praxiterapia foram destinados Cr\$ 3 000 000,00.

Em seus estabelecimentos do Distrito Federal, a União introduziu diversos melhoramentos, cabendo ressaltar a conclusão do Pavilhão da Administração, de Triagem e de Adolescentes, na Colônia Juliano Moreira. No Centro Psiquiátrico Nacional, inauguraram-se o Instituto de Psiquiatria e as novas instalações do Pronto Socorro Psiquiátrico.

Criado no Distrito Federal, no ano anterior, só em 1956 pôde esse serviço funcionar plenamente, atendendo, em cooperação com as autoridades policiais, a casos agudos de loucura ou de distúrbio mental.

Índice de inestimável serviço que o Pronto Socorro Psiquiátrico vem prestando à população carioca, é o atendimento de cerca de 3 mil doentes, em 1956. Ressalte-se, ainda, que é esta a primeira vez, no Brasil, em que às vítimas de distúrbio mental se dá tratamento médico adequado, ao invés de submetê-los a regimes dispensados a delinquentes.

Os serviços dos manicômios federais sofreram completa reforma de ordem terapêutica e sanitária, registrando-se, na Colônia Juliano Moreira, por exemplo, uma redução de 40% no índice de mortalidade, em virtude, sobretudo, da melhoria de alimentação.

Em 1957 pretende-se intensificar as atividades de higiene mental, com a inauguração de ambulatórios na Paraíba e no Rio Grande do Norte; inaugurar o pavilhão central do Hospital-Colônia de Natal, o Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil da Paraíba, o Manicômio Judiciário de Pernambuco, o Pavilhão de Pen-

sionistas do Hospital Portugal Ramalho de Alagoas, o Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil de Sergipe, o Pavilhão de Administração da Colônia de Goiânia e o Manicômio Judiciário do Paraná. Além disto, será criado, no Hospital de Neuro-Psiquiatria Infantil, de Engenho de Dentro, uma escola para crianças excepcionais.

Outras Atividades

EDUCAÇÃO SANITARIA

De fase cujo objetivo primordial era a divulgação de noções sobre saúde, através de folhetos, cartazes, notas em jornais, e outras formas da palavra escrita ou falada, passou a Educação Sanitária a constituir atividade essencialmente dinâmica, caracterizada pela participação ativa e direta da comunidade nos programas governamentais de defesa da saúde.

Comprovando-se, na prática, a validade da premissa de que as coletividades colaboram tanto melhor e mais prontamente quanto mais esclarecidas em Educação Sanitária, cabe convencer o indivíduo a mudar de atitude ou de hábito face a certos problemas de saúde.

Considerando obsoleto o tipo de propaganda até agora pôsto em prática, volta-se o Governo para a introdução de métodos mais aperfeiçoados no campo da educação sanitária. Assim, vem-se procurando fazer com que esta participe ativamente dos programas profiláticos — tal como já se ressaltou nos capítulos relativos a endemias rurais, lepra, tuberculose, câncer e assistência à maternidade e à infância — ao mesmo tempo que as práticas profiláticas se transformam em veículo de educação sanitária.

COLETA DE DADOS BIOESTATISTICOS

O levantamento de dados bioestatísticos é indispensável para fixação das medidas que visam a melhorar as condições de saúde das populações.

Apesar da massa considerável de informações sobre morbidade, mortalidade, natalidade e população, impõe-se a ampliação

dos resultados bioestatísticos de que dispomos, pois que ainda não são suficientes para atender as necessidades do País.

Assim, encaminhou o Governo mensagem ao Congresso, propondo a reorganização do Serviço de Estatística da Saúde, a fim de permitir maior eficiência nos trabalhos de compilação e análise de dados de interesse sanitário, em escala nacional.

O Governo procurou obter maior rendimento possível dos dados disponíveis, quer dos coligidos como rotina pelos Cartórios de Registro Civil — em que pesem suas falhas conhecidas — quer dos colhidos através de pesquisas especiais. Numerosos estudos, muitos dos quais já publicados, permitem ter uma idéia, embora parcial, dos problemas de saúde no Brasil, facilitando o trabalho dos técnicos encarregados de elaborar os programas das atividades governamentais no campo da saúde.

PESQUISAS

No campo das pesquisas que interessam especificamente à saúde pública, intervêm questões estreitamente vinculadas à ecologia humana, abrangendo não só problemas relacionados com a medicina social, como também sociológicos e agrícolas.

Com êsse sentido amplo, na realização de pesquisas sanitárias, intervieram vários órgãos, notadamente o Instituto Oswaldo Cruz, o Departamento Nacional de Endemias Rurais, o Serviço Nacional do Câncer e as Universidades, além de instituições particulares, auxiliadas pelo Governo Federal.

Dada sua grande importância, enumeram-se as seguintes pesquisas, a cargo do Instituto Oswaldo Cruz: estudos realizados sobre as condições de morbidade de várias regiões do Brasil-Central: inquérito feito sobre a incidência da esquistossomose-mansoni na população do Distrito Federal; inquérito relativo à incidência de helmintose e outras parasitoses na população escolar do Distrito Federal. Afora isso, em todos os setores de pesquisa do Instituto realizaram-se estudos especializados: em Ecologia, na região de Lagoa Santa (Minas Gerais); em Hidrofobia, nas lagoas de Urussanga, Jardim, Boqueirão, Saquarema, Jacarepiá e

Araruama; em Botânica, no Hórto de Plantas Medicinais da Seção Auxiliar do Instituto; em Micologia, Bacteriologia, Virus, Rickettsias, Protozoologia, Helminologia, Entomologia, Anatomia Patológica, Hematologia, Medicina Experimental, Química, Farmacodinâmica e Quimioterapia, Fisiologia, Endocrinologia, Higiene e Trabalhos de Campo, nas suas diversas dependências.

FISCALIZAÇÃO DA MEDICINA

Nesse setor, cumpre destacar as medidas administrativas, adotadas em 1956, para que o Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina pudesse acompanhar o progresso da indústria farmacêutica e seu vertiginoso crescimento no Brasil, além do vigoroso desenvolvimento das profissões que lhe cumpre fiscalizar.

No concernente à fiscalização farmacêutica, vem o Governo procedendo a rigoroso estudo da legislação atual, a fim de adaptá-la às condições da indústria e da ciência médica moderna.

A fiscalização de produtos farmacêuticos teve seus serviços facilitados pela instalação do Laboratório Central de Contrôlo de Drogas e Medicamentos, que entrará em pleno funcionamento ainda em 1957.

O setor da fiscalização de entorpecentes, cuja atividade é regulada por convenções internacionais, vem mantendo seu alto padrão de eficiência. A legislação brasileira de entorpecentes, considerada das mais adiantadas e completas, possibilitou a realização de grande volume de trabalho: 6 370 conferências de balanços de entorpecentes; mais de 5 000 vistos em requisições de entorpecentes, sendo 2 000 procedentes dos Estados e as restantes do Distrito Federal.

A fiscalização dos estabelecimentos farmacêuticos, bem como a de todos os setores da medicina, é feita, nos Estados, pelos órgãos de saúde pública, mediante auxílio financeiro concedido pela União. Tais auxílios somaram perto de Cr\$ 2 200 000,00 em 1956.

Em 1957, além de ampliar todos os seus trabalhos, o S.N.F.M. intensificará o combate à maconha, sobretudo na região do rio São Francisco (Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco) e no Norte do Brasil (Piauí, Maranhão e Pará).

BIOMETRIA MEDICA

O Serviço de Biometria Médica tem como objetivo a realização dos exames médicos de capacidade física e sanidade mental dos candidatos ao ingresso no Serviço Público, e os dos servidores que se acham em processo de aposentadoria.

Este Serviço promove, por suas próprias funções, economia indireta para o Estado, evitando o ingresso no Serviço Público de deficientes físicos ou mentais, que fatalmente acarretariam baixa produtividade de trabalho, constituindo-se em pesado ônus para a Nação.

Seus trabalhos, em 1956, expressam-se nas seguintes cifras: 2 614 exames de sanidade e capacidade física; 16 663 exames complementares (Raio X, laboratório, metabolismo basal, eletrocardiográficos), 577 exames de estrangeiros para fins de permanência no País; 2 125 laudos médicos revistos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	Págs. 9
PARTE PRIMEIRA	
SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA	
CAPÍTULO I	
POLÍTICA INTERNA	
O Poder Executivo e o Congresso Nacional	34
Reforma da Constituição	35
Relações entre a União, os Estados e os Municípios	36
Modernização e Fortalecimento dos Municípios	36
Participação dos Municípios no Imposto de Renda	38
Transferência da Capital	39
CAPÍTULO II	
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA	
O Governo Federal e a Administração Pública	42
Administração de Pessoal. Plano de Classificação de Cargos ..	42
Redução de Cargos e Funções	43
Desequilíbrio do Mercado de Trabalho. Escala Múltipla de Salários	44
Principais Atividades	45
Seleção e Aperfeiçoamento	47
Elaboração Orçamentária	47
Organização e Métodos	48
Edifícios Públicos	49
Reforma Administrativa	50
Sistema Geográfico e Estatístico	50
Reuniões Internacionais	50
Atividades Geográficas	51
Atividades Estatísticas	52
Atividades dos Órgãos do Sistema	53
Análises Estatísticas	53
Divulgação e Documentação	54
Atividades Censitárias	56

CAPÍTULO III
RELAÇÕES EXTERIORES

	<i>Págs.</i>
Política Internacional	61
A Questão de Suez	61
Os Acontecimentos na Hungria	62
Outros Acontecimentos Internacionais	63
Política do Continente Americano	63
Defesa Continental	63
Reunião dos Chefes de Estado Americanos	64
Comitê Interamericano de Representantes Presidenciais	64
Organização dos Estados Americanos	65
Comissão Económica para a América Latina	66
Brasil-Argentina	66
Brasil-Bolívia	67
Brasil-Chile	67
Brasil-Paraguai	68
Brasil-Uruguai	70
Brasil-Venezuela	71
Relações Culturais	71
Cooperação Internacional	72
UNESCO	72
Comissão Nacional de Assistência Técnica	73
Ponto IV	73
Organização das Nações Unidas	74
Organização dos Estados Americanos	75
FAO	76
Aviação Civil	76

PARTE SEGUNDA

**SEGURANÇA NACIONAL, FORÇAS ARMADAS
E ORDEM PÚBLICA**

CAPÍTULO I

SEGURANÇA NACIONAL E DEFESA MILITAR

Conselho de Segurança Nacional	82
Estado-Maior das Forças Armadas	83
Tarefas Realizadas	84
Projeto de Lei do Serviço Militar	85
Representação em Outros Órgãos	85
Trabalhos em Andamento	86
Escola Superior de Guerra e Demais Cursos	86

	Págs.
Exército	87
Órgãos e Quadros Novos	88
Instrução	89
Técnica	90
Indústria	90
Cooperação com o Ministério da Viação	91
Obras	93
Saúde	93
Remonta e Granjas	94
Convocação	94
Fundo Especial	95
Assistência	95
Depósitos e Arsenais	95
Campos de Instrução	96
Assistência Militar à Região Amazônica	96
Marinha	97
Esquadra	97
Bases Navais e Capitânicas dos Portos	99
Armamento	100
Construção Naval	100
Obras Cíveis	100
Hidrografia, Navegação e Pesca	101
Pessoal	102
Escola de Marinha Mercante	103
Aeronáutica	103
Realizações em 1956	104
Força Aérea Brasileira	105
Pessoal Militar e Civil	107
Correio Aéreo Nacional	108
Aviação Comercial	109
Tarifas	109
Reivindicações	109
Concorrência	110
Auxílio	110
Aeroportos e Aerovias	111
Frota Atual	112
Linhas Internacionais	112
Aviação Desportiva	113
Indústria Aeronáutica	113
Ano Santos Dumont	114

CAPITULO II

ORDEM PÚBLICA

Supervisão Federal dos Serviços de Polícia	115
Combate às Ideologias Extremistas	115
Departamento Federal de Segurança Pública	116
Polícia Militar do Distrito Federal	117
Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	118
Administração e Regime Penitenciário	119
Indulto e Comutação de Penas	120

PARTE TERCEIRA

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPÍTULO I

A CONJUNTURA E A POLÍTICA ECONÓMICA

	<i>Págs.</i>
Situação ao Início do Ano	125
Problemas de Emergência	126
Inflação	126
Balanço de Pagamentos	129
A Máquina Administrativa	130
Problemas de Estrutura	130
Ritmo de Crescimento da Economia	130
Problemas de Ação Prática	132
Compatibilidade entre a Política de Desenvolvimento e o Com- bate à Inflação	133
Resultados da Ação Antiinflacionária em 1956. Evolução do Pro- duto Nacional	134
<i>Evolução do Produto Real</i>	134
<i>Investimentos</i>	136
<i>Distribuição da Renda Nacional por Tipos de Pagamento</i> ..	138
<i>Custo de Vida</i>	138
Execução do Plano de Desenvolvimento	139
Medidas Preliminares	139
<i>Ação do Conselho do Desenvolvimento</i>	139
Levantamentos de Recursos em Moeda Nacional	141
<i>Recursos de Origem Privada</i>	141
<i>Recursos de Origem Pública</i>	142
Levantamento de Recursos em Moeda Estrangeira	145
Revisão Técnica de Projetos e Exame de Problemas Específicos ..	147
A Ação do B.N.D.E.	148

CAPÍTULO II

ENERGIA

Energia Elétrica	154
Aumento da Potência Instalada	154
Financiamento do Programa de Eletrificação	158
Legislação Sobre Energia Elétrica	159
Carvão Mineral	160
Petróleo e Xisto Betuminoso	165
Produção das Refinarias Nacionais	165
Asfalto	166

	<i>Págs.</i>
Gás Liquefeito	166
Armazenamento	166
Consumo	167
Dispêndio de Divisas	167
Petrobrás	167
<i>Situação Financeira</i>	169
<i>Atividades de Exploração</i>	170
<i>Pesquisas Geológicas</i>	171
<i>Pesquisas Geofísicas</i>	172
<i>Perfurações Pioneiras</i>	172
<i>Reservas Recuperáveis</i>	173
<i>Perfuração e Trabalhos de Desenvolvimento dos Campos</i> ..	173
<i>Produção</i>	174
<i>Refinação</i>	175
<i>Indústrias Petroquímicas</i>	176
<i>Industrialização do Xisto</i>	177
<i>Oleodutos</i>	178
<i>Transporte Marítimo</i>	178
<i>Formação de Pessoal</i>	179
<i>Programa para 1957</i>	180
Energia Nuclear	182
<i>Pesquisas e Avaliação de Reservas de Minerais Atômicos</i>	182
<i>Instalação de Fábricas</i>	183
<i>Instalação de Reatores Atômicos</i>	184

CAPITULO III

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Aspectos Gerais	184
Transportes Ferroviários	190
<i>Racionalização Administrativa</i>	192
<i>Reaparelhamento Ferroviário</i>	194
<i>Construções Ferroviárias</i>	195
<i>Realizações Ferroviárias em 1956</i>	197
Transportes Rodoviários	200
Transportes Marítimos e Fluviais	204
<i>Portos e Aquavias Internas</i>	205
<i>Realizações em 1956</i>	208
<i>Marinha Mercante</i>	210
Transportes Aéreos	214
Comunicações	216

CAPITULO IV

AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO

Política de Desenvolvimento Rural	219
<i>Posição da Agropecuária na Economia Nacional</i>	219
<i>Aprimoramento dos Fatores de Produção</i>	220

	<i>Págs.</i>
Pesquisas Agrológicas	220
Melhoria da Fertilidade dos Solos Cultivados	220
Irrigação e Drenagem	222
Mecanização da Agricultura	222
Melhoria das Plantas Cultivadas	223
Defesa Fitossanitária	224
Melhoria dos Rebanhos	224
Pastagens	225
Proteção à Fauna Silvestre e Estimulo à Pesca	225
Defesa Florestal	226
Meios de Assegurar o Desenvolvimento Agropecuário	227
Escoamento da Produção	227
Armazéns e Silos	228
Política de Crédito	229
Garantia de Preços Mínimos	232
Cooperativismo	233
Cooperação Internacional	234
A Produção Agropecuária em 1956	235
Situação da Agricultura	235
Café	237
Algodão	237
Trigo	238
Produção Animal	240
Produção Extrativa Vegetal	241
Perspectivas para 1957	241
Alimentação	242

CAPÍTULO V

INDÚSTRIA

Aspectos Gerais da Industrialização	245
Indústrias Extrativas Minerais	249
Siderurgia	253
Companhia Siderúrgica Nacional	255
Companhia Aços Especiais Itabira	256
Metais não Ferrosos	257
Cimento	258
Papel e Celulose	259
Química de Base	261
Petroquímica	261
Alcalis	262
Automobilística	263
Fábrica Nacional de Motores	266
Fabricação de Locomotivas	267
Material Elétrico Pesado	269

	<i>Págs.</i>
Mecânica Pesada	271
Construção Naval	272

CAPITULO VI

FINANÇAS PÚBLICAS

Desequilíbrio Previsto para 1956	274
Medidas de Correção Adotadas	276
Política de Gastos Públicos	276
Aumento da Receita	277
Financiamento do <i>Deficit</i> Residual	278
Reforma da Estrutura Fiscal	279
Imposto de Renda	279
Imposto de Consumo	281
Tarifa Aduaneira	282
Preços Industriais de Serviços Públicos	283
Crédito Público	283
Resultados Financeiros de 1956	285
<i>Deficit</i> do Tesouro Nacional	286
Despesa	289
Receita	290
Autarquias	292
Dívida Pública	292
Dívida Interna Flutuante	292
Dívida Consolidada Interna	293
Dívida Consolidada Externa	296
Previsão para 1957	297
Proposta Orçamentária	297
Orçamento de 1957	298
Estimativa da Receita	298
Autorizações de Despesas	299
<i>Deficit</i> Potencial	299
Medidas de Correção	300

CAPITULO VII

MOEDA E CRÉDITO

Política Monetária e Bancária	300
Contrôle Quantitativo do Crédito	301
Assistência Financeira aos Bancos	302
Seleção dos Redescontos	303
Instrução nº 135 da SUMOC	303
Entendimentos com os Banqueiros	305
Crédito Oficial às Atividades Económicas Essenciais	305
Reforma da Legislação Bancária	306

	<i>Págs.</i>
Evolução da Situação Monetária e Bancária	306
Assistência Financeira aos Bancos	306
Expansão do Crédito	307
<i>Banco do Brasil</i>	307
<i>Outros Bancos sob Contrôlo Oficial</i>	308
<i>Demais Bancos</i>	308
Meios de Pagamento	309

CAPITULO VIII

RELAÇÕES ECONÓMICAS COM O EXTERIOR

Política de Comércio Exterior e Câmbio	310
Estímulo às Exportações	310
Seleção das Importações	310
Crédito no Exterior	311
Multilateralismo e Bilateralismo	311
Reforma da Tarifa Aduaneira	313
Política de Capitais Estrangeiros	314
Seletividade das Inversões Estrangeiras e o Plano de Metas ...	315
Resultados Obtidos	315
Instrução nº 113 da SUMOC	317
Situação Cambial	317
Balanço de Pagamentos	319
Comércio Exterior	320
Exportações	320
<i>Café</i>	320
<i>Algodão</i>	322
<i>Cacau</i>	322
<i>Outros Produtos de Exportação</i>	322
Importações	323
<i>Petróleo</i>	324
<i>Trigo</i>	324
<i>Outros Produtos de Importação</i>	325
Perspectivas	326

CAPITULO IX

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Valorização Económica da Amazônia	329
Fomento Agropecuário	330
Transportes e Comunicações	331
Energia	333
Recursos Naturais	334
Borracha	335
Pesca	336

	<i>Págs.</i>
Saúde	337
Desenvolvimento Cultural	337
Crédito e Participações	338
Banco de Crédito da Amazônia	340
Administração Territorial	341
Acre	342
Amapá	344
Rio Branco	348
Rorônia	350
Fernando de Noronha	352
Vale do São Francisco	352
Barragem de Três Marias	353
Levantamentos Aerofotogramétricos, Estudos e Projetos	354
Usinas	355
Abastecimento d'Água	356
Serviço de Perfuração de Poços	357
Campos de Pouso	357
Rodovias	357
Companhia de Navegação do São Francisco	357
Portos	358
Produção e Assistência	358
Patrulhas Motomecanizadas	359
Fomento da Produção	359
Carteira de Revenda	360
Colonização	360
Acôrdos e Convênios	361
Outras Providências	361
Companhia Hidrelétrica do São Francisco	362
Principais Realizações	362
Expansão do Sistema de Transmissão	363
Construção e Instalação de Subestações	363
Projetos e Especificações	364
Produção de Energia	364
Efeitos Financeiros da Produção de Energia	365
Efeitos no Balanço de Pagamentos	365
Outros Serviços da CHESF	365
Programa de Expansão	366
Estimativa de Custos e Recursos	367
Polígono das Sêcas	368
Bacia do Parnaíba	372
Banco do Nordeste	372
Recursos	374
Operações	375
Expansão das Unidades Operadoras	376
Melhoramentos da Zona do Rio Doce	377
Desenvolvimento do Brasil-Central	378

PARTE QUARTA
TRABALHO E BEM-ESTAR

CAPITULO I

POPULAÇÃO E MAO-DE-OBRA

	<i>Págs.</i>
Composição Demográfica	384
Naturalizações	386
Migrações Internas	386
Imigração	388
Colonização	389

CAPITULO II

TRABALHO

Legislação Básica	390
Trabalho de Menores	390
Produtividade	391
Salário-Mínimo	391
Dissídios Coletivos	392
Conferência Internacional do Trabalho	393
Conferência dos Estados Americanos	394
Ratificação de Convenções	395

CAPITULO III

PREVIDENCIA E ASSISTENCIA SOCIAL

Estrutura Administrativa	398
Elevação das Quotas de Contribuição	399
Acidentes do Trabalho	399
Quota de Previdência	400

CAPITULO IV

**ATIVIDADES DOS ORGAOS DE PREVIDENCIA
E ASSISTENCIA SOCIAL**

Atividades dos Órgãos de Previdência	400
I.P.A.S.E.	402
I.A.P.B.	402
I.A.P.C.	404
I.A.P.I.	405
I.A.P.M.	407
I.A.P.E.T.C.	408

	<i>Págs.</i>
Atividades dos Órgãos de Assistência	408
S. A. P. S.	409
Fundação da Casa Popular	410
Serviço Social Rural	411
Outras Atividades de Assistência Social	412
Abono-Família	413
Imposto e Orientação Sindical	413
Coordenação dos Órgãos Assistenciais	414

PARTE QUINTA

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

CAPÍTULO I

EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

Problemas da Cultura Brasileira	419
A Pesquisa como Base de Ação	420
Conselho Nacional de Pesquisas	421
<i>Formação de Técnicos para Energia Nuclear</i>	422
<i>Amparo e Estimulo às Pesquisas e Atividades Científicas e Tecnológicas</i>	422
<i>Perspectivas para 1957</i>	423
Pesquisas Agronômicas e Zootécnicas	424
<i>Pesquisas Agronômicas</i>	424
<i>Pesquisas Zootécnicas</i>	425
Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos	427
<i>Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais</i>	428
Educação e Desenvolvimento	429
Atividades Educativas	434
Ensino Superior	434
<i>Cursos de Geologia</i>	435
<i>Universidades</i>	436
<i>Universidades Rurais</i>	436
Ensino Médio	437
<i>Fundo Nacional do Ensino Médio</i>	438
<i>Ensino Secundário</i>	439
<i>Colégio Pedro II</i>	439
<i>Ensino Industrial</i>	440
<i>Formação do Magistério Industrial</i>	441
<i>Ensino Comercial</i>	442
<i>Ensino Agrícola e Veterinário</i>	442

	Págs.
Ensino Primário	444
<i>Cooperação Técnica e Financeira</i>	444
«Hiato Nocivo»	444
<i>Bibliotecas Escolares</i>	445
Ensino Emendativo e Supletivo	445
<i>Cegos e Surdos-Mudos</i>	445
<i>Menores Abandonados</i>	446
<i>Educação Rural</i>	447
<i>Educação de Adultos</i>	447
Educação Física	448
Educação Extra-Escolar	448
Assistência a Estudantes	449
<i>Bolsas de Estudo</i>	449
<i>Material Escolar e Didático</i>	450
<i>Alimentação</i>	450
<i>Merenda Escolar</i>	451
Educação nas Forças Armadas	451
<i>Escola Superior de Guerra</i>	452
<i>Ensino no Exército</i>	453
<i>Escola de Comando e Estado-Maior</i>	454
<i>Escola Técnica do Exército</i>	454
<i>Academia Militar das Agulhas Negras</i>	454
<i>Escolas Preparatórias</i>	454
<i>Colégios Militares</i>	455
<i>Ensino na Marinha</i>	455
<i>Cursos de Estado-Maior</i>	456
<i>Cursos de Especialização</i>	456
<i>Escola Naval</i>	456
<i>Colégio Naval</i>	456
<i>Reserva da Marinha</i>	457
<i>Escola de Aprendizes-Marinheiros</i>	457
<i>Aperfeiçoamento de Oficiais</i>	457
<i>Viagem de Instrução</i>	457
<i>Ensino na Aeronáutica</i>	457
<i>Escola Preparatória de Cadetes do Ar</i>	458
<i>Escola de Aeronáutica</i>	458
<i>Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais</i>	458
<i>Escola de Especialistas</i>	458
<i>Escola de Comando e Estado-Maior</i>	458
<i>Curso de Formação de Sargentos de Infantaria da Guarda</i>	459
<i>Centro Técnico de Aeronáutica</i>	459
Atividades Culturais	459
Instituto Superior de Estudos Brasileiros	459
Biblioteca Nacional	460
Instituto Nacional do Livro	462
Enciclopédia Brasileira	463
Serviço de Documentação do M.E.C.	463
Patrimônio Histórico	464

	<i>Págs.</i>
Museus	465
Radiodifusão Educativa	466
Teatro	467
Cinema	468
Atividades de Informação e Divulgação	469
Departamento de Imprensa Nacional	469
Agência Nacional	470
Serviços Especializados	470
 CAPITULO II SAÚDE PÚBLICA 	
Mortes Prematuras	474
Incapacidade por Doenças	475
Diretrizes Básicas da Ação Sanitária Federal	476
Organização Sanitária	476
Formação e Distribuição de Pessoal	477
<i>Escola Nacional de Saúde Pública</i>	478
Atividades Essenciais	479
Assistência Médico-Sanitária	479
Assistência à Maternidade e à Infância	480
Assistência Dentária	481
Saneamento	481
<i>Abastecimento d'Água</i>	482
<i>Remoção de Dejetos</i>	482
Contrôle de Moléstias Transmissíveis	482
<i>Tuberculose</i>	483
<i>Lepra</i>	484
<i>Malária</i>	487
<i>Febre Amarela</i>	488
<i>Peste</i>	489
<i>Bouba</i>	489
<i>Tracoma</i>	490
<i>Leishmaniose</i>	491
<i>Doença de Chagas</i>	492
<i>Esquistossomose</i>	493
<i>Ancilostomose</i>	494
<i>Hidatidose</i>	494
<i>Filariose</i>	495
Outras Moléstias	495
<i>Bócio Endêmico</i>	495
<i>Câncer</i>	496
<i>Doenças Mentais</i>	497
Outras Atividades	498
Educação Sanitária	498
Coleta de Dados Bioestatísticos	498
Pesquisas	499
Fiscalização da Medicina	500
Biometria Médica	501